

Viviane Zerlotini da Silva

**ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO:  
entre a produção e a reprodução**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Belo Horizonte  
2014

Viviane Zerlotini da Silva

**ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO:  
entre a produção e a reprodução**

Relatório de pesquisa apresentado ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Linha de pesquisa: Produção, projeto e experiência do espaço e suas relações com as tecnologias digitais

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte  
2014

## FICHA CATALOGRÁFICA

Z58e      Zerlotini da Silva, Viviane.  
            Espaços coletivos de trabalho [manuscrito] : entre a produção e a  
            reprodução / Viviane Zerlotini da Silva. - 2014.  
            377f. : il.

            Orientador: Silke Kapp.

            Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de  
            Arquitetura.

            1. Espaço (Arquitetura) - Teses. 2. Economia solidária. 3.  
            Tecnologia – Aspectos sociais. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de  
            Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76



Ao Thomaz, Bento e Fê.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Thomaz, pelas massagens revitalizantes.

Ao meu filho Bento, pela companhia mesmo que abduzida pelo computador.

Ao meu marido Fernando, por reproduzir a nossa família, por suportar minhas crises de negação, afirmação e “superação” das questões de gênero, e por me resgatar dos momentos de imersão.

À meus irmãos Rosana, Angela e Marco, por serem meus grandes incentivadores.

À Profa. Silke Kapp, por suas críticas, fundamentais para (des) construção dos princípios que me guiaram neste trabalho acadêmico; e por sua tenacidade em me mostrar o *habitus* acadêmico, face a minha resignação em incorporar e mobilizar as disposições necessárias para a realização dessa tese.

À Profa. Ana Paula Baltazar, pelas valiosas correções e apontamentos no exame de qualificação, e por ter me aplicado o “lado B” da arquitetura.

Ao grupo de pesquisa MOM, pelo estímulo diante da dedicação de seus jovens pesquisadores em produzir conhecimento para pequenas revoluções sociais.

Aos funcionários da Escola de Arquitetura da UFMG, por facilitarem minhas pesquisas e trabalhos ao longo do período de doutoramento, em especial às secretárias Paula e Renata e aos bibliotecários Juliana e Marco.

Ao Núcleo Alternativas de Produção do departamento de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da UFMG, pela iniciação ao universo da pesquisa e pelo grande incentivo em elaborar esta tese, em especial ao professor Chico e seu grupo de pesquisa.

À Escola de Design da UEMG, pelo empenho em possibilitar meu doutoramento, em especial aos professores Beatriz Martins, Alonso Lamy e Edson Carpintero.

Aos meus colegas da Escola de Design, pelo estímulo em desenvolver nova argumentação teórica e prática mediante pontos de vista discordantes; e em especial à professora Thais Luz, minha grande encorajadora.

Aos meus alunos de iniciação científica, Paula, Fernanda, Mara, Ronisie, Letícia, Talita, Camila, Raquel, Júlia e Taciana pela coragem em aprofundar os estudos em um tema pouco versado na Escola de Design.

Aos coletivos de trabalho, pela acolhida, aprendizagem e compartilhamento de experiências. Minha grande gratidão pela paciência em explicar o que os meus pré conceitos me impediam de compreender.

Aos colegas de profissão, Cristina, Fernando(s), Marcelo, Paulo e Roberto, pela pronta disponibilidade em contribuir com a tese e compartilhar suas experiências em projetos industriais.

Aos pareceristas de projetos de pesquisa e de artigos científicos produzidos durante esses quatro últimos anos, bem como aos colegas pesquisadores que avaliaram meu trabalho em encontros científicos. Os apontamentos dos pares foram essenciais para o aprimoramento de minhas ideias.

Aos autores e pesquisadores, por socializar e sistematizar ideias fundamentais para a elaboração deste trabalho acadêmico.

Às agências de fomento de pesquisa CAPES, FAPEMIG e CNPq, por contribuir com bolsas de estudos para mim e minhas alunas.

À Mônica, que não me acolheu nos momentos de desespero, pois eram fantasiados por mim.

À Lena, por ter liberado meu tempo e de minha família para nossa dedicação ao doutorado.

*“O trabalho em casa, a atividade artesanal, a agricultura de subsistência, a tecnologia radical, o intercâmbio de conhecimento e seus similares, degradam-se ao ser atividades para o folgazão, para o improdutivo, que é muito pobre ou muito rico. Uma sociedade que fomenta uma grande dependência das mercadorias converte assim seus desempregados em pobres ou dependentes.”*

Ivan Illich, 1979, 73



## **RESUMO**

Os grupos de trabalho associado, ao produzir os seus espaços, adotam outra racionalidade na organização espacial, não fundamentada em bases exclusivamente produtivistas. A racionalidade reprodutivista contém traços de autonomia porque não separa os espaços de moradia e de trabalho. Contudo, no senso comum técnico e em geral prevalecem as ideias de separação e funcionalização dos espaços, tal como a ideologia burguesa concebe e a arquitetura moderna reforça, contribuindo para o afastamento do indivíduo da esfera pública. Por sua vez, os grupos de trabalho associado enfrentam limitações na produção de seu espaço referentes à escassez de recursos, ao acesso precário às informações e às determinações externas de concorrência de mercado. O desafio desses coletivos – e das propostas teóricas e práticas que pretendem favorecê-los – consiste em superar as pseudo-alternativas, previamente definidas pela vulnerabilidade e precariedade a que estão submetidos. Esta pesquisa busca identificar as bases conceituais das ferramentas – mediações ou interfaces de espacialidades, que possam potencializar os traços de autonomia e autogestão já presentes na produção do espaço por trabalhadores associados, tendo por horizonte a livre associação entre produtores e reprodutores e a precedência da reprodução sobre a produção, no sentido de ser a base principal da existência da sociedade. De modo a potencializar os traços de autonomia e a superar as relações opressoras de gênero e de trabalho, os técnicos ocupados com os coletivos devem compreender em profundidade, e de maneira crítica, as vantagens e os pequenos ganhos de autonomia dos arranjos sócio-espaciais elaborados pelos coletivos, e que são minimamente alternativos aos arranjos convencionais, como a proximidade ou coincidência entre moradia e trabalho, as relações de proximidade entre os membros do grupo, as relações não hierárquicas, a organização horizontal do trabalho de reprodução e de produção, a coabitação da família estendida, os efeitos úteis da força social de trabalho de reprodução e de produção, a combinação de várias escalas de ação, o desenvolvimento das capacidades efetivas dos indivíduos, o livre intercâmbio de ideias, a posse coletiva da terra e de seus meios de produção e a produção do espaço político.

### **Palavras chave**

Produção do espaço. Trabalho associado. Autonomia coletiva. Práticas sócio-espaciais. Racionalidade reprodutivista. Tecnologia Social.

## **ABSTRACT**

In order to produce their spaces groups of associated work adopt another rationality in spatial organization, not founded only in productivist bases. The reproductivist rationality includes traces of autonomy because it does not separate living and work spaces. Nevertheless, in technical and general common sense prevails the ideas of separation and functionalization of spaces, as bourgeois ideology conceives and modern architecture reinforces, contributing to the individual away from the public sphere. In turn, the associated work groups face limitations in the production of their space concerning the scarcity of resources, limited access to information and external determinations of market competition. The challenge of those groups – and the theoretical and practical proposals that claim to favor them – is to overcome the pseudo-alternative, previously defined by the vulnerability and insecurity they are submitted to. This research seeks to identify the conceptual basis of the tools – mediations or interfaces of spatiality, that can leverage the features of autonomy and self-management already present in the production of space by associated workers, having for the horizon the free association of producers and breeders and the reproduction take precedence over production, in the sense of being the principal basis of the existence of society. In order to enhance the traits of autonomy and overcome oppressive gender and work relations, technicians busy with the collective must understand deeply, and critically, the advantages and small gains in autonomy of socio-spatial arrangements established by the collective, and they are minimally alternative to conventional arrangements, such as proximity or coincidence between residence and work, the relations of proximity between the group members, non-hierarchical relationships, horizontal organization of work of reproduction and production, cohabitation of the extended family, the useful effects of social workforce of reproduction and production, the combination of various scales of action, the development of effective capabilities of individuals, the free exchange of ideas, collective ownership of land and its means of production and production of political space.

## **Keywords**

Production of space. Associated work. Socio-spatial practices. Collective autonomy. Reproductive rationality. Social Technology.

## **RESUMEN**

Grupos de trabajo asociado, para producir sus espacios, adoptar diferentes racionalidad en su organización, no se basan en bases puramente productivistas. La racionalidad reproductivista contienen rastros de autonomía porque no separan los espacios de vida y de trabajo. Sin embargo, el sentido común técnico y en general predominan las ideas de la separación y la funcionalización de espacios como concibe la ideología burguesa y la arquitectura moderna refuerza, lo que contribuye a la eliminación del individuo de la esfera pública. A su vez, los grupos de trabajo asociados enfrentan limitaciones en la producción de su espacio en relación con la escasez de recursos, la falta de acceso a la información y determinaciones externas de competencia en el mercado. El desafío de estos colectivos – y las propuestas teóricas y prácticas que pretenden favorecer a ellos – es superar las falsas alternativas previamente definidas por la vulnerabilidad y la inseguridad que ellos enfrentan. Esta investigación busca identificar las bases conceptuales de las herramientas – mediaciones o interfaces de espacialidad, que pueden mejorar las características de autonomía y autogestión ya presentes en la producción del espacio por los trabajadores asociados, con el horizonte la libre asociación de productores y reproductores y la precedencia de la reproducción sobre la producción, que es la base principal de la existencia de la sociedad. Con el fin de mejorar las características de la autonomía y superar las relaciones de género y del trabajo opresivo, los técnicos ocupados con el colectivo debe comprender a fondo y críticamente, las ventajas y los pequeños avances en la autonomía de las disposiciones socio-espaciales elaboradas por colectivos, y que son alternativas mínimamente a las disposiciones convencionales, como la proximidad o coincidencia entre la vivienda y el trabajo, las estrechas relaciones entre los miembros del grupo, las relaciones no jerárquicas, la organización horizontal del trabajo de reproducción y producción, la convivencia de la familia ampliada, los efectos útiles de fuerza de trabajo social de la reproducción y la producción, la combinación de diferentes escalas de acción, el desarrollo de capacidades efectivas de los individuos, el libre intercambio de ideas, la posesión colectiva de la tierra y de los medios de producción y la producción del espacio político.

### **Palabras clave**

Producción de espacio. Trabajo asociado. Autonomía colectiva. Prácticas socio-espaciales. Racionalidad reproductivista. Tecnología Social.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AET –	Análise Ergonômica do Trabalho
ASS –	<i>Advisory Service for Squatters</i>
CEBRAP –	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CFES –	Centro Nacional de Formação e Apoio à Assessoria Técnica
CMD –	Central de Materiais Descartáveis
CNBB –	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ –	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMARP –	Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha
COPAC –	Comitê Popular dos Atingidos pela Copa
CPES-BH –	Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte
DIR –	Depósitos Intermediários de Resíduos
DIY –	<i>Do It Yourself</i>
FBES –	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FUCVAM –	<i>Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua</i>
IAN SOL –	Instituição Animadora da Solidariedade
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IQVU –	Índice de Qualidade de Vida Urbana
IVS –	Índice de Vulnerabilidade Social
MFRs –	Movimento de Fábricas Recuperadas
MLB –	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MOM –	Morar de Outras Maneiras
MPL –	Movimento Passe Livre
MTST –	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NI –	<i>Narrative Interview</i>
ONU –	Organização das Nações Unidas
OSCIP –	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTAs –	Organizações de Trabalho Associado
PNDA –	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
RSU –	Resíduo Sólido Urbano
SEDESE –	Secretaria de Desenvolvimento Social
SLU –	Superintendência de Limpeza Urbana
TAZ –	Zonas Autônomas Temporárias
UD –	Unidade Doméstica
UEMG –	Universidade do Estado de Minas Gerais

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Efeitos úteis do trabalho combinado e respectivos exemplos de Marx (2010 [1859]).....	43
QUADRO 02 – Modalidades de espaços de trabalho.....	95
QUADRO 03 – Síntese das ideias da primeira vertente de ES.....	117
QUADRO 04 – Síntese das ideias da segunda vertente da ES.....	120
QUADRO 05 – Quadro comparativo das estruturas de ação e organização popular.....	122
QUADRO 06 – Síntese das ideias da terceira e quarta vertentes da ES.....	133
QUADRO 07 – Os 8 pilares do trabalho associado.....	148
QUADRO 08 – Objetivos de uma Incubadora Universitária.....	198
QUADRO 09 – Quadro comparativo entre associação e cooperativa.....	220
QUADRO 10 – Cadastro Geral dos Associados da COMARP.....	237
QUADRO 11 – Cadeia produtiva da reciclagem.....	249
QUADRO 12 – Histórico da Comunidade Apolônia / Comunidade Maloca.....	254
QUADRO 13 – Perfil de parte dos membros do grupo "Mulheres da Vila".....	256
QUADRO 14 – Breve histórico da comunidade Noiva do Cordeiro.....	268
QUADRO 15 – Conflitos entre a racionalidade reprodutivista e produtivista.....	287

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Fábrica de sal de Ledoux.....	69
FIGURA 02 – Plano do Panóptico.....	70
FIGURA 03 – Planta geral da Vila de Guise.....	76
FIGURA 04 – Vista interna do Familistério de Godin.....	76
FIGURA 05 – Seção de fundição de ferro do Familistério de Godin.....	77
FIGURA 06 – Parte da oficina de montagem do Familistério de Godin.....	77
FIGURA 07 – <i>Automobile Assembly Building</i> .....	81
FIGURA 08 – A lâmpada de arco econômica, 1907.....	83
FIGURA 09 – Sopradores de vidro na fábrica de lâmpada elétrica da empresa em Schlegelstrasse, 26, Berlim.....	83
FIGURA 10 – Perspectiva do complexo da fábrica Fagus desenhada por Gropius e Meyer por volta de 1914.....	84
FIGURA 11 – Plantas das células de habitação habitação – Teige (2002 [1932]).....	88
FIGURA 12 – Planta de uma habitação coletiva com células habitacionais justapostas – Teige (2002 [1932]).....	89
FIGURA 13 – Medidas para o trabalho doméstico na cozinha.....	92
FIGURA 14 – Prescrição técnica para o estudo de expansões futuras.....	93
FIGURA 15 – Perspectiva isométrica da fábrica Kalmar.....	97
FIGURA 16 – Vista aérea da fábrica de Uddevalla.....	98
FIGURA 17 – Vista aérea da empresa Central Beheer.....	100
FIGURA 18 – Mapeamento de interações espaciais.....	103
FIGURA 19 – Diagrama de dispersão de mudanças de orientação do guarda de escritório para todos os outros espaços do departamento do Antigo Egito e Sudão.....	103
FIGURA 20 – Os quatro princípios do comportamento econômico.....	118
FIGURA 21 – Organização interna da casa Cabila.....	152
FIGURA 22 – Dupla orientação da casa Cabila.....	152
FIGURA 23 – Fases de um projeto sociotécnico.....	174
FIGURA 24 – O jogo de projeto de leiaute.....	175
FIGURA 25 – Leiaute final.....	175
FIGURA 26 – Simulação na maquete.....	176
FIGURA 27 – Simulação no local.....	176
FIGURA 28 – Clubes de trabalhadores soviéticos, Moscow, 1920s-30s, sentido horário, Golosov, Vesnins, Komfeld, Melnikov.....	183

FIGURA 29 – Mapeamento da população ameaçada de remoção por obras da Copa em Curitiba e região metropolitana.....	189
FIGURA 30 – Plataforma virtual de discussão sobre questões urbanas.....	190
FIGURA 31 – Extrato do manual de instrução para ampliação de refeitório de escola de agricultura familiar.....	191
FIGURA 32 – Exemplos de panfletos da exposição coletiva <i>Transitivos</i> no SESC Pinheiros em São Paulo.....	192
FIGURA 33 – Roteiro de autoavaliação do empreendimento no âmbito do tópico Comércio Justo e Solidário.....	201
FIGURA 34 – Etapas de trabalho de triagem.....	205
FIGURA 35 – Espaços e suas diretrizes.....	205
FIGURA 36 – Parâmetros de dimensionamento.....	203
FIGURA 37 – Leiaute do galpão modelo.....	206
FIGURA 38 – Opção de implantação do galpão em terreno com aclive.....	206
FIGURA 39 – Opção de implantação do galpão em terreno plano.....	206
FIGURA 40 – Classificação dos materiais triados.....	207
FIGURA 41 – Opção de triagem em mesa linear.....	207
FIGURA 42 – Opção de triagem em mesas transversais.....	207
FIGURA 43 – Cadeia de valor de produtos.....	210
FIGURA 44 – Modelos de parcelamento de solo rural.....	214
FIGURA 45 – Propostas de parcelamento da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga.....	217
FIGURA 46 – Maquete da gleba da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga.....	217
FIGURA 47 – Localização do coletivo artesãos.....	222
FIGURA 48 – Vista aérea do terreno do coletivo artesãos.....	222
FIGURA 49 – Vista do lote onde o coletivo artesãos está localizado.....	223
FIGURA 50 – Vista do galpão construído com recursos disponíveis.....	224
FIGURA 51 – Bijuterias feitas com as pedras trabalhadas pela associação.....	224
FIGURA 52 – Disposição das máquinas no galpão.....	226
FIGURA 53 – Emprego de um forno à gás doméstico, na etapa de coloração.....	226
FIGURA 54 – Equipamentos de polimento de pedras.....	227
FIGURA 55 – Vista da casa do presidente da Associação.....	228
FIGURA 56 – Leiaute do galpão do coletivo artesãos.....	229
FIGURA 57 – Integrante temporário do grupo trabalhando em área externa na atividade de separação das pedras.....	229
FIGURA 58 – Prateleira para guarda de insumos e peças de reposição.....	232

FIGURAS 59 e 60 – Integrante da associação manipulando a furadeira.....	232
FIGURA 61 – Localização do coletivo triadores em relação ao estádio de futebol Mineirão próximo à Lagoa da Pampulha.....	236
FIGURA 62 – Vista aérea do galpão do coletivo triadores.....	236
FIGURA 63 – Histórico de ocupação do espaço pelo coletivo triadores.....	238
FIGURA 64 – Área interna do galpão ocupada com material triado.....	239
FIGURA 65 – Visão da cobertura (à esquerda) construída com recursos próprios e da abertura no muro para a área ocupada (à direita).....	242
FIGURA 66 – Box de triagem.....	243
FIGURA 67 – Carrinho empregado para transporte de material triado dentro do galpão.....	244
FIGURA 68 – Prensa de propriedade da cooperativa.....	246
FIGURA 69 – Localização do coletivo bordadeiras em relação à ocupação Dandara e à Vila Apolônia.....	251
FIGURA 70 – Localização do coletivo bordadeiras no bairro Enseada das Garças, próximo à Lagoa da Pampulha.....	252
FIGURA 71 – Visão superior do terreno do coletivo bordadeiras.....	252
FIGURA 72 – Distribuição das edificações no terreno.....	253
FIGURA 73 – Saia bordada (bordado vazio).....	260
FIGURA 74 – Saia de retalho com bordado.....	260
FIGURA 75 – Saia bordada (bordado cheio).....	260
FIGURA 76 – Grupo discutindo os valores das peças.....	260
FIGURA 77 – Vista parcial da Maloca.....	261
FIGURA 78 – Vista da Capelinha.....	265
FIGURA 79 – Foto de satélite da comunidade Noiva do Cordeiro.....	265
FIGURA 80 – Manchas referentes às áreas das propriedades de terras.....	266
FIGURA 81 – Árvore genealógica da comunidade Noiva do Cordeiro.....	267
FIGURA 82 – Vista aérea da comunidade Noiva do Cordeiro.....	267
FIGURA 83 – Distribuição das construções da comunidade Noiva do Cordeiro.....	271
FIGURA 84 – O casarão antigo funciona como um dormitório para visitas periódicas.....	271
FIGURA 85 – Dormitório Casa Mãe.....	271
FIGURA 86 – Dormitório Casa Amarela.....	272
FIGURA 87 – Residências de famílias estendidas.....	272
FIGURA 88 – Horta comunitária.....	274
FIGURA 89 – Vista do celeiro, garagem do trator, galpões abertos para o depósito de	



lenha e abrigo de máquinas de beneficiamento de arroz.....	274
FIGURA 90 – Refeitório.....	279
FIGURA 91 – Cozinha e área de cocção.....	279
FIGURA 92 – Mulheres trabalhando na limpeza dos grãos na área de serviço da cozinha comunitária.....	280
FIGURA 93 – Cozinha comunitária e refeitório.....	280
FIGURA 94 – Vista da fábrica de <i>lingerie</i> .....	282
FIGURA 95 – Espaço interno da fábrica.....	283
FIGURA 96 – Vista interna da loja.....	283
FIGURA 97 – Croqui da planta da fábrica de lingerie e as estações de trabalho denominadas pelos nomes das trabalhadoras.....	284
FIGURA 98 – Padrões de relações sócio-espaciais.....	289
FIGURA 99 – Padrão produtivista de relações sócio-espaciais.....	320
FIGURA 100 – Padrão neoliberal ou socialista de relações sócio-espaciais.....	321

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1	Apresentação.....	19
1.2	Métodos de pesquisa e coleta de dados.....	26
1.3	Estrutura da tese.....	33
<b>2</b>	<b>OS ESPAÇOS DE TRABALHO.....</b>	<b>36</b>
2.1	Introdução.....	36
2.2	Da produção artesanal doméstica à produção artesanal capitalista no espaço doméstico.....	39
2.3	Do espaço doméstico à fábrica.....	48
2.4	Da fábrica ao espaço doméstico.....	56
2.5	Os espaços de trabalho projetados por arquitetos.....	67
2.6	Correspondência entre o planejamento do espaço e a organização do trabalho.....	95
2.7	Da teoria à prática: a atuação de arquitetos industriais em Belo Horizonte...	105
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE COLETIVOS DE TRABALHO.....</b>	<b>114</b>
3.1	Coletivos de trabalho.....	114
3.1.1	As quatro vertentes do campo de Economia Solidária.....	115
3.1.2	Superação do trabalho alienado.....	138
3.1.3	A divisão do trabalho em gênero.....	139
3.1.4	Tecnologia social crítica e produção do espaço.....	141
3.2	Produção do espaço e suas modalidades.....	149
3.2.1	Participação ou autonomia?.....	165
3.2.2	A participação na produção do espaço de trabalho.....	170
3.2.2	Propostas de produção do espaço fundamentadas na autonomia.....	177
3.3	As propostas dos técnicos.....	195
3.3.1	Abordagem economicista.....	197
3.3.2	Abordagem humanista.....	202
3.3.3	Abordagem culturalista.....	208
3.3.4	Uma abordagem crítica.....	211
<b>4</b>	<b>OS COLETIVOS DE TRABALHO.....</b>	<b>218</b>
4.1	Coletivo artesãos.....	221
4.2	Coletivo triadoras.....	233
4.3	Coletivo bordadeiras.....	250
4.4	Coletivo costureiras, a comunidade e o trabalho de reprodução.....	264

<b>5</b>	<b>ENTRE A REPRODUÇÃO E A PRODUÇÃO.....</b>	<b>286</b>
<b>5.1</b>	<b>Espaço político dos coletivos de trabalho.....</b>	<b>287</b>
<b>5.2</b>	<b>Espaço político <i>versus</i> espaço simbólico.....</b>	<b>299</b>
<b>5.3</b>	<b>A produção autônoma do espaço <i>versus</i> autoprodução e produção heterônoma.....</b>	<b>299</b>
<b>5.4</b>	<b>Luta política <i>versus</i> luta pela sobrevivência.....</b>	<b>302</b>
<b>5.5</b>	<b>Medidas revolucionárias <i>versus</i> medidas reformistas.....</b>	<b>307</b>
<b>5.6</b>	<b>A união <i>versus</i> a separação de espaços de moradia e de trabalho.....</b>	<b>310</b>
<b>5.7</b>	<b>Padrão reprodutivo <i>versus</i> padrão produtivo de produção do espaço.....</b>	<b>313</b>
<b>6</b>	<b>DIRETRIZES PARA OS ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO.....</b>	<b>316</b>
<b>6.1</b>	<b>Conceitos fundamentais.....</b>	<b>316</b>
<b>6.2</b>	<b>Arranjos espaciais para aproximar os universos de reprodução e produção.....</b>	<b>320</b>
<b>6.3</b>	<b>Tecnologia social para a produção autônoma do espaço.....</b>	<b>321</b>
<b>7</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO <i>PELOS</i> COLETIVOS DE TRABALHO.....</b>	<b>324</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>336</b>
	<b>APÊNDICE A – Grupos de pesquisa sobre o trabalho associado que abordam direta ou indiretamente o espaço em suas pesquisas.....</b>	<b>357</b>
	<b>APÊNDICE B – Quadro de visitas de pesquisa de campo em 2012/2013.....</b>	<b>360</b>
	<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista e observação.....</b>	<b>361</b>
	<b>APÊNDICE D – Compêndio de mobilizações sociais urbanas.....</b>	<b>365</b>
	<b>APÊNDICE E – Vertentes da participação.....</b>	<b>373</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

A produção do espaço pelos grupos de trabalho associado é determinada por uma estruturação espacial que não segue necessariamente o modelo de organização racional de trabalho – seja para o desenvolvimento das forças produtivas, seja para a extração de mais valia, nesse último caso, próprio do modo capitalista de produção. Em contraposição a esse modelo, a produção do espaço pelos grupos associados contém um componente emancipador, de autodeterminação no processo de decisão, pois diante das determinações do Estado ou da iniciativa privada, a população, organizada ou não, produz o seu próprio espaço, ainda que por necessidade e não por opção. Embora a autoprodução apresente limitações, como o acesso restrito a informações técnicas, há vestígios de uma outra racionalidade, pautada em critérios que privilegiam a reprodução de seus membros associados, que, nesta tese, denomino de racionalidade reprodutivista. Tal racionalidade não pressupõe relações hierárquicas para se estabelecer.

O interesse pelo tema surgiu após a elaboração da dissertação de Mestrado, defendida por mim em 2000, no Departamento de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do professor doutor Francisco de Paula Antunes Lima. A dissertação, analisando as estratégias organizacionais e tecnológicas de controle do trabalho operário, abordou o distanciamento entre a concepção e a execução de um projeto de arquitetura na indústria da construção civil. Para a realização da pesquisa de campo foi aplicada a metodologia da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), conforme os preceitos da ergonomia francesa, que tem como lema “adaptar o trabalho ao homem” e difere, portanto, daquele da ergonomia anglo-saxônica “adaptar o homem ao trabalho”. Diferente da vertente anglo-saxônica, a francesa questiona as relações sociais de produção que possibilitam a exploração do trabalho pelo capital. No ano de 2006, iniciei atividades acadêmicas de ensino e extensão na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Em sala de aula – nos trabalhos práticos desenvolvidos por alunos – e em ações de pesquisa e extensão, a metodologia convencional de projeto foi reaplicada diversas vezes para o redesenho de estações de trabalho de variados tipos, em sua maioria oriunda de demandas populares. Cozinhas e áreas de serviço de unidades domésticas, áreas de manipulação em *petshops*, consultórios odontológicos, salas em creches e berçários, fábrica de bloco reciclável conformam uma amostra dos trabalhos realizados pelas equipes de alunos de graduação sob minha orientação. Em um consultório

de atendimento popular, por exemplo, a impossibilidade financeira de contratar um assistente para a recepção, levou um grupo de alunos a propor a instalação de um interfone dentro do consultório, o que foi prontamente questionado por um profissional, integrante do grupo, sob a alegação de sobrecarga de trabalho. Mesmo com o propósito de questionar as relações sociais de produção, persistia nas atividades de ensino e extensão a lógica de solucionar as contradições dessas relações mediante os critérios de eficiência do trabalho produtivo.

Perdurava nessas práticas projetuais a elaboração de soluções centradas na produtividade do trabalho, não no sentido de poupar a força de trabalho ou de produzir mais em menor tempo, mas de explorar intensamente o trabalho excedente, o que conduzia à sobrecarga de trabalho e, pior, à reprodução de relações sociais opressoras no cotidiano das classes populares – tanto relações desiguais entre classes, quanto entre gêneros. Mesmo quando observações e entrevistas em profundidade evidenciavam as estratégias que os trabalhadores adotavam para “dar conta” do trabalho, a requalificação dos espaços incorporava o saber dos trabalhadores de modo a intensificar o trabalho, confirmando as relações sociais de produção baseadas na exploração do trabalho pelo capital.

A pesquisa de doutorado surgiu a partir do questionamento desse pressuposto ou, mais especificamente, da necessidade de esclarecer as seguintes perguntas:

- Qual a origem do espaço de trabalho?
- Como o aparato do projeto reproduz relações sociais opressoras?
- Quais são as características dos processos de produção dos espaços de trabalho de grupos de trabalho associado?
- Que critérios estão presentes na organização do espaço? Produtivistas ou reprodutivistas?
- Há componentes autônomos na produção dos espaços de trabalho? Quais? E quais são os limites da autonomia nessas situações?
- É possível delinear propostas de produção autônoma de espaços de trabalho?
- Quais seriam pressupostos teóricos coerentes com o modo de produção autônoma dos espaços de trabalho associado?

O senso comum técnico postula que, em um ambiente de trabalho, a organização espacial seria ou deveria ser determinada pela organização da produção. Em última análise, a organização do espaço seria um reflexo direto do emprego do tempo pelos trabalhadores. Evidentemente, em uma relação hierárquica, o uso do tempo é posto, determinado, a

despeito da resistência dos trabalhadores. Do ponto de vista do modo de produção capitalista, trata-se da alocação do tempo socialmente necessário para a produção de determinado valor de troca. O tempo excedente, a mais-valia, é espoliado do trabalhador assalariado mediante a organização racional do trabalho. As forças produtivas usualmente empregadas, de equipamentos a técnicas gerenciais, incluindo o planejamento do espaço, ordenam o ambiente de trabalho de modo a despojar o tempo do trabalhador. Por exemplo, as formas espaciais de coerção do trabalho, para inibir a autonomia do trabalhador ou suas margens de manobra, são as janelas em divisórias que possibilitam que o subordinado seja “vigiado” pelo superior, a localização de níveis hierárquicos superiores em ambientes privilegiados, a interdição de qualquer personalização dos postos de trabalhos (como nas centrais de *telemarketing*).

Em uma relação paritária, que a princípio deveria existir nos grupos de trabalho associado, cada membro negocia como dispor de seu tempo. Nesse sentido, o espaço de produção pode ser organizado segundo outros critérios, que não estejam atrelados exclusivamente à produção de valor de troca ou, como no caso de uma produção capitalista, ao controle da produção por uma instância externa ao grupo. Mesmo inseridos em uma sociedade capitalista, e submetidos às suas determinações, os grupos de trabalho associado elaboram normas que privilegiam a reprodução de seus membros, e não somente a produção de serviços ou mercadorias. Mas, de modo paradoxal, esses mesmos grupos tendem a desconsiderar suas práticas sócio-espaciais alternativas em detrimento às práticas de técnicos especialistas. A pesquisa de campo demonstrou que os coletivos de trabalho tendem a não reconhecer suas práticas sócio-espaciais. Apesar de apresentarem relações sociais mais horizontais, os próprios grupos reproduzem de modo irrefletido os espaços concebidos por técnicos especialistas.

Atualmente no Brasil, as pesquisas acadêmicas<sup>1</sup> que se ocupam de temas como as associações de trabalho, a economia solidária ou os grupos organizados não têm dado particular atenção ao modo pelo qual o coletivo, em seu cotidiano, decide a produção dos espaços de trabalho. Por outro lado, as pesquisas sobre a produção do espaço ou privilegiam o desenvolvimento das forças produtivas e acabam por reproduzir a organização racional do trabalho, ou criticam as relações de dominação na produção do espaço, por meio da expressão simbólica do poder de classes (palácios, monumentos etc.) e de dispositivos espaciais de controle (escolas, prisões, fábricas etc). Assim, os estudos deixam

---

<sup>1</sup>Os grupos de pesquisa que contemplam a produção do espaço pelos trabalhadores associados pertencem ao campo teórico da Geografia, Arquitetura e Design. Uma breve busca no diretório de pesquisa da CAPES com as palavras chave Economia Solidária e Espaço representa uma pequena amostra de várias iniciativas que perpassam o tema (ver apêndice A).

de reconhecer os traços de autonomia nas decisões engendradas pelas iniciativas populares na autoprodução do espaço de trabalho. O levantamento de experiências de produção do espaço de coletivos de trabalho por técnicos especialistas, arquitetos ou não, revela que as três vertentes encontradas – economicista, humanista e culturalista, fundamentam-se na falsa ideia de que o desenvolvimento econômico promove a transformação social; e na produção heterônoma do espaço, em que o técnico permanece o protagonista do processo de produção do espaço dos coletivos, papel que é obscurecido pelo seu discurso engajado e, por vezes, participacionista.

No âmbito do planejamento urbano crítico, o lugar das ações dos grupos organizados corresponde a uma ordem de grandeza espacial de pequena escala. Denominada escala microlocal pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza, essa ordem de grandeza corresponde a tamanhos decrescentes de recortes territoriais (2010 [2001], 106): “Estes recortes são, em ordem crescente de tamanho, *o quarteirão, o subbairro, o bairro e o setor geográfico*”. O autor aponta que a escala microlocal contém essencialmente a genuína participação popular direta, ou em outros termos, a atuação ativa dos indivíduos sociais nos processos de produção de seus espaços.

Pretendo identificar traços de autonomia na produção do tempo e do espaço por grupos de trabalho associado, investigando em que medida é possível a apropriação, pelos coletivos de trabalho, das condições de sua existência (lugares ocupados, organização do tempo, critérios de decisão, decisão coletiva, forças produtivas, meios de produção e organização das atividades de produção e reprodução). A identificação desses traços de autonomia revela outras racionalidades de produção do espaço que não estão atreladas exclusivamente ao modelo de organização racional do trabalho. Esse modelo é comumente reproduzido pelos arquitetos quando concebem espaços de trabalho. De modo a superar o conservadorismo da correspondência direta entre modelo de planejamento e modelo de organização racional do trabalho deve ser reconhecido e valorizado os traços de autonomia na produção do espaço pelos coletivos de trabalho.

Não se trata aqui de propor um novo modelo de planificação da cidade a partir da organização da empresa socialista, tal qual a empresa capitalista foi modelo para o planejamento urbano modernista. Persistir nessa ideia é reproduzir um novo tipo de conservadorismo, também atrelado a um padrão de planejamento do espaço, fundamentado em preceitos socialistas que continuariam determinados pelos arquitetos e não pelos usuários. A intenção é valorizar as diferentes alternativas praticadas pelos coletivos de trabalho, com o objetivo de indicar, ao final desta tese, diretrizes aos coletivos de trabalho e

aos técnicos especialistas que os apóiam. Tais diretrizes apontam para o modo como os coletivos de trabalho redescobrem e reiventam o processo convencional de produção do espaço, esse último fundamentado no instrumento de projeto – expressão da divisão capitalista de trabalho. O arquiteto deve contribuir para a reinvenção do processo de produção do espaço pelos usuários, elaborando de forma crítica instrumentalidades para eles atuarem de forma ativa e consciente em processos de autoplanejamento do espaço. Nesse sentido, não cabe ao técnico atuar no processo decisório e sim os coletivos, mediante o acesso à informação.

As ações cotidianas da população na produção do espaço são atos políticos. Ao estudar o cotidiano, o filósofo francês Henri Lefebvre<sup>2</sup> identifica a grandeza oculta sob a miséria expressa nas enfadonhas atividades a que homens e mulheres estão submetidos diariamente: “grandeza do cotidiano, a continuidade, a vida que se perpetua, estabelecida sobre este solo; a prática desconhecida, a apropriação do corpo, do espaço e tempo, do desejo”<sup>3</sup>. A apropriação do corpo, do espaço e tempo pela sociedade seria possível pela revolução que colocará fim na miséria do cotidiano. Em obras posteriores, Lefebvre (2009 [1966]) (1976 [1972]) aponta um caminho: a autogestão.

O não reconhecimento, pela ideologia dominante, do cotidiano como lugar de ação política não se deve ao seu caráter espontâneo, não organizado, mas à necessidade de obliterar<sup>4</sup> as soluções populares diante das questões sociais, de modo a manter encobertas as relações de opressão e de exploração entre as classes sociais. Nesse sentido, as iniciativas esparsas da população em geral não são reconhecidas como manifestações políticas. A autoconstrução engendrada pelos trabalhadores como solução para suas necessidades de abrigo é concebida de forma pejorativa; e a ocupação da propriedade alheia, mesmo quando essa não exerce a sua função social como está previsto na constituição federal, é percebida como ato ilícito.

Decisões coletivas sobre a produção do espaço, o emprego do tempo, a organização da produção, as tecnologias empregadas e a mesclagem de atividades de produção e reprodução revelam traços de autonomia nas iniciativas populares. Por outro lado, como se

---

<sup>2</sup> Lefebvre iniciou seus estudos sobre o cotidiano na década de 1940, publicando uma sequência de obras: *Critique de la vie quotidienne* (1947), *Critique de la vie quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté* (1961), *La Vie quotidienne dans le monde moderne* (1968), *Critique de la vie quotidienne, III: De la modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie du quotidien)* (1981) e *Éléments de rythmanalyse: Introduction à la connaissance des rythmes* (1992).

<sup>3</sup> “[...] grandeza de lo cotidiano, la continuidad; la vida que se perpetúa, establecida sobre este suelo; la práctica desconocida, la apropiación del cuerpo, del espacio y el tiempo, del deseo. (Lefebvre, 1968, 49)

<sup>4</sup> “Obliterar é o oposto de esclarecer: fazer esquecer, obscurecer, ocultar, diminuir, reduzir.” (Kapp; Lino, 2008, 13-14).



verá adiante, a pesquisa de campo mostra que esses traços são limitados. O universo de opções no processo decisório é restringido e constrangido pela escassez de recursos, pelo acesso precário às informações e pelas determinações externas da concorrência de mercado. O desafio dos grupos de trabalho associado – e das propostas teóricas e práticas que pretendem favorecê-los – consiste em superar o horizonte das “escolhas pré-escolhidas”, como diz Pierre Bourdieu (2011 [1979-1982]), isto é, superar as pseudo-alternativas previamente definidas pela vulnerabilidade e precariedade a que estão submetidos os grupos de trabalho.

Militantes de esquerda denunciam as formas de “participacionismo” (Guillerm; Bourdet, 1976; Tragtenberg, 1987), como a co-gestão, o controle operário, a participação e a cooperativa, considerando que a determinação dos fins é externa ao trabalhador. São fins determinados pelo capital, que acaba por assimilar essas manifestações. Segundo esse raciocínio, a autogestão em confronto à sociedade capitalista somente poderá existir em casos isolados e por curtos períodos (Guillerm; Bourdet, 1976). O equívoco de reatualizar o controle operário (conselhos operários, *soviets*, comitês de greve, comissões de fábrica) em tempos de “Economia Solidária” é considerar o espaço de produção o lugar de origem da autogestão, de onde a prática autogestionária poderia ser estendida para toda a sociedade. Tomar o controle operário de forma isolada é desconsiderar as práticas de autodeterminação da população em todas as esferas da vida, não apenas na esfera da produção. Ao contemplar todas as esferas da vida, o conceito de autogestão sai da esfera exclusiva da produção e abrange o universo da reprodução, de modo a conceber novos tipos de atividades, livremente construídas, que revolucionem o trabalho de produção (e de reprodução), a forma do equipamento, e a finalidade dos produtos (Guillerm; Bourdet, 1976), e conseqüentemente, a forma de produção do espaço.

Esta pesquisa busca identificar as bases conceituais das ferramentas que possam potencializar os traços de autonomia e autogestão já presentes na produção do espaço por trabalhadores associados, tendo por horizonte a livre associação entre produtores (Marx, 2010 [1859]) e reprodutores e que essa livre associação possa prevalecer sobre o modo capitalista de produção. Entende-se por “reprodução” a base principal da existência da sociedade (Luxemburg, 1976 [1912], 12), no sentido de preceder à produção (Lino; Kapp, 2008), no sentido de ser. Portanto, esta acepção encerra algo mais que a repetição regular do processo produtivo e o pressuposto de determinado nível de produtividade de trabalho (Luxemburg, 1976 [1912], 12).

Esta tese parte do pressuposto que a separação das esferas de vida contribui para a permanência da pobreza material e política. O espaço especializado da fábrica ou privado da moradia concorre para a manutenção de relações opressoras de gênero e entre classes. Reconhecer como os coletivos de trabalho lidam com essa separação pode indicar práticas sócio-espaciais que vislumbrem a possibilidade dessa separação deixar de existir, considerando-se que ela advém de uma construção social e, portanto, não é natural.

As propostas centradas no universo da produção correm o risco de se tornarem produtivistas, no sentido de considerarem somente as atividades humanas que geram riquezas acumuláveis. Permanece central a ideia de *sobreviver para produzir* e não a lógica contrária, em que a existência de pessoas se torna o fim e não o meio para a produção (Kapp; Lino, 2008). Por essa razão, as iniciativas autogestionárias dos grupos associados são examinadas nesta pesquisa principalmente a partir do trabalho de reprodução. Isso significa abordar, não somente eventuais atividades reprodutivas no contexto espacial e temporal da produção propriamente dita (como o intervalo para descanso ou alimentação), mas também os espaços e tempos do trabalho de reprodução realizado por cada membro associado (como as atividades domésticas), evitando-se a dicotomia entre o universo exclusivo da produção e o da reprodução. Desse modo, os traços de autonomia são compreendidos nesta tese como possibilidades de prevalência da reprodução sobre a organização da produção e, ao mesmo tempo, de existência de relações igualitárias entre os membros dos coletivos.

O campo da Economia Solidária considera o trabalho associado um representante legítimo de relações igualitárias, porém nem sempre questiona a precedência da reprodução sobre a produção. O perigo de desconsiderar essa problematização é conceber que relações igualitárias são consensuais, o que na prática não ocorre sem conflitos. O reconhecimento desses conflitos evita a reprodução de tipos ideais como o “homem econômico” e a “mulher solidária”, exemplares de uma mesma racionalidade produtivista, que reforça o padrão patriarcal de relações sociais.

A produção dos espaços pelos coletivos de trabalho coloca em evidência a luta cotidiana dos pobres pela sobrevivência nas grandes cidades, ampliando o debate sobre as questões sociais para além dos problemas de habitação, geração de trabalho e renda ou outra reivindicação isolada de direito civil. Trata-se aqui de compreender a reprodução das relações sociais que mantêm a opressão e a exploração de uma classe pela outra. No âmbito do trabalho associado, esse desafio torna-se maior considerando as condições de precariedade social da grande maioria dos coletivos de trabalho e, conseqüentemente, a tão

questionada centralidade do trabalho que assegura a subsistência econômica de seus membros. A luta pela sobrevivência mediante o trabalho duro mantém o indivíduo isolado de seu corpo social, alheio às questões sociais e, portanto, incapaz de se organizar coletivamente.

As ações isoladas das práticas populares não conformam ações políticas pelo simples fato de serem alternativas ao modo de produção capitalista. A ação política é, em sua essência, coletiva (Arendt, 2010 [1958]). Deste modo, acredita-se que coletivos de trabalhadores que se auto organizam para garantir condições objetivas e subjetivas de sobrevivência apresentam potencialidades de superação da pobreza material e política.

É necessário investigar os recursos e instrumentos empregados pelos trabalhadores associados, de um lado, e pelos técnicos especialistas, de outro, com o objetivo de elaborar futuros processos de produção do espaço que possam promover “pequenos ganhos de autonomia” (Souza M. L., 2010 [2001], 177), indo além das concepções individualistas populares e das propostas heterônomas dos técnicos.

Ao final da tese, identificam-se os recursos empregados pelos coletivos de trabalho na apropriação do espaço. Acredita-se que tais recursos podem ser potencializados de modo a consolidar relações que promovam a emancipação social dos membros associados. A intenção última é delinear formas de combate à pobreza material e política para além dos usuais programas de geração de renda (desenvolvimentismo) e de transferência de renda (assistencialismo), os quais concebem somente a justa distribuição de bens materiais. Pretende-se vislumbrar também programas que contemplem o justo acesso aos meios de decisão, a partir do reconhecimento de traços emancipatórios na produção do espaço pelos trabalhadores associados.

## **1.2 Métodos de pesquisa e coleta de dados**

A pesquisa acerca da produção do espaço por grupos de trabalho associado foi estruturada em duas frentes de trabalho concomitantes, que pudessem, a cada etapa, se corrigir mutuamente, aproximando a discussão teórica da análise e interpretação dos dados colhidos em campo. A primeira dessas frentes consistiu no estudo da bibliografia sobre os temas da produção social do espaço, da pobreza urbana, da economia de sobrevivência e da economia solidária. A segunda frente de trabalho foi a pesquisa de campo, cujas etapas e procedimentos são detalhados em seguida.

Grande parte do trabalho de campo se realizou na Região da Pampulha, em Belo Horizonte. A escolha dessa região foi de caráter inteiramente pragmático. Nela se localiza a Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), onde eu trabalho e na qual pude constituir uma pequena equipe com dois estudantes de graduação em Design, bolsistas de iniciação científica, que foram sendo substituídos por outros estudantes, à medida que o prazo de uma ano se extinguiu.<sup>5</sup>

O trabalho se iniciou no ano de 2010 com visitas prospectivas dessa equipe a sete grupos associados com diferentes perfis: quatro grupos de artesanato, uma cooperativa de crédito de funcionários da UFMG, um grupo de empresas incubadas pela UEMG, uma associação de triadores de Resíduo Sólido Urbano (RSU) e uma associação de bairro. Os grupos de artesanato foram localizados durante uma atividade de extensão realizada em 2010 pelo Centro de Extensão da Escola de Design da UEMG. Tal atividade consistia no levantamento de associações de artesanato na região da Pampulha, com o objetivo de identificar grupos interessados em inovar o desenho de seus produtos. A cooperativa de crédito, o grupo de empresas incubadas, a associação de triadores e a associação de bairro foram identificados a partir da necessidade da pesquisa de campo variar as modalidades dos grupos associados. Na ocasião, buscou-se, junto ao Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte (CPES-BH), os contatos dos grupos cadastrados nessa instituição, cujas sedes se localizassem na região da Pampulha. Ao todo, o CPES-BH indicou cerca de 10 grupos, em sua maioria associações de artesanato e de triadores de RSU.

Nesse primeiro momento, tratou-se de estabelecer contatos e identificar grupos que efetivamente quisessem e pudessem contribuir com a pesquisa. As visitas consistiam em entrevistas com dois tópicos centrais: a história da associação e a história da produção do espaço. Foi realizada uma entrevista com cada líder dos grupos. Cinco deles foram considerados pouco promissores nesse sentido, por diferentes razões. Num dos grupos de artesanato, o trabalho de evangelização – de natureza bastante missionária – parecia mais relevante do que o trabalho produtivo propriamente dito. Outro grupo de artesanato estava sem perspectiva de continuidade pela eminência de perder o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, que o havia sustentado até então. Um terceiro grupo de artesanato também demonstrava uma fragilidade grande em razão do estado de saúde da presidente, que era pivô de todo o seu funcionamento. A cooperativa de crédito e a incubadora de empresas se mostraram demasiadamente afinadas com os padrões econômicos de empresas

---

<sup>5</sup> As bolsas de iniciação científica foram concedidas pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) entre março de 2011 e fevereiro de 2013, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado Produção de Espaço de Economias Solidárias.

convencionais (capitalistas), sem nenhuma contraposição em direção a uma economia popular, social ou solidária. A associação de bairro, naquele período, estava desmobilizada e quase sem atividades. Restaram um grupo de artesanato e a associação de triadores.

Durante o ano de 2011, a pesquisa de campo concentrou-se na identificação de dificuldades, problemas e conflitos no processo de produção dos respectivos espaços de trabalho pelos membros desses dois grupos. Isso foi levantado sobretudo mediante entrevistas em profundidade e a observação direta dos processos de trabalho, realizadas em duas visitas a cada grupo, entre os meses de outubro de 2011 a janeiro de 2012.

A pesquisa de campo foi organizada a partir de uma perspectiva biográfica, empregando “entrevistas centradas em problemas”, nas quais as pessoas entrevistadas (lideranças das associações) relataram sua vida cotidiana, sua biografia familiar e profissional, expondo ao final da entrevista suas opiniões sobre a situação social no Brasil. A pesquisa empírica teve como referência o trabalho realizado por Thomaz Kühn, pesquisador da universidade alemã de Bremen, que investigou como a condução da vida cotidiana das pessoas acaba por reproduzir as desigualdades sociais. O pesquisador realizou um estudo exploratório com os moradores do bairro de São Cristovão, em Salvador, Bahia (Kühn, 2007 [2004]).

A pesquisa de campo foi realizada com o auxílio de um roteiro de entrevista semi-estruturada centrado nas questões espaciais vivenciadas pelos grupos associados; bem como de gravação de áudio e vídeo<sup>6</sup> e registro fotográfico. Os dados foram apurados e analisados de forma qualitativa, a partir das falas dos entrevistados e observação das atividades nos espaços de trabalho. Antes da realização da pesquisa de campo, o roteiro de entrevista foi testado de modo a possibilitar correções referentes à dinâmica da entrevista e à interpretação, pelos entrevistados, da linguagem adotada pelos entrevistadores. Ao final da pesquisa foi possível identificar os problemas enfrentados pelas economias sociais na produção do espaço e as estratégias empregadas para lidar com eles no cotidiano de trabalho. A decisão pela aplicação da entrevista centrada em problemas baseou-se na perspectiva orientada no sujeito e na possibilidade de auto-reflexão (ou seja, como os indivíduos percebem e interpretam suas condições de ação na produção do espaço), na centralidade do cotidiano (isto é, tentativa de decifrar a realidade do grupo a partir do ordinário e não do extraordinário) e na intenção de testar as possibilidades do instrumento de coleta de dados no estudo da produção do espaço.

---

<sup>6</sup> No período da pesquisa de campo, a filmadora do Centro Design de Ambientes foi furtada, o que impossibilitou a filmagem da maioria das entrevistas. A partir de então, a equipe decidiu somente usar um gravador; o que, de um modo geral, favoreceu a espontaneidade das falas dos entrevistados.

É preciso mencionar que, embora as principais premissas teórico-políticas da pesquisa referentes à autogestão já estivessem claras naquele momento, todo esse levantamento de 2011 ainda foi realizado a partir de uma visão bastante convencional das possibilidades de atuação de arquitetos e designers no contexto de produção de espaço de grupos associados. A equipe vislumbrava que seus conhecimentos técnicos especializados fossem aplicados para responder a demandas espaciais dos grupos, segundo o método convencional de diagnóstico ou programa de necessidades, seguido do projeto técnico. Não se considerava com a devida ênfase a possibilidade de outros raciocínios de planejamento e de processos de transformação do espaço pelos próprios usuários.

Essa visão convencional se modificou a partir de uma experiência também realizada na Escola de Design da UEMG, mas não diretamente relacionada às pesquisas para esta tese de doutorado. Trata-se do grupo de estudos *Consultório de Ambientes*, criado no mesmo ano de 2011, com o objetivo de estudar e aplicar um método de atendimento arquitetônico de demandas populares elaborado pelo arquiteto argentino Rodolfo Livingston.<sup>7</sup> A intenção era empregar esse método na reforma de moradias de uma população extremamente pobre e não, como é o caso da prática de Livingston, em reformas e construções da chamada classe média baixa. As tentativas dessa reaplicação levadas à cabo pelo Grupo de Pesquisa MOM evidenciaram logo a discrepância entre um processo de projeto, mesmo que simplificado e muito participativo, e a situação real de grupos extremamente pobres. Evidentemente, as limitações residem no pequeno capital cultural dessa parcela da população que, ao contrário da classe média baixa, não apresenta as disposições necessárias para manipular as informações técnicas elaboradas pelo método Arquitetos da Família. Como será visto no capítulo 3, apesar dessas informações técnicas serem concebidas mediante interfaces amigáveis com os clientes, derivam de um instrumento técnico de uso convencional por técnicos especialistas, o projeto. Assim, a equipe constatou a insuficiência de qualquer assistência técnica pautada no método.

Assim, em 2012, a equipe retomou a pesquisa junto ao grupo de artesanato e à associação de triadores, mas, dessa vez, tendo por prioridade a identificação de indícios de autogestão do espaço, ou em outros termos, de traços de uma consciência política na produção do espaço pelos membros dos coletivos. Nessa fase, realizaram-se 15 entrevistas (ver apêndice B) com membros dos dois grupos, utilizando a técnica de *Narrative Interview* (NI)

---

<sup>7</sup> No Brasil, este método vem sendo extensamente estudado e aplicado pelo Grupo de Pesquisa MOM, inclusive no âmbito do ensino de projeto da Escola de Arquitetura da UFMG. Uma discussão detalhada e um experimento inicial de sua aplicação no contexto de Belo Horizonte foram realizados na pesquisa de mestrado de Priscilla Nogueira (2010).

ou entrevista narrativa (Bauer, 1996; Elliott, 2005). A entrevista narrativa prevê uma fase inicial de familiarização com o campo, que possibilite formular questões “*exmanent*”, isto é, questões que refletem o interesse do pesquisador externo ao grupo pesquisado. Nesse sentido, as observações que haviam sido realizadas no ano anterior, foram bastante úteis, pois tal familiarização já estava feita.

A entrevista narrativa<sup>8</sup> mostrou ser uma técnica adequada de coleta de dados para a pesquisa porque mantinha a natureza autobiográfica dos relatos dos informantes, sem, no entanto, determinar a condução da fala dos entrevistados, como foi observado na pesquisa anterior. No caso da entrevista centrada em problemas, a última etapa referente à expressão de opinião sobre as questões sócio-espaciais, os entrevistados nem sempre eram espontâneos em suas falas, verbalizando “frases feitas” e emitindo opiniões pré-estabelecidas. Como o objetivo primordial era reconstruir o processo de produção do espaço pelo grupo associado, a aplicação das entrevistas em profundidade possibilitou essa reconstrução a partir dos relatos e, conseqüentemente, a partir das perspectivas dos informantes (ver apêndice C). De fato, a perspectiva dos entrevistados é melhor revelada quando usam sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos (Bauer, 1996). Outra modificação a partir da pesquisa anterior foi o propósito de entrevistar todos os integrantes dos grupos, além dos líderes das associações, com a intenção de contrastar diferentes visões sobre o mesmo evento social.

A partir do roteiro descrito por Bauer (1996), apresentam-se as quatro etapas da entrevista narrativa: iniciação, narração, interrogatório e “bate-papo”. A fase de iniciação compreende a elaboração de perguntas “*exmanent*”, a partir do interesse do pesquisador e expressam formulações e linguagem desse último. Tais perguntas não são apresentadas aos informantes, servem como pontos de atenção à medida que os relatos abordam as questões de interesse do pesquisador. Nessa etapa, o pesquisador apresenta o tema geral da pesquisa, solicita permissão para gravar a fala do informante e esclarece o procedimento da entrevista: contação ininterrupta da história e ao final uma etapa de questionamentos. Nessa etapa, o pesquisador formula um tópico central abrangente, relacionado com a pesquisa, de modo a abarcar todos os eventos de interesse de domínio do pesquisador e de relevância do informante. Bauer sugere que o tema central seja apresentado através de recursos visuais, como uma linha de tempo que representa o início e o fim do evento.

---

<sup>8</sup>A entrevista narrativa, como técnica adequada à pesquisa, foi apresentada à doutoranda pela orientadora.

Na fase de relato, o pesquisador solicita ao informante que conte uma história sobre o tópico central. A história não pode ser interrompida até que o próprio informante sinalize o fim do relato. A todo momento, o pesquisador deve encorajar o informante com sinais não-verbais de escuta. O pesquisador deve ficar atento de modo a elaborar na mente ou em um papel perguntas iminentes, ou seja, perguntas a partir da fala dos informantes que podem esclarecer as questões *exmanent* ou que podem esclarecer algum outro evento relatado durante a fala. Ao final “natural” do relato pelo informante, o pesquisador o estimula a falar mais sobre o assunto, perguntando se há algo mais para dizer sobre o tema.

A última fase é a de questionamentos. Ela é elaborada a partir do próprio vocabulário e linguagem adotada pelo informante. Recomenda-se fazer perguntas iminentes, sobre os eventos mencionados na história (como, o que aconteceu antes, depois, então...?). Evita-se solicitar opiniões e perguntar sobre as causas, pois esse tipo de pergunta é indutor no sentido de o informante responder a partir da expectativa do entrevistador.

Na etapa final, “bate-papo”, após desligar o gravador, o informante se sente mais à vontade para acrescentar informações, geralmente, relevantes para a pesquisa. É recomendável registrar esses dados logo após a entrevista em uma gravação ou em uma breve anotação, além das primeiras impressões do pesquisador sobre a entrevista.

Dado o interesse mais amplo da pesquisa – a apropriação pelo grupo associado de suas próprias condições de existência –, as questões *exmanent* dizem respeito a: modos de organização do espaço e do tempo, processos e critérios de decisão coletivos, forças produtivas e meios de produção empregados, e organização das atividades de produção e reprodução. Tais questões foram formuladas mediante três temas ou tópicos de narração: a história do grupo associado, a conquista do espaço de trabalho e a organização do ambiente. Na apresentação do tópico relativo à organização do ambiente, de modo a apoiar o informante, foi empregado o recurso visual do desenho, quando ao informante pediu-se para desenhar a distribuição das atividades no ambiente de trabalho. Quando o informante indicava algum desconforto no ato de desenhar, eu esboçava plantas dos ambientes de modo a permitir que o informante completasse o desenho com informações detalhadas. As entrevistas foram realizadas com o auxílio de uma bolsista de iniciação científica, que mantinha contato visual com o entrevistado, encorajando-o a contar sua história, me liberando para realizar anotações sobre as questões iminentes durante a fala do informante. Outro procedimento adotado para encorajar a contação da história, foi a repetição da última fala do informante por mim, quando o primeiro tentava encerrar a entrevista. Isto foi necessário nas situações em que eu percebia o desconforto do informante



em relação a pesquisa, notadamente com os membros da associação de triadores. Essas mulheres relatavam em poucas palavras a história de produção do espaço onde o coletivo trabalhava, omitindo pormenores que poderiam ser importantes para a reconstrução da história da associação. As entrevistas foram gravadas e, após as transcrições, discutidas entre os membros da equipe. A partir das narrativas dos informantes, a equipe de pesquisa elaborou relatórios descritivos e analíticos contemplando as questões *exmanent*.

Na associação de triadores, as informações das entrevistas foram cruzadas com uma observação sistemática do espaço em uso, realizada por dupla de bolsistas durante três tardes subsequentes. As bolsistas fizeram desenhos esquemáticos e registros fotográficos das atividades no ambiente de trabalho, incluindo inadequações e entraves mais imediatamente visíveis. Para esclarecer contradições, inconsistências ou lacunas, a equipe conversou novamente com os entrevistados. No grupo de artesanato, o líder não autorizou esse tipo de observação sistemática.

Mais recentemente, no mês de setembro de 2012, o contato com a associação de bairro foi retomado, depois da notícia de que os moradores estariam se mobilizando para realização de uma feira de artesanato com produtores locais. Participei então de cinco reuniões da associação, cujas pautas foram sempre a organização dessa feira. O método empregado nesse caso foi a observação participante. Vale registrar que a associação apenas autorizou a pesquisa mediante a contra-partida de que eu integrasse a rede de indivíduos e instituições que a apoiam. Embora o estudo de caso tenha indicado achados interessantes para o tema da pesquisa, preferi não inseri-lo neste trabalho em função de os conflitos, limites e contradições na produção do espaço serem referentes ao primeiro momento de mobilização dos produtores para a realização da feira. Dado o pequeno tempo de organização do grupo, seus membros estavam ainda na fase de discussão e elaboração de recursos para enfrentar os dilemas, não configurando instrumentos consolidados de produção de espaço.

Ficou evidente, no entanto, que os grupos estudados até agora se estruturam quase que exclusivamente por objetivos econômicos, isto é, geração de trabalho e renda. Decidiu-se, por isso, ampliar os estudos de caso para grupos que apresentam uma atuação política mais contundente. Dois outros grupos foram selecionados para realização da pesquisa de campo, cujo critério era maior consciência política de seus membros a cerca da organização do trabalho e de seu espaço. Em visita ao CPES-BH em março de 2013, sua gerente me indicou o grupo Mulheres da Vila, localizado também na região da Pampulha, como exemplo de associação, cujas práticas sociais e políticas são referências para outros grupos de

Economia Solidária. Realizei três visitas à associação nos meses de maio, junho e outubro de 2013, duas na sede onde o grupo se reúne quinzenalmente e uma na moradia da associada mais antiga. Outro grupo investigado foi a associação de costureiras de Noiva do Cordeiro, uma comunidade de mulheres localizada na área rural de Belo Vale (MG). Nessa comunidade, um primeiro contato foi realizado em janeiro de 2013, quando eu e duas alunas de iniciação científica decidimos visitar o local sem um contato prévio, uma vez que não foi possível estabelecer um contato telefônico ou virtual, de modo a apresentar a pesquisa, seus objetivos e solicitar a autorização para realização de um estudo de caso. Os membros da comunidade que receberam a equipe solicitaram um prazo maior para dar um retorno em função da necessidade de convocar toda a comunidade para votar sobre a requisição de pesquisa de campo. A comunidade decidiu não receber a equipe de pesquisa em função do período de trabalho na lavoura. Em razão dessa primeira negativa, busquei ajuda com uma arteeducadora que já havia trabalhado com as costureiras de Noiva do Cordeiro. Nessa segunda tentativa, as costureiras foram mais receptivas quando mencionei o nome da arteeducadora, e a comunidade aprovou a pesquisa no local. Realizei três visitas em companhia de outros pesquisadores do grupo de pesquisas Morar de Outras Maneiras (MOM), nos meses de junho e setembro de 2013. Em ambos os casos, foi aplicada a já mencionada técnica de coleta de dados “entrevista narrativa”. Em ambos estudos de caso, Mulheres da Vila e Noiva do Cordeiro, evidentemente, por se tratar de coletivos cujos membros são em sua maioria mulheres, havia a expectativa de se comprovar a hipótese da precedência da reprodução sobre a produção ou, em outros termos, a existência de outros processos de produção do espaço determinados pelo universo da reprodução.

### **1.3 Estrutura da tese**

A fim de buscar respostas para o questionamento central desta tese “Que diretrizes podem ser formuladas para a produção autônoma do espaço pelos grupos de trabalho associado?”, este trabalho acadêmico foi estruturado em sete capítulos, sendo o primeiro referente à apresentação do objeto de pesquisa, os métodos empregados e sua estrutura.

O segundo capítulo discute o contexto social que originou o espaço de trabalho, ou o espaço exclusivo para o desempenho de atividades produtivistas. O objetivo é demonstrar a dependência que a esfera da produção tem do universo da reprodução e, notadamente, como essa dependência é obliterada e reforçada pelas relações patriarcais. Em um segundo momento, investigo como o processo de trabalho, e a sociedade são organizados segundo as teorias de organização racional do trabalho, e quais os efeitos sobre a produção do espaço. No final do capítulo, apresento a arquitetura inspirada na ideologia da máquina e os

principais aspectos que direcionam as decisões dos técnicos especialistas. De modo geral, o espaço de trabalho é concebido pelos arquitetos privilegiando as atividades produtivas que contribuem para a agregação de maior valor ao produto, considerando o trabalhador “padrão” – indivíduo jovem do sexo masculino, mediante a prática projetual.

O terceiro capítulo aborda o conceito de “trabalho associado” e as vertentes de pesquisa em Economia Solidária presentes no Brasil. Após indicar em qual vertente esta tese se enquadra – vertente da Economia Popular – complemento a discussão sobre os mecanismos de permanência de relações de opressão entre classes sociais, a partir das ideias do sociólogo Jessé Souza (2009; 2010). Mediante o marco teórico de Tecnologia Social, pesquiso as bases que fundamentam o desenvolvimento de uma tecnologia que promova a autonomia dos coletivos de trabalho. Posteriormente investigo as propostas de produção do espaço que contemplam práticas não opressoras e que, portanto, configuram tentativas de produção de um novo conhecimento no campo da arquitetura. A partir da crítica às propostas ditas participacionistas, e tendo em mente as propostas de autonomia coletiva, analiso as práticas de arquitetos engajados com os grupos de trabalho associado e com sua produção do espaço. Concluo que os recursos e aparatos empregados pelos arquitetos reproduzem as relações sociais amparadas na divisão do trabalho, na propriedade privada e na mercantilização do espaço – que, segundo Mészáros (2006 [1970]), representam instrumentalidades capitalistas que subordinam a esfera da reprodução à acumulação de capital.

O quarto capítulo apresenta os estudos de caso de grupos de trabalho associado, os quais denomino “coletivos de trabalho”. Analiso as relações sociais de produção, a organização do trabalho, as relações de propriedade, as forças produtivas empregadas na produção do espaço, a liderança e sua representatividade, os processos de decisão, os conflitos negociados no grupo e os recursos utilizados para a tomada de decisão sobre a organização espacial. Para tanto foram escolhidos dois grupos localizados na região da Pampulha: um de artesanato e outro de triadores de resíduos sólidos urbanos, que se enquadram na economia popular. Visando ampliar o escopo da pesquisa para grupos com consciência e organização política, à pesquisa de campo foi acrescentada uma associação de bordadeiras e uma de costureiras. Nos estudos de caso, optou-se pela coleta e análise qualitativa dos dados, quando foi empregada a técnica de entrevista narrativa.

O quinto capítulo analisa os principais achados da pesquisa de campo a partir das contradições que os coletivos de trabalho enfrentam para autoproduzir o espaço. A união *versus* a separação entre moradia e trabalho revela a vulnerabilidade biológica e social a

que os membros associados estão submetidos. O padrão reprodutivista *versus* o padrão produtivista de produção do espaço indica a importância do predomínio da racionalidade reprodutivista sobre a produtivista. O espaço político *versus* o espaço simbólico demonstra o perigo de transformar o espaço como “meio de reprodução e produção” em “mercadoria”. A produção autônoma do espaço *versus* a produção heterônoma do espaço ou a autoprodução mostra a relevância do acesso ao conhecimento pelos coletivos para a tomada de decisão consciente. A luta pela política *versus* a luta pela sobrevivência evidencia a necessidade de superar a alienação, de modo que o indivíduo isolado se transforme em indivíduo social. Essas contradições somente são superadas pelos coletivos de trabalho quando são discutidas entre eles, nos espaços políticos, cuja função é agregar os membros para o debate e não centralizá-los para o consenso.

O sexto capítulo apresenta as bases conceituais para as práticas de arquitetos e outros técnicos ocupados com a emancipação dos coletivos de trabalho. Retomo as contribuições dos conceitos de pobreza política, da precedência da reprodução sobre a produção, do cotidiano, e da autonomia coletiva para a produção autônoma do espaço pelos coletivos de trabalho. Após discutir os arranjos sócio-espaciais elaborados pelos coletivos e identificados na pesquisa de campo, finalizo o capítulo recomendando aos técnicos especialistas que atuem no desenvolvimento de instrumentos que potencializem o modo como os coletivos produzem seus espaços. Parafraseando Baltazar e Kapp (2006), essa instrumentalidade fundamenta-se no resgate da autonomia do usuário como produtor do espaço e do arquiteto como *designer* de interfaces e mediações, instrumentalidades que ampliam as possibilidades de atuação do arquiteto para além da ferramenta heterônoma do projeto.

O sétimo capítulo indica algumas recomendações para a produção do espaço *pelos* coletivos de trabalho. De modo a potencializar os traços de autonomia e a superar as relações opressoras de gênero e de trabalho, os técnicos ocupados com os coletivos devem estar atentos aos arranjos sócio-espaciais elaborados pelos coletivos para transpor os conflitos advindos da separação entre moradia e trabalho. Quanto maior o espaço político onde os membros dos coletivos de trabalho atuam ativamente na deliberação de normas que garantem a subordinação da produção à reprodução, maior é a possibilidade de existência de relações não hierárquicas entre seus membros.

## 2 OS ESPAÇOS DE TRABALHO

### 2.1 Introdução

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber observa que, além dos fundamentos dogmáticos e das sanções religiosas presentes na ascese puritana, há duas condições indispensáveis à moderna organização capitalista racional do trabalho livre. Uma delas é “a separação espacial entre os locais de trabalho e os de residência”. A outra é a “contabilidade racional” ou o cálculo preciso de recursos e excedentes, possível apenas a partir dessa separação (Weber, 2001 [1904-5], 7). Embora o interesse de Weber seja a relação entre ética protestante e a “habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática” (Weber, 2001 [1904-5], 9), sua premissa de separação espacial entre produção e reprodução fornece um bom argumento para analisar o surgimento dos modernos espaços de trabalho a partir dessa relação, em vez de considerá-los somente a partir das categorias de análise próprias do universo da produção.

Nem toda produção orientada para o mercado demanda espaços exclusivos. Houve – e há até hoje – tanto situações de concentração de trabalhadores em fábricas, quanto situações de dispersão da produção, realizada pelos trabalhadores no ambiente doméstico. O presente capítulo destina-se a analisar e discutir esses diferentes tipos de espaço de trabalho, partindo de três sistemas: o artesanal, o chamado *putting-out* e o fabril. Trata-se de esclarecer, em cada um desses tipos, as condições de surgimento, as relações entre as atividades de produção e reprodução, a função do espaço e dos aparatos e os recursos técnicos e organizacionais. Recorrerei a exemplos históricos, mas sem pretender nenhuma abrangência nesse sentido, já que o propósito dessa análise é apenas fornecer elementos para melhor compreender as especificidades dos espaços dos coletivos de trabalhadores associados investigados na pesquisa de campo.

O trabalho de reprodução visa ao valor de uso, enquanto o trabalho produtivo, ao valor de troca e – na produção capitalista – à mais-valia. Mas atividades de reprodução não são menos “trabalhosas” do que as de produção. Nesse sentido, a expressão *espaços de trabalho* deveria abranger quaisquer lugares de transformação de matéria-prima mediante o despêndio de energia humana, independentemente de sua finalidade. Por uma questão de coesão, a expressão é qualificada nesta tese seguida da natureza das atividades de trabalho, como espaços de trabalho de reprodução ou de produção, quando os espaços são exclusivos; e o espaço de trabalho combinado, quando o espaço de trabalho de reprodução está mesclado com o de produção.

Mas o que distingue reprodução e produção? A existência de qualquer sociedade humana, capitalista ou não, pressupõe o trabalho de reprodução ou o conjunto de operações diárias realizadas em prol da sobrevivência dos seres humanos:

Reprodução é a produção para a permanência de determinado estado de coisas, a começar pela subsistência orgânica dos indivíduos e pela subsistência da espécie, mediante a procriação. Essas são as bases e condições de possibilidade de qualquer sociedade humana. Sem reprodução, não há produção, pois ela não teria objeto, nem teria quem a realizasse [...] Portanto, a reprodução tem precedência lógica sobre a produção, ainda que, do ponto de vista gramatical, isso pareça estranho (Kapp; Lino, 2008, 13).

Contudo, numa sociedade capitalista, o universo da reprodução da vida humana passa a ser determinado pelo universo da reprodução (ampliada) do capital, à qual se dá o nome de *produção*. Do ponto de vista do capital, apenas o trabalho que contribui diretamente para a sua acumulação é denominado *produtivo*.

No processo de produção absorve-se mais trabalho do que foi comprado, e essa absorção, apropriação de trabalho alheio não pago, consumada no processo de produção, é o objetivo direto do processo de produção capitalista; pois, o que o capital quer produzir como capital (portanto, o capitalista como capitalista) não é valor de uso imediato para o próprio consumo pessoal, nem mercadoria para transformar primeiro em dinheiro e depois em valor de uso. Seu objetivo é o enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia. E o capital só alcança esse produto específico do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de trabalho produtivo (Marx, 1975 [1857-8]).

O capitalismo separou vida e trabalho em duas esferas distintas e inverteu, prática e ideologicamente, as prioridades, de uma forma “irracional de um ponto de vista ingênuo” e “que soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência capitalista” (Weber, 2001 [1904-5], 51). A precedência da produção sobre a reprodução determina que a base de valor para as atividades desempenhadas pelos seres humanos seja o trabalho produtivo, gerador de riqueza para o capitalista. Essa precedência, em bases capitalistas, é paradoxal. O trabalho de produção domina o de reprodução e, ao mesmo tempo, o trabalho de reprodução sustenta o de produção. “Fato é que o modo de produção capitalista industrial não seria capaz de prover sua própria reprodução se não contasse com essa parcela imensa de sobretrabalho” (Kapp; Lino, 2008, 14). Outra característica do trabalho de reprodução refere-se à dualidade de sua mercantilização. Há uma diferença entre “porção

de trabalho de reprodução que é passível de substituição por mercadorias e a porção desse trabalho que não o é” (Kapp; Lino, 2008, 16). No primeiro caso, as atividades produtivas submetem-se ao planejamento pelo Estado ou do capital privado mediante o interesse pela acumulação. No segundo caso, as atividades que não são acumuláveis, evidentemente, não são submetidas a controle com o objetivo de crescimento linear (Kapp; Lino, 2008).

Efetivamente, o trabalho de reprodução não é acumulável. À revelia do aspirador de pó, do freezer, da inseminação artificial e de toda a imensa produção de mercadorias destinadas ao consumo doméstico, não se pode limpar a poeira de amanhã, nem matar a fome da semana que vem ou gestar os filhos da década seguinte. Se o aumento das forças produtivas de uma sociedade tende a reduzir o trabalho necessário à reprodução, ainda assim uma grande parcela desse trabalho não pode ser mercantilizada, racionalizada ou socializada. Mesmo que muitas mercadorias estejam disponíveis e os salários efetivamente permitam comprá-las, a criação dos filhos, a manutenção da moradia, o cuidado com os doentes e até mesmo o consumo concreto envolvem um trabalho não reificável, sem o qual nenhum outro tipo de trabalho seria possível (Kapp; Lino, 2008, 18).

Considerando-se que as atividades dos grupos de trabalho associado visam a reprodução ampliada da vida (Coraggio, 1999), pode-se conceber o conceito de “trabalho” de modo mais amplo, identificando-o com aquele realizado para as atividades que não são acumuláveis (de reprodução) e para aquelas que são acumuláveis (de produção).

Quanto ao tema de Webber (2001 [1904-5]), a moderna organização racional do trabalho livre, a massa de trabalhadores ditos *livres* constitui um elemento indispensável ao capitalismo industrial (Marx, 2010 [1859]). Mas são trabalhadores *livres de quê?* De suas antigas relações de servidão, certamente, mas de suas antigas relações de *reprodução*, que incluem o acesso à terra (Marx, 1975 [1857-8]). A condição de homem – ser humano do sexo masculino – que pode (ou melhor, precisa) vender sua força de trabalho ao capital pressupõe a separação de produção e reprodução. Apenas assim os trabalhadores podem ser reunidos pelo capitalista num mesmo local e submetidos ao seu controle direto, satisfazendo a exigência de cálculos certos do investimento em capital fixo que, para Weber (2001 [1904-5]), distingue empreendimentos do capitalismo comercial de empreendimentos do capitalismo industrial. Se “tempo é dinheiro”, é preciso apartar as atividades de produção de quaisquer outras.

Na visão de Weber, a transição do capitalismo comercial para o industrial fundamenta-se, portanto, na dissociação da vida em duas esferas distintas, de reprodução e de produção. O espaço de trabalho que primeiro realiza essa dissociação completamente está inserido na

moderna manufatura. Mas é importante perceber que a transição abrange dois aspectos ou fases: de um lado, a separação entre trabalhos de produção e reprodução, a qual se concretiza na transição do sistema de produção artesanal para o sistema *putting-out*; do outro, a reunião de trabalhadores assalariados num mesmo local, o que se concretiza na transição do sistema *putting-out* para o sistema de fábrica (Kriedte, Medick e Schlumbohm, 1981 [1977]). Essa última condição foi amplamente discutida por Marx, a partir da cooperação simples, da manufatura e da maquinaria<sup>9</sup>, bem como por diversos outros autores (por exemplo, Decca, 1982; Marglin, 1996 [1973]). No entanto, poucos estudiosos dedicaram-se à compreensão da primeira condição, cuja origem está no sistema *putting-out*, e não na implantação das grandes fábricas.

## **2.2 Da produção artesanal doméstica à produção artesanal capitalista no espaço doméstico**

A produção doméstica para o mercado externo – e não somente para o autossustento ou para o mercado local – expande-se muito em áreas rurais e urbanas de várias regiões da Europa, entre os séculos XVI e XIX. As denominadas “indústrias domésticas rurais” funcionam ao lado da agricultura, uma vez que a natureza sazonal da produção agrária libera a população rural para trabalhar em outras atividades na entressafra. Mesmo sem tecnologias avançadas, concentração de trabalhadores dentro de fábricas e submissão a um capitalista, essa população chega a produzir em grande escala para mercados distantes (Ogilvie; Cerman, 1996 [1994]), por isso a denominação de “indústrias”. Mendels (1972) chama esse período de expansão da indústria caseira de “protoindustrialização”, entendendo-o como a fase que precede a indústria fabril e gera as condições para a sua implantação: o trabalho, o capital, a agricultura comercial e os mercados de consumo suprarregionais. De qualquer forma, é evidente que a produção orientada ao mercado não era exclusividade das oficinas domésticas rurais, existindo também em áreas urbanas.

As duas têm por característica, além da base tecnológica artesanal, o forte entrelaçamento com a vida familiar. O controle de produção e consumo estava sob o domínio da família, configurando o que Medick (1981 [1977]) chama de *economia familiar*: a formação socioeconômica que organiza e compatibiliza as esferas de produção, consumo e reprodução, por intermédio de relações comuns de trabalho de todos os membros da família. À diferença do moderno sistema nuclear (casal e filhos), formalizado pela instituição

---

<sup>9</sup> MARX, Karl. (2010 [1859]). **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Título original: Das Kapital – Kritik der Politischen Ökonomie Buch I: Des Produktions-process des Kapitals. Capítulos 11, 12 e 13.



do casamento, essa antiga família consistia na associação entre dois grupos de parentesco que criavam vínculos, agregando terras, estatutos e descendentes. Tal associação bem mais ampla possibilitou o fortalecimento do regime de subsistência e, conseqüentemente, a capacidade de os camponeses resistirem às demandas de reis e nobres (Illich, 1982, 167). E no contexto urbano, a família dos artesãos agregava, além dos parentes de sangue, os trabalhadores industriais e domésticos (Mumford, 1998 [1961]).

A organização e divisão das atividades nessas famílias extensas dava-se por gênero e idade. A literatura europeia da época indica a variedade de tarefas exercidas por cada membro da família. Fontes inglesas e francesas, por exemplo, mostram que crianças de ambos os sexos executavam serviços domésticos, como cuidar dos animais e auxiliar na colheita (Tilly e Scott, 1987 [1978]). Nas áreas rurais, mulheres jovens dedicavam-se à produção de leite, às criações e à produção de tecidos e roupas. Nas cidades, elas auxiliavam os artesãos na produção de seda, lã, sapatos, casacos, facas e outras mercadorias. Filhas e filhos, ao acompanharem os pais, adquiriam as habilidades técnicas, agrícolas e domésticas necessárias na fase adulta. O desempenho de tarefas de reprodução e de produção era motivado simplesmente pela ideia de que cada novo membro da família deveria contribuir para a subsistência do grupo, assim que a idade permitisse (Tilly e Scott, 1987 [1978]).

Outro aspecto importante da organização dessa economia familiar é sua relativa autonomia. Ela não tem o sentido de independência individual – noção socialmente construída pelo liberalismo –, nem tampouco de simples autossuficiência material. A autonomia consiste no direito e na capacidade de autogoverno que, no caso, aplica-se ao grupo familiar. O direito de autogoverno da unidade doméstica nunca foi reconhecido pela classe feudal, mas, na prática, as inconsistências territoriais do feudalismo abriam espaço para isso, mesmo nas áreas rurais.

A divisão feudal das soberanias em zonas particularizadas, com limites justapostos e nenhum centro universal de competência, sempre havia permitido a existência de entidades corporativas “alógenas” em seus interfícios. Assim, embora a classe feudal tentasse por vezes reforçar a regra do *nulle terre sans seigneur*, isto na prática jamais foi realizado em nenhuma formação social feudal: as terras comunais – pastos, campos, florestas – e alódios disseminados permaneceram sempre um setor significativo da autonomia e resistência camponesa, com importantes conseqüências para a produtividade agrária total (Anderson, 1991 [1974], 144).

Marx também considera a (relativa) autonomia da unidade doméstica como uma das condições de existência das antigas indústrias caseiras (Marx, 2010 [1859], 525) e, nas áreas rurais, atribui-lhes características de uma “autarquia quase completa”, que “não depende do mercado, nem dos movimentos da produção e da história dos segmentos sociais situados fora de sua esfera” (Marx, 2010 [1859], 1054). Mesmo na esfera da circulação, quando o camponês ou o artesão vende ou compra produtos no mercado externo, onde o dinheiro já é meio de expressão do valor, a reprodução precede a produção. “A circulação simples de mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação das necessidades” (Marx, 2010 [1859], 182-3).

É preciso compreender o antigo padrão doméstico de organização do espaço nesse contexto de “economia natural” (Marx, 2010 [1859]), em que a reprodução precede as atividades produtivas e a moradia da família abriga todo tipo de atividades conjuntamente. Tanto a oficina das áreas urbanas – o *workshop* dos artesãos, quanto a indústria doméstica rural pertencem a esse espaço da moradia (Tilly e Scott, 2010 [1859]). As atividades acontecem num mesmo local, sejam elas preferencialmente orientadas para a troca ou para a subsistência. Segundo a descrição do cotidiano de uma unidade doméstica urbana por Mumford, “os membros comiam juntos à mesma mesa, trabalhavam nas mesmas salas, dormiam no mesmo salão comum, convertido à noite em dormitório, juntavam-se às orações de família, participavam das diversões comuns” (Mumford, 1998 [1961], 307).

Essa não funcionalidade<sup>10</sup> dos espaços está menos relacionada à ausência de hábitos de higiene ou de organização, como Mumford tende a interpretar, e mais à pouca hierarquia entre os membros do grupo. A elevação da moradia a templo da família patriarcal inicia-se apenas no século XVII, com o surgimento do capitalismo comercial na Holanda, justamente num contexto em que a burguesia torna-se classe dominante. Apenas a partir disso, valores do mundo doméstico burguês – como a intimidade – determinam uma progressiva especialização dos espaços domésticos (Mota, 2010, 525).

As indústrias domésticas rurais e as oficinas dos artesãos urbanos, com sua relativa autonomia, são aos poucos transformadas em empresas familiares pelo sistema *putting-out*, que preponderou sobretudo entre os séculos XVI e XVIII (Marx, 2010 [1859]; Decca, 1982;

---

<sup>10</sup> Devo à minha orientadora o emprego adequado do termo para designar espaços que não são especializados em determinadas atividades. Segundo Kapp (2013), “seria um anacronismo descrever as unidades domésticas mais antigas a partir da referência de multifuncionalidade. O próprio termo *multifuncionalidade* é inadequado se associarmos a ele o rearranjo de um mesmo local para diferentes eventos ou situações, como seria o caso de um moderno espaço de trabalho “multifuncional”. Nesse sentido, o espaço doméstico tradicional não é multifuncional; ele simplesmente não é funcionalizado.

Marglin, 1996 [1973]). Sua base está no controle da distribuição de matéria-prima, ferramentas e produtos pelo capitalista mercador, enquanto a produção propriamente dita continua sendo realizada no espaço doméstico. A figura do mercador é o pivô do processo, responsável por distribuir a matéria-prima aos produtores, de quem depois compra os produtos acabados, quase sempre com direitos exclusivos.

Essa divisão do trabalho é a primeira forma capitalista de produção pois, até então, o mercador atuava somente na esfera da circulação. A esfera da produção não era capitalista, porque os artesãos podiam até produzir para o capital, mas não *pele* capital. O capital mercantil estabelecia “propositadamente uma relação indireta e oblíqua com a esfera da ‘produção’” (Mariutti, 2012). O simples capital circulante era suficiente para reproduzir-se e não havia interesse do mercador de investir em capital fixo. Além disso, os estados nacionais europeus em formação amparavam os mercadores, articuladores dos diversos circuitos econômicos, em troca da consolidação do seu poder no território (Mariutti, 2012). O lucro estava fundamentado na especulação, na compra e venda de mercadorias por preços não correspondentes ao seu valor (ou seja, ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las).

Nessas circunstâncias, prevalecia nas unidades domésticas rurais e urbanas a organização denominada por Marx (2010 [1859]) de “cooperação simples”. Ou seja, o trabalho combinado em jornadas coletivas produz maior quantidade de valores de uso, comparado à soma de jornadas individuais, ao reduzir o tempo necessário para a obtenção de determinado efeito útil (Marx, 2010 [1859]). A produtividade na cooperação simples está relacionada com essa redução do tempo, ao mobilizar uma força produtiva de trabalho social. Marx exemplificou cada um desses efeitos úteis do trabalho combinado em várias atividades produtivas, como a construção, a pesca e a lavoura. Elaborei um quadro (quadro 01) a partir do texto de Marx (2010 [1859]).

Mas é fácil perceber que esses efeitos úteis do trabalho combinado aplicam-se a inúmeras situações dentro e fora do universo da produção. Ou seja, eles não são exclusivos de espaços de trabalho produtivo e aplicam-se também ao universo da reprodução. As diversas atividades desempenhadas pelos membros das antigas unidades domésticas eram organizadas considerando-se os efeitos úteis do trabalho coletivo.

A partir do momento em que o mercador decide organizar a produção orientada para a geração de mais-valia, ou para a extração de trabalho não pago, surge a divisão vertical ou a separação entre o trabalho manual dos artesãos e o trabalho intelectual desse novo

capitalista, o *putter-out*. Seu lucro não advém mais da reprodução do capital circulante ou dos favores do Estado, e sim da organização hierárquica da produção, favorecendo a subsunção formal do trabalho ao capital. O trabalhador perde o controle sobre o produto e sobre o processo de trabalho. O fornecimento de matéria-prima e a encomenda de determinado produto incorporam ao capital do mercador o uso da força de trabalho pelo tempo necessário para a produção da quantidade solicitada de mercadoria. O camponês ou o artesão, que antes trabalhava para o sustento do seu grupo, passa a organizar seu tempo e seu espaço segundo as determinações da encomenda. O ritmo de trabalho permanece autorregulado, com interrupções diárias, meios-expedientes e feriados (Braverman, 1981 [1974]); mas estendem-se as horas de dedicação para a produção de excedente.

QUADRO 01 – Efeitos úteis do trabalho combinado e respectivos exemplos de Marx (2010 [1859])

TRABALHO COLETIVO	
Efeito útil do trabalho combinado	Exemplos
Elevação da potência mecânica do trabalho	"[...] levantar uma carga, fazer girar uma pesada manivela ou remover um obstáculo" (p. 379)
Ampliação do espaço em que atua o trabalho	"[...] construção de diques, com obras de irrigação, canais estradas, ferrovias etc." (p. 382)
Redução do espaço em relação à escala de produção	"Mas custa menos trabalho construir uma oficina para 20 pessoas do que 10 oficinas, cada uma com capacidade para duas pessoas [...]" (p. 377)
Mobilização de muito trabalho em momento crítico	"[...] tosquiando um rebanho de ovelhas ou de ceifar e colher um campo de trigo, a quantidade e a qualidade do produto dependem de se iniciarem e se concluírem em tempos fixados essas operações." (p. 381)
Emulação entre indivíduos, animando-os e estimulando-os na execução de tarefas repetitivas	"Pedreiros, por exemplo, que fazem passar tijolos de mão em mão até o alto de um andaime, executam todos eles a mesma tarefa [...] todos em conjunto, fazendo, o chegar ao ponto de destino mais rapidamente do que o fariam se cada um deles carregasse separadamente seu tijolo até o alto do andaime." (nota de rodapé, p. 380)
Realização de diversas operações ao mesmo tempo em um processo de trabalho complicado	"Um rema, outro governa o leme, outro lança a rede ou arpoa o peixe, e a pesca alcança um resultado impossível de obter sem essa cooperação." (nota de rodapé, p. 381)
Poupança dos meios de produção em virtude de seu uso comum	"Construções onde muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc. que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora utilizada em comum no processo de trabalho." (p. 377)
Empréstimo ao trabalho individual do caráter do trabalho social médio	"Em cada ramo de atividades, o trabalhador individual, Pedro ou Paulo, difere mais ou menos do trabalhador médio. Essas diferenças individuais, chamadas em matemática de erros, compensam-se e desaparecem quando se toma certo número de trabalhadores." (p. 376)

Apesar de as técnicas continuarem as mesmas, a divisão do trabalho assume novas funções e novas hierarquias no interior desse primeiro processo capitalista de produção, pois "a organização hierárquica do trabalho não tem como função social a eficácia técnica, mas a acumulação" (Marglin, 1996 [1973], 41).

É mesmo peculiar ao modo de produção capitalista separar os diferentes trabalhos, em consequência também o trabalho mental e o manual – ou os trabalhos em que predomina um qualificativo ou o outro – e reparti-los por diferentes pessoas, o que não impede que o produto material seja o produto comum dessas pessoas ou que esse produto comum se objetive em riqueza material; tampouco inibe ou de algum modo altera a relação de cada uma dessas pessoas com o capital: a de trabalhador assalariado e, no sentido eminente, a de trabalhador produtivo. Todas essas pessoas estão não só diretamente ocupadas na produção de riqueza material, mas também trocam seu trabalho diretamente por dinheiro como capital e, por isso, reproduzem de imediato, além do próprio salário, mais-valia para o capitalista. O trabalho delas consiste em trabalho pago + trabalho excedente não pago (Marx, 1975 [1857-8]).

Surge, assim, a supracitada divisão vertical entre trabalho intelectual e manual, bem como uma divisão horizontal, que consiste no desmembramento do processo de produção em operações distintas, possível apenas porque a organização desse processo já é realizada verticalmente (Marx, 2010 [1859]; Braverman, 1981 [1974]). Essa divisão horizontal difere da divisão do trabalho na sociedade em geral, porque ela não é fundada na diferença entre produtos e matérias-primas empregadas, mas na segmentação das tarefas realizadas pelos trabalhadores na feitura de um único produto (Braverman, 1981 [1974]). Finalmente, há uma nova divisão do trabalho por gênero, a qual as análises centradas na esfera da produção raramente reconhecem, mas que destrói o compartilhamento de atividades por *todos* os membros da família.

O surgimento do sistema *putting-out* foi uma maneira de o capital contornar as regras das corporações de ofício a que esses artesãos estavam submetidos e que interditavam tanto a simples disponibilização da força de trabalho no mercado, quanto “a transformação de um mestre artesão em capitalista” (Marx, 2010 [1859]). A limitação do número de aprendizes que cada mestre podia empregar, a venda de produtos e não do trabalho como mercadoria e a propriedade dos meios de produção contribuíram para a defesa das corporações contra o capital; “faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital” (Marx, 2010 [1859]). As corporações operavam com uma certa divisão do trabalho e uma certa hierarquia, mas ambas de natureza bem diferente da organização capitalista da produção. Sua divisão era essencialmente técnica, consistindo numa separação das etapas da produção que economizasse tempo e esforço, mas sem o parcelamento em tarefas destituídas de sentido (Braverman, 1981 [1974]); Marglin, 1996 [1973]). E sua hierarquia era especialmente linear, entre mestres (que já haviam sido aprendizes) e aprendizes (que se tornariam mestres),

fazendo do espaço de trabalho também um lugar de formação ou qualificação para um ofício especializado.

A descrição mais corrente da organização dessas corporações – tal como delineada no parágrafo anterior – refere-se a associações tradicionais de artesãos nas áreas urbanas na Inglaterra Medieval, e que ainda mantinham indivisas as atividades produtivas e reprodutivas. Essa descrição é comum a autores que estudam o trabalho a partir da esfera da produção e não se propõem a problematizar a sua relação com a esfera da reprodução. Eles tendem a generalizar a existência das corporações de ofício, orientadas para o comércio local, por toda a Europa, e tomá-las como exemplo de espaços não opressores, o que não é correto (Olgivie, 2002). Ao contrário da experiência da Inglaterra e também da Holanda, na maior parte da Europa, como na Alemanha, Suíça, Áustria, Bohemia, Itália, Espanha, Grécia, Bulgária e Sérvia, as corporações de ofício localizavam-se em áreas rurais, eram orientadas para o mercado externo, trabalhavam para atender as demandas dos mercadores e sobreviveram até a Idade Moderna (Olgivie, 2002). A relação entre os universos de produção e de reprodução nas corporações de ofício permanece polêmica entre os historiadores que investigam as questões de trabalho e de gênero.

Os estudos de Jane Gray (1993) sobre a indústria irlandesa do linho em meados do século XVIII, por exemplo, indicam que houve ali um crescimento baseado na desigualdade entre unidades domésticas rurais de fiação e unidades domésticas rurais de tecelagem, localizadas, respectivamente, nas regiões oeste e leste da província de Ulster. A fiação, realizada por mulheres e crianças nos interstícios do trabalho diário e muito mal remunerada, concentrava-se em distritos onde ainda havia terras comuns para a agricultura de subsistência (Gray, 1993, 16). A tecelagem, realizada por homens em ritmo industrial e por uma remuneração mais alta, localizava-se em distrito onde as antigas terras comuns já haviam sido cercadas. Essa diferença sócio-espacial tornou possível a discrepância nos preços pagos ao trabalho (feminino) de fiação e ao trabalho (masculino) de tecelagem. Isto é, a mobilização de um exército de mulheres e crianças para fornecer fio barato à indústria do linho deu-se pelo fato de essas mulheres e crianças garantirem a reprodução da família com a agricultura de subsistência, realizada paralelamente à fiação. Já os trabalhadores da tecelagem dependiam do salário para sobreviver, embora também contassem com as atividades domésticas realizadas invariavelmente por uma mulher: “tanto nos domicílios onde o trabalho masculino era a principal fonte de renda em dinheiro, quanto em domicílios onde o trabalho feminino era o maior elo com a economia monetária, produtores industriais rurais associavam o trabalho feminino com o ‘trabalho doméstico’ ” (Gray, 1998, 18). Em

suma, o espaço da moradia no sistema *putting-out* continuou abrigando atividades de produção e de reprodução, mas submeteu-as a uma nova hierarquia patriarcal.

As chamadas *guildas* ou associações entre pessoas com interesse comum, de fundo religioso, cultural, social ou político, existiram por toda a Europa, desde a Antiguidade. As corporações de ofício representam um tipo especial de guilda, de produção artesanal que agregava profissionais independentes num determinado ramo de produção, cujos propósitos eram eminentemente econômicos: obter a exclusividade no direito de praticar uma específica atividade econômica em determinada região, em razão de privilégios concedidos pelas autoridades políticas da cidade onde a guilda estava localizada. Ao lado das guildas de *merchants*, as de artesãos eram as mais comuns na Europa durante a Idade Média até a Idade Moderna (Olgivie, 2002).

"Guildas artesanais" eram associações de mestres artesãos em um determinado ramo de fabricação; "Guildas mercantis" eram associações de comerciantes em uma determinada localidade ou de uma determinada linha de produtos. Guildas mercantis surgiram antes das corporações de ofício, mas ambas eram generalizadas na Europa por volta do século XII. Guildas de ambos os tipos começaram a perder seus poderes em algumas partes da Holanda e da Inglaterra no século XVI, mas sobreviveram na França e em muitas partes da Alemanha, Itália, Escandinávia e Ibéria até o final do século XVIII. Alguns territórios alemães não aboliram as corporações até o fim do século XIX; Württemberg, por exemplo, manteve as suas alianças até 1864 (Olgivie, 2002).

Os estudos histórico-sociais de Crowston (2006) sobre a questão do gênero indicam a prevalência de um padrão patriarcal nas guildas de artesãos, embora há uma divergência na indicação da data de origem dessas associações, pois enquanto Olgivie (2002) indica o século XII, Crowston (2006) assinala os séculos XV e XVI (Crowston, 2006). Os membros eram em sua maioria do sexo masculino, os estatutos proibiam a entrada de aprendizes do sexo feminino e as mulheres relacionadas aos membros das corporações – mães, filhas, esposas etc – se ocupavam exclusivamente do trabalho doméstico (Crowston, 2006; Olgivie, 2007).

Olgivie (2007) concebe as guildas de artesãos como monopólios. Nessa perspectiva, as restrições legais à participação de mulheres, além das já citadas hierarquia linear e restrição no número de aprendizes, são recursos empregados por essas associações para manter os privilégios no mercado externo. Uma outra estratégia foi adotada por guildas de alfaiates na França no século XVIII: para garantir a mobilidade social ascendente de seus filhos (homens), os mestres artesãos casavam-nos com filhas de mestres artesãos de guildas de

maior prestígio; já as filhas, casavam-nas com jornaleiros, aspirantes a aprendizes da própria guilda, condenando as mulheres a permanecerem em uma economia familiar patriarcal (Crowston, 2006).

Crowston, ao investigar o papel da mulher fora das corporações, evidencia a sua participação marginal no mercado de trabalho, na formação profissional, nos privilégios das guildas: “Meninas, mulheres e suas famílias aproveitaram brechas, interstícios e autorização tácita ou manifesta para obter formação, emprego, parceria e até mesmo adesão da guilda autônoma” (Crowston, 2006, 28). Porém, ao argumentar que as mulheres desenvolveram estratégias para resistir ao corporativismo das guildas de artesãos, Crowston acaba por demonstrar a estreita relação entre a economia “forte” dessas instituições e a economia “fraca” das mulheres. O valor moral que determina uma economia “forte” e “fraca” relaciona-se à adesão ou não do trabalhador às corporações de ofício. Quem trabalha “fora” das corporações é considerado um trabalhador ilícito, cujo trabalho não é digno (Crowston, 2006). A concentração de trabalhadores no espaço subsiste a partir da dispersão de maior número de trabalhadoras, e bem antes da origem do sistema de fábrica. Dois exemplos são clássicos: a já mencionada relação entre mulheres fiadoras e homens tecelões, cujas corporações coagiam as mulheres a trabalhar abaixo do valor de mercado (Olgivie, 2007); e a relação entre guildas de alfaiates e guildas de costureiras na França do século XVII, que mantinha uma segregação sexual do trabalho (Crowston, 2006).

Nesse último caso, mesmo estando as mulheres organizadas em guildas, a exploração do trabalho por gênero evidencia-se pelo controle do mercado por parte das guildas de alfaiates. Guildas de costureiras obtiveram autorização para funcionar em razão da baixa capacidade de produção das guildas de alfaiates e da grande quantidade de mulheres pobres, trabalhando ilicitamente. O controle era realizado mediante vários recursos, dependendo da capacidade de organização dos homens e das mulheres. Em Paris, guildas de costureiras tinham a permissão de fabricar somente roupas para mulheres e crianças, enquanto guildas de alfaiates permaneciam com o direito de produzir roupas para mulheres e homens, além das roupas usadas pelas mulheres da corte. Em Rouen, guildas de costureiras pagavam compulsoriamente taxas para as de alfaiates, mas sem participar da administração (Crowston, 2006).

Para Crowston, a capacidade de resistência das mulheres organizadas está relacionada com a capacidade de controle dos mestres artesãos. Essa relação fica evidente nos estudos realizados por ela na França, que sugerem variações regionais da capacidade de organização coletiva.



Esse contraste norte-sul espelha uma distinção notável na mais ampla historiografia, que descreve uma forte tradição corporativa no norte versus uma fraqueza nas guildas no sul. Essa coincidência sugere que, quando a tradição corporativa era forte, as costureiras poderiam atingir estatuto formal de mestres, com privilégios e restrições inerentes a elas. Onde as corporações eram mais fracas, e as mulheres não tinham papel corporativo prévio, elas permaneceram auxiliares e em grande parte membros mudas de guildas de alfaiates. Foi a vitalidade da tradição das guildas dentro das cidades do norte que aparelhou mulheres com os instrumentos conceituais e legais para argumentar a favor de seus direitos corporativos autônomos (Crowston, 2006, 21).

Ou seja, a capacidade de resistência das guildas femininas está relacionada com o emprego dos mesmos recursos utilizados pelas guildas masculinas, o que não configura a capacidade autônoma de elaboração das próprias normas. Para além de um discurso feminista, embora algumas guildas de mulheres tenham obtido emancipação em certas regiões da França, como nas de Aix e Provença (Crowston, 2006), não se pode generalizar dizendo que esses espaços eram livres de opressão. Mesmo porque, embora essas poucas guildas femininas demonstrassem capacidade de adotar normas de guildas masculinas, na grande maioria dos casos o direito foi concedido pelo rei ou mestre-artesão, em uma relação de inclusão subordinada.

Portanto, ao contrário de algumas análises marxistas, as corporações de ofício não devem ser consideradas como espaços de trabalho livres de relações opressoras, considerando-se a divisão do trabalho por gênero fora e dentro das corporações. A mão de obra feminina, ao lado de outros proletários em situação de miséria, já existe como acessória aos trabalhadores membros das guildas de artesãos desde as origens das corporações de ofício, antecipando a super-exploração do que se denomina, na economia contemporânea, de trabalho formal e informal.

### **2.3 Do espaço doméstico à fábrica**

A passagem do sistema *putting-out* para o sistema fabril (manufatura e maquinaria) indica a implantação, pelo capitalista, de formas distintas de organização racional do trabalho coletivo. Longe de ser uma questão de gradação tecnológica (Braverman, 1981 [1974]); Marglin, 1996 [1973]), essa transformação fundamenta-se na implantação de novos instrumentos gerenciais, específicos de extração de mais-valia relativa. Essa passagem revela como o espaço transforma-se em condição para que o capital domine, além da forma, a matéria do trabalho, a partir da modificação do sistema *putting-out* nos espaços

domésticos para o sistema de fábrica nos locais exclusivos de produção. No sistema de fábrica, novos papéis são atribuídos às mulheres, dentro e fora das fábricas. Portanto, esta seção aborda as alterações no processo de trabalho e, em um segundo momento, as novas formas de opressão de gênero no sistema fabril.

Tão logo o contrato de trabalho assalariado disseminou-se pela Europa, o mercador apropriou-se da força coletiva existente nas antigas unidades domésticas. O trabalho combinado de trabalhadores submetidos simultaneamente a um plano de produção em grande escala é a primeira forma de cooperativa em bases capitalistas. Na área urbana, o capitalista expande o número de trabalhadores da oficina do mestre artesão, não alterando as bases técnicas de produção (Marx, 2010 [1859]). Na área rural, o capitalista coordena o trabalho combinado de várias unidades domésticas, agora atuando em atividades produtivas parciais:

A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista (Marx, 2010 [1859], 375).

Já foi mencionado que os efeitos úteis do trabalho coletivo aplicam-se a outras formações sociais, além das sociedades capitalistas, como às "comunidades primitivas" e às sociedades da antiguidade (Marx, 2010 [1859]). Além disso, predomina o emprego dos efeitos úteis do trabalho coletivo em qualquer formação social contemporânea em que esse trabalho é pouco hierarquizado e subdividido<sup>11</sup>. Mas a cooperação em bases capitalistas difere das formas anteriores de cooperação simples, porque pressupõe a figura da gerência, que aglomera os trabalhadores, supervisiona os processos conjuntos de trabalho e concentra os meios de produção. Em outras palavras, a cooperação sob o modo capitalista de produção contempla, além da extração de mais-valia absoluta (prolongamento da jornada de trabalho), a mais-valia relativa (aumento da capacidade produtiva do trabalho) que já surge pelo simples fato de o capital se apropriar, gratuitamente, da força produtiva do trabalho social (Marx, 2010 [1859]), antes mesmo de qualquer medida de racionalização do processo produtivo.

A combinação dos trabalhadores na cooperação simples não pressupõe a existência de um espaço delimitado, particularizado, como aquele da fábrica da manufatura, mesmo quando o trabalho combinado está submetido às ordens do capital. A centralização dos trabalhadores

---

<sup>11</sup> Devo à minha orientadora essa contribuição.

coletivos em um mesmo local origina-se da necessidade de criar um dispositivo disciplinar para combater as “fraudes” causadas por aqueles subcontratados (Marglin, 1996 [1973]). O sistema *putting-out* mostrou-se ineficaz, do ponto de vista do capitalista, diante das inúmeras “sabotagens” empreendidas pelos produtores: o desvio de parte da produção, a falsificação dos produtos, a utilização de matérias-primas de qualidade inferior àquelas fornecidas pelo capitalista etc (Decca, 1982).

Ao centralizar o trabalho cooperativo, os espaços exclusivos de produção permitem a implantação de outros mecanismos de controle pela gerência, além do prolongamento da jornada e da apropriação gratuita da força produtiva do trabalho social. Michel Foucault (2010 [1975]) reporta-se às oficinas e fábricas como locais de implantação de um novo tipo de vigilância da produção, caracterizado pelo controle intensivo e contínuo. Foucault detalha as especificidades do papel da gerência.

É o problema das grandes oficinas e das fábricas, onde se organiza um novo tipo de vigilância. É diferente do que se realiza nos regimes das manufaturas do exterior pelos inspetores, encarregados de fazer aplicar os regulamentos; trata-se agora de um controle intenso, contínuo; corre ao longo de todo o processo de trabalho; não se efetua – ou não só – sobre a produção (natureza, quantidade de matérias-primas, tipo de instrumentos utilizados, dimensões e qualidades dos produtos), mas leva em conta a atividade dos homens, seu conhecimento técnico, a maneira de fazê-lo, sua rapidez, seu zelo, seu comportamento. Mas é também diferente do controle doméstico do mestre, presente ao lado dos operários e dos aprendizes; pois é realizado por prepostos, fiscais, controladores e contramestres. À medida que o aparelho de produção se torna mais importante e mais complexo, à medida que aumentam o número de operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar torna-se então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção; deve duplicá-lo em todo o seu comprimento. Um pessoal especializado torna-se indispensável, constantemente presente, e distinto dos operários (Foucault, 2010 [1975], 168).

Esses novos mecanismos de controle vão desde a especialização das tarefas na manufatura até o desenvolvimento de máquinas ferramentas na maquinaria. O aumento de produtividade ou a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria é obtido pela expropriação do saber do artesão, que reduz o trabalho vivo à tarefa simples, prescrita pela organização racional do trabalho. A implantação desses mecanismos nos espaços exclusivos de produção determinou a distribuição espacial dos trabalhadores coletivos coordenados no tempo e no espaço pela gerência.

Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares (Deleuze, 1992, 219).

Marx (2010 [1859]), ao descrever o sistema fabril (manufatura e maquinaria), indica os recursos técnicos e organizacionais que contribuem para aumentar a intensidade do trabalho.

A manufatura, considerada por Marx (2010 [1859]) um tipo particular de cooperação, caracteriza-se pelo trabalho combinado de vários trabalhadores divididos em operações parciais. A produção continua em bases artesanais, mas o capitalista introduz o parcelamento das tarefas, com o propósito de aumentar o controle sobre o trabalhador. O capitalista decompõe o ofício em várias operações isoladas. Cabe a um trabalhador individualizado realizar uma única tarefa parcial e repetitiva. “Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência, são elas destacadas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes” (Marx, 2010 [1859], 392). Nesse sentido, o espaço exclusivo para a produção põe lado a lado trabalhadores parciais com o objetivo de impor horas regulares de trabalho e um plano de produção definido pela gerência (Braverman, 1981). A decomposição do ofício manual reduz o trabalhador a qualidades parciais fisiológicas (força, destreza, atenção concentrada etc.) e diferencia as ferramentas, agora especializadas, para atender a essas funções exclusivas dos trabalhadores individuais e parciais.

A maquinaria rompe com a base manual artesã presente nas formas anteriores de produção: tanto a cooperação baseada no ofício, quanto a manufatura baseada na divisão do trabalho manual (Marx, 2010 [1859], 522). Apesar da divisão capitalista do processo, o trabalhador parcial da manufatura ainda detém o controle sobre o ritmo de trabalho, porque é ele quem manipula suas ferramentas. Esse controle termina com a substituição da ferramenta especializada pela ferramenta mecanizada. O sistema máquina é composto por três partes distintas: motor, transmissão, máquina-ferramenta, sendo que esta última é apontada como a parte da maquinaria que origina a revolução industrial do século XVIII. “Os aparelhos e instrumentos com que trabalhavam o artesão e o trabalhador manufatureiro nela reaparecem, de modo geral, embora muitas vezes sob forma muito modificada; não são mais instrumentos do homem, e sim ferramentas de um mecanismo, instrumentos mecânicos” (Marx, 2010 [1859], 429).

O desenvolvimento de mecanismos técnicos de geração de energia e de sua transmissão precede o período da Revolução Industrial, não sendo esses mecanismos, portanto, considerados tecnologias de base capitalista. O motor e a transmissão no sistema máquina somente revolucionam o modo de produção quando esses mecanismos tornam-se mais possantes, de modo a operar maior número de instrumentos da máquina-ferramenta e de produzir um movimento mais uniforme e contínuo do que a força motriz humana ou natural (Marx, 2010 [1859]).

A máquina-ferramenta é a parte da maquinaria que representa a aplicação dos princípios da ciência aos interesses do capital, porque substitui o trabalho vivo do operário especializado pelo trabalho morto da ferramenta mecanizada. O desenvolvimento da ciência e sua aplicação à produção atuaram de modo decisivo para a abolição do controle operário sobre a produção. Com a ajuda da ciência, foi construído um conhecimento independente do saber do artesão.

A divisão manufatureira do trabalho opõe ao trabalhador as forças intelectuais do processo material de produção como uma propriedade exterior a ele, uma força que o domina. Esta cisão começa na cooperação simples em que o capitalista representa, perante cada trabalhador isolado, a unidade e a vontade do corpo de trabalho social; desenvolve-se na manufatura, que faz do trabalhador uma parcela de si mesmo; e completa-se na grande indústria, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a coloca a serviço do capital (Marx, 2010 [1859], 416).

Na maquinaria, a maior simplificação das tarefas possibilitou uma nova exploração da força de trabalho, agora na redução de habilidades. Mulheres e crianças são contratadas para a execução de tarefas de vigilância, corrigindo erros manualmente e abastecendo a máquina com matéria-prima (Marx, 2010 [1859]). Evidentemente, longe de ser uma questão de emancipação de gênero, a presença da mulher no mercado indica os recursos empregados pelo capital para baratear a força de trabalho assalariada, além do prolongamento da jornada por intermédio do horário excessivo e noturno (Marx, 2010 [1859]).

Marx (2010 [1859]) indica a existência de perversas relações de opressão entre o sistema fabril e o sistema *putting-out*.

Em contraste com o período manufatureiro, o plano da divisão do trabalho baseia-se no emprego de mulheres, de crianças de todas as idades, de trabalhadores sem habilitação, sempre que possível; enfim, na mão de obra barata, no “*cheap labour*”,

como a chamam os ingleses. Isto se aplica não só à produção organizada em grande escala, com ou sem emprego de maquinaria, mas também à indústria a domicílio, exercida nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas. Essa indústria a domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente e a casa da família do trabalhador. A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesãos, que se concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país. É o caso da camisaria dos Tillie, em Londonderry, Irlanda, que, na fábrica propriamente, emprega 1.000 trabalhadores e, espalhados pelo campo, 9.000 trabalhadores a domicílio (Marx, 2010 [1859], 524-5).

A exploração abusiva na manufatura e nos espaços de domicílio modernos é vastamente ilustrada por Marx (2010 [1859]). Nas manufaturas metalúrgicas, mulheres e crianças são empregadas em atividades da cadeia produtiva em que as condições de trabalho são insalubres. Na fabricação de livros, as atividades de impressão e encadernação proporcionam a exploração de jovens e homens por meio de horas em excesso de trabalho. Nas olarias, todo o processo de produção é executado por crianças e mulheres que se submetem a trabalho em excesso e pesado. No trabalho das indústrias em domicílio, notadamente no ramo de produção de rendas, a divisão de trabalho por gênero fica mais evidente. As péssimas condições e o trabalho em excesso e mal pago predominam nas etapas da cadeia produtiva trabalho-intensivas, como o acabamento e as rendas feitas com bilros (Marx, 2010 [1859]). As atividades de acabamento são realizadas por crianças e mulheres em suas residências ou nas denominadas “casas de patroas”, nas áreas urbanas. As atividades de artesanato feitas com bilros são executadas por crianças e jovens do sexo feminino em suas pequenas residências ou em “escolas de renda” mantidas por mulheres pobres em seus casebres, nas áreas rurais.

Como já dito anteriormente, o emprego de mão de obra externa, contratada para a realização de tarefas parciais na indústria de lã, é pioneiro quando as indústrias domésticas subordinavam-se às determinações de poderosas corporações de ofício, ainda no século XVII. Após a Revolução Industrial, a divisão parcelada do trabalho expande-se para a sociedade como um todo, inaugurando a generalização de unidades fabris parciais, hoje denominadas "empresas terceirizadas". Ou seja, a unidade doméstica presta determinado serviço à unidade fabril, considerando que a primeira executa uma atividade material parcial,

referente a uma etapa da cadeia produtiva de menor valor agregado, enquanto a segunda realiza o trabalho de montagem do produto final e sua comercialização.

Embora Marx não aprofunde seus estudos sobre métodos de extração de mais-valia relativa na moderna indústria doméstica, observam-se a existência de formas de submissão material do trabalho ao capital na atualidade, mesmo em espaços dispersos, como a apropriação gratuita da força coletiva de trabalho e a fixação de tarefas, por meio das encomendas. Nessas situações, parece não ser vantagem para o capitalista investir em capital fixo ou, em outras palavras, centralizar os trabalhadores enquanto houver mão de obra barata em quantidade suficiente. A exemplo de “casas de patroa” ou “escolas de renda” da moderna indústria doméstica, as “unidades fabris parciais” da contemporânea indústria doméstica serão estudadas na próxima seção, em virtude do risco de os coletivos de trabalho associado se tornarem empresas terceirizadas e, conseqüentemente, funcionais ao capitalismo.

À medida que o sistema de produção fabril se desenvolve, outra atividade parcial, porém menos evidente, é desempenhada pela mulher na sociedade capitalista: a de transformar a mercadoria comprada pelo trabalhador assalariado em mercadoria em condições de uso. Illich denomina esse trabalho de *shadow work*, porque não se paga e nem sequer se percebe “o tempo, a labuta e o esforço que deve ser despendido no sentido de adicionar valor a qualquer mercadoria comprada, sem o que não seria possível usá-la” (Illich, 1982, 48-9). Ele demonstra em que consiste o *shadow work*, comparando os procedimentos de uma moderna dona de casa e de uma mulher camponesa para executar uma tarefa corriqueira: fritar um ovo.

Quando uma dona de casa moderna vai ao mercado, pega os ovos, leva-os para sua casa em seu carro, pega o elevador até o sétimo andar, liga o fogão, pega a manteiga do refrigerador, e frita os ovos, ela adiciona valor a uma mercadoria em cada um desses passos. Isso não é o que sua avó realizava. Ela procurava ovos no galinheiro, cortava um pedaço de banha de porco que ela havia processado, acendia alguma lenha que suas crianças tinham coletado nas terras comuns e adicionava sal que ela havia comprado. Embora esse exemplo deve parecer romântico, ele torna a diferença mais clara. Ambas as mulheres preparam ovos fritos, mas somente uma usa uma mercadoria do mercado e bens de produtos altamente capitalizados: carro, elevador, eletrodomésticos. A avó realiza tarefas específicas de gênero feminino na criação de subsistência; a jovem dona de casa deve tolerar a carga doméstica do *shadow work* (Illich, 1982, 49).

A dona de casa moderna contribui com a acumulação ampliada do capital de duas maneiras: primeiro, realizando a produção na esfera da circulação ao empregar produtos capitalizados, tal como ocorre com o trabalhador assalariado que adquire a mercadoria com o seu salário; além disso, ela também agrega valor ao terminar de transformar a mercadoria em produto consumível.

A domesticação da mulher a partir de uma organização espacial patriarcal fica mais evidente na moderna residência burguesa. Além da já citada especialização dos espaços, essa residência caracteriza-se pela exaltação da privacidade em ambientes íntimos, aconchegantes e seguros, que contrastam com os espaços externos, de domínio dos homens, e considerados perigosos (de Mare, 1999).

Já mencionei anteriormente que outro efeito da organização espacial patriarcal refere-se à separação entre os espaços de produção e reprodução, e que as modernas fábricas representam o grau máximo dessa separação. Porém, Engels (2010 [1845]) ressalta a miserabilidade das condições de sobrevivência a que os trabalhadores ingleses são submetidos em suas moradias, após a Revolução Industrial. Nesse contexto a antiga unidade doméstica é substituída por um novo tipo de residência (as casas dos trabalhadores), inaugurando uma questão social: a da moradia.

Porém, as péssimas condições das residências, a alta densidade de moradores e a segregação sócio-espacial são efeitos de uma situação social mais ampla e anterior à questão da moradia do século XVIII. Trata-se do empobrecimento da massa de trabalhadores livres, lançada no mercado ainda nos séculos XV e XVI, após o início do processo de dissolução das vassalagens feudais pelo poder real e de expulsão dos camponeses das terras pelos senhores feudais. O longo processo de transformação do camponês em proletário, ou de transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, não só proporciona às indústrias localizadas nas cidades a oferta de mão de obra barata, mas produz a pobreza massiva na cidade (Marx, 2010 [1859]).

Em uma perspectiva eurocêntrica, o processo de desatrelamento do camponês da comunidade territorial delimita a passagem da denominada “sociabilidade primária” para a “secundária” (Castel, 1998 [1995]). Na sociabilidade primária, a proteção do indivíduo órfão, enfermo ou indigente é assegurada por regulações coletivas, em que a comunidade aldeã mobiliza seus próprios recursos, sem a existência de instituições especializadas de assistência social. Nesse sentido, a pobreza ainda não é formulada como sendo uma



questão social. A sociabilidade primária pressupõe uma base territorial e um sistema de interdependências hierarquizadas da sociedade feudal: “um conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social” (Castel, 1998 [1995], 51). Longe de ser uma questão de caridade cristã, a sociabilidade primária nas comunidades camponesas apresenta-se como uma questão de segurança: a coesão do grupo é necessária face os riscos de guerra e devastações naturais (Castel, 1998 [1995]).

Na sociabilidade secundária, o camponês apresenta-se desfilado em relação a uma ordem social a que ele havia pertencido (pertencimento comunitário) e em relação ao território (proteção próxima). Nesse contexto, a assistência social aos carentes constitui objeto de uma estrutura social especializada. Com o tempo, tal estrutura sofisticou-se, mas é possível identificar cinco elementos, embora rudimentares, de organização dos socorros ou da gestão racional da indigência, ainda no século XVI (Castel, 1998 [1995]). (1) A profissionalização dessa atividade é esboçada na figura do pároco, do fabriqueiro, do oficial municipal. (2) A formação profissional específica exige um conhecimento próprio da questão social, seja para atender os carentes ou para excluí-los da assistência. (3) O conhecimento especializado demanda um critério moral para discriminar o carente a receber atendimento. Assim, num primeiro momento, somente os mendigos domiciliados e preferencialmente as pessoas capazes para o trabalho recebem tratamento. (4) Este é realizado num local institucional especializado (esmolaria, hospital ou orfanato), em detrimento do atendimento em domicílio; o que exige a “reterritorialização” do “indivíduo desterritorializado”. (5) A reclusão é “um instrumento de gestão da mendicância” no contexto urbano e visa a reeducar o mendigo considerado inválido, a fim de torná-lo apto para o trabalho (Castel, 1998 [1995]).

Curioso observar que uma das soluções encontradas para combater a pobreza – ou sua visibilidade – é a concentração dos mendigos em instituições de caridade, igualmente submetidos à disciplina do trabalho, tal qual nas manufaturas e nos galpões de fábrica. À medida que a divisão espacial entre produção e reprodução se radicaliza, novos mecanismos de controle social são elaborados dentro e fora das fábricas.

#### **2.4 Da fábrica ao espaço doméstico**

O trabalhador individual na manufatura, com sua ferramenta especializada, encarcerado e fixado em seu posto de trabalho, possibilitou a sistematização das práticas de gerência. Estas deram início ao desenvolvimento da organização racional do trabalho, a partir da função exclusiva da gerência. As três correntes principais, que perduram até hoje no chão

de fábrica, são denominadas taylorismo, fordismo e toyotismo. Esta seção discorre sobre a relação entre os preceitos de cada uma dessas correntes e a função dos supervisores do trabalho vivo ou dos trabalhadores técnico-científicos. A gerência da organização racional aplica-se ao trabalho concentrado na fábrica. Naquele disperso em unidades residenciais permanece a gerência primitiva, em referência ao capitalista *putter-out*.

A organização do trabalho nas oficinas manufactureiras e nas fábricas foi sistematizada por Frederick Winslow Taylor, que, em 1911, inaugurou uma nova teoria e uma nova prática com a publicação de seus *Princípios de Gerenciamento Científico (The Principles of scientific Management)*. Esta obra tinha a pretensão de aplicar os princípios da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho operário (Braverman, 1981 [1974]). Porém, há de se lembrar que a pretensa cientificidade do método taylorista residia no seu objeto de investigação: a adaptação do trabalho às necessidades do capital, e não o trabalho propriamente dito (Braverman, 1981 [1974]). O objetivo de Taylor era estudar os fatores que proporcionavam o rendimento máximo do trabalhador individual em um dia: a especificação da tarefa a ser executada, o tempo exato permitido, a força máxima, o movimento mínimo etc. A concepção do homem como máquina (Moraes Neto, 1986, 230), característica do taylorismo, somente é possível a partir do homem-padrão: trabalhador do sexo masculino e jovem. Embora seus princípios fossem divulgados no auge da Revolução Industrial, a base técnica do trabalho investigado por Taylor continuava manufactureira, ou seja, fundamentada na habilidade do trabalhador.

Os fundamentos de Taylor sobre a organização e o controle do processo de trabalho são empregados ainda hoje pelos departamentos de engenharia (Braverman, 1981 [1974]). Enquanto esses, inspirados nos princípios do taylorismo, organizam todo o setor produtivo das empresas, as disciplinas de “relações humanas” e “psicologia industrial” ocupam-se em selecionar, adestrar, manipular, pacificar e ajustar os trabalhadores, a fim de adaptá-los aos processos de trabalho previamente planejados. Esses fundamentos aprimoraram a divisão capitalista, no sentido de expropriar o conhecimento prático dos operários e transmiti-lo para a gerência científica. Dessa forma, a gerência controla mais facilmente o trabalho alienado. O princípio fundamental é a redução da atividade a tarefas parciais, de modo a retirar a iniciativa do operador, eliminar a comunicação entre os operadores e facilitar a supervisão de cada tarefa (Maggi, 2006 [1968]). O gerente controla e fixa cada fase do processo, inclusive o seu modo de execução (Braverman, 1981 [1974]). Esse plano de trabalho aplica-se ao já citado trabalhador médio, que cumpre idealmente os tempos e movimentos planejados pelo gerente.

André Gorz e Stephen Marglin, em *Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes* (1974), destacam a estreita relação entre o processo de segmentação técnica e a divisão social do trabalho no capitalismo. A divisão parcelada representa várias vantagens para o capitalista: economia de tempo e aumento de produtividade, bem como aumento do controle gerencial. Entretanto, Braverman (1981 [1974]) considera que uma outra "vantagem" merece um destaque maior: a desvalorização da força de trabalho por fragmentação, explicitada pela primeira vez por Charles Babbage. Braverman revela o seu aspecto social:

O princípio de Babbage é fundamental para a evolução da divisão do trabalho na sociedade capitalista. Ele exprime não um aspecto técnico da divisão do trabalho, mas seu aspecto social. Tanto quanto o trabalho pode ser dissociado, pode ser separado em elementos, alguns dos quais são mais simples que outros e cada qual mais simples que o todo. Traduzido em termos de mercado, isto significa que a força de trabalho capaz de executar o processo pode ser comprada mais barato como elementos dissociados do que como capacidade integrada num só trabalhador (Braverman, 1981 [1974], 79).

Segundo Braverman (1981 [1974]), a divisão do trabalho capitalista, ao fracionar a força de trabalho em seus elementos mais simples, disassocia-se “do conhecimento e preparo especial”. A divisão horizontal capitalista reforça a sua divisão vertical (separação entre trabalho intelectual e manual):

Toda a fase do processo de trabalho é divorciada, tão longe quanto possível, do conhecimento e preparo especial, e reduzida a simples trabalho. Nesse ínterim, as relativamente poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimento são isentas tanto quanto possível da obrigação de simples trabalho (Braverman, 1981 [1974], 80).

É necessário voltar a Marx para ressaltar que essas duas formas da divisão do trabalho – vertical e horizontal – aperfeiçoaram-se nas sociedades capitalistas, tornando uma pressuposto para o desenvolvimento da outra:

Sendo a produção e a circulação de mercadorias condições fundamentais do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho pressupõe que a divisão do trabalho na sociedade tenha atingido certo grau de desenvolvimento. Reciprocamente, a divisão manufatureira do trabalho, reagindo, desenvolve e multiplica a divisão social do trabalho (Marx, 2010 [1859]).

A divisão técnica e a organização racional do trabalho, aliadas ao desenvolvimento de novas técnicas de produção (manufatura e maquinaria), são apontadas por teóricos marxistas

(Marglin; Gorz; Pignon e Querzola, 1996 [1974]) como a base material de reprodução das relações capitalistas de produção dentro dos espaços fabris. A distinção entre operários trabalhadores e supervisores expressa uma disciplina militar (Marx, 2010 [1859]), a qual origina um conhecimento especializado, separado do processo manual.

O planejamento do trabalho com o objetivo de maximizar a produtividade física do trabalhador também está presente no fordismo. Na década de 1920, Henri Ford levou o taylorismo ao extremo ao introduzir as esteiras rolantes em suas fábricas de automóveis, nos Estados Unidos. Esse novo mecanismo de transporte do produto ao longo das estações de trabalho tinha o objetivo de reduzir o tempo de deslocamento do objeto e eliminar o trabalho improdutivo de deslocamento do trabalhador dentro da fábrica. Apesar de sua alta produtividade, a linha de montagem não é uma inovação tecnológica, porque o processo de produção continua dependendo das habilidades do trabalhador manual: “o fordismo, a linha de montagem, é um desenvolvimento da manufatura, e não da maquinaria” (Moraes Neto, 1986, 231).

O taylorismo e o fordismo, processos de administração dos tempos e movimentos do trabalho vivo (Moraes Neto, 1986), apesar da base técnica manufatureira, permaneceram nos galpões da maquinaria, enquanto o mecanismo demandasse a habilidade do trabalhador e, evidentemente, seu trabalho material, mesmo que desqualificado. Esses sistemas fabris caracterizavam-se pela produção em grande escala de produtos padronizados, a denominada produção em massa.

Ford tinha o propósito de criar um novo tipo de sociedade baseada na regulação entre produção e consumo de massa, de modo que a produtividade fordista encontrasse uma demanda efetiva capaz de absorver o crescimento da produção. Para tanto, ele implantou em suas fábricas o dia de oito horas e cinco dólares. Além de disciplinar o trabalhador na operação da linha de montagem, o ganho no salário era suficiente para o trabalhador comprar e consumir a mercadoria em seu tempo livre (Harvey, 1998 [1989]).

O fordismo atrelado ao americanismo, um grande esforço coletivo dos Estados Unidos para criar um novo tipo de trabalhador, cujo modo de vida estaria em comunhão com o espírito puritano sensível para a geração de lucro (Gramsci, 2001 [1934]), demonstrou ser um ambicioso programa que garantiu a reprodução ampliada do capital e o deslocamento do eixo dinâmico da economia mundial da Europa para os Estados Unidos. Um novo tipo de sociedade surge a partir da fábrica, cuja vida está centrada no trabalho produtivo, ou mais especificamente, no mais-trabalho: “a vida na indústria exige um aprendizado geral, um

processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc., que não é algo inato, 'natural', mas exige ser adquirido" (Gramsci, [2001] 1934, 251).

Os efeitos desse modo de organização sobre o trabalhador e a sociedade, em geral, são perversos. Além do trabalho alienado, desprovido de conteúdo, o compromisso fordista entre capital e trabalho exclui mulheres, negros e outras minorias sociais que não têm acesso ao emprego privilegiado, destinado a "uma força de trabalho predominante branca, masculina e fortemente sindicalizada" (Harvey, 1998 [1989], 132). Vários recursos de coersão social foram empregados para disciplinar os trabalhadores, dentro e fora das fábricas, com o propósito de controlar a insatisfação, nas esferas de produção e reprodução.

Em 1916, Ford realiza uma curta experiência com assistentes sociais que visitavam os trabalhadores em suas residências, de modo a verificar a conduta moral e o consumo orientado, em uma nova tentativa de disciplinar o consumo de massa. O controle da "moralidade" dos operários é fundamental para garantir, fora da fábrica, a manutenção da eficiência muscular e nervosa do trabalhador, de modo a impedir seu colapso, coagido pelo novo método de produção (Gramsci, 2001 [1934]). Ford interessa-se em regular tanto a organização das famílias, quanto as relações sexuais de seus empregados: "a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instituto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também racionalizado" (Gramsci, 2001 [1934], 252).

Após 1945, cada vez mais a organização dos trabalhadores (em sindicatos) é desmobilizada por ganhos de salário em troca do aumento de produtividade. No período pós-guerras, o Estado assume novos papéis de intervenção na economia (administração econômica keynesiana) e de controle social (estado do bem-estar social). Para evitar novas crises econômicas, como a de 1929, o Estado implanta políticas públicas dirigidas aos serviços e à infraestrutura urbana, garantindo o crescimento da produção, o consumo em massa e o emprego relativamente pleno. A fim de reduzir as tensões sociais, o Estado elabora políticas redistributivas e ações legais que garantissem seguridade social, assistência médica, habitação e serviços educacionais à maioria excluída (Harvey, 1998 [1989]).

Diante da recessão de 1973 e da crise do petróleo, o regime de acumulação fordista não foi suficiente para manter os lucros das grandes corporações em patamares aceitáveis. Nas décadas de 1970 e 1980, elas adotaram um novo regime de acumulação capitalista, denominado acumulação flexível, associado a uma forma distinta de regulamentação

política e social (Harvey, 1998 [1989]). Perante o contexto de deflação e o aumento de competição, as empresas recorreram a novas formas de constituição “de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo” (Antunes, 2009 [1999], 49). Em um momento de intensificação da concorrência intercapitalista, as organizações recorreram notadamente à experiência japonesa de reestruturação do processo produtivo, fundamentada no encurtamento do giro do capital e no corte de gastos com vigilância e controle da força de trabalho.

Esse encurtamento refere-se à redução do tempo de cada ciclo da produção, de modo a aumentar a lucratividade. A produção em pequenos lotes e os processos de inovação de produtos possibilitaram o atendimento de uma diversidade maior de nichos de mercado. Os processos produtivos adotaram um novo formato para reduzir o tempo de giro: “uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques *'just-in-time'*, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo)” (Harvey, 1998 [1989], 148).

O corte de gastos com vigilância e controle originou dois tipos de trabalho flexível. O primeiro, dentro das fábricas, eliminou os postos de trabalho improdutivos dos supervisores e retomou em parte o saber operário, ao restituí-lo de maior participação nos processos de decisão. “Equipes polivalentes”, “células de produção”, “times de trabalho” ou “grupos semiautônomos” designam a atuação em equipe, cujo objetivo é agilizar os processos produtivos ou reduzir o tempo de trabalho (Antunes, 2009 [1999]). No entanto, o aparente controle operário sobre o processo de produção revela-se sob forma de opressão, por meio da determinação empresarial de engajamento ativo do trabalhador. “Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da 'fábrica moderna' ” (Antunes, 2009 [1999], 55). Nesse sentido, o que determina formatos horizontais de gestão na fábrica moderna é a necessidade de intensificar o trabalho vivo, a despeito da ideia que atribui à introdução da tecnologia computadorizada a demanda por um relacionamento mais cooperativo entre empregador e empregado (Tomaney apud Antunes, 2009 [1999]). A nova gestão é por objetivos, de forma que a gerência possa controlar o trabalho por meio de indicadores de desempenho que avaliam se as metas determinadas a priori foram alcançadas ou não, e por meio de oferta de instrumentos técnicos e gerenciais para viabilizar o desempenho exigido (Salerno, 1999).

O segundo tipo de trabalho, fora das fábricas, reacendeu de maneira drástica a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados, pela precarização das condições trabalhistas. Harvey (1998 [1989]) aponta uma nova forma de dualidade do mercado, entre trabalhadores do sexo masculino e brancos (incluídos) e negros, mulheres, minorias étnicas (excluídos). Segundo o autor, o advento do modo flexível de acumulação capitalista confere um papel de maior importância aos trabalhadores excluídos:

[...] a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo (Harvey, 1998 [1989], 145).

A gestão por metas nas unidades parcializadas e dispersas difere da gestão centralizada nas unidades fabris e retoma o formato do sistema *putting-out*. Assim como na fábrica, a gerência determina os resultados quantitativos e qualitativos dos produtos encomendados, mas, à diferença do que ocorre no ambiente fabril, não atua no sentido de garantir as condições de produção. Tanto os instrumentos técnicos, quanto os organizacionais são de responsabilidade dos trabalhadores dispersos.

O novo convívio de unidades fabris com pequenas empresas ou unidades de trabalho doméstico, familiar e paternalista, não é um simples retorno ao sistema *putting-out*. Ainda que estratégias combinadas de extração de mais-valia relativa e absoluta tenham existido desde a separação das esferas da produção e da reprodução ainda na Idade Média, a atual acumulação flexível difere de todas elas pela maior pressão da circulação e acumulação do capital financeiro, que culmina com a compressão do espaço e do tempo (Harvey, 1998 [1989]). O giro acelerado do capital demanda maior agilidade na gestão e na organização do trabalho, determinando uma coordenação muito mais direta e estreita entre unidades capital-intensivas (as fábricas) e unidades trabalho-intensivas (os pequenos negócios domésticos ou semidomésticos).

A combinação entre as duas lógicas de produção coloca em xeque o paradigma da “sociedade informacional”, “sociedade pós-industrial” ou “sociedade do conhecimento”, fundamentado na centralidade do trabalho imaterial, que deveria superar a “sociedade industrial” centrada no trabalho material (Gorz, 2005 [2003]). No âmbito da unidade fabril, a informatização de antigos processos mecanizados tende a converter o trabalho em gestão de um fluxo contínuo de informações, o que deveria exigir uma nova subjetividade, pautada na capacidade de inovação e de envolvimento pessoal (Gorz, 2005 [2003]). Evidentemente

as habilidades do denominado “capital humano”, nos termos empregados por Gorz (2005 [2003]), aplicam-se somente aos trabalhadores com qualificação, ou seja, cientistas e técnicos especialistas. O caso da indústria de alta tecnologia, ou seja, aquela com base na microeletrônica e assistida por computadores, é exemplar, pois além de trabalhadores qualificados, apresenta em sua composição ocupacional trabalhadores não qualificados e semiquilificados, que se dedicam a atividades manuais de montagem e a operações auxiliares, respectivamente (Castells, 2000 [1999]). É a própria tecnologia da informação e telecomunicações que favorece a organização em rede das corporações, de modo que se possa separar geograficamente os dois grupos predominantes na estrutura organizacional dessas empresas. No entanto, a separação espacial entre eles não é uma simples questão de facilidade tecnológica. Essa dissociação é definida em função da viabilidade econômica de oferta regional de mão de obra barata e da inadequada proximidade, do ponto de vista do capital, de grupos de trabalhadores com diferentes privilégios sociais (Castells, 2000 [1999]).

Castells (2000 [1999], 418) ressalta que o novo espaço industrial, baseado na tecnologia informacional, não deve ser compreendido a partir da oposição simplista entre “automação no centro e fabricação de baixo custo na periferia”. A partir de pesquisas centradas em espaços de inovação industrial de alta tecnologia, denominadas “tecnópoles”, Castells e outros pesquisadores identificaram que “a divisão espacial hierárquica do trabalho entre as diferentes funções localizadas em territórios diversos” (Castell, 2000 [1999], 417) seria importante, porém não essencial. Segundo o argumento desses autores reside, o processo de produção industrial da era da informação exige a mobilização real, e não virtual, de “meios de inovação” necessários para agregar valor ao processo. A fim de gerar novos processos, conhecimentos e produtos, a proximidade espacial das relações de produção e gerenciamento seria condição indispensável para suscitar sinergia entre os colaboradores ou, em outras palavras, interação no processo de produção (Castells, 2000 [1999]). Desse modo, o que determinaria os novos espaços de trabalho é a organização em uma “hierarquia de inovação e fabricação articuladas em redes globais. [...] O novo espaço industrial é organizado em torno de fluxos da informação que, ao mesmo tempo, reúnem e separam – dependendo dos ciclos das empresas – seus componentes territoriais” (Castells, 2000 [1999], 418-9). No entanto, a análise de Castells, centrada no fluxo de informação e não na divisão espacial do trabalho hierárquico, não é suficiente para caracterizar uma revolução informacional na produção do espaço urbano e, conseqüentemente, uma ruptura com o modelo do espaço industrial, uma vez que o modo capitalista de produção não se altera.



A meu ver, há mais continuidades do que diferenças entre os padrões moderno e contemporâneo de espaços industriais, considerando-se que tanto o trabalho imaterial, quanto o material são essenciais para a reprodução das relações capitalistas de produção no espaço. A própria concepção dual desses conceitos é uma invenção capitalista, que se presta a perpetuar a divisão vertical do trabalho. Na prática, toda atividade de trabalho incorpora em maior ou em menor grau trabalho material ou imaterial. Não existe uma atividade puramente física, que possa ser reduzida a uma simples transformação de energia, assim como não existe uma puramente intelectual, que não dependa, em seu conteúdo e sua forma, das atividades materiais para se realizar (Lima; Soares; Leal, 2002). O tão propagado crescimento do setor de serviços nas sociedades contemporâneas não ocorre em função da predominância do trabalho imaterial, mas é uma característica transversal de qualquer forma de produção (Lima; Soares; Leal, 2002). A aparente dualidade do trabalho imaterial e material encobre a real dualidade entre trabalho de concepção e manual, esta última socialmente construída em bases capitalistas, a fim de manter relações verticais. Assim, a produção de novo espaço industrial caracteriza-se pela simultaneidade de duas lógicas produtivas. Ao mesmo tempo em que as empresas organizam-se em rede, de modo a aproximar os profissionais das unidades técnicas e agências comerciais, há uma tendência em aumentar o afastamento geográfico dessas unidades (Zarifian, 1996). Essa dinâmica é necessária pelas razões já mencionadas anteriormente em Castells (2000 [1999]). A aproximação favorece o desenvolvimento de novos produtos pela unidade de concepção e o desenvolvimento de novos processos pela unidade de produção, de modo a atender necessidades criadas para os consumidores nas unidades de comercialização. O afastamento geográfico das unidades mantém as relações hierárquicas de produção, advindas das vantagens de barateamento de mão de obra local.

A transversalidade do trabalho imaterial ou do setor de serviços, na produção, pode ser exemplificada pelos estudos do sociólogo francês Philippe Zarifian, realizados em grandes corporações francesas dos setores automobilístico e de telecomunicações. É certo que a tecnologia da informação permite às empresas organizarem-se em rede, favorecendo a especialização das tarefas de concepção, produção e comercialização (Zarifian, 1996). Essa especialização é necessária para atender às exigências do mercado global, cada vez mais concorrencial. De modo a garantir a realização da mercadoria no mercado, todas as unidades especializadas da empresa devem atender, com agilidade, as demandas dos usuários finais.

A resposta a um uso esperado do cliente concerne tanto à fábrica quanto à agência comercial ou aos serviços de concepção. Cada unidade tem seu papel na produção

do mesmo serviço. E o conceito de serviço serve de referência comum aos três universos: é em torno dele que se pode ativar a comunicação social entre os “conceptores (projetistas)”, os “produtores” e os “comerciais” (Zarifian, 1996, 74).

Na acumulação flexível, a empresa substitui a fábrica, no sentido de o espaço de produção desmembrar-se e dispersar-se de modo a alcançar a meta da venda. Tal como as unidades fabris dispersas tornam-se “empresas terceirizadas” da fábrica moderna, as unidades especializadas e dispersas das empresas contemporâneas convertem-se em “prestadoras de serviços”, pois a prerrogativa de fluxo acelerado de capital determina que o trabalho imaterial prevaleça sobre o trabalho material. Na lógica do capitalismo financeiro, a entrega de produtos parciais no prazo estabelecido e em conformidade com critérios de qualidade agregam mais valor ao produto que a produção propriamente dita.

Mas atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa (Deleuze, 1992).

Outra transformação facilitada pela “revolução” informacional é o advento do denominado “teletrabalho”, cuja atividade surge a partir da “crescente dissociação entre a proximidade espacial e o desempenho de funções rotineiras: trabalho, compras, entreterimento, assistência à saúde, educação, serviços públicos, governo e assim por diante” (Castells, 2000 [1999], 419). Há três categorias de teletrabalho. Os substituidores, trabalhadores a distância, no sentido exato do termo, pois executam em casa uma tarefa normalmente efetuada em um ambiente de trabalho tradicional; os autônomos, que trabalham conectados à Internet em suas residências; e os complementadores, que levam para a residência tarefas que complementam as atividades do escritório convencional (Qvortup apud Castells, 2000 [1999]). Segundo Castells (2000 [1999]), as estimativas de pesquisas realizadas nos Estados Unidos em 1991, para levantar a quantidade de trabalhadores instalados em casa e que executam trabalho a distância, indicam um número muito pequeno, cerca de 1 a 2 % do total da força de trabalho, o que frustra a expectativa inicial de aumento de teletrabalho por parte dos estudiosos investigadores do tema. Desse modo, a residência não se tornaria um local de trabalho, “mas a atividade de trabalho poderia espalhar-se consideravelmente pela área metropolitana, intensificando a descentralização urbana” (Castells, 2000 [1999], 420). As tendências combinadas de dispersão do trabalho e concentração de mercado levariam

ao aumento dos problemas de mobilidade urbana, ou mais especificamente, de deslocamento da força de trabalho, antes confinadas em seus locais de trabalho (Castells, 2000 [1999]). Evidentemente, as análises do autor contemplam categorias de trabalhadores produtivos, como os profissionais liberais, que têm acesso às novas tecnologias. Não é possível generalizar suas conclusões a respeito dos novos processos de organização em rede no espaço urbano, uma vez que essas análises desconsideram a realidade de indivíduos que atuam em espaços domésticos, como é o caso dos coletivos de trabalhadores pesquisados nesta tese.

As análises do espaço industrial fundamentadas no paradigma da máquina e da tecnologia informacional não podem admitir que a divisão por gênero e a divisão técnica do trabalho sejam a base para a extração de mais-valia. Espaços exclusivos de produção não existem sem espaços dispersos de unidades domésticas. Nestas imperam métodos de organização de trabalho baseados na apropriação gratuita da força produtiva de trabalho social, no prolongamento da jornada e na divisão vertical e horizontal; ou seja, em métodos de trabalho intensivo. Nos espaços exclusivos da produção predominam processos de extração de mais-valia relativa, como a divisão parcelada do trabalho, a especialização de tarefas e ferramentas e, no caso da maquinaria, o emprego de máquinas ferramentas movidas por um motor e, mais tarde, de processos informatizados, caracterizando processos intensivos de investimentos de capital.

Por outro lado, quando as análises sobre a produção do espaço reconhecem a produção acessória de unidades domésticas no novo regime de acumulação flexível, não se menciona o papel do trabalho feminino nos novos processos de precarização da força de trabalho (subcontratação, emprego temporário, atividades autônomas, trabalho informal etc). A inclusão subordinada da economia doméstica à economia dominante e de base patriarcal sempre existiu, desde as corporações de ofício da Idade Média. Mas para além do domínio do trabalho feminino, informal ou indigno nas unidades domésticas, outro trabalho material é desempenhado nesses espaços: a reprodução, essencial para liberar a força de trabalho masculina para o mercado, baseado no contrato formal entre trabalho e capital.

Para os nossos propósitos, podemos compreender o sistema *putting-out* como transição da moradia tradicional (unidade de produção), para a forma de moradia que prevalecerá nos países capitalistas industrializados até a década de 1930 (unidade de reprodução). No momento em que penetra no espaço doméstico, a lógica fabril modifica a percepção do trabalho de reprodução, tornando-o secundário frente à atividade geradora de renda. Quando, mais tarde, essa atividade é

deslocada para o espaço da fábrica, a moradia parece tornar-se um oásis do não-trabalho, embora o trabalho de reprodução continue sendo executado ali. O ônus dessa obliteração fica com as mulheres das classes não proprietárias, agora integradas ao mercado de trabalho e ainda responsáveis pela manutenção da vida doméstica (Kapp; Lino, 2008, 16).

No âmbito da divisão técnica do trabalho, a gerência desempenha o papel de planejamento da produção, ao combinar os trabalhadores no sistema *putting-out*. No sistema de fábrica, a gerência cria um novo tipo de atividade ao centralizar os trabalhadores: o de vigilância, pois além de planejar a produção, o gerente determina o modo de trabalho e as tarefas a serem executadas pelo trabalhador parcial, tentando transformar o operário em um autômato no caso das manufaturas e em um apêndice da máquina no caso da maquinaria. Nas novas unidades fabris, onde predominam os sistemas de produção informatizados, a gerência controla o trabalho por meio do recurso de avaliação de desempenho. Portanto, é necessário compreender como o técnico trabalha para o capital, em especial como os técnicos envolvidos com processos de produção do espaço de trabalho reproduzem os mecanismos de controle da gerência. Na próxima seção, serão discutidos os mecanismos de coersão social, a partir da prática profissional do arquiteto, especificamente na concepção de espaços de trabalho.

## **2.5 Espaços de trabalho projetados por arquitetos**

Esta seção discute espaços de trabalho propostos por técnicos, isto é, arquitetos e outros profissionais especializados e dedicados à concepção desses lugares. A intenção é relacionar suas propostas com as teorias de organização racional do trabalho, de modo a evidenciar os critérios e recursos empregados por esses "profissionais do espaço" para aumentar a produtividade ou a extração de mais-valia absoluta e relativa, embora os arquitetos nem sempre tem consciência das relações de poder a que estão submetidos (Stevens, 2003 [1998]). Em vez de um levantamento histórico exaustivo, optei por explorar alguns exemplos, representativos de diferentes épocas.

O primeiro espaço especializado para a produção e mencionado pela historiografia arquitetônica é uma fábrica de sal, projetada pelo engenheiro e arquiteto Claude-Nicolas Ledoux<sup>12</sup> e construída em Arc-et-Senans entre 1773 e 1779, por encomenda de Luiz XV. A importância econômica do sal nessa época – assim como em toda a Idade Moderna – era imensa. Usado na conservação de alimentos, na agricultura, na fabricação de vidro, na medicina, entre outros fins, era denominado “ouro branco” e funcionava como moeda de

<sup>12</sup>Ledoux pertencia à geração denominada “visionária”, comandada pelo J. F. Blondel na França.

troca<sup>13</sup>. Além dessa importância econômica, o fato de Ledoux já ter exercido a função de gerente de produção de sal, em fábricas anteriores, foi determinante para o espaço ser projetado de modo a atender à demanda da monarquia pela cobrança de impostos sobre o consumo do produto pela população.

A fábrica de sal de Ledoux antecipa em 200 anos muitos dos elementos da tipologia arquitetônica industrial do movimento moderno. Além disso, mostra que a necessidade de controlar a produção de um recurso escasso – como era o sal nessa época – não é exclusiva do capitalismo industrial e da sociedade de consumo. Note-se que o espaço exclusivo para a produção foi criado concomitantemente ao espaço exclusivo para a habitação. Universo da produção e reprodução unem-se, após a separação espacial, sob a lógica de produção vigiada de riqueza.

A fábrica de sal semicircular (que ele transformou no centro oval de sua cidade) pode ser vista como um dos primeiros experimentos de arquitetura industrial, já que integrou conscientemente unidades produtivas e alojamentos operários. Cada elemento desse complexo fisiocrático era representado em conformidade com seu caráter. Assim, os galpões para a evaporação do sal situados no eixo tinham o teto alto, como os edifícios agrícolas, e seu acabamento era de pedras lisas, como adornos rústicos, enquanto a casa do diretor, situada no centro, tinha teto baixo e frontões, era toda de pedra bruta e embelezada com pórticos clássicos. Aqui e ali as paredes dos galpões de sal e das casas de operários eram realçadas com “goteiras” grotescas de água petrificada, que não só simbolizavam a solução salina em que se baseava a empresa, mas sugeriam também que o sistema produtivo e a força de trabalho eram fatores do mesmo processo (Frampton, 2008 [1997], 7).

A fábrica de sal (figura 01) é pioneira pela tentativa de reproduzir no espaço as relações hierárquicas de produção, próprias da sociedade burguesa nascente. Os recursos formais de manifestação e organização de poder são a implantação das construções em forma semicircular, a localização central da casa do diretor, a localização periférica das residências dos trabalhadores, a escala grandiosa das instalações industriais em relação aos alojamentos, o simbolismo dos ornamentos em forma de gotas de sal nos edifícios. Tudo isso também evidencia a importância do controle da atividade de trabalho para a riqueza da nação. Ou seja, a fábrica de sal não somente submete o conhecimento técnico e científico à lógica da produção, como também inaugura a submissão da vida cotidiana dos moradores à disciplina do trabalho produtivo.

---

<sup>13</sup>Disponível em: <[http://www.salineroyale.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=12&Itemid=12](http://www.salineroyale.com/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=12)>. Acesso em: mar 2013.



FIGURA 01 – Fábrica de sal de Ledoux  
 FONTE: Saline Royale d'Arc-et-Senans.<sup>14</sup>

Mais uma vez Ledoux fornece uma contribuição relevante para o espaço de trabalho. Por ocasião da Revolução Francesa, o arquiteto visionário tem sua carreira junto à monarquia interrompida, ao ser preso. Nesse período, desenvolve o projeto da cidade ideal de Chaux e inspira as ideias do urbanismo utópico, um século mais tarde. O projeto, publicado em 1804 com o título *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des moeurs et de la législation*, tem como ponto de partida as salinas de Arc-et-Senans, e a proposta projetual amplia a forma semicircular original da fábrica de sal em um núcleo representativo da cidade ideal.

A proposição do espaço como dispositivo disciplinar foi elaborada pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham quando desenvolveu a ideia de Panóptico ou Casa de Inspeção (figura 02) em 1785-7, um modelo de prisão ideal estabelecido em uma série de 16 cartas. Embora o filósofo desse destaque à aplicação do esquema Panóptico em uma penitenciária, o diagrama de mecanismo de poder era polivalente. Poderia ser aplicado em “prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para os pobres, edifícios para quarentena, manufaturas, hospitais, hospícios e escolas”<sup>15</sup>. Destinar essa construção para o grupo de usuários dessas instituições (presos, trabalhadores assalariados, trabalhadores domésticos, miseráveis, doentes, idosos e crianças), por suas peculiaridades, revela a questão social de fundo das propostas dos intelectuais do final do século XVIII, o pauperismo, remediado com medidas de individualização de controle social. O modelo Panóptico aplica-se ao homem não produtivo, o denominado vagabundo. É mais uma ideia que pretendeu, como analisou Polanyi ([1944] 2000, 132) em relação às medidas de combate à indigência, tornar o pauperismo rentável, porém, com uma justificada de caráter educativo, disciplinador.

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.salineroyale.com>. Acesso em jan 2013.

<sup>15</sup> *prisons, houses of industry, work-houses, poor-houses, lazarettos, manufactories, hospitals, mad-houses, and schools* (ver site: <http://cartome.org/panopticon2.htm>)

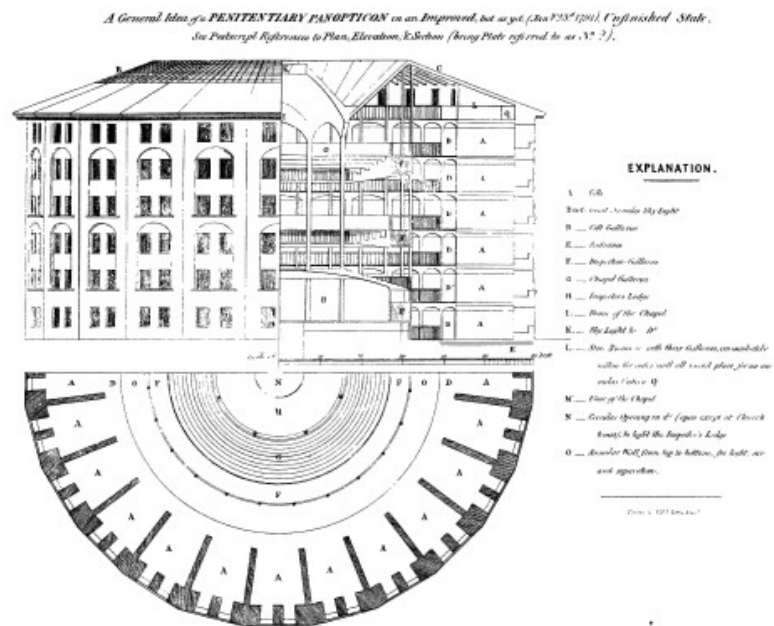


FIGURA 02 – Plano do Panóptico  
 FONTE: Bentham, (1995 [1787]), 344

Não é por acaso que em 1794 Bentham e seu irmão, Samuel, aplicam o plano de Panóptico à fábrica de beneficiamento de madeira e metal de propriedade deles, empregando, no lugar de prisioneiros, indigentes em grande escala. Essa iniciativa fundiu-se a outros esquemas de solução do problema social, como no âmbito da iniciativa estatal (decisão dos magistrados de *Speenhamland*, proposta de salário mínimo de *Whitbread*, proposta de reforma da *Poor Law*)<sup>16</sup>.

Em 1797 Bentham retoma suas ideias e desenvolve as Casas de Indústrias (*Industry-Houses*), citadas anteriormente, a partir do modelo Panóptico. Seriam empresas, dirigidas por uma comissão central de Londres, para a exploração dos pobres assistidos, e construídas em um número de 250 unidades, para aproximadamente 500.000 internos (Polanyi, 2000 [1944], 133). Na percepção de Polanyi, as Casas de Indústrias representavam a “comercialização do desemprego em escala gigantesca.” (Polanyi, 2000 [1944], 133). Nessa nova proposta, o filósofo inglês tem a oportunidade de apurar a classificação dos indivíduos desempregados, demonstrando que no universo do ambiente de trabalho propriamente dito as ideias assistencialistas das primeiras propostas do Panóptico ficam em segundo plano, em função da finalidade, agora explícita, de extração de mais-valia:

<sup>16</sup> O pioneirismo da Revolução Industrial na Inglaterra determinou o surgimento de inúmeras propostas para a nova questão social: o surgimento dos supranumerários ou pobres inválidos. Para o aprofundamento do tema, sugere-se o livro *A grande transformação* de Karl Polanyi (2000 [1944]).

O plano se fazia acompanhar de uma análise detalhada das várias categorias de desempregos e, nessa análise, Bentham antecipou em mais de um século os resultados obtidos por outros investigadores. Sua mente classificatória demonstrava o melhor da sua capacidade de realismo. “Mão de obra fora do lugar”, aqueles recentemente demitidos de empregos se distinguiam de outros que não poderiam encontrar emprego em função de uma “estagnação casual”; a “estagnação periódica” dos trabalhadores sazonais se distinguia da “mão de obra superada”, a que “se tornava supérflua pela introdução da maquinaria” ou em termos mais modernos, os tecnologicamente desempregados. Um último grupo consistia em “mão de obra dispersa”, outra categoria moderna que adquiriu proeminência com a guerra francesa, à época de Bentham. A categoria mais significativa, porém, foi a da “estagnação casual” acima mencionada, que incluía profissionais e artistas que exerciam ocupações “dependentes da moda”, mas também o grupo muito mais importante dos desempregados “no caso de uma estagnação geral das manufaturas” (Polanyi, 2000 [1944], 133).

As ideias de Bentham representam o esforço da burguesia de disciplinar os homens livres para o trabalho produtivo. As tentativas de impor uma nova organização para o trabalho, de modo a adaptá-lo às necessidades da eficiência econômica, deram-se também no âmbito do tempo, além do espaço. O historiador Thompson (1998 [1967]) relata inúmeras situações de conflito, com a introdução dos relógios no século XVIII nos espaços da indústria nascente, entre a imposição pelo capitalista industrial e a resistência dos camponeses. O autor ressalta que a transição da noção de “tempo orientado pelas tarefas” para a noção de “uso-econômico-do-tempo” não é uma simples exigência das mudanças na técnica de manufatura no processo de trabalho. A exploração dos trabalhadores pelo modo de produção capitalista é imposta não somente pelos mecanismos de organização e controle do ritmo de trabalho, por intermédio da noção de tempo cronometrado, mas também é, antes, internalizada pela retórica moral “tempo é dinheiro”, proveniente da ética puritana, que dessa forma reduz o conceito de ócio a tempo não produtivo.

Por meio de tudo isso – pela divisão de trabalho, supervisão de trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. A mudança levou às vezes várias gerações para se concretizar [...], sendo possível duvidar até que ponto foi plenamente realizada: ritmos de trabalho irregulares foram perpetuados (e até institucionalizados) no século atual, especialmente em Londres e nos grandes portos (Thompson, 1998 [1967], 298-297).

Em fins do século XVIII e início do século XIX, há várias tentativas históricas de conformar uma outra organização do trabalho a partir da produção de novos espaços, a começar pelo



socialismo utópico. Comovidos pelas péssimas condições de moradia e de trabalho dos trabalhadores pobres aglomerados nos novos centros industriais da Europa, pioneiros do socialismo como o filósofo e economista francês Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825), o industrial inglês Robert Owen (1771-1858), o teórico social francês François Marie Charles Fourier (1772-1873), o filósofo e teórico político francês Étienne Cabet (1788-1856), o político francês Victor Prosper Considerant (1808-1893) e o industrial, escritor e teórico político francês Jean Baptiste André Godin (1817-1888) desenvolvem propostas de unidades econômicas e sociais fundamentadas na produção industrial, na associação entre os homens e na propriedade comunal. Dentre elas, as “cidades industriais modelo” de Robert Owen, os “falanstérios” de Charles Fourier, a colônia “La Reunion” de Considerant e o “familistério” de Godin foram colocados em prática. Saint-Simon, embora seja considerado um dos precursores do socialismo, não conseguiu que suas propostas fossem “edificadas”.

Engels e Marx (1848) reconhecem que “essas obras socialistas e comunistas encerram também elementos críticos” e que “atacam a sociedade existente em suas bases”. De fato, é possível delinear algumas diretrizes comuns, ainda que não estejam necessariamente presentes em todos os casos: escala “ecológica” ou a proposição de limitar o tamanho das cidades para evitar as dificuldades advindas de aglomeração de pessoas; igualdade de acesso às vantagens sociais, com distribuição igualitária dos aparelhos, serviços urbanos, meios de produção e oportunidades de trabalho; melhoria nas condições de salubridade e segurança nos ambientes de moradia e de trabalho; e sistemas alternativos de distribuição de renda, baseados em critérios não atrelados ao tempo de trabalho. As experiências do socialismo utópico são concebidas e conduzidas por membros de uma classe intelectualizada, não pelos próprios trabalhadores. Não surpreende que elas negligenciem em grande medida a capacidade de autodeterminação desses trabalhadores. Como apontam Engels e Marx (1848) no *Manifesto Comunista*, as propostas são “fantasistas” porque não são originárias de ação política da classe operária: “Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo dissolvente na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio”.

É necessário reconhecer os limites de organização política e social dos pobres urbanos, mesmo no contexto histórico da Revolução Industrial, quando originou-se a consciência de classe por parte do proletariado. Esses limites referem-se à falta de acesso ou ao acesso restrito dessa classe social às vantagens sociais (Baltazar, 2013). Como Marx ressaltou, a tarefa do proletariado é acabar com sua própria condição, por intermédio da luta de classes.

Dessa forma, as propostas dos socialistas utópicos não constituem processos revolucionários, na medida em que não criam os meios de produção materiais e intelectuais necessários para a ação política e social do trabalhador organizado coletivamente. Tais propostas são consideradas reformistas, porque partem do princípio de que é possível conciliar expansão industrial com estabilidade social. Como a filósofa e economista polonesa, com nacionalidade alemã, Rosa Luxemburgo (2010 [1899]) demonstrou, as propostas de cunho socialistas adotam medidas que na realidade estão comprometidas com a conservação do capitalismo. As críticas contundentes de Luxemburgo (2010 [1899]) referem-se às ideias do político e teórico político alemão Eduard Bernstein, um dos principais do Partido Social Democrata Alemão e da Segunda Internacional, que ao longo do tempo rompeu com o marxismo e com os princípios do socialismo revolucionário. As propostas de Bernstein fundamentavam-se na adaptação das classes operária e burguesa às condições criadas pelo capitalismo, apesar de seu discurso socialista. Desse modo, a melhoria da situação da classe operária, as associações patronais como trustes e cartéis, a implantação de sistemas de crédito etc. são medidas reformistas que pretendem suprimir as contradições internas da economia capitalista e impedir o desenvolvimento e a agravação desta (Luxemburgo, 2010 [1899]).

Das experiências socialistas anteriores, a proposta do familistério de Godin é apontada por Engels como um real experimento socialista. A respeito da discussão sobre a construção de colônias de trabalhadores como possível solução para a crise habitacional, Engels comenta: “Nenhum capitalista tem interesse em estabelecer tais colônias, e de fato nenhuma existe em qualquer lugar do mundo, exceto em Guise na França [...], não como uma especulação rentável, mas como uma experiência socialista” (Engels, 1979 [1872-3]). Jean-Baptiste André Godin, inspirado no falanstério de Fourier, concretiza as ideias associativas e, ao contrário das expectativas de todos, a experiência perdura por longo tempo. As inovações em relação ao falanstério de Fourier ficam a cargo do modo de produção industrial (não agrícola) e o alojamento privado de cada família. Contemporâneo de Karl Marx, Godin, nascido em 1817 na França, instala-se em Guise em 1846 para fundar uma empresa de utensílios de aquecimento e de cozinha, desenhados por ele e fabricados em ferro fundido. Por propagar melhor o calor do que os antigos modelos em folha metálica, os utensílios de Godin tinham um mercado garantido e em plena expansão. O enriquecimento e sua preocupação social com as condições de pobreza dos operários levaram-no a conceber uma colônia de trabalhadores ao lado de sua fábrica. Em 1859, ele compra 18 hectares de terras em Guise, dando início à construção daquilo que ele denominaria familistério. Godin acredita que os avanços proporcionados pela técnica e ciência na arquitetura industrial

podem ser empregados na melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores, a partir da gestão compartilhada entre capitalistas e trabalhadores dos lucros do trabalho:

Podemos corajosamente tirar essa conclusão a partir dos fatos estabelecidos, que o progresso na produção leva ao progresso na arquitetura industrial, e que a arquitetura, depois de ter construído os edifícios necessários para o crescimento da produção, deve considerar as habitações das massas trabalhadoras de forma a obter o melhor uso possível dos lucros do trabalho.

Todas estas questões estão sendo estudadas, e a marcha do progresso está gradualmente levando a grandes possibilidades, pois a ideia de participação e associação está se mantendo firme nas mentes das pessoas, e estas se tornarão uma necessidade social, quando a evolução do trabalho for suficientemente avançada para o trabalhador tomar a posição a que ele aspira (Godin, 1886 [1871], 152).

Profundo conhecedor dos limites da expansão do capital, sendo Godin (1886 [1871]) um capitalista industrial e um ex-operário, atribui à natureza concorrencial do capitalismo a origem do conflito entre capital e trabalho. Ou seja, a necessidade de praticar menores preços dos produtos no mercado demandava menor investimento em capital fixo e variável, bem como quantias menores de retiradas por parte do capitalista. Segundo ele, a usura, os custos de produção, como o preço da matéria-prima, salários, investimento em capital fixo, depreciação do capital e a resistência operária à permanente tendência de abaixar os salários, explicitada por meio de greves, podem ser administrados por intermédio de uma participação igualitária dos trabalhadores nos lucros da produção industrial. De fato, a associação entre trabalho e capital no familistério implantou vários recursos para permitir o processo de decisão democrática, como atesta Aneurin Williams (1908), um político do partido liberal inglês, que visitou a comunidade por duas ocasiões, 20 anos após sua inauguração e oito anos depois de sua primeira visita. No entanto, outra medida, não explicitada por Godin, era fundamental para garantir o afastamento das ameaças dos concorrentes e garantir a venda da mercadoria no mercado: a inovação dos produtos, sempre proporcionada pelas invenções do industrial.

O princípio permanece em bases produtivistas – produzir em abundância para distribuir para todos, porém Godin fornece grande valor à esfera da reprodução, ao colocar a residência social no mesmo patamar de importância dos espaços produtivos. Dessa forma, as medidas tomadas para garantir a qualidade de vida na esfera da reprodução são acompanhadas de preceitos morais fundamentados na disciplina para o trabalho produtivo e para o bem-estar coletivo. “De acordo com Godin, este fim deve ser alcançado através da melhoria da

habitação e uma melhor organização de todos os serviços de produção, comércio, abastecimento, educação e recreação, que compõem a vida do trabalhador moderno” (Williams, 1908). Godin (1886 [1871]) ressalta que a verdadeira regra social fundamenta-se na subordinação da humanidade às leis da natureza. Saúde, segurança e conforto são estabelecidos no espaço doméstico por intermédio do emprego de conceitos de proximidade, salubridade, claridade, ventilação, limpeza e ordem. A proximidade, por exemplo, é explorada em várias situações. Nas unidades de vizinhança, a proximidade promove a coletivização das atividades de cuidado. A proximidade entre residência e trabalho permite a redução de atividades improdutivas, como o deslocamento dos trabalhadores. Entre residência e escola, a proximidade contribui para a vigilância atenta dos pais em relação às suas crianças.

A sociedade do familistério pode ser dividida em cinco grupos de instituições e estabelecimentos, os quais são residências, lojas cooperativas de gêneros de primeira necessidade, serviço educacional gratuito, laico e misto, sistema de participação nos lucros e um sistema de seguro mútuo para auxiliar idosos, crianças e doentes (Williams, 1908). As edificações que abrigam as atividades dessas instituições podem ser visualizadas na figura 03. O conjunto de três edificações residenciais (A B C) é formado por três blocos de residências cada uma, organizadas segundo uma estrutura panóptica, que constituem o familistério propriamente dito (figura 04). Na proximidade das residências encontram-se o teatro e a escola (F), o pátio coberto (G), anexos como padaria, loja de vinhos, restaurante, departamento de madeira e carvão (H I) e a lavanderia coletiva (Q). Ao redor desse complexo há parques, jardins e parques infantis (M N O).

No familistério (figura 04), os serviços domésticos são facilitados por uma série de medidas, como a instalação de torneiras nos corredores de todos os andares para limpeza desses corredores, a instalação de uma tubulação para o despejo do lixo em cada apartamento, a contratação de mulheres para realização da limpeza dos espaços comuns e a localização no piso térreo de lojas de mantimentos, pão, bebidas, móveis, botas, roupas, vários artigos de uso doméstico e assim por diante (Williams, 1908). A escola é obrigatória até os 14 anos de idade e além de atividades em sala de aula, as crianças ocupam-se com as atividades preparativas e de apresentação de teatro, dança e música em dois festivais anuais, que comemoram o trabalho e a infância.

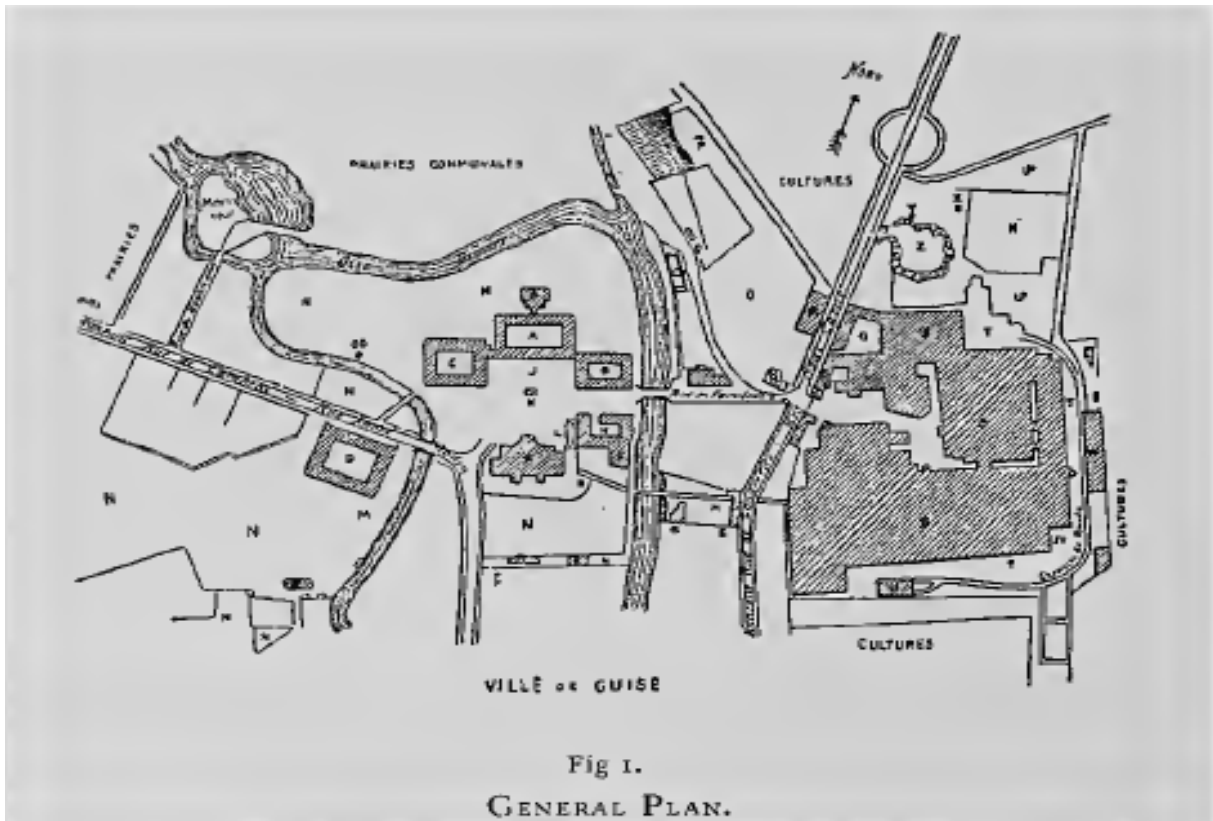


FIGURA 03 – Planta geral da Vila de Guise  
 FONTE: Williams, 1908, 12



FIGURA 04 – Vista interna do familistério de Godin  
 FONTE: Arquine, 2013<sup>17</sup>

Godin implantou em suas fábricas a jornada de 10 horas de trabalho, enquanto prevalecia na França a jornada de 12 a 14 horas. Williams (1908) descreve o trabalho dentro das fábricas. Embora seu relato enfatize o processo de produção, é possível observar nas figuras 05 e 06 uma grande quantidade de operários, cujo trabalho fundamenta-se na posse de ferramentas, indicando a base manufatureira da produção. A variedade de artigos produzidos também indica o emprego de estratégia de ampliação de famílias de produto, como no caso do fogão, de modo a favorecer a penetração dos produtos no mercado.

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.arquine.com/blog/la-ciudad-radiante/>. Acesso em dez 2013.

Os trabalhos da manufatura de fogões e aparelhos para aquecimento e para cozinhar, adaptados a diferentes formas de combustível – carvão, coque, madeira, gás, petróleo. Há alguns também para a eletricidade. Além disso, eles fazem banheiras, bombas, cisternas, ferragens para os construtores e para os estábulos, para não mencionar uma infinidade de pequenos artigos, como pires, braseiros, armações de ferro, tinteiro, e os mais diversos artigos de ferragens em geral (Williams, 1908, 61).

O compromisso dos trabalhadores com a produção é destacado pelo visitante, cuja afirmação é baseada na qualidade dos artigos fabricados e na atenção do coletivo de trabalhadores, centrada nas atividades que não foram interrompidas nem com sua presença (Williams, 1908).

Há também uma sucursal importante da sociedade de Guise instalada em Bruxelas. A sucursal belga não é uma sociedade separada, nem financeiramente independente, e as regras e princípios da sociedade de Guise aplicam-se a ela também. Na unidade belga, como em Guise, há lojas cooperativas, escolas e diversas organizações sociais (Williams, 1908).

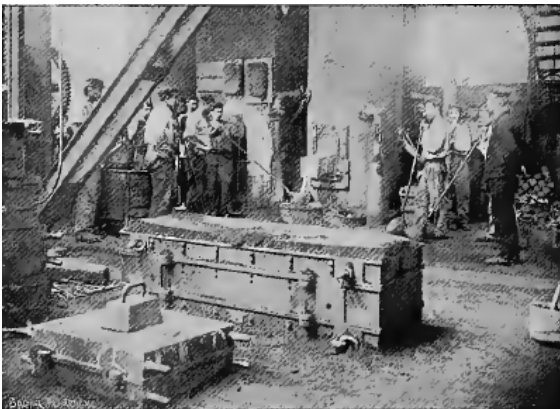


FIGURA 05 – Seção de fundição de ferro do Familistério de Godin  
Fonte: Williams, 1908, 62



FIGURA 06 – Parte da oficina de montagem do Familistério de Godin  
Fonte: Williams, 1908, 64

Por sua vez Foucault, em entrevista a Paul Rabinow em 1982, cita o familistério de Godin como um exemplo de projeto de arquitetura claramente destinada à prática de liberdade dos indivíduos.

A arquitetura de Godin foi claramente destinada para a liberdade das pessoas. Aqui era algo onde se manifestou o poder dos trabalhadores comuns a fim de participar do exercício de suas trocas mercantis. Era um sinal bastante importante e instrumento de autonomia para um grupo de trabalhadores. Contudo ninguém podia entrar ou sair do local sem ser visto por todos, um aspecto da arquitetura que poderia ser totalmente opressivo. Mas isso só poderia ser opressivo se as pessoas

não estivessem dispostas a usar sua própria presença em ordem de cuidar de outras pessoas. Vamos imaginar uma comunidade de práticas sexuais ilimitadas que pudessem ser estabelecidas lá. Teria mais uma vez tornado-se um lugar de liberdade. Eu acho que é um tanto arbitrário tentar dissociar a prática efetiva da liberdade, da prática de relações sociais, e das distribuições espaciais em que se encontram. Se elas estão separadas, elas se tornam impossíveis de entender. Cada uma só pode ser compreendida através da outra (Foucault, 1982).

Foucault (1982) esclarece que o arquiteto não tem o poder de conferir liberdade ao indivíduo. O exercício de liberdade pelo próprio indivíduo somente pode funcionar se há uma convergência entre relações sociais e distribuição espacial. Assim, a estrutura panóptica do familistério de Guise pode atender perfeitamente às determinações coletivas de cuidado mútuo entre os membros da colônia, funcionando como um instrumento de liberdade, ou às determinações de opressão, funcionando como um instrumento de controle.

Como mencionei na seção anterior, nos primórdios do capitalismo industrial a fábrica é concebida como mecanismo de controle. Predomina a extração de mais-valia absoluta, por intermédio da concentração de trabalhadores em um mesmo local e do prolongamento da jornada. No entanto, a mecanização do processo de produção confere ao espaço da fábrica um automatismo, cujo principal objetivo é a extração de mais-valia relativa por meio do aumento do ritmo de trabalho. A intenção é “transformar a fábrica numa única ferramenta onde todas as fases de produção, todas as máquinas, se transformam numa grande unidade, com o fator tempo a desempenhar também um papel importante no processo” (Almeida, 2009, 5). A progressiva incorporação da máquina nos processos produtivos justifica-se por meio do argumento técnico de poupar esforço físico do artífice e tempo, além de produzir melhor e em maior quantidade (Almeida, 2009). Porém, a questão fundamental que motiva o desenvolvimento da mecanização é a superação da base técnica manual do trabalho manufatureiro, no qual o trabalhador parcial tem controle sobre o ritmo de seu trabalho (Moraes Neto, 1986). A proposta de eliminação da dependência que o capital tem do trabalhador advém das constantes fraudes na produção provocadas pelos operários como o absenteísmo, o *turnover*, o trabalho mal executado e mesmo a sabotagem, a exemplo da indústria automobilística americana (Pignon; Querzola, 1996 [1972]). Portanto, como indicado na seção anterior, o advento da maquinaria transforma o homem máquina da manufatura em apêndice da máquina.

A literatura sobre arquitetura industrial (Behne, 1994 [1923]; Giedion, 1975 [1948]; Braña, 2004, Almeida, 2009) recorre aos escritos de Ford e às suas fábricas de automóveis para, inadvertidamente, ilustrar espaços industriais que empregam processos de produção

fundamentados na maquinaria. Ora, como já citado na seção anterior, a base técnica do fordismo é a manufatura (Moraes Neto, 1986). Ou seja, a linha de montagem concebida por Ford é apenas um desdobramento do taylorismo, em que os mecanismos de controle do trabalhador coletivo e parcelado são aperfeiçoados com a introdução da esteira rolante. Decorre daí que não é a máquina em si que tanto fascina os arquitetos, mas a possibilidade de controlar o homem. O taylorismo e o fordismo são técnicas gerenciais que funcionam como um suporte para o capital explorar o trabalhador enquanto máquina. Assim, quando Ford contrata o arquiteto e engenheiro alemão com nacionalidade americana, Albert Kahn, alinha-se o planejamento da produção com o planejamento do espaço. Não é a máquina e suas especificidades que determinam o espaço, mas a necessidade de aumentar o ritmo da produção e, conseqüentemente, a extração de mais-valia. Mesmo porque, nas primeiras fábricas de Ford, a “máquina” primordial é o motor que alimenta a esteira rolante. Nessa ocasião, os trabalhadores manuais parcelados em seus postos de trabalho permanecem determinantes no processo de produção. Ou seja, as fábricas de carros dependem do trabalho vivo organizado no chão de fábrica, em células de produção.

O que motivou Ford a buscar o auxílio de um profissional para planejar o espaço foi sua dificuldade em aumentar a produção em suas duas antigas fábricas. O plano do industrial de produzir em série o Modelo T, um carro simples de operar e de preço acessível, fundamentava-se na linha de montagem. Desse modo, quando Kahn esboçou um primeiro desenho de implantação da nova fábrica em um terreno em Detroit, Ford interrompeu-o, solicitando que o arquiteto reconsiderasse a implantação em função da necessidade de expansões futuras.

Eu quero o primeiro edifício construído de modo correto, ao longo da avenida Woodward de modo que eu tenha espaço para expansão nos fundos, em outras partes da propriedade. Esta fábrica irá nos levar para o futuro. Tudo será voltado para a produção mais rápida de carros. Cada trabalhador irá realizar apenas uma tarefa, com todas as peças e ferramentas que necessitam mesmo ao lado deles. Algum dia, em vez de ter os trabalhadores deslocando-se, teremos uma linha de montagem em movimento que vai trazer trabalho para os trabalhadores (Matuz, 2002, 52).

A aproximação da arquitetura e da indústria ocorre em função do planejamento de atividades humanas. Ford determina as diretrizes fundamentais que todo projeto de fábrica deve almejar: espaço limpo, luminoso e bem ventilado, além de extrema proximidade entre os postos de trabalho (Ford apud Behne, 1994 [1923]). No primeiro caso, vale tanto o argumento politicamente correto de proporcionar condições humanitárias de trabalho,



quanto o valor moral da limpeza em oposição à negligência na produção. No segundo caso, prevalece a máxima puritana “tempo é dinheiro”, em que a não economia de espaço interior incrementa os custos da produção e, conseqüentemente, de aquisição do produto pelo consumidor. Ford também destaca a questão da flexibilidade dos espaços da fábrica para permitir reformulações permanentes, como o abandono de determinados meios e materiais, as alterações no produto que determinam modificações na linha de montagem e o reordenamento da maquinaria, no processo de trabalho e na readaptação da estação de trabalho (Almeida, 2009). Ainda que Ford acredite que a demanda por um espaço flexível deve-se à necessidade de experimentar na fábrica o desenvolvimento de novos produtos e processos, a flexibilidade indica a característica da ação humana, cotidiana, que não se congela no tempo e no espaço. O projeto de fábrica, como qualquer outro, convive com o paradoxo de planejar ações futuras que nem sempre podem ser previstas de antemão. A solução espacial é projetar grandes vãos, de modo a propiciar novas conformações que o chão de fábrica, por ventura, irá assumir.

Albert Kahn, antes da parceria com Ford, projetava edifícios industriais na cidade de Detroit, onde tinha seu escritório. O edifício *Packard Building #10* foi a décima fábrica construída pelo presidente da companhia, Henry Joy, para abrigar uma nova planta de produção automotiva em Detroit. Porém, a demanda dessa vez era mais específica: liberar o espaço interno com menor quantidade de pilares. A fim de atender à solicitação, Kahn empregou pela primeira vez o concreto armado. A construção foi iniciada em 1903 e a fábrica é considerada na literatura de arquitetura industrial um marco, pois mudou a forma como as fábricas até então eram desenhadas.

Desde então, Albert Kahn, com o auxílio de seu sócio Ernest Wilby e já contratado por Ford, busca a máxima flexibilidade dos espaços internos. O projeto do *Automobile Assembly Building* (figura 07), concebido em 1908 e inaugurado em Detroit em 1910, recebe uma estrutura reticulada de concreto armado, sem divisões internas, que libera a fachada para a colocação de grandes cortinas de vidro. As instalações auxiliares, como vestiários e sanitários, situam-se na área exterior ao galpão. O edifício, com três andares, conta com um sistema horizontal e vertical de transportadores mecânicos, extremamente eficientes para interligar as três linhas de montagem: de peças, do corpo do carro e do chassi (Bucci, 2002).



FIGURA 07 – *Automobile Assembly Building*  
 FONTE: SAH, 2012<sup>18</sup>

A solução de Kahn contempla os três princípios da racionalização do espaço fordista: (1) economia de tempo e espaço; (2) limpeza; e (3) aberturas suficientes para iluminação e ventilação. Kahn torna-se o primeiro arquiteto especialista em arquitetura industrial, demonstrando seu vínculo com a rentabilidade econômica do universo produtivista, tendo em vista a máxima elaborada por ele “arquitetura é 90% negócio e 10% arte” (Bucci, 2002).

A questão da limpeza é fundamental para imprimir uma nova moralidade ao trabalhador, de modo a induzir uma atitude mental positiva em relação ao seu próprio trabalho, por meio da melhoria na qualidade geral do ambiente (Bucci, 2002). Tal premissa confere uma importância secundária ao tratamento estético no espaço interior, que é somente admitida por Kahn em pormenores, como os letreiros na fachada principal da edificação (Bucci, 2002).

Mas é no complexo industrial de *River Rouge* construído em *Michigan*, em 1917, que Kahn explora ao máximo a ideia da linha de montagem e propõe a produção em série do próprio edifício. O emprego de elementos construtivos padronizados, como o aço, tijolo e vidro, permitiu a montagem do edifício em tempo reduzido e a criação de espaços internos com grandes vãos (Bucci, 2002). Na concepção de Kahn, os edifícios da indústria, além de

<sup>18</sup> Disponível em: <http://sah-archipedia.org/buildings/MI-01-WN126>. Acesso em: fev 2014.

constituírem uma máquina produtiva capaz de abrigar o fluxo contínuo e com menor quantidade de tempos mortos e interrupções (Bucci, 2002), devem ser concebidos e executados conforme a racionalidade técnica da produção em massa. Kahn, em conformidade com os princípios da produção em massa, introduz a mecanização da produção dos materiais e dos processos de produção na arquitetura industrial: “o sistema produtivo propugnado por Ford penetra na própria concepção do edifício. Simultaneamente, entende as possíveis técnicas construtivas como variáveis que, aplicadas com propriedade, não de implicar a redução de tempos, tanto de idealização como de execução” (Braña, 2004, 40).

Na Europa, o arquiteto alemão, decorador, pintor, modelador, gravador e desenhista (designer) de tipos, Peter Behrens, é contratado como consultor pela companhia AEG, uma importante empresa eletrotécnica da Alemanha, em 1907. Sob a direção de Paul Jordan, a AEG adotou os novos princípios do Deutscher Werkbund, sociedade fundada em 1907, na qual arquitetos, artesãos e industriais desenvolveram uma nova concepção de desenho industrial fundamentada na simplicidade e na forma funcional de objetos de uso diário (Pevsner, 2001 [1981]). Behrens dedica-se inicialmente à concepção de peças gráficas, mas logo é solicitado para desenvolver uma lâmpada que generalizasse e popularizasse o emprego de energia elétrica. A produção em massa do produto determinou sua forma, que não deveria lembrar qualquer estilo histórico e, sim, enfatizar os processos de produção industrial. Behrens desenha, em 1907, o que é considerado o primeiro produto industrial, a lâmpada de arco econômica (figura 08). Aqui, mais uma vez, fica evidente a necessidade da época de enaltecer os métodos de produção mecânica. Mas basta um olhar um pouco mais atento ao chão de fábrica (figura 09) para perceber o processo de trabalho de base manual na primeira fábrica de bulbo de lâmpada da Alemanha. A etapa parcelada de fabricação desse bulbo, por exemplo, indica o predomínio de ferramentas manuais de posse do trabalhador ou a dependência do trabalho morto do trabalho vivo. Na mesma imagem, é possível ainda verificar o trabalho improdutivo de inspeção do produto final e das atividades do grupo de trabalhadores, estes dispostos em uma forma circular, tal qual uma estrutura panóptica. Vale lembrar que a máquina de fita que possibilitou a produção mecanizada do bulbo de lâmpada somente foi inventada em 1922 por William Woods, ex-soprador de vidro (Corning Museum of Glass, 2013). Ou seja, apesar do discurso fundamentado na “estética da máquina”, o processo de trabalho permanece em bases manufactureiras.

Esse descompasso revela a questão que realmente inspira os arquitetos e designers em nome da produção em massa: a organização racional do trabalho ou o controle do trabalhador alienado. Não é por acaso que Behrens também é considerado o inventor da

“identidade corporativa”, que inclui o desenvolvimento e a padronização de todo o conjunto de recursos visuais para a divulgação da imagem da empresa, como o design gráfico, o design de produto e até mesmo a arquitetura industrial.

Peter Behrens projeta a nova fábrica de turbinas da AEG, primeiro edifício alemão em aço e vidro, executado em 1908-1909. A construção é considerada a primeira edificação de arquitetura industrial da Europa, projetada por um profissional especializado, no caso um arquiteto. Em 1920, ele indica as diretrizes projetuais de arquitetura industrial, muito próximas daquelas mencionadas por Ford. O ordenamento dos espaços deve ser funcional à organização das necessidades da produção ou da gestão científica do trabalho. Além de bem iluminados, os espaços devem ser amplos o suficiente para permitirem o deslocamento vigiado do produto no espaço. “O controle geral, a facilidade e a manobralidade nos deslocamentos, o trânsito dos produtos fabricados, a livre mobilidade dos utensílios, das máquinas e dos veículos exigem naves amplas, francas e diáfanas” (Behrens apud Behne, 1923). Assim, todo tipo de obstáculo, como escadas e elevadores, deve ser projetado na área externa do galpão, cujas fachadas devem dominar a superfície da edificação. Nesse sentido, Behrens (1920) é um dos pioneiros do Movimento Moderno ao empregar os recursos de “planta livre” e “fachada livre”.



FIGURA 08 – A lâmpada de arco econômica, 1907  
FONTE: AEG, 2003



FIGURA 09 – Sopradores de vidro na fábrica de lâmpada elétrica da empresa na Schlegelstrasse, 26, Berlim  
FONTE: AEG, 2003

Os princípios da fachada e planta livres foram empregados pelo arquiteto alemão Walter Gropius, ex-aluno de Behrens, na famosa fábrica Fagus (figura 10), uma indústria de forma de sapatos projetada em 1910, em colaboração com Adolf Meyer. Uma parede-cortina suspensa dos elementos verticais do edifício foi apresentada nos anuários do Werkbund, os quais Gropius editou de 1912 a 1913. Fagus representa a síntese de tudo o que foi desenvolvido em arquitetura industrial (Pevsner, 2001 [1968]).

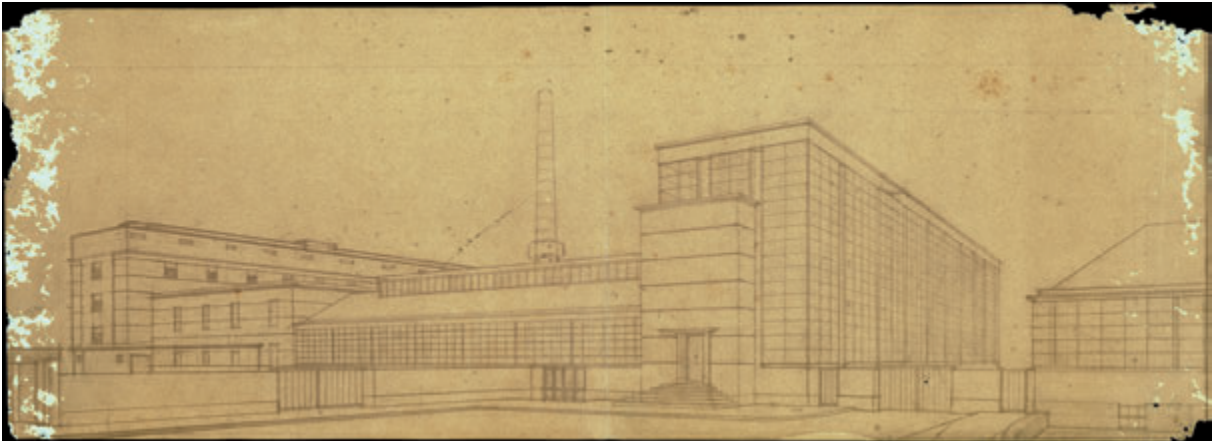


FIGURA 10 – Perspectiva do complexo da fábrica Fagus desenhada por Gropius e Meyer por volta de 1914  
 FONTE: Unesco, 2009

Giedion (1995 [1928]) reconhece que somente alguns indivíduos beneficiaram-se das vantagens das novas invenções do século XIX, inclusive daquelas que proporcionavam novas possibilidades de construção, a exemplo das propostas elaboradas por um pequeno número de precursores da arquitetura moderna no período anterior à Primeira Guerra Mundial, como Hendrik Petrus Berlage, Henry van de Velde, Frank Lloyd Wright, Peter Behrens, Auguste e Gustave Perret e Tony Garnier. Por outro lado, Giedion (1995 [1928]) mantém sua crença no desenvolvimento técnico que, segundo ele, é o resultado da Revolução Francesa quando foram abolidas as corporações de ofício em 1791 e proclamou-se a livre concorrência. Para ele, a técnica é meio para a busca de uma sociedade sem classes, tal qual a previsão realizada pelo filósofo e economista francês Saint-Simon, um século antes. A convicção de Giedion fundamenta-se no anonimato dos processos coletivos de produção dos espaços da cidade, os quais são possibilitados pelo emprego de novos materiais e técnicas, como a estrutura metálica e o concreto armado. Assim, ele enxerga na paisagem urbana de Paris possibilidades de aberturas nos tradicionais processos de produção de monumentos arquitetônicos. Evidentemente, Giedion refere-se às práticas construtivas levadas a cabo por engenheiros anônimos, em contraposição às obras monumentais criadas por arquitetos de renome. Embora ele já colocasse “em cheque o procedimento de produção da arquitetura apoiado na lógica do planejamento de um produto acabado” (Baltazar; Kapp, 2006, 96), ou em outras palavras, questionasse o conceito de

arquitetura de “obra monumento”, os processos de produção do espaço permanecem fundamentados, até hoje, no procedimento formal de planejamento, no qual prevalece a distinção entre as etapas de demanda, projeto, construção e uso (Baltazar; Kapp, 2006). A admiração pelas criações da técnica maquinista, em detrimento das obras de arte dos arquitetos, evidentemente não renunciou o papel do técnico de conceber o espaço, em conformidade com um dos mecanismos de intermediação secundária capitalista, a divisão social do trabalho. Nesse sentido, a abertura à qual Giedion se refere restringe-se somente à forma, e não abrange todo o processo de produção do espaço.

A arquitetura moderna adota a linguagem da indústria, a partir da forte vinculação entre os princípios de rentabilidade econômica, a eficácia técnica e a austera simplicidade expressiva das edificações industriais (Braña, 2004). Engenheiros e arquitetos do Movimento Moderno buscaram no campo da racionalidade técnica os fundamentos para uma nova arquitetura. A experiência coletiva e didática de Walter Gropius e o trabalho individual de Le Corbusier são apontados por Leonardo Benévolo (1976) como as experiências que marcaram o início do Movimento Moderno após 1914, além dos movimentos Expressionismo (1910-1925), *De Stijl* (1917-1931), Construtivismo Russo (1918-1932) e a fundação do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM em 1928, quando o termo “arquitetura moderna” é mundialmente aceito e reconhecido.

O arquiteto alemão Walter Gropius, fundador em 1919 da escola de design, arquitetura e arte moderna Bauhaus, elabora uma pedagogia para o ensino de educação artística baseada no método racional de formação técnica, de modo a substituir os preceitos estéticos até então vigentes. Segundo Gropius, a necessidade de um novo modo de atuação do técnico advém da cisão entre arte e produção, ou entre o artista e o técnico, consequência da extinção das corporações de ofício e do advento da mecanização da produção. Com o argumento central de humanizar a máquina, de modo a aliviar o homem do trabalho pesado e resgatar o seu potencial criativo, Gropius (2004 [1937-52]) propõe a aquisição, por parte do futuro profissional *designer*, de profundo conhecimento dos meios de produção mecanizados, de modo a reunir em uma única pessoa o artista, o técnico e o homem de negócios (Gropius, 2004 [1937-52]). “Nossa ambição consistia em arrancar o artista criador de seu distanciamento do mundo real e restabelecer sua relação com o mundo real do trabalho, assim como relaxar e humanizar, ao mesmo tempo, a atitude rígida, quase exclusivamente material, do homem de negócios” (Gropius, 2004 [1937-52], 32). Ele pretendia recriar o trabalho coletivo das antigas oficinas dos mestres artesãos, a partir da obrigatoriedade do trabalho prático, mas aliado ao emprego do recurso de projeto, ou seja, a partir do desenvolvimento da destreza artesanal e da destreza do desenho. Gropius não

percebe que uma vez separadas as atividades práticas de produção das atividades teóricas de concepção, qualquer tentativa de mediação entre elas reproduz relações hierárquicas de produção, já que a formação em educação artística é apontada por ele como única alternativa para o trabalho enfadonho da fábrica. Assim, o jovem trabalhador pode tornar-se um designer ou um arquiteto após uma longa formação técnica, o que o coloca em uma posição bem específica na escala de hierarquia da produção. O bom arquiteto serve ao interesse público e, ao mesmo tempo, lidera o processo de produção (Gropius, 2004 [1937-52]). Na realidade, o arquiteto é servo e líder em um processo capitalista de produção. Desse modo, serve à acumulação ampliada do capital e lidera os processos de exploração do trabalho. As relações sociais de produção permanecem as mesmas, baseadas na divisão social entre o técnico que concebe e o trabalhador da fábrica que executa e na mercantilização dos produtos de consumo em massa.

O autodidata em arquitetura Le Corbusier, nome artístico do suíço com nacionalidade francesa Charles Edouard Jeanneret-Gris, em *Por uma arquitetura* (1998 [1923]) realiza uma apologia à estética do engenheiro em descrédito a do arquiteto que, segundo ele, não realiza mais formas simples. As formas geométricas derivadas de cálculo científico representam o novo conceito de belo, despojado de qualquer sentido estético e fundamentado na funcionalidade da construção e dos materiais empregados. A partir de sua apreciação dos silos de cereais que encontrou na paisagem agrária dos Estados Unidos, Le Corbusier (1998 [1923]) estende a forma simples, os materiais de construção aparentes e o sentido utilitário da arquitetura industrial para a arquitetura doméstica, resultando no já conhecido enunciado “a casa é uma máquina de morar”.

A racionalidade produtivista da arquitetura moderna, antes de conceber a estética da máquina, pressupõe a separação da esfera da produção e reprodução, tal como o ideário funcionalista recomenda a segmentação da cidade em quatro funções básicas, ou seja, moradia, trabalho, lazer e circulação, por intermédio da setorização dessas áreas e de um planejamento do uso do solo. Esse ideário foi explicitado em 1933 na Carta de Atenas – manifesto urbanístico do IV CIAM, escrita por Le Corbusier. A setorização das áreas presume também a divisão entre espaço privado e público, perpetuando relações sociais capitalistas. A domesticação do trabalhador na fábrica ou na moradia ou em suas horas de lazer expressa o esvaziamento da esfera pública, como local de prática política. A formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista, a partir da queda do Antigo Regime, é resultado de um longo processo de valorização da intimidade, da privacidade, do retraimento de uma individualidade personalista em detrimento de uma política propriamente pública (Sennett, 1988 [1974]). Dessa forma, as propostas arquitetônicas do Movimento

Moderno proporcionam menor sociabilidade, já que são cada vez mais voltadas ao refúgio na intimidade (Sennett, 1988 [1974]).

A atividade do arquiteto reduz-se à programação das atividades humanas em função do trabalho produtivo. A exemplo da cidade do sal, trabalho e moradia são separados e depois unidos sob o controle do capital, em nome do desenvolvimento econômico. Assim, no Movimento Moderno, seus precursores também se dedicam a planejar as atividades humanas na esfera da reprodução, tanto na moradia, quanto na cidade.

No Oriente, o comunista, artista vanguardista e crítico de arquitetura Karel Teige, nascido na Tchecoslováquia, propõe em 1932 a “moradia mínima”, um modelo de residência socialista, inspirado no livro de Engels “A Questão da Habitação”, como tentativa de oferecer uma alternativa de esquerda às discussões ideológicas entre arquitetos de esquerda e de direita nos Congressos Internacionais de Arquitetos Modernos (CIAMs). Teige (2002 [1932]) concebe uma nova vida comunitária a partir da ideia de “existência mínima”. Diante do desenvolvimento tecnológico e da necessidade de rápida reconstrução da União Soviética depois da Guerra Civil, Teige propôs a produção em série de células individuais de habitação combinadas com o uso compartilhado de serviços coletivos, que pudessem oferecer condições minimamente decentes para a subsistência dos membros de uma comunidade. As casas coletivas e os apartamentos comunais não se fundamentam no ideal burguês de família nuclear, mas no reconhecimento do papel ativo de cada indivíduo, do sexo masculino ou feminino, na produção comunal e na vida pública (Teige, 2002 [1932]). Teige indica também que a estrutura da família burguesa é baseada na escravidão das mulheres, as quais estão ocupadas com a carga de trabalho doméstico e impedidas de participar da vida pública.

Não muito diferente da família burguesa, o leiaute da habitação burguesa é igualmente baseado na escravização de mulheres (como expressão desses tipos de família). A mulher de hoje não percebe o quanto oprimida ela se tornou por essa forma de habitação. Atualmente as casas de família, em vilas ou em apartamentos de aluguel, escravizam as mulheres – donas de casa, em igual medida com suas rotinas de arrumação não rentáveis. A vida privada nas habitações de hoje é obrigada a se conformar com os ditames do casamento burguês” (Teige, 2002 [1932], 170).

A habitação mínima de Teige (figuras 11 e 12) contempla um quarto e uma sala de estar para cada membro adulto, sem outros ambientes como cozinhas, os quais são disponibilizados como serviços coletivos. Assim, homens e mulheres estariam liberados



para a participação na vida pública. Além do argumento de libertação do trabalho árduo doméstico, a habitação mínima de Teige justifica-se notadamente pelo fato de os trabalhadores serem obrigados a dedicar maior tempo ao trabalho, diante das demandas das condições de produção, por ocasião do socialismo real.

Embora Teige critique os imperativos utilitaristas da arquitetura funcionalista moderna que, segundo ele, criam formas como um fim em si mesmo, suas ideias “comunistas” são tão reacionárias como as ideias liberais dos arquitetos do Movimento Moderno no Ocidente. Ao sugerir a produção em massa de células de habitação, a funcionalidade somente atendeu às necessidades da indústria dessa mesma produção. Além disso, a posse coletiva dos meios de reprodução não alterou as relações de produção, já que o tempo dos trabalhadores continuava dedicado ao trabalho alienado. E por fim, as ideias “comunistas” do arquiteto compartilha a separação dos espaços de produção e reprodução dos arquitetos modernistas, aos quais ele critica.

A questão central da proposta da “habitação mínima” de Teige (2002 [1932]) é que o processo de produção do espaço dito comunista não contempla aberturas para os usuários decidirem sobre o espaço que querem habitar. Teige determina de modo heterônomo o modo de vida coletivo, pressupondo que os trabalhadores devem compartilhar o mesmo anseio.

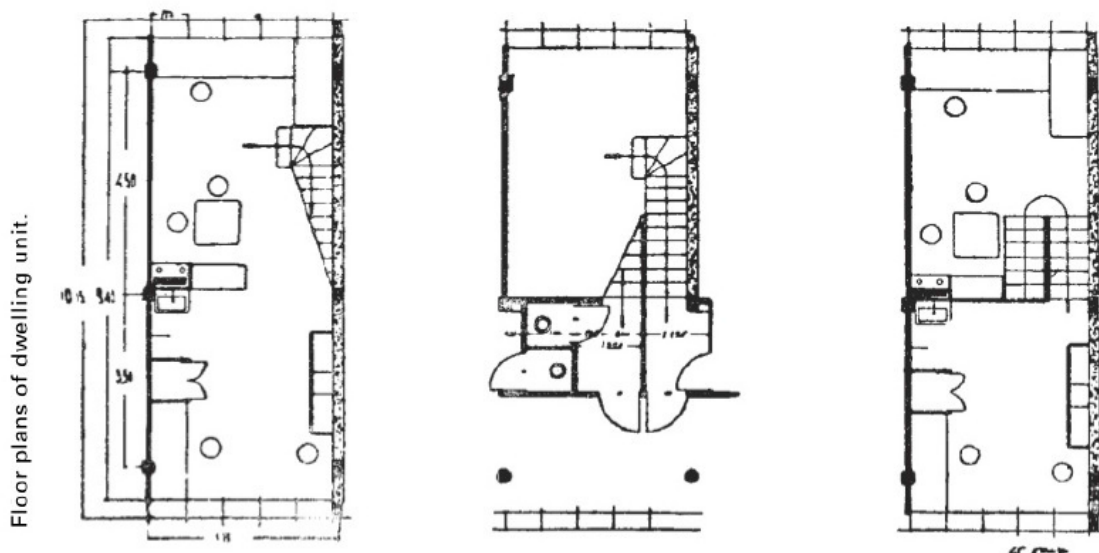


FIGURA 11 – Plantas das células de habitação – Teige (2002 [1932])  
FONTE: The Charnel-House, 2013<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Disponível em: <http://thecharnelhouse.org>. Acesso em: jan 2014.



Floor a with continuous side corridor.



Floor b.

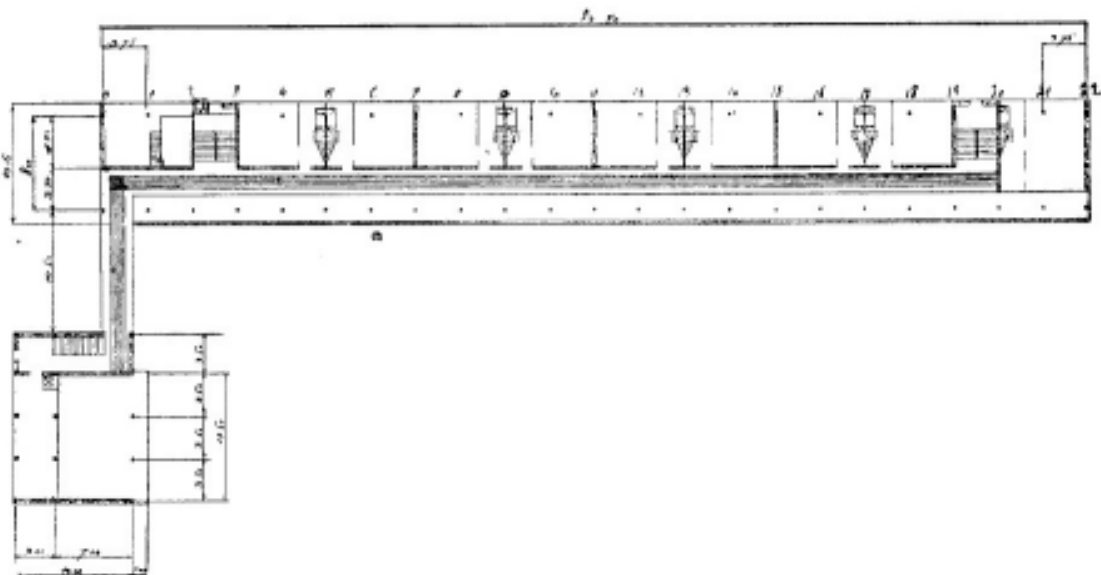


FIGURA 12 – Planta de uma habitação coletiva com células habitacionais justapostas – Teige (2002 [1932])  
 FONTE: The Charnel-House, 2013<sup>20</sup>

A ideologia que justifica o ordenamento da vida social do homem moderno fundamenta-se no ideal da independência individual, livre de relações opressoras, como nas tribos das sociedades primitivas, nas quais o indivíduo não existia como tal; e como nas relações de subordinação entre homem e mulher na família patriarcal da sociedade moderna (Gropius, 2004 [1937-52]). Gropius enxerga, no desmembramento da tribo primitiva e na formação da moderna família patriarcal, a gradual transferência das funções sociais da antiga unidade familiar para o Estado. No entanto, o autor dá maior ênfase à função autoprodutiva da unidade. “Uma após outra, as componentes da produção caseira são tiradas da família e

<sup>20</sup> Disponível em: <http://thecharnelhouse.org>. Acesso em: jan 2014.

entregues à produção social. A unidade menor da família perde assim o caráter de sociedade produtiva encerrada em si mesma” (Gropius, 2004 [1937-52], 145). Assim, concebe que a “socialização do trabalho”, ou dos bens produzidos por ele, foi possível por intermédio da “invenção da máquina”. Embora Gropius (2004 [1937-52]) reconheça nas relações de gêneros o fato precursor de exploração do homem pelo homem (pág. 144), acredita firmemente no poder da racionalização técnica e científica de libertar o indivíduo para a formação de uma futura união cooperativa, “visto que as ações de cada homem são relacionadas utilitariamente com o bem da comunidade, graças ao conceito da rentabilidade econômica em prol de cada um. No caminho da *ratio* começa a consciência de comunidade” (Gropius, 2004 [1937-52], 144). Ou seja, parte-se do princípio produtivista de que o desenvolvimento social será alcançado por intermédio do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o Movimento Moderno transfere as funções sociais das antigas unidades familiares para o capital.

Para Gropius, a entrada da mulher no mercado de trabalho é a expressão máxima de sua liberdade em relação ao homem (Gropius, 2004 [1937-52]). Por intermédio da máquina, a economia fundamenta-se em bases completamente novas, liberando a mulher dos serviços domésticos enfadonhos. “Com o desaparecimento de diversas funções caseiras que a família entregou à produção social, reduz-se o âmbito das tarefas da mulher, de modo que ela procura satisfação para seu desejo natural de atuar também fora do quadro da família” (Gropius, 2004 [1937-52], 147-8). Do ponto de vista do Movimento Moderno, os serviços domésticos poderiam tornar-se uma célula de produção central e de produção de grande escala, de modo a liberar o tempo da mulher “para si e para seus filhos” (Gropius, 2004 [1937-52]). Em termos machistas, Gropius propõe que a política habitacional urbana seja orientada a reunir uma série de moradias no sistema de serviços domésticos coletivos “para aliviar convenientemente o trabalho da mulher que participa da vida profissional e com isto mantê-la apta para o casamento e a procriação” (Gropius, 2004 [1937-52], 150). A partir da racionalidade patriarcal, a coletivização dos serviços domésticos libera o tempo da trabalhadora, de modo que a força feminina de trabalho reproduza a si mesmo e sua família. Como mencionado anteriormente, Marx já havia indicado que a entrada da mulher no mercado de trabalho é mais uma questão de barateamento da força de trabalho do que “emancipação espiritual e econômica”, como Gropius (2004 [1937-52]) gostaria de acreditar.

A questão da autonomia humana é reduzida à produção capitalista do espaço, na qual moradia, lazer, serviços domésticos e trabalho são células de produção interligadas por uma estrutura de transporte, que na função de linha de montagem conduz com maior rapidez a força de trabalho pelo espaço organizado. O historiador italiano de arquitetura, Manfredo

Tafuri (1985 [1973]), no final dos anos 60 revela a “ideologia do plano” elaborada pelos movimentos de vanguarda da década de 30. Ele concebe a arquitetura como uma atividade de programação e reorganização “planificada da produção de edifícios e da cidade como organismo produtivo” (Tafuri, 1985 [1973], 101). Segundo o autor, a função do intelectual é puramente técnica, no sentido de adequar o método de planificação à estrutura espacial da cadeia de montagem. Assim, a planificação e a organização da vida coletiva reduzem a cidade a um conjunto de engrenagens da “máquina social” (Tafuri, 1985 [1973]). Tafuri revela que a arquitetura é um instrumento ideológico do capitalismo, cujo projeto de socialização do trabalho produtivo transformou-se em utopia.

No contexto dominado por uma crença demasiada na máquina e na ciência, outras ideias expostas pela arquitetura tecnocrática e funcional do Movimento Moderno, além da “ideologia do plano”, permanecem atuais no senso comum técnico. Uma ideia absorvida refere-se às predeterminações dos técnicos especialistas. Pontuei anteriormente que o planejamento do espaço fabril por arquitetos está mais comprometido com a vigilância do processo de produção, de modo a garantir sua eficácia, ou a extração de mais-valia, do que com a ideia de facilitar novos arranjos produtivos no chão de fábrica. Porém, predomina também, nos dias atuais, a ideia de que os espaços fabris devem ser abertos e amplos, diferentemente dos espaços domésticos, que devem ser compartimentados, com cada cômodo abrigando uma função predeterminada. Kapp (2013) ressalta que o senso comum técnico, ao reproduzir essa dualidade entre espaço de trabalho e de moradia, inadvertidamente reproduz as relações sociais de produção capitalista. Nos espaços de trabalho, a planta aberta, a luminosidade e a limpeza proporcionam nos indivíduos a moralidade do trabalho organizado e produtivo. Novos arranjos espaciais poderiam ser empregados, em função do argumento da rentabilidade econômica das empresas. Nos espaços de moradia, a especialização dos ambientes e o conforto proporcionam aos seus moradores a sua domesticação, por intermédio da moralidade do trabalho reprodutivo, subjugado à simples reprodução da força de trabalho. A predeterminação técnica de “espaço livre” para o trabalho e “espaço dividido” para a moradia reproduz a lógica capitalista de produção de mercadorias e de reprodução da força de trabalho.

Uma segunda ideia advinda do Movimento Moderno refere-se à normatização da construção, que persiste até hoje por intermédio de normas técnicas nacionais internacionais. O arquiteto alemão Neufert, aluno e posteriormente professor da Bauhaus, dedicou-se, além de sua carreira acadêmica e de projetista, à normalização da construção civil. A normalização organizada na Alemanha advém de um esforço de guerra, cuja finalidade era aumentar a produção de armas (Santos, 2005). Em 1917, foi fundada a

comissão de Normas da Indústria Alemã em Berlim e uma subcomissão para a normalização da construção civil. Em 1930, um decreto do governo nacional socialista obriga todos a utilizarem as normas (Santos, 2005). “O esforço de guerra acaba por impingir a aceitação da racionalização de procedimentos e da normalização, e um aumento de controle do Estado sobre a produção” (Santos, 2005).

Em 1936, Neufert publica pela primeira vez o livro “Arte de projetar em arquitetura”, um dos mais consultados por arquitetos em todo o mundo, contendo, além de normas, prescrições técnicas sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades. Sua principal intenção é determinar medidas e proporções universais na relação do homem com o espaço. Para tanto, Neufert parte do princípio da existência de um homem-padrão e restringe a relação homem-espaço à sua relação com os objetos à sua volta. Tais princípios aproximam-se dos estudos de tempos e movimentos realizados por Taylor e Ford na virada do século passado, demonstrando a racionalidade puramente instrumental presente na padronização das posições e movimentos que o corpo humano pode assumir com “conforto” e “sem desperdício” de espaço, em casa, no bonde, no trem, no automóvel (Santos, 2005).

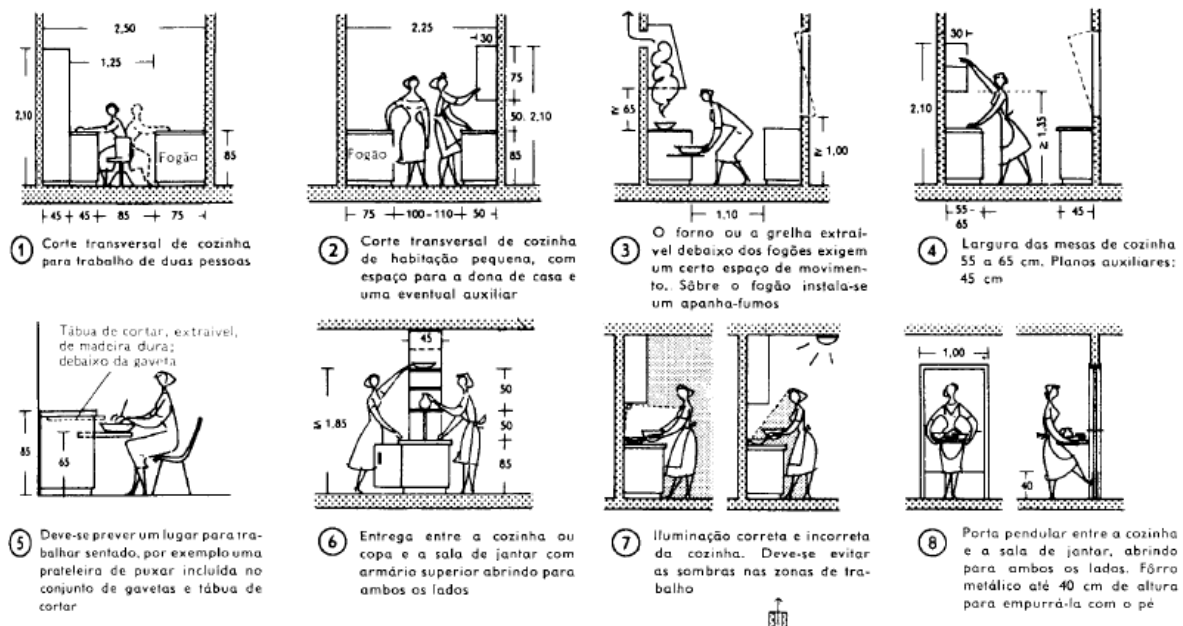


FIGURA 13 – Medidas para o trabalho doméstico na cozinha

FONTE: Neufert, 1998 [1936], 163

No caso do trabalho doméstico (figura 13), Neufert adverte: “A cozinha, sendo o principal local de trabalho da dona de casa, deve ter atualmente as dimensões mínimas necessárias para que, sem desperdício de superfície facilite-se nela o trabalho” (Neufert 1998 [1936], 160). A tecnocracia apolítica de Neufert representa a difusão e legitimação do papel da norma técnica dentro da cadeia produtiva do espaço construído (Santos, 2005). Porém,

diferentemente de outras áreas detalhadas no livro, no capítulo referente a edificações industriais, as normas técnicas de Neufert não se ocupam da relação do edifício com o trabalhador. Outras questões são determinantes, como a possibilidade de expansão, os meios de transporte e elevação, o comprimento de vão e altura das coberturas, quantidades de pilares no interior do galpão etc. Neufert (1998 [1936]) recorre a uma fábrica de Ford para ilustrar a questão da expansão (figura 14).

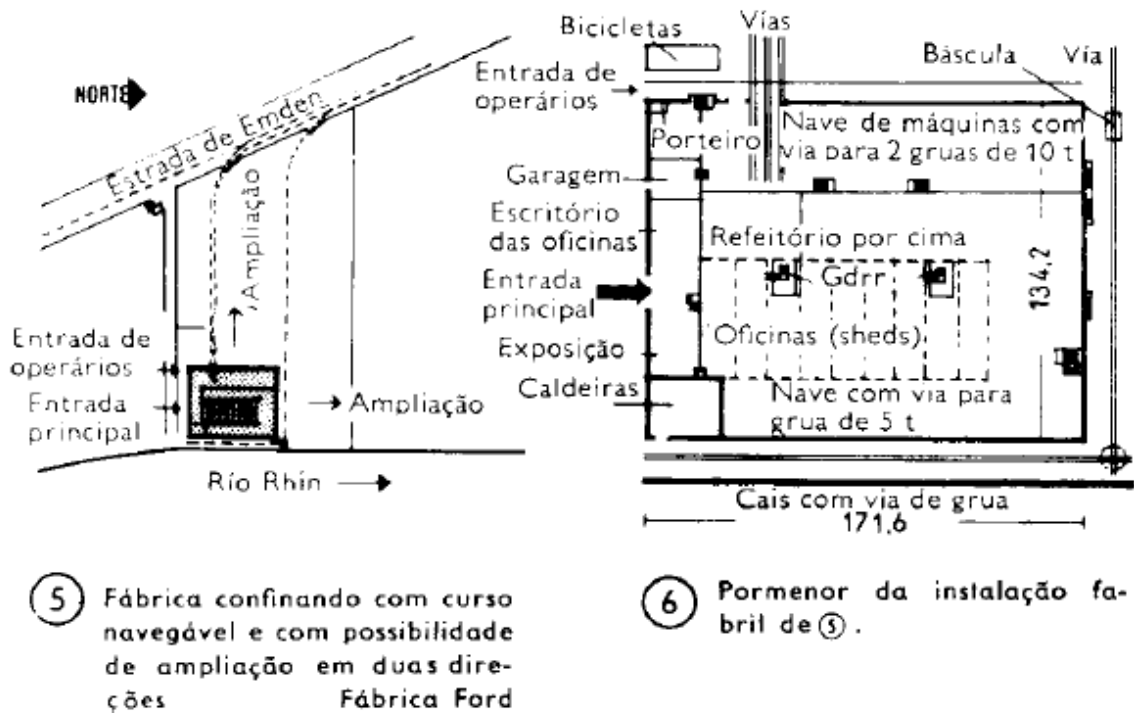


FIGURA 14 – Prescrição técnica para o estudo de expansões futuras  
FONTE: Neufert, 1998 [1936], 280

A normatização do homem-padrão em seu posto de trabalho não se restringe aos seus aspectos físicos ou antropométricos. A ergonomia surge durante a Segunda Guerra Mundial em um esforço da engenharia de guerra, com o intuito de projetar máquinas mais ágéis e precisas. Os resultados desastrosos dessas máquinas no ambiente de guerra eram atribuídos às incompatibilidades entre os operadores e o maquinário complexo. No período pós-guerra, o desenvolvimento da automação e a origem da Teoria de Sistemas levaram ao extremo a racionalidade científica. Era necessário compreender o homem em todos os seus aspectos: anatômicos, antropométricos, fisiológicos e sensoriais, com o intuito de tornar o sistema homem-máquina mais eficiente: “Cabe ao homem avaliar a informação, decidir e agir. Por se desconsiderarem os fatores humanos, resultam falhas dos sistemas. O projeto de engenharia é eficaz, mas o desempenho não é eficiente” (Moraes e Mont’alvão, 2003 [1998], 8). O argumento principal era de que a evolução tecnológica exigiu e enfatizou a necessidade de conhecer o ser humano. Era de suma importância “[...] adaptar as máquinas às características físicas, cognitivas e psíquicas do homem” (Moraes e Mont’alvão, 2003

[1998], 8). A psicologia e a fisiologia eram as duas principais ciências que forneciam referências sobre o funcionamento sistêmico do homem.

Engenheiros juntaram-se aos psicólogos e fisiólogos para adequar operacionalmente equipamentos, ambiente e tarefas aos aspectos neuropsicológicos da percepção sensorial (visão, audição e tato), aos limites psicológicos de memória de informações, resolução de problemas e tomada de decisões, à capacidade fisiológica de esforço, adaptação ao frio ou ao calor, e de resistência às mudanças de pressão, temperatura e biorritmo. Nasce a Ergonomia! (Moraes e Mont'alvão, 2003 [1998], 8).

A busca das condições espaciais de maior produtividade capitalista na atualidade é evidentemente determinada pelo modelo de racionalidade produtiva e de acumulação flexível. No entanto, a ideologia do plano, do homem-padrão e os conceitos de espaços abertos, iluminados e limpos também se aplicam aos espaços industriais atuais. Todo o aparato técnico e ideológico para manter ou aumentar os níveis de produtividade elaborados no início do século XX persiste nos novos espaços de trabalho, apesar do discurso da dispersão dos espaços em uma produção informatizada. Tal ambiguidade deve-se à necessidade de combinar controle presencial e virtual de atividades parceladas do processo de produção, desde sua concepção até sua venda no mercado. Desse modo, os dispositivos de poder assumem velhos e novos formatos, mas não há mudanças em sua essência. O filósofo francês Gilles Deleuze destaca que a passagem da modernidade para a contemporaneidade provocou a mudança no formato de controle, do encarceramento completo na “sociedade disciplinar”, conforme propôs Foucault, para um controle aberto e contínuo na “sociedade de controle”, assim denominada por ele. Na sociedade disciplinar, as instituições modernas e as estratégias de disciplina e confinamento proporcionam o controle presencial. Na sociedade de controle, as redes de informação conferem fluidez aos dispositivos de poder anteriormente confinados nos espaços fechados, favorecendo o surgimento de controle virtual (Deleuze, 1992).

Como já mencionado anteriormente, embora o controle virtual prevaleça nas “empresas”, o advento desse tipo de espaço de trabalho não substitui simplesmente o controle presencial das “fábricas”. A antiga, mas ainda vigente, combinação entre controle virtual e presencial permanece expressão de um mesmo modo de produção de espaços de trabalho, fundamentado em normas heterônomas e que reproduzem a lógica de acumulação capitalista.

Considerando-se as categorias de espaço de trabalho fixo e disperso e o controle da produção presencial e virtual, obtêm-se quatro tipos de espaços de trabalho, que coexistem na atualidade (quadro 02): a fábrica (espaço concentrado e controle presencial), a empresa (espaço concentrado e controle virtual), a unidade coletiva (espaço disperso e controle presencial) e a unidade individual (espaço disperso e controle virtual). Evidentemente, essa classificação é simplesmente analítica, porque na prática tais categorias não existem em sua forma pura. Ou seja, a fábrica automatizada obviamente não pode prescindir do controle presencial, haja vista a necessidade de concentrar os trabalhadores, mas emprega mecanismos de controle virtual. A unidade individual, por exemplo, sempre encontra um espaço fixo para desempenhar sua tarefa no espaço virtual.

QUADRO 02 – Modalidades de espaços de trabalho

		CONTROLE	
		PRESENCIAL	VIRTUAL
ESPAÇO	FIXO	<b>FÁBRICA</b>	<b>EMPRESA</b>
	DISPERSO	<b>UNIDADE COLETIVA</b>	<b>UNIDADE INDIVIDUAL</b>

As quatro modalidades de espaços de trabalho serão discutidas na próxima seção. A intenção é investigar o modo de produção empregados pelos arquitetos e identificar como esses técnicos elaboram soluções espaciais para os problemas delimitados pelo capital.

## 2.6 Correspondência entre o planejamento do espaço e a organização do trabalho

A atuação do profissional na produção do espaço de fábrica, de empresa, de unidade coletiva ou individual será ilustrada por intermédio de exemplos representativos desses espaços, concebidos por arquitetos a partir da década de 70, quando as prerrogativas da acumulação flexível de capital determinaram novos espaços de trabalho. Será visto que esses técnicos reproduzem a divisão capitalista do trabalho, até mesmo em situações onde prevalece o discurso da participação.

No caso da fábrica, a organização flexível do trabalho transforma essa unidade fabril em empresa, mesmo a primeira concentrando espacialmente os recursos econômicos e não econômicos para a etapa final de produção de um automóvel – a montagem. A razão para a fábrica se tornar empresa reside no fato de, ao mesmo tempo, ela centralizar as decisões sobre a sua produção e administrar virtualmente a produção de peças de unidades dispersas. Apesar de apresentar as características de uma gestão flexível, por uma questão



didática, o exemplo a seguir de uma fábrica será classificada em um espaço fixo e de controle presencial, considerando que nesse espaço é realizada sua principal atividade produtiva.

Nos anos 70 na Suécia, a montadora de automóveis Volvo instalou na cidade de Kalmar a primeira fábrica baseada em novas formas de organização de trabalho e produção. A linha de montagem tradicional foi substituída por módulos de montagem paralelos, que interligavam equipes semiautônomas de produção responsáveis pela montagem dos automóveis. A planta de Kalmar (figura 15) ficou conhecida como a primeira fábrica de carros que implantou princípios democráticos, pois em certa medida atendeu às reivindicações dos trabalhadores por maior participação nos processos decisórios e por melhores condições de trabalho. O pesquisador e arquiteto sueco Jan Ake Granath, em publicação sobre as plantas das fábricas da Volvo, comenta que o diretor administrativo da empresa, P. G. Gyllenhammar, interferiu no projeto original do arquiteto, solicitando que a forma expressasse mais intensamente as suas ideias humanistas. O projeto final, em formato de estrela, não impediu que o conceito inicial de células de trabalho fosse abandonado, e a planta de Kalmar tornou-se uma linha de montagem bastante tradicional. A inovação ficou por conta da fábrica ser equipada com veículos guiados automatizados AGVs, que proporcionam estações de trabalho mais ergonômicas para o operário. O ritmo continuava forte, pois a linha de montagem era monitorada por computador (Granath, 1998).

As fábricas automobilísticas da Volvo na década de 1970 – Kalmar (montagem de automóveis) e Skode (fábrica de motores) – apresentavam elevados níveis de insatisfação dos trabalhadores, com altos índices de problemas de saúde e segurança, de absentismo, de rotatividade e de dificuldades de recrutamento. A organização do trabalho baseava-se no binômio taylorismo e fordismo. Os baixos níveis de produtividade motivaram a empresa a autorizar estudos de uma nova planta de carros em Uddevalla (figura 16), na costa oeste da Suécia, que foi realizado em 1985-6 por duas equipes de técnicos especialistas da empresa, concorrentes. A equipe de *designers* da empresa desenvolveu uma proposta baseada nas tradicionais linhas de montagem, e outra equipe, liderada por um engenheiro de produção em cooperação com o grupo de pesquisadores da Universidade de Chalmers, da divisão de arquitetura industrial e planejamento da Escola de Arquitetura, desenvolveu uma proposta fundamentada em equipes autogeridas (Granath, 1998).

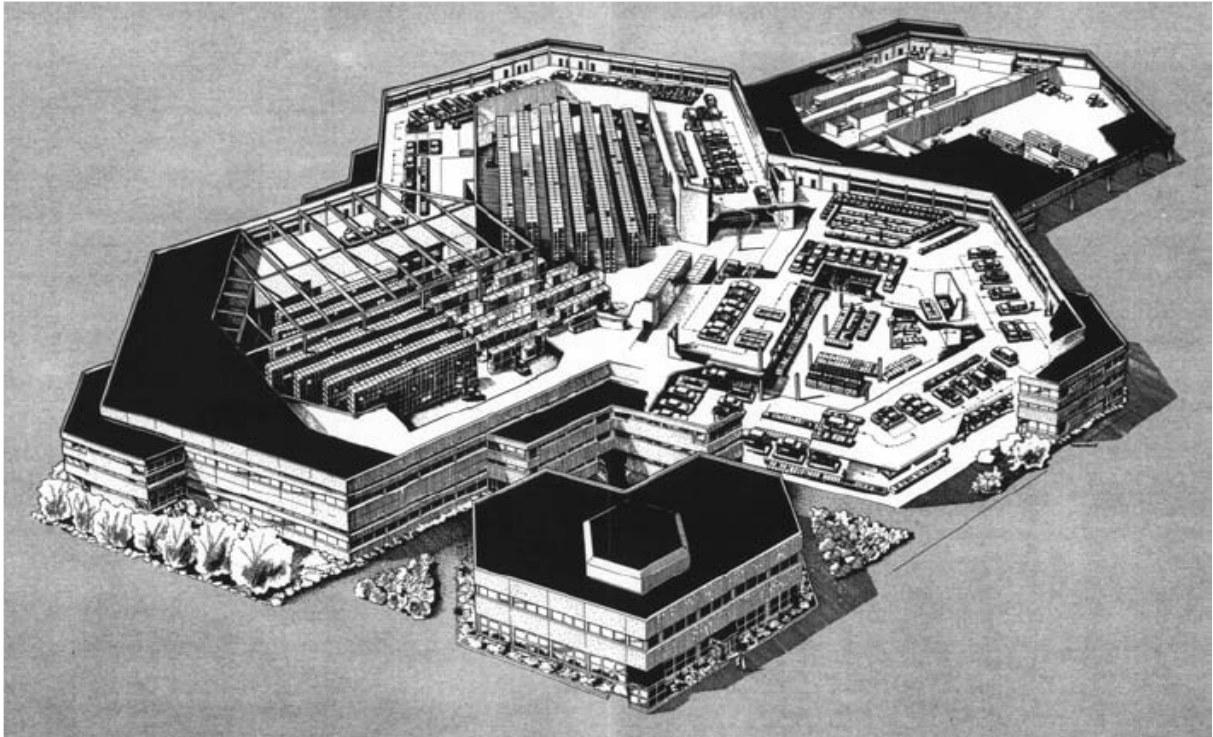


FIGURA 15 – Perspectiva isométrica da fábrica Kalmar  
 FONTE: Granath, 1998

A fábrica de Uddevalla foi inaugurada em 1989 e, a partir de então, um novo modelo de organização de trabalho firmou-se na Europa, constituindo um modelo alternativo ao fordismo. Denominado de sistema sociotécnico, previa a adoção do sistema de produção em paralelo, no qual equipes de oito a dez operários trabalhavam simultaneamente e independentemente, e cada equipe era responsável pela construção integral de um veículo. Além disso, a unidade de Uddevalla era considerada uma fábrica modelo em termos de concepção ergonômica, com preocupação na proteção dos operários contra lesões musculares e esqueléticas, fadigas, trabalho repetitivo e monótono. O modelo sueco sugere que as organizações podem ser desenhadas de modo a considerar que as pessoas exercem papéis complementares aos das máquinas, em vez de serem extensões delas. Para tanto, é necessário um sistema de produção baseado em computador (Gerwin; Kolodny, 1992). Mas é preciso lembrar que apesar da autonomia relativa sobre o processo de trabalho, as equipes autogeridas atuam sob o constrangimento de imposição do método operatório e do ritmo de tempo. Além disso, a fábrica de Uddevalla é somente uma montadora, cuja força de trabalho é composta por trabalhadores qualificados. Situação que não se repete nas fábricas de peças, localizadas em outras regiões do planeta.

O grupo de design que projetou a unidade de montagem de carros em Uddevalla incorporou os princípios do sistema de produção “*lean production*” ou “produção enxuta” e conduziu o processo de projeto nos termos de altos níveis de produtividade e de qualidade (Granath,

1992). O que está em jogo é a capacidade de a equipe mobilizar recursos materiais e intelectuais em todas as fases da produção. “Ambos, o trabalho de *design* e de produção, envolvem aprendizagem e um processo pelo qual as concepções a priori são questionadas e refinadas” (Granath, 1992). A arquitetura industrial emprega o paradigma da participação, de modo a favorecer a concordância do operário à implantação de novos processos de trabalho, que possibilitam maiores níveis de produtividade. Arquitetos e profissionais responsáveis pelo reprojeto do espaço, como engenheiros e ergonomistas, somente são contratados em situações em que há necessidade de implantar alguma mudança organizacional. Nesse sentido, a questão central desse grupo de profissionais é como o espaço pode moldar o comportamento organizacional (Sailer; Penn, 2009).



FIGURA 16 – Vista aérea da fábrica de Uddevalla  
FONTE: Granath, 1998

Os precedentes de estudos sobre o espaço de trabalho remontam à Revolução Industrial, quando os efeitos negativos da organização científica do trabalho começaram a surgir (Fischer, 1997). Uma primeira abordagem constituiu-se nas primeiras décadas do século XX e fundamenta-se em estudos empíricos, quando as condições materiais do espaço de trabalho, como iluminação, temperatura, barulho, fumaça etc. são consideradas as causas para a fadiga, absenteísmo e acidentes. Desse ponto de vista, acredita-se que a

performance dos trabalhadores pode ser melhorada se houver redução dos impactos desses fatores espaciais (Fisher, 1997). Uma segunda abordagem foi concebida nos anos 30, a partir de uma experiência efetuada pelo sociólogo australiano Georges Elton Mayo na fábrica de Western Electric Company, localizada nos Estados Unidos, e que deu origem à Teoria das Relações Humanas. O principal resultado de sua pesquisa demonstrou que o fator psicológico dos trabalhadores era mais preponderante do que os físicos sobre o desempenho deles na organização. A partir de então, os estudos progressivamente abandonaram o “fator físico” para considerar o “fator humano” como elemento-chave para o funcionamento e eficiência organizacional (Fisher, 1997).

Nas décadas de 60 a 80 a psicologia organizacional consolida-se como campo de estudos sobre espaços de trabalho e mostra a importância da estrutura, do fenômeno de poder, da comunicação e das relações entre grupos em uma companhia (Fisher, 1997). A partir desse campo, surge um braço de estudos denominado “psicologia ambiental”, que identificou uma variedade de fatores psicossociais determinantes para o comportamento organizacional como proximidade, densidade, visibilidade, layout e distribuição de mobiliário (Sailer e Penn, 2009). Os fatores psicossociais são critérios projetuais nos espaços de trabalho de empresas. É o caso da obra do arquiteto holandês Herman Hertzberger, notadamente no projeto do conjunto de edifícios do Central Beheer (figura 17), em Apeldoorn, onde os trabalhadores exercem predominantemente atividades auxiliadas por computadores. A edificação, construída em 1972, é considerada um exemplar de aplicação de novos princípios arquitetônicos, desenvolvidos no período em que o arquiteto era integrante do grupo denominado *Team X*. Os princípios do estruturalismo opunham-se à arquitetura racional do funcionalismo modernista, e buscavam uma arquitetura humanista a partir da adoção de escala humana e de liberdade de adaptação e modificação da forma pelo usuário no tempo. Em particular, Hertzberger (1999) critica os princípios funcionalistas da segregação das funções, da planta livre e da flexibilidade. Segundo ele, os espaços gerados mediante esses princípios se tornam facilmente obsoletos devido as soluções demasiadamente específicas. Em particular, no caso da flexibilidade, ela representa a possibilidade de se fornecer qualquer solução para qualquer momento. Mas ao contrário do que se possa conceber, essa característica do espaço não representa um avanço. Na perspectiva de Hertzberger (1999), a adoção do conceito de flexibilidade pressupõe edifícios neutros, ausentes de traços característicos (identidade) e, além disso, a certeza de que a solução correta não existe. A relatividade da mudança de uso no tempo e no espaço é compreendida pela flexibilidade funcionalista como recusa dos arquitetos em se responsabilizarem pela busca da solução adequada. Desse ponto de vista, Hertzberger (1999) sugere a forma polivalente, cujo princípio parte da mudança permanente: “Em outras

palavras, uma forma que se preste a diversos usos sem que ela própria tenha de sofrer mudanças, de maneira que uma flexibilidade mínima possa produzir uma solução ótima” (p. 147). A forma ideal é essencialmente aquela que incentiva os usuários a modificá-la, absorve os seus múltiplos significados, sem, no entanto, perder sua identidade (Hertzberger, 1999).



FIGURA 17 – Vista aérea da empresa Central Beheer  
FONTE: Wittenborg, 2013<sup>21</sup>

Nos edifícios de escritórios da Central Beheer, a polivalência é explorada através de conceitos de “zoneamento territorial” e de “ordenamento da construção”. No primeiro caso, a própria forma espacial deve incentivar os trabalhadores a preencher as formas que deliberadamente o arquiteto deixa inacabadas. Assim, Hertzberger definiu que as alvenarias ficariam sem reboco para permitir que os trabalhadores personalizassem seus escritórios, o que de fato ocorreu após a ocupação da edificação. Outro recurso empregado pelo arquiteto, o ordenamento da construção, teve como princípio o uso de uma estrutura básica, fixa e permanente, e uma zona complementar, variável e interpretável. Estrutura e interpretação são conceitos de inspiração evidentemente estruturalista e significam, em sequência, um conjunto simples de espaços essenciais e formas diferentes de preenchimento dos espaços vazios da estrutura, segundo o grau de liberdade individual de cada usuário. No caso da Central Beheer, a zona interpretável pode ser preenchida por áreas de escritório, reuniões, toaletes, espera, relaxamento e restaurante. Esse ordenamento permitiria o edifício absorver mudanças advindas da necessidade de ajustes organizacionais frequentes, como alterações constantes de tamanho dos diversos

<sup>21</sup> Disponível em <http://www.wittenborg.eu/tags/centraal-beheer-achmea>. Acesso em jun 2013.

departamentos. “Isto significa que a adaptabilidade permanente é uma pré-condição de projeto” (Hertzberger, 1999, 133).

Embora Hertzberger tenha aplicado os princípios humanistas em outras tipologias arquitetônicas como escolas, teatros e prédios residenciais (Hertzberger, 1999), além de espaços de trabalho, as ideias do arquiteto estão em conformidade com a ideologia do plano, em que o técnico especialista é protagonista da produção do espaço, mesmo possibilitando aberturas para a participação do usuário. O arquiteto alemão pressupõe que a forma ideal existe e que deve ser alcançada pelo profissional. Mesmo que conceba a participação do usuário, as características polivalentes da forma são definidas pelo arquiteto.

No caso específico de um espaço de trabalho, o próprio arquiteto indica o limite dessa participação: a estrutura organizacional da instituição. “Pois a questão fundamental é saber quanta responsabilidade a alta direção está disposta a delegar, isto é, quanta responsabilidade será dada aos usuários individuais dos escalões mais baixos” (Hertzberger, 1999, 24). Apesar do discurso humanista do arquiteto, os conceitos espaciais de espaços polivalentes proporcionam arranjos organizacionais que promovem proximidade, densidade e visibilidade entre os trabalhadores, conforme demandas da empresa. Tratando-se de um edifício de trabalho, a ideia de espaço polivalente está de acordo com o argumento de favorecer a rápida interação entre os trabalhadores, tal como é previsto pela gerência toyotista.

A partir da década de 90, as publicações têm explorado a relação entre a configuração espacial e os resultados organizacionais, por intermédio de categorias de análise próprias do capitalismo globalizado, como fluxos de colaboração, interação e conhecimento e também a inovação, criatividade e performance (Sailer; Penn, 2007). Dessa forma, os atuais estudos sobre espaços de trabalho não consideram somente a configuração espacial, mas também a programação do espaço e as decisões estratégicas de como distribuir funções e recursos no espaço (Sailer; Penn, 2007). Um exemplo ilustrativo dessas recentes pesquisas é a contribuição do grupo de pesquisas, que desenvolveu a teoria de arquitetura e espaço denominada “*Space Syntax*”. Essa teoria fundamenta-se na ideia de que a configuração espacial, ou seja, o modo como as partes são colocadas juntas, desempenham um papel crucial no comportamento social (Sailer; Penn, 2007). Assim, o espaço determina padrões de movimento humano, ocupação e experiência individual (Hillier apud Sailer; Penn, 2007), tanto no espaço da fábrica, quanto no da cidade.

Espaços integrados, e sua forma, que estão bem conectados a todos os outros espaços no sistema, irão atrair movimento simplesmente como uma consequência de sua posição estratégica. Comportamentos sociais no espaço, como encontro, recolhimento e uso dos espaços públicos são definidos como um subproduto do movimento, e darão lugar à presença e copresença de pessoas como consequências de primeira ordem de configuração espacial. Estes padrões de *habitat*, então, agem para informar aspectos de segunda ordem, tais como a distribuição de usos do solo ou a localização de facilidades que, por sua vez, reforçam padrões de movimento novamente através da atração. Dessa forma, a configuração espacial e o *habitat* humano realimentam um ao outro para constituir um meio social emergente (Sailer; Penn, 2007, 2).

A partir da crença de que a organização espacial exerce papel determinante na cultura organizacional de uma empresa, arquitetos do *Space Syntax* realizaram uma pesquisa em 2005, no Museu Britânico em Londres, com o objetivo de levantar o grau de inter-relações entre os trabalhadores, de diferentes níveis hierárquicos, e entre os trabalhadores e o público do museu. Segundo Penn, Martinezz e Lemlij (2007), os problemas do local referentes à falta de gestão e de identidade e de dificuldade de comunicação poderiam ser ajustados se a teoria organizacional levasse em consideração os padrões espaciais de interação entre as diversas áreas do museu. Os padrões espaciais são traduzidos pelos autores mediante os conceitos de “acessibilidade” e “mudança de direção”. A partir da análise quantitativa desses padrões espaciais, expressos pelo movimento de cada funcionário nos ambientes do museu (figuras 18 e 19), os autores inferem a respeito da qualidade da cultura organizacional da empresa e elaboram sugestões e recomendações técnicas. O argumento básico reside na convicção de que os trabalhadores poderiam, a partir de uma reorganização do espaço, agenciá-lo de modo a promover a melhor cultura organizacional (Penn, Martinezz, Lemlij, 2007).

A liberdade de escolha dos trabalhadores ou, nos termos dos arquitetos, dos “agentes sociais” na organização do espaço do museu é restrita e constrangida pelas determinações da empresa. Os próprios profissionais identificaram conflitos de poder entre a equipe de curadores de coleções e a equipe de pesquisadores e estudantes (Penn, Martinezz, Lemlij, 2007). Mas a partir de uma perspectiva conciliadora, os arquitetos acreditam que a organização do espaço pode promover a coexistência de diferentes culturas organizacionais. A compreensão dos conflitos a partir de uma questão cultural obscurece o fato de que as decisões dos trabalhadores baseiam-se em normas impostas pelas empresas, sendo que os arquitetos desempenham o papel de traduzir essas normas em categorias espaciais.

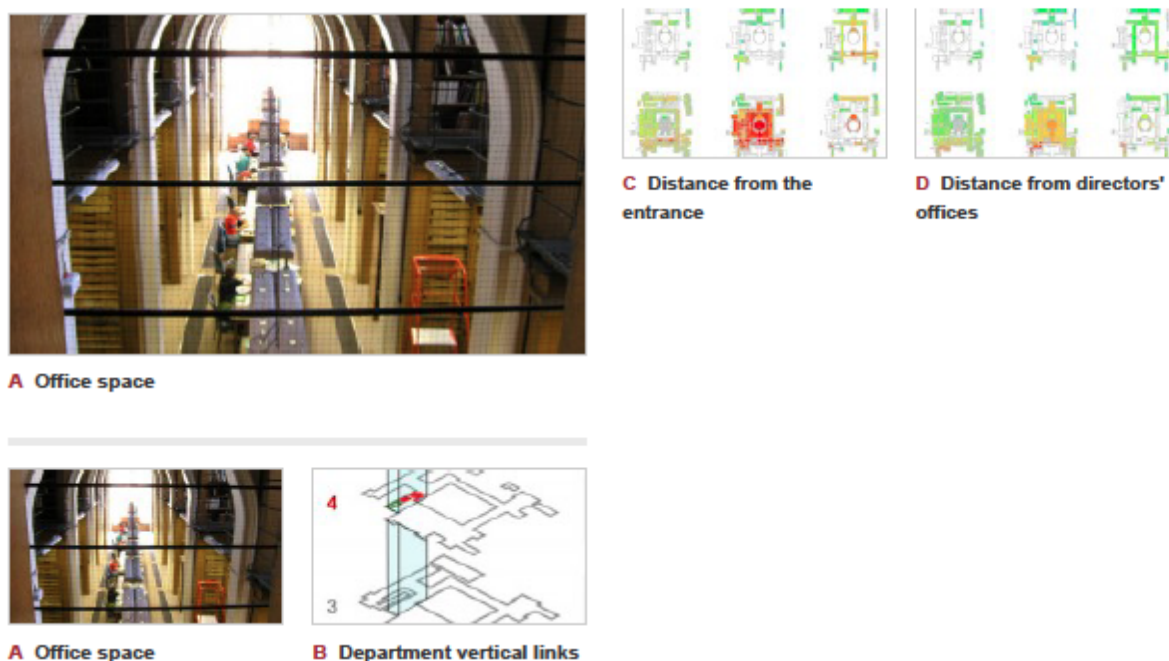


FIGURA 18 – Mapeamento de interações espaciais  
 FONTE: Space Syntax<sup>22</sup>, 2013

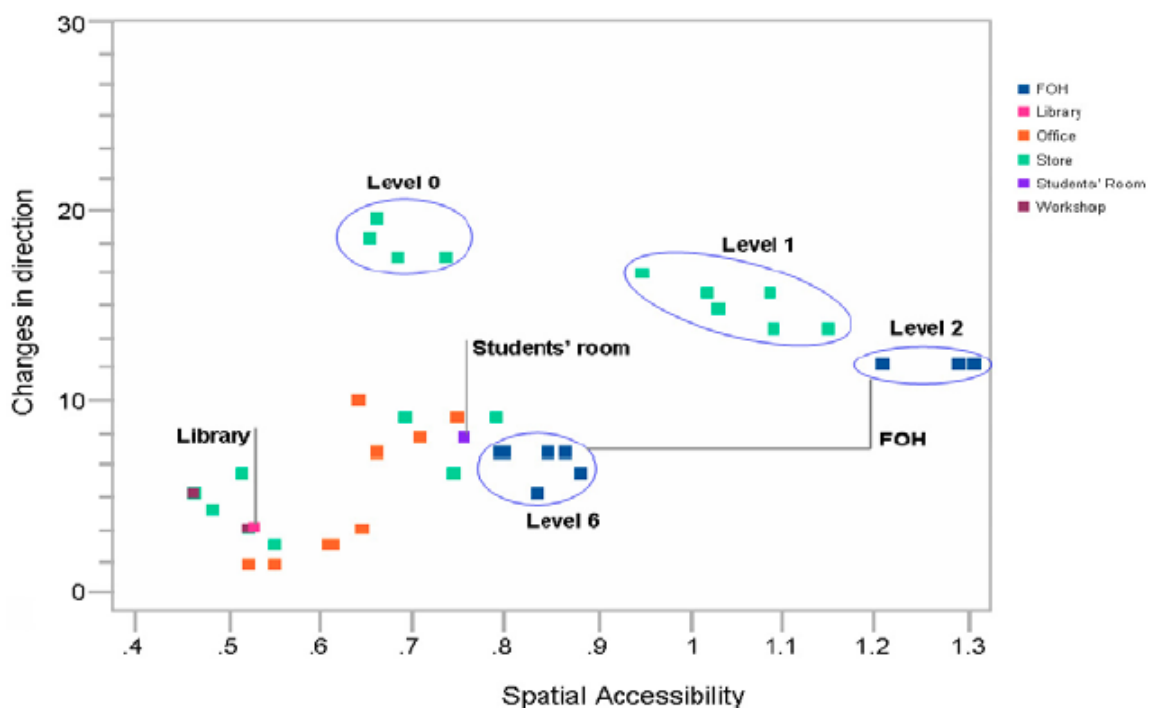


FIGURA 19 – Diagrama de dispersão de mudanças de orientação do guarda de escritório para todos os outros espaços do departamento do Antigo Egito e Sudão  
 FONTE: Penn, Martinez e Lemlij, 2007

Com relação as outras modalidades de espaços de trabalho (Quadro 02), no caso de unidades dispersas móveis, quando os técnicos ocupam-se dos espaços que temporariamente abrigam a estação de trabalho móvel de um profissional autônomo, como

<sup>22</sup> Disponível em <http://www.spacesyntax.com>. Acesso em: nov 2013.



a residência ou a cafeteria, a atuação ocorre por intermédio de projeto e adotam-se os mesmos critérios da arquitetura de espaços de trabalho citados anteriormente, como flexibilidade e modulação (Franceschi; Nascimento, 2009). O argumento reside no fato de esses conceitos conferirem maior liberdade ao usuário, de modo que ele possa adaptar a sua estação de trabalho às diferentes demandas. Nas estações de trabalho, em nome da flexibilidade, os técnicos desenvolvem o conceito de “mobiliário multifuncional”, de modo que o trabalhador autônomo possa ajustar o seu espaço de trabalho conforme as tarefas ao longo do dia. Nessa situação a multifuncionalidade expressa a máxima da ideologia neoliberal do trabalhador autônomo, “fazer-se por si mesmo” e ao seu espaço, mobilizando os recursos que tem à sua disposição para alcançar as metas impostas pelas empresas. Dessa forma, o próprio trabalhador é que deve ser flexível, para adaptar-se às demandas da produção. Ao que parece, o objetivo dos técnicos de produzir espaços funcionais e acolhedores é a domesticação de trabalhadores individuais nos espaços privados, reais ou virtuais, em conformidade com o programa do Movimento Moderno de promover menor sociabilidade e participação política dos indivíduos na esfera pública, como concebeu Sennett (1988 [1974]).

De modo geral, o arquiteto incorpora o conceito de flexibilidade no projeto de espaços de trabalho de diferentes formas, de modo a permitir diversos usos do espaço pelo usuário final. Na planta livre da indústria, as inovações de processo e de produto exigem a adoção de diferentes leiautes, áreas com grandes dimensões e conseqüentemente vãos livres maiores, para evitar que pilares interfiram nas mudanças de leiaute. Na fachada livre, a necessidade de incorporar ao longo do tempo elevadores, escadas e outros equipamentos de transporte vertical de trabalhadores e produtos demanda a construção de fachadas sem obstáculos. Na implantação da edificação no terreno, demandas de futuras ampliações exigem a destinação de áreas para acréscimos. Nos edifícios empresariais, as inovações organizacionais pedem novos arranjos espaciais e, conseqüentemente, novos leiautes. Nesses casos, a flexibilidade adotada pelos arquitetos favorece a organização espacial para atender demandas da gerência, haja vista que, evidentemente, os trabalhadores não atuam no processo decisório.

As unidades dispersas fixas configuram os pequenos negócios que, nos dizeres de Harvey (1998 [1989]), incluem sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista. Tais unidades compreendem também os espaços de coletivos de trabalho, pesquisados nesta tese. Devido sua relevância, esses espaços serão discutidos no próximo capítulo. Os exemplos anteriores de espaços de fábrica, empresa e unidades individuais são suficientes para indicar como os arquitetos empregam os conceitos de

espaços abertos e flexíveis para incorporar a divisão capitalista do trabalho na organização espacial. O interessante é que o arquiteto reproduz as relações hierárquicas no espaço a partir da divisão capitalista de seu próprio trabalho e, assim, não abre mão de conceber o espaço, concebendo até mesmo as aberturas que o processo de produção permitirá aos usuários trabalhadores, desde que esses últimos permaneçam no nível inferior da hierarquia social.

Antes de pesquisar os espaços de trabalho associado e de investigar se há relação entre o planejamento do espaço e a organização flexível do trabalho, discuto abaixo o modo de atuação de arquitetos industriais que trabalham em Belo Horizonte. Mediante a realização de entrevistas com quatro profissionais, constatei como as práticas dos técnicos especialistas contribuem para perpetuar relações sociais opressoras, apesar do discurso dominante de humanização dos espaços de trabalho.

## **2.7 Da teoria à prática: a atuação de arquitetos industriais em Belo Horizonte**

As normatividades técnicas referentes ao plano, os conceitos do espaço “flexível” e “aberto”, o homem e o funcionário padrão são expressões de uma ideia absorvida do Movimento Moderno e diz respeito à divisão técnica do trabalho. Essa divisão é manifestada pela crença de os técnicos serem os protagonistas da produção do espaço. No início da década de 70, o filósofo austro-francês André Gorz, pseudônimo de Gerhard Horst, revela a ideologia da “tecnificação” e da “cientificação” do processo de produção, bem como a função técnico-científica na reprodução das formas de dominação do capital sobre o trabalho. Desse modo, os trabalhadores supervisores, de posse de conhecimento especializado advindo de anos de desenvolvimento de ciências e técnicas de produção, tornam-se técnicos especialistas a serviço do capital, ao planejar o trabalho e manter as relações sociais capitalistas (Gorz, 1996 [1974]).

Nas indústrias de mão de obra, a função dos trabalhadores técnicos-científicos é ao mesmo tempo técnica e ideológica. Não estão apenas encarregados de planificar o processo de trabalho, de organizá-lo e de verificar a conformidade dos produtos parciais às normas técnicas preestabelecidas; têm também por função perpetuar a estrutura hierárquica da empresa e reproduzir as relações sociais capitalistas: isto é, perpetuar a separação (a alienação) dos produtores em relação ao produto “comum” e ao processo de trabalho (Gorz, 1996 [1974], 226).

Os técnicos especialistas, a exemplo dos arquitetos, ao perpetuarem a alienação dos produtores em relação ao processo de trabalho e de seu produto, alienam-se em si

mesmos. Essa alienação decorre de sua posição na relação hierárquica da divisão social do trabalho. Em relação ao capitalista, os trabalhadores técnico-científicos são membros do “trabalho coletivo produtivo” e, portanto, realizam atividades parciais fundamentadas em saberes alienados, no sentido do técnico não ter capacidade de determinar o uso que será feito dos conhecimentos produzidos por ele, pois é o capitalista quem determina. Em relação aos produtores de trabalho material, ou aos operários, os técnicos estão em uma posição paralela mas separada, em uma relação hierárquica: “o fato é que os trabalhadores técnico-científicos produzem meios de exploração e de opressão dos operários e devem aparecer a estes como agentes do capital; porém os operários não produzem meios de exploração dos trabalhadores técnico-científicos” (Gorz, 1996 [1974], 225).

Duas situações são apontadas por Gorz (1996 [1974]), em referência ao papel dos trabalhadores técnico-científicos nas relações de produção capitalistas. Na primeira situação, os técnicos exercem as funções de fiscalização, controle ou comando de um grupo de trabalhadores manuais em uma situação inferior na hierarquia industrial. Na segunda situação, os técnicos desempenham atividades parceladas no processo de trabalho, sem nenhuma autoridade ou privilégio hierárquico sobre os outros tipos de trabalhadores empregados na mesma unidade de produção (Gorz, 1996 [1974]). Embora as análises de Gorz sejam válidas em situações de supervisão do trabalho na fábrica, os dois tipos de função de atuação técnica podem ser observados no processo dos arquitetos na produção de espaços. Nas experiências históricas do proto Modernismo e do Movimento Moderno, relatadas anteriormente, prevalece a primeira situação: o arquiteto coordenador dos processos de produção do espaço. Nesses casos, ele mantém uma relação de hierarquia direta com os trabalhadores manuais da construção civil ao planejar o espaço; e indireta com os operários da fábrica ao reforçar a organização racional do trabalho de produção de produtos. Assim, o arquiteto reproduz os processos capitalistas convencionais de produção. Em experiências mais recentes, predomina a segunda situação, em que o arquiteto é mais um membro do trabalho coletivo da etapa de concepção do espaço. De qualquer modo, é possível encontrar as duas funções na produção de locais de trabalho.

Realizei quatro entrevistas, no mês de setembro de 2013, com arquitetos atuantes em Belo Horizonte na elaboração de projetos industriais. O objetivo das entrevistas era de compreender o processo de trabalho do arquiteto e sua relação com o sistema de produção capitalista. Assim, foi possível identificar as duas funções do trabalhador técnico-científico, citadas por Gorz (1996 [1974]): os parâmetros projetuais comprometidos com a eficácia técnica e econômica da produção fabril, além do discurso ideológico da humanização dos espaços de trabalho.

Foram entrevistados um arquiteto e professor universitário com 40 anos de experiência em elaboração de projetos industriais, com escritório próprio; um arquiteto e professor universitário com 20 anos de experiência em projetos residenciais e comerciais, que eventualmente projeta espaços industriais e trabalha em um escritório de engenharia; uma arquiteta e seu filho também arquiteto, respectivamente com 35 anos e 3 anos de experiência na elaboração de projetos industriais, os dois como prestadores de serviço para uma empresa de projetos interdisciplinares, também prestadora de serviços para uma empresa global cuja principal atividade é a mineração. Infelizmente, dado o porte das empresas que contratam os profissionais, nenhum deles disponibilizou imagens para ilustrar a análise das entrevistas.

Dos quatro arquitetos entrevistados, o primeiro é o único que desempenha a função de arquiteto coordenador. Dessa forma, ele demonstrou vasto conhecimento do processo de produção do produto a ser processado na fábrica, como também do processo de produção do espaço fabril. Pela tela do computador, o arquiteto mostra os projetos industriais que desenvolveu. À medida que os apresenta, explica as etapas sequenciais de produção, seja de um frigorífico de abate de suínos, de uma fábrica de biscoitos ou de uma de autopeças, revelando que o fluxo do produto a ser processado é que determina a implantação das instalações no terreno. Outra premissa projetual é o transporte de fluidos como água, ar comprimido, vapor, água gelada e vácuo. A compatibilização dessas tubulações entre elas e entre a estrutura é fundamental para o funcionamento da linha de produção, além da manutenção dessas instalações determinarem que elas fiquem aparentes. A expedição, destinação e o tratamento de resíduos industriais também são estudados para evitar a contaminação do produto processado e do meio ambiente. Materiais termoacústicos são necessários para garantir a temperatura adequada à conservação do produto. Refeitório, vestiário, escritório, ou seja, espaços destinados a atividades exclusivamente humanas são apresentados por último pelo arquiteto, indicando que tais ambientes são acessórios ao espaço de produção.

Além das diretrizes projetuais serem determinadas pelas demandas da produção, o espaço concebido também precisa atender às exigências da fiscalização e vigilância sanitária do município, da Prefeitura, do Corpo de Bombeiros, da Federação Estadual do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura. Como arquiteto coordenador, ele participa de todas as etapas de produção do espaço, desde a concepção à execução. O arquiteto explica que o processo inicia-se com a demanda de produção, verbalizada através de quantidades de unidades produzidas em um dia de trabalho. Essa demanda é definida a partir de um estudo de

mercado, realizado por consultoria especializada, que quantifica a existência de demanda solvável pelo produto no mercado, ou seja, a existência de determinada quantidade de compradores dispostos a adquirir determinado bem. A partir desse número, os fornecedores de equipamentos definem o porte do maquinário, a linha de produção e as “utilidades” que o processo de produção exige, como ar comprimido, frigorífico etc. A capacidade produtiva diária define o número de trabalhadores da fábrica, o que possibilita ao arquiteto dimensionar refeitório, vestiários, escritórios e entradas. O dimensionamento do espaço produtivo, o galpão de fábrica, é definido em função do leiaute determinado pelo fabricante de equipamentos, que indica a área e o pé direito necessários para a produção. Outra informação importante para o arquiteto é a sondagem do solo, que indica a capacidade de carga do terreno e a presença ou não de água, além do relevo do terreno. As informações acima são reunidas em um projeto denominado “projeto conceitual”, que agrega todos os parâmetros projetuais determinados pelos vários técnicos envolvidos com o processo produtivo da fábrica, desde os fornecedores de equipamentos até o técnico engenheiro de solos.

A partir do projeto conceitual, o arquiteto desenvolve o projeto básico que em princípio contempla todos os parâmetros projetuais. O plano básico é enviado para todos os técnicos envolvidos, de modo que eles possam realizar os ajustes necessários. Após as interferências entre as áreas técnicas serem solucionadas no âmbito do projeto, o arquiteto inicia a última fase: o detalhamento das instalações prediais. Ele explica que o técnico que coordena um projeto industrial pode desempenhar três atividades. A primeira, projetar a forma que atende às necessidades funcionais da indústria. A segunda, coordenar o processo de produção do espaço, e para isso mantém um escritório dentro da obra. Essa coordenação é diferente da administração da obra. Essa última é de responsabilidade do engenheiro, que trabalha com planilhas de compras de material etc. A terceira, compatibilizar os projetos complementares ao da arquitetura, como o estrutural, elétrico, hidrossanitário etc. Cada atividade pode ou não ser contratada pelo cliente.

Os próximos arquitetos entrevistados executam a função denominada por Gorz (1996 [1974]) de segundo tipo, em que eles mesmos estão submetidos ao regime de controle hierárquico e de parcelamento de tarefas, tal qual o regime de trabalho de operários manuais.

Quando eles não exercem mais funções de chefia, mas tornam-se eles próprios produtores de mercadorias imateriais – planos e projetos, sistemas, procedimentos, etc.[sic.] – ou supervisores de processos autorreguladores, os trabalhadores

intelectuais parecem por sua vez proletarizados e alienados pela divisão parcelada de seu trabalho (Gorz, 1996 [1974]).

O segundo arquiteto projetou um galpão de armazenamento e expedição do produto acabado de uma indústria de cosméticos, numa área total de 5.000 metros quadrados e pé direito de 15 metros, localizado em Alvinópolis, município localizado há cerca de 150 km de Belo Horizonte. O galpão foi executado em estrutura de aço, com vão livre de 40 metros entre os pilares e piso industrial de concreto protendido, que suporta uma carga de 12 toneladas por metro quadrado. Os parâmetros projetuais fundamentavam-se na agilidade de identificação da mercadoria, seu carregamento e descarregamento realizados por paleteiras e empilhadeiras e seu transporte até o setor de expedição, onde os caminhoneiros realizam o carregamento de sua carreta. O arquiteto trabalha na empresa de engenharia localizada em Belo Horizonte, que recebeu a encomenda de ampliação da indústria e realização das obras. A demanda de ampliação consistia de uma área de estocagem para abrigar os produtos, com as dimensões das ilhas de estocagem e dos corredores também definidas pelo setor de logística da indústria. De modo a possibilitar o livre trânsito de paleteiras e de empilhadeiras, a empresa solicitou que o galpão tivesse uma linha central de pilares. E a fim de agilizar o carregamento, a empresa definiu quatro portas, para atender dez carretas de uma única vez. Embora fosse mais rápido realizar o carregamento de produtos pela lateral, o objetivo da indústria era atender a maior quantidade de carretas, visando diminuir o tempo de espera na fila. Desse modo, a indústria optou pelo carregamento pela parte traseira da carreta.

Com o tamanho do galpão predimensionado pelo setor de logística, a atividade do arquiteto restringiu-se a estudar a implantação do galpão no terreno, a localização da portaria, as dimensões do pátio de manobra para possibilitar o estacionamento a 45 graus, além de projetar o escritório de expedição, os vestiários para os caminhoneiros, a sala de descanso e o refeitório. Nesse caso, diferentemente da revolta e da contestação que trabalhadores técnico-científicos expressam ao perceber que o seu trabalho tornou-se parcial (Gorz, 1996 [1974]), o arquiteto não verbalizou frustração por realizar a simples tarefa de elaboração do projeto de galpão, próxima do trabalho de um desenhista, por exemplo. Talvez, a ausência de contestação deve-se à dimensão político-ideológica embutida na função aparentemente técnica de projetar um espaço fabril, o que encobre a divisão hierárquica do trabalho e impede de ele reconhecer sua função na manutenção dessa divisão (Gorz, 1996 [1974]).

A última entrevista foi realizada simultaneamente com dois arquitetos, mãe e filho, que chamarei aqui de arquiteta sênior e arquiteto júnior. Os dois também desempenham a

segunda função do trabalhador técnico-científico, apontada por Gorz (1996 [1974]), que se resume à confecção de plantas e procedimentos técnicos parciais. A estratégia da mineradora que contrata a empresa que os recruta é a de fracionar o próprio espaço industrial, atribuindo a diferentes equipes de projeto o trabalho de conceber e desenhar espaços parciais. Além da parcialização das tarefas, há um novo componente no regime de trabalho, em relação aos arquitetos anteriores: a flexibilização dos direitos trabalhistas. A terceirização das relações de trabalho é um subproduto dessa flexibilização, própria do sistema de acumulação flexível, em que prevalece a tendência de grandes e médias empresas em concentrar suas atividades-fim e transferir suas atividades-meio para empresas menores, prestadoras de serviço. Portanto, os dois arquitetos atuam como prestadores de serviços, em conformidade com a tendência contemporânea de terceirização das relações de trabalho.

A demanda por produção de espaços nas usinas da mineradora surge a partir de uma carta-convite para participar de concorrência de prestação de serviços em projetos de arquitetura e de outros projetos afins. O que contempla todo o escopo de trabalho identificado pela empresa que realizou o estudo de viabilidade técnica e econômica para exploração de determinada matéria-prima, como o minério de ferro ou um sal mineral, por exemplo. Os projetos de arquitetura normalmente contemplam áreas administrativas, como escritórios, vestiários, restaurantes; áreas industriais, como oficina mecânica, almoxarifado, subestações, salas de controle etc.; além de áreas de controle ambiental, como os Depósitos Intermediários de Resíduos (DIR) recicláveis como metal, papel, plástico, PVC, lata de óleo, bateria, pneu, lâmpada etc e a Central de Materiais Descartáveis (CMD). Após o término do processo de licitação, é elaborado o documento denominado “dados básicos e critérios de projeto”, com o objetivo de ajustar o escopo de atividades iniciais e nortear as decisões projetuais de todos os profissionais envolvidos. Tal documento é denominado de projeto conceitual e contém a quantidade de edificações a serem projetadas; o dimensionamento de cada edificação, em função da quantidade de pessoas que irão trabalhar no local; o revestimento a ser empregado; as diretrizes das normas de segurança, de trabalho, de acessibilidade, de meio ambiente, bem como as diretrizes da normatização interna da mineradora, aplicáveis aos espaços em consideração; e os recursos necessários para o bom funcionamento das atividades, como o ar comprimido, ar-condicionado etc. O projeto conceitual é textual, contém poucos desenhos, em sua maioria, croquis que mostram o predimensionamento das edificações ou ilustram alguma diretriz projetual. De posse das informações, a equipe de arquitetos elabora o projeto básico, quando inicia a fase de compatibilização entre os projetos. Essa etapa é realizada pela equipe multidisciplinar e, segundo a arquiteta sênior, há o interesse de a empresa contratada empregar a ferramenta

REVIT para minimizar os retrabalhos. Esse software é uma ferramenta desenvolvida para a Modelagem de Informação da Construção (BIM), de modo que vários usuários podem atuar simultaneamente no mesmo modelo de construção, o que permite a “completa associatividade bidirecional, ou seja, qualquer modificação no projeto é atualizada instantaneamente, sem a necessidade de outro usuário realizar novamente a modificação, pois trata-se do mesmo modelo (Autodesk, 2013). Após a compatibilização, o projeto é detalhado pela mesma equipe ou por outra equipe de arquitetos. A etapa de acompanhamento de obras pode ou não ser contratada. Há situações em que os arquitetos podem ser contratados para prestar alguma consultoria, como por exemplo, para definição de área para construção de determinado alojamento; para prestar assessoria técnica para realização de auditoria de avaliação de projeto realizado por outra empresa contratada; para realizar uma pesquisa de obra análoga, de modo a conhecer o espaço similar a ser projetado. Essa sequência parcelada de atividades do arquiteto e seu desdobramento em tarefas executadas por equipes separadas, no tempo e no espaço, expressam a alienação do técnico e a necessidade de controle pela mineradora do processo de produção do espaço, com o objetivo de a usina “funcionar”. Ou seja, é imprescindível garantir a produção ininterrupta da usina, de modo a evitar “paradas” em função de possíveis “acidentes de trabalho” ou de “normas não atendidas por órgãos fiscalizadores”.

Por exemplo, tem vários projetos rolando, então eles escolhem... auditor geralmente já é pessoal de nível sênior que faz. E essa auditoria pode ser com um foco, por exemplo, numa edificação ‘eu quero que o escritório administrativo seja auditado’, ou ‘eu quero que o restaurante seja auditado, porque teve uma consulta prévia na Anvisa e a Anvisa fez uma série de comentários que não tá bom, ou não tá pertinente em alguns pontos, então eu quero que faça uma auditoria lá’, ou ‘eu quero que faça na oficina mecânica, quero ver se o que tá lá atende a demanda de número de operadores, de funcionários, de mecânicos e não sei o quê’. Então, tem muitas atividades que acontecem dentro de um projeto (Arquiteta sênior, 2013).

No entanto, os arquitetos entrevistados atribuem a parcialização dos projetos ao tamanho dos empreendimentos, que devido à escala enorme determina a separação em vários grupos de trabalho. Por exemplo, o atual projeto no qual a arquiteta trabalha exige uma equipe de dez profissionais de arquitetura e, até o momento da entrevista, planejou 70 prédios para um único empreendimento da mineradora. Apesar da parcialização das tarefas ser atribuída a uma questão puramente técnica, os arquitetos estão alienados do processo de produção do espaço e dos homens que trabalham nesse local, os usuários finais. No primeiro caso, a estrutura organizacional é fortemente hierárquica. Todo projeto tem uma gerência que administra uma equipe de engenheiros de projeto. Subordinados aos



engenheiros há os supervisores, que administram o trabalho da “força de trabalho mesmo”, termo empregado pela arquiteta sênior para se referir aos projetistas arquitetos e engenheiros e, em uma escala inferior, aos desenhistas. No segundo caso, os arquitetos desconhecem a “população” do espaço, termo empregado por eles. Importa saber se a edificação abrigará trabalho humano. “Esse prédio vai ter trabalho humano? Vai. Então, tem janela? Tem ventilação? Tem ar-condicionado? Como é que ele vai trabalhar? Como é que são as condições pro cara trabalhar?” (Arquiteta sênior, 2013); e a quantidade de pessoas que irão usar o espaço para fins de predimensionamento. Nesse sentido, os arquitetos adotam um discurso “pseudo-humanista”, a fim de justificar a função de sua profissão na produção do espaço da usina.

A “humanização” refere-se à melhoria das condições de trabalho, em que o arquiteto emprega recursos para iluminação natural, como a implantação da edificação no terreno em função da orientação solar, a ventilação cruzada, o sombreamento da fachada com o uso de brises, o acesso a vistas quando existem e isso é permitido, o sombreamento e a proteção de chuva do percurso de um prédio ao outro, a escolha de mobiliários com medidas ergonômicas, a especificação de materiais recicláveis e equipamentos com o uso econômico de água e energia, a criação de áreas de descanso e repouso etc. Nesse último caso, esses espaços surgiram do descompasso entre o tempo da norma da legislação trabalhista, que prevê uma hora de almoço para o trabalhador, e o tempo da norma da mineradora, que determina 20 minutos de almoço dentro do refeitório, para permitir o rodízio nas mesas entre os trabalhadores. Assim, além dos locais de permanência como salas de TV, jogos, leitura ou simples descanso, os arquitetos criaram praças nas áreas de entorno do refeitório para usufruto do trabalhador nos 40 minutos restantes de sua hora de almoço. No entanto, é o próprio arquiteto júnior quem revela a questão central por trás do discurso humanista, a despeito da sua necessidade de valorizar a profissão. “E o respeito tem aumentado cada vez mais, porque a fiscalização, as normas do trabalho estão cada vez mais presentes neste tipo de empreendimento. Então a preocupação tem vindo muito nesse sentido, e recai sobre o arquiteto e o engenheiro de Segurança” (Arquiteto júnior, 2013). Ou seja, a ideologia da humanização encobre a real questão por trás das decisões projetuais dos arquitetos, o planejamento das atividades dos trabalhadores, de modo que a produção de mineração não seja interrompida. A produção do espaço da usina fundamenta-se na lógica da produtividade capitalista e na exploração do trabalho material. A exemplo do estudo de tempos e movimentos do taylorismo, tanto a legislação trabalhista, quanto a arquitetura ocupam-se em aperfeiçoar os dispositivos de controle do tempo e do espaço do trabalhador de modo que, parafraseando Gorz (1996 [1974]), obriguem o operário ao maior dispêndio de trabalho (físico, nervoso). “A produtividade máxima do ponto de vista do capital

[...] é obtida pela procura das condições que permitem produzir a maior quantidade possível de determinados produtos com o máximo de energia humana que possa ser obtido com o mínimo salário” (Gorz, 1996 [1974], 228).

As entrevistas demonstram a alienação dos arquitetos advindas de sua posição hierárquica na divisão social do trabalho, pois em nenhum momento os entrevistados questionam a finalidade dos espaços concebidos por eles. Assim, eles não conseguem problematizar o modo de produção capitalista, tanto para reelaborar o programa de necessidades ou o arranjo espacial, uma vez que ambos continuam determinados pela eficiência econômica, comprometida com a obtenção de máxima produtividade às custas do máximo dispêndio de energia dos trabalhadores.

Os arquitetos industriais que entrevistei projetam espaços exclusivos para a produção, evidentemente, segundo demandas de empresas de grande porte. Como mencionei anteriormente, os espaços dos coletivos de trabalho são unidades dispersas fixas, que configuram pequenos negócios. Porém, esses espaços nem sempre são objetos de estudos do campo da arquitetura, como a maior parte das construções de iniciativa popular que não se submete ao processo de planejamento convencional. Justamente por não serem fruto de um plano técnico, as unidades de trabalho associado podem conter traços de uma outra racionalidade de produção do espaço de trabalho, não pautada exclusivamente em critérios produtivistas. Exploro esta tese nos próximos capítulos, em dois momentos. No primeiro, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o processo de produção do espaço de coletivos de trabalho. No segundo, por meio de uma pesquisa de campo realizada em grupos de trabalho associado, que os denomino de coletivos de trabalho.

### 3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE COLETIVOS DE TRABALHO

A fim de compreender as propostas teóricas e práticas de produção do espaço desenvolvidas por técnicos para os grupos de trabalho associado, este capítulo aborda primeiramente o conceito de “trabalho associado”, sua origem e sua relação com as vertentes de estudos sobre Economia Solidária no Brasil. Se os grupos de trabalho associado podem superar a alienação do trabalho, desde que “o processo de produção material esteja submetido ao controle consciente e planejado de homens livremente associados” (Marx, 2010 [1859]), então tal controle pressupõe um conhecimento técnico crítico com a autonomia coletiva dos grupos de trabalho associado. O estudo da Tecnologia Social e da Filosofia da Tecnologia contribuem para a fundamentação e o desenvolvimento desse conhecimento. Em um segundo momento, este capítulo aborda o conceito de “produção do espaço” com base na teoria do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (2001 [1968]). Tendo como princípio as ideias de Lefebvre a respeito da produção social do espaço e da autogestão, foi dada especial atenção aos autores que desenvolveram a hipótese de processos de produção do espaço alternativos ao processo convencional de produção capitalista. Ao final deste capítulo, em um terceiro e último momento, apresento categorias de propostas elaboradas por técnicos para a produção de espaços de grupos de trabalho associado. A intenção é identificar se tais propostas efetivamente podem contribuir com a emancipação coletiva dos trabalhadores associados.

#### 3.1 Coletivos de trabalho

Emprego a expressão *coletivos de trabalho* para designar os grupos de trabalho associado investigados na pesquisa de campo. Os membros desses coletivos unem-se com o propósito de garantir as condições de sua existência e, em maior ou menor grau, contrariam a lógica excludente da sociedade capitalista. Esta tese insere-se na vertente de pesquisas cujo foco é a economia popular, considerando as atividades ocupacionais dos membros dos grupos pesquisados, triadores de resíduos sólidos urbanos, artesãos, bordadeiras e costureiras, ou seja, trabalhadores pertencentes a classes populares e, em sua maioria, destituídos das habilidades necessárias para o trabalho assalariado. Esses trabalhadores representam uma parcela bem específica da população brasileira, que apresenta baixo nível de escolaridade, faixa etária acima de 40 anos e, em sua maioria, é do sexo feminino. Além disso, apresentam processos de trabalho com pouco investimento em tecnologia, em que há um predomínio de processos de trabalho-intensivo; do ponto de vista da economia hegemônica, o seu trabalho agrega pouco valor ao produto. Esses coletivos também diferem de organizações tradicionais de trabalho associado, como o Movimento dos Trabalhadores

Sem Terra (MTST) ou o movimento de trabalhadores operários de Fábricas Recuperadas, pelo fato de não serem considerados movimentos de luta organizada por uma parte do senso comum técnico.

O ressurgimento e o desenvolvimento de iniciativas populares de superação da pobreza massiva em grandes cidades de todo o mundo conforma um campo de pesquisa. Correlacionado ao contexto de origem, suas denominações variam: *Economia Social*, na Europa (França Filho e Laville, 2004); *Economia Popular*, na América Latina; *Terceiro Setor*, nos EUA; e *Economia Solidária*, no Brasil (Singer, 2001). Independentemente da nomenclatura, o campo nasce do projeto comum de potencializar as iniciativas de grupos e organizações de trabalho associado. Essa área de pesquisa tem a particularidade de ser inaugurada por militantes de movimentos sociais, inspirados nas lutas dos trabalhadores contra os efeitos perversos do capitalismo. Desse modo, tem um caráter propositivo e normativo, no sentido de transformar a iniciativa popular em outra economia, não baseada na acumulação de capital.

Os primeiros estudos sobre a denominada “Economia Solidária” surgem após a crise do capitalismo financeiro dos anos 1980 e a implantação do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990. Os efeitos excludentes da globalização neoliberal (aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, concentração de renda), aliados ao limite da ação estatal na redistribuição da riqueza, determinaram a intensificação de iniciativas populares baseadas no trabalho associativo. No Brasil, o reconhecimento institucional pela Igreja, pelo movimento sindical, pelas universidades e notadamente pelo Estado – como a criação da Secretaria de Economia Solidária, em 2003 – promoveu um forte incentivo a pesquisas e atividades extensionistas sobre o tema, consolidando esse campo de saber. Novos grupos de pesquisa e extensão universitárias e organizações não governamentais, além daqueles tradicionalmente ocupados com as questões sociais, optam por investigar os grupos de trabalho associado.

### **3.1.1 As quatro vertentes do campo de Economia Solidária**

Wirth, Fraga e Novaes (2011) identificaram quatro linhas de estudos sobre Economia Solidária no Brasil. Segundo os autores, essa sistematização fundamenta-se no debate clássico entre as propostas do socialismo utópico e do socialismo científico, de modo a identificar como cada uma das linhas de pesquisa dialogam com esse debate.

Para tanto, classificamos esses autores em quatro grupos: a) aqueles que percebem na Economia Solidária uma possibilidade de superação do capitalismo, b) aqueles que defendem uma complementaridade entre a Economia Solidária e o Capitalismo, c) aqueles que expandem sua análise para além da Economia Solidária, focando na economia popular e, por fim, d) aqueles que percebem a Economia Solidária como um espaço de prática da autogestão no momento histórico atual, mas que defendem sua generalização na sociedade, tendo o “autogoverno pelos produtores livremente associados” como horizonte (Wirth; Fraga; Novaes, 2011, 03).

A análise de cada vertente revela os sentidos conferidos à expressão “Economia Solidária”, que pode designar desde um determinado setor da economia até um tipo específico de movimento social. Em cada uma delas, varia também a participação dos técnicos que apoiam a Economia Solidária, a natureza das políticas públicas elaboradas por eles e o papel implícito ou explícito do espaço na luta dos trabalhadores contra o capital. O debate entre socialismo utópico e científico será retomado quando eu discuto a quarta vertente, mais adiante.

A primeira vertente (quadro 03) desenvolve-se com base nos estudos de Paul Singer, que busca no movimento do cooperativismo inglês do século XIX uma base prescritiva para as atuais iniciativas de Economia Solidária praticadas no Brasil (Singer, 2002b, 24). Singer cunhou o termo Economia Solidária, em 1996, em um artigo intitulado “Economia solidária contra o desemprego”, publicado no jornal *Folha de São Paulo* (Motta, 2010). As práticas de autogestão e de democracia e igualdade entre os membros associados, além do repúdio ao trabalho assalariado (Singer, 2002b, 111) tornam-se princípios normativos no espaço das unidades de produção. Essas práticas pretendem superar gradualmente a sociedade capitalista através de implantação de cadeias produtivas de Economia Solidária (Singer, 2012). A tradição inglesa, ao conceber os espaços exclusivos de produção como pressuposto para realização do projeto de uma nova sociedade, mantém o universo da produção e o homem médio e do sexo masculino centrais para a superação do capitalismo. Relega à segundo plano, portanto, todo o coletivo de trabalhadores que executa outras atividades materiais fora da fábrica e a história de luta desses trabalhadores que nunca foram inseridos no mercado de trabalho. Além disso, o controle consciente e planejado do processo de produção, de modo a superar a alienação, continua limitado ao chão de fábrica. Paradoxalmente, essa vertente mantém as mesmas categorias do sistema de produção ao qual pretende se opor: produtividade e qualidade de produção, os quais são essenciais para os grupos de trabalho associado competirem no mercado capitalista.

A visão de Singer aborda a produção de novas relações de trabalho a partir da organização dos próprios trabalhadores, mas não articula o que ocorre nas fábricas de trabalhadores associados com a dinâmica mais ampla de acumulação do capital. Uma reflexão teórica sobre as recentes experiências de trabalho, que enfatize os aspectos positivos dessas organizações, não pode deixar de mencionar a real ou potencial funcionalidade dessas unidades de produção ao capitalismo (Wirth; Fraga; Novaes, 2011, 4).

Nesse sentido, os técnicos que apoiam os grupos de trabalho associado continuam empregando conhecimentos técnicos e organizacionais fundamentados na tecnologia capitalista. A diretriz básica se mantém na lógica de produção e distribuição da mercadoria. O equívoco de se atualizar as experiências históricas de controle operário na fábrica – como as experiências históricas das instituições de conselhos operários, *soviets*, comitês de greve, comissões de fábrica – é considerar que é possível a extensão da prática autogestionária para a sociedade mediante a produção de bens de consumo e a implantação de políticas de distribuição desses bens. Ao centrar as propostas na produção de produtos e, do ponto de vista da produção do espaço, em espaços exclusivos de produção, os técnicos dessa vertente reproduzem irrefletidamente a ideia de que a solução para a desigualdade social fundamenta-se no desenvolvimento das forças produtivas.

Além do controle operário, militantes de esquerda denunciam as formas de “participacionismo”, como a cogestão, a participação e a cooperativa, avaliando que a determinação dos fins é externa ao trabalhador (Guillerm; Bourdet, 1976; Tragtenberg, 1987). Os fins continuam determinados pelo capital, que acaba por assimilar essas manifestações. Segundo esse raciocínio, a autogestão em confronto à sociedade capitalista somente poderá existir em casos isolados e por curtos períodos (Guillerm; Bourdet, 1976).

QUADRO 03 – Síntese das ideias da primeira vertente de ES

Superação do capitalismo	
Movimento social de origem	Cooperativismo inglês
Instituições protagonizadoras	Conselhos operários, <i>soviets</i> , comitês de greve, comissões de fábrica
Idéia força	O desenvolvimento das forças produtivas transforma as relações sociais
Princípios	Autogestão e igualdade entre os membros
Superação da pobreza	Produção e distribuição de riqueza
Papel do técnico*	Fomento da produção e organização do trabalho
Tecnologia	Manutenção da tecnologia de base capitalista
Políticas públicas	Distribuição de renda e compensatórias
Espaço político	Exclusivo de produção

\* O técnico refere-se a qualquer profissional que atua direta ou indiretamente na produção do espaço de grupos de trabalho associado.

A segunda vertente (quadro 04) é herdeira do movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, e fundamenta-se na experiência francesa de proteção social (França Filho, 2001). Embora Castel (1998 [1995]) tenha identificado já no século XIV uma estrutura rudimentar de organização dos socorros aos pobres camponeses desfilizados e desterritorializados (ver capítulo 2), o ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação somente foi ampliado no contexto de nascimento do capitalismo, em reação aos efeitos perversos do pleno desenvolvimento da economia mercantil, indicando que a pobreza massiva era uma questão social (França Filho, 2001). Assim, as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação contribuíram e ainda contribuem com um modo distinto de regulação da sociedade, que não seja pautado exclusivamente na racionalidade econômica, como são as regulações mercantis e estatais.

A superação da pobreza é central nas iniciativas da denominada Economia Social, que concebe as ações políticas de comunidades locais fundamentais para amenizar os efeitos do mercado autorregulado. A Economia Social reconhece que a Economia Mercantil ratifica a dissociação entre os universos de produção e reprodução (França Filho; Laville, 2004). No entanto, essa vertente concebe o universo da reprodução posterior ao da produção e reduz a reprodução à mera atividade de distribuição de riqueza. Evidentemente, a tradição francesa foca sua discussão nos critérios democráticos de distribuição de riqueza. As várias maneiras de distribuir a produção, ou o seu caráter plural, tem origem nos estudos de Karl Polanyi. Em seu livro *A grande transformação*, publicado em 1944, o autor identifica quatro princípios de comportamento econômico, ao investigar as origens políticas e econômicas da modernidade em uma perspectiva antropológica (figura 20). Cada princípio foi institucionalizado por meio de algum modelo de organização social.

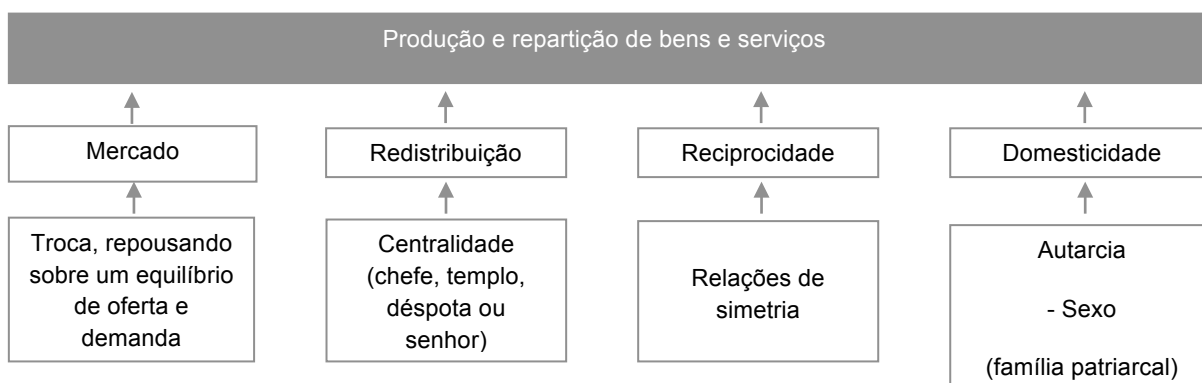


FIGURA 20 – Os quatro princípios do comportamento econômico  
 FONTE: Adaptado de FRANÇA FILHO; LAVILLE (2004)

O princípio da **domesticidade** consiste na produção para usufruto do grupo, com o objetivo de produzir e armazenar para a satisfação dos membros do grupo, seja uma família, vilarejo ou o poderio senhorial. Já o princípio da **reciprocidade** se estabelece entre várias pessoas, por meio de uma transferência personalizada fundamentada em uma relação social: a dívida. Polanyi (2000 [1944]) aponta que o princípio institucional da reciprocidade é a simetria, traço próprio de organizações sociais de povos sem escrita. Por fim, o princípio da **redistribuição** consiste na propriedade central dos bens produzidos e em sua redistribuição, segundo as relações de poder. Esse princípio pressupõe uma autoridade, divisão de trabalho entre dirigentes e dirigidos, modelos de distribuição (da divisão livremente consentida até o medo de punição) e um momento de armazenamento entre recepção e repartição. O princípio de **mercado** contempla o lugar onde bens e serviços são trocados. O modelo institucional fundamenta-se na troca, que pode assumir várias formas: compra e venda (valor: preço e equivalente geral: moeda), pagamento em espécie (bens e serviços), escambo ou barganha (quando a troca de bens e serviços não passa pelo intermédio de um equivalente geral).

Para essa vertente, a Economia Solidária resgata e reatualiza a Economia Social (França Filho, 2001), reduzindo os quatro princípios de Polanyi de produção e repartição de bens e serviços em três tipos de economia: mercantil (a troca de um produto ou prestação de um serviço ocorre por meio de venda ou escambo), não mercantil (a riqueza produzida é redistribuída por um poder central, por exemplo os subsídios públicos) e não monetária (os produtos e serviços são distribuídos segundo os princípios da reciprocidade e domesticidade, como as práticas da troca e da dívida próprias do trabalho voluntário e das doações). A economia plural, ao lado da construção conjunta da oferta e da demanda, perfazem os princípios de regulação social da Economia Solidária. Entende-se por construção conjunta de oferta e de demanda, o desejo de realização de necessidades expressas por grupos locais (França Filho, 2001). O princípio da economia plural avança no sentido de demonstrar que as trocas mercantis e os recursos econômicos não são as únicas dimensões presentes nas relações sociais. No entanto, ao conceber uma possibilidade de uma articulação entre as economias, a racionalidade de acumulação capitalista não se altera. O princípio da construção conjunta entre oferta e demanda pressupõe a formação de uma comunidade política cuja instituição ocorre em espaços públicos diversificados:

Ou seja, instâncias de reflexão, de argumentação e de discussão, entre os quais figuram tanto os cafés, os cabarés e os círculos burgueses, quanto às sociedades filantrópicas, os clubes ou as sociedades de sábios, em que todas concorriam para a formação de uma sociabilidade democrática (França Filho; Lavelle, 2004, 41).



Apesar de progredir em relação à primeira vertente, com a ideia de se estabelecer a transformação social no espaço público e não no espaço privado de fábricas, a tradição francesa equivoca-se ao pressupor a possibilidade de uma sociabilidade democrática em um contexto de grandes diferenças sociais, como é o caso do Brasil. A tradição francesa segue a concepção harmônica de Habermas: “O mundo só pode existir enquanto mundo comum mediante a instauração de um diálogo com os outros, suscetível de levar a criação de regras sob as quais se resgate um acordo favorecendo o viver em conjunto” (França Filho; Lavielle, 2004, 40). Os espaços públicos são denominados pela tradição francesa de “espaços públicos de proximidade” ou os “espaços públicos autônomos”. Ora, tais espaços inexistem assim como inexistem processos de solidariedade em uma sociedade de classes, fortemente hierarquizada. Basta observar que os espaços citados por França Filho e Lavielle, na citação anterior, referem-se a lugares frequentados por uma classe social específica, a burguesia, que possui capital suficiente para ter acesso às vantagens sociais.

QUADRO 04 – Síntese das ideias da segunda vertente da ES

Complementaridade com o capitalismo	
Movimento social de origem	Associativismo francês
Instituições protagonizadoras	Cooperativas, organizações mutualistas, fundações e algumas formas de associação
Idéia força	Regulação social dos efeitos perversos do capitalismo
Princípios	Economia plural e construção conjunta da oferta e da demanda
Superação da pobreza	Produção e distribuição democrática de riqueza
Papel do técnico*	Fomento da sociabilidade democrática
Tecnologia	Humanização da tecnologia de base capitalista
Políticas públicas	Distribuição de renda e compensatórias
Espaço político	Espaços públicos de proximidade

\* O técnico refere-se a qualquer profissional que atua direta ou indiretamente na produção do espaço de grupos de trabalho associado.

As vertentes anteriores, tanto a tradição inglesa quanto a francesa, ao creditarem as origens do setor da Economia Solidária aos movimentos europeus de cooperativismo e associativismo do século XIX, tomam como referência o paradigma do trabalho assalariado e a sua história de luta contra o capital. No primeiro caso, a luta dos trabalhadores proletariados tem o intuito de construir uma sociedade por meio do seu contrário, ou seja, da negação do trabalho assalariado, configurando uma sociedade “sem patrões”. No segundo caso, a intenção é elaborar instituições no âmbito do Estado que possam assegurar aos cidadãos o direito à Proteção Social. Evidentemente, essas vertentes desconsideram a história de luta dos trabalhadores brasileiros que, diferentemente dos trabalhadores do denominado Primeiro Mundo, nunca vivenciaram situações de pleno emprego ou de plena

assistência do Estado de Bem Estar Social. Em decorrência desse salto no tempo (séc. XIX para o séc. XXI) e no espaço (contexto europeu e contexto latino americano), as vertentes concebem de forma equivocada os movimentos sociais engendrados pelas classes trabalhadoras brasileiras, pois têm como referência o movimento dos direitos civis que, no caso dos Estados Unidos por exemplo, surge em decorrência de fortes descontentamentos por parte dos excluídos dos supostos benefícios do fordismo (Harvey, 1989).

Nos países considerados de economia avançada, a mobilização social, ou a denominada sociedade civil, organiza-se com base na conquista de direitos formalmente institucionalizados ou na cidadania plena. As reivindicações das minorias sociais (como mulheres e negros) são consideradas uma questão de inclusão social. Além disso, o Estado é reportado como encarregado de resolver todos os problemas e de materializar os direitos sociais (Razeto, 2005 [1993b]), como acesso a moradia, saúde, trabalho, educação e segurança.

No Brasil, o movimento social organizado pelas classes populares fundamenta-se nas práticas diárias em busca de garantia das condições de sua existência. A mobilização popular até reivindica um direito social a ser concedido pelo Estado, como o acesso à moradia, por exemplo; mas principalmente se organiza para solucionar, mesmo que precariamente, as urgentes questões de sobrevivência por intermédio da autoconstrução. Nesse sentido, o direito é conquistado para além de leis jurídicas, em que a ação direta popular estabelece outras normas não formalizadas de antemão pelo Estado. Portanto, o movimento popular dos trabalhadores não se restringe às reivindicações de direito civil, institucionalmente formalizado, uma vez que elaboram e executam ações diretas que questionam a ordem dominante em suas bases. No contexto urbano, ao lado dos atuais movimentos populares “ativismo favela” e “movimento dos sem teto” (Souza M.L., 2010 [2001]), pode ser acrescentado o movimento popular referente aos grupos de trabalho associado. Tais questões revelam a ausência, nas duas vertentes anteriores, de estudo aprofundado sobre os movimentos populares urbanos, indicando a grande contribuição da terceira vertente de pesquisas.

Luis Razeto (2005 [1993b]) elaborou um quadro (quadro 05) com o objetivo de explicar as diferenças entre as estruturas de ação e a organização de um movimento tradicional e de um movimento de economia popular. Dentre vários aspectos, destaco, além da ação direta no movimento popular, a demanda por necessidades integrais, os pequenos ganhos de transformação e a luta por autonomia.

QUADRO 05 – Quadro comparativo das estruturas de ação e organização popular

A ação reivindicativa tradicional	A ação solidária alternativa
1. Parte-se da existência de necessidades que devem ser enfrentadas coletiva e organizadamente. As necessidades, que são identificadas e das quais se encarrrega a organização, são as necessidades básicas (alimentação, moradia, trabalho etc.), que são assumidas como carências: tem-se necessidades porque se carece dos meios econômicos para satisfazê-las.	1. Parte-se da existência de necessidades que devem ser enfrentadas coletiva e organizadamente. As necessidades identificadas e assumidas pela organização não são apenas as necessidades básicas, mas também outras necessidades humanas, como as de participação, afeto, conhecimento, convivência, cultura etc. Predomina um conceito de necessidades integrais, que são assumidas não só como carências, mas também como potencialidades a serem desenvolvidas.
2. As necessidades básicas insatisfeitas (carências) são vividas e assumidas como direitos econômicos-sociais que têm sido desprezados. Esses tendem a ser compreendidos como direitos que as pessoas têm por igual e que a sociedade deve satisfazer independentemente dos méritos e esforços das pessoas afetadas.	2. As necessidades integrais e o desenvolvimento das próprias capacidades ou potencialidades são assumidos como direitos humanos. Por esses entende que se deve respeitar o direito de as pessoas participarem na solução dos problemas e, enquanto associados, o dever de trabalhar e se esforçar pela satisfação das próprias necessidades e aspirações.
3. Assim entendidos, os problemas sociais e os direitos dão lugar a um conjunto de recursos que deverão ser apresentados ante as autoridades.	3. Assim entendidos, os problemas e direitos levam à busca dos recursos necessários para satisfazê-los.
4. A tomada de consciência dos recursos dá lugar à elaboração de um conjunto de reivindicações concretas, que traduzem esses direitos no contexto das situações reais. Formulam-se “pautas de reivindicações” e “plataformas de luta”.	4. A busca de recursos dá lugar à formulação de projetos que antecipam as ações necessárias para enfrentar as necessidades. Os projetos costumam ser apresentados ante instâncias, das quais se espera a dotação dos recursos que faltam.
5. Tipo de ação: reivindicativa, perante uma das partes, da qual se espera a solução dos problemas.	5. Tipo de ação: diretamente orientada para a solução dos problemas com o próprio esforço.
6. Tipos de organização: de massa multitudinária e, de certo modo, anônima.	6. Tipos de organização: associação de sujeitos, pequenos grupos, em que é importante que os integrantes se conheçam pessoalmente.
7. Tipos de atividades: grandes mobilizações, ações notórias, esporádicas, em momentos decisivos.	7. Ações pequenas e continuadas, cotidianas, que vão constituindo em conjunto um processo vital com sentido de conjunto.
8. Valores fundamentais para o êxito da organização: a unidade, a disciplina na ação e a combatividade.	8. Valores fundamentais para o êxito: a cooperação e a ajuda mútua, a eficiência e o trabalho.
9. Tipos de condução: centralizada, hierarquizada e carismática.	9. Tipos de condução: participativa, descentralizada ou técnica.
10. Modos de transformação esperados: ação sobre o sistema no nível macrossocial. Pressão e luta pela conquista de poder, para iniciar, a partir do controle dos grandes poderes, a transformação de cima para baixo, das realidades específicas.	10. Modos de transformação esperados: ação sobre as realidades sobre as quais se tem influência atual. Ser alternativo nas pequenas coisas e avançar rumo à transformação do que é grande, em termo de “expressão de microalternativas no não-estabelecido”.

FONTE: Razeto (2005 [1993]), 52-54

QUADRO 05 (continuação) – Quadro comparativo das estruturas de ação e organização popular

11. Modos de coordenação entre as organizações de base: vertical por federação, confederação ou centralização das organizações. Delegação de poderes em cúpulas dirigentes; formação de “movimentos sociais”.	11. Modo de coordenação entre as organizações de base: horizontal, por coordenação, entre iguais, sem delegar poderes, e sim articulando instâncias superiores por vínculos de informação e não de poder; formação de “redes sociais”.
12. Agentes externos importantes: os partidos políticos.	12. Agentes externos importantes: as instituições de apoio, especialmente as ONGs (Organizações Não-Governamentais).
13. Problema ideológico-político relevante: a relação entre partidos políticos e movimentos sociais.	13. Problema ideológico-político: a relação entre as instituições de apoio, as organizações de base e as redes de coordenação.
14. A solução de problemas e a satisfação das necessidades são esperadas de uma agente externo, especialmente do Estado.	14. A solução dos problemas e a satisfação das necessidades são obtidas a partir do autodesenvolvimento dos próprios sujeitos organizados.

FONTE: Razeto (2005 [1993b]), 52-54

A terceira vertente (quadro 06) concentra-se nas causas dos efeitos perversos do capitalismo e nas estratégias que as classes populares empregam para sobreviver. Seu objeto de estudo não é a pobreza propriamente dita, e sim as práticas populares de busca de soluções para a satisfação de necessidades básicas (Tiriba, 2001). A tradição latino-americana, diferente das anteriores, não se ocupa em buscar possíveis soluções para esses efeitos. Desse modo, ela não idealiza, *a priori*, as práticas e os valores concernentes à Economia Popular.

[...] convenciamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados à prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem, além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de micro-crédito [sic], fundos rotativos, etc. Esta designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, *a priori*, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes (Kraychete, 2000, 15).

Para essa vertente a Economia Solidária representa um subsistema da Economia Popular que também agrega outras práticas como a informalidade, a criminalidade e a economia

doméstica (Wirth; Fraga; Novaes, 2011). A Economia Popular é definida como um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais que tem o objetivo de satisfazer as necessidades básicas, tanto materiais como imateriais, por meio da utilização da própria força de trabalho e dos recursos disponíveis (Tiriba, 2001). Nesse sentido, os setores da Economia Popular são caracterizados pelo investimento de trabalho e não de capital (Razeto, 1993a). Nesta tese, considero a economia doméstica parte fundamental da Economia Popular, não como um setor separado e complementar, mas indissociável do conjunto de práticas sociais que visam à reprodução humana.

Nem toda Economia Popular é uma Economia Solidária, considerando certas atividades dos setores populares, que devido à permanência do trabalho alienado e precário, são funcionais ao sistema capitalista de produção, como as micro-empresas ou as pseudocooperativas que fornecem mão de obra terceirizada para as grandes empresas, reproduzindo a lógica da acumulação flexível. Por outro lado, nem toda Economia Solidária é uma Economia Popular, uma vez que outros setores sociais não populares também desempenham atividades de cunho solidário, como as entidades de apoio à Economia Solidária (Razeto, 2005 [1993b]).

Para os autores dessa vertente, o potencial da Economia Popular na construção de um projeto de sociedade existe somente quando os trabalhadores criam instâncias para sua organização como produtores associados (Tiriba, 2001). Dessa forma, a maior contribuição dessa corrente de pensamento é indicar que a origem da Economia Solidária advém de movimentos sociais organizados pelos setores populares. No universo rural, destacam-se as mobilizações pelo acesso à terra e pela democratização da estrutura fundiária, notadamente, o MTST e a luta dos agricultores familiares e dos extrativistas. Por sua vez, o movimento sindical e o movimento popular urbano constituem os movimentos e lutas sociais que contribuíram para o ressurgimento da Economia Solidária nas áreas urbanas. Assim, os movimentos urbanos apresentaram um caráter mais reivindicativo, solicitando a ampliação do lado provedor do Estado e dos mecanismos de participação popular (Schiochet, 2012).

De fato, no contexto urbano, diante do desemprego estrutural e tecnológico crescentes, proliferaram as estratégias populares de trabalho e de sobrevivência, ou seja, os coletivos de trabalhadores conformam um movimento social de outro tipo (Cunha, 2007)<sup>23</sup>. Parte-se

---

<sup>23</sup> Segundo Cunha: “Embora não haja um consenso entre os teóricos de movimentos sociais sobre a definição desta realidade empírica, é possível considerar que existe um movimento organizado da economia solidária no Brasil. Paralelamente ao ideário e a estratégias adotadas pelos movimentos sociais desde os anos 1970 e 1980 e mais recentemente às redes sociais, este é um movimento cujas raízes remontam a práticas de lutas ligadas ao trabalho e à terra, e portanto a movimentos tidos como tradicionais e que são mais comumente com

da premissa de que esse movimento é tradicional na história brasileira, está atrelado às reivindicações de conteúdo classista de luta pela terra, e mais recentemente no meio urbano, pelas reivindicações de direito à moradia e ao trabalho.

As iniciativas coletivas de sobrevivência são mais antigas do que a recente formalização do campo da Economia Solidária no Brasil: “este é um movimento cujas raízes remontam a práticas de lutas ligadas ao trabalho e à terra, e portanto a movimentos tidos como tradicionais e que são mais comumente com referência às lutas de classes e ao modelo de desenvolvimento” (Cunha, 2007, 302).

Delgado (2005) resgata particularmente os movimentos sociais engendrados durante as quatro décadas da República Velha (1889-1930), os quais reivindicaram o direito à terra sob propriedade dos senhores absenteístas. Segundo o autor, Canudos (1895-1998), Contestado (1912-1916), Juazeiro (1889-1934), Caldeirão (1936-1938) representam acontecimentos diversos de iniciativa popular, que surgem no território dos sertões e no espaço social do setor de subsistência (Delgado, 2005, 38). Entende-se por economia de subsistência o “expressivo conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que ocupam a maior parte da população brasileira e que escapam às caracterizações clássicas do regime de trabalho escravo ou do regime capitalista assalariado” (Delgado, 2005, 26). A importância dessas experiências consiste na ruptura com esse setor da economia: produção cooperada interprofissional agrícola e não agrícola, nível de excedente elevado, base artesanal e industrial de produção, comércio exterior.

O movimento que impeliu essas comunidades a constituírem-se apresentou claramente uma ruptura com o padrão de hegemonia da economia política dominante. Agricultores, artesãos, pequenos comerciantes, beatos, romeiros etc., que se aglutinaram nessas localidades e constituíram assentamento humano, fizeram-no fora dos domínios físicos e patrimoniais do latifúndio; criaram novas relações econômicas entre si e com o mercado exterior às aglomerações microurbanas aí formadas; e produziam individual ou coletivamente amplo excedente que permitia expansão, até mesmo acelerada, do estoque de bens sob controle da comunidade e/ou de sua direção religiosa. *A construção ou a reconstrução de igrejas, cemitérios, açudes, casas, cercas, e uma lista variável de empreendimentos*, em curto período, possibilitou e foi possibilitada pela cooperação interprofissional do povo simples. Tal processo de mobilização é estranho ao regime de economia de subsistência, uma vez que todo ele é subordinado a relações de

lealdade e dependência das famílias a um proprietário ausente ou não (Delgado, 2005, 19; grifo do autor).

O que se quer evidenciar é que, apesar do caráter messiânico da maioria desses movimentos e das relações opressoras de gênero, próprias de uma sociedade patriarcal, a ruptura com o poder hegemônico e os fortes traços de superação da economia de subsistência indicam possibilidades elaboradas por uma classe trabalhadora que nunca teve como referência modos de vida baseados no contrato formal entre trabalho e capital. No Brasil, essas iniciativas populares foram engendradas por um outro tipo de classe trabalhadora, que desde a República Velha sobrevive às margens da economia dominante.

A origem do “exército industrial de reserva” no Brasil “assume a forma de uma estrutural e secular economia de subsistência que vive nos interstícios da economia agrária-exportadora e, posteriormente, assume o aspecto de uma específica informalidade no processo de industrialização” (Gennari, 2011, 28). A economia brasileira, desde a colonização até a crise atual<sup>24</sup>, não foi capaz de absorver totalmente o setor de subsistência que permanece presente na economia rural e urbana.

Na realidade, o que as teorias de desenvolvimento do campo conservador e do marxista não previram foi a reprodução urbana, em escala ampliada, de relações sociais similares às do setor de subsistência rural na chamada economia informal-urbana, enquanto no espaço rural o setor de subsistência manter-se-ia intacto, depois do ciclo da modernização técnica do período de 1965-1985 (Delgado, 2005, 28).

Por outro lado, as teorias sobre o desenvolvimento capitalista do pós-guerra assumiram como um fato a absorção do setor de subsistência pelo capital. Como aponta Delgado (2005), isso vale tanto para a vertente mais conservadora, quanto para a vertente marxista. Francisco de Oliveira (1975), que é um representante importante dessa última no Brasil, entende a economia de subsistência como parte integrante da estrutura social construída pelo capitalismo retardatário brasileiro (integração capitalista marginal). Jessé Souza, expoente da sociologia crítica, também compartilha a opinião de que o capitalismo financeiro nos anos 1980 rearranjou o mundo do trabalho, criando um novo tipo de classe trabalhadora, cuja principal característica é a “inclusão subordinada” (Souza, 2010, 52).

---

<sup>24</sup> Delgado analisa a economia de subsistência segundo os períodos econômicos no Brasil: economia colonial, transição do escravismo ao trabalho livre, economia capitalista industrializada da década de 30, urbanização e industrialização aceleradas no período de 65-85 e crise da década de 80 até a virada do século.

De fato, essa linha de pensamento da economia política revela o papel das economias terceiro mundistas, ou mais especificamente da economia de subsistência, na lógica de acumulação global do capitalismo avançado. No entanto, ao desconsiderar a história de luta dos trabalhadores brasileiros não assalariados, pode-se incorrer na ideia de que toda Economia Popular é uma Economia Informal. Ora, o termo *Economia informal-urbana*, empregado por Delgado (2005), não é adequado para referir-se às iniciativas populares cujo objetivo é a reprodução da vida e não exclusivamente a inversão de capital (Kraychete, 2000). O sentido de Economia informal é obtido pela negativa, oposição ao contrato social entre capital e trabalho (Coraggio, 2009, 2), reforçando o discurso da inclusão subordinada, e mantendo a centralidade das relações sociais pautadas no trabalho assalariado. Assim, não é possível caracterizar a Economia Popular pelos critérios de formalidade ou de legalidade do trabalho assalariado.

Não é possível agrupar em um todo homogêneo a multiplicidade de manifestações culturais e socioeconômicas de todas as esferas das sociedades que compõem a economia popular. No entanto, o que permite identificar a natureza dos empreendimentos desse setor da economia são, exatamente, seus atores, os quais são oriundos das classes populares, ou seja, das classes-que-vivem-do-trabalho. O fato de serem legalizados ou não é um dado secundário. Também é secundário se, nas estatísticas, oficialmente esses empreendimentos são classificados nos setores “formal” ou “informal” da economia (Tiriba, 2001, 134-5).

O desafio das pesquisas que se ocupam de grupos de trabalho associado é superar a economia popular espontânea, de forma a subjugar limitações, como o individualismo e a alienação, valores próprios do ideário liberal/conservador.

É claro que, nesse sentido, os “trabalhadores autônomos” pobres são muito pouco autônomos, uma vez que estão inseridos, de maneira subalterna, em uma sociedade profundamente desigual e injusta. Apesar disso, o fato de não terem um patrão, de não estarem submetidos à disciplina de uma fábrica e de poderem, de alguma maneira, organizar seu tempo do modo como lhes parecer melhor, merece ser visto como uma possibilidade interessante. Não se deseja sugerir, com isso, que a informalidade e a precarização crescente das relações de trabalho não sejam, de forma imediata, problemas graves nos marcos da problemática geral do capitalismo contemporâneo. O que se quer dizer é simplesmente isso: que a situação dos “autônomos” não precisa ser vista apenas como **limitação**; ela pode e deve ser vista, também, em parte, como **potencialidade**, apesar das muitas dificuldades a serem enfrentadas (Souza M. L., 2008, negrito do autor).



Outro aspecto da terceira vertente é que a constituição de uma comunidade política não ocorre em espaço público de reflexão, como na Economia Social. Tanto o espaço público quanto o espaço privado são lugares de sociabilidade entre os membros do grupo, onde se realizam encontros, discussões e reivindicações, desde uma residência a uma vizinhança. Isso pode sugerir que a organização política do grupo de trabalho associado realiza-se na esfera da reprodução, ou seja, a dicotomia entre espaço público e privado não se aplica à realidade dos grupos de trabalho associado.

Em especial, Coraggio (1999) afirma que na Economia Popular a forma elementar de organização da produção, segundo uma racionalidade de reprodução ampliada da vida, é a Unidade Doméstica (UD). Outras formas de organização podem ser geradas com base na lógica de melhoria das condições de reprodução da vida de seus membros, como associações, comunidades organizadas, redes formais ou informais de diversos tipos; o que não configura um espaço de economia solidária em particular. Ainda assim, o conceito de UD pressupõe a precedência da reprodução sobre a produção: “Colocar no centro a reprodução ampliada da vida humana não supõe negar a necessidade da acumulação sim subordiná-la à reprodução da vida, estabelecendo outro tipo de unidade entre a produção (como meio) e a reprodução (como sentido)” (Coraggio, 1999, 141).

Coraggio (1999) denomina “Organizações Econômicas Domésticas”, Nuñez (1995) emprega o termo “Unidades Econômicas Populares”, Razetto (2005 [1993b]) refere-se às “Organizações Econômicas Populares” para designar iniciativas associativas que enfrentam os problemas de sobrevivência do grupo pela ação direta e não se limitam a atividade de produção, com tendência a serem integrais ao combinar atividades econômicas, sociais, educativas e culturais (Razetto, 2005 [1993b]). O termo “organização” é definido por Razetto (2005 [1993b]) em função da existência de um grupo de pessoas ou de família que “discute objetivos, propõe uma estrutura e, normalmente, uma diretiva ou modo de tomar decisões, programa suas atividades, distribui tarefas, movimenta alguns recursos etc” (Razetto (2005 [1993b], 47).

Porém, diferente dos autores da terceira vertente que empregam a expressão “organizações do trabalho associado”, eu prefiro adotar o termo “grupos de trabalho associado”, considerando o papel decisivo que as instituições de apoio apresentaram na formação e consolidação da maioria dos coletivos de trabalho pesquisados nesta tese. Em outras palavras, a organização dos coletivos de trabalho nem sempre é uma iniciativa dos membros do grupo, pois necessita de algum auxílio externo para se estruturar.

Apesar de a terceira vertente contribuir na indicação dos limites e das potencialidades da economia popular para a obtenção de emancipação social de grupos de trabalho associado, não problematiza as razões pelas quais os pobres permanecem na pobreza, ou nos dizeres de Bourdieu (2011 [1979-1982]), como as formas de dominação se reproduzem. A sociologia crítica se propõe a analisar os limites da economia popular empreendida pelos trabalhadores, no sentido de esclarecer que o aumento de renda não corresponde necessariamente à emancipação social. Jessé Souza e seus colaboradores, ao investigarem as classes mais pobres da população brasileira, que provocativamente denominam de “ralé” (2009) e de “batalhadores” (2010), explicam os mecanismos de violência simbólica que possibilitam a naturalização e a reprodução da desigualdade social no Brasil. O autor e sua equipe elegeram o corpo teórico de Bourdieu para explicar o lugar social dessas classes em uma sociedade capitalista ao mesmo tempo em que evidenciaram as formas de reprodução da pobreza. A teoria disposicional de Bourdieu fundamenta-se nos conceitos de campo, *habitus* e capital, que são empregados pelo autor para compreender como as classes hegemônicas se mantêm no poder.

Um mecanismo de naturalização das desigualdades sociais é a vinculação de classe à renda. Bourdieu (2010 [1989]) esclarece que o capital econômico não é o único fator que oferece elementos de distinção social e poder a determinado grupo social. As relações sociais pautadas na reciprocidade e na identidade (capital social), os elementos de distinção social como estilo de vida (capital simbólico) e a posse de títulos e diplomas (capital cultural) são manipuladas de modo a garantir que pequenos grupos controlem amplos recursos, mantendo seu prestígio social. De fato, os atuais trabalhadores pobres urbanos, muito deles membros dos grupos de trabalho associado, apresentam pouco capital social, simbólico e cultural, além do já conhecido baixo nível de renda.

O lugar que cada grupo social ocupa em uma sociedade é denominado de “campo” por Bourdieu (2011 [1979-1982]). O campo é um determinado espaço social onde as hierarquias sociais se estruturam de modo particular. Em cada campo social, há códigos de conduta ou regras de comportamento que legitimam o pertencimento de um indivíduo àquele espaço social. A capacidade do indivíduo em assimilar e praticar essas regras de conduta assegura o seu prestígio social ou a posição ocupada por ele em determinado campo. O conjunto de códigos é historicamente criado e desenvolvido pelos indivíduos ou grupos com o intuito de assegurar uma estrutura hierárquica dentro do campo. Designado por *habitus*, esse conjunto de códigos representa um esquema mental que determina um modo de agir próprio de cada grupo social. O *habitus* permite aceitar como naturais as práticas assimiladas através do tempo, por isso não são questionadas. A partir do momento que o *habitus* é internalizado

por um indivíduo, ele é transformado em disposições, que conferem significado às práticas e às percepções sociais (2011 [1979-1982]). Devido a sua origem familiar e social, ao longo de sua trajetória de vida, um indivíduo tende a “estocar” e incorporar determinadas disposições que podem ser mobilizadas em virtude de determinados contextos socializadores, nos quais ele pretende se inserir (2011 [1979-1982]).

No âmbito da Economia Popular, os grupos sociais que apresentam o *habitus* para o trabalho, digno, conferem maiores chances de obter sucesso em uma sociedade capitalista, ao incorporar as disposições de disciplina, autocontrole, comportamento e pensamento prospectivos (Souza, 2010). Em seu livro *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, Jessé Souza (2010) explica que a nova classe trabalhadora é incorretamente denominada de “nova classe média”, uma vez que continua apresentando pouco capital econômico e cultural. No caso do capital cultural, por exemplo, a incorporação de disposições pelos batalhadores realiza-se por meio de aprendizagem informal, ou seja, do processo de aprender fazendo. Os “batalhadores” assimilam a ética do trabalho duro a partir do convívio em uma família estruturada. Portanto, diferem da “ralé” pelo fato de possuírem o que Souza (2010) denominou de “capital familiar”.

Em outro livro, *A ralé brasileira: quem é e como vive*<sup>25</sup> (Souza, 2009), o autor revela as fontes morais empregadas pelas classes dominantes para manter o indivíduo marginalizado no esquecimento e no estigma social: o trabalho digno e a expressão individual. Essas fontes morais são determinantes para o não reconhecimento social das parcelas mais pobres da população, além do indicador econômico atrelado à escassez de renda dos pobres brasileiros. A dignidade do trabalho útil e a originalidade pessoal estão na base de qualquer julgamento que um indivíduo faz de si próprio e do outro, mesmo sem ter consciência disso (Souza, 2009). Dessa forma, a sociedade como um todo relega ao esquecimento aqueles que empregam prioritariamente o corpo para o trabalho produtivo e não possuem as condições objetivas (materiais, econômicas, jurídicas e outras que possibilitam determinada ação) e subjetivas (no plano das ideias e da ideologia que possibilitam determinada consciência) para trabalharem dignamente e vivenciarem expressivamente a vida.

A invisibilidade social “é também a razão da dificuldade de seus membros constituírem qualquer fonte efetiva de autoconfiança e de estima social, que é, por sua vez, o

---

<sup>25</sup> Jessé Souza esclarece que emprega o termo “ralé” com o intuito de chamar a atenção para o abandono social e político consentido por toda sociedade à classe de indivíduos precarizados; e não com a intenção de depreciar essa classe social.

fundamento de qualquer ação política autônoma” (Souza, 2009, 122). Sua autoestima é tão fragilizada, que a ralé brasileira tende a acreditar que o descaso social e político no qual vive provém de sua própria incapacidade. Tal representação pauta-se na meritocracia, isto é, na ideologia que faz do mérito e do talento individual as únicas razões plausíveis para justificar as desigualdades sociais na apropriação dos diversos tipos de capital. Ao atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelos seus sucessos pessoais, ou inversamente, pelos seus fracassos, a ideologia do mérito nega o caráter de classe da desigualdade social, encobrendo as precondições sociais que permitem determinada classe social acessar o “conhecimento útil e, portanto, a dignidade do trabalho útil e produtivo” (Souza, 2009, 121).

Após apontar os mecanismos para a permanência das relações de opressão entre classes sociais, por outro lado, Jessé Souza (2010) também considera que a capacidade associativa é um traço importante para a construção de um outro tipo de relações sociais. Além da capacidade associativa, ele reconhece nas iniciativas dos setores populares importantes fontes de solidariedade e de moralidade coletiva em que os batalhadores se apoiam (Souza, 2010).

A meritocracia, os diversos tipos de capital, as fontes morais de julgamento e as disposições de classe deslocam a discussão teórica sobre as iniciativas de combate à pobreza do conceito quantitativo de *pobreza material* para a noção qualitativa de *pobreza política*, que inclui a pobreza material, mas vai muito além dela (Demo, 1996 [1986]).

Simplificando as coisas, configuram-se pelo menos dois “bens escassos”: recursos e poder. Perante a infinitude dos desejos e pretensões humanos, nunca há tudo para todos, mas essa condição em si natural (a natureza é finita) é exacerbada em sociedades que concentram excessivamente as vantagens e oportunidades. Nesse caso, trata-se de escassez produzida, mantida, cultivada, reprimida. Na pobreza não encontramos só o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história conhecida e reproduzindo-se a característica de repressão do acesso às vantagens e oportunidades sociais (Demo, 1996 [1986], 6-7).

O conceito de pobreza política mostra ser necessário ir além das tradicionais intervenções exclusivamente voltadas à situação econômica dos indivíduos, que têm no binômio *ocupação e renda* a base de suas propostas. Indica também a necessidade de aprofundar os estudos do campo da Economia Solidária no sentido de superar a pobreza política, além de pobreza material. A superação de limitações como o individualismo e a alienação requer, além da socialização dos meios de produção, o acesso às instâncias de decisão, de modo a

promover a autogestão em todas as esferas da vida. No entanto, Dagnino (2008) e Novaes (2008) alertam para o fato de essa transformação exigir novos processos de produção de conhecimento, de modo a retirar progressivamente o poder de decisão e concepção de processos e produtos da mão de técnicos especialistas, e assim promover a autogestão dos membros dos grupos de trabalho associado.

A quarta vertente dedica-se, portanto, aos pressupostos teóricos e práticos de uma generalização da autogestão além das unidades de produção: “a autogestão é um elemento historicamente inserido na luta de classes que se manifesta na organização do trabalho, bem como na forma de gestão das cidades, dos serviços públicos, dos meios de comunicação, das escolas etc.” (Wirth; Fraga; Novaes, 2011, 7). Entendo que a quarta vertente não é, em sua essência, distinta da terceira. Ambas têm como objeto a prática de ação direta dos trabalhadores, que elimina as relações de opressão da divisão social do trabalho.

A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional do trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Essa é uma tendência que aparece nos momentos decisivos dos trabalhadores (Tragtenber, 1986, 5 apud Wirth; Fraga; Novaes, 2011).

As vertentes diferem quanto ao lugar de onde realizam a análise das práticas de ação direta. Enquanto a terceira vertente analisa o fenômeno a partir das práticas cotidianas e dos movimentos populares, a quarta vertente tem foco no movimento social de Economia Solidária, ou seja, professores, pesquisadores e extensionistas, sejam de Universidades, associações de pesquisadores-militantes ou Institutos Públicos de Pesquisa (Embrapa, Instituto de Pesquisas Tecnológicas etc.) que atuam junto aos movimentos sociais (Novaes; Dias, 2009). Interessa na quarta vertente o conhecimento científico que pode ser gerado pelos técnicos que apoiam os movimentos populares de Economia Solidária, a partir do saber prático dos trabalhadores associados. Nesse sentido, compreendo a quarta vertente como um desdobramento da terceira, no sentido da quarta produzir conhecimento de modo a potencializar o protagonismo dos movimentos populares, esse último próprio da terceira vertente. Essa concepção encerra também a ideia de qualquer sistematização de conhecimento, não somente aquela gerada pelos técnicos, pode contribuir com o aumento de autonomia das iniciativas populares.

A quarta vertente (quadro 06) ocupa-se em definir pontos de partida para uma intervenção técnica na realidade dos grupos de trabalho associado. Parte do pressuposto de que todo o conhecimento hoje disponível está fundamentado em bases capitalistas, e que é necessário

adequar esse conhecimento para a superação da pobreza material e política. O desafio é transformar as potencialidades das práticas populares de ação direta em um projeto de outra sociedade. A exemplo da vertente anterior, os autores filiados à quarta vertente concebem que os grupos de trabalho associado podem potencializar a luta dos movimentos sociais (Wirth; Fraga; Novaes, 2011), e têm em mente o que Marx (2010 [1859]) denominou, n'O *Capital* e em outros escritos, “sociedade de homens livres”.

QUADRO 06 – Síntese das ideias da terceira e quarta vertentes da ES

Trabalho associado	
Movimento social de origem	Movimentos sociais e populares
Instituições protagonizadoras	Cooperativas, Associações, Redes, Comunidades
Idéia força	As práticas populares de ação direta contém um germe de autogestão
Princípios	Socialização dos meios de produção, Autogestão, Homens livremente associados
Superação da pobreza	Processo de produção material submetido ao controle de homens livremente associados
Papel do técnico*	Desenvolvimento de novos processos de conhecimento
Tecnologia	Adequação da tecnologia de base capitalista
Políticas públicas	Distribuição de renda e Reconhecimento
Espaço político	Espaços não exclusivos de produção

\* Na terceira e quarta vertente proponho que o termo “técnico” refira-se a qualquer profissional que atua na produção de conhecimento para os grupos de trabalho associado produzirem, de modo autônomo, o seu próprio espaço. Desse ponto de vista, a sistematização de conhecimento pode ser engendrada também pelos próprios coletivos de trabalho.

Nesse projeto de sociedade, os homens “trabalham com meios de produção comuns e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social” (Marx, 2010 [1859], 100). Para alcançar essa formação social é necessário que o processo de produção material esteja submetido ao controle consciente e planejado de homens livremente associados (Marx, 2010 [1859], 101). Dessa forma, o trabalho associado expressa um horizonte, uma possibilidade de construção de outra sociedade.

A expressão “trabalho associado” é empregada por Marx, em 1864, ao elaborar a Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, evento conhecido como a Primeira Internacional, em um contexto de organização das classes de trabalhadores assalariados contra os efeitos perversos do desenvolvimento do capitalismo industrial. O trabalho associado foi utilizado por Marx para se contrapor às formas de trabalho fundamentadas em relações de opressão, como o trabalho servil, escravo e, notadamente, assalariado e para designar uma possibilidade de superação da sociedade capitalista, pela classe dos trabalhadores.

Apesar de o trabalho cooperativo configurar uma das primeiras experiências dos ideais socialistas, não se confunde com o trabalho associado. No discurso de 1864, Marx destaca, além da conquista da Lei Fabril pela classe dos trabalhadores que restringe legalmente as horas de trabalho, o trabalho cooperativo, experiência de trabalho associado levada a cabo por Robert Owen. Owen se inspirou nos princípios da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, uma cooperativa de produção, inaugurada em 1844 por 28 artesãos moradores de “*Toad Lane*” (“Beco dos Sapos”), militantes do movimento cartista. A partir dos ideais de Fourier, Owen e Proudhon, o movimento do cooperativismo se instalou na Europa Ocidental e na Europa Oriental por meio de unidades cooperativas de produção ou de sociedades comunitárias (Buber, 2007 [1971]).

De fato, Marx reconhece no trabalho cooperativo uma das primeiras tentativas de colocar em prática as ideias do trabalho associado, mas indica que as bases teóricas dessa experiência foram previamente elaboradas durante as Revoluções Liberais de 1848. Apesar de o trabalho cooperativo conter os ideais de outra sociedade, apresentava limitações quanto à abrangência da proposta diante das práticas generalizadas de uma sociedade capitalista (Marx, 1864), e quanto à legitimidade de uma iniciativa mobilizada por um intelectual em nome dos trabalhadores (Engels; Marx, 1848). As críticas de Engels e Marx ao trabalho cooperativo fizeram surgir o debate entre o socialismo científico desses autores e o socialismo utópico de Fourier, Owen e Proudhon.

Mais tarde, Rosa de Luxemburgo (2010 [1899]) argumenta que a necessidade de competir com as empresas capitalistas no mercado determinaria a reprodução de formas de autoexploração do trabalho no interior das cooperativas. Além disso, Luxemburgo (2010 [1899]) previa que o crescimento das cooperativas inseridas em um mercado oligopolístico seria limitado, considerando a concorrência imperfeita, uma vez que o mercado é controlado por um número reduzido de empresas. Mesmo que as cooperativas se disseminassem “a continuidade da concorrência capitalista tenderia a manter o processo de concentração do capital, excluindo do mercado unidades produtivas e provocando, igualmente, exclusão social” (Cruz, 2006).

Tais críticas explicitam as dificuldades de permanência das iniciativas de *trabalho cooperativo* em um mercado capitalista e sua insuficiência para a transformação da sociedade. A história do cooperativismo nos países ocidentais revelou que as cooperativas podem coexistir ao lado das empresas capitalistas, chegando até a exercer um papel funcional ao capitalismo, da mesma maneira que pequenas e médias empresas quaisquer.

Por sua vez, a história do cooperativismo nos países orientais demonstrou que a ausência de uma cultura autogestionária nas classes dos trabalhadores conduziu a um Estado burocrático e centralizador, ao separar as atividades de planejamento e de execução (Cruz, 2006).

Ou seja, a quarta vertente surge da constatação de que a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores, por si só, é insuficiente para superar a alienação. O projeto de outra sociedade indicado por Marx inclui tanto a propriedade e a posse coletiva dos meios de produção, quanto a autogestão e a não mercantilização da força de trabalho. Mészáros (2006 [1970]), baseado em Marx, indica que a alienação apresenta quatro aspectos. O primeiro é a alienação do homem em relação à natureza, expressa pelo estranhamento do homem com o produto de seu trabalho e com os objetos da natureza ou, como diz Marx usando a fórmula de Hegel, com o "mundo sensível exterior". O segundo é a alienação do homem em relação ao ato da produção no interior do processo de produção, expressa pela insatisfação do trabalhador com sua própria atividade de trabalho, alheia e não vital ao homem. O terceiro aspecto é a alienação do homem em relação à sua condição humana, traduzida pelo estranhamento de sua essência humana. O quarto é consequência direta dos três primeiros e compreende a alienação do homem em relação a outro homem, e decorre do estranhamento do trabalho e do produto de trabalho de outro homem (Mészáros, 2006 [1970]). A crítica de Marx à alienação fundamenta-se no conceito geral de atividade de trabalho, que é concebida como o mediador entre o homem e a natureza, ou na relação entre "sujeito e objeto". "Um mediador que permite ao homem conduzir um modo humano de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no 'objeto'" (Mészáros, 2006 [1970], 79). A atividade humana é a fonte da consciência, e a realização do homem somente é possível por intermédio da mediação primária, como denomina Mészáros (2006 [1970]). Ou seja, a relação entre o homem e natureza é automediada pela atividade de trabalho. Embora Mészáros empregue a expressão *trabalho produtivo* para se referir à atividade de trabalho material, ele concebe que tal expressão abrange também o trabalho reprodutivo. Além disso, Mészáros reafirma a precedência da reprodução individual e social da espécie humana sobre a produção.

Isso significa assegurar e salvaguardar as condições objetivas de sua reprodução produtiva sob circunstâncias que mudam inevitável e progressivamente, sob a influência de sua própria intervenção através da atividade produtora – a ontologia unicamente humana do trabalho – na ordem original da natureza, que só será possível se envolver plenamente todas as facetas da reprodução humana produtiva e a complexa dialética do trabalhador e da história da reprodução autoprodutiva (Mészáros, 2011 [1994], 212).



As funções necessárias à sobrevivência humana – ou “mediações primárias” – não exigem qualquer hierarquia estrutural de dominação e subordinação para se estabelecerem. Elas abrangem regulações e elaborações de normas, de modo a assegurar a reprodução sociometabólica da espécie humana (Mészáros, 2011 [1994]).

- a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis;
- a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução;
- o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos);
- a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas;
- a alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de *economizadora*) dos meios e das formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas e
- a promulgação e administração de normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária (Mészáros, 2011 [1994], 213, Grifo do autor).

O trabalho produtivo é considerado atividade alienada quando surgem obstruções na relação de mediação primária entre o homem e a natureza. Esses obstáculos passam a mediar a mediação e são denominados por Mészáros (2006 [1970]) de mediações de segunda ordem, ou seja, impedem o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Em uma sociedade capitalista, as mediações de segunda ordem que se interpõem entre o homem e a natureza são as formas institucionalizadas de **divisão do trabalho**, **propriedade privada** e **intercâmbio capitalista** (Mészáros, 2006 [1970]). Tais mediações de segunda ordem subordinam a atividade reprodutiva ao capital. De modo análogo, a produção capitalista do espaço é estruturada por essas três mediações, ou seja, pela propriedade privada dos meios de produção do espaço, pelo intercâmbio comercial que submete o valor de uso do espaço à lógica de acumulação do valor de troca, e pela divisão

social e hierárquica do trabalho. Assim, qualquer proposta alternativa ao modo capitalista de produção do espaço deve contemplar evidentemente a crítica a essas três formas de mediação de segunda ordem.

Mas antes de prosseguir nessa tarefa, vale a pena retornar a Mészáros (2006 [1970]) e à questão de superação da atividade alienada, de modo a delinear caminhos para práticas arquitetônicas alternativas. Não é possível extinguir as mediações de um modo geral, pois toda relação entre indivíduo e sociedade será sempre uma relação mediada; caso contrário, o indivíduo se fundiria com suas determinações sociais gerais, configurando um ser autômato. "[N]ão é a mediação em si que está errada, mas a forma capitalista de mediações reificadas de segunda ordem" (Mészáros, 2006 [1970], 259). Poderia se pensar então em substituir as mediações capitalistas de segunda ordem pelo seu contrário, ou seja, autogestão, propriedade coletiva e indivisível, integração de consumo individualizado e fluxos de riqueza coletivos, nesse último caso, uma espécie de cooperativa de crédito (Benini, 2011). Mas a inversão das mediações de segundo ordem pode ser perigosa se for prescrita *a priori* por técnicos em relação aos indivíduos, configurando outro tipo de relações opressoras. Como aponta Mészáros (2006 [1970], 259), a instituição de certos tipos de meios, quando predomina sobre as ações dos indivíduos, transforma essas ações em instrumentos da institucionalização dos meios instituídos. Uma alternativa, que esta tese compartilha, confere um papel ativo ao indivíduo na sociedade. Inspirado em Marx, Mészáros entende que a superação da atividade alienada só pode ser concebida por meio da prática humana autoconsciente (Mészáros, 2006 [1970], 167). O conflito entre indivíduo e sociedade não pode ser reduzido "a menos que [o indivíduo] participe de maneira cada vez mais ativa na determinação de todos os aspectos de sua própria vida, desde as preocupações mais imediatas até as mais amplas questões gerais de política, organização socioeconômica e cultura" (Mészáros, 2006 [1970], 259). A prática autoconsciente revela que o problema da superação é no fundo uma questão "da natureza específica dos instrumentos e processos efetivos de automediação humana" (Mészáros, 2006 [1970]).

O problema, para a teoria e a prática socialistas, é a elaboração concreta e prática de intermediários adequados, que permitam ao indivíduo social "mediar-se a si mesmo", ao invés de ser mediado por instituições reificadas. Em outras palavras, para Marx a tarefa é colocar os instrumentos do intercâmbio humano em harmonia com a socialidade objetiva dos seres humanos. O que está realmente implícito no conceito de "automediação adequada do indivíduo social" não é o desaparecimento da instrumentalidade, mas o estabelecimento de formas socialistas, conscientemente controladas, de mediação, em lugar de relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo (Mészáros, 2006 [1970], 259).

A natureza socialista dos instrumentos de automediação humana não reside em normas imutáveis definidas pelos ideais genuinamente socialistas, mas em normas dinâmicas elaboradas por coletivos de trabalhadores, baseadas em autodeterminações recíprocas entre eles (Mészáros, 2006 [1970]). Além disso, uma outra condição para superação da alienação é a igualdade substantiva entre homens e mulheres.

“[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” autônomo (mas de maneira alguma independente da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa igualdade significativa entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição de ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares” (Mészáros, 2011 [2002], 268).

A partir dos esclarecimentos de Mészáros sobre a teoria da alienação em Marx, exploro três questões essenciais para a tese. A primeira refere-se aos temas que a quarta vertente de pesquisas sobre Economia Solidária investiga e que se constituem a partir das possibilidades de superação da alienação. A segunda discorre especificamente sobre a mediação de segunda ordem, divisão capitalista do trabalho, a qual abrange a divisão sexual do trabalho. A omissão dessa conexão contribui para a permanência de perversas relações de opressão de gênero. A terceira relaciona-se com a produção de instrumentalidades que podem favorecer as mediações de primeira ordem entre o homem e a natureza e, conseqüentemente, o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Tal tema é objeto de investigação do campo da Tecnologia Social e será abordado no âmbito da produção do espaço por intermédio dos estudos de Kapp e Cardoso (2013).

### **3.1.2 Superação do trabalho alienado**

Tendo como princípio a superação da alienação, as pesquisas da quarta vertente identificam nas práticas cotidianas de algumas parcelas da Economia Solidária as potencialidades para transformar a autogestão possível em autogestão necessária (Wirth; Fraga; Novaes, 2011). As pesquisas abordam desde a organização do trabalho e o controle da produção até o desenvolvimento tecnológico e as relações de gênero.

Com uma diretriz semelhante, o engenheiro de produção e ergonomista Francisco Lima e sua equipe investigam processos alternativos de desenvolvimento de tecnologia, com foco no desenvolvimento de produtos e melhorias dos processos produtivos de associações de

reciclagem. Os trabalhos visam a compreender os arranjos tecnológicos e sociais utilizados pelos trabalhadores associados no enfrentamento da coexistência, nos galpões de triagem, de demandas externas por eficiência mercantil e de demandas internas do grupo por solidariedade ou formas mais humanas de vida (Lima; Oliveira, 2012). Apesar da inegável subordinação das associações de triadores às determinações de uma economia capitalista, os estudos apontam para a existência de uma relativa autonomia dos grupos, obtida a partir de vínculos de solidariedade que asseguram um pertencimento grupal e ampliam as possibilidades de regulação do trabalho (Lima, 2002; Lima, 2007; Oliveira, 2010; Lima; Oliveira, 2008; Varella, 2011; Lima; Oliveira, 2012).

Lia Tiriba investiga a formação de trabalhadores associados na produção como meio de superação do trabalho alienado, desenvolvendo subsídios teóricos e metodológicos para fundamentar o que ela denomina “pedagogia da produção associada”, um campo teórico e prático que visa a refletir sobre “as dimensões educativas dos processos de trabalho sob o controle dos trabalhadores” (Tiriba, 2001; 2008; Tiriba e Fischer, 2009).

Dal Ri e Vieitez estudam formas de trabalho associado que apresentam maior potencial para impulsionar a transformação social. Os autores chamam de organizações de trabalho associado (OTAs), os grupos que historicamente apresentam um resistência ao trabalho alienado, buscam a igualdade social, reatualizam os valores de liberdade e igualdade e agregam experiências ao movimento operário popular (Vieitez; Dal Ri, 2001). Nesse sentido, investigam especialmente o MTST e o Movimento de Fábricas Recuperadas (MFRs).

Mas é necessário observar que a concepção marxiana de “homens livremente associados” não se reduz a “produtores associados”. Marx emprega o termo “trabalho” para qualquer atividade de transformação da natureza, e não apenas para aquela atividade que produz riqueza acumulável e que o senso comum e os economistas consideram “produtivo”. Portanto, nesta tese, ao me referir aos trabalhadores associados, não usarei a expressão “produtores associados”, como fazem muitos dos autores da quarta vertente. Minha intenção é evidenciar que o trabalho mal pago ou não pago, realizado pelos grupos de trabalho associado na esfera reprodutiva, também é *trabalho*.

### **3.1.2 A divisão do trabalho em gênero**

A questão de gênero na Economia Solidária também é abordada pela quarta vertente (Wirth, 2010; Díaz, 2010), que nesse aspecto se apoia nos estudos já realizados na linha da chamada *Economia Feminista*. Essa última mostra que o senso comum e a teoria

econômica neoclássica conferem à atividade produtora de valor de troca *status* superior ao da atividade reprodutiva, naturalizada como predominantemente feminina em uma cultura patriarcal (Díaz, 2010). Tal concepção presume a existência de um homem econômico, provido das qualidades humanas ideais – como a racionalidade, o egoísmo, o individualismo, a competência e o cálculo – para assegurar o bom funcionamento do mercado competitivo. A crítica realizada pela Economia Feminista evidencia o imbricamento entre o modo capitalista de produção e o patriarcado, cuja desvalorização do trabalho reprodutivo é funcional à acumulação de capital. “A economia está impregnada por ‘valores’ associados ao masculino e o feminino, que são instrumentalizados no capitalismo mediante a divisão sexual do trabalho configurando uma sociedade estratificada, onde as mulheres enfrentam maiores desigualdades” (Díaz, 2010, 1). É fácil perceber que a maior quantidade de mulheres presentes nos grupos de trabalho associado decorre da desvantagem de elas ocuparem um posto com menor remuneração no mercado de trabalho e, evidentemente, de menor prestígio social (Díaz, 2010). O estudo realizado por Wirth (2010), em associações de triadores de material reciclável, demonstra que a exploração dos trabalhadores é sexuada, considerando que as mulheres atuam na etapa da cadeia produtiva de menor valor agregado. A essa desvantagem se soma a desigualdade no âmbito doméstico, quando as mulheres, por determinação de uma cultura patriarcal, dedicam grande parte do seu tempo a atividades de reprodução da família. Tal situação implica menor dedicação do tempo a atividades escolares (Díaz, 2010), o que é igualmente constatado pelo baixo nível de escolaridade das associadas (Wirth, 2010).

Além dos efeitos visíveis da divisão sexual do trabalho, outra questão de fundo contribui para a manutenção das relações opressoras de gênero: o desprezo por outras racionalidades, que não pertençam à esfera produtiva e, com ele, a negação da dependência que os seres humanos têm de cuidado e proteção. Percebida apenas negativamente, essa dependência aparece como mera vulnerabilidade individual e social. Díaz (2010) emprega a expressão “crise da reprodução social” para referir-se à vulnerabilidade dos seres humanos em seu sentido biológico (desnutrição, mortalidade infantil, fome, enfermidades etc) e em seu sentido social (ausência de condições necessárias para uma vida digna). Mas a mesma dependência pode ser interpretada positivamente, pelo desenvolvimento de vínculos sociais entre os indivíduos pautados na reprodução da vida. Oliveira (2010) identifica, em estudos de caso realizados em galpões de triagem, a presença de racionalidade reprodutiva no espaço de trabalho, à exemplo das normas elaboradas pelo grupo, como a destinação de tarefas leves para idosos, deficientes físicos e grávidas, a tolerância com as “falhas” dos indivíduos que se esforçam, e que, portanto, merecem ajuda do coletivo. A acolhida de analfabetos, idosos, mulheres, negros,

peças com saúde precária, portadores de deficiências mentais, dependentes de drogas, egressos do sistema prisional nas associações de triadores também é apontada como exemplo de uma racionalidade reprodutiva, fundamentada no respeito às diferenças e, no caso dos idosos, na experiência adquirida (Lima; Oliveira, 2008).

A negação da precedência da reprodução sobre a produção implica a negligência do universo doméstico pela teoria econômica neoclássica (Díaz, 2010). A negação pressupõe que a esfera da reprodução representa um lugar sem conflitos, encobrindo as relações opressoras de gênero. Um ponto de convergência entre a Economia Feminista e a Economia Solidária situa-se na crítica da dicotomia entre o espaço público da esfera produtiva e o espaço privado da esfera reprodutiva. No cotidiano, as duas esferas se encontram imbricadas, demonstrando que a economia não se reduz a simples produção e distribuição de mercadorias (Díaz, 2010).

### **3.1.4 Tecnologia social crítica e produção do espaço**

Outro tópico discutido no campo de Economia Solidária é o desenvolvimento de uma instrumentalidade que promova a capacidade e o direito de os coletivos de trabalho determinarem suas próprias normas, em todas as esferas da vida. No âmbito da Economia Solidária, o ressurgimento da relação entre universidades e movimentos sociais, ou entre conhecimento técnico-científico e saber fazer, é investigado a partir do marco teórico da chamada adequação sociotécnica (Dagnino, 2008; Novaes, 2008). O tema surge no contexto da reemergência da discussão sobre tecnologias "alternativas", no bojo de movimentos sociais como o das Redes de Economia Solidária, o das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que já abrange quase 40 universidades brasileiras, o das Fábricas Recuperadas e o das cooperativas populares (Dagnino, 2008, 225). Em especial, Novaes (2010), ao pesquisar as mudanças tecnológicas em estudos de caso do movimento de Fábricas Recuperadas, esclarece que a adequação sociotécnica consiste num processo de mudança a partir do reprojeto da tecnologia convencional.

No contexto da preocupação com os movimentos sociais, o processo de AST [adequação sociotécnica] teria então por objetivo adequar a tecnologia convencional (e, inclusive, conceber alternativas) aplicando critérios suplementares aos técnico-econômicos usuais a processos de produção e circulação de bens e serviços, situados em áreas rurais e urbanas (como as Redes de Economia Solidária), visando otimizar suas implicações. Dentre os critérios que conformariam o novo código sócio-técnico [sic] (alternativo ao código técnico-econômico convencional), a partir do qual a tecnologia convencional seria desconstruída e reprojetoada, pode-se

destacar além daqueles presentes no movimento da TA [tecnologia apropriada]: a participação democrática no processo de trabalho, o atendimento a requisitos relativos ao meio-ambiente (com, por exemplo, o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos), à saúde dos trabalhadores e dos consumidores, à sua capacitação autogestionária e à produção de bens socialmente úteis (Novaes, 2010, 21).

Em outras palavras, a incorporação dessas capacidades no desenvolvimento de uma ciência e uma tecnologia alternativas deverá ser realizada a partir da base tecnológica existente, no sentido de reprojeter as forças produtivas capitalistas em suas várias formas de expressão, como técnicas de gestão e organização, equipamentos e ferramentas (Feenberg, 2002; Dagnino, 2008; Novaes, 2010).

Mas quais seriam os fundamentos teóricos para o desenvolvimento desses novos processos, isto é, para o desenvolvimento de instrumentos de produção autônoma do espaço? A fim de esboçar, ao final deste trabalho acadêmico, os princípios teóricos e práticos de uma produção do espaço para e pelos grupos de trabalho associado, apresento a seguir, de modo esquemático, as bases normativas elaboradas por alguns estudiosos da Tecnologia Social. Tais bases serão exploradas ao final deste capítulo, quando analiso algumas práticas de pesquisa e de extensão empregadas por técnicos e entidades de apoio aos grupos de Economia Solidária e que contemplam o espaço direta ou indiretamente em suas propostas.

Kapp e Cardoso (2013), ao definirem um marco teórico-analítico para Tecnologias Sociais aplicáveis à melhoria e à produção de moradias, identificam três acepções desse conceito e três formas de atuação delas derivadas: a "conservadora", a "engajada" e a "crítica". Na primeira acepção, o adjetivo "social" é conferido simplesmente às tecnologias destinadas aos pobres. As propostas são originárias do movimento formado em torno da Tecnologia Apropriada, a partir do pioneirismo de Ghandi na reabilitação e no desenvolvimento das tecnologias tradicionais da Índia. Inspirado em Ghandi, o economista alemão Schumacher (1979 [1973]) apresentou o conceito de tecnologia apropriada ao ocidente no livro *Small is beautiful: economics as if people mattered*. O autor cunhou o termo "tecnologia intermediária" "para designar uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade, respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada para os países pobres" (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004, 20). Porém, as alternativas tecnológicas, destinadas aos setores "atrasados", não alteram a natureza das relações sociais, mesmo adotando as premissas da participação comunitária no processo decisório, o baixo custo dos produtos, serviços e dos insumos, a pequena ou média escala, a simplicidade, a utilização de recursos renováveis e o bem-estar dos membros da comunidade (renda, saúde,

emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação e relações sociais; Dagnino, Brandão e Novaes, 2004). O argumento central é que o desenvolvimento da tecnologia apropriada requer processos de geração e difusão de conhecimentos alternativos. Ou seja, por empregar os mesmos recursos cognitivos da produção capitalista não há alteração das relações sociais de dominação entre as classes sociais, perpetuando as desigualdades (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004). Por recorrer a processos participativos ilusórios, pois a população à qual a tecnologia apropriada se destina não participa das decisões fundamentais, promove o apaziguamento social (Kapp; Cardoso, 2013). Além das propostas originárias da tecnologia apropriada, o uso do conceito de tecnologia social nesse primeiro sentido é característico da maioria das iniciativas que fomentam os arranjos produtivos locais (Kapp; Cardoso, 2013).

A acepção do conceito de tecnologia social caracterizada como "engajada" tem o propósito de incluir a população nos processos de desenvolvimento da tecnologia, de modo a promover, por parte dessa população, algum "nível de autodeterminação sobre produção, distribuição, comercialização e consumo" (Kapp; Cardoso, 2013). Dagnino esboça as bases normativas para a produção de uma tecnologia social:

Como é (ou deveria ser) a TS [tecnologia social]?

- Adaptada a pequeno tamanho físico e financeiro;
- Não-discriminatória (patrão x empregado);
- Orientada para o mercado interno de massa;
- Liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto;
- Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas (Dagnino, 2004, 193).

No entanto, Kapp e Cardoso (2013) indicam que a mera inversão dos princípios que fundamentam a tecnologia convencional, de base capitalista, não é suficiente para o desenvolvimento de uma tecnologia social. Por exemplo, a pequena escala das unidades produtivas é igualmente favorável às relações "flexíveis" entre pequenas e grandes empresas, como é o caso do atual padrão de acumulação do capitalismo neoliberal.

A ideia forte de tecnologia social reside na "autonomia das pessoas, não apenas individual mas sobretudo coletiva ou, em outras palavras, sua emancipação de relações sociais de dominação e a construção de relações sociais de cooperação" (Kapp; Cardoso, 2013, 7). Por isso, a terceira acepção da tecnologia social, chamada de "crítica" seria aquela que visa à autonomia individual e coletiva. Autonomia não se refere ao conceito moderno de independência individual, noção socialmente construída pelo liberalismo a partir da ideia de



direito ao exercício da liberdade de ação individual. “O que é autonomia? De saída, podemos dizer simplesmente que autonomia é o 'direito' de se autogovernar. *Auto-nomos*, normas ou leis próprias; *Hetero-nomos*, normas ou leis do outro, do *heteros*.” (Kapp, 2004, 98). Demo toma emprestado o termo *politicidade* de Paulo Freire e emprega-o para denominar a “habilidade humana de, dentro das circunstâncias dadas, tomar o destino em suas mãos e construir a autonomia relativa possível como sujeito” (Demo, 1996 [1986], 10). A relatividade da autonomia se deve ao seu contrário: a heteronômia, em uma relação dialética.

[...] autonomia não é apenas o direito, mas, principalmente, a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas. Também nesse sentido, a autonomia só existe quando há algo de heterônimo em jogo, quando há algo de exterior, de outro. Mas, a autonomia como capacidade de autodeterminação pode ocorrer à revelia das forças heterônomas, ao passo que, como direito de autodeterminação, ela é concedida por essas forças mesmas (Kapp, 2011, 98).

Portanto, o termo expressa tanto direito quanto capacidade. Por autonomia entende-se tanto o direito do grupo de se autogovernar, quanto a sua capacidade de elaborar as próprias normas (Kapp, 2004). O direito autônomo de um grupo de trabalho associado se define em relação à autoridade de uma instituição, como o Estado por exemplo, que pode ou não impor determinações externas. Quanto menor tais determinações, maior é o direito concedido pelas forças heterônomas. Já capacidade autônoma do grupo refere-se à sua habilidade de determinar suas próprias normas. Essa capacidade está relacionada a habilidade dos membros do grupo resistirem às determinações externas e de se organizarem internamente. Portanto, direito e capacidade estão intrinsecamente relacionados (Kapp, 2004).

Como mencionei antes, não encontramos os dois aspectos da autonomia em completo isolamento um do outro, porque são interdependentes. O direito à autonomia costuma possibilitar e promover a autonomia como capacidade e, inversamente, essa capacidade costuma forçar o seu reconhecimento como um direito. Ainda assim, é possível distinguir entre os dois aspectos na análise de situações concretas. E é até mesmo crucial que essa distinção seja feita, porque toda autonomia concreta está atrelada a um devir histórico em que o direito de autogovernar-se e a capacidade para isso se desenvolvem de modo assíncrono. Um estado autônomo, por exemplo, não surge do nada e, sim, de um grupo que já tem alguma capacidade de reger-se a si próprio e força o seu reconhecimento externo. Inversamente, um país pode continuar tendo uma autonomia formalmente reconhecida, mesmo depois de perder a capacidade efetiva de definir suas próprias leis. A mesma coisa vale para os diversos subsistemas do conhecimento. Uma

disciplina pode ter capacidade de gerar suas próprias normas e continuar por muito tempo submetida às normas de outra disciplina mais antiga (Kapp, 2004, 98-9).

Sendo assim, a compreensão crítica do conceito de tecnologia social busca instrumentar a sociedade para que ela própria exerça a transformação social a partir da sujeição das necessidades da produção às necessidades humanas. Nesse âmbito, as normas de produção não são definidas pelos técnicos e sim pela sociedade. E restituir à sociedade o controle sobre os processos produtivos pressupõe uma transformação na própria estrutura de produção de conhecimento, isto é, no modo convencional de atuação do cientista ou do técnico especialista.

O que caracteriza esse modo convencional? Donald A. Schön (1983), em *The Reflective Practitioner*, observa que os profissionais estão frequentemente comprometidos com a aplicação da teoria científica na resolução instrumental de seus problemas práticos. “Da perspectiva da racionalidade técnica, a prática profissional é um processo de solução de problemas. Problemas de escolha ou decisão são resolvidos através da seleção, dentre os meios disponíveis, de um melhor ajuste dos fins estabelecidos” (Schön, 1983, 39). Essa matriz de “solução de problemas” determina uma atuação do técnico por tarefas, conforme uma sequência linear. Segundo Schön (1983), os profissionais acreditam que podem solucionar problemas instrumentais por meio de rigorosa aplicação da teoria científica. Ou seja, tal como propõe o método cartesiano, primeiro delimita-se o problema, depois procede-se a sua análise, síntese, avaliação e, por último, coloca-se em prática a solução. A sequência linear de atividades promove e perpetua a divisão horizontal e vertical do trabalho, conforme pressupõe a lógica capitalista de produção.

Evitar essa matriz reducionista de “soluções de problemas” significa ter sempre em mente a “problematização de soluções” (Kapp; Cardoso, 2013). O risco de adotar a matriz de “soluções de problemas” é reduzir a realidade, a qual se quer compreender ou na qual se pretende intervir, a categorias de análise que o técnico foi preparado para manipular. O técnico assim reproduz o modo heterônomo de produção, em vários âmbitos. Tal modo de produção impossibilita a real participação do usuário na produção da tecnologia, na fase de concepção, ao pré-estabelecer os fins e os valores a serem incorporados em determinada tecnologia; e no processo, ao empregar o aparato do plano, isto é, ao pré-conceber a tecnologia antes da produção e do uso (Baltazar; Kapp, 2006).

Esses aspectos revelam que o desenvolvimento convencional da tecnologia está atrelado ao modo de produção capitalista. Como já mencionado no capítulo anterior, verificamos que a

extração de mais valia absoluta e relativa pelo capital pressupõe a divisão vertical do trabalho (Marx, 2010 [1859]), no sentido de uns poucos técnicos ou gerentes conceberem as tarefas e muitos trabalhadores as executarem. Schön (1983) critica também a confiança extremada dos profissionais, em geral, no conhecimento técnico advindo da razão formal e teórica, em detrimento do conhecimento obtido na prática profissional. Seus argumentos se baseiam no fato de que as situações da prática são situações problemáticas caracterizadas por complexidade, incerteza, instabilidade e conflito de valores, e que o conhecimento profissional baseado na técnica é insuficiente para lidar com as contingências das situações práticas.

Como evidencia o filósofo húngaro István Mészáros (1989), o desenvolvimento capitalista no século XX empregou, além de práticas monopolistas e expansão imperialistas, outro mecanismo de ampliação do círculo de consumo: a denominada "taxa de utilização decrescente". "Desta maneira, o objetivo e o princípio orientador da produção vem a ser: como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de utilização *mínima*, que mantenha a continuidade da reprodução ampliada" (Mészáros, 1989, 117). Ou seja, quanto maior a realização do valor de troca da mercadoria no ato da venda, maior a ampliação do círculo do consumo, não importando seus efeitos destrutivos, tais como o aumento da taxa de exploração do homem pelo homem ou o aumento do desperdício de recursos naturais.

No modo convencional de produção, o técnico subordina o valor de uso ao valor de troca. A finalidade última da atividade técnica é garantir a realização do valor de troca na esfera do consumo, segundo a lógica de acumulação ampliada do capital. Não é por acaso que princípios como funcionalidade, usabilidade, conforto, segurança, sustentabilidade e congêneres são fortemente apelativos, motivando a compra do produto. Esses argumentos técnicos sustentam o fetiche da mercadoria ao reduzir o produto a um único aspecto, encobrendo as relações sociais opressoras contidas nos processos convencionais de produção da tecnologia. Desse modo, a discussão permanece no âmbito da comunidade dos técnicos, à exemplo das propostas politicamente corretas, elaboradas por técnicos, em que os valores de cunho social ou ecológico aparentemente sobrepõem os valores econômicos. Isto é, como a sociedade não desempenha papel ativo nos processos de decisão, os princípios orientadores da produção permanecem nas mãos dos técnicos, configurando um processo vertical de produção.

A noção de participação popular é defendida amplamente, tanto pelos adeptos da tecnologia apropriada, quanto pelos engajados na adequação sócio-técnica. Mas participação, mesmo

quando está prevista desde os momentos iniciais de um desenvolvimento tecnológico, não impede que valores morais e finalidades da tecnologia continuem sendo definidos pelos técnicos, porque participação sempre é algo conferido pelo outro: “participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína, etc.), sempre sugere outra instância, não composta pelos próprios 'participantes', que determina e coordena o processo” (Kapp, 2011). Decorre daí que até os processos ditos participativos não asseguram que os fins e os valores incorporados no desenvolvimento da tecnologia serão definidos de fato pela população. Além disso, a instância externa que determina e coordena o processo impede que a tecnologia possa ser controlada durante a produção e o uso pela população. Feenberg (2010) aponta o controle público do desenvolvimento da tecnologia à “jusante” da cadeia de produção da tecnologia, através de protestos, reivindicações, legislações ou outro tipo de solicitação que determinam ajustes ou o reprojeto na tecnologia ofertada. Porém, a afirmação de Feenberg mantém o processo de produção ou de ajuste de tecnologia baseado no modo convencional de produção. A ideia de “intervenções públicas” na tecnologia é bem próximo da ideia de regulação social. A questão é que esse *feedback* sempre ocorre *a posteriori*. Observa-se, portanto, que há uma diferença qualitativa entre a determinação dos princípios reguladores e os princípios norteadores da produção pela sociedade. Esses últimos são realizados *a priori*, na esfera da reprodução.

Na compreensão crítica da tecnologia social, o controle do usuário pode ser retomado em qualquer momento do processo produtivo (concepção, execução e uso), subtraindo-se pelo menos uma parte da divisão social do trabalho e eliminando-se a figura de usuário que nada mais é do que consumidor; ou seja, trata-se da superação das mediações capitalistas de segunda ordem. O caminho apontado determina outra atuação do técnico: ele deve conceber tecnologias em que o usuário seja sujeito ativo no processo de produção (Baltazar; Kapp, 2006). Ao executar o produto ou serviço, o usuário – que então se torna produtor – pode até contratar um técnico, mas as decisões sobre os valores e as finalidades, bem como o processo a ser executado, estão sob o seu controle. Dito de outro modo, o valor de uso prevalece sobre o valor de troca do produto. Resgata-se o controle do desenvolvimento tecnológico para o universo da reprodução. Portanto, o potencial emancipatório dos grupos de trabalho associado está na esfera da reprodução e na ação direta, autônoma, que subordina a produção aos valores e às prioridades determinadas pelo grupo nessa esfera. Em síntese, a aceção crítica da tecnologia social converge com a quarta vertente da Economia Solidária, de superação da alienação dos trabalhadores mediante a elaboração de um novo conhecimento técnico e científico, a partir de uma base técnica capitalista existente.

## QUADRO 07 – Os 8 pilares do trabalho associado

- a) Autogestão no microcosmo produtivo: as lutas autogestionárias têm como princípio a construção de novas relações sociais. Elas nos mostram a prescindibilidade, ou seja, a não necessidade dos patrões, dos gestores e tecnocratas. Na autogestão, temos a hegemonia das assembleias democráticas, os conselhos são eleitos pelos trabalhadores, há rodízio e revogabilidade dos cargos. Todas estas medidas anti-burocratização questionam a perda do controle do processo de trabalho e são criadas formas de superação do sistema salarial e, geralmente, criados fundos para a destinação do excedente;
- b) Desmercantilização: é impossível existir uma sociedade para além do capital sem o questionamento da produção de mercadorias. Deste ponto de vista, a autogestão avança na medida em que os trabalhadores conquistam graus crescentes de controle da produção, tendo em vista a satisfação das necessidades humanas, isto é, a produção de valores de uso sem a concomitante produção de valores de troca. Nesta esteira, haverá a ampliação dos espaços públicos e da noção de “bem público”, como água, energia, transporte, saúde, terra, telecomunicações, educação, habitação, a cidade como valor de uso, etc, negando a mercantilização da vida.
- c) Autogestão no macrocosmo social: a autogestão no sentido amplo significa a superação do Estado capitalista, isto é, o fim da burocracia estatal inamovível e das formas de dominação típicas da democracia formal. É a luta pela criação das condições gerais de produção e reprodução da economia comunal, e não mais das condições gerais de produção e reprodução do capital. Para a reprodução da vida social não alienada, os trabalhadores necessariamente deverão reduzir drasticamente a sua jornada de trabalho (em processo de desalienação), tendo tempo para decidir os rumos do bairro, da cidade, do país, etc. e para a eleição de representantes com cargos revogáveis. Enfim, terão tempo e poder para controlar as decisões fundamentais da sociedade. Da mesma forma, terão tempo e controle da composição e destinação dos fundos públicos (aposentadoria, escolas, etc.). Para finalizar, a autogestão no macrocosmo social traz consigo o debate do planejamento democrático da produção e reprodução da existência humana, isto é, a coordenação global da produção e reprodução da vida pelos produtores livremente associados.
- d) Educação para além do capital. Aqui, poderemos apenas delinear quais seriam os fundamentos da escola do trabalho emancipado: estudo da história de um ponto de vista materialista e da articulação particularidade/totalidade; apropriação e reprojeto da ciência e tecnologia tendo em vista a satisfação das necessidades humanas; educação para o trabalho associado/coletivo; educação para a luta /inserção das escolas nas lutas do seu tempo; a formação de valores do ser humano novo (Che Guevara). A educação para a produção de arte revolucionária, a valorização da cultura popular e para compreensão de toda expressão artística;
- e) Universalização do trabalho emancipado: O trabalho será organizado através da igualdade substantiva, isto é, a cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades. No trabalho, o desenvolvimento do ser humano se dará em sua integralidade. No que se refere ao trabalho reprodutivo, a igualdade substantiva traz consigo a superação do patriarcalismo, isto é, a mulher cuidando da casa e dos filhos e o homem provedor, exercitando então a igualdade de gênero entre homens e mulheres em todas as tarefas.
- f) A propriedade real dos meios de produção pelos trabalhadores: para a autogestão avançar na sociedade, necessariamente os trabalhadores deverão questionar a propriedade privada dos meios de produção. Nas palavras de Marx, teremos a “expropriação dos expropriadores” ou o que chamamos de “retorno do caracol à sua concha”. A reconciliação entre os trabalhadores e os meios sociais de produção e reprodução material da vida social se dará em distintas formas de economia comunal.
- g) Por último, mas não menos importante, deverá haver a unificação das lutas anticapital para a superação do sociometabolismo do capital, através do convencimento político dos próprios trabalhadores de que outro mundo é possível e necessário.

O quadro 07 sintetiza as ideias da quarta vertente que abrange a autogestão em todas as esferas da vida, a desmercantilização da sociedade, a educação para a superação da formação tradicional comprometida com o capital, a organização do trabalho segundo o princípio da igualdade substantiva (a cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades), a propriedade comum dos meios de produção e a unificação das lutas anticapital (Novaes, 2013). Na próxima seção exploro as propostas de produção do espaço que contemplam práticas não opressoras e que, portanto, configuram tentativas de produção de um novo conhecimento no campo da arquitetura.

### **3.2 Produção do espaço e suas modalidades**

Em conformidade com o tema desta tese, a produção do espaço de coletivos de trabalho, recorro as discussões desta seção no período correspondente à reestruturação socioeconômica e espacial das cidades e ao ressurgimento e à ampliação da economia popular. O contexto em que o termo “produção do espaço” foi empregado por Lefebvre: a transformação do espaço rural em urbano, difere dos processos referentes à transformação da denominada “metrópole fordista keynesiana” em uma “cidade pós-metrópoles” (Soja, 2008 [1989]). Ou seja, na acepção de Rosa Luxemburgo, não se trata de uma “revolução urbana” e sim de uma “reforma urbana”. Apesar das mudanças estruturais no padrão de produção do espaço, a cidade pós-metrópoles ou também denominada de pós-fordista, continua favorecendo a acumulação ampliada do capital, apesar de resistências da classe dos trabalhadores.

Em termos gerais, o modelo teórico de “metrópole fordista keynesiana” atribui papel fundamental ao Estado e à aglomeração da população ao desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial. No universo da reprodução, o Estado provia a metrópole dos meios de consumo coletivo, enquanto no universo da produção, a população fornecia contingentes de mão de obra à indústria fordista. O modelo de “cidade pós-metrópoles” refere-se aos processos de reestruturação do espaço urbano para abrigar formas flexíveis de organização das cadeias produtivas (Soja, 2008 [1989]). Embora tais modelos teóricos tenham sido concebidos no contexto das cidades norte-americanas, é inegável que as cidades brasileiras também passaram e passam por processos similares de reestruturação sócio-espacial. Dada a importância para esta tese, tais modelos serão retomados neste texto em outras ocasiões, na tentativa de conceber um cenário próprio para a realidade brasileira.

Diante do acirramento das desigualdades sociais, notadamente nos grandes centros urbanos, dois grandes temas de pesquisa surgem na literatura sobre a produção do espaço:

a crítica das formas espaciais de controle social; e a investigação de um novo modo de produção do espaço, adequados a relações sociais não opressoras.

O primeiro tema é tratado pela filosofia estruturalista e pela sociologia urbana, inspiradas nas teorias da crítica da economia política de Marx. Nesse sentido, o espaço denota as categorias de análise do processo de acumulação de capital, ora como meio de produção, ora como produto. Seus estudiosos procuram desvelar os dispositivos de poder (Foucault, 2010 [1975]), a luta pela dominação do tempo e do espaço (Harvey, 1998 [1989]), o espaço como elemento de distinção social (Bourdieu, 1997 [1993]), as questões urbanas (Castells, 1976). A diretriz básica das pesquisas é tornar evidente as relações de exploração e opressão de classes, reproduzidas pela ordenação espacial da vida cotidiana.

Os pesquisadores do segundo tema investigam a autogestão do espaço urbano (Lefebvre, 2009 [1996]), os movimentos sociais e a luta urbana (Souza; Rodrigues, 2004; Castells, 1976 [1973]), a atuação dos usuários nos processos de produção do espaço, a produção autônoma do espaço (Kapp, 2004), práticas arquitetônicas alternativas (Charley, 2008), práticas arquitetônicas insurgentes (Swyngedown, 2012 [2007]) e outras formas de atuação profissional, como a mediação, o design de interfaces e a crítica (Baltazar, Kapp, 2006; Kapp, Baltazar, Morado, 2008; Baltazar, Kapp, 2010). Em ambos os grupos, há pesquisas que avançam no delineamento de uma nova base de sociabilidade: a autodeterminação pela sociedade das condições de sua reprodução.

Quanto ao primeiro tema, isto é, a crítica das formas espaciais de controle social, Marx (2010 [1859]) já entendia o surgimento das fábricas como dispositivo disciplinar para fazer frente às “fraudes” causadas pelos trabalhadores subcontratados no sistema de produção domiciliar (*putting-out*). A nova relação de trabalho pressupõe “trabalhadores reunidos sob o mesmo teto” com o objetivo primeiro de impor-lhes “horas regulares de trabalho” (Braverman, 1981 [1974], 66). O trabalho assalariado, aliado à centralização do emprego, possibilitou que a gerência primitiva assumisse formas mais rígidas de controle. Michel Foucault (2010 [1975]) se reporta às oficinas e fábricas como locais de implantação de um novo tipo de vigilância da produção, caracterizado pelo controle intensivo e contínuo. Mas Foucault não se restringe à esfera da produção, considerando o princípio do enclausuramento, “encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas” (Foucault, 2010 [1975], 166), em outras instituições, como hospital, escola e prisão, as quais representam dispositivos de controle em outras esferas da vida.

Além do espaço propriamente dito, outros dispositivos de controle são empregados pelas classes dominantes para subjugar as classes dominadas. David Harvey (1998 [1989]) faz referência a vários fatos históricos para evidenciar a luta pela apropriação do tempo e do espaço entre as classes sociais – desde o uso do calendário e do relógio para a imposição da disciplina de trabalho nas cidades medievais até o uso do mapa para apropriação dos espaços para o uso privado. O axioma fundamental do autor é “a idéia de que o tempo e o espaço [...] não podem ser compreendidos independentemente da ação social” (Harvey, 1998 [1989], 206). Fato é que “as mudanças nas qualidades objetivas do espaço e do tempo podem ser, e com freqüência são, efetuadas por meio da luta social” (Harvey, 1998 [1989], 208). Dessa forma, práticas e “discursos” sociais são postos em ação em busca do domínio do tempo e do espaço. No âmbito dos movimentos de trabalhadores, o combate ao movimento cartista na Inglaterra em 1840, a Revolução de 1848, a primeira Internacional, a Comuna de Paris, a supressão da agitação da classe trabalhadora na França em 1851, por exemplo, revelam os recursos encontrados para o domínio do espaço e do tempo: o emprego de mapas, a mobilidade da informação no território com o surgimento do telégrafo e da estrada de ferro, o controle seletivo sobre os meios de comunicação, a aglomeração e mobilidade dos trabalhadores.

Já foi mencionado que os estudos do sociólogo Pierre Bourdieu levaram-no à afirmação de que o poder assume múltiplos disfarces de modo a legitimar as desigualdades sociais pela criação de elementos de *status* e distinção social. Bourdieu (2009 [1980]) demonstra a relação entre o espaço físico e o espaço social em um estudo etnológico do interior da casa Cabila (figuras 21 e 22). A análise revela a articulação das necessidades sociais ou simbólicas e técnicas na organização do espaço interno. Assim, Bourdieu (2009 [1980]) pressupõe que a disposição e organização da casa no espaço expressa o sistema mítico-ritual da tribo articulados com imperativos técnicos e necessidades funcionais.

Em um texto posterior, *A Miséria do Mundo* (1997 [1993]), enfatiza o poder simbólico das classes privilegiadas na ocupação do espaço social e urbano. O poder simbólico, síntese de outras formas de capital (cultura e social), além do capital econômico, supõe outras relações sociais além daquelas do simples intercâmbio de mercadorias (Bourdieu, 2010 [1989]). Aqui também Bourdieu adota o pressuposto de o espaço expressar as relações sociais.

O sucesso nas disputas depende do capital acumulado (sob suas diferentes espécies). De fato, as oportunidades médias de apropriação dos diferentes bens e serviços materiais ou culturais, associados a um determinado, especificam-se pelos diferentes ocupantes desse habitat segundo as capacidades de apropriação



(materiais – dinheiro, meios de transporte particulares – e culturais) que cada um detém como propriedade (Bourdieu, 2010 [1989], 165).

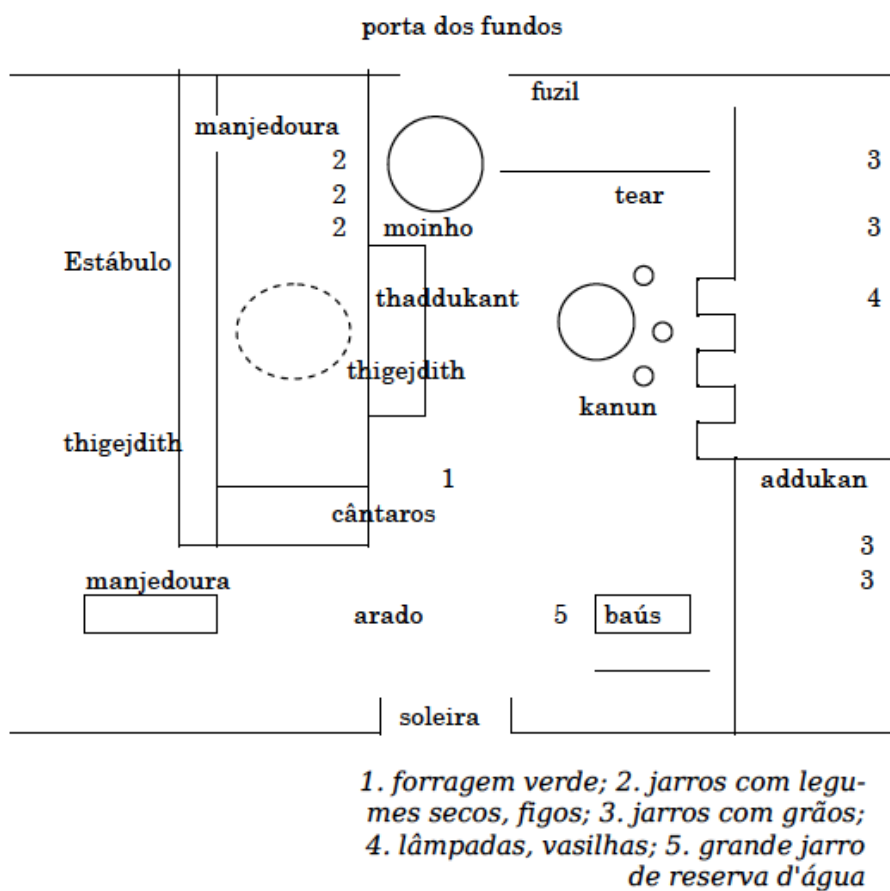


FIGURA 21 – Organização interna da casa Cabila

FONTE: Bourdieu, 2009 [1980]

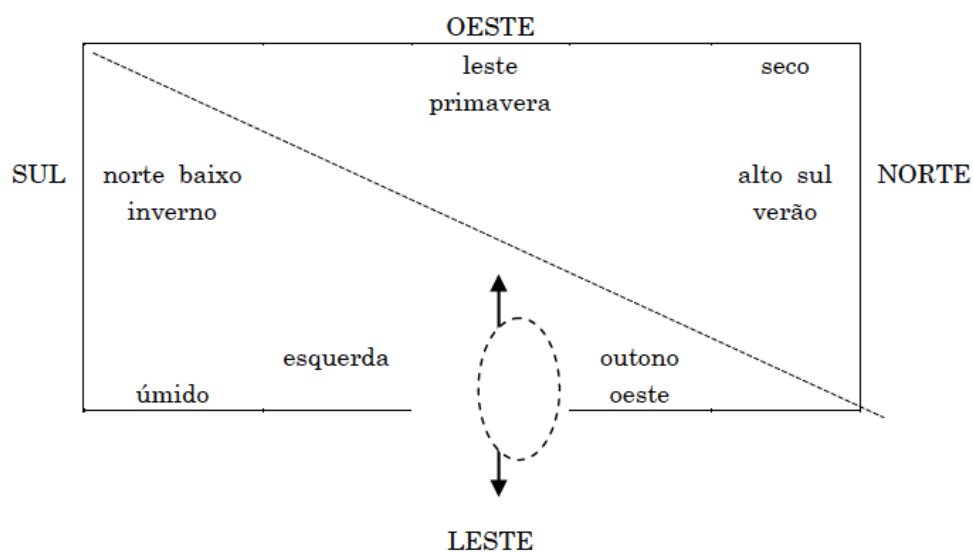


FIGURA 22 – Dupla orientação da casa Cabila

FONTE: Bourdieu, 2009 [1980]

Porém as concepções anteriores de espaço, e de seu processo de produção, reduzem-no a duas categorias coexistentes: meio de produção, manipulável pelas classes dominantes com vistas a manter o poder e o controle sobre as classes dominadas; e mercadoria, produto do desenvolvimento das forças produtivas que atuam sobre o espaço. Segundo essa concepção, o espaço assim produzido expressa as perversas relações sociais próprias de uma sociedade capitalista. Desse modo, os processos de produção do espaço afeitos à lógica de acumulação de capital dominam essa discussão, como a apropriação privada do espaço, a localização privilegiada, a segregação sócio-espacial e a gentrificação. Ou seja, investigam-se as práticas espaciais comprometidas com a produção capitalista dos espaços. Em especial, no âmbito do espaço urbano brasileiro, essa perspectiva prevaleceu na escola denominada “Economia política da Urbanização”<sup>26</sup>, até meados dos anos 80 e, apesar de suas relevantes contribuições ao evidenciar os mecanismos de opressão entre classes sociais na produção do espaço, havia uma tendência ao economicismo em suas análises, haja vista que predominavam explicações causais dos fenômenos urbanos, em detrimento de aspectos sociopolíticos. Além disso, a economia política da urbanização é uma categoria historicamente datada, cujo objeto de reflexão referia-se ao apogeu do desenvolvimento do capitalismo industrial (Costa, 2003).

Nesse sentido, a concepção de uma espacialidade dual entre espaços marcadamente de ricos e de pobres predominou na literatura brasileira até os anos 1980, quando os teóricos se reportavam ao modelo de cidade Fordista/Keysiana em suas análises. Os estudos tinham como pressuposto a estrutura sócio-espacial centro e periferia, que diferente das cidades americanas, apresentavam uma ocupação privilegiada dos ricos no centro e dos pobres na periferia dos grandes centros urbanos. O modelo dual, ao simplificar as desigualdades sócio-espaciais, pressupõe os espaços centro e periferia socialmente homogêneos (Lago, 2007), o que não é verdade, considerando, por exemplo, a consolidação de formas de ocupação subnormais nas áreas centrais de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo já no final do século XIX e início do século XX, nos assentamentos precários, cortiços e favelas. Como a pobreza urbana era concebida de forma homogênea e simplificadora, o modelo dual mantinha os trabalhadores no estigma da pobreza e, ao mesmo tempo, contribuía para a manutenção da classe hegemônica no poder.

A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, conseqüentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 80,

---

<sup>26</sup>Dentre os autores que faziam parte dessa escola, podem ser citados Harvey (1981), Topalov (1979) e Lojkin (1981).

a visão dual da metrópole, em que a periferia evidenciava a distância física e social entre as classes sociais. Essa distância foi um dos mecanismos utilizados pelas nossas elites para a reprodução de seu poder econômico e simbólico (Lago; Mammarella, 2010, 67).

Outro efeito redutor do modelo dual foi abordar consistentemente a questão da desigualdade social na produção do espaço no Brasil, pelo viés da habitação, ou de modo geral da reprodução da força de trabalho. Até os anos 80, as pesquisas debatiam questões sobre o direito à habitação e seus desdobramentos em políticas habitacionais e alternativas populares, como a autoconstrução (Farah, 1996). Embora o avanço seja significativo, as questões da desigualdade social no âmbito da habitação reduzem o espaço em mercadoria a ser consumida pela força de trabalho. Permanece o ideário funcionalista da arquitetura moderna, explicitado em 1933 na Carta de Atenas – manifesto urbanístico do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, no qual recomenda, dentre outros aspectos, a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, através da setorização das áreas e de um planejamento do uso do solo.

Por sua vez Foucault, em entrevista à Paul Rabinow em 1982, reconsidera suas ideias sobre o princípio do enclausuramento no sentido de o espaço determinar o comportamento social. Ele afirma que a arquitetura não pode assegurar a liberdade do homem porque a liberdade é uma prática humana que não pode ser estabelecida por instituições, leis ou por simples projeto técnico. Foucault conclui que a forma arquitetônica não pode resolver por ela mesma os problemas sociais, mas produz efeitos positivos quando há uma concordância entre as intenções do arquiteto e as práticas reais das pessoas no exercício de liberdade (Foucault, 1982). Assim, Foucault salienta que a forma arquitetônica é meramente suportada pelo uso político do espaço por intermédio de seu leiaute eficiente (Leach, 2005 [1997]).

De modo mais geral, é Henri Lefebvre (1973b) quem aponta para outra dimensão da produção do espaço: a reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, o espaço, além de produto ou mercadoria, é também produtor ou força produtiva que determina a organização dos meios de produção e da força de trabalho, não somente no espaço de um chão de fábrica, mas por toda a cidade (Lefebvre, 1972). Já foi dito que em uma sociedade capitalista, o espaço é considerado produto, pois resulta de trabalho dos homens sobre o espaço, cujo valor de troca é mais determinante que o valor de uso. Mas o espaço é também produtor de relações sociais de produção, exercendo papel fundamental para a sobrevivência do capitalismo: “é neste espaço dialetizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações

de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (Lefebvre, 1973b). Portanto, diferente dos autores do primeiro grupo que pertencem à “teoria política da urbanização”, o espaço na concepção de Lefebvre é também uma força produtiva, cuja função é reproduzir as relações sociais (Lefebvre, 1991 [1974]).

O geógrafo David Harvey (2008; 2006 [2000]; 2005 [2001]), inspirado no livro “A sobrevivência do capitalismo” de Lefebvre (1973b), fornece maior concretude à teoria de produção do espaço ao empregar, na análise da produção capitalista do espaço, as categorias de análise próprias da teoria crítica da economia política de Marx. Embora permaneça uma visão pessimista, Harvey demonstra como o capitalismo conseguiu escapar das inerentes crises de sobreacumulação através da intensificação de consumo e da expansão geográfica.

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções) (Harvey, 2006 [2000], 62).

A produção do espaço novo para a acumulação de capital, ou a urbanização nos dizeres de Harvey (2008), é um fenômeno de classe. Desde o feudalismo, por exemplo, um pequeno grupo de pessoas centraliza o controle sobre o uso da produção excedente. Sob o capitalismo, a urbanização desempenha papel primordial na constante busca de territórios que possam favorecer às atividades de geração de lucro e de reinvestimento, conforme a lógica de acumulação ampliada do capital. Porém, não é somente através da expansão territorial que o capital se reproduz, como a busca por novos mercados, a criação de novos instrumentos de crédito e financiamento de gastos estatais e privados (Harvey, 2008). A busca por inversão de capital enfrenta barreiras que, segundo Harvey, são contornadas também através de outros recursos de urbanização, como a reestruturação urbana acompanhada de seus perversos processos de despejos e desalojamentos das classes pobres. As barreiras referem-se à mão de obra escassa e salários altos, escassez de recursos naturais e a concorrência de mercado:

Se a mão de obra é escassa e os salários são altos, a mão de obra existente tem de ser disciplinada, ou então é preciso encontrar mão de obra nova através da

imigração e investimentos no exterior. O capitalista também deve descobrir novos recursos naturais, o que exerce uma pressão crescente sobre o meio ambiente.

As leis da competição também levam ao desenvolvimento contínuo de novas tecnologias e formas de organização, que permitem ao capitalista superar os concorrentes que utilizam métodos inferiores. As inovações definem novos desejos e necessidades, reduzem o tempo de giro do capital e a distância que antes limitava o âmbito geográfico onde o capitalista pode procurar outras fontes de mão de obra, matérias-primas, e assim por diante (Harvey, 2008).

Ao contrário da visão pessimista da “teoria política da urbanização” e da “teoria da produção capitalista do espaço” de Harvey (2005 [2001])<sup>27</sup>, a teoria de Lefebvre possibilita aberturas, ao conceber categorias universais de análise. A “teoria política do espaço” de Lefebvre pressupõe a unidade dos opostos, em lugar das oposições antagônicas das teorias anteriores. O autor parte do princípio que o fenômeno da produção do espaço apresenta qualidades opostas e indissociáveis: “No seio desse espaço, a reprodução das relações sociais de produção não se consoma sem um duplo movimento: dissolução de relações, nascimento de novas relações” (Lefebvre, 1991 [1974], 50). Tal dialética da produção do espaço confere maior complexidade às práticas socioespaciais para além da concepção dual de espaços desiguais e antagônicos; e, conseqüentemente, esboça um horizonte da produção do espaço “socialista”, em que a transformação do espaço permitiria a construção de outros padrões de sociabilidade.

No primeiro caso, Lefebvre antevê o espaço homogêneo e ao mesmo tempo fragmentado das cidades contemporâneas, ao afirmar que o capitalismo e o neo-capitalismo produziram o espaço abstrato, em referência a sua propriedade de absorver o valor de uso, como meio de troca. O espaço abstrato, ou seja o espaço de poder que é manipulado por todo tipo de autoridade, reduz as diferenças e ao mesmo tempo fragmenta o espaço para controlá-lo e negociá-lo. “Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços!” (Lefebvre, 1991 [1974], 7). Mas ao tender para a homogeneidade, reduzindo as diferenças, o espaço abstrato dialeticamente as acentua, produzindo novas relações sociais, engendrando um novo espaço, denominado por Lefebvre (1991 [1974]) de espaço diferencial. “Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social.” (Lefebvre, 1991 [1974], 50).

---

<sup>27</sup> O professor e geógrafo brasileiro Geraldo Magela Costa (2003) indica que David Harvey incorpora possibilidades de produção socialista do espaço em trabalhos posteriores a sua obra seminal *Condição Pós-Moderna* (1989), mas ainda segundo Costa (2003) permanece uma visão pessimista de Harvey sobre as reais possibilidades. Em obras mais recentes, Harvey (2008) enfatiza os direitos das pessoas de determinar as normas da produção do espaço das cidades.

No segundo caso, Lefebvre afirma que somente a luta de classes é capaz de produzir diferenças, impedindo que o espaço abstrato se amplie por todo o planeta (Lefebvre, 1991 [1974]). O espaço diferencial contém os germes de um espaço socialista no sentido de encerrar um “[...] pontencial de mudança social, a luta que procura manter ou resgatar o valor de uso do espaço da tendência em transformá-lo unicamente em valor de troca” (Costa, 2003, 6). Lefebvre supõe que a Revolução Russa nos anos 20 fracassou porque não foi capaz de produzir um novo espaço. Ou seja, novas relações sociais demandam um espaço novo.

Nesse sentido, as desigualdades sociais no espaço extrapolam as questões fragmentadas de moradia, trabalho, saúde, etc próprias da “teoria política da urbanização”. Como aponta Lefebvre (2001 [1968], 86), “o problema da cidade ultrapassa enormemente o da moradia”. É necessário superar “a miséria do *habitat*, miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática do consumo dirigido)” (2001 [1968], 138). Como um bom marxista, o autor acredita na possibilidade da classe operária em modificar profundamente a vida social. Cabe à classe dos trabalhadores juntar, em seu cotidiano, o que a sociedade capitalista dividiu:

[...] a classe operária apresenta a totalidade, a plenitude das dimensões humanas. Ela se torna portadora de uma reivindicação total, que engloba e até mesmo traz em primeiro plano as questões relativas ao trabalho: salários e retribuição, organização e proteção do trabalho. Contudo, ela ultrapassa, cada vez mais, o econômico propriamente dito; ela abrange a organização de toda a vida cotidiana, a vida familiar, a habitação, o *habitat*, a vida da cidade e da sociedade, o ensino, a cultura e a vida moral, os lazeres, etc (...) (Lefebvre, 1963 apud Ajzenberg, 2005).

Embora Lefebvre se reporte à classe operária no contexto sociopolítico europeu da década de 60, sua discussão é válida para a análise da situação dos trabalhadores brasileiros que, a partir da década de 90, impulsionaram o já existente trabalho associado. Os trabalhadores liberados do contrato formal elaboraram formas de juntar a separação das várias esferas da vida. A análise da prática cotidiana de produção do espaço evita a percepção reducionista do espaço de trabalho exclusivo de atividade produtiva. Analogamente à compreensão da produção do espaço da cidade, a compreensão da produção do espaço de trabalho deve contemplar o conceito de “vida cotidiana”:

Em um texto publicado em Belgrado, em 1983, por ocasião do centenário da morte de Marx, Lefebvre dizia: “As atividades estudadas por Marx e colocadas em primeiro plano pela maior parte das correntes marxistas referiam-se ao trabalho, à produção e aos locais de produção. Essas análises das relações de produção não esgotam,

em minha opinião, o modo de produção [...] Elas mal possibilitam compreender seu desdobramento no século XX, sua elasticidade e suas capacidades. O que se passa fora dos locais de trabalho? Para compreender um conjunto de fatos, eu proponha e ainda proponho o conceito de 'vida cotidiana'. Este conceito não exclui em nada o de trabalho produtivo. Ao contrário: ele o implica [...] Ele o completa, levando em conta os transportes, lazeres, a vida privada e familiar, assim como todas as modificações que afetaram, no decorrer da época moderna, esses diferentes aspectos da vida e da prática social" (Ajzenberg, 2005, 17).<sup>28</sup>

As bases dessa revolução urbana? A revolução econômica, política e cultural: "Isso exige, ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades sociais) e da revolução política (controle democrático do aparelho estatal, autogestão descentralizada) uma revolução cultural permanente." (2001 [1968], 140). Na visão de Lefebvre, a estratégia política de autogestão urbana promove o direito à cidade "O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade" (Lefebvre, 2001 [1968], 135; grifos do autor). Ou seja, o direito à obra requer a participação efetiva dos trabalhadores na produção do espaço das cidades; e o direito à apropriação requer a posse do espaço pelos usuários em detrimento da noção de propriedade do espaço, em termos jurídicos: "Esse direito [tem] conteúdo diferente do direito de propriedade que vale por sua forma lógica e jurídica, princípio do código das relações normais no modo de produção capitalista" (Lefebvre, 2000, 28).

David Harvey (2008) reforça a dimensão política e social do direito à cidade em outros dois aspectos. O primeiro refere-se ao caráter coletivo de novos processos de produção de espaço, e o segundo contempla a própria noção de direito, não definido *a priori*, mas algo a ser construído pelo coletivo.

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (Harvey, 2008)

Nesta tese, compreende-se direito à cidade nos termos explorados por Kapp (2012), ao explicitar o caráter revolucionário da expressão cunhada por Lefebvre.

---

<sup>28</sup> Pode-se ler o artigo completo no Número 1 da *Revista La somme et le reste*.

Ampliar e concretizar o direito à cidade para além das legislações exige criar possibilidades, não apenas de maior participação popular, mas de autonomia socioespacial, isto é, possibilidades para que diferentes coletividades adquiram o direito e a capacidade de definir a produção do espaço, em contraposição à heteronomia ou à definição dessa produção por instâncias alheias (Kapp, 2012).

Ou seja, a autonomia sócio-espacial reside mais na possibilidade de produção autônoma dos espaços pelas camadas populares do que na participação popular institucionalmente regularizada pelo Estado. Entende-se por produção autônoma práticas que contemplem a autonomia construtiva dos usuários por um lado e o emprego de técnicas construtivas avançadas por outro. Ou seja, a produção autônoma é o modo produtivo em que os usuários detêm as decisões e, ao mesmo tempo, possuem acesso a recursos avançados:

Entendemos por produção autônoma processos nos quais as decisões acerca do espaço e da construção cabem a usuários e construtores (como na autoprodução), e que, ao mesmo tempo, se beneficiam de recursos técnicos, jurídicos e sociais mais avançados (como a produção heterônoma vigente). Experiências de produção autônoma, com maior ou menor consistência, são realizadas, por exemplo, em mutirões autogeridos, em programas como o Crédito Solidário ou em processos do tipo *do-it-yourself* com produtos industriais adequados a essa lógica de produção (Kapp; Morado, 2007).

Já na produção heterônoma as decisões tomadas acerca do espaço são realizadas por terceiros. Os participantes da produção heterônoma podem ser uma empresa privada ou pública, que possuem acesso a informações, financiamentos e suporte técnico além de seguirem normas gerais como as de acessibilidade e segurança. Temos como exemplo de produção heterônoma privada as construtoras, e de produção heterônoma pública, o Estado, que geralmente contrata empresas privadas para executar empreendimentos, como as habitações populares. De acordo com a unidade dos contrários, a produção autônoma do espaço somente existe a partir da produção heterônoma e, evidentemente, a busca pela produção de um espaço socialista não ocorre sem conflitos. A partir da ideia do conflito entre classes sociais e tendo como horizonte a autonomia das práticas sócio-espaciais, procedo o levantamento dos principais temas referentes à produção do espaço de pobres urbanos.

Tais conflitos são objeto de análise de uma série de trabalhos no campo de estudos sobre movimentos sociais, que ao contrário da “teoria política da urbanização”, reconhece um



papel ativo da população no espaço urbano. São alvo desses estudos, as lutas travadas<sup>29</sup> tanto na cidade fordista-keynesiana, quanto na cidade pós-fordista. A questão de fundo é: qual a concepção de ação política por detrás das práticas sócio-espaciais? Entende-se por ação política nos termos do já mencionado conceito de autonomia sócio-espacial: “possibilidades para que diferentes coletividades adquiram o direito e a capacidade de definir a produção do espaço” (Kapp, 2012).

É com o auge da cidade fordista ou da “racionalidade burocrática técnico-científica” (Harvey, 1998 [1989]) que a mobilização social ganha força nos anos 60, através da insatisfação de excluídos dos benefícios da produção e do consumo em massa, da crítica das práticas contraculturais e do descontentamento do Terceiro Mundo com o padrão de desenvolvimento imposto pela hegemonia dos países do Primeiro Mundo (Harvey, 1998 [1989]). A reestruturação do modelo de produção fordista para toyotista nos anos 80 nos países do Primeiro Mundo implicou no desenvolvimento da cidade pós-fordista. Tal reestruturação requalificou as lutas urbanas de modo que, em uma cidade fragmentada sob a égide da globalização, elas passaram a ser ecléticas, pois “o descontentamento geral com o sistema global capitalista, que é, claro, adquire diferentes formas aqui e ali” (Zizek, 2012, 21). Em especial, na América Latina, ressurgem novos formatos de lutas ditas tradicionais, à exemplo de movimentos étnicos ou indígenas, movimentos populares urbanos de bairro, movimentos tidos como insurgentes (piqueteiros na Argentina, cocaleiros na Bolívia e Peru, zapatistas no México), movimentos de luta pela moradia etc (Gohn, 2008).

A questão da vulnerabilidade socioeconômica e civil, compreendida como a desproteção de grandes parcelas da população pobre em relação aos direitos básicos de cidadania e em relação a sua integridade física (Kowarick, 2009) foi retomada no campo da sociologia a partir dos anos 90, diante do aumento do desemprego e da precarização do trabalho. A questão social, termo que sintetiza a ideia anterior, é tradicionalmente tratada na literatura por duas matrizes: a tradição francesa e a tradição americana. A tradição francesa “ênfatisa a responsabilidade pública pelos destinos de seus cidadãos” (Kowarick, 2009, 15). A forte tradição republicana está fundamentada na convicção do papel central do Estado no combate à vulnerabilidade econômica, social e urbana dos grupos marginalizados ou desfiliaados. Nesse sentido a questão social é eminentemente uma questão urbana: desde a crise da habitação do pós-guerra até as atuais revoltas dos imigrantes nas periferias francesas (Kowarick, 2009). A tradição americana responsabiliza o indivíduo pela pobreza, atribuindo à fraqueza humana a ausência de atributos próprios da ética protestante, como a

---

<sup>29</sup> O apêndice D – Compêndio de mobilizações sociais urbanas fornece um apanhado de alguns movimentos sociais e suas práticas sócio-espaciais empregadas na produção do espaço.

perseverança e o treinamento moral. Nesse sentido a questão social é basicamente uma questão ética. Na concepção americana, a questão social é fruto da carência de dois atributos básicos, o individualismo e a competição, essenciais para conquistar os benefícios de uma sociedade que se proclama igual em oportunidades (Kowarick, 2009). Mas, em meados dos anos 90, diante da crise econômica mundial, novos postulados neoliberais determinam a política social através da extinção da prerrogativa de “direitos”, em referência à universalização dos direitos civis nos anos 60, e a sua substituição pelo pressuposto da obrigação:

No âmbito das políticas públicas, cabe destacar a lei de 1988, conhecida como Family Support Act (FSA), que altera as regras do Aid to Families with Dependent Children (AFDC): tratava-se de combater a permissividade dos subsídios públicos. O espírito do novo programa colocava em xeque o princípio de prerrogativas de direitos (*entitlement*) pois a concepção de contrapartida passa a ser condição necessária para a obtenção de benefícios: devem “haver obrigações sociais da cidadania” (Mead, 1986) (Kowarick, 2009, 41).

Tanto a tradição francesa quanto a tradição americana privilegiam a ação institucional, no papel de políticas públicas, para combater as consequências do desenvolvimento desigual na sociedade capitalista, em detrimento de ação política direta presente na prática cotidiana de indivíduos organizados. Não é meu propósito efetuar uma análise crítica sobre a literatura do campo da sociologia, mas, a partir do debate francês e americano, mostrar o conteúdo que a questão social adquire na controvérsia sobre a capacidade de grupos populares se autorganizarem ou não. No âmbito da produção do espaço, em vista das recentes manifestações que tomaram as ruas das principais capitais do Brasil, as chamadas Jornadas de Junho, a polêmica que se estabelece na atualidade, e ainda sem respostas, diz respeito à capacidade das mobilizações populares produzirem um espaço novo, apto para gerar relações de outro tipo. Nesse sentido, na análise da literatura que procedo a seguir, os recursos institucionais ora predominam, ora atrofiam em relação às ações diretas engendradas pelos grupos sociais na produção do espaço.

Na visão do geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2012), tal controvérsia advém de antigas “discordâncias tanto no interior do campo libertário quanto, até mesmo, do marxista: qual é o valor tático de se utilizar canais institucionais estatais para se tentar promover certos avanços (ou evitar determinados retrocessos)? E que riscos e armadilhas tal uso tático pode trazer consigo?” (Souza, M.L., 2012). Por ação direta, entende-se “a atividade de luta armada, mas também de propaganda, agitação e organização, com a finalidade de promover a revolução social e eliminar a exploração de classe e o Estado que lhe dá

respaldo” (Souza, M.L., 2012). E, por luta institucional, concebe-se uma luta não partidária que emprega “canais, instâncias e recursos estatais, tais como conselhos gestores, orçamentos participativos ou fundos públicos” (Souza, M.L., 2012). Porém, é necessário estar atento ao fato de várias instituições que tiveram sua origem no combate ao Estado e por isso mesmo surgiram fora do âmbito de sua atuação, hoje serem cooptadas por ele, como é o caso de alguns sindicatos, comissões de bairro ou comitês de fábrica, por exemplo.

Além disso, como enfatiza Marx, o capital não consiste de um conjunto de instituições; ele é um processo de circulação entre as esferas de produção e de reprodução. Decorre daí que, se o propósito é buscar soluções anticapitalistas, não basta atacar as instituições criadas para ou pelo capital. Como se trata de um processo, o capital transfigura as instituições. A dialética do poder, como salienta Pedro Demo (1996 [1986]), presume que quem conquista poder dedica-se à sua manutenção. Nesse sentido, a dialética entre produção autônoma e produção heterônoma do espaço é evidentemente um processo, em que a produção de novos espaços para novas relações sociais requer lutas institucionais e ações diretas que se transformam com o tempo.

É o caso das transformações empreendidas pelo neoliberalismo que substituíram o governo pela governança (Harvey, 2013 [2008]), ou nos dizeres do professor e geógrafo Erik Swyngedouw, o neoliberalismo implantou um nova “ordem policial urbana pós-política” (Swyngedouw, 2012 [2007]). A expressão refere-se ao novo modelo de governança urbana, inaugurado pela reestruturação produtiva e espacial nas cidades pós-fordistas, onde o debate, desacordo e dissenso são dissipados pela implantação de uma série de “tecnologias de cidadania” (Cruikshank apud Swyngedow, 2012 [2007]) que buscam o “consenso, acordo e gestão tecnocrática” (Swyngedow, 2012 [2007], 52). Apesar da análise de Erik Swyngedouw se aplicar ao contexto de grandes reestruturações espaciais sofridas pelas metrópoles europeias nos anos 80 sob o pretexto de torná-las mais competitivas e atraentes para os investidores do capital global, as novas tecnologias de participação cidadã nas políticas urbanas estão presentes em todas as cidades submetidas a uma política socioeconômica neoliberal. O termo pós-político deriva da retirada da dimensão política do governo, cujo novo papel é reduzido ao de policiamento. Tarefa essa exercida a partir de novas tecnologias de poder e de uma nova estrutura de governança, aparentemente horizontal, entre agentes do estados, sociedade civil, ONGs e mercado privado. Ao pulverizar o poder sob a égide do consenso, a rede de instituições de governança, dentre elas as organizações da sociedade civil, ironicamente não consegue perceber que os socialmente excluídos, a princípio representados por essas instituições, não são

contemplados pelas vantagens da urbanidade competitiva, criativa, inovadora e global da cidade pós-fordista (Swyngedouw, 2012 [2007]).

É necessário ampliar a acepção de “luta institucional” de Marcelo Lopes de Souza, no sentido de abranger outras estruturas institucionais além do Estado, como as da própria sociedade civil, que são empregadas para a produção heterônoma do espaço.

É somente com o acirramento das desigualdades sociais na virada do século que os estudos se voltam à análise de novos padrões de espacialização da exclusão social. Permanece o paradigma da reprodução da força de trabalho, mas agora em seu viés neoliberal. Ou seja, na raiz dessa articulação, estaria a ampliação das escolhas individuais, as quais permitiriam o desenvolvimento das oportunidades e capacidades humanas (PNDU, 2013). A intenção desses estudos é realizar um diagnóstico da dimensão sócio-espacial da exclusão, à exemplo dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e de Vulnerabilidade Social (IVS). Coraggio e Constanzo (2010) indicam que o objetivo desses diagnósticos é formular políticas sociais comprometidas com o desenvolvimento e distribuição de diversas formas de capital (social, econômico, humano, físico etc) entre os indivíduos mais pobres da sociedade. Esse enfoque é difundido pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento com a intenção de substituir políticas assistencialistas por políticas de cunho empreendedoristas, bem ao estilo da já citada tradição americana de responsabilizar o indivíduo pela pobreza, ou do outro lado da mesma moeda, pela riqueza. Tal noção toma como referência o acesso a essas diversas formas de capital, também denominadas de “ativos”, a fim de promover um circuito virtuoso para o indivíduo sair da pobreza (Coraggio; Constanzo, 2010). A questão comum nessa vertente é: como as desigualdades sociais se distribuem no espaço? Um novo padrão de desigualdade sócio-espacial é adotado pelos pesquisadores (Lago, 2009), em lugar da já citada concepção dual centro e periferia. Desse modo, além da tradicional categoria ocupação e renda, são acrescentados os parâmetros de demografia, longevidade, educação, moradia, mobilidade, segurança etc de modo a investigar o padrão fragmentado e excludente da produção do espaço das metrópoles brasileiras.

No início do século XXI, a compreensão da complexificação do fenômeno da desigualdade sócio-espacial aliada ao ressurgimento do fenômeno do trabalho associado promoveram o interesse pelo tema da espacialidade do trabalho precário nas metrópoles brasileiras (Lago, 2009; Ikuta, 2008). As práticas sócio-espaciais populares retornam como tema central desses estudos. À exemplo da autoconstrução de moradias pelos pobres urbanos, as

pesquisas revelam a construção de redes produtivas locais para superação da precariedade da vida.

Sociólogos e economistas já acumulam uma relevante reflexão e inúmeras pesquisas sobre a crise do trabalho e seu impacto sobre as desigualdades sociais. Planejadores urbanos e geógrafos privilegiam o impacto dessas desigualdades sobre o território, evidenciando novos padrões de segregação urbana. Ao mesmo tempo, a materialidade da cidade, a localização das coisas e das pessoas no território, portanto as distâncias e proximidades, as barreiras e aberturas modificam as condições de acesso à cidade. Os bens e serviços urbanos, objetos da política pública, não devem ser pensados apenas como condição para uma vida digna, mas também como recursos produtivos e monetários, passíveis de serem apropriados pelos trabalhadores em práticas emancipatórias. No Brasil, é crescente a atividade econômica domiciliar em áreas populares, seja na confecção de roupas, na produção de alimentos ou na prestação de serviços variados. Nesses casos, o acesso à água potável, à eletricidade e à telefonia e o baixo preço da tarifa desses serviços são condições para a formação de redes produtivas locais que promovam a superação da precariedade da vida nesses lugares (Lago, 2009).

Desse modo, essa vertente contribui para modificar a compreensão dominante até então entre os arquitetos e urbanistas do papel da periferia nos grandes centros urbanos: de lugar de dormitório, para lugar de trabalho. Entender outras formas de organização do trabalho para além do trabalho formal, do lado de fora da fábrica, constitui a preocupação dessa vertente, cujas principais descobertas referem-se a dois recursos empregados pelos grupos de trabalho associado para se reproduzirem: as relações de proximidade e o saber advindo da prática cotidiana. Apesar de reconhecer a ação direta dos trabalhadores da periferia, prevalece a noção de que a ação coletiva fundamenta-se na reivindicação do acesso ao consumo de recursos públicos pelos trabalhadores precarizados.

Concluo que a concentração territorial da confecção de roupas e o saber acumulado pelas trabalhadoras são dois elementos necessários para o surgimento ou a ampliação de ações coletivas que disputem e redirecionem os recursos públicos para o fortalecimento de experiências autogestionárias de trabalho e para a reprodução do trabalhador e sua família (Lago, 2009, 45).

A relação entre moradia e trabalho, ou entre as esferas de reprodução e de produção, fica mais evidenciada nos trabalhos de Ikuta (2003a), que dedica seus estudos aos movimentos sociais urbanos: MTST, Conjunto Palmeiras / Banco Palmas e *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM). Seus principais achados apontam que tais movimentos atuam para além das questões de moradia e de regularização da terra

que ocupam e, em uma perspectiva integral, também se organizam para garantir a subsistência através do trabalho (Ikuta, 2003a). As experiências de mobilização popular investigadas por Ikuta sinalizaram, em sentido positivo, a precedência do universo da reprodução sobre a produção: “[...] é preciso considerar a capacidade que estas experiências têm de transformar aspectos da esfera da produção através de dimensões constituídas na esfera da reprodução, comprovando que a esfera da reprodução não é mera repetição ou duplicação da produção” (Ikuta, 2003b, 31).

Em função das experiências de mobilização social organizadas pelos pobres urbanos em seu cotidiano, e também a partir da simples constatação da perpetuação das desigualdades sociais, um tema de estudos e de intervenções práticas se constitui na busca de outras bases conceituais para o desenvolvimento de novas práticas de produção do espaço, não comprometidas com a acumulação ampliada do capital. As formulações pelos técnicos de alternativas para a questão social se articulam em duas vertentes, discordantes entre si no fundamento das propostas de emancipação social da classe dos trabalhadores. A polêmica que se estabelece diz respeito aos limites conceituais dos processos ditos participacionistas, próprios da primeira vertente, em que prevalece a produção heterônoma do espaço, apesar do discurso democrático. A segunda vertente fundamenta-se no conceito da autonomia e, evidentemente, compromete-se em elaborar processos de produção autônoma do espaço. Em síntese, o debate que se trava no campo da arquitetura e do planejamento urbano é: qual a categoria essencial por detrás das alternativas de produção do espaço que podem promover a emancipação do trabalhador alienado: participação ou autonomia? Como identificar a linha tênue que divide processos igualmente baseados no trabalhador como produtor do espaço, mas que no primeiro caso mantém e justifica o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e, no segundo caso, emancipa o trabalhador de suas relações sociais opressoras? O debate de fundo que se estabelece entre os dois paradigmas diz respeito à superação da alienação no âmbito de processos de produção do espaço. Tendo em vista as já citadas três formas de mediação de segunda ordem institucionalizadas pelo capitalismo (divisão do trabalho, propriedade privada e intercâmbio capitalista), e as possibilidades de automediação de indivíduos sociais por meio de instrumentos e instituições específicas de auto-realização humana, o texto a seguir analisa as propostas de produção do espaço, baseadas nos paradigmas da participação e da autonomia, respectivamente.

### **3.2.1 Participação ou autonomia?**

A vertente da participação teve início na década de 60, em um contexto de forte questionamento dos ideais racionalistas e universalizantes do Movimento Moderno e do *International Style*. É certo que a crítica dessa vertente não residia diretamente em questões urbanas advindas de conteúdo de classe, mas sim ao projeto modernista: “O embrião dessa idéia já está nas críticas da produção em massa (que questionam os conjuntos habitacionais enormes), do processo de projeto tradicional (que reproduz a separação entre projeto, construção e uso) e dos procedimentos construtivos (que reforçam a divisão social e hierárquica do trabalho) pelo menos a partir da década de 1960” (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010). A perspectiva central baseia-se na aproximação entre arquiteto e o usuário final do espaço construído. Muitos arquitetos desenvolveram diferentes abordagens de envolvimento dos usuários no processo de produção do espaço, cujos métodos incluíam oficinas, consultas, escritórios de bairro, auto-construção, leiautes flexíveis de modo a adaptar o espaço às necessidades dos usuários etc. Os pioneiros da vertente da participação<sup>30</sup> foram os arquitetos Lucien Kroll, Ralph Erskine, Christopher Alexander, Walter Segal, Nicolas John Habraken, Yona Friedman, Eilfried Huth, o grupo Archigram, Cedric Price, Rodolfo Livingston, dentre outros. As experiências de participação contemplavam aberturas tanto no processo de projeto, quanto em outras etapas do processo de produção do espaço. Identifiquei seis grupos de arquitetos, que atuam de forma independente entre eles, cujos trabalhos são reunidos em função dos conceitos que empregam para aplicar a ideia da participação. O primeiro grupo de arquitetos concebe a participação do usuário na produção do espaço mediante a possibilidade combinatória de diferentes elementos espaciais (Alexander, 1969, 1977; Habracken, 1979; Kroll, 1987). O segundo grupo explora a participação do usuário a medida que ele usa o espaço (Friedman, 1960; Peter Cook, David Greene, Michael Webb: revista Archigram 1, 1961 apud Sadler, 2005). O terceiro grupo considera a participação através da autoconstrução (Segal, Huth apud Spatial Agency, 2013). O quarto grupo se dedica a desenvolver metodologias projetuais para a participação comunitária (Erskine apud Spatial Agency, 2013; Davidoff, 1965; Livingston, 1990; 2006). O quinto grupo propõe a participação comunitária em situações de precariedade e como forma de gestão espacial (Hambi, 1991; Till; Schneider, 2007; 2009; Frediani; French; Ferrera, 2011; Till; Awan; Schneider, 2011). O sexto grupo de arquitetos trabalha a questão da participação na produção de espaços de trabalho. Exploro nas páginas seguintes as ideias do sexto grupo que, evidentemente, contemplam a participação na produção do espaço de trabalho. Um breve discussão sobre outras vertentes de participação encontra-se no apêndice E – Vertentes da participação. De modo geral, essas vertentes apóiam-se nos

---

<sup>30</sup>Para um levantamento detalhado das propostas de arquitetos sobre a participação dos usuários, ver o ícone “arquitetos e a participação” disponível no site do grupo de estudos Morar de Outras Maneiras – MOM: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>.

conceitos de “flexibilidade” e “empoderamento”, como ideias fortes para fundamentar os argumentos em favor da participação. No entanto, tais termos mantêm uma intensa relação com os pressupostos da gestão flexível do trabalho, onde os usuários compartilham as decisões sobre a produção do espaço, tal como os trabalhadores são corresponsáveis pela produção nos espaços de trabalho. De modo geral, a “flexibilidade” é concebida nessas propostas como uma simples escolha do usuário entre um leque de opções desenvolvidas pelos técnicos, o que impede a produção de espaço novo ou até mesmo um novo processo de produção do espaço. Por sua vez, o termo “empoderamento” nos processos participativos reduz o controle do usuário à gestão de recursos escassos. Em ambas as situações, o arquiteto permanece desempenhando a função de mediador entre o usuário e o espaço construído.

O professor e acadêmico americano Henry Sanoff ocupa-se em investigar métodos participativos em arquitetura e planejamento, cuja ênfase está na participação comunitária e na participação coletiva de trabalhadores no planejamento do espaço da cidade ou no espaço corporativo, respectivamente. Suas ideias fundamentam-se nos princípios de democracia, planejamento estratégico e governança local (Sanoff, 2006) e, juntos com outros autores que serão detalhados na próxima seção, inaugura a sexta vertente de participação, aplicada no universo empresarial. O próprio Sanoff (2006) reconhece que tais conceitos são emprestados do setor privado e de suas técnicas de gerência flexível que, a exemplo do trabalhador, confere ao cidadão o papel de gerenciador do espaço construído. Porém, a participação está submetida aos princípios da ideologia neoliberal da meritocracia e da eficiência produtiva. Assim, a democracia participativa é concebida como um processo de decisão coletiva altamente descentralizada, ao longo de todos os setores da sociedade. Os teóricos da participação sugerem que a democracia deliberativa deve substituir a democracia representativa e suas deficiências, de modo a possibilitar que “os cidadãos colaborem de forma criativa, em que o voto é substituído pela tomada de decisão por consenso” (Sanoff, 2006). Para tanto, o cidadão deve estar organizado em grupos de pessoas selecionadas que refletem a diversidade do restante da população e que se relacionam face a face; o grupo deve expressar um sentimento forte de comunidade de modo a proteger e melhorar os lugares da vizinhança que são significativos para ela; cada membro do grupo deve apresentar capital social, ou seja, rede de relacionamento na comunidade que possa efetivar a organização comunitária, as relações sociais e a confiança mútua; o grupo deve mobilizar sua “inteligência coletiva” a fim de responder apropriadamente aos problemas comunitários, mediante a reflexão e julgamento baseados na “boa vontade de entender os valores e interesses de outros na busca por soluções aceitáveis por todos” (Sanoff, 2006, 134). Esse “consenso” é obtido por intermédio da



definição conjunta de objetivos (Sanoff, 2006). Todo o processo de participação é visto como um processo de resolução de problemas. Primeiro, o grupo deve recortar uma questão, um problema a ser solucionado. Depois, o grupo deve definir os objetivos do processo. Tendo em mente esses objetivos, o grupo, de modo consensual, elabora a solução para o problema. Ou seja, a partir do momento que todos pensam e agem para alcançar uma meta, os conflitos são colocados em segundo plano, e se perde a capacidade de perceber as causas que geram os conflitos. O acordo por resultados nada difere da gerência toyotista dentro da fábrica. Sanoff (2006), diante do “lado negro” do consenso ou do processo orientado e manipulado para obtenção de acordo, vale-se da expressão adjetivada “real consenso” para explicar que ele pode ser alcançado mediante o “real diálogo”. Ou seja, o conceito de democracia participativa, fundamenta-se na teoria de Habermas da ação comunicativa. Parte-se do princípio que é possível obter consenso de fins e de meios mediante a argumentação. Nesse caso, o papel dos técnicos é quebrar dissenso habituais e criar condições para a comunicação (Kapp; Baltazar, 2012).

O conceito de planejamento estratégico advém da ideia da necessidade de se manter o diálogo entre cidadãos e município, e que tal diálogo deve ganhar a forma de um plano estratégico comunitário, que promoverá a mobilização de recursos em direção aos objetivos (Sanoff, 2006). A elaboração de um plano estratégico deriva de premissas fundamentais, como a tomada de responsabilidade por parte dos cidadãos organizados em grupos, que devem definir objetivos e prioridades, identificar questões e grupos constituintes, desenvolver uma organização, agir e avaliar resultados (Checkoway apud Sanoff, 2006); a flexibilização do processo de tomada de decisão, de modo a manter intacto os resultados esperados; a administração por parte do grupo da lacuna entre necessidades da população e recursos escassos do poder público; a ampla divulgação das propostas mediante reuniões públicas de modo a garantir o maior número possível de votos de aprovação; e a participação em nível local, como o local de trabalho e a comunidade, uma vez que é neste nível que as pessoas aprendem autogovernança (Sanoff, 2006). A estratégia se revela nos processos participativos como meio do Estado compartilhar suas responsabilidades, inaugurando uma nova forma de administração, denominada de “governança deliberativa” (Carson apud Sanoff, 2006). Acredita-se que por intermédio da governança, há um aumento da frequência de ação política (Sanoff, 2006).

Vale a pena mencionar a congruência da abordagem dessa vertente com o novo modelo de organização do trabalho dentro das fábricas, a gerência toyotista, que exige dos trabalhadores maior participação nos processos de produção a partir do desenvolvimento de múltiplas habilidades, a polivalência, e de capacidade criativa para resolução dos

problemas. De fato, o que se percebe nos programas participativos é que os argumentos de flexibilidade e empoderamento legitimam processos de perpetuação da pobreza.

Os usuários muitas vezes são apenas informantes ou palpiteiros num processo dito participativo, cujo grau de participação depende da boa vontade do mediador. Ainda assim, as experiências de planejamento participativo vem sendo celebradas como solução, contrapostas à rápida deterioração das comunidades planejadas sem participação (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010, 15).

Enquanto os processos participacionistas desenvolvidos pelos arquitetos são concebidos como “participação parcial” em função dos usuários atuarem de modo parcelado nos processos decisórios, as propostas das políticas públicas são consideradas “pseudo-participação”, considerando que o papel dos usuários é de simples validação das decisões já definidas a priori (Pateman apud Lopes; Kapp; Baltazar, 2010). Ao contrário de uma primeira representação, as propostas centradas no paradigma da participação não são revolucionárias, pois o modo de produção do espaço permanece heterônomo. Apesar das aberturas propiciadas pela participação dos usuários no processo de produção, as normas são definidas a priori pelos técnicos especialistas, que em um primeiro momento continuam concebendo soluções para as práticas arquitetônicas desses usuários. A questão reside na natureza do conceito de participação, como já mencionado anteriormente (ver seção 3.1) “participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína, etc), sempre sugere uma outra instância, não composta pelos próprios “participantes”, que determina e coordena o processo” (Kapp, 2011).

No Brasil, o paradigma da participação está presente em iniciativas desenvolvidas a partir da década de 80, notadamente no âmbito de políticas públicas, cujo discurso refere-se à implantação de um novo padrão de participação popular em substituição ao padrão clientelista e excludente das políticas sociais até então vigentes (Rolnik, 2013). A proposta progressista de reforma urbana pretende superar os instrumentos de política urbana direcionados à “formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo” (Rolnik, 2013). No entanto, os espaços criados de participação popular como conselho, conferência e orçamento participativo não foram suficientes para romper com os processos tradicionais de tomada de decisão sobre política urbana, os quais mantêm relações políticas baseadas no clientelismo e no neo-corporativismo, no âmbito local; e no jogo político-eleitoral, no âmbito nacional (Rolnik, 2013). E sobretudo, nos anos 90, quando a agenda de reforma neoliberal se consolidou com a nova governança dos municípios brasileiros, os instrumentos de participação cidadã foram dispostos lado a lado com a ideia de Estado mínimo, esvaziando qualquer proposta de cidadania mais ampla (Rolnik, 2013). Um exemplo ilustrativo consiste

do instrumento de orçamento participativo OP, dentre os instrumentos citados anteriormente, o mais conhecido pela população, e até mesmo pelo senso comum técnico, provavelmente pela repercussão da experiência realizada em Porto Alegre, no ano de 1989. Atualmente, o OP é considerado pelo governo um importante instrumento de complementação de democracia representativa. No entanto, o OP permanece fundamentado na tradicional política de redistribuição de renda, travestida de participação popular. A população é convidada a escolher as prioridades de investimentos em obras e serviços, com os escassos recursos do orçamento municipal. Tanto o leque de opções de obras e serviços, quanto os recursos econômicos já estão definidos de antemão pelo poder público, o que demonstra a real natureza da denominada “participação cidadã”, isto é, o apaziguamento da população que vive em condições precárias. A participação popular nas políticas públicas “resume-se, na maioria das vezes, a consultar e informar a comunidade, tornando-se meramente um mecanismo burocrático imposto por lei, cumprindo o papel de quebrar possíveis resistências da comunidade” (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010, 15).

Ou seja, nos termos elaborados por Swyngedouw ([2007] 2012), a “participação cidadã” obscurece a “ordem policial urbana pós-política”. Apesar do discurso democrático, o paradigma da participação não promove a autodeterminação da produção do espaço pela população, uma vez que as políticas públicas são elaboradas por instâncias externas às organizações populares.

### **3.2.2 A participação na produção do espaço de trabalho**

A arquitetura industrial emprega o paradigma da participação de modo a favorecer a concordância do operário à implantação de novos processos de trabalho, que possibilitam maiores níveis de produtividade. Arquitetos e profissionais responsáveis pelo reprojeto do espaço, como engenheiros e ergonômicos, somente são contratados em situações em que há necessidade de implantar alguma mudança organizacional.

O arquiteto e especialista em arquitetura industrial, Jan Ake Granath (2001), identifica dois modos de participação do usuário no processo de produção do espaço (ele emprega a expressão processo de *design*), a participação através do *design* e a participação no *design*. No primeiro caso, a arquitetura construída pode impedir ou suportar a participação dos usuários, que por sua vez podem ou não acessar, compreender, apropriar ou possuir o espaço. No segundo caso, o usuário participa do processo de *design* (Granath, 2001). A participação no *design* encaminha para uma solução que apoia a participação através do *design* e, assim, dota o usuário de conhecimento, de modo a capacitá-lo em desempenhar

papel ativo no *redesign* e no gerenciamento do ambiente construído em caso de futuras reformas. Os argumentos de democracia, de qualidade dos resultados obtidos, de aprendizagem encobrem a real intenção da participação. Embora o usuário participe desde o início do processo, ele necessita ser “educado” em arquitetura de forma que possa se apropriar do aparato técnico para modificar o espaço, segundo as diretrizes acordadas previamente. Nesse sentido, o foco da abertura para participação do usuário não estaria na forma da edificação, mas no processo de projeto (Granath, 2001). Ao que parece, em situações de enclausuramento, o arquiteto exerce um papel além da mediação entre capital e trabalho, como também de apaziguamento dos conflitos. A etapa de acordo consiste de um processo de negociação entre empresa e operário, quando os trabalhadores se comprometem a adotar determinado padrão de qualidade de produto desde que se tenha uma contrapartida, “um resultado satisfatório em termos de qualidade do produto pode ser melhores condições de trabalho, por exemplo, menores níveis de ruído, equipamento ergonômico” (Granath, 2001). Além disso, Granath (2001) propõe o “processo de design coletivo” ou, em outros termos, o co-design, em substituição ao processo convencional de design participativo, em que o arquiteto entrevista os usuários, interpreta suas demandas, apresenta suas idéias, que são ou não aprovadas pelo cliente. Segundo o autor, o problema do processo convencional reside na pequena capacidade do trabalhador prever situações futuras em uma situação de mudança no processo de trabalho, a ser implantada pela empresa; e na restrita habilidade de compreender os desenhos técnicos. Dessa forma, justifica-se a adoção de outra postura e de outro método de projeto que deve buscar a criação de uma linguagem comum entre profissionais e usuários, de modo à superação das diferenças entre eles. Ou seja, do ponto de vista de Granath, os problemas que a arquitetura participativa enfrenta são reduzidos à questões cognitivas e de comunicação entre as partes envolvidas. Tais argumentos encobrem a perpetuação da divisão vertical de trabalho na produção do espaço, pois o arquiteto continua como peça central nos processos decisórios. O arquiteto ou a equipe multidisciplinar de profissionais são determinantes na persuasão dos trabalhadores, de modo que a participação funcione como um processo de validação da mudança organizacional pelos próprios trabalhadores.

A seguir apresento os principais achados obtidos pelo engenheiro de gestão e acadêmico dinamarquês Ole Broberg, que atua em processos de projeto participativo de espaços de trabalho. Sua proposta, além de centrar no emprego do aparato de projeto, prioriza as atividades produtivas. Todo o conteúdo dos parágrafos seguintes é baseado em seu artigo “*Quando o projeto participativo de espaços de trabalho se encontra com o projeto de engenharia em eventos de colaboração mútua*”, publicado em 2008. Ele reivindica um papel mais ativo do ergonomista no processo de projeto de modo a integrar a ergonomia na

concepção do espaço de trabalho e, assim, propõe que esse profissional assuma a tarefa de projetar o espaço. Provavelmente, o próprio fato de Broberg focar sua atenção na atividade de concepção, indica a dificuldade inerente em questionar o processo convencional de produção do espaço, fundamentado em bases heterônomas. Tal concepção advém da realidade mesmo de atuação dos ergonomistas que, segundo a tradição da profissão, se constitui a partir de resolução de conflitos próprios de postos de trabalhos enclausurados em organizações capitalistas.

Os ergonomistas lidam com o conflito entre capital e trabalho em ambientes organizacionais, com forte estrutura hierárquica, e acabam por reproduzir a ideologia do plano, apesar do discurso participacionista. Tal como é previsto em um processo participativo de projeto, predomina argumentos de fundo humanista, cujos valores morais fundamentam-se na saúde, segurança e conforto dos trabalhadores, e na coerência, colaboração e superação de conflitos. Desse modo, os projetos dos postos de trabalho, na visão participacionista, estão coerentes com a ideologia neoliberal de substituir debate e conflito pelo consenso e acordo. Parte-se do princípio que a atividade projetual é uma simples questão de resolução de conflitos. A partir de uma abordagem sociotécnica, os ergonomistas acreditam que por intermédio da participação é possível projetar novos espaços, ou transformar espaços existentes, mais coerentes, no sentido de harmonizar as diferentes dimensões que interferem nos lugares de trabalho, como espaço, organização, finanças e tecnologia (SOFT). Além de reduzir as dimensões do trabalho em aspectos técnicos, os ergonomistas entendem que o técnico projetista exerce a função de compatibilizar diferentes interesse políticos e sociais, encobrendo sua principal tarefa de convencer o trabalhador a aceitar pacificamente a mudança organizacional proposta pela empresa.

Esse é um trabalho de criar visões compartilhadas entre os atores com diferentes perspectivas e competências, superando resistências e interesses políticos, estabelecendo um processo de projeto colaborativo e facilitando reuniões entre atores dos diferentes vértices do modelo SOFT (Broberg, 2008, 48).

Broberg relata experimentos inspirados em métodos escandinavos de projeto participativo em situações de implementação de nova tecnologia em instalação industrial. A demanda inicial por uma intervenção no espaço de trabalho é expressada a partir de dois motivos combinados ou não, necessidade de aumentar a capacidade produtiva ou a necessidade de melhorar as condições de trabalho. Ambas as demandas refletem a predominância do universo da produção em relação ao da reprodução. Nesse sentido, a saúde, o conforto e a

segurança do trabalhador devem ser preservadas, de modo a não afetar o sistema de produção.

O projeto sociotécnico abrangeu três etapas (figura 23). A primeira fase, de negociação das condições para a intervenção, consistiu em reuniões com representantes da gerência e dos trabalhadores de modo a definir os objetivos, os recursos a serem alocados, quem deve participar, e como os resultados da intervenção serão transmitidos e mantidos no projeto de mudança. Ou seja, nesta fase cabe ao projetista identificar o que é permitido e o que é autorizado pela organização nas quatro dimensões do modelo SOFT. A segunda fase, de entendimento do sistema de trabalho, o projetista precisa adquirir um conhecimento básico das práticas e condições de trabalho, bem como dos conflitos entre trabalhadores e gerência. A terceira fase, implantação de intervenções, o projetista exerce as atividades de apresentação das propostas dos técnicos para os trabalhadores e de solicitação da colaboração dos trabalhadores no sentido de sugerir ajustes e propor novas ideias para os espaços de trabalho.

Nas primeira e segunda fases, os projetistas empregam os aparatos de reuniões com os representantes da empresa, entrevistas com os funcionários de diferentes hierarquias, *walk-throug* com os operadores e representantes de segurança da unidade no ambiente de trabalho e um *walk-throug* dos operadores com uma câmara digital. Nesse caso os operadores foram orientados para fotografar o sistema de produção conforme três situações: “coisas que são consideradas problemáticas e que, portanto, não deveriam ser transferidas para o novo sistema de produção (vermelho), coisas que funcionam bem e deveriam ser mantidas no sistema (verde), e coisas que precisam de atenção (amarelo)” (Broberg, 2008). As fotos selecionadas fizeram parte de um *workbook* que ficou a disposição dos operadores para realizarem comentários segundo o código de cores. O representante de segurança e a equipe de projetistas, separadamente, preparam *workbooks* semelhantes (Broberg, 2008).

Outro aparato empregado antes do início da primeira etapa é um acordo de colaboração entre as partes quando é declarado que os projetistas se comprometem a prestação de serviço solicitada pela empresa e, em contrapartida, a empresa autoriza a participação e o envolvimento dos trabalhadores no processo.

Fase	Atividade
Negociando as condições	Duas reuniões com o gerente de projeto. Assinatura de um acordo de colaboração.
Sistema de trabalho	Classificação do ambiente de trabalho através do <i>walk-through</i> da equipe do WSD na atual unidade de produção.
Sistema de trabalho	A equipe do WSD entrevista os operadores, o planejador de produção e o gerente de produção.
Negociando as condições	Primeira reunião com a participação dos dois engenheiros de projeto consultores.
Sistema de trabalho	Os membros da equipe do WSD fazendo um <i>walk-through</i> com os operadores tirando fotos para um <i>workbook</i> (cadernos de anotações).
Negociando as condições	Apresentação do plano de intervenção ao gerente de projeto e engenheiros de projeto, e alocação de tarefas.
Intervenção: <i>Workshop 1</i>	Apresentação dos <i>workbooks</i> . Jogo de projeto de layout baseado na proposta dos engenheiros de projeto (sala de reunião).
Trabalho de casa	Os operadores projetam seu layout.
Intervenção: <i>Workshop 2</i>	Jogo de projeto de layout baseado na proposta dos operadores (sala de reunião).
Negociando as condições	Reunião com o coordenador do OHS e com o planejador de produção sobre o planejamento dos cenários de uso.
Sistema de trabalho	Reunião com o gerente de projeto e com o coordenador do OHS. Identificação de incidentes no atual sistema de produção.
Intervenção: <i>Workshop 3</i>	Cenário de uso com foco nos procedimentos de trabalho, maquinário e layout (hall de produção).
Trabalho de casa	Contato com o fornecedor da máquina.
Intervenção: <i>Workshop 4</i>	Cenário de uso com foco nas condições do OHS na nova instalação (hall de produção).
Tabela 1: Atividades do projeto do espaço de trabalho no produtor industrial	

FIGURA 23 – Fases de um projeto sociotécnico  
 FONTE: Broberg, 2008, 50

Na terceira fase, a equipe de projetistas emprega o recurso de *workshops* em situações distintas e com diferentes objetivos. A primeiro *workshop* é denominado de jogo de projeto, cujo objetivo é facilitar o processo colaborativo de projeto de layout entre gerência de produção, dois engenheiros de projeto e três trabalhadores, e consiste de um tabuleiro com o desenho técnico da planta da área e com peças móveis de diferentes artefatos que compõem o novo maquinário (figura 24). Percebe-se que o jogo introduz nos trabalhadores a linguagem técnica do projetista, o que indica que apesar do processo participativo, permanece o emprego de aparatos técnicos convencionais de projeto. Nesse sentido, o argumento a favor do processo participativo, que reivindica a elaboração de proposta de layout por parte dos operadores, é vazia considerando-se o emprego de aparatos próprios do projeto técnico.

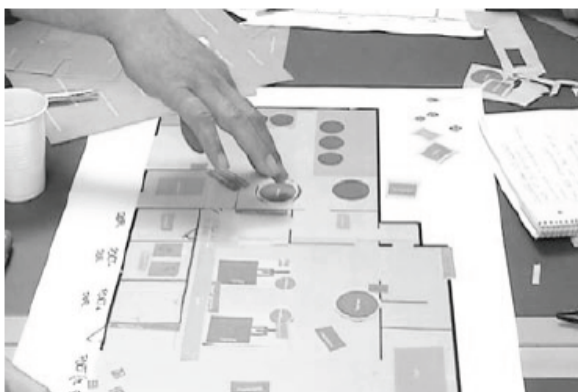


Figura 3: O jogo de projeto de layout

FIGURA 24 – O jogo de projeto de leiaute  
 FONTE: Broberg, 2008, 51

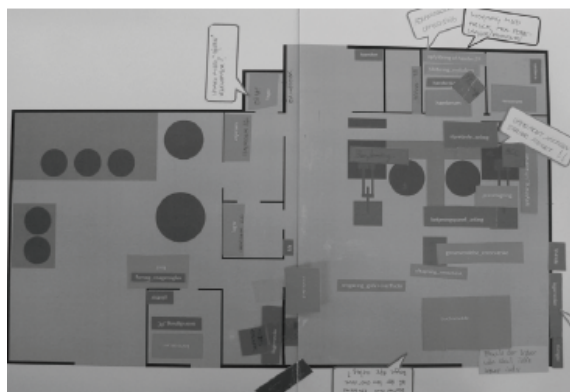


Figura 4: O tabuleiro de jogo de layout

FIGURA 25 – Leiaute final  
 FONTE: Broberg, 2008, 52

Os outros *workshops* referem-se aos cenários de uso, com o objetivo de estimular simulações futuras do sistema de trabalho e da ergonomia na nova instalação. Baseado no leiaute proposto pelos engenheiros de projeto, consultores da empresa fornecedora de equipamentos, um segundo tabuleiro de jogo foi impresso mas, dessa vez, não havia peças móveis. O objetivo era identificar possíveis problemas e registrá-los, de modo que posteriormente todos pudessem investigar novas informações ou sugestões. Nessa ocasião, o gerente de produção finalmente sugeriu que os operadores deveriam trabalhar em uma nova proposta para o leiaute. Essa afirmação sugere que havia a intenção da equipe de projetistas de convencer a gerência a autorizar a participação dos trabalhadores na elaboração do projeto. Ao que parece, o jogo contribuiu para a empresa se apropriar do saber prático do operário, sob o pretexto da participação. De fato, o leiaute final (figura 25), elaborado pela equipe colaborativa em novo tabuleiro com peças móveis, incorporou muitas propostas dos trabalhadores. “Os trabalhadores puderam trazer à tona coisas que não tinham sido consideradas pelos engenheiros de projeto. Funções de apoio, tais como manutenção e estoque, não haviam sido consideradas pelos engenheiros e, no entanto, tais funções eram parte do novo projeto de leiaute” (Broberg, 2008, 52).

Um segundo evento colaborativo foi empregado pela equipe de projetistas, de modo a simular o cenário de uso do novo leiaute, no próprio espaço destinado a implantação do novo maquinário. Nessa ocasião, a equipe usou dois aparatos projetuais, uma maquete em escala 1:20 com representações móveis de máquina e instrumentos (figura 26) e a colocação de marcadores com fitas no chão. A equipe de colaboradores foi constituída pelo gerente da produção, dois engenheiros consultores e três trabalhadores. O objetivo da maquete era possibilitar a simulação de funcionamento do novo leiaute, a partir de eventos relatados anteriormente nas entrevistas e que foram baseados na experiência adquirida na operação da unidade existente. Tais eventos referiam-se a questões de leiaute, sistema



técnico e procedimentos de trabalho, que foram registrados em *flip-charts* a medida que o grupo simulava a ocorrência deles no leiaute proposto. A partir dos registros, os itens que necessitavam de uma investigação adicional foram encaminhados para as pessoas do grupo que ficariam responsáveis por esse trabalho em casa. Após o exercício, mais ajustes foram realizados no leiaute. O objetivo dos marcadores no piso era avaliar o local de trabalho e a ergonomia do ponto de vista do consultor de saúde ocupacional, um procedimento obrigatório segundo a legislação dinamarquesa. A equipe conduziu o consultor de saúde ocupacional pela nova unidade (figura 27). Durante o *walk-through* pela nova unidade, o consultor perguntou sobre procedimentos de trabalho, projeto do local, equipamentos e proteção pessoal. A equipe registrou os problemas levantados e as ideias em potencial, sistematizados em função das áreas de ocorrência. Diversas mudanças foram realizadas no leiaute, a partir das constatações obtidas pela equipe nesse exercício.



FIGURA 26 – Simulação na maquete  
FONTE: Broberg, 2008, 52

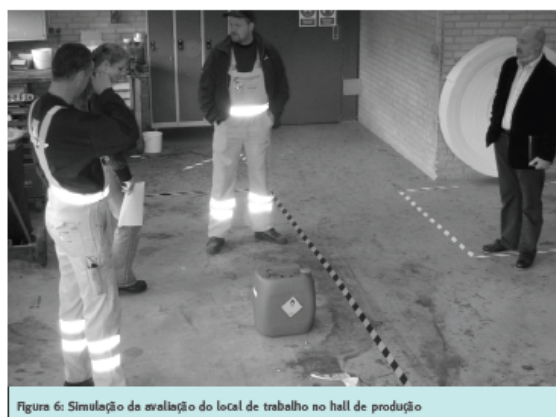


FIGURA 27 – Simulação no local  
FONTE: Broberg, 2008, 53

Como não poderia ser diferente, em se tratando de espaço de trabalho de uma corporação, todos os aparatos projetuais empregados pela equipe de colaboradores mobilizaram informações, dados, valores exclusivos da esfera de produção. Mesmo as questões levantadas posteriormente por Broberg, situam-se nessa esfera, como a gestão das distâncias entre concepção e uso por intermédio do emprego dos aparatos projetuais. O que indica que tais aparatos exercem mais a função de diminuir essa distância promovida pela divisão social do trabalho, que humanizar a tecnologia, como previsto no discurso participacionista. A distância entre concepção da tecnologia e o seu uso é expressada no texto de Broberg pela diferença entre o usuário projetado pelos engenheiros e o usuário real. Para o autor, a diferença existe em função de o engenheiro não poder prever eventos futuros, e tal diferença é reduzida quando “os usuários reais estiveram envolvidos em inscrever suas visões da nova linha de produção” (Broberg, 2008, 54). A distância entre concepção do sistema de trabalho e as tarefas desempenhadas pelo trabalhador é

explicitada pela questão da diferença entre o trabalho prescrito pela organização e a conduta real adotada pelo trabalhador. Essa diferença foi identificada pelos ergonômistas e pesquisadores Daniellou, Laville e Teiger, em artigo de 1989, em estudo de caso realizado em uma linha de montagem de televisores. O trabalho teórico determina os meios de trabalho, o pessoal, a tarefa, o espaço e o tempo, no entanto o trabalho real é variável e complexo (Daniellou; Laville; Teiger, 1989). No experimento realizado por Broberg e sua equipe, o emprego dos aparatos participativos foram essenciais para o mapeamento de “fatores que os engenheiros de projeto e o gerente de produção não tinham considerado no projeto do novo sistema” (Broberg, 2008, 54), em função da variabilidade das situações reais de trabalho. Broberg atribui a diferença entre trabalho prescrito e conduta real ao fato de o trabalhador não ter a oportunidade de refletir sobre sua conduta. Na realidade, a divisão social do trabalho, ao dividir as etapas de concepção e execução, impossibilita quem concebe de lidar e prever as variabilidades das situações de trabalho. Por fim, a distância espacial e simbólica entre os vários setores que compõem a empresa refletem a divisão social do trabalho, ou seja, a separação espacial do trabalho fragmentado. Tal distância é explicitada por Broberg a partir da expressão “espaço temporário de aprendizagem”, “no qual os relacionamentos de poder do dia-a-dia, papéis de especialistas e processo de tomada de decisão ficaram de fora” (Broberg, 2008, 54). A partir da perspectiva de aprendizado social, Broberg atribui ao papel de mediação da equipe de projetistas a facilidade de obtenção de um processo de projeto colaborativo. Nesse sentido, o autor acredita que a condução do projeto pela equipe, ao determinar regras de relacionamento entre o grupo colaborativo e ao empregar os aparatos participativos, facilitou a interação entre os membros do grupo e, conseqüentemente, a aprendizagem e a socialização das experiências para toda a organização. As constatações de Broberg encobrem o real motivo para que os técnicos de diferentes departamentos e níveis hierárquicos são impedidos de interagir no dia a dia de trabalho, referente a necessidade da gerência controlar o sistema de trabalho. Em síntese, os processos de produção do espaço ditos participativos caracterizam-se por expropriar o saber dos operários em favor de maior produtividade do processo de trabalho, apesar do discurso de humanização da tecnologia. De fato, há ganhos para a saúde, o conforto e a segurança do operário em seu ambiente de trabalho, porém as relações de produção permanecem hierárquicas.

### **3.2.3 Propostas de produção do espaço fundamentadas na autonomia**

Radicalmente distinta da visão anterior, estão autores que se apóiam no conceito de autonomia como meio de emancipação social. Enquanto as propostas centradas no paradigma da participação criticam a racionalidade do movimento moderno, as iniciativas no

âmbito da autonomia criticam qualquer forma de omissão e justificação da perpetuação de relações opressoras, dentre elas as relações entre capital e trabalho e entre gêneros. Mas antes de apresentar as propostas do campo da arquitetura e do urbanismo, fundamentadas nesse paradigma, discorro sobre o contexto de reformulação da expressão “autoconsciência do homem”, base teórica do conceito de autonomia, e sobre as críticas à prática convencional de arquitetura, essa última comprometida com o processo de acumulação de capital.

O paradigma da autonomia origina-se sobretudo dos trabalhos desenvolvidos no campo da Teoria Crítica, inaugurada nos anos 1930, a partir da desilusão em relação à ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas modificaria as relações de produção. Em um contexto histórico de surgimento do fascismo e do nazismo, da constatação do regime ditatorial na União Soviética comunista, ou seja, diante da barbárie, os pensadores da Escola de Frankfurt foram os primeiros a indicar os limites do marxismo ortodoxo ou a impossibilidade de desenvolvimento pleno da sociedade no contexto do capitalismo industrial do século XX (Adorno; Horkheimer, 1985 [1947]). A teoria marxista previa que em determinado ponto de desenvolvimento, forças produtivas e relações de produção entrariam em contradição, conduzindo a uma revolução social. Assim como o desenvolvimento científico não conduziu a emancipação do homem, por encontrar-se vinculado ao controle e a coesão social, o trabalho também não conduziu à formação autônoma e emancipada do homem. Pelo contrário, embora o trabalho fosse formador, prevaleceu na sociedade a “universalização da forma social do trabalho alienado” (Maar, 2010 [1971] apud Adorno, 2010 [1971], 17). Do ponto de vista da Teoria Crítica, são as relações sociais que determinam as forças produtivas, e não o contrário. Marcuse (1973 [1964]) elucida por que o desenvolvimento científico não conduziu à emancipação: “[a] tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social” (Marcuse, 1973 [1964], 18) em vez de cumprir sua promessa de libertar os homens do trabalho ou, pelo menos, de libertá-los do trabalho pesado, enfadonho, não-livre. Nesse sentido, a perda do papel de transformação histórica da classe dos trabalhadores se deve ao seu “aburguesamento” pela ideologia da Indústria Cultural (Adorno; Horkheimer, 1985 [1947]). Essa regressão é atribuída ao elemento destrutivo do progresso, qual seja a uniformização da sociedade administrada conduziu à autodestruição do esclarecimento. Para Adorno e Horkheimer (1985 [1947]) a indústria cultural reduz o esclarecimento à ideologia, no sentido de manipular as massas, de transformar o homem em simples consumidor, porque o que se quer é prestígio e não conhecimento. O princípio norteador reside na premissa de que a liberdade na sociedade somente é possível a partir do pensamento esclarecedor. Por sua vez, Adorno (1995 [1959-69]) ressalta que a

sobrevivência da humanidade depende de tentativas de superação da barbárie, através da produção de uma consciência verdadeira, autônoma e emancipada.

A contribuição da Escola de Frankfurt, em relação ao marxismo, é assinalar que a conquista de um outro padrão de sociabilidade, vai além da simples propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores. Tragtenberg (1987), sociólogo e professor brasileiro, a partir de seus estudos sobre as coletividades espanholas, produto de um movimento das classes trabalhadoras no período 1936/1939 durante a Guerra Civil, compartilha a mesma assertiva da Escola de Frankfurt, ou seja, que o debate sobre a autonomia insere-se no âmbito das relações sociais de produção:

Socialismo não significa somente propriedade comum e controle dos meios de produção e distribuição, significa, também, igualdade, liberdade afetiva, reconhecimento recíproco e uma radical transformação das relações entre os homens. É a autêntica “autoconsciência” do homem (Tragtenberg, 1987, 22).

A conquista da autoconsciência do homem não decorre do pensamento lógico formal, mas da capacidade de pensar em relação a realidade (Adorno, 1995 [1959-69]). Nesse sentido, autores que se propõe a compreender a realidade da produção arquitetônica identificam a estreita relação da prática arquitetônica com processos de produção capitalista. Já mencionei que a produção capitalista do espaço se expressa em vários âmbitos, na produção do espaço como mercadoria, na expressão de poder simbólico, na reprodução de relações sociais de produção. Agora, a discussão centra-se especificamente nos processos de produção arquitetônica engendrados pelos técnicos, à serviço do capital.

O arquiteto e professor inglês Jonathan Charley (2009) ressalta que a reivindicação de emancipação da arquitetura em relação à política e à economia trata-se de um mecanismo ideológico para encobrir o compromisso da prática arquitetônica com as práticas sociais que geram mais valia. Tais práticas são, por exemplo, a privatização do espaço público, o recorde de financiamento da indústria da construção civil, os edifícios “assinados” encomendados por ditadores ou oligarcas, a demissão de trabalhadores da construção civil, entre outras (Charley, 2009) “[...], a prática arquitetônica contemporânea não é um encantador exercício de exploração da imaginação espacial. [...] É o processo de trabalho capitalista impulsionado pela ideologia e pelos imperativos que lhe são colocados pelo processo de acumulação de capital” (Charley, 2009).

Diante da constatação de que a arquitetura é um ramo de operação do processo de produção capitalista, a questão da ética da prática arquitetônica ganha visibilidade entre alguns autores, que se propõe a definir os princípios fundamentais de uma arquitetura insurgente. Jonhathan Charley propõe uma prática arquitetônica alternativa, a qual ele entende como uma prática de resistência anti-capitalista. Na concepção do autor, o termo alternativo refere-se a um modo de produzir coisas, incluindo a produção de edifícios, que não seja determinada por imperativos capitalistas e pela moralidade burguesa. O significado politicamente engajado compreende a prática de resistência no âmbito ecológico e social, no sentido de resistir aos aspectos destrutivos do desenvolvimento urbano capitalista, e no âmbito profissional, no sentido de o técnico se engajar em modos pós-capitalistas de produção arquitetônica. Charley (2008) alega que grande parte dos arquitetos trabalham para reforçar a imagem de poder e riqueza dos seus clientes, mas não refletem sobre as relações de opressão na sociedade, bem como no canteiro de obras, gerados pelo processo de acumulação de capital. Os técnicos, como todo o senso comum, pensam e agem segundo a ideologia naturalizada de que os males do mundo serão remediados pela teoria econômica neoliberal. Assim, o mito do mercado livre promove a mercantilização de todos os aspectos do ambiente construído. Por outro lado, o fracasso do socialismo real no antigo bloco soviético condenou ao esquecimento as tentativas históricas de forjar uma alternativa para o capitalismo. Uma dessas tentativas ocorreu durante os primeiros anos da Revolução de Outubro na União Soviética, quando membros da vanguarda artística russa desenvolveram, nos anos 20, uma nova prática de política engajada com as necessidades revolucionárias de construção de um novo estado socialista (Cook, 2004 [1999]). O designer e artista teórico Alexei Gan, junto com Lyubov Popova (1889-1924), Aleksandr Rodchenko (1891-1956), Várvara Stepanova (1894-1958), Vladimir Tatlin (1885-1953), Karl Ioganson, os irmãos Sternberg (Georgy, 1900-1933; e Vladimir, 1899-1982), e Konstantin Medunetzki, entre outros, inaugurou o primeiro grupo do movimento estético denominado “Construtivista”. O projeto cultural da vanguarda tinha como princípio o engajamento das diversas artes, como pintura, escultura, arquitetura, teatro, desenho industrial e cinema na reconstrução do todo organismo social:

Não podemos nos esquecer de que nossa sociedade atual é de transição, do capitalismo para o comunismo, e que o construtivismo não pode ser dissociado da base, isto é, da realidade econômica de nossa atual sociedade; os construtivistas consideram sua única escola a realidade prática do sistema soviético, no qual são desenvolvidos experimentos sem fim, de forma incansável e persistente (Gan apud Bann, 1974, 40).

Assim, além de o grupo propor a adoção de um idioma comum entre as diversas artes, rejeitava a noção de arte como mera expressão isolada, individual e romântica. Alexei Gan, Alexander Rodchenko e sua mulher, a pintora e artista gráfica Varvara Stepanova, redigiram o programa do grupo Produtivista e, dois anos depois, o manifesto Produtivista, em que apontaram a arte especulativa e a própria religião como atividades escapistas e perigosas (Gan; Rodchenko; Stepanova, 1922, 19). Inspirados nas ideias de Marx, em especial na primeira parte da *A ideologia alemã* (1845), os produtivistas formulam um novo postulado para o trabalho dos artistas a partir da expressão comunista “construções materiais” (Cook 2004 [1999]).

A tarefa exigida por aquele novo posicionamento implicava, entre outras coisas, a participação real da produção intelectual como elemento importante na construção da nova cultura comunista. Isto significou, principalmente, um contato direto com todos os centros produtivos e órgãos principais do mecanismo soviético unificado, que tornou possível, na prática, novas formas de vivência e experiência. A ordem, então, era sair para as ruas, para as fábricas, únicos locais onde os artistas poderiam reformular os conceitos materialistas e realizá-los na vida prática, sintetizando as idéias de Marx referentes aos cientistas, ou seja, os artistas, nas mais variadas formas, têm interpretado o mundo, mas sua tarefa é transformá-lo (Vieira, 2004, 19).

As motivações práticas para a construção do socialismo baseavam-se na necessidade de recuperação da economia e da indústria soviéticas, abaladas em razão da I Guerra Mundial, mediante as possibilidades da nova era industrial. Desse modo, a nova síntese entre arte e tecnologia conduziu à ideia de “artistas engenheiros”, que adotavam os slogans “as ruas são os nossos museus”, “artes dentro da vida” e “arte para as massas” e os materiais tirados de diversos setores da produção industrial como ferro, vidro, metal ou madeira (Vieira, 2004).

Voltando-se para outros domínios da vida em que a síntese entre arte e tecnologia tornava-se mais palpável, artistas como Varvara Stepanova e Liubov Popova preocupavam-se com aspectos práticos e industriais como, na área têxtil, a estamperia de tecidos, enquanto outros, como Rodchenko ou os irmãos Vladimir e Georgii Stenberg, criavam cartazes de propaganda e trabalhavam com fotografia, fotomontagem e tipografia. Kasimir Malevich, além de ser o mestre do suprematismo, desenhava peças de porcelana enquanto os irmãos Stenberg logo se especializaram no design de cartazes para filmes (Vieira, 2004, 21).

No âmbito da arquitetura, Alexei Gan propunha aos artistas intelectuais a análise do significado político dos edifícios capitalistas. Nesse sentido, Gan formulou um conceito teórico primário de que a forma construída, ou nos termos empregados por ele “o órgão do

material técnico da sociedade”, influencia de forma ativa a mudança social revolucionária ou contra revolucionária (Cook, 2004 [1999]).

Como "órgãos" do material técnico da sociedade, as cidades capitalistas que herdamos são aliados fiéis de contra-revolução. O comunismo soviético já descobriu que a cidade capitalista não só não acomodou as iniciativas mais tímidas da reorganização revolucionária, mas mais do que isso! Ela teimosamente obstrui o caminho dessa reorganização. Ela é pequena e os edifícios inábeis foram totalmente incapazes de acomodar as necessidades operacionais das diversas novas organizações soviéticas. Eles são muito apertados, assim como as ruas e praças que herdamos não proporcionaram as condições espaciais que precisamos para desfiles em massa e grandes assembléias (Gan apud Cook, 2004 [1999]).

A substituição da cidade capitalista por uma cidade comunista exige a adoção de novos princípios por parte dos arquitetos, que devem planejar a cidade fora de seus escritórios, nas ruas, de modo a atrair todos os cidadãos da república proletária em um grande trabalho coletivo (Gan apud Cook, 2004 [1999]). As ideias e práticas anarquistas de Gan e de seus companheiros previam a produção descentralizada e a completa ausência de estruturas internas de poder. As ideias eram divulgadas na revista *Anarkhiia*, cujo editor era Gan, como o artigo de Malevich de abril de 1918 intitulado “Arquitetura como um tapa na cara do concreto armado” em que denunciava as práticas convencionais de arquitetos individualistas; e suas práticas anarquistas podem ser exemplificadas pela expropriação de 25 mansões em Moscou que se tornaram sedes do movimento, denominadas “Casas da Anarquia”. Os princípios anarquistas chocavam-se com as políticas burocráticas e centralizadoras do governo de Lenin, que havia transferido a administração para o centro histórico de Moscou em 10-11 março de 1918. Nos próximos anos, a política cultural bolschevic ameaçava e enfraquecia cada vez mais os movimentos anarquistas (Cook, 2004 [1999]).

Charley (2008) pesquisou a dinâmica espacial da Revolução Russa e revelou algumas propostas de igualdade de oportunidades, justiça social, redistribuição de riqueza, propriedade social dos recursos; e descobriu princípios anarquistas na base dessas propostas, centrados na liberdade individual, na autogestão, na ação independente, na autonomia e na oposição de qualquer forma de poder social (figura 28).

O autor elabora uma agenda de questões a serem enfrentadas pelos arquitetos e que representam as contradições inerentes do modo capitalista de produção do espaço:



FIGURA 28 – Clubes de trabalhadores soviéticos, Moscow, 1920s-30s, sentido horário, Golosov, Vesnins, Komfeld, Melnikov  
 FONTE: Charley, 2008

- 1) A propriedade privada pelos capitalistas dos meios de produção da construção.
- 2) O caráter instável de desenvolvimento urbano e a insegurança do emprego dos trabalhadores resultantes dos ciclos endêmicos de expansão e recessão na indústria da construção.
- 3) A história do desenvolvimento "geográfico" desigual e da desigualdade sócio-espacial.
- 4) Os padrões de divisão de segregação social que resultam em privatização e fortificação de terrenos e edifícios.
- 5) A maneira pela qual a mercantilização da vida cotidiana exacerba nossa alienação da natureza, do outro e os produtos do nosso trabalho.
- 6) A subordinação da necessidade social e a destruição ambiental causada pelos capitalistas, que priorizam os lucros sobre todas as outras necessidades e desejos.
- 7) A tendência para a homogeneização da arquitetura dos produtores de construção tanto para economizar quanto para manter a taxa de lucro.
- 8) Cada vez maiores os níveis de vigilância espacial e controle projetado para criar um 'cidade purificada' e assegurar que o processo de acumulação de capital permaneça ininterrupto (Charley, 2008, 165).



A partir de uma perspectiva centrada na política de produção do espaço, Swyngedouw (2012 [2007]) propõe um programa sociopolítico radical. A ética de um “gesto político correto” reside na discordância, no rompimento com a ordem policial (simbólica, social e estatal), ou, em outros termos, a política desorganiza a ordem policial quando há uma recusa em observar a “ordem estabelecida de governança com todos em seus lugares ‘corretos’ na aparente ordem natural das coisas” (Dikeç apud Swyngedouw, 2012 [2007], 57). Presume-se que o papel da polícia é de organizar a distribuição de pessoas no espaço e de normalizar essa distribuição de lugares. A política e a polícia convergem nos conceitos de espacialidade e temporalidade:

No fim, tudo na política trata da distribuição de espaços. O que são esses lugares? Como eles funcionam? Por que estão ali? Quem pode ocupá-los? Para mim a ação política sempre atua sobre o social como a distribuição litigiosa de lugares e papéis. É sempre uma questão de saber quem está qualificado para dizer o que é um determinado espaço e o que é feito com ele (Rancière apud Swyngedouw, 2012 [2007], 58).

Em última instância, a política adequada consiste em reconfigurar o espaço da polícia, de forma dialética, originando espaços intermediários. “A política adequada age no espaço da polícia, a partir do espaço da polícia e através [d]esse espaço. Ela, contudo, não atua dentro do espaço da polícia, mas *entre os espaços* que não são determinados pela polícia, que não possuem lugar no espaço da polícia” (Swyngedouw, 2012 [2007], 58. Grifos do autor). A democracia surge quando o padrão de “urbanidade tecnoadministrativa consensual” é substituída pelo padrão da aceitação do conflito urbano no espaço social, quando “intervalos de subjetivação” são construídos entre identidades, entre espaços e lugares (Rancière apud Swyngedouw, 2012 [2007]). Esses espaços urbanos livres “são os tipos de espaços em que formas alternativas de vida, trabalho e expressão são experimentadas, em que novas formas de ação política e social são encenadas, em que economias afetivas são retrabalhadas, e o viver criativo não é medido pela subida dos índices do mercado de ações ou dos fundos de pensão” (Swyngedouw, 2012 [2007], 60). As autênticas práticas políticas democráticas, desempenhadas nas margens da cidade contemporânea, requerem o reconhecimento e a valorização dessas práticas, a produção de espaço próprio, a confecção de mapeamentos e cartografias alternativas do possível, a imaginação e criatividade arquitetônica e urbana, a resignificação da cidadania e o desenvolvimento de programas urbanos visionários (Swyngedouw, 2012 [2007]).

A questão fundamental nas abordagens que contemplam o conceito de autonomia, mesmo que de forma implícita, é que não se trata apenas de aberturas no processo convencional de produção do espaço, e sim, de formular um outro processo de produção.

O processo convencional de produção do espaço caracteriza-se pela sequencia linear de tarefas, fundamentadas no raciocínio lógico e racional do pensamento cartesiano. “O procedimento usual começa com uma espécie de consulta ao cliente (nem sempre o usuário do espaço) para o estabelecimento de um programa de necessidades, depois, segue-se o desenho do plano, a construção desse plano e, por fim, o uso” (Baltazar; Kapp, 2006, 95). A prática capitalista da arquitetura fica evidente através da divisão vertical do trabalho (concepção, execução e uso) e do emprego da ferramenta desenho técnico. Ou seja, a prática da arquitetura propicia o controle social por intermédio de aparatos gerencial e técnico, em acordo com o modo de produção capitalista. Diferente do paradigma da participação, o modelo da autonomia não centra-se apenas na distância entre concepção e uso, mas também na separação entre concepção e execução. Bicca recorre à Serge Moscovici para evidenciar a necessidade dos arquitetos distinguirem o trabalho manual do intelectual, reivindicando a ruptura do seu trabalho com o saber-fazer das corporações:

Em outros termos, esta categoria deve se distinguir também por um critério visível aos olhos da sociedade, critério que assegure o reconhecimento de sua arte como maior ou mesmo superior às outras artes. O único recurso que ela tem, para isto conseguir, é de se colocar como “liberal”, isto é, como tendo integrado na sua habilidade o pensamento teórico, fazer passar o seu trabalho por intelectual (Serge Moscovici apud Bicca, 1984, 74).

A necessidade de definir os novos princípios da arquitetura do Renascimento e de opô-la às práticas adotadas pelos mestres-de-obras da Idade Média fez surgir tratados que exprimiam a nova ideologia arquitetônica. Bicca cita um trecho da obra de Alberti intitulada “Tratado da Arquitetura”, provavelmente escrita entre os anos de 1443 e 1452, onde pode-se perceber seu pensamento com relação ao trabalho manual:

Antes de ir mais longe, creio que seria bastante útil dizer a quem reserve o nome de arquiteto; não vos apresentaria, certamente, um carpinteiro, pedindo-vos considerá-lo como igual a um homem profundamente instruído em outras ciências, mesmo que na verdade o homem que trabalhe com suas mãos seja o instrumento do arquiteto. Chamarei arquiteto aquele que, com uma razão e um método maravilhoso e preciso, sabe primeiramente dividir as coisas com seu espírito e inteligência, e em segundo lugar como associar com justeza, no curso do trabalho de construção, todos os materiais que, pelos movimentos dos pesos, pela reunião e a superposição dos

corpos, podem servir eficaz e dignamente às necessidades do homem. E na realização dessa tarefa, ele terá necessidade do saber mais apurado e mais refinado” (Gallimard apud Bicca, 1984, 74-5).

Sérgio Ferro (1982) destaca o papel do desenho no processo de abolição das corporações de ofício. Uma vez separadas, o desenho técnico realiza a mediação entre as atividades de conceber e executar e surge como ferramenta de controle operário. Ferro (1982) demonstra como este recurso é empregado para a exteriorização do conhecimento prático e para a monopolização da informação:

Da regulamentação da produção à sua organização, da mensuração externa à sistematização das operações – é nesta passagem que o desenho faz-se adotar como instrumento capital, momento em que se torna urgente definir as parcelas da produção com maior rigor. Questão de organização, portanto, que o generaliza como documento do trabalho. O objetivo de seu uso não é nem a qualidade do produto (as normas da corporação eram muito mais rígidas e detalhadas), nem sua constância (a ausência do desenho fazia, se fosse o caso, da cópia direta um método mais fiel). O que constrange a história do desenho é a divisão desigual do trabalho que avança – e seu outro pólo, o acordo a ser imposto aos componentes produzidos pelos trabalhos divididos (Ferro, 1982, 63).

O aparato técnico do desenho, ou o projeto arquitetônico ou urbanístico, não somente reproduz a divisão social do trabalho, como também impede a autodeterminação da produção do espaço pelos usuários. Essas relações de dominação revelam o caráter de mercadoria da prática arquitetônica, submetida às relações de produção capitalistas.

*Um plano implica, pela sua própria natureza, o cerceamento da liberdade de decisão e ação de todas as pessoas que sofrem as suas conseqüências, sem terem tido o direito de voz e voto na sua elaboração.* No âmbito dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, isso significa o cerceamento da liberdade, tanto daqueles que executam um projeto materialmente (os trabalhadores envolvidos na construção) quanto dos que farão uso de seus resultados (os habitantes, num sentido amplo do termo). Essas relações de dominação, inerentes ao projeto, raramente são percebidas com clareza, pois ele se tornou uma espécie de fetiche (feitiço), na acepção em que Karl Marx usa o termo: faz aparecer como ligações entre coisas o que, na verdade, são associações entre pessoas ou relações sociais. Por outro lado, como fetiche nada mais significa do que coisa feita, isto é, coisa do artifício humano, nem divina nem natural, também esse fetiche do plano pode ser questionado, criticado e desfeito (Baltazar; Kapp, 2006, 94, grifos das autoras).

Tendo como horizonte a produção autônoma do espaço, o Grupo MOM propõe que o usuário seja o produtor do espaço, com um papel ativo no processo de produção. Nesse sentido, autonomia é bem mais que participação popular. “Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados (Kapp *et al.*, 2012)”. O usuário como produtor do espaço difere das propostas cujo paradigma centram-se na participação, pois não se trata do usuário escolher entre um leque de opções previamente determinadas pelos técnicos, mas do usuário determinar o processo de produção do espaço. Dessa forma, é necessário rever o produto e o processo da prática arquitetônica, “de modo que não mais se busquem procedimentos ou arquiteturas ideais, e sim possibilidade de cada indivíduo ou grupo decidir sobre o procedimento mais adequado a cada situação” (Baltazar; Kapp, 2006, 101).

O resgate do papel do usuário como produtor do espaço pressupõe o fim de um processo fragmentado de produção do espaço e outras funções para o técnico, que não seja o de planejador do espaço (Kapp; Baltazar; Morado, 2008). O não-planejamento do espaço permite a atuação do arquiteto no exercício constante de teoria e prática da crítica e na produção de meios físicos e digitais de facilitação da produção do espaço pelo usuário/produtor, de modo que esses últimos tenham autonomia para se decidirem sobre a economia e a legislação, processos de projeto e construção, materiais e sistemas construtivos (Baltazar; Kapp, 2006). No último caso, o arquiteto pode atuar tanto na elaboração de mediações para os produtores do espaço, quando esses solicitarem, quanto no *design* de interfaces ou de instrumentos destinados aos usuários/produtores do espaço. Os arquitetos devem produzir novos instrumentos jurídicos, informacionais e físicos, denominados de “interfaces de espacialidades” (Baltazar; Kapp, 2006, 97). Essas práticas arquitetônicas alternativas não pretendem substituir as tradicionais, mas somente experimentar práticas diferenciadas (Kapp; Baltazar; Morado, 2008).

O exercício da crítica pelo arquiteto não contempla proposições sobre regras universais e declarações gerais de como um espaço deveria ser, mas o questionamento do real compromisso da prática arquitetônica com a emancipação social de indivíduos ou grupos. Tal exercício crítico reside em avaliar se produtos e processos promovem a autonomia individual ou coletiva na produção do espaço. A ética da prática arquitetônica é a idealização de uma sociedade livre, na qual os indivíduos ou grupos são concebidos em sua totalidade, e não a partir de sua função econômica, separados ora como simples consumidor de

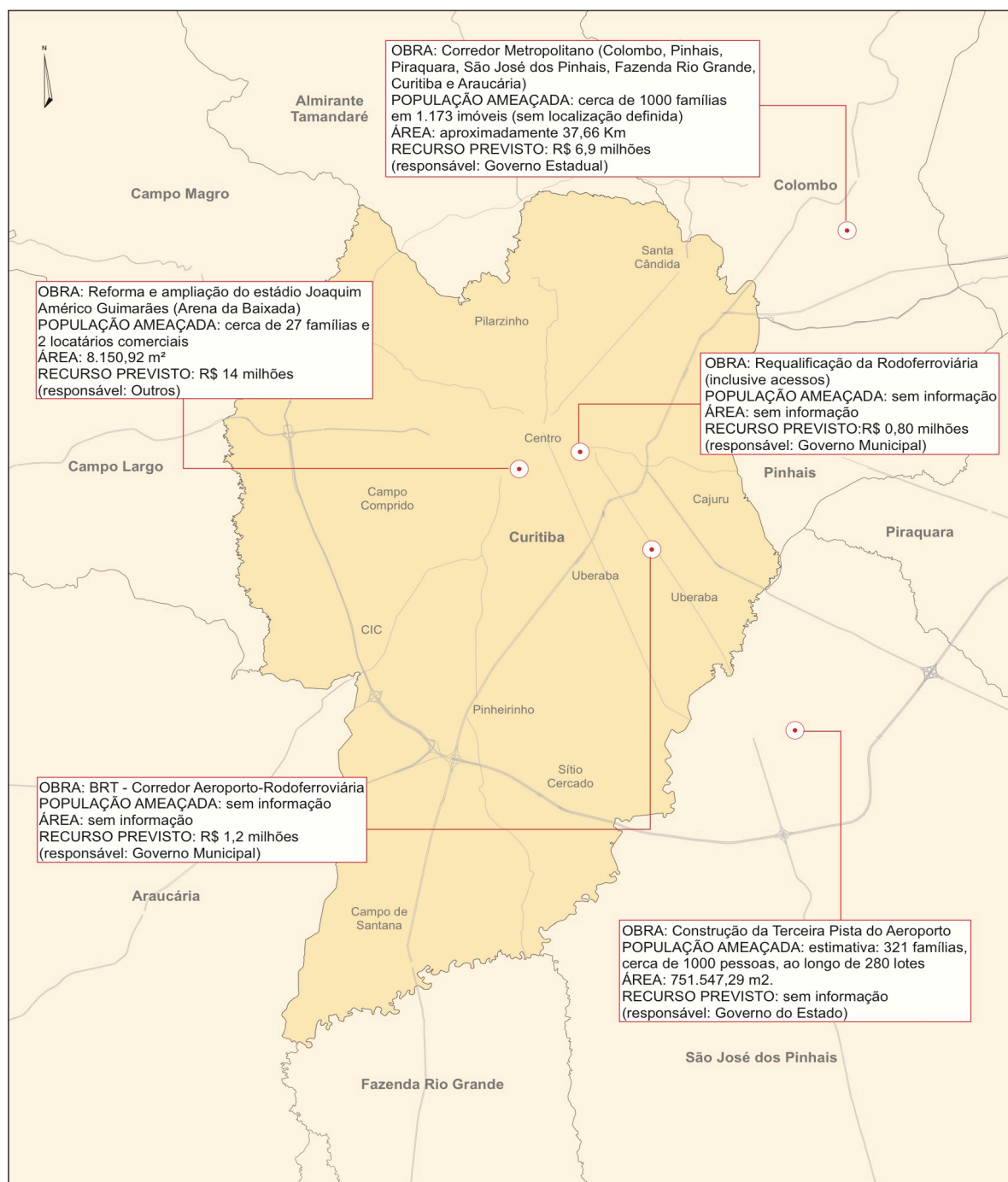
espaço, ora como simples produtor do espaço (força de trabalho) (Kapp; Baltazar; Morado, 2008).

A prática da mediação do arquiteto consiste em facilitar a busca de uma resposta diante de um conflito ou dificuldade enfrentada por indivíduos que produzem o espaço. O técnico não tem poder de decisão, mas atua como um agente externo à situação de modo que os indivíduos encontrem informações para uma produção autônoma do espaço. “Mediação significa remover constrangimentos sociais, liberando a troca de idéias e informações técnicas. A intenção é fortalecer o povo de experiência, opinião e julgamento, ou, em suma, para melhorar a sua autonomia.” (Kapp; Baltazar; Morado, 2008). A prática do *design* de interfaces ocorre quando não há necessidade do arquiteto mediar um conflito ou dificuldade. O usuário produz o espaço sem a mediação do arquiteto. Há vários exemplos de mediações e de interfaces que imprimem outras possibilidades de atuação do arquiteto, que não seja o projeto.

Uma mediação entre usuário / produtor e a produção do espaço são os mapas. Hakim Bey (ver apêndice D), a partir da concepção de Zona Autônoma Temporária – TAZ, havia sugerido o uso subversivo do mapa, outro tradicional instrumento de controle do arquiteto e do urbanista. A ideia é potencializar os momentos de levantes, que intensificam a vida cotidiana, através do uso clandestino, ilegal e rebelde da *web* (Bey, 2011 [1990]). Um desses usos seria o *mapa da informação*, ou projeção cartográfica de áreas de “caos”, de modo que os lugares dos levantes ficassem escondidos ou visíveis nos mapas para acesso dos hackers da TAZ, conforme a situação exigir (Bey, 2011 [1990]). Inspirados em Bey, há experiências de projeções cartográficas empreendidas por arquitetos na atualidade, cujo objetivo é fornecer maior nitidez às experiências que expressam as situações de caos, positivas ou negativas, vivenciadas pelas classes dos trabalhadores. Há aqueles *hackers* arquitetos que divulgam informações, como Fernanda Keiko Ikuta e Patricia Baliski (2012) com o levantamento de efeitos perversos da valorização do espaço pelo capital para a população, em situações de megaeventos (figura 29).

Há outros *hackers* arquitetos que disponibilizam plataforma digital para mapeamento colaborativo na *web* com o objetivo de permitir que os próprios usuários do espaço insiram informações relevantes sob a ótica desses últimos, como por exemplo o mapeamento de ações contra hegemônicas por agentes envolvidos com essas ações (Grossi de Oliveira, 2013); ou a elaboração de plataforma virtual de discussão sobre questões urbanas, onde os usuários podem reprogramar e ampliar as funções da plataforma segundo as próprias demandas (Quintão; Kapp, 2012) (figura 30).

## POPULAÇÃO AMEAÇADA DE REMOÇÃO POR OBRAS DA COPA EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA



Base cartográfica: IBGE  
 Fonte: Pesquisa direta, Matriz de Responsabilidades, Decretos (PR-3.409/11, Curitiba: 1.957/11), Gazeta do Povo  
 Organização: Fernanda K. Ikuta, Patricia Baliski (abril/2012)

0 5 10 km

FIGURA 29 – Mapeamento da população ameaçada de remoção por obras da Copa em Curitiba e região metropolitana

FONTE: Agência Pública<sup>31</sup>, 2013

<sup>31</sup> Disponível em : <www.apublica.org>. Acesso em dez 2013.

No entanto, essas mediações encontram limites em situações de pobreza material e política. No primeiro caso, evidentemente os usuários produtores do espaço não apresentam recursos econômicos e não econômicos para obter ou manipular a ferramenta computador. E no segundo caso, os usuários apresentam uma relação alienada com a produção do espaço, porque conferem a uma instância exterior, no caso o Estado, a responsabilidade pela produção e manutenção do espaço público ou serviços e equipamentos urbanos contidos nele (Quintão; Kapp, 2012).



FIGURA 30 – Plataforma virtual de discussão sobre questões urbanas  
 FONTE: Quintão; Kapp, 2013

Outro exemplo de mediação é o “manual de instruções”, um aparato técnico desenvolvido por Rodolfo Livingston (1990; 2006) em seu método “Arquitetos da Família”, já mencionado anteriormente. Os manuais consistem de informações técnicas diretas e amigáveis que permitem ao usuário gerenciar a produção do espaço. Eles substituem o aparato do desenho técnico detalhado, próprio do método convencional, em que se adota uma linguagem cifrada, obviamente somente decodificada por técnicos especialistas. Segue

abaixo um extrato do manual de instruções desenvolvido em uma atividade de extensão coordenada pela professora Thais Luz, no ano de 2011 na Escola de Design, quando uma escola de agricultura familiar, localizada no norte de Minas Gerais, solicitou a reforma do prédio que abriga o refeitório da instituição (figura 31). Embora os manuais de instruções sejam produzidos a partir de situações específicas, as demandas populares apresentam questões construtivas que se repetem, como a umidade subindo pelas paredes (infiltração por percolação devido à falta de impermeabilização na base das fundações), a construção de novas paredes, a execução de avarandados. O próprio Livingston mantém em seu escritório um acervo pessoal de manuais, que ele pode replicar nessas situações (Nogueira, 2010). Nesses casos, os manuais de instruções podem prescindir da presença do técnico, funcionando como uma interface de espacialidades.



FIGURA 31 – Extrato do manual de instrução para ampliação de refeitório de escola de agricultura familiar  
FONTE: Zerlotini da Silva e outros, 2011

Um exemplo de interface são os tutoriais. Os tutoriais são ferramentas que visam a democratização do acesso à informação técnica e efetivam a criação de redes de aprendizado (Kapp; Baltazar, 2009). Exemplos dos tutoriais para a produção do espaço são panfletos que além de ensinar o passo-a-passo para alguém construir algo por ele mesmo, podem levantar questões políticas e sociais sobre a produção do espaço. O grupo MOM, inspirado no trabalho de um grupo de militantes feministas da Inglaterra durante o século XX denominado as *Suffragettes*, idealizou a *Panfletar*, uma coleção de panfletos disponíveis no site do grupo, cujos primeiros fizeram parte da exposição coletiva *Transitivos* no SESC Pinheiros em São Paulo, no final de 2007 e início de 2008 (figura 32). O objetivo de a Panfletar é “levantar questões acerca dos espaços públicos e privados e informar as pessoas com conhecimento técnico para que aumentem as condições de decidir autonomamente sobre a produção de seus próprios espaços” (MOM, 2007).



Outra interface de espacialidade elaborada pelo grupo MOM com o objetivo de democratizar a informação e ampliar a rede de aprendizado no âmbito da produção do espaço é o banco de dados IDA. O banco de dados cataloga componentes e processos construtivos e consiste de uma interface de apoio à construção de moradias de pequeno e médio porte. O objetivo do sistema IDA é “disponibilizar informações para auxiliar nas decisões de projeto e construção, especialmente aquelas concernentes à construção habitacional de pequeno ou médio porte e geridas participativa ou autonomamente” (MOM, 2013).

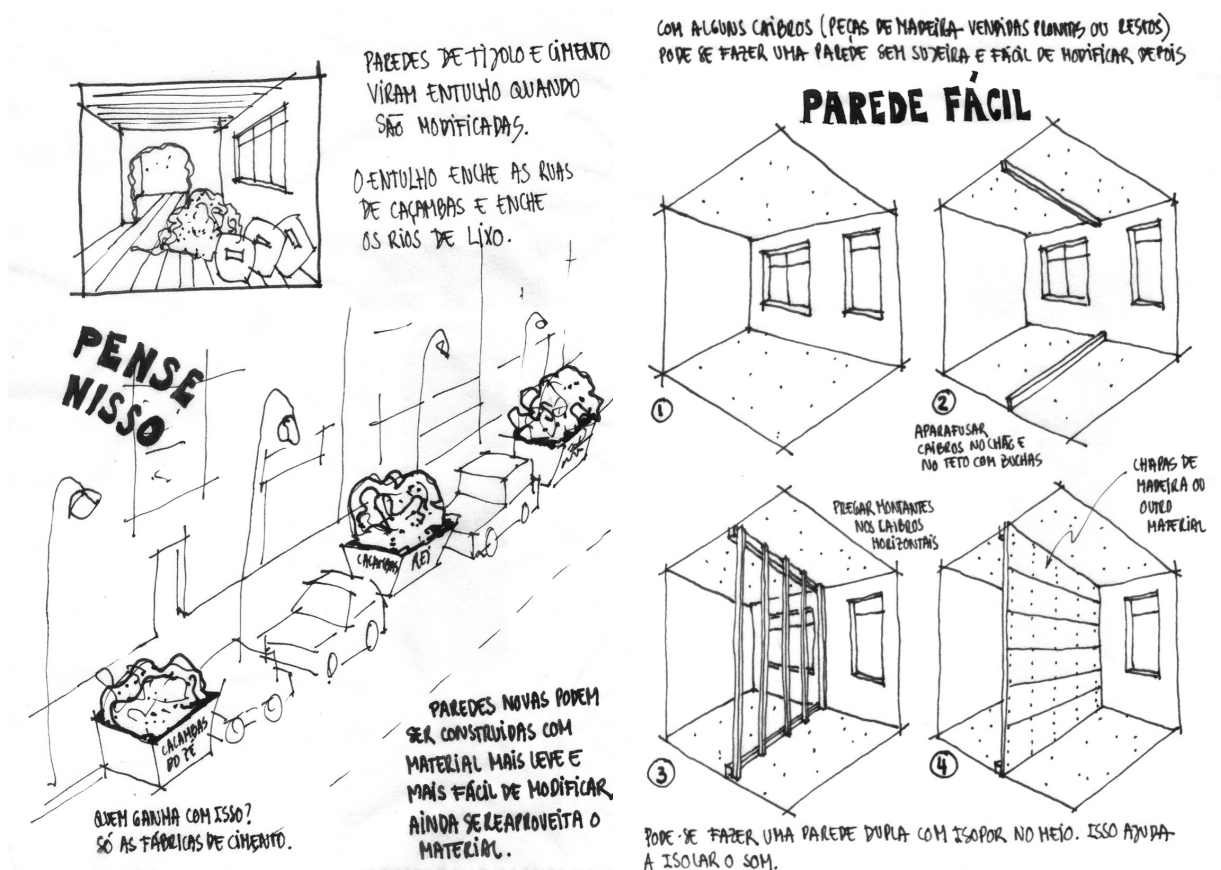


FIGURA 32 – Exemplos de panfletos da exposição coletiva *Transitivos* no SESC Pinheiros em São Paulo  
 FONTE: MOM<sup>32</sup>, [2007] 2013

Os tutoriais e os bancos de dados revelam a natureza dialética de qualquer instrumento, que reside na característica paradoxal de ele ensinar alguém a fazer algo predeterminado. Dessa forma, os tutoriais podem ser apropriados ou em processos de produção autônoma ou heterônoma do espaço. “Como coadjuvantes em processos colaborativos entre indivíduos autônomos, podem até incrementar autonomia e colaboração. Em contextos fundamentalmente heterônimos, apenas reforçam a submissão” (Kapp; Baltazar, 2009).

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>. Acesso em dez 2013

A dialética dos instrumentos refere-se à tutela e ao aprendizado livre, ou em outros termos, a dialética dos instrumentos se reporta à criação de dependência e ao incremento do poder de decisão e ação de indivíduos ou grupos (Kapp; Baltazar, 2009). Um bom exemplo de apropriação inadequada refere-se a proposta de *Non-plan* elaborada por arquitetos ingleses no final dos anos 60, no contexto de desilusão com os grandes programas da arquitetura Moderna que prometiam resolver os problemas sociais, e acabaram agravando-os. Reyner Banham, Paul Barker, Peter Hall and Cedric Price publicaram em 1969 um artigo intitulado “*Non-plan: an experiment in freedom*”, onde rejeitaram qualquer tipo de planejamento. Mas a proposição de não planejamento foi logo transformada em uma ferramenta de gestão pelo economista austríaco Frederich August von Hayek, o qual recomendou a redução ou eliminação dos regulamentos urbanos com a finalidade de diminuir a intervenção do Estado e incentivar as atividades de livre mercado no setor imobiliário (Frank, 2007 [2000]). Ben Frank (2007 [2000]) observa que tanto os não planejadores (nova esquerda), quanto as propostas de Hayek (nova direita), ao compartilhar a mesma opinião sobre a ausência do Estado, unificaram suas propostas. Ambas as proposições conceberem a permanência da primazia da propriedade privada e da divisão hierárquica entre quem concebe e quem usa. O movimento *squatting*, ocorrido na primavera-verão de 1969, expôs a origem da dialética da ferramenta *Non-plan*, ao questionar as normas predeterminadas para o uso do espaço. Os *squatters* concebiam propriedade em função da posse determinada pelo uso, ao invés de posse pelo título. Além disso, Ben Frank (2007 [2000]) indica que o movimento foi uma luta social e política mais ampla do que o *Non-plan*, no sentido de questionar o capitalismo e a arquitetura concebida como espaço construído e projetado para fins predeterminados.

Não é possível prever qual será a apropriação pelos usuários dos instrumentos que são, à princípio, democráticos, mas é possível atuar de maneira a ampliar a democratização de acesso, mesmo se tais instrumentos forem empregados inapropriadamente em processos heterônomos. A adoção de linguagem direta e facilitada, como o caso dos panfletos; a ausência de direitos autorais, como o caso dos bancos de dados de domínio público; e o maior número possível de informações técnicas a serem disponibilizadas, são estratégias que contribuem para a apropriação do instrumento em processos autônomos de produção do espaço. Tais aspectos ganham importância frente aos processos participacionistas, onde permanece a divisão social da produção do espaço, que pode acarretar em um leque menor de opções para dar suporte ao processo de decisão dos usuários, ou na disseminação da mercantilização dos instrumentos de produção. Nesses casos, por detrás do discurso da ação direta, o usuário permanece força de trabalho não paga.

Kapp e Baltazar (2009) ressaltam a possibilidade de superar a dialética do instrumento além do uso, mas também de seu funcionamento. Ou seja, as mediações e as interfaces além de promover a democratização do acesso a usos predeterminados, podem ser mobilizadas no sentido de predeterminar a democratização. Nesse último sentido, a ideia é “abrir a caixa preta” dos instrumentos de modo que os usuários possam entender o seu funcionamento com o objetivo de reprojeta-lo, reprogramá-lo, e assim “descobrir e inventar novidades, abrir caminhos, imaginar e discutir situações inéditas” (Kapp; Baltazar, 2009).

As ideias do filósofo austríaco Ivan Illich (1979 [1973]) colaboram com a possibilidade de superar a dialética do instrumento ao propor a abertura do instrumento não apenas em seu uso e funcionamento, mas na sua concepção, ou seja, em todo o processo de produção. A principal contribuição do filósofo austríaco Ivan Illich é que sua proposta não considera o desenvolvimento de produtos e processos prontos, acabados; mas de instrumentos ou ferramentas a serem produzidas por determinado grupo social, sem intermediação do técnico. O autor defende a tese de que uma reinstrumentação da sociedade, mediante o emprego de ferramentas “convivenciais” (Illich, 1979 [1973]), pode promover a liberdade pessoal e coletiva. A ideia central de Illich é se opor às características das ferramentas “automatizadas”, que se definem pelos critérios de produtividade, competitividade e controle. Segundo Illich, novos padrões de sociabilidade podem ser alcançados sem o compromisso com a produtividade econômica. Ciência e técnica podem ser desenvolvidas considerando critérios que assegurem a proteção da equidade no exercício das liberdades pessoais. A concepção de ferramentas simples, o acesso equitativo a essas ferramentas, sua propriedade coletiva, a adoção de escala de produção ajustada às demandas das comunidades, o respeito à diversidade cultural e o controle pessoal sobre o uso criativo das ferramentas são princípios que garantiriam a autonomia dos indivíduos.

A democratização na produção de mediações e de interfaces de espacialidades em situações de pobreza política e material permite indicar outro modo de prática profissional, que seja as práticas de sensibilização para estimulação de práticas sócio-espaciais autônomas. Nessas situações, próprias de grupos de trabalho associado, os quais não apresentam uma consciência de classe consolidada, a atuação do arquiteto exige uma atuação crítica, mas ainda não definida, a ser construída no processo pelos próprios usuários produtores do espaço, baseada na experiência cotidiana. É o exemplo da atuação de arquitetos em favelas, que em estudos de caso realizados pelo MOM (Kapp *et al.*, 2012) evidenciou outra possibilidade de ação técnica, desenvolvida durante o processo. Trata-se do levantamento qualitativo de práticas sócio-espaciais empregadas pelos moradores da favela. Predomina no senso comum técnico, e na própria representação das associações de

bairro, que os recursos mobilizados pelos moradores para a produção do espaço são pertinentes a situações de levantes e reivindicações; como, por exemplo, os recursos de ação direta como a invasão, a marcha, a passeata, e os recursos institucionais como a defensoria pública, a formalização da associação de bairro, os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Ou seja, as práticas sócio-espaciais cotidianas de autoprodução do espaço, igualmente mobilizadas para a produção do espaço pelos pobres urbanos, não são reconhecidas. Além disso, quando os técnicos se dispõem a observar a realidade, procedem conforme representações a priori, conforme padrões técnicos, ideais humanitários ou juízos estéticos (Kapp *et al.*, 2012). A prática arquitetônica baseada na entrevista em profundidade, além de evitar representações preconceituosas sobre a produção do espaço por pobres urbanos, permite que os “habitantes problematizem e potencializem sua produção socioespacial” (Kapp *et al.*, 2012).

Assim, a própria metodologia das entrevistas já indica uma forma de atuação diferente da via institucional, do atendimento ou mesmo do estímulo estético: trata-se de disponibilizar instrumentos para que os habitantes problematizem e potencializem sua produção socioespacial. Em vez de tentar suprimir as contradições socioespaciais por uma forma qualquer de mediação, a ideia é criar meios de as pessoas continuarem tomando as decisões sobre seus espaços cotidianos, mas com acesso fácil a informações significativas para os seus propósitos, isto é, informações sistematizadas a partir dos processos de autoprodução e de suas dificuldades reais (Kapp *et al.*, 2012).

Apesar de as mediações e as interfaces de espacialidades serem desenvolvidas para responder prioritariamente as demandas dos espaços de reprodução, como moradia e espaços públicos, são aplicáveis no universo da produção, como no caso de espaços de trabalho de grupos associados. Mesmo porque em todas as proposições de práticas arquitetônicas alternativas prevalece a concepção do usuário como produtor do espaço, o que pressupõe a superação da alienação do indivíduo em todas as esferas da vida, não separando o homem / mulher trabalhador(a) do homem / mulher morador(a).

### **3.3 As propostas dos técnicos**

Não é minha intenção proceder a uma discussão exaustiva e aprofundada sobre as propostas elaboradas pelos técnicos para os grupos de trabalho associado, e que contemplam o espaço explícita e implicitamente, dado o grande número de grupos de pesquisa nas universidades que se ocupam em elaborar essas propostas (apêndice A), além de outras instituições que apoiam o movimento do trabalho associado. Irei, outrossim,

selecionar exemplos representativos das diversas abordagens de modo a explicitar a categoria espaço e sua modalidade de produção, em cada um dos exemplos dados. O critério de seleção das propostas refere-se à natureza do trabalho dos grupos pesquisados: coletivos de trabalho cujas atividades são fundamentadas em bases artesanais.

No âmbito da produção do espaço, há iniciativas que seguem o caráter empírico do campo de pesquisa da Economia Solidária. São urbanistas, engenheiros, arquitetos e designers ocupados em auxiliar grupos produtivos na superação de suas condições de precariedade, em diferentes escalas de atuação, do território ao espaço de trabalho. Há uma primazia de proposições de cunho desenvolvimentistas, muito em função do predomínio no senso comum técnico da ideia de obtenção de desenvolvimento social a partir de desenvolvimento econômico. Tal abordagem adota tradicionalmente vários formatos no combate à pobreza: crescer para distribuir (liberalismo), distribuir para crescer (inspiração Keynesiana), concentrar para crescer (neoliberalismo)<sup>33</sup>. Permanece a ideia de que a solução para a desigualdade social advém do universo da produção e distribuição de riqueza, o que não procede, considerando o conceito de pobreza política (Demo, 1996 [1986]) e os mecanismos para a permanência das relações de dominação entre classes sociais (Souza, 2009; 2010), já mencionados anteriormente.

Provavelmente, a urgência das situações precárias, próprias dos grupos de trabalho associado, pode ser o motivo pelo qual as propostas não contemplem possibilidades de emancipação social. Nesse sentido, qualquer iniciativa é bem vinda pois, evidentemente, promove um certo distanciamento das necessidades primárias de sobrevivência, como fome e abrigo. De fato, há alguma redistribuição de riqueza, com a presença ou não do Estado, pois essas iniciativas atuam como centros redistribuidores de recursos, com vistas a diminuir as desigualdades sociais. Mas permanece a ideia central de combater a pobreza mediante a distribuição de riqueza. Os pesquisadores filiados à visão desenvolvimentista, que serão discutidos abaixo, em sua atuação teórica e prática, não colocam em questão as relações sociais de produção, reafirmando o modo capitalista de produção. O argumento do aumento da qualidade de vida ou até mesmo da sustentabilidade permanece válido, encobrendo a manutenção das relações sociais de opressão e exploração entre as classes sociais.

Tal noção toma como referência a teoria do valor trabalho que é a principal fonte de riqueza. Trata-se de aumentar a produção excedente para dividir as sobras entre os membros da associação. Isto é, a questão da pobreza é estudada a partir da esfera da produção e da

---

<sup>33</sup> Para maior compreensão dos diferentes formatos de produção e distribuição de riqueza ver Dagnino (2002).

distribuição de riqueza. Desse modo, os estudos do espaço, e dos objetos contidos nele, privilegiam o desenvolvimento das forças produtivas, mantendo as discussões exclusivamente na esfera da produção. O espaço é concebido como meio de produção que pode ser instrumentalizado para obtenção de maior riqueza social.

O equívoco da abordagem desenvolvimentista dos técnicos é desconsiderar que o trabalho só é fonte de riqueza sob a forma de trabalho social. Dito de outro modo, o trabalho de um indivíduo isolado somente produz valor de uso (Marx, 2010 [1859]). Dessa forma, essa visão desconsidera as relações capitalistas de produção, baseadas na extração de mais valor. Estão impossibilitadas de reconhecer, nas estratégias do capitalismo avançado para lidar com a tendência de queda da taxa média de lucro<sup>34</sup>, a desvalorização do trabalho vivo (força de trabalho) pelo trabalho morto (meios de produção).

Tendo como horizonte o desenvolvimento social a partir do desenvolvimento econômico, as propostas elaboradas pelos técnicos para os grupos de trabalho associado se dividem em três vertentes: economicista, humanista e culturalista.

### 3.3.1 Abordagem economicista

A abordagem economicista ocupa-se em investigar a “eficiência” das forças produtivas das economias populares, abrangendo tanto os meios de produção quanto a força de trabalho. Dessa forma, correm o risco de valorizar o trabalho “morto” pelo estudo racional de fluxos e distribuição espacial das atividades produtivas. Tais propostas submetem a iniciativa popular de reprodução da vida à lógica de uma economia de mercado, mantendo os estudos sobre os ambientes de trabalho em conformidade com o modo capitalista de produção.

---

<sup>34</sup>“As relações de produção capitalistas se baseiam na extração de mais-trabalho sob a forma de mais-valor (ou, segundo linguagem corrente, mais-valia). O proprietário dos meios de produção, o capitalista, compra a força de trabalho do produtor e paga por ela o valor necessário para sua reprodução enquanto força de trabalho. A força de trabalho, porém, produz mais do que o necessário para sua reprodução e este valor a mais, acrescentado à mercadoria e apropriado pelo capitalista é o que se chama mais-valor. No processo de produção do mais-valor há um duplo caráter: de um lado, é um processo de trabalho caracterizado pela exploração e alienação do trabalhador; de outro, é um processo de valorização dos meios de produção. Só a força de trabalho acrescenta valor às mercadorias, pois os meios de produção apenas transmitem seu valor ao produto-mercadoria fabricado. A evolução do modo de produção capitalista transforma esta relação. Com o desenvolvimento e acumulação dos meios de produção há a desvalorização da força de trabalho e a valorização dos meios de produção. Os meios de produção foram valorizados pela força de trabalho e por isso se tornam, com o desenvolvimento do capitalismo, um dispêndio cada vez maior para o capitalista.

Com isso o capitalista investe cada vez mais nos meios de produção e cada vez menos na força de trabalho. Assim, como só a força de trabalho produz mais-valor, surge a tendência para haver a queda da taxa de lucro médio. O aumento de produtividade busca evitar esta queda, já que aumenta a extração de mais-valor relativo. Entretanto, isto cria uma nova tendência à baixa da taxa de lucro médio, pois o aumento do mais-valor relativo significa que a força de trabalho acrescentou mais valor ainda à mercadoria e isto torna mais dispendioso os meios de produção.

Esta é a tendência declinante da taxa média de lucro. O capitalismo, através de seus agentes, cria também contratendências e busca fazer isto de várias formas, tal como através do aumento da interferência do estado no processo de produção e distribuição ou da expansão do consumo, entre outras” (Viana, 2007).

Os objetivos expressos por incubadoras universitárias (quadro 08) ao apoiar as atividades de empreendimentos denominados de Economia Solidária constituem um exemplo de intervenção cujo fundamento permanece em bases produtivistas. Apesar dos principais argumentos referirem-se à autogestão (Vilella, 2010, 27-9) (Bensadon, 2010, 43-4) e à melhoria de qualidade de vida dos pobres urbanos e rurais (Pudenzi; Bensadon, 2010, 46-7), as ações das incubadoras centram-se no treinamento dos membros associados em função do gerenciamento do empreendimento e de sua viabilidade econômica (Mascarenhas, 2010, 81-4). As proposições prezam pela sustentabilidade econômica dos empreendimentos porque entendem que as iniciativas populares são organizações econômicas.

QUADRO 08 – Objetivos de uma Incubadora Universitária

- Incentivar a formação de empreendimentos de Economia Solidária – associações e cooperativas populares urbanas e rurais, além de empresas autogestionárias – como alternativa para a geração de trabalho, renda e redução da exclusão social;
- Produzir, disseminar e transferir conhecimentos sobre Economia Solidária, de forma transdisciplinar, tornando-os acessíveis à sociedade;
- Capacitar multiplicadores para a difusão e desenvolvimento de conhecimentos produzidos na universidade, visando à criação de assessoria aos empreendimentos solidários;
- Introduzir nos programas institucionais da universidade, de forma indissociada, em nível de pesquisa, ensino e extensão, os princípios e objetivos da Economia Solidária;
- Assessorar técnica, administrativa e politicamente, de forma integrada e continuada, grupos sociais interessados na criação e fortalecimento de empreendimentos solidários, visando a sua autonomia;
- Incentivar a formação de Redes de Cooperação voltadas para o fortalecimento da Economia Solidária;
- Contribuir para a formação de incubadoras universitárias com a difusão dos princípios da Economia Solidária.

FONTE: Farid Eid apud PRONINC, 2011 (Texto adaptado pelo PRONINC a partir do folder e do site da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar, agosto de 2001)

As propostas não discutem formas de superar as limitações da economia popular, como a questão de opressão nas relações sociais, por exemplo. Vários indícios disso se encontram no documento intitulado *Sistematização de práticas das ITCPs*, organizado em 2011 pelo projeto *Articulação ITCPs*, que reúne incubadoras universitárias do estado de São Paulo (USP, Unesp, Unicamp, UFSCAR e FGV). Para citar apenas um exemplo, no relato da ITCP-Unicamp pode-se ler sobre um processo de aquisição de equipamentos que indica o caráter meramente assessorio da participação dos trabalhadores nas decisões:

Em março de 2006 foi firmado um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esse projeto teve como objetivo proporcionar a melhoria das condições de trabalho em cooperativas populares de separação de resíduos sólidos. Esse é o único projeto na história da ITCP/UNICAMP que financiou estrutura para os grupos incubados. (Esse edital foi uma conquista do

Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável – MNCR) Por meio desse financiamento foram adquiridos equipamentos de triagem e de proteção individual para duas cooperativas de Campinas. Além disso, o projeto permitiu colocar a Tecnologia Social em prática. Uma mesa de triagem foi projetada conjuntamente por trabalhadores e formadores. (Articulação ITCPs, 2011, p.168)

Maurício Sarda de Faria e Renato Dagnino (2010), na apresentação do livro de Henrique Novaes, *O Fetiche da Tecnologia*, esclarecem a implicação perversa do estímulo, por subsídios governamentais, à aquisição de uma tecnologia convencional por um grupo de trabalho associado, no caso de catadores de material reciclado: a apropriação como trabalho não pago pelos atravessadores (Novaes, 2010, 21). Essa situação não difere da iniciativa da ITCP-Unicamp, que, apesar das boas intenções, reduz as possibilidades de autogestão no redesenho de um equipamento do processo de trabalho, sem uma análise crítica contextualizada da cadeia produtiva no qual o grupo se insere.

Por outro lado, o campo de atuação das incubadoras tecnológicas é muito restringido pelos órgãos que financiam suas atividades. No universo acadêmico é prática comum a solicitação de recursos econômicos e não econômicos às agências de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, e aos Governos Federal, Estadual e Municipal através de seus Ministérios ou Secretarias. Tais recursos podem ser obtidos ou por uma incubadora universitária ou por uma associação de coletivos de trabalho através de apresentação de propostas de projeto junto a essas entidades. No universo da Economia Solidária, os editais tradicionalmente priorizam os temas referentes à geração de trabalho e renda, por intermédio de incentivo e apoio às atividades de formação, assessoria técnica, aquisição de equipamentos e construção civil de unidades produtivas. Nos últimos anos, além do tema trabalho e renda, tópicos como organização sociocomunitária, tecnologia social, desenvolvimento local, sustentável e territorial são contemplados nos editais, em uma clara tentativa de superar a visão economicista. No entanto, permanece uma forte relação entre a superação de escassez material, ou no termo empregado por esses editais de pobreza extrema, e a geração de riqueza acumulável, como demonstra o trecho do edital de chamada pública do SENAES/MTE do ano de 2012 direcionado para o fomento de assessoria técnica.

Desenvolver e promover processos metodológicos de assessoria técnica voltados à organização da produção, comercialização, finanças solidárias, bem como, ao planejamento territorial, de redes e cadeias, de segmentos populacionais e de empreendimentos econômico solidários para o desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema (Ministério do Trabalho e Emprego, 2013).



A Cáritas Brasileira é outro ator fundamental para a constituição do campo da Economia Solidária, desenvolve e implementa propostas direcionadas para os grupos de trabalho associado, dentre outros grupos em situação de vulnerabilidade social. A Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e foi fundada em 12 de novembro de 1956. Nos anos de 1980, o Cáritas junto com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Organismos e Pastorais Sociais, inspirados na pedagogia de Paulo Freire, renovaram a sua metodologia de ação, no sentido de buscar outros subsídios para o trabalho de educadores na prática de formação e assessoria técnica em Economia Solidária. Em 2011, em parceria com o Governo Federal, elaborou uma publicação cujo conteúdo é parte da Oficina Nacional sobre Metodologias de Assessoria Técnica para Empreendimentos Solidários, que o Centro Nacional de Formação e Apoio à Assessoria Técnica (CFES) realizou no mesmo ano. O objetivo da oficina era desenvolver diretrizes políticas e metodológicas indicadas pela Conferência Nacional sobre Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária, bem como desenvolver aspectos da assessoria técnica indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). As principais diretrizes referem-se às questões de desenvolvimento territorial, gênero e economia feminista, pedagogia e tecnologia social, e buscam incorporar metodologias de organização social que alterem o quadro político de dependência dos grupos de trabalho associado. É evidente o avanço das proposições do Cáritas em relação à ampliação das questões de Economia Solidária para além do universo de produção e à participação dos membros das associações no processo. No entanto, a metodologia sugerida aos educadores para ser aplicada em seus espaços de discussão e formação determina de antemão os temas a serem tratados junto aos grupos de trabalho associado: qualificação de produtos e serviços, redes produtivas solidárias, elaboração de projetos, bancos comunitários e fundos solidários, formalização de empreendimentos e elaboração de projetos, comércio justo e solidário, software livre e inclusão digital, contabilidade para empreendimentos econômicos solidários (CFES; Cáritas Brasileira 2012). Além disso, os temas permanecem centrados no universo da produção e não contemplam, por exemplo, questões relacionadas ao gênero e à Economia Feminista. Embora os temas sejam, de fato, essenciais para a sustentabilidade econômica do empreendimento solidário, cada um é tratado de maneira isolada, sem conexão com outros tópicos, indicando o emprego da matriz “solução de problemas”, já mencionada anteriormente, que realiza um recorte no amplo e complexo universo dos grupos de trabalho associado. Segue abaixo um exemplo da aplicação da metodologia considerando o tópico Comércio Justo e Solidário (figura 33).

Para que o empreendimento possa fazer um retrato da comercialização para habilitação no SNCJ, o Projeto Nacional de Comercialização desenvolveu um roteiro de autoavaliação com as seguintes questões para debate.

**ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE O PRODUTO**  
RETRATO DA COMERCIALIZAÇÃO

- 1) Quais são os produtos oferecidos pelo empreendimento?
- 2) Quais são os produtos mais vendidos?
- 3) Existe uma análise sobre o custo/benefício da produção de cada um deles? Quais são os mais e os menos rentáveis?
- 4) O grupo sabe construir o preço de seu produto considerando o valor hora de remuneração, a matéria-prima e todos os insumos utilizados no processo produtivo?
- 5) Os produtos são vendidos com marca própria?
- 6) A imagem do grupo produtivo, ou seu saber tradicional, é mostrada no rótulo do produto ou nos materiais de comunicação e marketing do mesmo? Caso positivo, como são feitos os acordos?
- 7) O produto já possui certificação de diferencial (orgânico/comércio justo)? Vocês têm conhecimento de algum canal de comercialização que reconheça/exija esse tipo de certificação?
- 8) Quais são as maiores dificuldades que o grupo apresenta na produção de seus produtos?

9) Quais são as maiores vantagens que o grupo apresenta na produção de seus produtos?

10) Quais os canais de comercialização mais utilizados (feiras, mercados, super mercados, lojas, grupos de consumo, mercado institucional, outros)?

Esta pergunta é muito importante para a continuidade da discussão: Recomendamos que o grupo debata e reflita com calma sobre os tipos de vendas que realiza antes de prosseguir ao **preenchimento da tabela**.

Tipos de mercados	Produtos mais vendidos	Como são construídos os preços	Quais outros atores comercializam nesse mercado	Se a produção for maior, esse mercado pode comprar mais?
Tipos de mercados	Como o grupo promove os seus produtos nesse mercado	Como são oferecidas informações para as/os consumidoras/es e sobre o CJS?	O pagamento é: pré- financiamento, a vista, parcelado ou em consignação? São divididos os riscos de perda?	Há contratos de compra e venda regular? Como foram construídos?
Tipos de mercados	Vantagens e oportunidades de cada mercado	Desvantagens e desafios de cada mercado	Ações a serem realizadas	

FIGURA 33 – Roteiro de autoavaliação do empreendimento no âmbito do tópico Comércio Justo e Solidário  
FONTE: CFES; Cáritas Brasileira, (2012)

Disse anteriormente que, além de propostas centradas no universo da produção – as quais denomino de economicistas, identifiquei duas outras vertentes. Mas antes de apresentá-las, discuto primeiro os fundamentos do campo da sociologia que originam as concepções subjacentes às vertentes humanistas e culturalistas.

Já mencionei anteriormente que o teórico social Jessé Souza (2009), em seus estudos sobre a naturalização da desigualdade social, indica as formas de legitimação social que prevalecem no Brasil, o trabalho digno e a expressão individual. Esta base moral está presente no julgamento que o senso comum técnico do campo da arquitetura e urbanismo realiza em relação à produção do espaço pelas camadas mais pobres da população, especificamente nesta tese, o espaço de trabalho. Diante das determinações do Estado ou da iniciativa privada, a população, organizada ou não, elabora estratégias para produzir o seu o espaço de trabalho. A tendência dos técnicos é considerar o espaço produzido pela ralé segundo as categorias de análise próprias das classes dominantes. Categorias que são baseadas, evidentemente, no trabalho digno e no expressivismo. Dessa forma, os argumentos acerca da qualidade do ambiente de trabalho e da identidade local são centrais nas análises realizadas pelos técnicos. Será visto que tais estudos, ao considerarem

exclusivamente essas categorias, acabam por não reconhecer o modo pelo qual os pobres produzem o espaço. O não reconhecimento leva à interpretações equivocadas dos técnicos sobre o espaço produzido pelos pobres e, conseqüentemente, reproduz e reforça a ocupação marginal dos espaços da cidade.

Dito de outro modo, mesmo quando os técnicos se propõem a estudar e elaborar intervenções nos ambientes produzidos pelas parcelas mais pobres da população, a invisibilidade da ralé permanece porque a base das categorias de análise estão atreladas aos valores social e historicamente construídos pelas classes dominantes. A questão de fundo desta tese sobre a produção do espaço pelos trabalhadores pobres é o conflito social, notadamente o entre classes sociais. Os argumentos de qualidade do ambiente de trabalho (propostas de cunho humanista) e de identidade local (propostas de cunho culturalista) podem obscurecer estas relações de classe, quando essas ideias são centrais nas discussões sobre a produção do espaço pelas classes desfavorecidas.

### **3.3.2 Abordagem humanista**

No âmbito do trabalho digno, tem-se como exemplo os estudos sobre galpões de reciclagem desenvolvidos pelo arquiteto e urbanista Fernando Freitas Fuão e sua equipe de pesquisadores. As categorias de análise do espaço são a habitabilidade, a higiene e a organização da produção, com o objetivo de promover melhores condições do espaço de trabalho (Fuão *et al.*, 2010). Apesar das boas intenções e do discurso socialmente engajado, há uma reprodução irrefletida dos parâmetros que são próprios do trabalho produtivo útil, sem se reconhecer categorias de análise advindas do modo como os trabalhadores organizam esses espaços. As proposições de ambientes de trabalhos mais limpos, seguros e eficientes acabam por manter as relações de opressão e exploração entre as classes sociais.

Enfim, entendemos que uma análise dos galpões e dos critérios para elaboração de um projeto para galpões de reciclagem deva passar por diversas indicações que devem ser levadas em conta como: número de trabalhadores envolvidos, horas de trabalho, forma de divisão dos lucros, volume de material trabalhado, condições arquitetônicas do edifício quando já existente, adequação ao terreno, topografia, acessibilidade de pedestres e de caminhões, sistema de carga e descarga, trajetória e deslocabilidade do lixo e de suas classificações dentro do Galpão, bem como avaliação dos equipamentos quanto a localização e características de uso (mesas, bancadas, esteiras, balanças, elevadores). Por exemplo, as mesas de trabalho com 4 ou 6 trabalhadores são mais produtivas, que a solução da grande bancada com os associados trabalhando individualmente. Além desses, pode-se incluir:

avaliação quanto à insolação, iluminação natural e artificial, ventilação, umidade, odores, contato com material tóxico, normas de segurança com relação à maquinaria, etc. Assim como condições dos materiais utilizados na construção em pisos e paredes, normas de segurança de incêndio e, principalmente saúde. Deve-se, também, no mesmo grau de importância ou superior, considerar ainda os espaços comuns como: refeitórios, salas para outras fontes de geração de renda como oficina de papel, costura, espaços culturais, artesanato, escritórios administrativo, salas para alfabetização e computadores, pequenas salas de projeção/cinema, como é o caso do Centro de Estudos Ambientais da Vila Pinto, em Porto Alegre (Fuão, *et al.*, 2010).

As questões relacionadas aos processos de decisão sobre a ocupação do espaço pelos membros associados sequer são mencionados. Há forte representação de que os trabalhadores não se preocupam com o ordenamento do local, e a presença de crianças no local de trabalho é vista com desaprovação pelos autores. O risco das análises centradas exclusivamente na qualidade do espaço de trabalho é não reconhecer as estratégias elaboradas pelos trabalhadores para apropriação das condições de sua existência, como neste caso, por exemplo, a não separação das atividades de produção e reprodução. O próprio Fernando Freitas Fuão, em entrevista concedida a mim no dia 1º de março de 2014, evidencia os limites da prática convencional de arquitetura, fundamentado na prática projetual, em lidar com as situações de precariedade dos pobres urbanos. O arquiteto acaba revelando a precedência da reprodução sobre a produção.

O que quero dizer com isso que durante esses anos de poucos benefícios levamos aos recicladores, mas com certeza aprendi, muito com eles sobre a vida, a questão da moradia, das necessidades do dia a dia; e a inutilidade que se tornou a arquitetura acadêmica –tipo aquela que se ensina museus, shoppings, etc.- em meio a tantas dificuldades na vida dessas pessoas. Essa percepção que me foi oferecida em sua pura gratuidade por eles me faz me aproximar também dos moradores de rua e dos catadores. [...] Ainda, talvez como já disse anteriormente, antes da arquitetura, ou a questão da produção, estão as questões de saúde, física mental, é impossível tentar aumentar a produção quando eles estão enfermos, ou com sérios problemas em casa, fica tudo muito difícil, muitos vão trabalhar nos galpões mas as vezes não ficam muito tempo porque ou o marido foi preso por tráfico, ou o filho está traficando e está ameaçado de morte, são centenas as histórias de desgraças (Fuão, entrevista, 2014).

Na proposta de galpão modelo de triagem de resíduo sólido urbano, desenvolvido pelo Ministério das Cidades em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, evidentemente predomina aspectos relativos ao universo da produção. A representação do senso comum técnico desconsidera os aspectos reprodutivos que, no caso desse grupo de trabalhadores,

são essenciais para garantir as condições de sua sobrevivência, como por exemplo o local de moradia, alimentação, reprodução de outros membros da família etc. A arquiteta e urbanista Aline Oliveira Cipriano, em pesquisa de trabalho final de graduação, orientada por Silke Kapp, identificou junto a um grupo de moradores de rua de Belo Horizonte que atuam como catadores no Vale do Ribeirão Arrudas, o duplo uso do espaço urbano: espaço de moradia e trabalho (Cipriano, 2003). Apesar da perceptível predominância de espaços de trabalho no local e da existência de um galpão de triagem em terreno anteriormente invadido pelos moradores de rua, os catadores elaboram uma série de estratégias para garantir condições mínimas de sobrevivência e, assim, ocupam determinados lugares da região para trabalhar, tomar banho, cozinhar e dormir. A fim de manter hábitos básicos de higiene como lavar roupa, cozinhar e tomar banho, os catadores obtêm água mediante a doação, informalmente consentida, pela associação de catadores ou pelo Corpo de Bombeiros, localizados na região. As águas servidas são depositadas no mesmo local de uso, sendo coletadas nas sarjetas. As necessidades básicas são realizadas atrás dos muros que separam a cidade da linha de trem, existente no local. Os banhos são tomados em lugares reservados, sempre próximo ao fogão à “lenha”, essa última encontrada facilmente no lixo urbano. Enfim, os achados da pesquisa de campo de Cipriano (2003) revelam a conexão estreita entre os espaços de trabalho e moradia que ocorre no cotidiano dos catadores, moradores de rua.

A separação espacial entre essas atividades é necessária quando prevalece a ideologia do trabalho produtivo. O próprio galpão de triagem, conquistado em meados dos anos 90 a partir de longo histórico de luta dos catadores contra o poder público, com o apoio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, apresenta uma série de normas que expressam relações hierárquicas de poder entre os catadores que lá trabalham, como não beber, não dormir na rua ou no local e possuir uma produtividade mensal mínima (Cipriano, 2003).

A ideia de modelo de galpão de triagem perpetua a lógica centrada no trabalho produtivo. A partir dessa concepção, o trabalho é essencial para que os catadores saiam momentaneamente das péssimas condições de vida a que estão submetidos. Assim, as diretrizes consideradas importantes para o projeto de galpão referem-se a definição de soluções de coleta de lixo, a eficiência produtiva e ao baixo índice de rejeitos (Ministério de Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008). Dessa forma, questões como o planejamento das etapas de trabalho (figura 34), organização dos espaços e volumes do galpão (figura 35), organização das equipes de trabalho (figura 36), leiaute do galpão (figura 37), opções de implantação do galpão em função da topografia (figuras 38 e 39), organização da área de

triagem (figura 40), opções de triagem (figuras 41 e 42), e a disposição desses elementos no espaço são cruciais para promover melhores condições de trabalho e de produtividade.

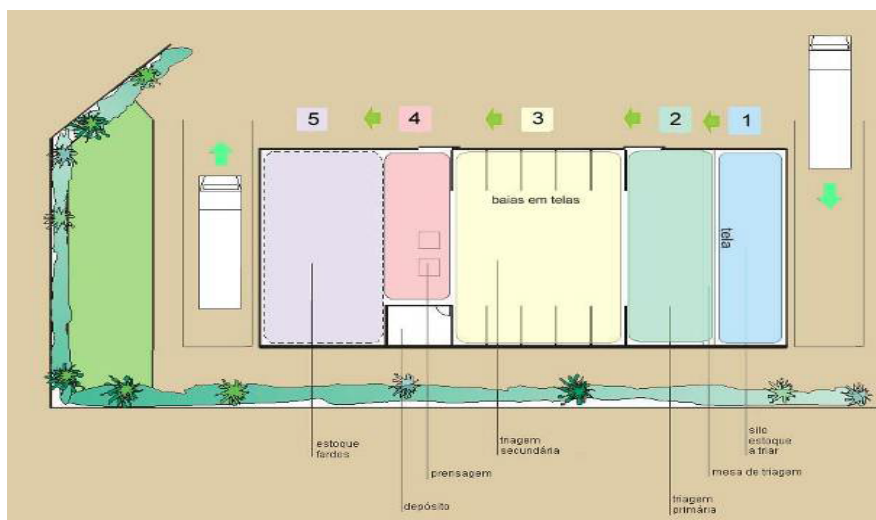


FIGURA 34 – Etapas de trabalho de triagem

FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

silos de recepção	prever volume para vários dias de coleta
baías	prever número suficiente para armazenamento dos subtipos de material já triados
estoque para expedição	prever capacidade para estocagem de produção semanal, viabilizando expedição de cargas fechadas dos materiais mais comuns
estocagem de resíduos pesados (metal e vidro)	prever espaços específicos, como estantes para garrafas e tambores, próximos à expedição

FIGURA 35 – Espaços e suas diretrizes

FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

funções	como dimensionar
coletores de rua	coletores, com carrinhos manuais conseguem recolher até 160 kg por dia
triadores internos	conseguem triar 200 kg por dia
deslocadores de tambores	1 a cada 5 triadores
retriadores de plástico	1 a cada 5 triadores
retriadores de metal	1 a cada 15 triadores
enfardadores	conseguem enfardar 600 kg por dia
administradores	1 a cada 20 pessoas na produção

FIGURA 36 – Parâmetros de dimensionamento

FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

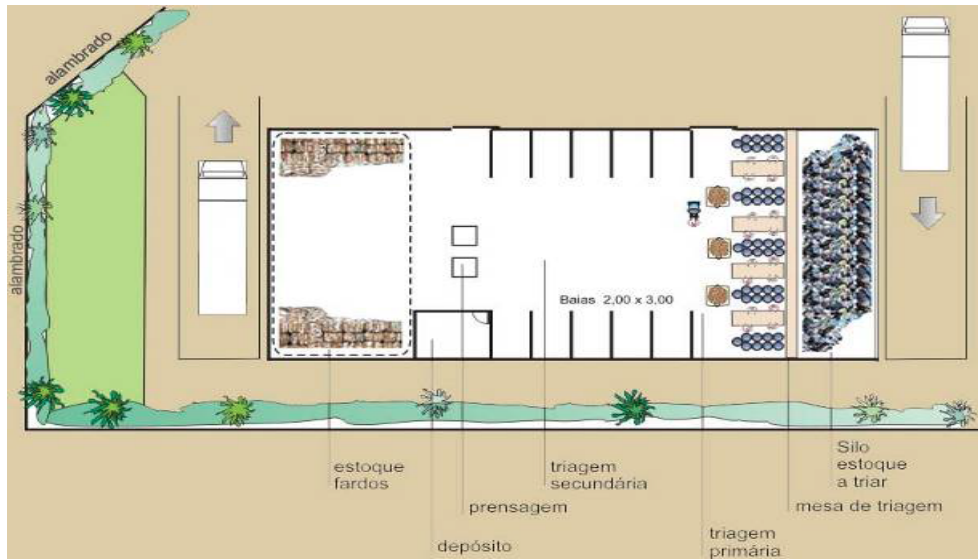


FIGURA 37 – Leiaute do galpão modelo

FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

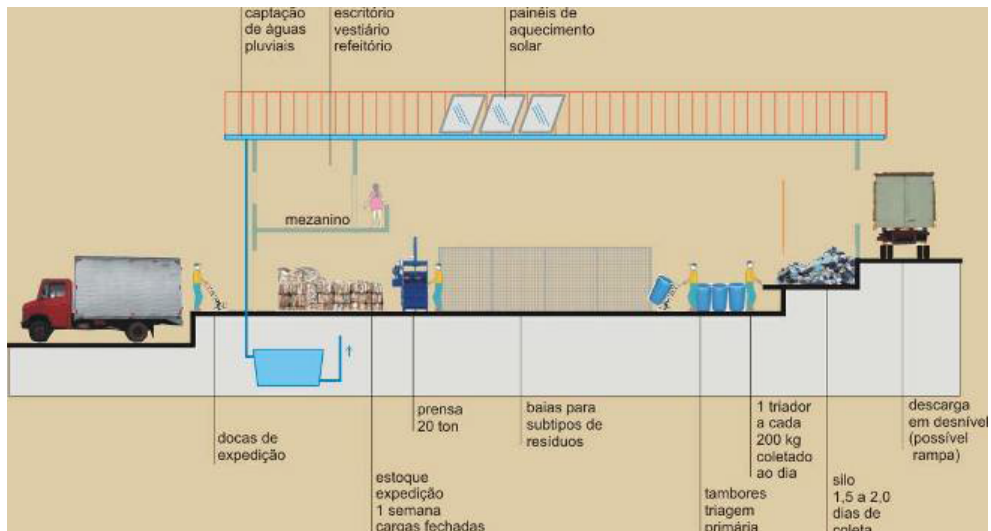


FIGURA 38 – Opção de implantação do galpão em terreno com alicive

FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

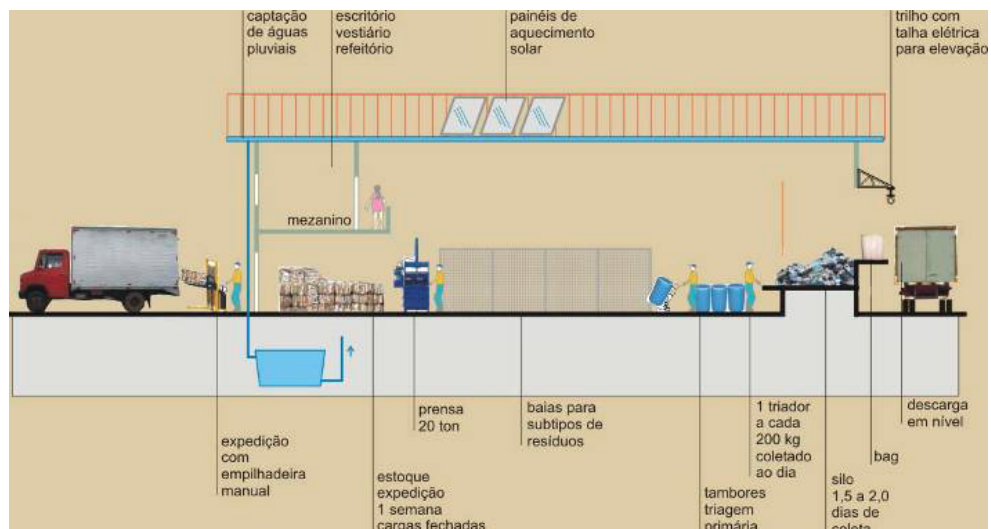


FIGURA 39 – Opção de implantação do galpão em terreno plano

FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

papel	plástico	metal	vidro	outros
branco	PET	alumínio latas	vasilhames	Tetrapak
misto	plástico duro	alumínio perfis	cacos	chapas raio X
revistas	plástico filme	cobre	planos	isopor
jornais	PVC	ferrosos latas		
acartonado		ferrosos chapas		
papelão				

FIGURA 40 – Classificação dos materiais triados  
 FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

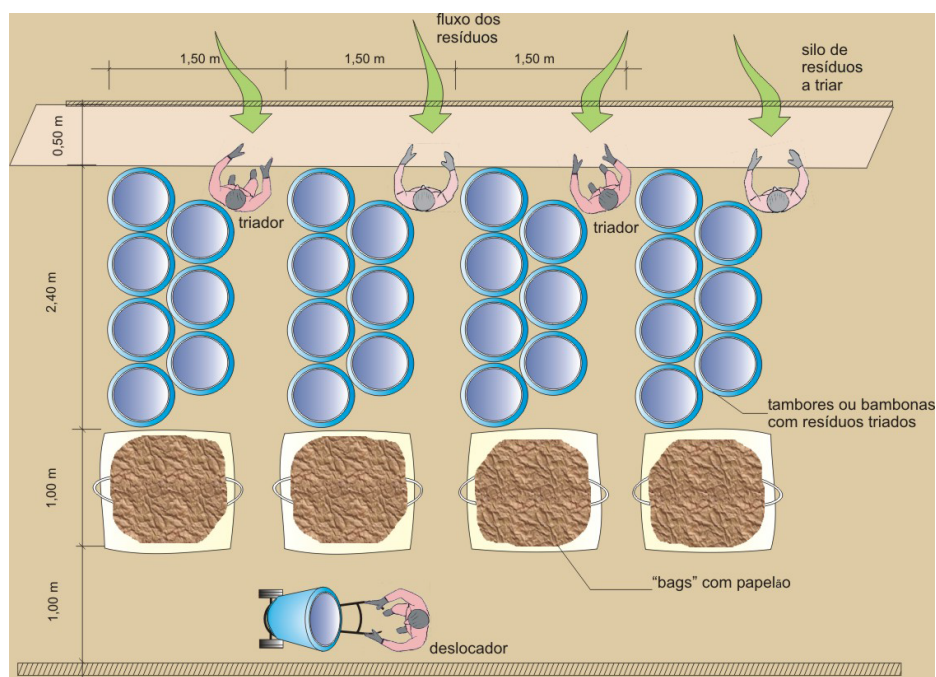


FIGURA 41 – Opção de triagem em mesa linear  
 FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008

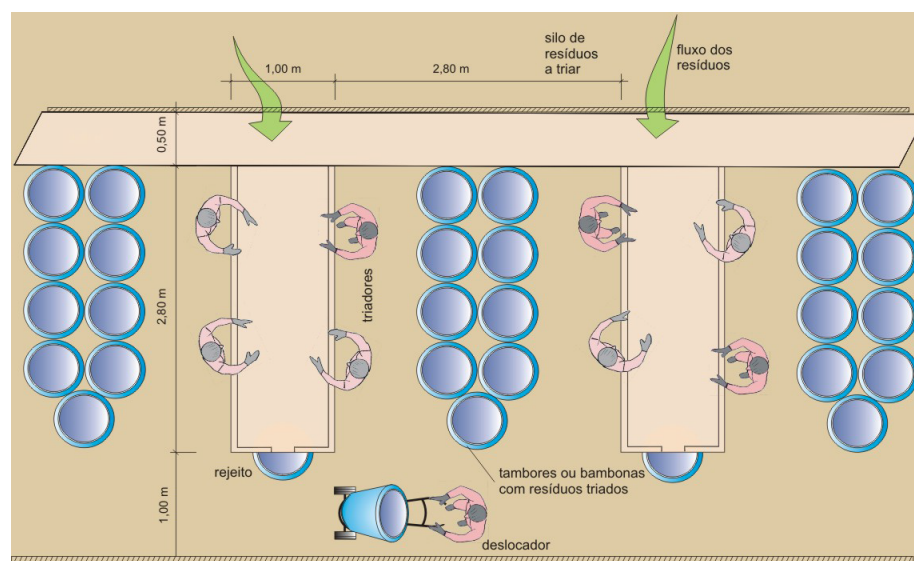


FIGURA 42 – Opção de triagem em mesas transversais  
 FONTE: Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente, 2008



### 3.3.3 Abordagem culturalista

No âmbito da expressividade, um bom exemplo são as propostas e ações que promovem o estilo de vida de grupos sociais marginalizados. Tais iniciativas se ocupam da agregação de valor a um produto ou um processo. Há vários exemplos ilustrativos, mas invariavelmente contemplam o artesanato, tendo como principal argumento o desenvolvimento local por intermédio de aumento de renda e, conseqüentemente, a elevação do nível de vida. A ideia central é a inovação de produtos e processos, de forma a garantir a realização do valor em nichos de mercado com maior poder aquisitivo. Os grupos de pesquisa e de extensão do campo de *design*, que se ocupam de grupos produtivos locais, concebem o espaço como importante fator sociocultural, onde o conceito de território fundamenta a atuação do design na valorização de recursos e identidade locais (Krugen, 2009; Reis, 2008; Engler, 2010). Assim, os profissionais de *design* se concentram em inovações do desenho do produto e do processo de produção dos grupos associados. Os técnicos realizam visitas técnicas em uma comunidade local com claro objetivo de dar suporte e capacitar o produtor a partir da melhoria do produto, através do *design* daqueles produtos regionais que o *designer* identificou com maior potencial de mercado (Engler, 2010). Em outras situações, os técnicos capacitam o produtor no sentido de identificar, em um processo dito participativo, a cadeia de valor de sua produção artesanal. Ou seja, cabe ao *designer* auxiliá-lo na identificação das etapas de produção que agregam mais valor ao produto (Krugen; Montenegro, 2010). Algumas vezes, os técnicos até tentam engajar os grupos no redesenho, por meio de cursos extensionistas, procurando incluir nele algum aspecto singular da história ou do local de cada grupo, como aqueles oferecidos para os artesãos pelas faculdades do curso de *Design*. No entanto, os argumentos "politicamente corretos" da vertente culturalista não altera a estrutura das relações sociais, pois "trata de "idealizar" e de "romantizar" o oprimido, como se fossem as representações conscientes a causa da dominação social e apenas bastasse a "boa vontade cristã" para reverter o quadro de dominação injusta" (Souza, 2009, 90). Os autores dessa vertente não conseguem perceber que a permanência dos grupos de artesãos na pobreza não é uma questão de ausência de educação, como afirma por exemplo Engler e Montenegro (2010), e sim de encobrimento dos "mecanismos sociais que produzem e reproduzem formas permanentes de miséria existencial, política e material" (Souza, 2009, 91). Assim, a valorização do oprimido e de sua forma de vida, tão ovacionado por essa vertente, é um mecanismo de encobrimento de perversas relações sociais, que mantém a desigualdade social, tanto nas sociedades tradicionais, quanto nas sociedades modernas (Souza, 2009). Os termos como sustentabilidade ambiental, participação comunitária, inovação, comunidades criativas visam um único objetivo, que seja garantir a geração de trabalho e renda a partir da venda dos produtos regionais estilizados em novo

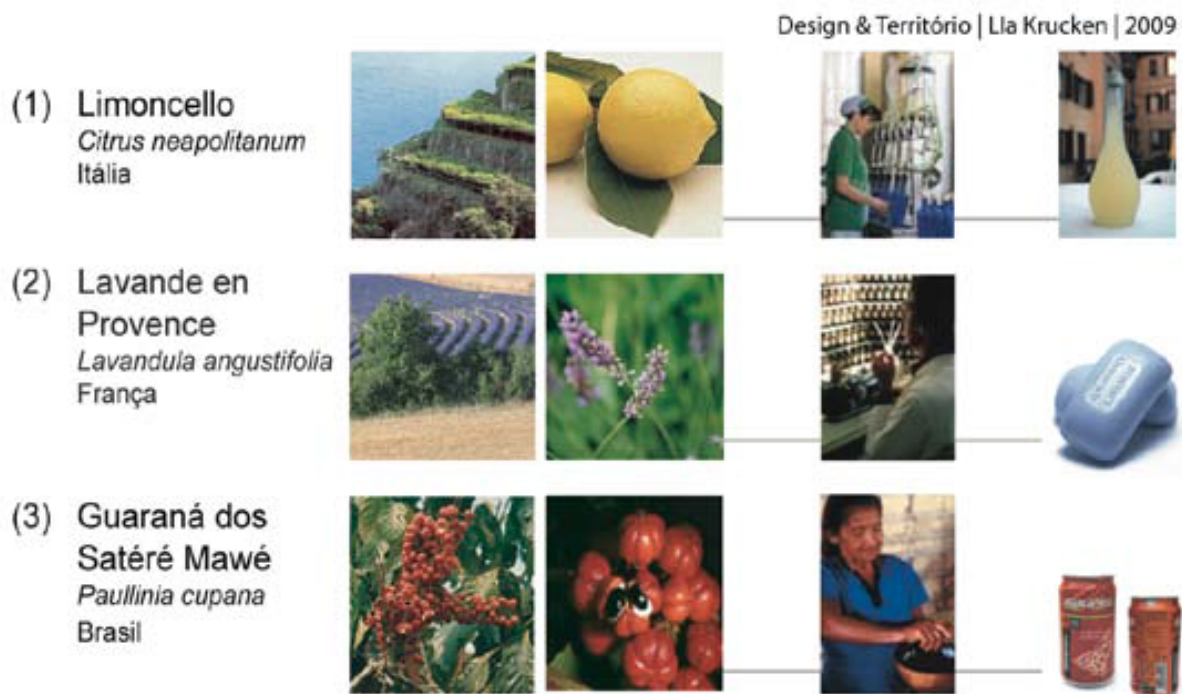
nicho de mercado, ou, em última instância, nos dizeres de Harvey (2005 [2001]), promover a mercantilização da cultura em um mundo globalizado. A mediação do *designer* através de suporte e capacitação das comunidades fundamenta-se exclusivamente na formação do artesão como produtor comerciante. Concebe-se que o desenvolvimento social está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento econômico.

A atividade de design, de caráter prático e investigativo, se concentra na solução de problemas específicos e concretos e procura aplicar suas descobertas, colocando-as a serviço da produção, sendo o produto final visto como uma componente do processo. A aplicação desses princípios no desenvolvimento do produto artesanal significa pensar a experimentação, a matéria-prima, a técnica, o mercado e as novas possibilidades de comercialização. O desafio está em conciliar necessidades – como qualidade, custos, acesso ao mercado – e aspectos que mais caracterizam e peculiarizam o artesanato (Freitas, 2010, 76).

Ainda que as iniciativas do campo do *design* contemplem o aumento de renda, a geração de postos de trabalho e até mesmo a participação do grupo associado no processo de *design*, elas não questionam os processos heterônomos de produção, tanto espaciais, quanto dos produtos transformados em mercadorias. Em suma, permanecem limitadas pela matriz do empreendedorismo. Parafraseando Arantes (2010), o artesanato trata-se de um produto que circula como imagem e, por isso, os *designers* transformam os valores culturais expressos no espaço do território em metáforas deles mesmo, reduzindo a experiência do artesanato à pura visualidade, resultado de uma busca incessante pela inovação. É por intermédio da inovação que os próprios artesãos se deixam facilmente seduzir pelas perspectivas lucrativas de obter maior renda através da vantagem de vender no mercado um produto com autenticidade, singularidade, originalidade ou particularidade, se apropriando da denominada renda de monopólio. “[...] parte do interesse local pela inovação cultural e a ressurreição e invenção de tradições locais se vincula ao desejo de extrair e apropriar-se de ditas rendas” (Harvey, 2005 [2001], 429).

A renda de monopólio em uma sociedade capitalista é contraditória em dois aspectos (Harvey, 2005 [2001]). A mercantilização e comercialização demasiada das iniciativas locais específicas conduz a incongruência da homogeneização dos produtos no mercado. A comercialização leva à perda das marcas distintivas. Por outro lado, para evitar essa homogeneização, o caminho é a produção de mercadorias com marcas distintivas especiais. Essa superespecificidade pode conduzir ao consumo também especializado, excluindo grandes parcelas da população. O estudo, por parte da vertente culturalista, da cadeia de valor de um produto (figura 43) é um exemplo de busca de renda por monopólio. A cadeia

de valor é compreendida como um tipo de rede dos atores (produtores, microempresas, médias e grande empresas) que criam valor de uma oferta de bens físicos, serviços e informações (Krucken, 2010).



Fonte das imagens: CO. VAL (2004), *Les Routes de la Lavande* (2003), *Cooperativa Chico Mendes* (2004), *CTM Alltromercato* (2004)

FIGURA 43 – Cadeia de valor de produtos  
FONTE: Krucken, 2010

Ao reduzir o produto à mercadoria, o artesão à empreendedor, a vertente culturalista demonstra estreito compromisso com a vertente humanista, pois ambas concebem relações sociais exclusivas na esfera da produção. A esfera da reprodução quando surge nesses processos, representa valor de troca, subjugada às determinações do universo da produção. Um caminho possível é identificar no cotidiano das comunidades locais as normas elaboradas pelo próprio grupo que mantém o valor de troca dos produtos submetidos ao valor de uso e, evidentemente, vinculadas com a reprodução ampliada da vida, não exclusivamente de capital.

Um outro aspecto da análise de Harvey (2005 [2001]) sobre a renda de monopólio refere-se ao conceito de “capital simbólico coletivo”. Segundo ele, as formas coletivas de apropriação e inversão de capital simbólico são determinantes para a atração de fluxos de capital em determinada região, à exemplo de atividades turísticas exercidas em Paris, Atenas, Nova York, Rio de Janeiro, Berlim e Roma. A ascensão de uma cidade a um lugar de destaque exige a adoção de estratégias para “aumentar seu coeficiente de capital simbólico e

incrementar suas marcas de distinção para fundamentar melhor um direito à singularidade que proporciona renda de monopólio (Harvey, 2005 [2001], 429). Embora Harvey empregue as metrópoles como exemplo de capital simbólico coletivo, qualquer outro território pode explorar as rendas de monopólio a partir de suas marcas distintivas de estilo de vida, de herança cultural, de tradição literária etc.

### **3.3.4 Uma abordagem crítica**

As abordagens anteriores ocupam-se em investigar a “eficiência” produtiva das economias populares, seja pela agregação de valor (introdução de inovação nos processos e produtos) e pelo estudo racional de fluxos e distribuição espacial das atividades produtivas; seja pela melhoria das condições do ambiente de trabalho (ergonomia, medicina do trabalho etc.). Tais propostas submetem a iniciativa popular de reprodução da vida à lógica exclusiva de uma economia de mercado, mantendo os estudos sobre os espaços de trabalho em conformidade com o modo capitalista de produção.

O modelo de desenvolvimento das forças produtivas atrelado aos argumentos da elevação do nível de vida, da valorização da identidade local, ou da melhoria das condições de trabalho, aproxima perspectivas teóricas distintas. Propostas com discursos neomarxistas e neoliberais mantêm a gestão dos processos produtivos separada dos produtores, embora concebam a propriedade dos meios de produção e do capital nas mãos dos associados dos grupos de trabalho. Assim, as organizações civis de apoio à Economia Solidária, como ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social, acabam promovendo práticas tutelares, nas situações que auxiliam os processos decisórios dos grupos produtivos, mesmo apresentando um discurso de esquerda. As organizações civis reproduzem o modo heterônomo de produção do espaço ao gerenciar o processo, sob a alegação de que os grupos produtivos não apresentam disposições suficientes para tomada de decisões. Um exemplo clássico é o apoio de universidades, mediante atividades acadêmicas em que os alunos, sob coordenação de professores, elaboram alternativas de intervenções espaciais a partir da escuta de demandas verbalizadas por grupos de trabalho associado. Determinam, assim, o conteúdo e a forma de participação dos membros dos grupos nos processos de produção do espaço. Configura-se uma gestão compartilhada da produção do espaço validada pelo argumento da eficiência do conhecimento técnico especializado.

Por sua vez, o discurso neoliberal encontra, nas condições de trabalho dos grupos produtivos autônomos, ambiente adequado para aplicação dos princípios fundamentais da

máxima liberalização da força produtiva: trabalho “livre” do contrato com o capital, mas submetido às determinações externas de tempo e de critérios de qualidade. O capitalismo avançado transforma a ideia socialista da autogestão em cogestão, na tentativa de capturar a adesão dos trabalhadores às estratégias de autovalorização do capital. Nas empresas privadas, a cogestão apazigua a luta social graças à colaboração entre patrões, empregados e sindicatos. Nos empreendimentos ditos solidários, o discurso participacionista neutraliza os constrangimentos gerados pelas determinações de concorrência do mercado: eficiência, eficácia, maximização dos resultados em termos de produto, lucro e redução de custos. Nessas situações, é atribuição do trabalhador mobilizar esforços para atender tais exigências do mercado, reduzindo o campo de escolhas do processo decisório à eficiência produtiva.

No âmbito da produção do espaço, os dois discursos – de direita e de esquerda – reiteram o modo capitalista de produção, pois perpetuam a dependência dos grupos produtivos em relação ao conhecimento técnico especializado. As intervenções nos espaços de trabalho baseiam-se em relações heterônomas, com cada campo do saber (arquitetura, engenharia, ergonomia, administração) aplicando os mesmos pressupostos historicamente desenvolvidos na e para a produção capitalista do espaço. Assim, a programação de atividades (Bicca, 1984) e o desenho técnico (Ferro, 1982) são ferramentas do planejamento centralizado que retiram da coletividade organizada a possibilidade de autodeterminação das condições de sua sobrevivência e, em particular, das condições de organização das suas atividades produtivas.

De modo geral, as propostas teóricas e práticas elaboradas por pesquisadores e instituições de apoio ao movimento de Economia Solidária revelam a reprodução do modo capitalista de produção na organização do espaço de trabalho de grupos associados em vários aspectos: produção heterônoma do espaço com intervenção preponderante de conhecimento técnico especializado no processo decisório, e, em decorrência desse último, participação do trabalhador associado no processo decisório de produção do espaço restrita à verbalização da demanda e eleição de opções de intervenções elaboradas pelos técnicos.

A contradição entre a produção do espaço com potencialidade emancipatória, que é o caso dos grupos de trabalho associado, e o emprego de mediações de segunda ordem por técnicos especialistas, representados por técnicos que apoiam os grupos, reside na natureza das ferramentas técnicas e organizacionais empregadas pelos técnicos e que são fundamentadas em tecnologias de base capitalista. O fato de o técnico, nas vertentes anteriores, atuar no espaço especializado e fragmentado da fábrica, como nos galpões de

triagem de material reciclável, ou atuar no espaço generalizado e fantaseado do território, como nas comunidades locais, representa somente os efeitos do emprego de uma instrumentalidade pautada em processos centrados na esfera da produção e, conseqüentemente, descolados da totalidade da realidade política e social a que esses grupos estão submetidos. No entanto, para um outro conjunto de arquitetos que atua na produção do espaço de grupos de trabalho associado, o questionamento dessa contradição é mais evidente, mesmo porque, diferente dos grupos de catadores ou de artesãos, os agricultores rurais organizados apresentam uma história de luta política mais ostensiva.

O grupo de arquitetos que trabalha para a produção do espaço do MTST desenvolve aparatos alternativos para evitar a reprodução dos mesmos equívocos de um processo de planejamento convencional, onde predomina decisões heterônomas. O curioso nessas situações é que tais aparatos foram desenvolvidos a partir de mediações socialistas, elaboradas no interior do movimento de luta pela terra. As mediações capitalistas de segunda ordem, ou os instrumentos convencionais de acumulação de capital, tendem a ser anuladas pelo MTST mediante o predomínio da posse coletiva da terra sobre a propriedade privada, a economia de subsistência de unidades familiares sobre o intercâmbio capitalista e a autogestão sobre a divisão social do trabalho. No que se refere à produção do espaço, a crítica elaborada pelo saber prático dos membros do MTST reside no fato de os assentamentos contemplados com a reforma agrária nos anos 1980 serem parcelados em lotes quadrados, conforme é prescrito nos modelos de planejamento urbano. As propostas dos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA para o parcelamento e divisão da terra, denominadas de “quadrado burro” pelos membros do MTST, não se ajustam à topografia das grandes glebas e, notadamente, nem às demandas por uma centralidade políticaespacial (Lopes, 2005 [2002]; Goldfarb, 2007; Arantes, 2008). Tal centralidade é necessária em função de dois momentos da produção do espaço pelo MTST. No momento de ocupação por questões de segurança, haja vista às ameaças sofridas pelos coronéis e a polícia, e no momento de assentamento das famílias de modo e facilitar a trama de relações sociais construídas para a superação das condições de precariedade.

[...] primeiro, um tempo no qual o MST se estabelece como ordem articuladora inequívoca, onde as mediações entre indivíduos e comunidade política são estruturadas a partir de demandas estratégicas e profundamente pragmáticas; depois, com a dispersão das famílias nos seus lotes, quando as possibilidades de mediação entre sujeito simples e sujeito coletivo diluem-se à medida que se submetem às exéquias exigidas pela microeconomia estabelecida pela rotina dos fluxos de produção inerentes à prática cooperativista (Lopes, 2005 [2002], 293).

A problematização das situações, ou seja, o processo de ampliar as questões para além do recorte do problema específico, refletindo sobre ideias e socializando experiências a partir da prática ou experiências vividas anteriormente, representa uma mediação entre homem e sociedade que os integrantes do movimento MTST apresentou aos técnicos arquitetos. A partir da crítica do MTST ao modelo de parcelamento ortogonal da gleba ocupada, as propostas avançaram para o modelo utilizado no semi-árido brasileiro denominado de raio-de-sol, no qual é garantida a proximidade entre os assentados, através da organização espacial por núcleos de moradias, ao invés de sua dispersão como no modelo anterior (Goldfarb, 2007) (figura 44). O curioso dessa mediação é que ela foi elaborada pelo movimento do MTST, a partir de uma situação de inconformidade entre as expectativas do movimento e as propostas dos técnicos, ou em outras palavras, entre a ideologia do conflito e a ideologia do consenso.

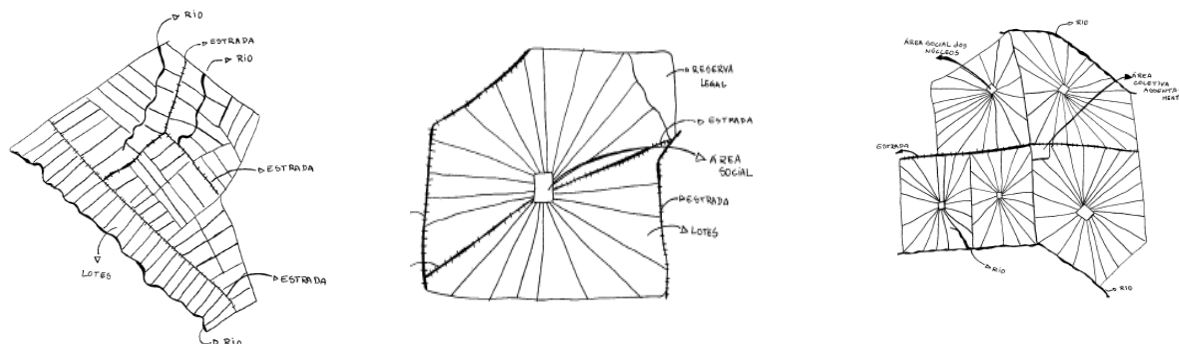


FIGURA 44 – Modelos de parcelamento de solo rural  
 FONTE: Goldfarb, 2007

Quando é possível proceder uma discussão coletiva orientada para a definição da forma de parcelamento, geralmente através de projetos de extensão universitária, nenhum dos modelos anteriores prevalecem. Eles servem somente como referência para ampliação da discussão.

Assim, dependendo do número de famílias, das características físicas (tipo e qualidade do solo, relevo, disponibilidade de água, presença de mata nativa, nascentes, vias de acesso etc) e também dependendo das famílias (número de membros, idade dos membros e projeto produtivo destes), diferentes formas de parcelamento poderão vir a ocorrer (Goldfarb, 2007, 13).

O foco da discussão não é o desenvolvimento de uma forma ideal, mas a possibilidade de reflexão a partir das características sociais e técnicas já identificadas em outras situações. Tal reflexão apoia o processo de decisão de produção do espaço pelo grupo de agricultores

assentados. O recurso de problematização das situações foi empregado em outras ocasiões bem específicas, dada a natureza inédita de demandas de produção do espaço para grupos coletivos de trabalho, como a construção da primeira cidade originária de um processo de reforma agrária, e o primeiro assentamento urbano de um movimento social tradicionalmente ligado à terra. Ambas situações referem-se à mobilização do MTST e que o grupo Usina foi convidado a participar. O Usina é uma organização não governamental criada em 1990, com sede em São Paulo, e que reúne arquitetos e urbanistas, engenheiros, sociólogos e advogados, além de, eventualmente, agregar técnicos de outras áreas. O grupo Usina atua tradicionalmente próximo a movimentos sociais urbanos que lutam pelo acesso à moradia, através de assessoria técnica a mutirões autogeridos.

Inspirados na prática de problematização, os arquitetos empregaram recursos fundamentados em uma perspectiva autônoma. O processo de “consulta urbana”, por exemplo, foi implantado a partir de uma solicitação do MTST ao grupo Usina. A solicitação em questão refere-se a concepção de uma cidade de reforma agrária a partir do assentamento Ireno Alves dos Santos, localizado em uma fazenda de 84.000 hectares no estado do Paraná (Lopes, 2005). Diante do desafio qualitativo e quantitativo de conceber uma cidade a partir de um lugar de política com a participação de mais de 9.000 camponeses, o grupo Usina lançou mão no ano 2000 de um conjunto de seminários que se estendeu por três meses, de junho a agosto. O objetivo dos seminários era construir uma base de referências a partir do questionamento proposto pelo grupo Usina aos assentados com relação ao tema “a cidade que queremos”.

Tal procedimento permitiu construir os referenciais, como temas geradores, a partir das representações propostas pelos assentados, articuladas a partir da economia interna de suas práticas, de seus cotidianos, suas experiências e desejos, manifestas na forma como lidam com sua própria história e na forma como lutam para constituir como sujeito (Lopes, 2005, 315).

Nos dizeres de Kapp *et al.* (2012), o procedimento permitiu que os próprios assentados problematisassem e potencializassem sua produção sócio-espacial. Outras práticas arquitetônicas de sensibilização foram empregadas pelo grupo Usina, como cartilhas e teatro, com o objetivo de resgatar as experiências do MTST na organização dos acampamentos (Arantes, 2008). O resgate de experiências proporcionou o surgimento da necessidade de conferir visibilidade à trajetória de luta do MTST, através de organização da memória do assentamento.



Parte desta memória – a memória da ocupação, das mortes, das doenças e da fome, das “lonas” do acampamento, o contraste entre a situação passada e a situação presente, frequentemente caracterizada pela ausência da fome e da carência absoluta – merece um processo de elaboração e transmissão oral que tem nas festas um momento privilegiado (Arantes; Barros; Rizek, 2001, 297).

Outra situação de produção do espaço levado a cabo pelo MTST em parceria com o coletivo de arquitetos Usina trata-se da primeira iniciativa para um assentamento urbano, a Comuna Urbana Dom Helder Câmara, na cidade de Jandira (Usina, 2011). Quando o coletivo Usina chegou ao município, os agricultores já haviam sido despejados da terra ocupada e habitavam um seminário abandonado há 30 anos, cuja ocupação ocorreu no ano de 2005. A experiência espacial vivida pelos agricultores nesse seminário foi positiva no sentido de transformar o claustro em um espaço coletivo, onde era possível socializar um grande número de atividades, como o cuidado de crianças e idosos, a realização de encontros e festas. Evidentemente, essa experiência foi determinante para que os arquitetos iniciassem os debates com os assentados a partir dos espaços públicos, e abandonassem, pelo menos naquela situação, a discussão sobre a concepção de espaços privados, de moradia, como era usual nas intervenções realizadas pelo grupo até então (Usina, 2011). A mediação da “experiência espacial vivida”, nesse caso, contribui para a constatação de que grupos coletivos de trabalho não separam os universos de produção e reprodução, em seu cotidiano. Além disso, a experiência vivida demonstrou que a reprodução precede a produção, no sentido de a ocupação do espaço privilegiar as atividades de reprodução. E uma última palavra, como diria Lefebvre (1973b), a reprodução das relações sociais são produzidas no e pelo espaço.

Apesar de seu caráter autônomo, o problema das mediações de “consulta urbana” e de “experiência espacial vivida” é que elas se limitam à etapa de concepção. A problematização da produção do espaço não se estende a todo processo devido ao constrangimento imposto pelo apoio financeiro prestado por órgãos públicos e organizações não governamentais, que somente liberam os recursos mediante a apresentação de projetos técnicos. Como demonstrado por Baltazar e Kapp (2006), os projetos ou planos funcionam como uma ferramenta de controle, quando é possível reproduzir a lógica capitalista de produção do espaço através da inserção do parcelamento da gleba e da construção de edificações em processos mais abrangentes de produção de mais valia. Justamente por atuarem de forma fragmentada no processo de produção do espaço, as mediações acima podem ser facilmente cooptadas por processos de produção heterônoma do espaço, como o exemplo a seguir demonstra.

Há na literatura outras formas de mediações empregadas pelos arquitetos, baseadas no paradigma da participação. Nesses casos, o arquiteto permanece uma figura central no processo de produção do espaço, recorre ao instrumento de planejamento e emprega o recurso de portfólio de opções (figura 45) e a técnica convencional de modelagem 3D (figura 46), com o objetivo de aproximar os usuários do técnico, e não o contrário. É o caso da experiência vivenciada pelos alunos da disciplina Paisagismo: Sistemas de Espaços Livres da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU / USP, cujo propósito era a construção coletiva do plano de assentamento dos integrantes do MTST (Goldfarb, 2007). Durante o segundo semestre de 2006, os alunos elaboraram duas propostas de parcelamento da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga, a partir de realização de oficinas oferecidas aos moradores de um acampamento do MTST no município de Cajamar, no estado de São Paulo. O próximo capítulo trata de investigar o cotidiano de produção de espaço pelos coletivos de trabalho. A intenção é identificar as mediações empregadas pelos coletivos que favorecem ou impedem o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, tendo como pano de fundo obviamente a importância da esfera da reprodução na produção do espaço.

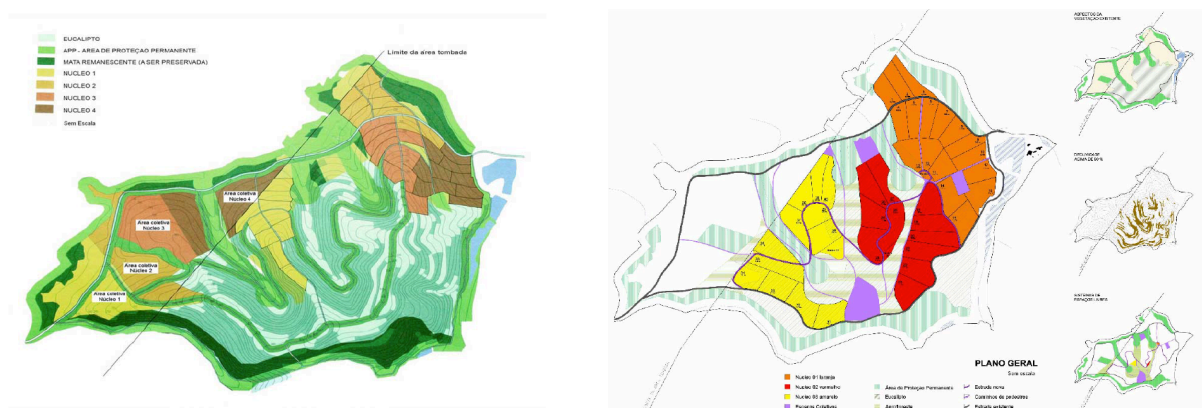


FIGURA 45 – Propostas de parcelamento da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga  
 FONTE: Goldfarb, 2007



FIGURA 46 – Maquete da gleba da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga  
 FONTE: Goldfarb, 2007

#### 4 OS COLETIVOS DE TRABALHO

Este capítulo apresenta os estudos de caso de quatro grupos de trabalho associado, localizados em Minas Gerais. Primeiro, exponho as informações básicas dos coletivos de trabalhadores, como origem, produto fabricado, integrantes e localização. Em um segundo momento, abordo as relações sociais de produção, a organização do trabalho, a liderança e sua representatividade. Num terceiro, descrevo aspectos relativos à produção do espaço, como as relações de propriedade, os conflitos negociados no grupo e os processos de decisão. Por último, relaciono os recursos econômicos e não econômicos empregados pelos coletivos para a produção desse espaço de trabalho e os aparatos técnicos usados em cada processo. O objetivo é identificar traços de uma produção autônoma do espaço, em situações nas quais os coletivos de trabalho confrontaram determinações externas e, notadamente, quando empregaram mediações de primeira ordem, isto é, quando o processo decisório abrangeu elaborações de normas na esfera da reprodução. Após a apresentação, os principais achados da pesquisa serão analisados e discutidos à luz da teoria no próximo capítulo.

Como mencionei no capítulo 1, foram escolhidos, num primeiro momento, dois grupos localizados na região da Pampulha: um de artesanato e um de triadores de resíduos sólidos urbanos. O critério de escolha dos grupos foi a proximidade com a Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), instituição na qual trabalho atualmente. Após constatar que esses dois coletivos apresentam estruturas organizacionais bastante hierárquicas e uma dependência grande de entidades de apoio, decidi ampliar a pesquisa para dois estudos de caso de organização mais horizontal e maior autonomia, a saber, um grupo de bordadeiras em Belo Horizonte e um grupo de costureiras numa comunidade rural no município de Belo Vale. Nesse último caso, dado a importância do trabalho de reprodução para a sobrevivência dos membros da comunidade, preferi ampliar o estudo de caso para toda a coletividade, de modo a evitar reduzir a coleta de dados somente à produção do espaço do coletivo de costureiras.

Coletivos de trabalhadores são associações entre pessoas que se organizam não apenas para garantir sua sobrevivência, como também para obter melhores condições de vida. Todos os coletivos pesquisados surgiram de associações informais, motivadas pela necessidade de superar situações de miséria e a partir da elaboração, por uma liderança interna ou externa, de uma proposta de trabalho associado. Sua formalização em entidades jurídicas constituiu-se sempre depois de iniciadas as atividades, frente a uma exigência de

órgãos públicos para autorizar a mercantilização dos produtos em espaços públicos ou o repasse de verbas de instituições de apoio. Mesmo as triadoras, cuja associação foi organizada e formalizada com o auxílio da Prefeitura de Belo Horizonte, se reuniram informalmente numa primeira fase, não configurando o que Demo (1996 [1986]) denomina “fundação da associação por decreto”.

Em termos jurídicos, as associações se definem “pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (Art. 53 do Novo Código Civil, promulgado em 10 de janeiro de 2002 e em vigor desde janeiro de 2003).<sup>35</sup> A atividade econômica de comercialização de bens e serviços pode existir numa associação, desde que não constitua sua finalidade. O que condiciona sua classificação não lucrativa e a diferencia da sociedade mercantil é a interdição da distribuição de seus resultados:

Não há impedimento para uma organização sem fins econômicos desenvolver atividades econômicas para geração de renda, desde que não partilhe os resultados decorrentes entre os associados, mas sim, os destine integralmente à consecução de seu objetivo social. Esta condição é o que distingue as associações das sociedades [mercantis] [...]. (Latorre; Larroud; Ciconello, 2003, 4)

A associação, como não tem finalidade lucrativa, pode apresentar três objetivos: altruístico (associação beneficente); egoístico (associação literária, esportiva ou recreativa); e econômico não lucrativo (associação de socorro mútuo) (Diniz, 2007). Os coletivos de trabalhadores inserem-se nesta última classificação. Suas atividades de trabalho reprodutivo e produtivo confundem-se com seus fins – a reprodução de seus membros, não configurando finalidade exclusiva ou predominantemente econômica, pelo menos em termos jurídicos. Note-se que o coletivo de costureiras do município de Belo Vale constitui uma microempresa, mas a comunidade à qual ele pertence integra uma associação. O grupo de bordadeiras constituiu inicialmente uma microempresa, mas depois alterou sua forma jurídica para a da associação devido às altas taxas de impostos.

Outra questão que merece esclarecimento é a diferença entre “associação” e “cooperativa”. De acordo com o Novo Código Civil de 2002, ambas são pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos. Porém, a cooperativa é uma sociedade cujo objetivo é o desenvolvimento de atividade econômica (Lei n. 5.764/71).

---

<sup>35</sup> No Código Civil anterior, de 1916, não constava a definição de associação, de modo que a doutrina, a jurisprudência e outros diplomas legais precisavam essa instituição conforme sua atividade não econômica (Latorre; Larroud; Ciconello, 2003).

QUADRO 09 – Quadro comparativo entre associação e cooperativa

Aspecto	Associação	Cooperativa
Definição legal	Associação civil sem fins lucrativos Pessoa jurídica de direito privado	Sociedade simples sem fins lucrativos Pessoa jurídica de direito privado
Objetivos	Altruístico Egoístico Econômico não lucrativo	Prestação de serviços de interesse econômico e social pelos cooperados Troca do regime de trabalho celetista (salário) pelo regime de trabalho cooperado (rendimento)
Amparo legal	Constituição Federal, art. 5º, Código Civil, art. 53 a 61.	Constituição Federal, art. 5º; Código Civil, art. 1093 a 1196; Lei 5.764/71
Mínimo de membros	Duas pessoas físicas ou jurídicas	20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoa jurídica
Atividades mercantis	Pode ou não comercializar	Pratica qualquer ato comercial
Operações financeiras	Realiza operações financeiras e bancárias, mas não empréstimos ou aquisições com governo federal. Não é beneficiária de crédito rural.	Pode realizar qualquer operação financeira. É beneficiária de crédito rural.
Responsabilidades dos sócios	Administradores podem ser responsabilizados por atos que comprometem a vida da entidade. Sócios podem não responder pelas obrigações assumidas pela entidade.	A responsabilidade dos cooperados está limitada ao montante de suas respectivas cotas-partes, a não ser que o Estatuto determine responsabilidade ilimitada.
Remuneração dos dirigentes	Não são remunerados pelo desempenho de suas funções. Podem receber reembolso das despesas. Pode contratar administrador ou gerente (executivo) remunerado.	São remunerados com retiradas mensais "pró-labore", definidas pela Assembleia. Não têm vínculo empregatício.
Sobras	Não há rateio de sobras entre os sócios. Qualquer superávit deve ser aplicado em suas finalidades.	Rateio das sobras, conforme operações de cada cooperado e após destinação de partes ao Fundo de Reserva ( $\geq 10\%$ ) e ao FATES ( $\geq 5\%$ ).
Impostos	Não recolhe Imposto de Renda. Deve, porém, declarar a isenção todo ano. Não está imune, podendo ser isentada dos demais impostos e taxas.	Não recolhe Imposto de Renda nas operações com os cooperados. No entanto, deve recolher sempre que couber Imposto de Renda na fonte e o Imposto de Renda nas operações com terceiros. Paga todas as demais taxas e impostos.
Fiscalização	Fiscalizada por Prefeitura Municipal (Alvará, ISS, IPTU), Fazenda Estadual (nas operações de comércio), INSS, Ministério do Trabalho e Receita Federal.	Fiscalizada por Prefeitura Municipal (Alvará, ISS, IPTU), Fazenda Estadual (nas operações de comércio), INSS, Ministério do Trabalho e Receita Federal e, dependendo dos serviços e produtos, por Corpo de Bombeiros, Conselhos, Ibama, Ministério da Saúde.
Roteiro simplificado para constituição	Definição do grupo de interessados e dos objetivos. Elaboração conjunta do Estatuto Social. Realização da Assembleia de Constituição, com eleição dos membros dos órgãos internos (conselho fiscal, conselho administrativo, diretoria e outros). Ata da Assembleia de Constituição. Registro, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do Estatuto Social, dos Livros obrigatórios e da Ata de Constituição. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Registros na Prefeitura, INSS e Ministério do Trabalho. Primeiro plano de trabalho.	Definição do grupo de interessados e dos objetivos. Elaboração do Projeto de Viabilidade. Elaboração do Estatuto Social. Encaminhamento dos documentos à OCB. Assembleia de Constituição, eleição dos Dirigentes. Subscrição e integralização das cotas de capital. Encaminhamento documentos à Junta Comercial. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Inscrição na Receita Estadual. Inscrição no INSS. Alvará de Licença e Funcionamento na Prefeitura. Registro na OCB. Outros registros para cada atividade econômica. Abertura de conta bancária.
Pontos essenciais nos estatutos sociais	Nome, Sede e Comarca; Finalidades/objetivos concretos; Responsabilidade dos associados; Duração; Atribuições dos órgãos internos; Cargos e funções de Diretores e Conselheiros; Reforma dos Estatutos; Casos e formas de dissolução; Destino do patrimônio.	Nome, tipo, sede e foro; Área de atuação; Duração; Objetivos sociais, econômicos e técnicos; Forma e critérios de entrada e saída de associados; Responsabilidade dos associados; Formação, distribuição e devolução do capital social; Órgãos de direção e responsabilidade de cargos; Processo de eleição e prazo dos mandatos; Funcionamento da Assembleia; Distribuição das sobras e prejuízos; Casos e formas de dissolução; Processo de liquidação; Modo e processo de alienação ou oneração de bens imóveis; Reforma dos Estatutos; Destino do patrimônio.

FONTE: Adaptado de Souza, 2007

O quadro 09 relaciona as diferenças entre associações e cooperativas, entre as quais destaco a quantidade mínima de dois membros na associação e 20 membros na cooperativa, e a destinação do excedente das atividades produtivas, que pode ser repartido entre os membros da cooperativa, mas não entre os da associação. A constituição jurídica de uma associação prevê, ainda, um Estatuto Social que estabelece sua estrutura e funcionamento, e a realização de assembleias gerais, instâncias máximas da estrutura administrativa, em que os membros reúnem-se para a tomada de decisões, configurando processos de autogestão.

#### **4.1 Coletivo artesãos<sup>36</sup>**

O coletivo artesãos surgiu em 2004, quando Antônio, artífice em pedras e atual presidente da associação, aceitou o convite da esposa de um fornecedor de pedras da empresa onde ele trabalhava na ocasião, também como artífice. A partir do convite para integrar a entidade apoiadora de Economia Solidária, denominada Instituição Animadora da Solidariedade (IANSOL), presidida por ela, Antônio pediu demissão e, junto com o colega de trabalho João, também artífice, deu início à organização da associação de artesanato em pedra. Na época da pesquisa, a IANSOL apoiava outros três grupos de economia solidária, como o grupo de flores e arranjos e o grupo de bordados, pintura e crochê. O apoio consistia em oferecimento de cursos, manuais e busca de ponto de vendas, ponto fixo e em feiras. O coletivo artesãos, por exemplo, expõe na Feira Hippie, importante mostra de artesanato em Belo Horizonte, que ocorre na avenida Afonso Pena aos domingos. Para tanto, a IANSOL responsabilizava-se pelos trabalhos burocráticos junto à Prefeitura, de modo a obter verbas e autorização para exposição dos produtos dos grupos filiados.

O coletivo artesãos está localizada em um terreno na orla da Lagoa da Pampulha, conquistado por usucapião (figura 47). Há cerca de 50 anos, os pais de Antônio chegaram nesse terreno, e em 1977 a mãe de Antônio começou o processo de usucapião, finalizado apenas em 2010. Durante todo esse período, Antônio conta que acompanhou sua mãe, mesmo no início, quando ainda era criança.

Além da casa dos pais de Antônio e do galpão do grupo, o terreno abriga a residência de Antônio e as de seus irmãos. A casa em que moram Antônio e sua família foi construída há cerca de 15 anos; a de sua mãe e de mais dois irmãos solteiros, há 44 anos; a de sua irmã,

---

<sup>36</sup> Este item foi baseado no relatório de pesquisa elaborado em 2012 por Letícia Campos de Moura, bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, sob orientação da doutoranda. Adotamos nomes fictícios para preservar a identidade dos integrantes do grupo.

com marido e filho, há 13 anos; a de um sobrinho, com esposa e filho, também há 13, sendo no total quatro residências (figura 48). Novas unidades domésticas vêm sendo implantadas no terreno, à medida que a segunda geração constitui outros núcleos familiares. Na ocasião da pesquisa, um dos irmãos de Antônio construía no local.



FIGURA 47 – Localização do coletivo artesãos  
 FONTE: Google Maps, 2011



FIGURA 48 – Vista aérea do terreno do coletivo artesãos  
 FONTE: Google Maps, 2011

Legenda:



O galpão, assim como as residências, fica em um nível mais elevado em relação à rua, sendo o acesso feito por uma escada bem íngreme (figura 49). Somente a garagem está no nível da rua. O terreno é bastante arborizado, promovendo sombra e microclima agradável.

O galpão foi construído em 2005 e foi montado com sobras de materiais doados a Antônio, como divisórias velhas, madeiras e telhas (figura 50).



FIGURA 49 – Vista do lote onde o coletivo artesãos está localizado  
FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012

Os associados são quatro. Antônio (43) é líder do grupo e construtor do galpão onde trabalham, e está no ramo de pedras há quase 30 anos. Ele também direciona as atividades de cada um, dizendo o que deve ser feito e por quem. Seu papel na produção é fazer o acabamento das peças de pedra, dando-lhes forma e "estética". Sua esposa Auxiliadora (40) faz a montagem das peças, mantém o relacionamento de vendas com os clientes, que recebe em casa, e é responsável por comprar e transportar as peças metálicas das bijuterias. Além disso, como esposa e dona de casa, mantém as atividades domésticas. João (43) conheceu Antônio em empregos anteriores. Já trabalham juntos há quase 20 anos. Ele é responsável pelo processo inicial com a pedra ainda bruta, fazendo os cortes. De acordo com o serviço a ser executado, Antônio negocia com João a troca das atividades, em função do tempo disponível. Maria (39) é recente no grupo e é responsável pelos compromissos com a entidade de apoio, atividade anteriormente exercida por Auxiliadora. Segundo Antônio ela é dinâmica, e por isso desempenha o papel de "relações públicas" do grupo. Atualmente, Maria está cursando faculdade.





FIGURA 50 – Vista do galpão construído com recursos disponíveis

FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012



FIGURA 51 – Bijuterias feitas com as pedras trabalhadas pela associação

FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012

Além dos associados fixos, outras pessoas participam esporadicamente da associação, como o primo de Antônio (20), que trabalha no corte da pedra, e sua irmã, Joana (30), que realiza o trabalho de montagem. O aumento da equipe depende da quantidade de bijuterias em pedras encomendadas (figura 51).

Antônio decide a divisão de renda, supostamente usando como critério a produtividade, a habilidade e o tipo de trabalho de cada associado. Mas há discrepâncias que fogem a esses critérios. Assim, atribui ao trabalho de acabamento das peças, realizado por ele mesmo, um valor mensal cinco vezes mais alto do que o do trabalho de montagem, feito por Auxiliadora. Está em jogo uma relação desigual de gênero, que perpassa a esfera doméstica do casamento e a esfera do trabalho, sem transições. João retira em média dois mil reais mensais. A retirada de Maria ocorre de acordo com o tempo de suas atividades e com os gastos (transporte e outros); a média é de um décimo da renda gerada pela produção.

A produção segue uma ordem. Primeiro, a matéria-prima chega ao terreno e é carregada pelos homens do grupo para as proximidades do galpão, onde fica armazenada até o momento do corte. Se a pedra pesa mais de 3 kg, ela é primeiramente cortada na máquina semiautomática; se não, já é cortada nas serras de controles manuais. Para a produção de peças cilíndricas, em vez de serra é usada a furadeira. Após os cortes, as pedras são moldadas (figura 52). Definidas as formas das peças de pedras, as que necessitam de coloração seguem para o forno, para serem tingidas (figura 53). O passo seguinte é o polimento (figura 54), um processo longo, que leva cerca de quatro a cinco dias no vibrador ou oito dias no equipamento giratório, mantido funcionando também no período da noite. Depois de polidas, as peças são organizadas, separadas e direcionadas para a montagem, que finaliza as bijuterias para venda. O funcionamento desses equipamentos no período noturno deve-se ao aumento do volume de produção e, segundo Antônio, isso é fundamental para a entrega dos pedidos nos prazos estipulados.

Na fase inicial da pesquisa de campo, o grupo produzia pequenas peças de artesanato em pedra (adornos, relógios etc.), hoje produzindo exclusivamente bijuterias (anéis, brincos, colares), segundo orientação da IANSOL, que assinalou para o grupo o fato de a Prefeitura de Belo Horizonte ter redistribuído as bancas na Feira Híppie, desmembrando o artesanato de pedra em adornos e bijuterias. Devido à maior rentabilidade de venda de bijuterias, a IANSOL orientou a associação a produzir somente esse tipo de item.



FIGURA 52 – Disposição das máquinas no galpão  
FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012



FIGURA 53 – Emprego de um forno à gás doméstico, na etapa de coloração  
FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012



FIGURA 54 – Equipamentos de polimento de pedras

FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012

As atividades produtivas distribuem-se no galpão, na área externa, na varanda da residência de Antônio (figura 55) e à sombra das árvores. O ambiente de trabalho não é totalmente fechado como numa fábrica, mas implantado de forma dispersa, ora em área coberta (galpão, varanda), ora em área descoberta (mesa de trabalho embaixo de árvores). Não há restrições de acesso, somente o estoque das peças prontas possui uma porta com fechadura. A casa de Antônio torna-se uma extensão do galpão, sendo usada para atividades mais delicadas, como o acabamento final dos produtos.

Dois parâmetros prevaleceram nas decisões acerca da distribuição das tarefas no espaço: o gênero e a experiência anterior de Antônio como trabalhador assalariado em fábricas de artesanato em pedra. Desse modo, o galpão foi concebido para abrigar exclusivamente o maquinário de corte e a manipulação das pedras, com o claro objetivo de preservar as outras atividades do barulho e do óleo em suspensão, provenientes do corte da pedra (figura 56). Segundo Antônio, o galpão também foi planejado para possibilitar aberturas nos períodos de calor intenso. Telhas são removidas e deslocadas para promover a circulação de ar e diluir o cheiro de óleo.



FIGURA 55 – Vista da casa do presidente da Associação  
FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012

No galpão ficam as máquinas de corte e polimento das pedras operadas por Antônio e pelo seu ajudante, João. A distribuição do maquinário no local, ao contrário do que seria esperado, não segue a sequência das tarefas de beneficiamento da pedra (corte-beneficiamento-polimento), como numa clássica linha de produção. Segundo Antônio, a disposição foi decidida priorizando-se a possibilidade de ele e João trabalharem lado a lado, sem interferências. Também houve a preocupação de manter os tambores de polimento distantes das máquinas de corte, pois estas usam óleo, que pode contaminar o polimento. Evitou-se também deixar duas serras de corte próximas, visando não acumular resíduos.

Na área externa ao lado do galpão, há uma pilha de pedras brutas maiores, tonéis com as pedras menores, bancada para a separação das pedras e uma pia. Para acessar mais facilmente esse material, foi feita uma porta junto a essa área de armazenamento e triagem. A disposição dos equipamentos, ferramentas e bancadas de apoio demonstra que a prioridade do grupo é proteger o maquinário das intempéries. Nas visitas realizadas, todas em dias ensolarados, integrantes trabalhavam nessa área de estocagem de pedras e na bancada, ao ar livre, sem demonstrar nenhum incômodo (figura 57).

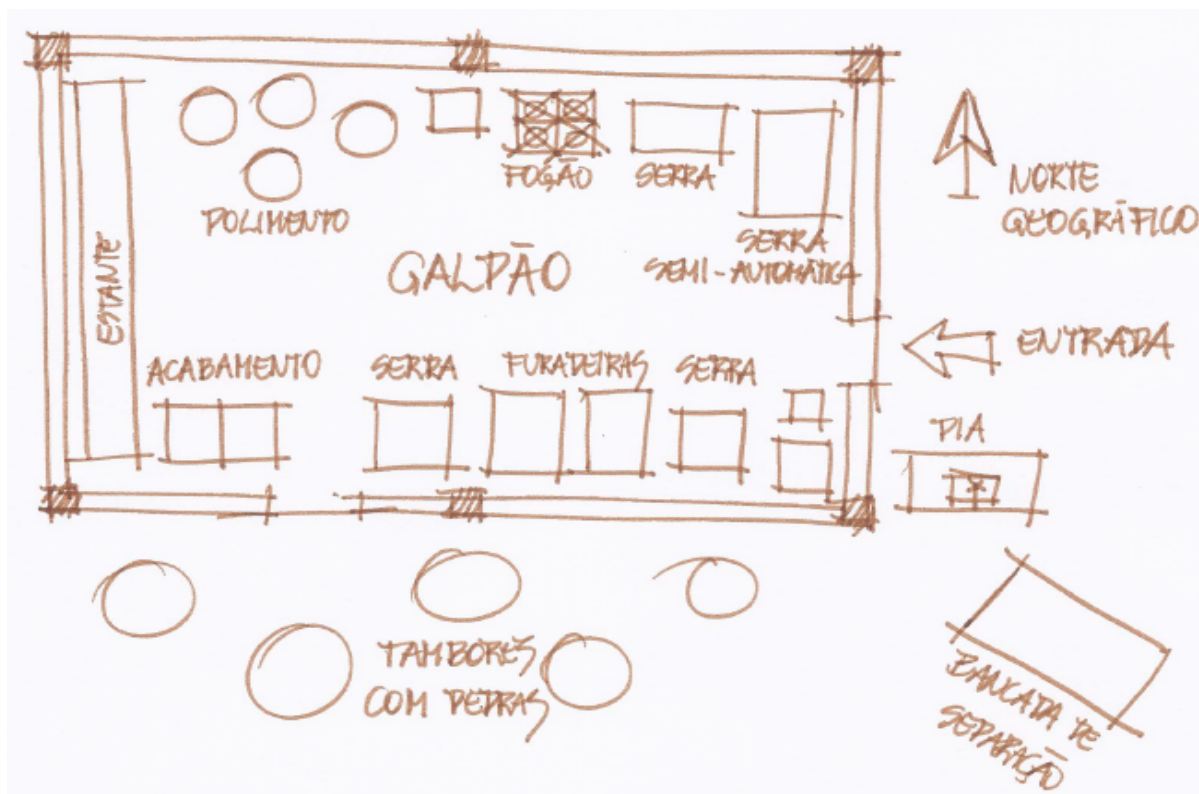


FIGURA 56 – Leiaute do galpão do coletivo artesãos  
 FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012



FIGURA 57 – Integrante temporário do grupo trabalhando em área externa na atividade de separação das pedras  
 FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012

A distribuição das tarefas por gênero também determina o padrão de ocupação do espaço. Auxiliadora, esposa de Antônio e responsável pela montagem das peças, trabalha na varanda de sua casa. Ela diz que decidiu trabalhar ali para ficar próxima de suas atividades domésticas e, notadamente, do filho com necessidades especiais, acamado no quarto ao lado. Para dar conta de todas as suas tarefas, ela estabeleceu uma escala: as segundas, quartas e sextas seriam dedicadas à montagem das peças artesanais; os outros dias ficariam para as tarefas domésticas. Mas, na prática, seus trabalhos de produção e reprodução não obedecem a essa escala. Além de montar, Auxiliadora é responsável por levar peças para o banho de ouro e prata, atender o telefone, receber os compradores no local, participar dos encontros compulsórios nas entidades que apoiam a economia solidária e cozinhar para os integrantes do grupo. E no âmbito doméstico, ela não apenas dá conta dos filhos e da casa, mas também cuida do marido e de suas frequentes crises de depressão. Em tom de confissão, ela revela que recebe acompanhamento psicológico. A rotina de trabalho é frequentemente alterada por essas crises de Antônio, que solicita a Auxiliadora e a João para desempenharem suas funções. Nessa e em outras ocasiões, ele negocia com João o pagamento pela produção; o mesmo não foi relatado sobre Auxiliadora.

Embora o grupo autodenomine-se de economia solidária, as decisões sobre as atividades do trabalho dos membros não são compartilhadas, mas definidas por Antônio, que atua como um gerente. Ele também altera as tarefas dos demais associados, mesmo já estando em fase de execução, alegando encomendas de última hora. Dessa forma, mantém o controle das atividades sob sua coordenação.

Em uma das entrevistas, Antônio mencionou a intenção de construir um novo galpão, mais espaçoso, quando tivessem recursos para isso. Mas na última entrevista ele havia mudado de ideia, dizendo que pretendia diminuir seu volume de trabalho, terceirizando a produção e dedicando-se somente aos contatos com os compradores e à venda da produção.

A liderança de Antônio é evidente até no momento das entrevistas, pela dependência de todos os associados de seu comando. Como foi ele que levou o conhecimento técnico para a produção, acabou assumindo um papel dominante nas decisões de rotina e no processo de trabalho de todo o grupo. A rotatividade de atividades é restrita e acontece apenas por gênero. Os homens eventualmente se revezam nas suas tarefas e as mulheres fazem o mesmo. Mas nunca os homens envolvem-se com a montagem, nem tampouco as mulheres, no manuseio das máquinas ou em qualquer atividade no galpão.

A organização de trabalho de Antônio geralmente ocorre nesta sequência: ele recebe os pedidos por e-mail ou por telefone, confere o estoque de matéria-prima e, se necessário, realiza a compra. Informa João sobre a produção e os prazos. A montagem, porém, é instruída a cada dia. O processo de trabalho organiza-se a partir das encomendas. O líder do grupo define a compra da matéria-prima, a divisão e a organização das tarefas do dia. Cabe aos associados planejarem-se para cumprir as atividades diárias.

Periodicamente, um membro do grupo participa de reuniões e cursos promovidos pelas entidades apoiadoras IANSOL e Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte (CPES-BH). Segundo Antônio, esse relacionamento é importante para garantir a inserção de sua produção em feiras de artesanato, como a Feira Híppie, na qual ele estabelece contatos para encomendas de grande volume. A importância desse tipo de contatos também foi apontada por outros grupos de artesanato: encomendas grandes os tornam independentes das instituições que gerenciam o acesso desses grupos ao espaço urbano.

Todas as edificações foram autoconstruídas. O galpão foi feito sem recursos financeiros, por Antônio e um ajudante, a partir de materiais existentes no terreno, doações, móveis usados e sobras "catadas" pelo irmão de Antônio, carroceiro. Não existem portas ou janelas com esquadrias, mas apenas vãos abertos, com a vantagem de propiciarem certa flexibilidade de mudança, quando necessária. Todas as decisões relacionadas à construção do galpão foram tomadas por Antônio, desde o planejamento e até a disposição interna. Ele requisitou assistência a um engenheiro apenas para o projeto do padrão trifásico e das caixas de passagem e ligação. A instalação elétrica propriamente dita, tanto do galpão quanto de sua casa, foi feita por ele mesmo. A habilidade para planejar o trabalho e modificar o maquinário e os equipamentos veio de experiências anteriores em outros empregos. Ele não só foi operário de fábrica de processamento de pedras, como também teve a oportunidade de gerenciar, adquirindo conhecimentos aplicados hoje em seu empreendimento.

Aí eu aprendi... na vontade também. E era muita gente... então, como eu sempre procurei ser responsável, honesto, então a pessoa sempre me colocava na frente como encarregado, chefe, alguma coisa assim. Então essa pessoa... aí você tinha sempre que dominar alguma coisa assim de conserto, da manutenção. Aí é aonde você acaba aprendendo mesmo a montar a outra máquina, saber como é que funciona aquela engenhoca (Antônio, entrevista, 2012).

Quanto ao maquinário, ele relata que prefere os mecânicos aos automatizados, devido à facilidade de manutenção. O galpão dispõe de uma prateleira (figura 58), onde ele guarda insumos, além de motores e correias para evitar a parada da produção em caso de quebras.





FIGURA 58 – Prateleira para guarda de insumos e peças de reposição  
FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012



FIGURAS 59 e 60 – Integrante da associação manipulando a furadeira  
FONTE: Zerlotini da Silva; Moura, 2012

As máquinas necessárias para o trabalho são adaptações de outros equipamentos industriais, desenvolvidos para outras funções. Antônio diz que prefere os modelos adaptados, porque são mais fáceis de manter e consertar. “A furadeira, por exemplo, ela não é uma furadeira pra furar pedra, é uma furadeira de serralheria, você faz nela uma modificação, uma adaptação pra ela furar pedra. Então, não é uma máquina específica para aquele tipo de serviço ali não.” As máquinas são máquinas-ferramentas compostas por um motor e as ferramentas de corte, furação, acabamento e moldagem.

Antônio conta que possui uma máquina automatizada, mas que preferiu não instalá-la no galpão, pelo seu alto custo de manutenção. Há somente uma máquina semiautomática para o corte de pedras grandes. A de polimento é especialmente delicada, pois oferece grandes riscos de acidentes, se não for acomodada corretamente. Há pontos de luz bem próximos às ferramentas e adaptações para o não ofuscamento da visão. Outra adaptação são os panos úmidos nos equipamentos, para absorver o óleo empregado no seu funcionamento. A máquina de furação emite grande quantidade de óleo, exigindo equipamento de proteção. Nas figuras 59 e 60 pode-se observar o óleo nos braços do trabalhador, a bancada de instalação das peças do equipamento em diferentes alturas, as gambiarras, como o pano molhado, e o ponto de luz próximo ao equipamento com uma cúpula improvisada.

Em síntese, os recursos empregados pelo coletivo artesãos para a produção do espaço voltaram-se para a ocupação de terreno vazio; a autoconstrução; a localização do trabalho no mesmo espaço da moradia; o saber prático sobre as especificidades do trabalho produtivo; as relações sociais de Antônio, de modo a firmar as parcerias necessárias à formação de uma associação e à exposição dos produtos em feiras; a relação de gênero com a esposa, cujo trabalho de reprodução e produção libera Antônio para as tarefas que agregam mais valor na cadeia produtiva.

#### **4.2 Coletivo triadoras<sup>37</sup>**

A história de produção do espaço de trabalho da Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha (COMARP) revela um processo de luta de dois movimentos: por um lado, a luta de mulheres pobres para sair da miséria, por outro, a luta dos técnicos da Prefeitura para viabilizar a associação. Esta surgiu em meados de 2004, a partir de uma mobilização da Gerência Regional de Políticas Sociais sediada na Prefeitura

---

<sup>37</sup> Este item foi baseado no relatório de pesquisa elaborado em 2012 por Talita Marques Soares, bolsista de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, sob orientação da doutoranda.

Regional da Pampulha, motivada pela diretriz política de criar associações de geração de trabalho e renda para extinguir os bolsões de pobreza na região. Os técnicos fizeram cursos de capacitação para estudar temas como o cooperativismo, a criação de associações e desenvolvimento sustentável. Discutiram as várias possibilidades de trabalho associado e escolheram as atividades de catação e triagem, seguindo uma indicação do professor do curso de desenvolvimento sustentável: o uso de matéria-prima da região.

Aí, numa das formações que a gente teve com o cara sobre desenvolvimento sustentável e tudo, ele deu um toque pra gente assim 'olha, vocês têm que ver o quê que vocês mais têm aqui nessa região'. Aí eu lembro que nós tava lá embaixo no auditório e eu falei assim 'nossa senhora'... eu moro aqui desde 69... eu falei 'nesse lado de cá, que é onde tá a Vila Santa Rosa, o que mais a gente tem é seis horas da manhã catador de papel'. Tem um mundo na rua... e alcoolizados, uma situação muito ruim, e tudo. Aí começamos a pensar nessa possibilidade de uma associação que criasse e comercializasse o material... o lixo. Aí fomos pensando, pensando e resolvemos panfletar esses catadores. Aí eu saí seis horas da manhã, com umas meninas da Assistência Social, umas técnicas lá do plantão social, fizemos um panfletinho nosso e chamamos pra reunião no NAF... na época não era CRAS, era NAF, Núcleo de Apoio à Família (Tininha (assistente social da PBH), entrevista, 2012).

Definida a atividade, a Regional distribuiu panfletos em bairros, vilas e favelas, convocando interessados em participar da formação de uma associação. Embora o objetivo fosse atingir os catadores individuais que já trabalhavam nas ruas da região, o público maior foi de donas de casa interessadas em obter uma nova fonte de renda. Atualmente, apenas uma ex-catadora individual pertence à associação.

Após a formação do grupo, começaram a estudar o estatuto e a providenciar a legalização da associação e sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Em 2004, a Regional cedeu um pequeno espaço, debaixo de uma árvore, para que as mulheres pudessem separar o material coletado. O espaço foi posteriormente coberto por uma lona, para proteger o material da chuva. A Regional também fez uma segunda mobilização nos bairros da Pampulha para sensibilizar os moradores para a importância da atividade dos triadores. Mas, quando as atividades de catação na rua iniciaram, muitas associadas desistiram. A retirada era baixa e isso causava desânimo e indignação. O depoimento da assistente social, Tininha, reproduz o diálogo entre ela e a presidente da associação Neide:

Mas eu não esqueço que um dia nós tava em reunião lá... elegemos Presidente, criamos CNPJ... tudo lá naquele cubículo. E Neide virou pra mim e falou assim 'como é que você quer?', como é que você quer que a gente fica nesse negócio?,'

nós tamos tirando dez real por mês... quê que você acha que nós vamos fazer com isso? nós aqui somos tudo pai de família, Tininha... cês chamam a gente pra fazer um trem doido desse... não tem condição' (falando alto, com indignação). Eu falei 'Neide, calma, Neide... calma, porque a coisa vai dar certo, nós vamos começar a implantar a coleta seletiva em alguns condomínios aqui...'. E nisso já brigando com a SLU... porque a Pampulha não tinha coleta seletiva em lugar nenhum... nenhum bairro... (Tininha, entrevista, 2012).

A Regional Pampulha passou então a articular parcerias para tornar a associação viável. A Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) se dispôs a entregar material para triagem, o que dispensou o trabalho de coleta porta a porta pelas associadas. Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) apoiou a associação em cursos de formação de cooperativa e de contabilidade. Compradores de material reciclável foram contactados para garantir a venda da produção. Todas essas iniciativas possibilitaram o aumento do volume de material, tornando inviável a triagem no espaço cedido pela Regional e demandando a construção de um galpão para abrigar a associação.

Segundo Neide e Tininha, o terreno (figura 61) foi cedido pela Prefeitura e a verba para a construção foi obtida a partir de uma emenda parlamentar destinada a projetos relacionados ao transporte urbano. A assistente social Tininha recebeu a ligação do gabinete de um deputado, informando sobre a emenda, e viu uma oportunidade para a construção do galpão da Comarp. Ela então elaborou uma justificativa para relacionar a triagem com o transporte público, para que pudessem prosseguir com o projeto. Parcialmente aprovado, era preciso apresentar o projeto do galpão, já que a área da Prefeitura estava disponível.

Um arquiteto da Prefeitura foi o responsável pelo projeto do galpão. Esse profissional utilizou como base de estudo projetos de galpões semelhantes já existentes. Os associados não participaram efetivamente dessa etapa de planejamento do espaço. Houve reuniões em que foi pedido aos associados que fizessem desenhos e sugerissem o espaço para a colocação de materiais e equipamentos. Mas, segundo a presidente, a falta de conhecimento do grupo sobre o que seria o processo de trabalho na triagem manual dentro do galpão constrangeu a participação efetiva na sua concepção. Não houve participação real dos associados, mas somente uma validação do projeto do arquiteto pela presidente. Nessa ocasião, ela solicitou uma mudança de setorização no mezanino, de modo a aproximar o refeitório da cozinha. Durante a construção, em 2006, constatou-se que o lençol freático no local estava muito próximo da superfície e o que consumiu cerca de 80% da verba disponível para as obras de drenagem, limitando outros gastos na construção.



FIGURA 61 – Localização do coletivo triadores em relação ao estádio de futebol Mineirão próximo à Lagoa da Pampulha

FONTE: Google Maps, 2011

A associação hoje está instalada em dois galpões e em um shopping center. O primeiro galpão tem área de 200 metros quadrados e foi cedido pela Prefeitura de Belo Horizonte, em contrato de comodato para uso de dez anos. O outro galpão tem área de 1.500 metros quadrados, alugado pela Prefeitura. O espaço de trabalho do shopping center não foi objeto de estudo, considerando-se que somente um associado trabalha no local. Embora os dois galpões tenham sido visitados para realização da pesquisa, optou-se por apresentar somente os dados do primeiro. Todos os dados a seguir referem-se aos membros associados que trabalham nesse galpão.



FIGURA 62 – Vista aérea do galpão do coletivo triadores

FONTE: Google Maps, 2011

Ele localiza-se em uma avenida de grande movimento (figura 62). Como citado anteriormente, o grupo associado possui a concessão de uso do terreno e do galpão, que pertencem à Prefeitura. Já a área ocupada, a construção abandonada de um futuro motel, possui uma concessão informal pelo proprietário do terreno (figura 63). Cabe-lhe o termo “ocupação”, em vez de “invasão”, considerando que a área, antes sem nenhum uso, não realizava a função social da propriedade, como prevêm os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001).

Hoje os associados (quadro 10) são, em sua maioria, mulheres com idade acima dos 40 anos, e com baixa escolaridade. Algumas dessas cooperadas moram em vilas próximas à cooperativa, duas moram em bairros afastados do local. Quase todas elas exerciam a função de doméstica, cozinheira ou catadora de rua, e passaram a integrar a cooperativa após procurar a atual presidente da associação, em busca de trabalho. Somente três permanecem desde o início (2004) no núcleo da Prefeitura. Os demais associados chegaram até a cooperativa por indicação de agentes das regionais, por conhecidos e alguns de forma espontânea.

QUADRO 10 – Cadastro Geral dos Associados da COMARP

ASSOCIADOS COMARP					
Nome	Idade	Escolaridade	Endereço atual	Data de entrada	Função
Andrea Coimbra	36	Sem escolaridade	Vila Real – Bairro São Francisco – BH	01/08/2008	Triadora
Celina Cândida Nunes	57	Sem escolaridade	Vila Aeroporto Bairro Santa Rosa – BH	01/08/2007	Triadora
Denise Consuelo Pereira dos Santos	52	Ensino médio incompleto	Bairro Minas Caixa – BH	01/11/2010	Secretária
Eva Lúcia Nascimento	56	Ensino fundamental incompleto	Vila Esportiva Vespasiano	01/08/2007	Triadora
Maria Jesus Nunes Souza	59	Sem escolaridade	Vila Real – Bairro São Francisco – BH	04/09/2011	Triadora
Maria Terezinha Santos Alves	48	Ensino fundamental incompleto	Bairro Nova Cachoeirinha – BH	01/06/2004	Triadora
Maricélia Cascalho	45	Ensino médio completo	Bairro Universitário – BH	09/06/2004	Apoio administrativo
Marta Lúcia Pereira Silva	50	Sem escolaridade	Vila Real – Bairro São Francisco – BH	01/08/2008	Apoio administrativo
Pedro Leandro Eleutério	69	Ensino médio incompleto	Bairro Jardim Daliana – Vespasiano	01/05/2010	Triador
Wallisson Bruno Silva Souza	18	Ensino médio completo	Vila Aeroporto Bairro Santa Rosa – BH	01/07/2012	Motorista
Ivaneide da Silva Souza	49	Ensino médio completo	Vila Aeroporto Bairro Santa Rosa – BH	12/05/2004	Presidente

Fonte: COMARP, 2012

Há vários critérios para a divisão do excedente da associação. Os triadores recebem conforme sua produção, mas são descontados desse valor os custos referentes à compra de sacos, cordas e outras despesas fixas, bem como a porcentagem referente ao trabalho da administração e à remuneração do motorista (que recebe conforme valores de mercado). A retirada em média, de cada triador, é de seiscentos reais mensais.

As triadoras pertencem à classe que Jessé Souza (2009) denomina “ralé” e, mais especificamente, ao grupo das “mulheres da ralé”, embora ele não contemple esse trabalho desqualificado em seus estudos. Assim, empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras e prostitutas representam as mulheres que têm somente o corpo para vender e trabalham nas casas da classe média ou para a classe média (Souza, 2009).



FIGURA 63 – Histórico de ocupação do espaço pelo coletivo triadores  
 FONTE: Google Maps, 2011

Legenda:

- Área cedida pela Prefeitura para construção do galpão – 2006
- Área ocupada – 2007
- Ampliação – Cobertura providenciada pela associação – 2010

César Rodríguez ([2002] 2005), ao estudar as cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia, endossa a relação perversa entre a “ralé” e a classe média:

[...] a atividade de reciclagem é possível através da combinação de um processo de urbanização acelerado e desordenado – que tem como dois dos sintomas um sistema de recolhimento e descarte de lixo inadequado e a falta de cultura cidadã sobre a reciclagem no lar – e uma marcada fragmentação social e espacial que dá

origem à coexistência, por um lado, de um pequeno setor da população com poder de compra que nos seus lares e locais de trabalho produz a maior parte do lixo e dos detritos recicláveis da cidade e, por outro lado, de uma grande população de desempregados ou subempregados, alguns dos quais encontram na recuperação e venda desses materiais o meio de sobrevivência (Rodríguez, 2005 [2002], 341).

É certo que a grande variedade de material reciclável inviabiliza a denominada “triagem fina” nas unidades de moradia, a relação perversa entre classes chama a atenção para o fato de o trabalhador desqualificado, no caso o catador/triador, incorporar o mercado informal da economia, plenamente articulado com a economia formal.

[...] a economia informal está plenamente articulada com a economia formal, como evidencia o caso dos recicladores de lixo independentes que vendem os seus produtos a intermediários que, por sua vez, os vendem às grandes companhias produtoras de papel. O caso dos recicladores mostra ainda que as formas econômicas populares são fonte de produtos, serviços e mão de obra barata para o setor moderno da economia. Daí que este tipo de atividade possa, por isso mesmo, facilitar, mais do que impedir, a exploração das classes populares (Rodríguez, 2005 [2002], 334).



FIGURA 64 – Área interna do galpão ocupada com material triado  
FONTE: Zerlotini da Silva; Soares, 2012



Quanto ao galpão (figura 64), o arranjo inicial, previsto no projeto de arquitetura, foi totalmente modificado quando a associação apropriou-se do espaço. Havia sido planejada, por exemplo, uma área junto à entrada de pedestres que funcionaria como uma pequena loja de artigos reciclados produzidos pelos associados. A ideia não era viável e demandava alguém disponível todo o tempo para a recepção. Além disso, o projeto previa uma setorização do espaço interno, com sinalização indicando os locais de depósito de cada material. Porém, essa setorização não é efetiva, pois não acompanha a alta demanda de material e a rotina de atividades.

A ideia era que o galpão comportasse todo o material coletado e desse suporte aos associados. O arranjo inicial não se manteve, o espaço modificou-se de acordo com as demandas do trabalho ou dos próprios materiais, como os mais pesados e de difícil transporte e os que não podem ficar expostos, como o papel branco. À medida que os cooperados ganhavam experiência nas tarefas, foram desenvolvendo novos arranjos, de forma a facilitar o trabalho. Os associados entrevistados, Neide, Maricélia e Maria, não conseguiram se lembrar de todas as formas de ocupação do espaço, desde quando o galpão foi entregue até os dias de hoje. Somente pontuaram que ocuparam o local por tentativa e erro, na medida em que as demandas surgiam.

NEIDE – Mas a gente não tinha noção. Não tinha noção de trabalho, não tinha noção de utilização do espaço. A coisa só funciona é quando você tá dentro. Você pôs sua cama aqui, você viu que sua cama aqui... o guarda-roupa você vai por aqui, mas a porta não vai abrir... aí você vira a cama, mesmo que ficava mais bonitinho, você acha que vai dar mais espaço assim, mas se o guarda-roupa não vai abrir a porta, você vira a cama assim. Então assim, a gente foi adaptando. Eu não sei se você lembra, Maricélia, como que era no início? A prensa eu sei que... onde era a prensinha branca era na prensa. Depois a gente começou a pensar lá, mas não tinha lugar... a estocagem do material tava ficando ruim, porque não tinha lugar. Porque a gente precisava ter a sacaria toda separada, porque no momento que o caminhão da coleta viesse, eles tinham que chegar e ver 'oh, aqui tem papel branco, aqui tem o jornal'. Porque tinha o material que a gente ia vender solto – vende solto ainda – e tinha um material que a gente enfarda. Então, teve um momento que os fardo ficava naquele canto e os plástico ficava lá fora. Aí essa coisa de mudar os fardo de lugar, a ideia que foi sua, Maricélia. A depois ela achou... quando o caminhão chegava, que era do CRB, por exemplo... aí começou a separar assim: ele leva PET, então PET eu não vou por lá fora, mesmo que é um material que pode molhar, mas eu vou por aqui dentro junto do papelão, porque é a carga que esse caminhão faz toda. Então, a carga por tipo de material que o caminhão leva. Porque

encostava o caminhão, aí se o PET tivesse lá fora, na hora dele carregar, muitas vezes deixava, porque às vezes tinha *bag*, não tinha como ele recolher.

MARICÉLIA – E quando eles vêm fazer a carga, eles olham o tamanho do fardo pra poder tá colocando um na frente... eles faz a carga do modo que eles faz lá. E colocando lá fora eles afastava o caminhão, ficava fora de mão pra eles. Era bom que tava tudo juntinho, a carga seria melhor pra eles fazer.

NEIDE – Pra facilitar o trabalho deles (Neide e Maricélia, entrevista, 2012).

Após esse período, devido ao aumento contínuo do volume de material, houve mais adequações no espaço, desta vez sua ampliação (figura 63). A presidente da associação conta que os associados olhavam para o espaço onde antigamente funcionava a garagem do motel e enxergavam baias para a triagem de material. Nessa época, a área estava completamente abandonada e servia de abrigo para usuários de *crack* que, diversas vezes, invadiam o galpão para cometer pequenos furtos.

A área era perfeita para acomodar o material a ser triado, que já não cabia no galpão. A iniciativa partiu da presidente da associação e teve o apoio dos associados. Neide acompanhou os dias em que os usuários de *crack* deixaram o espaço. Foram retirados os pertences deles e, em mutirão, fecharam a entrada da rua que dava acesso ao espaço. A presidente da associação conta que mantêm um cão no local para evitar a invasão dos usuários de *crack*, que constantemente ameaçam voltar.

A quebra do muro (figura 65) entre a área e a cooperativa foi feita aos poucos. Os associados tinham consciência de que se tratava de uma ocupação e tinham medo de que o proprietário acionasse a polícia e gerasse algum problema. Com ferramentas próprias, eles quebravam um pouco do muro a cada dia. Quando a abertura atingiu um tamanho suficiente para a passagem dos *bags* (sacos grandes para deposição do material triado), os associados usavam-nos para cobrir o buraco quando o caminhão da Prefeitura chegava para descarregar o material, escondendo a entrada improvisada. Com o tempo perceberam que a Prefeitura não os obrigaria a deixar o espaço, porque ela precisava descarregar todo o material e não havia outro lugar disponível. Essa ocupação de propriedade ocorreu no final do ano de 2007.

Devido ao aumento de demanda por maior volume de material a ser triado, a área externa recebeu uma cobertura. Os associados providenciaram a cobertura de parte da área externa em 2010, desembolsando cerca de oito mil reais dos recursos da própria associação. Foi necessário um planejamento de poupança de um ano e meio para arrecadar a quantia, já que tinham comprado também a Kombi para o transporte de material.



FIGURA 65 – Visão da cobertura (à esquerda) construída com recursos próprios e da abertura no muro para a área ocupada (à direita)

FONTE: Zerlotini da Silva; Soares, 2012

As decisões sobre a produção do espaço foram tomadas pela presidente da associação, à medida que as demandas surgiam. Ela relata que quando surge uma dificuldade sempre fica atenta, procurando possíveis soluções em todas as instâncias que lhe fornecem informações novas, tais como as reuniões na Prefeitura e com as entidades de apoio, as visitas em outras associações e o relacionamento com profissionais de várias instituições. Quando encontra uma solução, seja a ocupação da edificação ao lado do galpão, a construção de um galpão aberto ou a compra de um equipamento, ela reporta-se aos associados em assembleias, para validar a decisão.

Atualmente, a associação recebe material da Prefeitura, pelo Programa de Coleta Seletiva que ocorre nos bairros da Zona Sul (Serra, Santo Antônio, Belvedere), bem como da parceria com a UFMG e a UEMG, e da parceria privada com empresas como Supermix, Cimento Cauê etc. Essas instituições levam o material até a associação ou, em alguns casos, a associação busca o material em sua Kombi. O volume de material recebido até ultrapassa a capacidade da associação, mas ela nunca o recusa, para evitar conflitos com os órgãos municipais que a apoiam. A administração da associação negocia com os

triadores esse recebimento. São frequentes as situações em que material não triado é descartado para dar lugar a um carregamento extra. Esse descarte é realizado pelo caminhão da SLU, que o transporta para o aterro sanitário de Belo Horizonte.

A atividade de triagem na associação obedece à seguinte sequência: descarregamento do material nas baias (figura 66); triagem grossa (papel-plástico-metal-vidro); triagem fina (papel-plástico); pesagem; prensagem e enfardamento; carregamento do material triado.



FIGURA 66 – Box de triagem  
FONTE: Zerlotini da Silva; Soares, 2012

Nas sete baias ocupadas, onde se faz a triagem individual ou em dupla dependendo da quantidade de associados, são depositados os materiais. O caminhão os coloca no fundo da baia e os triadores dispõem os *bags* do lado de fora. A meta de cada triador é esvaziar a baia, pois o recebimento de material novo depende disso. Maricélia, na função de apoio administrativo, organiza esse recebimento de acordo com o esvaziamento do local.

Todos os triadores organizam seu trabalho de forma similar e rotineiramente, sem pedir instrução. O material é depositado nas baias pelo caminhão e, no caso do papel, é descarregado no galpão coberto. Os *bags* de separação do material são colocados

próximos ao triador. Os que contêm materiais mais leves, como sacos plásticos e papel, ficam mais perto do triador. Aqueles que estão com materiais mais pesados e que podem ser lançados com facilidade, como latas e embalagens, ficam mais distantes. Para ajeitar as sacolas que estão longe, usam uma vassoura ou outro artifício, mas evitam deslocar-se sem necessidade. Os associados costumam fazer uma primeira separação dentro das baias e geralmente no período da tarde, quando estão mais cansados, sentam-se próximos a esse material previamente separado e fazem uma segunda separação, mais minuciosa.

Durante longos períodos, esse trabalho precisa ser feito em pé, e a todo momento precisam arrastar *bags* de um lugar a outro. Quando encontram na triagem algum objeto que lhes interessa, como livros e itens de decoração, separam e levam para casa. Uma associada comentou que já havia encontrado bons produtos ali. Os triadores ocuparam as mesmas baias durante os três dias de observação: nos primeiros dias individualmente, e no último dia realizando a triagem em duplas. O material recebido também é definido por escala, já que alguns materiais vêm em melhores condições e são mais fáceis de serem triados.



FIGURA 67 – Carrinho empregado para transporte de material triado dentro do galpão  
FONTE: Zerlotini da Silva; Soares, 2012

Depois de triados e colocados nos *bags*, são feitas a prensagem e a pesagem. Para transportar os *bags* maiores e mais pesadas para a pesagem, foi improvisado um rodízio; já os *bags* menores são empilhados em um carrinho. O caminho das baias até o galpão é de calçamento, dificultando o arrastamento. Os associados precisam fazer muito esforço para deslocar esse carrinho (figura 67). O transporte de garrafas de vidro é mais difícil, pois a sacola não pode ser arrastada no chão, devendo ser carregada.

Após o material ser triado, ele é prensado ou enfardado, dependendo da demanda do comprador. A prensa é operada por homens devido ao grande esforço. Para facilitar o trabalho, adaptam ferramentas, como um ferro preso ao fio plástico para ajudar a amarrar os blocos prensados, e uma improvisação de alavanca com um bastão, para remover o bloco da máquina de prensa. O fio plástico foi apoiado no maquinário, tornando mais prática a amarração. Para prensar, o associado fez movimentos de agachar, empurrar, deslocar objetos e deslocar-se, e quando o trabalho termina, ele limpa a área com uma vassoura.

Uma das associadas, Maricélia, é a responsável pela organização e gerência do galpão. Coordena entrada e saída de material, escalas de tarefas, controla a pesagem de material, recebe visitantes e realiza as demais atividades no galpão. Ela foi escolhida para esta função, devido ao fato de pertencer ao grupo desde o seu início, aos seus problemas de saúde, que a impedem de fazer esforço físico, e às habilidades demonstradas para lidar com o controle das tarefas dos outros associados.

A pesagem (figura 68) também é de responsabilidade de Maricélia. Ela não pode ser realizada individualmente por cada associado, visando não gerar desconfiças entre eles. Para a pesagem, é usada uma balança emprestada por um comprador do material, sendo a prensa de propriedade da cooperativa.

Entre os homens existe um senhor idoso aposentado, ex-trabalhador da construção civil, que faz o trabalho de triagem, e dois rapazes mais jovens que desempenham as funções mais pesadas como carga e descarga, prensagem de materiais e direção do caminhão e da Kombi da cooperativa. Tanto as mulheres quanto o senhor trabalham prioritariamente na triagem. Existem também as tarefas cumpridas por escala, como a operação da balança.

O horário de cada associado é independente: alguns decidem fazer pausas para descanso, enquanto outros trabalham continuamente. Esses intervalos variam de pequenos momentos de descontração a descansos com deslocamento da área de trabalho em duplas, com duração de aproximadamente 15 minutos. Cada um dos associados estabelece seus

horários de chegada e saída, observando-se que eles obedecem a esses horários, criando assim uma rotina muito parecida com a estipulada a trabalhadores assalariados. Nota-se a preferência dos triadores por iniciar o trabalho nas primeiras horas da manhã. Da mesma forma, é escolhido por cada associado um horário de almoço, que em geral varia entre meio-dia e as duas da tarde.



FIGURA 68 – Prensa de propriedade da cooperativa  
FONTE: Zerlotini da Silva; Soares, 2012

Os associados que cuidam da parte administrativa da cooperativa, assim como os rapazes do transporte, têm suas tarefas e, por consequência, seu tempo ajustados às demandas do dia. A atividade de triagem é feita manualmente. Segundo relato da presidente da associação esse tipo de triagem causa muitas dores no corpo o que leva ao uso frequente de analgésicos pelos associados. A associação estuda a possibilidade de instalar uma esteira para o processo de triagem, a fim de diminuir as dores. Quanto à organização e à limpeza do local, aparentemente todos colaboram. Nos dias de observação, pessoas diferentes foram vistas arrumando a cozinha e limpando o galpão. Essas tarefas são definidas por escalas semanais.

Como forma de distração os associados costumam levar rádios para as baias e conversar entre si durante a triagem. Quanto ao vestuário, boa parte dos triadores usam luvas, alguns óculos escuros e todos estavam com acessórios para proteger o cabelo (touca, boné, lenço etc.). Notou-se que carregam sempre seus pertences pessoais consigo. Para tanto, improvisam a baia de triagem com pregos na parede, podendo assim pendurar suas bolsas e mochilas, mantendo-as sempre à vista.

Não existem critérios definidos de seleção de novos associados. Geralmente, procuram a presidente e começam a trabalhar logo em seguida, sendo então avaliado o grau de responsabilidade e comprometimento com o trabalho. Quando há desinteresse, acontece de o próprio indivíduo desligar-se da associação. A seguinte fala, de um dos membros mais antigos da associação, revela que o grau de responsabilidade e comprometimento está atrelado à aceitação compulsória de receber material da Prefeitura e das empresas:

É por isso que, sabe?, quem trabalha aqui tem que ter a responsabilidade. Se não quiser nada com nada, não pode ficar não, porque a gente tem o compromisso de tá recebendo o caminhão. E nós não pode voltar, porque é um compromisso que a gente fez com a Prefeitura (Maricélia, entrevista, 2012).

Quanto às condições ambientais do espaço de trabalho, alguns associados demonstraram incômodo com a insolação na área de triagem, e com o perigo de quedas, incidente já ocorrido algumas vezes. O galpão é o ambiente que permanece mais limpo e organizado, pois ali são realizadas apenas a operação na prensa e a pesagem dos *bags* e blocos prensados. Essa organização da área de prensagem, pesagem e deposição do material pesado é importante porque, além de facilitar o carregamento do material a ser vendido, é o espaço onde se faz o controle da produção de cada associado. O lugar é utilizado também para armazenar materiais já separados, como o papel e o papelão que precisam ficar em área coberta.



À primeira vista, as relações pessoais entre os triadores no espaço da COMARP ocorrem de forma paritária. Constata-se uma troca de favores não verbalizada ou uma ajuda mútua não formalizada. Observou-se que eles se ajudam, por exemplo, arrastando em duplas os *bags* muito pesados, porém não foi notado nenhum tipo de recompensa ou troca explícita e formal de favores. Também emprestam uns aos outros objetos de trabalho, como vassoura e tesoura. Já as relações entre os triadores e a presidente expressam hierarquia e dependência emocional. Há triadores que confiam à Neide a guarda de suas retiradas mensais, outros chamam-na de “mãe”.

Além do trabalho de triagem, os associados realizam outras atividades no espaço da COMARP. Alguns almoçam ali, outros recebem filhos e lancham juntos. Em intervalos de descanso dormem, tomam banho após o expediente. Foi notado também um relacionamento próximo e íntimo entre alguns associados, por vezes trocando brincadeiras e risos. Em um caso isolado, percebeu-se um provável envolvimento afetivo.

A presidente Neide mora em uma das construções ocupadas da cooperativa, desde que sofreu um acidente de trânsito e ficou impossibilitada de andar durante o longo período de recuperação. Um de seus irmãos também reside na área da associação. Ele instalou-se no espaço quando ainda trabalhava na COMARP por questão de comodidade, mas por conta de desentendimentos com os demais associados, desvinculou-se da cooperativa. Usa um dos cômodos da área ocupada e recusa-se a deixar o espaço. A presidente sugeriu que fosse feita uma nova entrada para esse cômodo, fora da área do galpão, mas como não houve mais problemas, ele continua acessando a moradia através dessa área. No barracão onde reside a presidente funciona o escritório da cooperativa, para facilitar o desenvolvimento do trabalho, durante o seu período de restabelecimento.

Outra associada cuida voluntariamente da preparação das refeições na casa da presidente da cooperativa, devido à impossibilidade desta de assumir a tarefa durante a recuperação. Ela recebe um valor mensal da presidente, não advindo das receitas da associação, para cobrir o tempo em que ela estaria na triagem. Outras pessoas não associadas também utilizam o espaço esporadicamente. Alguns funcionários uniformizados da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) fazem horário de almoço em um corredor externo ao galpão, de forma muito natural, pois não pediram permissão para tal, nem nunca foram questionados. O grupo também recebe visitas frequentes de uma pastora evangélica, e por vezes recebem pesquisadores para entrevistá-los.

É importante pontuar que esse processo de triagem é uma das quatro etapas da denominada *cadeia produtiva da reciclagem*, sendo precedida pela coleta e sucedida pelo entreposto comercial, "no qual se realiza o beneficiamento dos materiais triados (triagem fina, lavagem) e se atinge a escala para comercialização", e pela reciclagem propriamente dita, quando "os materiais são transformados em insumo para diversas indústrias ou produto final" (Wirth e Fraga, 2012, 318). Há diferentes atores em cada uma das etapas (quadro 11), mas os catadores ocupam as etapas de menor valor agregado, e submetem-se aos preços dos materiais triados estipulados pelos atravessadores e pelas indústrias recicladoras.

QUADRO 11 – Cadeia produtiva da reciclagem

COLETA	TRIAGEM	ENTREPOSTO COMERCIAL	RECICLAGEM
Empresas privadas	Catadores individuais		
Prefeituras	Empresas de triagem	Atravessadores	Indústrias recicladoras heterogestionárias
Catadores individuais	Sucateiros (informais)	Centrais de venda Cooperativas de 2º grau	Indústrias recicladoras autogestionárias
Cooperativas ou catadores organizados	Cooperativas ou catadores organizados		

FONTE: Adaptado de Wirth, 2010

Situar a atividade de triagem na cadeia produtiva da reciclagem esclarece que a associação se insere na economia informal, subsidiando a concentração do lucro da economia formal. Tal situação esclarece também por que todas as atividades nessa etapa exigem força física, ou nos dizeres de Souza (2009), exigem o trabalho intensivo de pessoas que têm somente o corpo para vender.

De maneira geral, os recursos empregados pelo coletivo de triadoras para a produção do espaço podem ser agrupados em dois tipos: os aparatos próprios de uma produção heterônoma e os de uma autoprodução do espaço. Os instrumentos da produção heterônoma prevaleceram na fase inicial da constituição da associação, enquanto o processo decisório estava sob responsabilidade dos técnicos da Prefeitura. Assim, os técnicos empregaram o projeto e todo o aparato elaborado a partir dele como "orçamentos, alocação de recursos, cronogramas, aprovações legais etc." (Baltazar; Kapp, 2006, 94); o capital cultural, a fim de converter o conhecimento técnico em argumentos de autoridade e, assim, obter os recursos econômicos e não econômicos necessários para a implantação da proposta; o capital social, para ter acesso privilegiado à informação, como no caso da emenda parlamentar e do profissional disponível para projetar o galpão. Nessa fase, os técnicos empregaram o recurso da "pressão popular orientada", no sentido de indicar para os integrantes do grupo o horário e o local em que os políticos estariam, de modo a

reivindicar uma tomada de decisão favorável à constituição da associação. Os instrumentos de autoprodução do espaço predominaram quando os membros da associação ocuparam a área do galpão cedida pela Prefeitura. Eles usaram os recursos de auto-organização do espaço mediante tentativa e erro; a ampliação e a reforma; a invasão e a ocupação de nova área; a rede de relacionamento, no sentido de buscar conhecimento de técnicos apoiadores quando um problema era identificado e a fim de estabelecer e manter parcerias fundamentais para a continuidade das atividades da associação; a localização da moradia no mesmo local do trabalho, no caso da presidente da associação; a moradia próxima ao local de trabalho, no caso dos membros moradores das vilas da região; o desempenho de atividades reprodutivas no local do trabalho, como o cuidado de crianças e a alimentação do grupo; a destinação de atividades menos dispendiosas para idosos e doentes; a auto-organização do tempo de trabalho em função de atividades domésticas e de cuidado; a ajuda mútua em tarefas corriqueiras, como carregar fardo e transportá-los; o “fazer vaquinha” para obtenção de recursos para ampliação e reforma do espaço; o mutirão para reformar o espaço etc. Esses recursos não são suficientes para conformar uma produção autônoma do espaço, devido à concentração do processo decisório na pessoa da presidente da associação e à escassez de informação técnica. Há dois fatores que concorrem para a manutenção dessa situação. Primeiro, o fato de a presidente demonstrar competências e habilidades, a fim de mobilizar os recursos básicos para a sustentabilidade econômica da associação; segundo, os escassos recursos cultural e econômico dos membros associados, que não conseguem desenvolver as competências necessárias para a tomada de decisões.

### **4.3 Coletivo bordadeiras**

O grupo “Mulheres da Vila” foi iniciado em 2005, com a criação de uma associação de costureiras e bordadeiras para produzir peças de artesanato. A associação foi formalizada em março de 2006, a partir da demanda de comercialização das peças em feiras localizadas em outros estados brasileiros. Mas o local denominado “Comunidade Maloca” já existe há 11 anos e foi construído pelo casal Luciano e Sandra, a fim de abrigar um espaço comunitário. Luciano relata que no começo não sabiam ao certo o que seria, mas como o artesanato estava sempre presente na vida deles, pois sua esposa sempre trabalhou com isso, a associação foi constituída em função da produção de artigos artesanais de retalhos de pano. Quando ele saiu do trabalho formal, decidiram aos poucos viver de artesanato. Luciano conta que, na época, Sandra criou uma forma diferente de fazer artesanato (produzir colares com caracóis de retalhos de malha de algodão). O sonho realizou-se quando o casal entendeu que deveria abrir as portas do espaço e partilhar “o mundo novo, outro mundo possível e necessário que a gente vinha sonhando nos fóruns sociais

mundiais, nos movimentos, na caminhada de sempre, na revolução de sempre, tudo fica [...] palavras vazias se a gente não pratica mesmo” (Luciano, entrevista, 2013). A ideia era partilhar o espaço e também o trabalho e a produção.

A Comunidade Maloca está localizada no bairro Enseada das Garças (figuras 69 e 70), cerca de um quilômetro a sudeste da Ocupação Dandara e um quilômetro e meio a sudoeste da Vila Apolônia, ambos locais de moradia de vários integrantes desse grupo de trabalho. O terreno foi adquirido pelo casal de mobilizadores sociais em 1999, com o objetivo de realizar o projeto comunitário. Eles não informaram em nome de quem está a escritura do terreno.

A área de 1.100 metros quadrados abriga uma construção principal (a sede da instituição), com área aproximada de 120 metros quadrados, uma construção menor denominada por todos de “Capelinha” (uma maloca de pau-a-pique onde o grupo reúne-se para encontros periódicos), com área aproximada de 10 metros quadrados, uma construção anexa à construção principal (área de serviço, depósito, oficina, garagem etc.), além de churrasqueira coberta com fogão à lenha e cercados para a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e coelhos. O restante do terreno é gramado e há muitas árvores e arbustos (figuras 71 e 72).




FIGURA 69 – Localização do coletivo bordadeiras em relação à ocupação Dandara e à Vila Apolônia  
FONTE: Google Maps, 2011

Legenda:

 Ocupação Dandara

 Vila Apolônia

 Coletivo bordadeiras

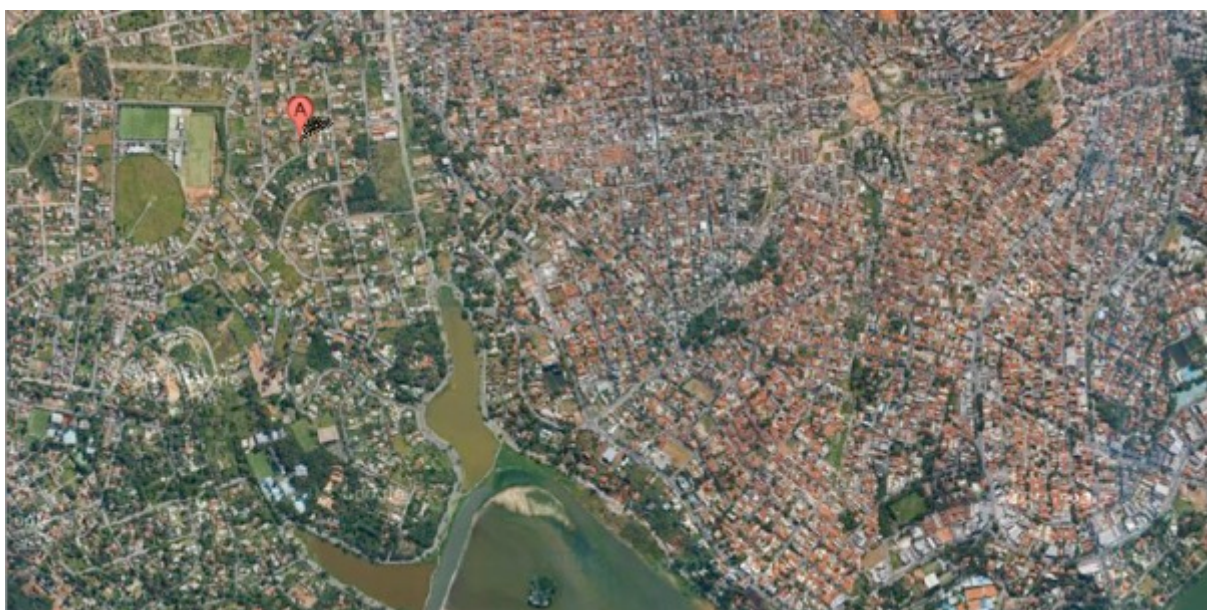


FIGURA 70 – Localização do coletivo bordadeiras no bairro Enseada das Garças, próximo à Lagoa da Pampulha  
FONTE: Google Maps, 2011



FIGURA 71 – Visão superior do terreno do coletivo bordadeiras  
FONTE: Google Maps, 2011



FIGURA 72 – Distribuição das edificações no terreno

FONTE: Google Maps, 2011

Legenda:

<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: red; border: 1px solid black;"></span>	Maloca	<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: green; border: 1px solid black;"></span>	Fogão à lenha
<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: yellow; border: 1px solid black;"></span>	Capelinha	<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: orange; border: 1px solid black;"></span>	Anexo
<span style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: blue; border: 1px solid black;"></span>	Área destinada à criação de galinhas, coelhos e outros animais de pequeno porte		

Até o ano de 2001, o casal morava na Vila Apolônia e sempre participou da luta dos moradores pela conquista de melhores condições de vida. Após obter melhorias na infraestrutura e de novas casas serem construídas longe das áreas de risco, as mulheres começaram a indagar-se sobre outras fontes de renda, já que não tinham emprego (ou melhor, habilidades para o emprego assalariado). A história de luta da Vila Apolônia confunde-se com a história do grupo Mulheres da Vila e do projeto social Comunidade Maloca (quadro 12).

Em maio de 2003 o casal convidou as vizinhas Maria, Preta e Maria Luzia (esta última saiu do grupo) para fazer artesanato juntos. Começaram a fazer colares de retalho de malhas. No início, conseguiam doações e participavam de algumas feiras mógicas, com pouco retorno financeiro, depois começaram a comprar retalho no quilo e a participar dos fóruns municipal e metropolitano de economia solidária. Assim, ficaram “mais afinados e a coisa foi fluindo” (Luciano, entrevista, 2013).

## QUADRO 12 – Histórico da Comunidade Apolônia / Comunidade Maloca

1974 – Ocupação da área, conhecida hoje por vila Apolônia, por famílias do interior de Minas Gerais e da Bahia.
1983 – Solicitação de reintegração de posse por parte de um senhor chamado Lockaman Garios, que afirmava ser proprietário de 12 lotes da Rua Cônego Trindade, onde moravam 22 famílias.
1983 – Criação da associação de moradores e compra dos lotes pela associação com auxílio de um italiano, morador da vila.
1984 – Ligação de luz nos Becos Santo André, São Lourenço, São João Batista, D. Joaquim e Carlos de Araújo; calçamento do Beco Santo André, principal via de acesso à vila.
1986 – Início da atuação de jovens na Vila da Pastoral da Criança.
1987 – 50% de implantação de rede de esgoto; 80% de instalação de rede de energia, água; Programa do Sopão e Programa do Leite; Horta Comunitária.
1988 – Construção de 17 moradias em regime de mutirão.
1989 – Redes de esgoto nos Becos São João Batista, parte do São Joaquim e Salinas com Santa Terezinha. Calçamento das ruas principais, ampliação das linhas de ônibus, 406 padrões de luz, instalações de telefones públicos, ampliação da Escola Estadual Síria Marques, construção do Centro de Saúde Leblon e construção da quadra de esportes da Escola Estadual Síria Marques.
199x – Reconhecimento do assentamento urbano pela Prefeitura. Intervenção estrutural através do Programa Alvorada, convênio entre a URBEL e o Ministério Italiano e a AVSI – Associação de Voluntários para o Serviço Internacional.
1994 – Realização do Orçamento Participativo.
1999 – Aquisição pelo casal do terreno da Comunidade Maloca.
199x – Projeto encomendado por Luciano a seu cunhado arquiteto, Domenico, que mora na Itália. Solicitação do casal da casa parecer uma maloca indígena.
2001 – Início da obra em setembro.
2002 – Término da obra em fevereiro.
2002 – Criação do grupo Comunidade da Maloca.
2004 – Construção da Maloca de pau-a-pique – denominada também por Capelinha.
2005 – Início informal das atividades de artesanato do grupo Mulheres da Vila.
2006 – Encontro Nacional de Fé e Política, na cidade de Vitória – Sensibilização – “... cada um de nós que está aqui tem muito claro o tipo de sociedade solidária que queremos, então por que não a vivemos!? Em casa, na comunidade, no bairro, no assentamento, no trabalho, na igreja etc.”.
2006 – Formalização do grupo de artesanato Mulheres da Vila.
2007 – Em fevereiro, o grupo conquistou o ponto de venda na feira da avenida Bernardo Monteiro.
2008 – Pesquisa de campo de Carlúcia (Programa de Pós-graduação do curso de Ciências Sociais da PUC Minas).
2009 – Publicação da dissertação.

Fontes: Entrevistas dos associados, 2013; e Organização não governamental Favela é isso aí, 2009.

Outro acontecimento favorável à associação foi a conquista do espaço na avenida Bernardo Monteiro, em fevereiro de 2007, no Espaço da Cidadania. Esse lugar consiste de vários grupos de economia solidária acompanhados pelas secretarias estaduais, como por exemplo, os grupos de idosos e negros. O Mulheres da Vila, graças à Coordenadoria dos Direitos da Mulher (CONDIM), conseguiu um espaço para expor nessa feira, considerada pelo grupo um ponto muito bom para comercialização.

Depois de dois ou três meses, surgiram mais mulheres interessadas em participar do grupo. Apareceram Nilda, Dona Marlene, outras pessoas da Vila Apolônia e Reci, cujo marido trabalhava como caseiro de uma chácara no bairro. O grupo começou então a produzir bordados de linha grossa e saias de retalho. Hoje faz uma produção variada, como vestidos, bolsas e colares, e oferece serviços como cursos de formação.

Atualmente, o grupo é composto por 44 mulheres e um homem. Parte do perfil dos associados pode ser visto no quadro 13. Várias delas moram em outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A maioria das mulheres é proveniente do interior de Minas e, embora more em área urbana, apresenta habilidades rurais, como a produção artesanal.

As atividades exclusivamente orientadas para o mercado externo são o artesanato e, em proporção bem menor, a prestação de serviços, como oficinas de artesanato em eventos e feiras. O que regula a produção é uma lógica denominada por Sandra de "mercadoria de giro". A fim de o grupo obter uma boa sobra na venda de produtos, de modo que todas as peças produzidas possam ser reembolsadas, é necessário realizar muitas feiras. Para isso, deve-se ter um grande estoque de mercadorias. Não há um regime de trabalho estipulado: todos atuam para manter ou aumentar o estoque da "mercadoria de giro". Quando perguntei sobre a organização do trabalho, os membros da associação deram respostas similares à: cada um determina o tempo de trabalho e a sua contribuição ou cada um esforça-se segundo a demanda.

Para fabricar qualquer produto em retalhos, primeiro os tecidos são cortados em quadrados ou retângulos e emendados, depois as peças – vestido, bolsa etc. – são cortadas e costuradas e, finalmente, bordadas. As etapas iniciais desse processo (corte e emenda dos retalhos e corte das peças) são executadas na Maloca pelas chamadas "facilitadoras", que também assumem tarefas de reprodução (limpeza, cozinha etc.). As outras etapas são executadas pelas costureiras e bordadeiras em suas próprias casas. De acordo com Sandra, essa foi a estratégia encontrada pelo grupo, considerando-se que a maioria das associadas não mora perto da Maloca. Mesmo as mulheres que moram na Vila Apolônia andam um quilômetro e meio para chegar ao local. Em encontros quinzenais às quartas-feiras, costureiras e bordadeiras recebem o material de trabalho e entregam a produção anterior. Além disso, esses encontros servem para que as companheiras discutam em conjunto os modelos das peças e os desenhos dos bordados, sugerindo umas às outras ajustes e melhorias.



QUADRO 13 – Perfil de parte dos membros do grupo "Mulheres da Vila"

Nome (Idade)	Escola- ridade	Naturalidade	Moradia atual	Função	Outras fontes de renda
Júlio (12)	4ª série	Belo Horizonte – MG	Casa da Maloca Pampulha	Apresentações artísticas	-
Karine (17)	7ª série	Vespasiano – MG	Ocupação Dandara	Bordado	-
Dara (17)	7ª série	Belo Horizonte – MG	Casa da Maloca Pampulha	Limpeza da casa	-
Zenólia (45)	1ª série	Santo Antônio do Jacinto – MG	São José de Almeida	Bordado	Diarista
Marlene (51)	4ª série	São Romão – MG	Ribeirão das Neves	Bordado	-
Rosely (52)	2ª série	Frei Gaspar – MG	Venda Nova	Bordado	Artesanato e comida (tortas)
Maria Dalva (52)	7ª série	Dom Joaquim – MG	Vespasiano	Corte e costura	-
Elizabeth (51)	Não tem	Santo Antônio do Jacinto – MG	Venda Nova	Bordado	Acompanhante de idosa
Fátima (56)	2ª série	Frei Inocência – MG	Ocupação Dandara	Bordado	-
Maria (58)	Não tem	Batinga – BA	Vila Apolônia	Cozinha, limpeza do terreiro, colares	-
Nilda (59)	4ª série	Amparo da Serra – MG	Jardim Leblon	Artesanato, bordado, venda em feiras fora de BH	-
Terezinha (63)	6ª série	Teófilo Otoni – MG	Tony; Ribeirão das Neves	Costura, fuxico, estandarte, roda de conversa, oficinas	Bolsa família
Reci (71)	Não tem	Santo Antônio de Jacinto – MG	Venda Nova e sítio São José de Almeida	Bordado	Vendas Avon Atividades domésticas
Luciano (?)	Superior completo	Itália	Casa da Maloca Pampulha	Administração	Ex-padre missionário

\* As informações referem-se aos membros presentes na visita técnica de 29/05/2013 e foram dadas verbalmente. Não obtive autorização para consultar o cadastro completo dos associados.

Tanto as facilitadoras quanto as costureiras e bordadeiras trabalham segundo a demanda e quando estão disponíveis, não seguindo nenhum regime de trabalho rígido. As tarefas são organizadas segundo o espírito comunitário. Cada atividade é executada de acordo com o interesse e a habilidade dos membros do grupo. Há uma ajuda mútua baseada na experiência e história de vida dos integrantes. O respeito às características pessoais também é muito valorizado. Sendo assim, há diferenças na dedicação e na disponibilidade de cada um às atividades do grupo.

O único homem, Luciano, parece ocupar-se de tarefas burocráticas como elaborar projetos, manter contatos, pesquisar sobre feiras e eventos, regularizar documentação, elaborar espelhos em madeira e enfeites de fuxicos, além de exercer a função de motorista e cuidar de seus dois filhos. Luciano conta que, no início, registraram o grupo como microempresa. Há dois anos descobriram que o associativismo era mais viável. A associação de artesanato da Comunidade Maloca foi criada para “facilitar projeto”, obter CNPJ, participar de eventos, feiras, emitir nota fiscal. A necessidade de emissão de nota fiscal ocorreu em função do cliente lojista. Em 2010, começaram a viajar e, como o fiscal da receita pede a nota, tiveram outro motivo para oficializar a associação. Segundo Luciano, foram formalizando o grupo, devido às leis da União. Ele reclama dessa parte, por ser muito burocrática, mas entende que o grupo precisa dela.

O grupo mantém relações com entidades apoiadoras de economia solidária e de comércio justo, além de sempre integrar movimentos sociais de direitos à moradia e da mulher. O acesso à informação e às oportunidades é obtido por meio dessa rede de relacionamento.

As vendas dos produtos são realizadas em feiras, em sua grande maioria. Sandra explica que é necessário participar de muitos eventos para que o dinheiro das vendas supere as despesas com a manutenção da sede (água, luz, telefone, alimentação), os impostos, o honorário do contador, a compra de *stands* nas feiras grandes e o transporte terrestre ou aéreo.

O grupo participa de “feiras solidárias” fixas (aquelas em que a exposição é gratuita), como a feira da avenida Bernardo Monteiro, e de feiras em eventos de Economia Solidária ou em encontros, seminários e congressos. Participa também de “feiras capitalistas”, cujo aluguel de *stand* pode variar de R\$ 1.000,00 a R\$ 4.000,00. Sandra e outras companheiras são as responsáveis pelas vendas nesses eventos. Ela relata a superação de algumas mulheres ao desempenharem essa tarefa: a culpa por estarem ausentes de casa durante o período de viagem, a ansiedade em lidarem pela primeira vez com cálculos matemáticos ou a timidez diante do cliente são exemplos citados por Sandra e vivenciados pelas mulheres que se propuseram a acompanhá-la nas feiras. Ela também destaca o ato da venda como um ritual, quando conta a história do grupo para os clientes e os valores agregados ao produto, como a solidariedade e a sustentabilidade.

Diferente dos outros grupos observados na pesquisa de campo, o Mulheres da Vila paga antecipadamente as peças produzidas por seus membros. Nos outros, os membros somente recebem pelo produto após a venda. No Mulheres da Vila, o grande volume de

mercadoria de giro proporcionou caixa suficiente para o pagamento assim que o membro finaliza o produto. Mas Sandra conta que nem sempre ocorreu dessa forma. No início, a sobra era muito pequena e havia mulheres que abdicavam de sua parcela para auxiliar companheiras em situações de maior necessidade. Ela explica que o grupo trabalhou para mudar a forma de pagamento devido à alta rotatividade dos membros. Estes desistiam de participar porque não tinham a certeza de receber o dinheiro para comprar o alimento do dia. Atualmente, a média de retirada chega a um salário mínimo, em proporção ao tempo trabalhado. As facilitadoras também retiram em média um salário mínimo. No entanto, para a maioria das mulheres, o artesanato não é a única fonte de renda. Principalmente para as bordadeiras e costureiras, o artesanato é uma estratégia de sobrevivência dentre outras (quadro 13).

Além da partilha de dinheiro por peça produzida, outro critério adotado é a frequência às reuniões ou “Rodas de Conversa”. O grupo reúne-se quinzenalmente na Maloca. Mais que uma simples reunião, ou partilhamento da produção, esses encontros têm um ritual bem específico e objetivam o bem-estar das mulheres. Elas podem expor suas questões pessoais livremente e encontram apoio. Esses encontros ocorrem às quartas-feiras e observa-se que as atividades de reprodução e produção misturam-se. Há dois momentos: um na parte da manhã, que consiste na Roda de Conversa, e o segundo na parte da tarde, com o momento de partilha pelos membros. Em visita técnica do dia 29/05/13, acompanhei as atividades do grupo.

A Roda de Conversa ocorre na maloca menor, denominada de Capelinha, onde as mulheres têm a oportunidade de verbalizar suas angústias e expectativas, e os membros responsáveis pela organização das atividades apresentam informes. Minha presença provocou certo constrangimento, sendo que numa ocasião houve uma discussão no grupo em relação ao projeto de fundo rotativo para reforma de moradias (descrito abaixo), o que estimulou falas de esclarecimento e exposição de argumentos pelos membros. Entendi que a Roda de Conversa desempenhava também a função de discussão de pontos de vista conflitantes. Luciano acredita que o melhor “produto” do grupo é a roda, na qual há uma oportunidade de as mulheres conhecerem-se, unirem-se, aprofundarem-se no espírito comunitário, solidário e afinador do trabalho. “É a alma do negócio”, conforme Luciano.

Na reunião da manhã, o informe do dia referia-se à minha visita e ao meu interesse de realizar a pesquisa; à última feira realizada; à demanda por realização de cursos em feira (o aluguel de um *stand* fica mais barato quando o feirante oferece cursos no evento); à oferta de cursos de capacitação gratuitos pela Prefeitura; ao projeto de crédito solidário para

moradia; e ao projeto, em vias de aprovação, que destina recursos, entre outras coisas, para o treinamento das mulheres da Maloca. Os informes foram dados, de forma espontânea, à medida que a reunião transcorria, logo depois da minha solicitação de apresentação. Após a cantoria e a fala de boas-vindas de Terezinha, Luciano apresentou-me ao grupo. Expliquei o motivo de minha pesquisa, dizendo que meu interesse em conhecê-las era para entender como conseguiram organizar o local de trabalho da associação. Pedi que cada uma se apresentasse, dissesse a função que desempenhava e os motivos que a levaram a participar do grupo (quadro 13).

O segundo momento ocorre na parte da tarde, na sala de jantar da Maloca (figuras 73, 74, 75 e 76). Todos reuniram-se em volta da grande mesa de madeira bruta para discutir os valores de cada peça, apreciar bordados, sugerir desenhos e solicitar opiniões. A discussão dos valores das peças foi acalorada, havendo uma mudança dos valores de pagamento por peça, mas o registro não foi realizado claramente. Havia uma anotação em uma caderneta à lápis, mas a dúvida residia na desproporção de aumento dos preços de algumas peças. Os preços são determinados em assembleias, que eram mensais e hoje ocorrem no máximo duas vezes ao ano. A frequência maior de encontros no início é necessária, para auxiliar a consolidação do grupo e o fortalecimento das relações entre as mulheres. Após a avaliação das peças bordadas por Nilda, o valor é anotado em uma caderneta e cada uma, recebe sua quantia. Os critérios de avaliação são o tipo de peça (vestido, saia, blusa etc.), tamanho (P, M, G) e bordado “cheio” ou bordado “vazio”, isto é, a quantidade de tempo necessária à tarefa de bordar.

Para além do discurso apaziguador de Luciano, é possível perceber na entrevista com uma facilitadora, Maria, a relevância desses encontros na vida prática das associadas. Maria é uma associada que está no grupo desde a sua formação e que mora na Vila Apolônia. Tem uma história de luta pela sobrevivência como outras associadas ou moradoras da vila, advindas de relações de opressão de gênero e de sua condição de miséria. Segundo ela, a roda de conversa é a oportunidade para as mulheres que sofrem alguma violência doméstica, de maridos ou filhos, exporem sua situação. A socialização das experiências funciona como um estímulo para que elas determinem outras normas nas relações. Ainda de acordo com Maria, são comuns os casos em que as mulheres acabam separando-se dos maridos. No caso de Maria, não posso afirmar que ela conseguiu emancipar-se de relações opressoras de gênero, mas o fato é que, na visita à sua casa, encontrei seus filhos homens preparando o jantar, em companhia de suas esposas, demonstrando uma certa divisão horizontal de tarefas na família.



FIGURA 73 – Saia bordada (bordado vazio)  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 74 – Saia de retalho com bordado  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 75 – Saia bordada (bordado cheio)  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 76 – Grupo discutindo os valores das peças  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

Na associação, os membros ocupam-se, além da produção de artesanato e da venda dos produtos, de atividades domésticas, como o preparo de comida, limpeza do local, cuidado de crianças, adolescentes e idosos, lazer e de atividades burocráticas, como a elaboração de projetos para obtenção de recursos junto a instituições apoiadoras de economia solidária. A associação também faz questão de manter contato com outros grupos de movimento social e de economia solidária, por meio dos quais obtém conquistas determinantes para a sua sobrevivência. Como já citado na história do coletivo de trabalhadores, as conquistas referem-se à regularização da área invadida pelas famílias na favela Vila Apolônia, melhoria da infraestrutura do bairro e acesso ao espaço público por meio de feiras capitalistas (aquelas que cobram para expor) e feiras solidárias. Como o grupo ocupa-se do bem-estar de todos os membros, a escuta, as orientações e os esclarecimentos são frequentes entre eles. A comunidade também se reúne para organizar festas, como a festa julina, denominada de Arraial de Sant'Ana, "Roda Saia" e a confraternização de fim de ano.

A construção principal, denominada por todos de Maloca, foi realizada conforme processo convencional de projeto: contratação de arquiteto e de mão de obra, sendo que grande parte das decisões foi tomada pelo casal, proprietário do imóvel. “O projeto é do arquiteto, mas a ideia é nossa” (Luciano, entrevista, 2013). O casal, inspirado em um passeio realizado em 1998 a uma tribo indígena Pataxós, Aldeia Barra Velha, em Caraíva (BA), solicitou ao arquiteto que a casa parecesse uma maloca de índios. O arquiteto explicou que a forma redonda desperdiçava muito espaço e projetou uma casa octagonal. O projeto foi elaborado em 2000, e a obra iniciou-se em setembro de 2001. O casal contratou um pedreiro, Walter, antigo vizinho da Vila Apolônia na época em que moravam no local. O pedreiro e um servente levaram seis meses para construir a casa. O pedreiro fez tudo, até a parte hidráulica e elétrica. A família mudou-se para a nova construção em fevereiro de 2002.



FIGURA 77 – Vista parcial da Maloca  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

A Maloca (figura 77) foi executada em tijolo maciço à vista, comprado no município de Areias, com estrutura em concreto armado, revestida posteriormente por Sandra e Luciano com pedras filetadas, esquadrias de aroeira, trazidas do Vale do Jequitinhonha, e engradamento de telhado em madeira, piso revestido em cerâmica queimada, pilares de

aroeira na varanda, móveis em madeira rústica, alguns adquiridos em lojas de antiguidades, muito artesanato ambientando o lugar, fotos da família e imagens religiosas. Luciano conta que não seria necessário executar a estrutura em concreto armado, porque o peso da construção poderia ser suportado pelo tijolo maciço. Mas quando descobriram isso, o pedreiro já havia feito a estrutura.

Em 2004, o casal construiu a maloca menor, também denominada por eles de Capelinha (figura 78). Luciano descobriu, conversando com um rapaz de Montes Claros contratado para limpar o lote, que ele e seu pai sabiam construir em pau-a-pique. Luciano trouxe as madeiras (Candeia) do assentamento Franco Duarte de Jequitinhonha (na época ele era coordenador da Pastoral da Terra da Regional Nordeste e Estadual) e piaçava da Bahia. Dentro da maloca há um ícone oriental de tradição bizantina do século XII, que se denomina “mãe da ternura”. A ideia dessa maloca era construir um espaço sagrado para o grupo, onde poderiam contemplar e compartilhar suas histórias de vida. Em março de 2009, foi adaptado para espaço da loja, mas no tempo de seca havia muito poeira, o que sujava as peças em exposição.

O grupo tem planos de transformar a Maloca em um centro de comércio justo, com produtos de economia solidária, inclusive de outros grupos do país e da América Latina, como, por exemplo, produtos do Vale do Jequitinhonha, da agroecologia familiar e solidária, mel, açúcar mascavo, argila medicinal, cachaça. O interessante é que Luciano faz questão de manter a casa abastecida com esses produtos. O grupo está em contato com a FACES do Brasil, “uma plataforma constituída por importantes atores do movimento do Comércio Justo e Solidário brasileiro, entre ONGs, articulações de produtores e representantes governamentais, que atua desde 2002 com a *missão de fomentar a construção do comércio justo e solidário, como instrumento de uma economia inclusiva, solidária e sustentável*” (Faces<sup>38</sup>, 2013, grifos do autor).

---

<sup>38</sup> Disponível em: Fonte: <http://www.facesdobrasil.org.br/motivacaomissaocamposdeatuacao.html>). Acesso em Ago 2013.



FIGURA 78 – Vista da Capelinha

FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

Como no caso anterior, há uma separação entre a concepção e o uso na produção do espaço da associação. Da parte do casal, as iniciativas são próprias de uma autoprodução do espaço. De modo diferente dos técnicos da Prefeitura, eles gerenciaram os próprios recursos a partir de informações prévias sobre os lugares que poderiam oferecer material de construção de boa qualidade. Além de capital cultural, o casal demonstrou capital social, no sentido de conhecer os técnicos que pudessem executar a obra mediante relações de confiança. Além disso, o casal determinou a forma final da edificação, assim, o projeto de arquitetura tornou-se mais um manual de instruções de obra, menos um planejamento do espaço futuro. O casal empregou o recurso de morar e trabalhar no mesmo local, ao mesmo tempo em que se deslocam cada vez mais para expor os produtos em feiras em eventos nacionais e internacionais de grande projeção. Esse mesmo recurso é utilizado no caso das bordadeiras, que trabalham em casa e deslocam-se somente para os encontros quinzenais na associação. A exceção fica por conta de Dara e Maria. A associada Dara mora com o casal e os filhos na Maloca e a associada Maria, moradora da Vila Apolônia, frequenta o local constantemente. Ambas executam tarefas domésticas e auxiliam Luciano no cuidado com os filhos, quando Sandra viaja para expor os produtos na feira. Mas as associadas, que residem na Vila Apolônia e na Ocupação Dandara, autoproduziram o espaço de moradia,



com recursos próprios, mas escassos e sem acesso ao conhecimento técnico. Diante dessa situação, o casal propôs ao grupo a experiência de crédito solidário para uma associada, Nilda, reformar sua casa. O desejo é que essa experiência se repita, porém, com a assessoria de técnicos especializados. Por fim, embora o espaço da associação tenha sido concebido pelo casal, o seu uso pelos membros do grupo não oferece constrangimentos. De fato, as portas ficam abertas, desde o portão de chegada. No entanto, do ponto de vista das bordadeiras, a liberdade de ir e vir no espaço, e até mesmo de escolher a tarefa a ser realizada no grupo, configura uma liberdade restrita, considerando-se o universo de opções predefinidas, nos termos de Bourdieu. Não se pode esquecer que o acesso restrito das bordadeiras ao capital cultural e social contribui para que elas permaneçam no mesmo espaço social em que estão atualmente inseridas.

#### **4.4 Coletivo costureiras, a comunidade e o trabalho de reprodução**

A história da associação de costureiras confunde-se com a história da comunidade Noiva do Cordeiro, onde ela está localizada. É impossível investigar o coletivo costureiras sem compreender a comunidade e o trabalho de reprodução que é realizado por seus membros para garantir as condições de sobrevivência e o bem-estar de todos. Nesse estudo de caso, em especial, a racionalidade reprodutiva foi fundamental para a comunidade se emancipar de anos de pobreza material e política, advindas de relações de opressão de gênero determinadas por uma cultura patriarcal e por preceitos religiosos. Os achados desse estudo de caso confirmam a hipótese desta tese referente à importância da precedência da reprodução sobre a produção, na medida que essas descobertas ilustram a mobilização de mulheres frente às imposições de determinações heterônomas.

Para melhor compreensão, apresento a comunidade antes de detalhar o coletivo costureiras, sua produção e organização do trabalho. Os dados a seguir foram coletados em entrevistas realizadas com as integrantes da comunidade Rosalee, Arodi, Élide e Eliene. Rosalee é uma liderança da comunidade e a representa na Câmara de Vereadores do município de Belo Vale. Arodi é seu irmão e é o responsável pelos assuntos referentes à lavoura e à criação. As irmãs Élide e Eliene são responsáveis por agendar visitas e acompanhar os visitantes no local.

A comunidade (figura 79) está localizada na área rural do município de Belo Vale, próximo ao distrito de Roças Novas de Cima, distante 80 km de Belo Horizonte.



FIGURA 79 – Foto de satélite da comunidade Noiva do Cordeiro

FONTE: Google Maps, 2011

A posse do terreno não está legalizada. Não existe escritura, apenas um documento de partilha. As terras onde Noiva do Cordeiro está localizada são de Geralcina Maria Fernandes, por sua vez herdadas do marido e do pai. A cada necessidade de nova construção, seja individual (residência) ou comunitária, é solicitada a ela uma autorização, concedida verbalmente. Parte da comunidade vive em um terreno menor, contíguo ao de Geralcina. Essa parte menor pertence a Maria Matuzinha Fernandes, cunhada de Geralcina (figura 80). Há terras contíguas à comunidade que ainda pertencem aos membros da primeira geração, como aquelas de Vicente Fernandes, irmão de Geralcina, e de Gerson Fernandes, tio de Geralcina.







A área destinada à lavoura não pertence à comunidade. O proprietário é Dário Alberto, ao qual todos se referem como “Chileno” e quem autorizou o plantio. Em troca, o proprietário escolhe alguns produtos para seu sustento, mas não há uma medição da quantidade. Dario conheceu Noiva do Cordeiro há sete anos, casou-se com uma mulher da comunidade e mudou-se para lá. O proprietário expressou o desejo de vender a área e espera a comunidade adquirir o terreno através de crédito rural. Dario solicita um valor de cerca de R\$ 600.000,00 reais pela área, bem abaixo do valor de mercado, segundo depoimento de Rosalee.



FIGURA 80 – Manchas referentes às áreas das propriedades de terras

FONTE: Google Maps, 2011

Legenda:

	Terras de Geralcina Maria de Jesus		Terras de Vicente Fernandes
	Terras de Maria Matuzinha Fernandes		Terras de Gerson Fernandes
	Terreno de Dário “Chileno”		Lavoura (Terras de Dário “Chileno”)

Élida estima que, em 2013, havia cerca de 300 pessoas morando na comunidade. O número de pessoas varia em função de se obter emprego ou não em Belo Horizonte.

Delina é considerada a matriarca da comunidade. É neta de Maria Senhorinha e Francisco Fernandes, o casal que deu origem à todo o grupo, e foi casada com o pastor Anísio, fundador da hoje extinta igreja Noiva do Cordeiro. A comunidade expressa grande respeito e admiração por Delina (figura 81).

A história da comunidade (quadro 14) tem forte relação com duas outras comunidades rurais de Minas Gerais: Monte Sião, em Montes Claros, e Mouras, em Desterro de Entre Rios. O pastor Anísio Pereira chegou à região nos anos 1940. Na ocasião, era pastor da Igreja Batista e discordou dela, fundando uma nova igreja denominada Noiva do Cordeiro. Em suas viagens pelo interior de Minas Gerais fundou as duas comunidades Noiva do Cordeiro, citadas anteriormente. No início, essas comunidades tinham um projeto comum de construção de comunidades religiosas.

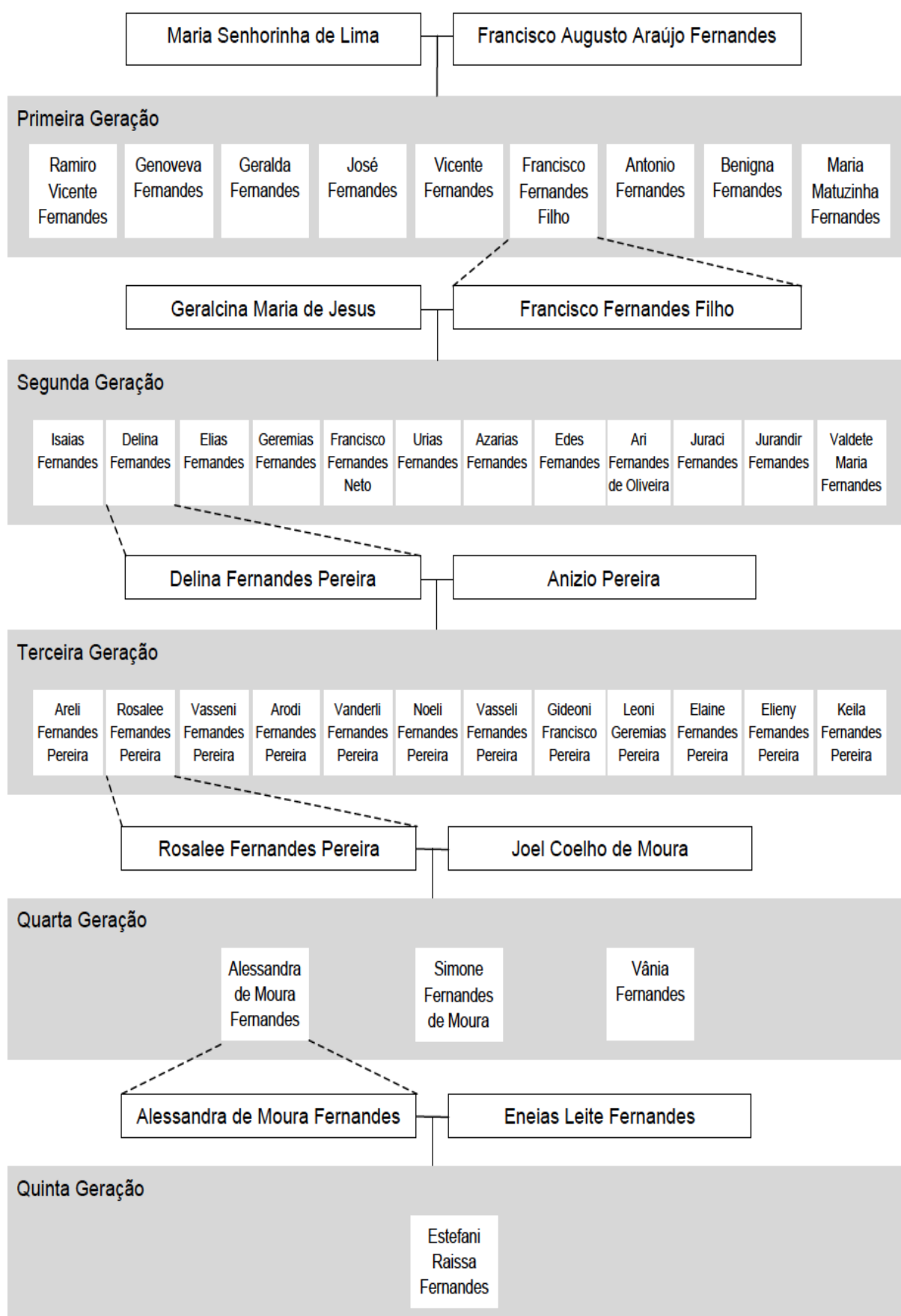


FIGURA 81 – Árvore genealógica da comunidade Noiva do Cordeiro

## QUADRO 14 – Breve histórico da comunidade Noiva do Cordeiro

1888 – Casamento Maria Senhorinha de Lima e Arthur Pierre
1890 – União entre Maria Senhorinha de Lima e Francisco Augusto Araújo Fernandes
1950 – Chegada do pastor Anísio
1950 – Início dos trabalhos com a igreja no local
1961 – Casamento Delina e pastor Anísio
1965 – Registro da Igreja Evangélica Noiva do Cordeiro
1970 a 90 – Só dificuldades e miséria extrema
1990 – Comunidade começa a questionar os preceitos rígidos
1993 – Extinção da igreja
1994 – Construção do anexo do casarão
1995 – Falecimento de Anísio
1999 – Criação da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro (ACNC)
1999 – Criação da fábrica de lingerie e artesanatos
2004 – Construção da Casa Mãe (salão e quartos)
2004 – Eleição de Rosalee para vereadora no município de Belo Vale
2006 – CIDEDEC (Centro de Informática e Desenvolvimento da Educação Comunitária), implantado pela Vale, CDI e ACNC (sem acesso à internet)
2006 – Reportagem no Estado de Minas (Primeira Escola de Informática da Zona Rural do Estado de MG)
2008 – Documentário “Noivas do Cordeiro” do canal de TV GNT
2008 – Patrocínio da empresa Vale do Rio Doce para um ano de internet
2010 – Construção da Casa Amarela (dormitórios)
2010 – Formalização da Fábrica Noiva do Cordeiro Confecções LTDA.
2011 – Construção da cozinha comunitária

FONTE: Noiva do Cordeiro, 2013

Com o tempo, todas essas comunidades romperam com a igreja, devido à rigidez dos preceitos religiosos. Dentre esses preceitos, a proibição de controle de natalidade foi percebida pelas mulheres como um obstáculo à reprodução da comunidade, pois o grupo não produzia alimentos suficientes para sanar a fome de todos. Mas percebe-se que a ética cristã de ajuda mútua permaneceu. Essa ética determinou a postura orientada para “a liberdade”, “o respeito” e para “trabalhar para viver”, e não o contrário: “morrer de tanto trabalhar”, nas palavras de Rosalee e Élide.

O modo de vida comunitário consiste na união atrelada à liberdade individual, e não ao individualismo. O que é um “sistema livre”? “Livre é a pessoa que se sente responsável e não espera ninguém mandar” (Rosalee); “quando as pessoas se preocupam, fazem de boa vontade” (Élide). O sistema comunitário ou o “sistema de viver em comum” é expresso pelas frases “aqui cada um quer para todo mundo” (Rosalee); “quando une, tudo fica mais forte” (Élide). Quando pergunto o que “cada um quer”, Élide responde com a expressão “qualquer benefício”.

O sistema comunitário fica mais claro quando Rosalee exemplifica a história da lavoura. Diz que antigamente (não precisou a data) as famílias plantavam roças individuais. Elas perceberam que as tarefas rendiam mais quando uma família ajudava a outra. Com o tempo, a comunidade decidiu pela lavoura e horta comunitárias. E complementa, lembrando que mesmo aqueles moradores da comunidade que não têm o “espírito comunitário”, pois todos têm liberdade para decidir seu modo de vida, acabam usufruindo do bem comum, no caso, a horta comunitária. Conclui: “Não há como ser individual”.

Além da liberdade de escolha e da coletividade, outros preceitos determinam a postura cotidiana. A aprendizagem com outras gerações, com a história de vida anterior ou com a experiência de cada um é muito valorizada em todas as atividades da comunidade. Por exemplo, a escassez de alimentos em épocas passadas determinou a ideia de fartura. E explicam: “é necessário plantar a mais para remediar a seca, a chuva”. Outro exemplo são as novas construções comunitárias: o grupo de pedreiros e de carpinteiros, antes de planejar o espaço do refeitório comunitário, consultou a cozinheira sobre o que a deixava “perturbada” quando preparava a comida.

A experiência de vida também é valorizada através do teatro e, em menor grau, de filmagem de depoimentos realizada pelos próprios moradores, segundo dado coletado no *blog*<sup>39</sup> da comunidade. Erick, membro do grupo denominado Vídeo Noivas, acredita que o teatro, por emocionar mais as pessoas, tem um poder maior de sensibilizá-las para determinado tema: “O teatro emociona mais. E na questão da educação, por exemplo, o teatro passa melhor a mensagem que um vídeo. Os filmes funcionam mais como uma ferramenta documental do que de ensino, como uma prestação de contas para as pessoas” (Noiva do Cordeiro<sup>40</sup>, 2013). O conhecimento também é adquirido em jogos organizados pela comunidade e pela forma tradicional: as crianças frequentam a escola municipal de Roças Novas de Cima. Paralelamente à educação formal e burocrática, denominada assim pela comunidade, há também a formação das crianças nos valores comunitários. Uma pessoa da comunidade trabalha nessa formação, todos os dias, por cerca de duas horas. Há aproximadamente 50 crianças vivendo na comunidade. No casarão organizaram um “cantinho” para elas, que perfaziam um total de 20. Elas assistem à TV, dormem no tapete próximo à TV, brincam em um canto da sala e estudam com a professora Cláudia. Há poucos adolescentes, em função do controle de natalidade iniciado logo após o fechamento da igreja, cujo pastor até então não permitia essa prática.

---

<sup>39</sup> Endereço do blog da comunidade [http://noivadocordeiro.zip.net/galeria\\_e\\_textos/](http://noivadocordeiro.zip.net/galeria_e_textos/).

<sup>40</sup> Disponível em [http://noivadocordeiro.zip.net/galeria\\_e\\_textos/](http://noivadocordeiro.zip.net/galeria_e_textos/). Acesso em abr 2013.

Existem na área (figuras 82 e 83) várias residências, que abrigam duas ou três famílias de parentesco próximo (as entrevistadas não souberam dizer quantas residências existem no local, mas a contagem na imagem de satélite datada de 2011 indica mais de 20 (figura 87); além de três dormitórios e a cozinha comunitária. Os três dormitórios (figuras 84, 85 e 86) são denominados pela comunidade de “Casarão” (sede da fazenda), que abriga visitantes ocasionais; “Casa Mãe”, onde mora Dona Delina, abrigando um salão multifuncional para eventos; e “Casa Amarela”. No pilotis da Casa Amarela há uma oficina, uma fábrica de produtos de limpeza e uma marcenaria de móveis rústicos.

A área abriga também horta e criação comunitárias, fábrica de costura e fábrica de produtos de limpeza, paiol e outras construções para beneficiamento do milho, arroz etc. A antiga igreja Noiva do Cordeiro, construída em adobe, foi deteriorando-se com o tempo e a construção não existe mais. Hoje no local há o centro de lazer da comunidade, com lanchonete e campo de futebol gramado (figuras 82 e 83).

Há vários tipos de manifestações artísticas: grupo de quadrilha “Harmonia”, “*Lady Gaga Cover*” e as bailarinas, a dupla sertaneja “Márcia e Maciel”, a dupla de dança “Zé da Boneca”, grupo de dançarinos “Os predadores do futuro”, o casal de dança “Cravo & Yasmin”, Coral e Teatro Infantil “Vida Feliz”, grupo de *ballet* “Flor da Noiva”, Coral adulto, grupo de teatro “Quinta Geração”, os três violeiros e um sanfoneiro “Os incríveis”, o *Stand Up* de “Canela” e os repentistas “Tinki&Lavê”.



FIGURA 82 – Vista aérea da comunidade Noiva do Cordeiro  
FONTE: Google Maps, 2011



FIGURA 83 – Distribuição das construções na comunidade Noiva do Cordeiro

FONTE: Google Maps, 2011

Legenda:

1 Centro comunitário	4 Casa Mãe (figura 85)	7 Casa de máquinas	10 Criação
2 Fábrica de <i>lingerie</i>	5 Refeitório	8 Abrigo trator	11 Horta comunitária
3 Casarão (figura 84)	6 Casa Amarela (fig. 86)	9 Galinheiro	

Observação: O centro comunitário (1) e o refeitório (5) foram construídos posteriormente à data da foto aérea.

A comunidade reúne-se em todos os sábados para apresentações artísticas no espaço multifuncional, em um encontro iniciado às 18h e denominado Sábado da Viola. Além dessas apresentações, a comunidade junta-se para celebrar aniversários, casamentos e realizar outras manifestações espontâneas de demonstração de afeto entre eles (pedido de desculpas, solicitações de namoro, expressão de gratidão etc).



FIGURA 84 – O casarão antigo funciona como um dormitório para visitas periódicas  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 85 – Dormitório Casa Mãe  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013





FIGURA 86 – Dormitório Casa Amarela  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 87 – Residências de famílias estendidas  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

Rosalee esclarece que o conhecimento foi uma forma que as mulheres encontraram para questionar os preceitos rígidos do pastor evangélico, seu pai. Segundo ela, ele estudava todas as religiões para provar que a sua era a melhor. Ela percebeu, nessa atitude do pai, a forma de questioná-lo. Assim, as mulheres organizaram grupos de estudo para buscar contra-argumentos. Essa prática permanece até hoje e a comunidade encontra-se para discutir determinados assuntos, principalmente, através de jogos, denominados “jogos de conhecimento”. Após decidirem um tema, buscam na *Internet* informações para elaborar perguntas, que são dirigidas às equipes.

Há outros tipos de encontros, além dos jogos. Quando há uma questão que a comunidade precisa discutir e decidir, convocam-se os moradores de Noiva do Cordeiro, através de bilhetes. Não há uma periodicidade das reuniões, somente quando é necessário, conforme explica Eliene. Rosalee também esclarece que não há necessidade de registrar as reuniões em atas. Ela argumenta que se algo já foi discutido e decidido por todos que participaram das reuniões, então a palavra vale mais que um documento.

As atitudes de Delina também são espelho para todos, segundo as entrevistadas. Suas solicitações sempre consideram o bem-estar de cada membro da comunidade: um mutirão para a construção da casa de alguém, um auxílio para o cuidado de um idoso etc.

Pode-se inferir, a partir das questões anteriores, que na comunidade Noiva do Cordeiro as decisões são baseadas no universo da reprodução, sendo que este determina as decisões sobre a esfera da produção.

Com o tempo, as comunidades vizinhas aprenderam a compreender e reconhecer os valores e a filosofia comunitária. Vários eventos possibilitaram essa interação. A instalação

de oito computadores na comunidade em 2006, financiados pela Companhia Vale do Rio Doce, permitiu que outras comunidades próximas pudessem conhecer Noiva do Cordeiro. No início o projeto era itinerante, e a comunidade levava os computadores e o mobiliário (mesa e cadeira). Uma primeira reportagem do jornal Estado de Minas, no mesmo ano, intitulada “Sotaque rural”, contribuiu para divulgar o projeto e a comunidade, já que era a primeira escola de informática na zona rural de Minas Gerais. Uma outra reportagem foi realizada pelo Estado de Minas, denominada “Herança de preconceito”. Em 2008, uma equipe do canal de televisão GNT foi ao local realizar um documentário, promovendo a comunidade em rede nacional (Noivas do Cordeiro, 2008).

Percebe-se que a iniciativa do Centro de Informática e Desenvolvimento de Educação Comunitária – CIDEC possibilitou o reconhecimento da capacidade de organização de Noiva do Cordeiro pelas comunidades vizinhas. Parece que essa capacidade tem relação com o isolamento da comunidade, que buscou soluções para suas questões do dia a dia, sem contar com ajuda externa.

Outra evidência de capacidade de organização e de busca de informação da comunidade refere-se a eleição de Rosalee para vereadora no município de Belo Vale. Diante das dificuldades dos membros da comunidade de terem acesso aos serviços e equipamentos públicos do município, bem como de serem beneficiados com recursos públicos, a comunidade elaborou a estratégia de um de seus membros se candidatar a uma vaga na câmara municipal, considerando-se que a quantidade de moradores na comunidade, em torno de 300, era suficiente para eleger o candidato, no caso Rosalee, com número suficientes de votos.

Um indício de que a comunidade já superou os anos de isolamento são os frequentes convites de comunidades vizinhas para apresentação de números artísticos. Um exemplo é a realização da festa de quadrilha no mês de junho. Membros de outras comunidades, ao conhecerem a festa, convidaram Noiva do Cordeiro para se apresentar nos seus municípios.

Os membros da comunidade ocupam-se da lavoura, da horta comunitária, da criação de animais, além de atividades domésticas como o preparo de comida, cuidado de crianças e idosos, de lazer, como teatro, dança e música, da construção de edificações e de atividades burocráticas, como formalização da associação e elaboração de projetos para obtenção de recursos junto a instituições.

A comunidade produz o próprio alimento (figuras 88 e 89), sendo que quando há excedente a produção é vendida, mas não há um comprador fixo. Em regime de mutirão, a comunidade realiza o plantio, a capina e a colheita. Essas atividades exigem maior número de pessoas, informadas sobre as datas através de quadro de aviso na cozinha comunitária e busca de informação entre elas mesmas. O processamento dos alimentos, evidentemente, é feito no local. A comunidade possui moinho de milho, beneficiamento de arroz e outras máquinas para processar café etc. Poucos alimentos são comprados, como macarrão, tempero, sal, açúcar e óleo.



FIGURA 88 – Horta comunitária  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 89 – Vista do celeiro, garagem do trator, galpões abertos para o depósito de lenha e abrigo de máquinas de beneficiamento de arroz  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

O grupo mantém relação com outras comunidades também denominadas de Noiva do Cordeiro, que possuem a mesma filosofia de vida comunitária livre, e preserva uma troca de recursos econômicos e não econômicos determinantes para a implementação de medidas para a sustentabilidade da comunidade. Exemplos dessa interação é o auxílio financeiro obtido para a compra de um repetidor (aparelho que potencializa o sinal de telefonia móvel), a visita de um técnico especializado, conhecido de outra comunidade, para ensinar a fabricação de produtos de limpeza, a troca de produtos artesanais para venda na comunidade, como por exemplo, o tapete de retalho produzido em tear, equipamento inexistente na Noiva do Cordeiro de Belo Vale.

Não há regras, mas há uma divisão de gênero do trabalho, em função de tarefas que exigem esforço físico. As mulheres ficam encarregadas de cuidar das lavouras, das atividades domésticas e do cuidado com crianças e idosos. Cabem aos homens os trabalhos pesados como pavimentação de ruas, construção de casas. As mulheres também participam da construção de casas, mas em tarefas realizadas em mutirão, como o lançamento de concreto em valas de fundação ou em formas de laje, amarração de ferragem e lançamento de telhas para cobertura. Esse último tipo de trabalho é denominado

de “trabalho de formiguinha” por Élide. Outras tarefas relatadas por Eliene na construção são pintura, lixamento, peneiramento de areia etc. Mas os homens são em menor quantidade, porque uma estratégia para a sustentabilidade da comunidade é o trabalho assalariado em Belo Horizonte. O regime de mutirão é empregado em atividades como colheita na lavoura, corte de lenha e limpeza do terreno.

Há uma casa de apoio em Belo Horizonte para auxiliar as pessoas que trabalham na cidade, onde um casal cuida dos homens que moram no local, lavando roupa e preparando comida. Élide relata o exemplo de seu marido, que antigamente trabalhava em Belo Horizonte, mas sempre desejou voltar para a comunidade. Ele prestou concurso em um município vizinho à Belo Vale e hoje, apesar de ser bem menos remunerado, tem uma qualidade de vida melhor, morando na comunidade.

As atividades de reprodução são também organizadas segundo o espírito comunitário. Cada um decide o que prefere realizar, mas há um planejamento das atividades. Por exemplo, lava-se roupa três vezes por semana. As tarefas domésticas são feitas por um membro específico, segundo seu interesse. A cozinheira, por exemplo, escolheu esta atividade, pela preferência. Mas há um “exército” de mulheres que a auxiliam no preparo dos alimentos. Por exemplo, a limpeza dos grãos é realizada pelas idosas do grupo, na área de serviço da cozinha comunitária: elas trabalham sentadas e aproveitam a luz natural da área coberta. Eliene explica que nem sempre as mulheres fazem essa atividade, executam-na em função do período de safra do feijão. As tarefas de cuidado com crianças também são definidas segundo a preferência de cada um. No entanto, o trato com os idosos, sem parentesco feminino, é realizado em regime de rodízio.

Há várias fontes de recursos econômicos: excedente da lavoura (quando têm), produtos das fábricas, salários dos maridos que trabalham em Belo Horizonte, projetos institucionais, empréstimo de outras comunidades Noiva do Cordeiro, turismo local, além de aposentadorias e bolsas família. Os recursos são aplicados na própria comunidade. As cadeiras do centro de informática, por exemplo, foram adquiridas com a venda dos produtos da fábrica de *lingerie*.

Quando surgem oportunidades para os grupos artísticos apresentarem-se fora da comunidade, o cachê é dividido entre os membros, retirando-se a despesa com deslocamento e alimentação.

Outra fonte de recursos muito comum é a “vaquinha”. Sempre que há necessidade de empreender algo, uma nova construção ou a aquisição de mobiliário, os membros da comunidade mobilizam seus esforços, seja doando dinheiro ou ocupando-se com uma tarefa específica no tempo livre, por exemplo, atuando na construção. Há situações também em que as sobras da fábrica de *lingerie* e de produtos de limpeza são parcialmente destinadas a esses empreendimentos. De modo geral, quando surge uma demanda, todos da comunidade mobilizam-se para levantar os recursos necessários. Desse modo, a “vaquinha” é composta por recursos econômicos e não econômicos.

Por ocasião da construção do dormitório Casa Amarela, a comunidade recebeu um convite para trabalhar sob regime de empreitada em uma fazenda vizinha. Era necessário empilhar toras de eucalipto e o trabalho era muito duro. Os homens ajudavam no final de semana, quando retornavam de seus trabalhos em Belo Horizonte. Essa empreitada somente foi aceita porque coincidiu com a necessidade de levantar recursos para a construção da Casa Amarela. A comunidade não se interessa em buscar trabalho remunerado na região.

Uma outra fonte de recursos são os projetos de geração de renda financiados por instituições governamentais e privadas. A Vale do Rio Doce aprovou três projetos na comunidade (um de informática e dois de cursos de teatro e música). A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE) forneceu cursos de culinária, design e criação, corte e costura e de gestão de pequenos negócios.

A comunidade reclama muito da burocracia exigida pelas instituições para financiar os projetos, bem como aquela exigida pela Prefeitura para obter alvará de funcionamento das fábricas.

Os espaços destinados a produção ou serviço orientados para o mercado externo são a fábrica de *lingerie* e artesanato e a fábrica de produtos de limpeza. A comunidade também explora o turismo local. Essas atividades também são distribuídas entre os membros da comunidade, segundo a preferência e a habilidade de cada um. O tempo de trabalho é determinado livremente, sendo que cada um se esforça segundo a demanda, não estipulando metas, mas identificando a necessidade ou não de prolongar a jornada.

Aqui também foram identificados pelo menos dois tipos de regime de trabalho: mutirão (quando há muita demanda em um curto espaço de tempo) e escala (quando há um rodízio devido à necessidade de descanso).

O turismo local é uma atividade remunerada em função do tempo disponibilizado para receber os visitantes. Desde a divulgação das reportagens do jornal Estado de Minas (2006) e do documentário da GNT (2008), muitos curiosos vão até Noiva do Cordeiro, conhecer o modo de vida comunitário. Um dos visitantes sugeriu que a comunidade deveria cobrar pela comida fornecida. Élide afirma que “o turismo caiu de paraquedas” e que a comunidade não realiza divulgação. No entanto, para receber todos os visitantes como gostaria, dando-lhes a atenção devida e considerando que viajam por muito tempo para conhecer Noiva do Cordeiro, a comunidade passou a organizar-se, disponibilizando pessoas e tempo para essa função. Quando o visitante entra em contato por telefone, a visita é agendada segundo a disponibilidade, sem interromper o ritmo diário de atividades. Élide argumenta que todos ali trabalham muito nas atividades de subsistência e que precisam, portanto, organizar-se para receber essas visitas. A comunidade, então, resolveu aceitar a sugestão do visitante e começou a cobrar R\$ 30,00 pelo café da manhã, almoço e lanche da tarde. Quando a visita vem de longe, é usual pernoitar no local.

A primeira vez em que a comunidade teve contato com uma tarefa improdutiva foi a formalização da associação. No documentário da GNT, um membro da comunidade relata sua estranheza ao deparar-se com a necessidade de formalizar um modo de vida associado, que para elas é normal, natural. Outra situação para a qual a comunidade precisou mobilizar-se foi a formalização da fábrica de costura. Rosalee explica que a associação Noiva do Cordeiro não tem fins lucrativos, mas o grupo de costureiras configuram uma microempresa.

Com relação à produção do espaço, as decisões sobre a construção baseiam-se nas demandas que surgem no dia a dia, a partir da experiência boa ou ruim de uso, na discussão com os membros da comunidade que demonstram interesse (um vai conversando com o outro), na consulta a quem usa o espaço (a cozinheira, por exemplo), na explicação da proposta desenhada em planta (croquis) e na demonstração através de simulação em espaço real. Nesse último caso, Arodi conta que leva a pessoa para um cômodo qualquer e mostra as dimensões do novo cômodo, explicando que a área vai ficar menor ou maior do que a área daquele cômodo já construído.

Durante a obra, a divisão de tarefas é realizada em função da disponibilidade e habilidade de cada um: quem pode doa dinheiro, quem não pode participa do mutirão. Os trabalhadores desenvolvem muitas habilidades (pedreiro, carpinteiro, bombeiro etc.). Arodi conta que, no caso da fábrica, Rosalee sugeriu que o “puxadinho” fosse construído em L para possibilitar uma futura expansão da edificação. As construções são modificadas ao

longo do tempo pela demanda de mais espaço, adquirem outras funções à medida que o espaço não comporta determinada atividade, e a prática vai indicando o que deve ser melhorado (por exemplo, umidade no porão onde ficava a escola).

A técnica construtiva adotada em grande parte das construções é de estrutura em concreto armado e alvenaria de vedação em bloco cerâmico. As janelas são de aço pintado e o modelo empregado é o de pronta-entrega. Na cozinha comunitária destacam-se o pé-direito alto, o engradamento de madeira bem executado e o piso em granilite, também muito bem executado, sem trincas.

Nos dormitórios comunitários, cada família tem seu quarto, mas compartilha os outros espaços, inclusive os banheiros. Nas três edificações que abrigam dormitórios, os banheiros não são divididos por sexo. Com o tempo, algumas famílias preferiram morar sozinhas, e após a autorização da comunidade, construíram suas residências, que abrigam várias gerações.

No dormitório Casa Mãe, há um salão localizado no centro da construção. O telhado do salão é de quatro águas, em estrutura e telhas metálicas, com algumas telhas translúcidas. O salão comporta palco, mesas, cadeiras, além de equipamento de som e iluminação. Está ambientado com dois *banners* com as imagens de atrações locais: dupla Márcia e Maciel e o grupo *Lady Gaga*; forro de tule branco preso por cabos de aços; e decoração conforme o evento. Antigamente, o salão era a entrada por onde todos acessavam os quartos. A quantidade de eventos no salão determinou uma reforma. Foi construída uma varanda ao redor da Casa, as entradas de cada quarto passaram a ser realizadas externamente e o salão ficou totalmente disponível para esses eventos.

A construção mais antiga da comunidade (feita por Chico Fernandes no final do século XIX) abriga hoje um dormitório para acomodar hóspedes. São grupos de pessoas que pertencem a outras comunidades Noiva do Cordeiro, que periodicamente visitam a de Belo Vale. A construção é de pau-a-pique sob baldrame de pedras e com telhado cerâmico. Na sala principal da casa há uma pilha de colchões para receber os grupos de visitantes. O porão, onde o pé-direito é razoável, já abrigou a escola da comunidade. Hoje ele funciona como depósito. Do porão é possível ver os barrotes imensos do piso do casarão, de tábuas de madeira bem largas. Um novo portão foi instalado no acesso ao porão, além das paredes internas receberem reboco e do baldrame de pedras ser rejuntado. Posteriormente, um anexo foi construído em tijolos maciços e telha de fibrocimento. Esse anexo abriga um fogão de lenha e um depósito.

As paredes de pau-a-pique estão muito rachadas, e alguns locais com o recobrimento destacado. Aroldi explica que já houve intervenções no casarão devido ao deterioramento de algumas peças de madeira. Em pelo menos uma janela, foi possível perceber que o pau-a-pique abaixo do peitoril foi substituído pelo tijolo cerâmico.

A cozinha comunitária é uma construção recente (figuras 90 a 93). A foto do satélite tirada do Google mostra a cozinha que havia no local até 2011, quando foi demolida para dar lugar a construção atual. Hoje a cozinha é toda compartimentada, mas as áreas são grandes: área de preparo, cocção, lavagem de vasilha, depósito de lenha, despensa. A separação da área de preparo da área de lavagem foi uma solicitação da cozinheira. Outro pedido da cozinheira foi a separação com um balcão da área de cocção do refeitório. A área externa, coberta, inicialmente prevista para servir somente à lavanderia, virou área de preparo dos grãos (catação e limpeza).

O arquiteto e coreógrafo Raul Belém Machado, pessoa muito próxima da comunidade, havia oferecido o projeto de um Centro Cultural para o local. Mas Rosalee não obteve recursos para executá-lo. Ela fez questão de nos mostrar o projeto do Centro Cultural. Conta que irá modificar a área destinada ao espaço multifuncional. Diz que prefere o espaço monofuncional, para evitar modificar o leiaute a cada nova atividade, o que é muito cansativo. Rosalee já esteve com a sócia de Raul Belém Machado, após a morte dele. A sócia afirmou que quando o projeto obtiver recursos, fará a modificação do espaço multifuncional para a comunidade. O projeto pareceu-me muito grande para o local. Mesmo com bom número de atrações culturais, fiquei em dúvida se haveria essa quantidade de público esperado. Além disso, a fachada envidraçada não é própria de uma paisagem rural.

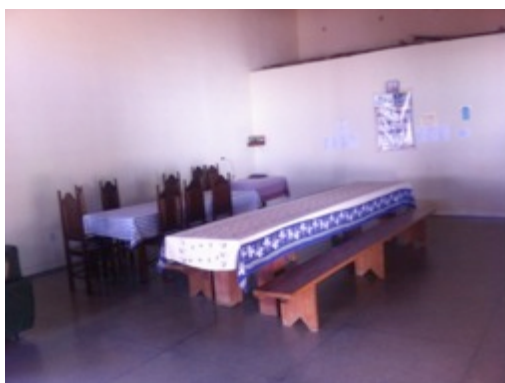


FIGURA 90 – Refeitório  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 91 – Cozinha e área de cocção  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013





FIGURA 92 – Mulheres trabalhando na limpeza dos grãos na área de serviço da cozinha comunitária  
 FONTE: Zerlotini da Silva, 2013



FIGURA 93 – Cozinha comunitária e refeitório  
 FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

O grupo de costureiras originou-se de iniciativas de moradoras da comunidade que trabalhavam em suas residências, cada uma com sua máquina de costura, produzindo roupas para o uso próprio e de sua família e tapetes de retalhos de tecido. As costureiras também aceitavam encomendas da comunidade e da região. A ideia de produzirem para o mercado externo partiu de duas costureiras, que propuseram a união do trabalho de todas, de modo a aumentar a produção para a venda. Hoje a comunidade tem uma fábrica de *lingerie* que representa uma atividade produtiva, dentre outras realizadas na localidade. Além de produzir *lingerie*, tapetes e colchas para comercialização, a fábrica atende também às demandas internas de fabricação de fantasias para apresentações artísticas da comunidade.

A divisão de tarefas na fábrica ocorre também em função da preferência de cada um: compra de material, desenho e criação, corte, costura e venda. A compra de material é realizada em Belo Horizonte. O desenho ou a criação é do próprio grupo. Para aprender como se faz roupa íntima, elas desmontaram peças velhas que tinham. No início repetiam os modelos, depois começaram a criar. Decidiram pela *lingerie* em função do tamanho das peças que poderiam ser trabalhadas a partir de retalhos. A fábrica sempre operou com retalhos. A ideia surgiu a partir dos trabalhos de Dora, confeccionando tapetes de retalhos, pois sempre recebeu encomendas por seu trabalho. Hoje a fábrica confecciona tapetes, colchas e *lingerie*, sempre a partir de retalhos ou sobras de tecido, evidentemente mais baratos do que o tecido comprado no metro.

Trabalham na fábrica 15 mulheres em diferentes funções: compra de material, corte, desenho, costura, venda (sacoleiras), transporte (motorista). Na visita do dia 25/07/2013 estavam na fábrica Lica, Dora, Sônia, Cláudia, Vânia e Wilma. Para a fabricação de tapete, Dora parece executar todas as tarefas. Para a fabricação de *lingerie*, há uma tarefa para cada uma delas, evidentemente em função da máquina especializada. Não foi possível

acompanhar o trabalho do grupo, mas percebe-se que todas desenvolveram destreza no manejo das máquinas, pelo fato de elas denominarem cada etapa do processo pelo nome de cada membro do grupo: “a peça vai para fulana, depois volta para beltrana”. Quando solicitadas a explicar o processo de trabalho, todas respondem demonstrando que conhecem todo o ciclo, mas Vânia é quem se dispõe a mostrar o passo a passo.

A modelagem é feita por todas do grupo, que se reúnem na mesa central e discutem sobre novos modelos e possibilidades de ajustes. Percebe-se que há pelo menos três modelos básicos de *lingerie*: infantil, juvenil e para idosas. Os modelos juvenis variam na padronagem do tecido. Simone corta os retalhos a partir de moldes em uma mesa específica para corte. Wilma monta as peças na máquina de *overlock*. Vânia coloca o elástico nas peças em uma máquina de fazer viés. Nica prega o bojo e o reveste com tecido na máquina de costura reta. A peça volta para Wilma que “acia” a sobra de lycra em outra máquina de costura reta. Vânia coloca alças, colchetes e lacinhos e a peça volta para Wilma aparar a sobra de tecido novamente.

À primeira vista, a sequencia linear de atividades produtivas destinadas a cada uma das costureiras pode indicar a presença de trabalho alienado, tal qual em uma linha de montagem. Evidentemente, as atividades são separadas em função da especialidade de cada máquina-ferramenta, segundo a divisão manufactureira do trabalho, próprio de uma tecnologia capitalista. No entanto, na fábrica o processo de trabalho ainda está sob o controle do trabalhador, tanto porque o grupo controla o ritmo de trabalho, quanto porque cada membro do grupo demonstra conhecimento de todo o processo de produção.

As peças parciais são colocadas em caixas de papelão, ao lado das máquinas. Quando a caixa está cheia, ela é arrastada por cada uma do grupo para a próxima etapa. Perguntei se isso cansa. Elas disseram que acham ótimo levantar-se, para descansar o corpo. Dizem também que não há um horário de trabalho estipulado, mas que normalmente trabalham das 8h às 16h, e param no intervalo de almoço. (Aliás, percebe-se que às 16h todos encerram suas atividades de trabalho. Nesse horário, há um grande fluxo de pessoas na cozinha comunitária, voltando de suas atividades). Elas indicam os critérios que definem o tempo de trabalho: a quantidade de peças encomendadas, o limite do corpo (“eu trabalho até quando meu corpo começar a doer”) e as tarefas domésticas, como cuidar dos filhos.

No início, a venda era realizada de porta em porta em Belo Horizonte, e hoje é feita na loja da comunidade, pela Internet e em feiras (Serraria Souza Pinto, Assembleia e Expominas). Há uma pessoa responsável por identificar as oportunidades de feiras e comunicar ao grupo

da fábrica. Geralmente, é necessário apresentar um portfólio para participar do processo seletivo. Há dois tipos de demandas em feiras: uma demanda por peças artesanais e outra por peças industrializadas. Dependendo da situação, o grupo organiza-se para produzir as peças necessárias. Quem participa das feiras, por apresentarem mais disponibilidade e interesse, são Élida, Raniere e Wilma.

Além dos canais de venda mencionados, a comunidade tentou vender a produção numa loja própria de um shopping popular no bairro Barro Preto, em Belo Horizonte. Mas a tentativa não deu certo, porque as vendas eram muito baixas e a loja funcionou por pouco tempo.



FIGURA 94 – Vista da fábrica de *lingerie*

FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

Rosalee foi uma das idealizadoras da fábrica de *lingerie* (figura 94). Como toda família tinha uma máquina de costura em casa, resolveram juntar as máquinas em um mesmo local e fabricar *lingerie*. Isso ocorreu em 1999. Primeiro, a fábrica ocupou a igreja desativada, depois foi para a casa de um primo de Roselee e, após uma negociação com o prefeito, em 2003 ou em 2004 (ela não soube precisar), a Prefeitura construiu uma edificação para a fábrica, em troca da desmontagem da antiga construção pré-fabricada da escola desativada. A construção foi realizada em alvenaria autoportante, em uma área de 48 metros quadrados (6 x 8 metros), com janelas dos dois lados, o que favorece boa iluminação. Mesmo assim,

usam uma lâmpada forte para iluminar o local. Quando há grande quantidade de encomendas para a participação em feiras ou para atender a própria comunidade, como o teatro ou a quadrilha, o grupo trabalha em regime de mutirão e avança as atividades no período da noite. O piso é de cerâmica, com textura de madeira, as paredes são de alvenaria revestidas com argamassa e pintura branca, e as janelas são metálicas. Há uma copa e banheiro no galpão. Após três anos de funcionamento da fábrica, elas acumularam capital para a compra de máquinas industriais.

Duas mesas de corte estão centralizadas no salão da fábrica e, segundo as trabalhadoras, para facilitar o acesso de todos na hora do corte ou da criação (figura 95). Na parede ao fundo há prateleiras com o estoque da matéria-prima, como rolo de *lycra*, aviamentos etc. Ao longo das paredes com maior comprimento, as trabalhadoras decidiram instalar as máquinas. Segundo elas, decidiram “encostar” as máquinas nas paredes por conta das tomadas e para facilitar o transporte de uma peça a ser trabalhada de uma estação de trabalho para outra (figura 96). Como as novas máquinas são máquinas-ferramentas, uma faz costura reta, outra faz zigue-zague, outra prega botão etc. Cada peça a ser trabalhada passa na mão de várias trabalhadoras (figura 97).

Junto à fábrica construíram recentemente uma loja, com acesso externo. O “puxadinho” também funciona como loja de outros artigos trazidos de Belo Horizonte, principalmente roupas. É um cômodo único, com uma pequena cabine de prova, feita de cortina de tecido. As *lingeries* ficam atrás de um grande balcão, em prateleiras nas paredes (figura 98). Vilma diz que a loja foi uma necessidade, para não perturbar demais o espaço de trabalho na hora das vendas.



FIGURA 95 – Espaço interno da fábrica  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

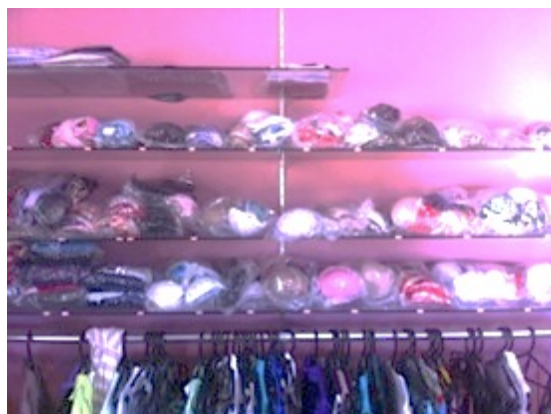


FIGURA 96 – Vista interna da loja  
FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

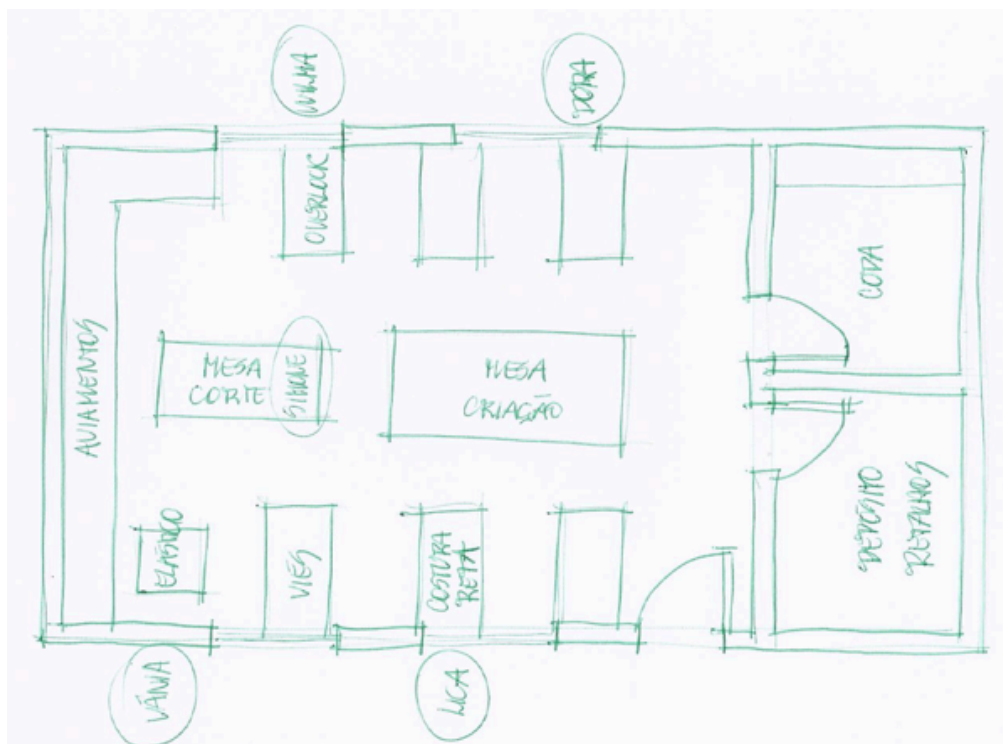


FIGURA 97 – Croqui da planta da fábrica de lingerie e as estações de trabalho denominadas pelos nomes das trabalhadoras

FONTE: Zerlotini da Silva, 2013

A comunidade apresenta várias estratégias para a produção do espaço. O caráter coletivo desse espaço produzido fica evidente neste estudo de caso. Os recursos empregados diferem-se, de acordo com o uso comunitário, em espaço de uso coletivo da comunidade e da família estendida que, como foi visto, inclui maior número de parentes. Os aparatos empregados para a produção do espaço de uso coletivo são próprios de uma racionalidade reprodutivista, como o mutirão, a “vaquinha”, os efeitos úteis do trabalho combinado, nos termos empregados por Marx, como a emulação, a elevação da potência mecânica, a ampliação ou a redução do espaço de trabalho, a poupança dos meios de produção etc. A comunidade também recorre ao capital social para obtenção de recursos econômicos junto a outras comunidades Noiva do Cordeiro e instâncias de decisão política. O capital cultural também é utilizado, no sentido de a comunidade apresentar disposição para o aprendizado e converter as manifestações artísticas em bem-estar para os moradores. O capital simbólico é explorado pelas atividades de turismo local. Outro recurso usado na produção do espaço é a experiência anterior no uso e a simulação no local de situação futura. A produção do espaço da fábrica, por exemplo, contou com o auxílio da Prefeitura, que disponibilizou o material e a mão de obra para a construção do galpão, com a disponibilidade dos moradores para construir o anexo, em regime de mutirão, e com as sobras das vendas dos produtos da fábrica, o que possibilitou a compra de novos equipamentos.

A produção do espaço de famílias extensas segue uma lógica um pouco diferente, porque o material de construção é obtido através do trabalho assalariado dos homens que exercem a profissão de pedreiro em Belo Horizonte, durante a semana. Mas estão presentes na produção desse espaço: o conhecimento adquirido pela experiência na construção civil e os laços de solidariedade que possibilitam a adoção de regime de mutirão entre os membros da família e da comunidade. A simulação do espaço futuro é realizada por croquis, provavelmente um recurso aprendido a partir da prática de pedreiro em Belo Horizonte.

O caráter coletivo da produção do espaço indica a precedência do universo da reprodução sobre a produção. As decisões são tomadas visando o bem-estar da comunidade. A acumulação de capital coletivo proporcionou distinção da comunidade em relação aos seus vizinhos, que em um passado recente a desqualificavam. No entanto, nas visitas à comunidade em junho e setembro de 2013, eu e a equipe do MOM constatamos um aumento considerável de comercialização das atividades genuínas da comunidade, como as apresentações artísticas, que cada vez mais são contratadas para eventos externos; a lavoura que, além de subsistência, hoje é também comercial; e o próprio modo de vida comunitário, que paulatinamente exige mais tempo e pessoas da comunidade envolvidas com a atividade de turismo.

Evidentemente, os principais achados da pesquisa de campo foram organizados neste capítulo mediante questões formuladas previamente por mim e questões que surgiram durante a pesquisa de campo, na medida que eu familiarizava com o objeto de pesquisa. No entanto, outros resultados, igualmente relevantes para a pesquisa, não foram descritos nesse capítulo devido às especificidades dos eventos observados, que não se enquadram na estrutura formulada e reformulada do roteiro de entrevista e de observação (apêndice C). Para evitar a interpretação equivocada desses eventos como algo peculiar e até mesmo pitoresco, preferi apresentar esses achados à medida que eles contribuíram para reforçar a análise dos principais dados coletados. Assim, a moradia do traficante da favela, a figura do “prestamista”, a “catadora de diamantes”, dentre outros, serão apresentados no próximo capítulo de forma contextualizada, a medida que eu também analiso os dados aqui apresentados a partir dos pressupostos teóricos adotados nesta pesquisa.

## 5 ENTRE A REPRODUÇÃO E A PRODUÇÃO

A precedência da reprodução sobre a produção (Kapp e Lino, 2008) é constatada nos casos estudados a partir da dependência que os membros dos coletivos de trabalho, assim como o ser humano em geral, têm das atividades de cuidado e proteção (Díaz, 2010). A partir da premissa de que o espaço contém, determina e dissimula as relações sociais (Lefebvre, 1991 [1974]), essa dependência se reflete de forma negativa ou positiva também na produção do espaço por esses grupos. Formas negativas de dependência consistem na vulnerabilidade individual ou social a que os membros dos coletivos de trabalho estão submetidos. Já formas positivas consistem na capacidade de cada grupo criar vínculos sociais com alguma autonomia, fundamentados na esfera da reprodução.

Neste capítulo, apresento aspectos da produção do espaço pelos coletivos de trabalho que evidenciam a precedência da reprodução sobre a produção e o seu caráter ambíguo, entre formas positivas e negativas de dependência. Emprego a expressão “racionalidade reprodutivista” para indicar essa precedência e a sentença “racionalidade produtivista” para indicar a lógica que subjugua a reprodução às determinações da produção. De modo a evitar interpretações equivocadas na análise dos dados da pesquisa de campo, é fundamental esclarecer que a “racionalidade reprodutivista” não é concebida nesta tese a partir da oposição em relação à “racionalidade produtivista”, ou seja, não se trata de adotar os estereótipos da mulher solidária, bondosa e caridosa e do homem econômico, frio e calculista. (Estereótipos que correspondem ao mero reconhecimento do papel da mulher – ou, pior, da “mulher guerreira” – na reprodução da força de trabalho e que não desmancham as perversas relações de gênero em uma sociedade capitalista, pois continua atribuindo às mulheres a responsabilidade pela reprodução, em vez de possibilitar produção e reprodução da vida por (re)produtore/as livremente associado/as.) Também não se trata de idealizar a construção de vínculos sociais na esfera da reprodução, pois ela não ocorre sem conflitos. Os casos estudados mostram, pelo contrário, a ambiguidade dessa construção, bem como os conflitos que os membros dos coletivos de trabalho, mulheres ou homens, enfrentam em seu cotidiano na esfera da reprodução.

O quadro 15 sintetiza os conflitos enfrentados pelos coletivos, bem como os aparatos empregados por eles para dar conta de superá-los. A negociação desses conflitos se dá em espaços denominados, nesta tese, “espaços políticos”, onde os membros associados se reúnem para discutir e buscar soluções na esfera da reprodução, sem a intermediação de instituições reificadas, como entidades do poder público ou da organização da sociedade civil. Nesse sentido, os espaços políticos são mais o agrupamento de pessoas que debatem

sobre determinada questão, do que necessariamente um espaço físico. Quanto maior a automeiação do indivíduo social (Mészáros, 2006 [1970]), ou quanto maior a atuação ativa dos indivíduos na determinação dos aspectos da vida comunitária, mais abrangentes são os espaços políticos. Antes, porém, de discutir os conflitos e as práticas sócio-espaciais desenvolvidas pelos coletivos para tentar superar esses conflitos, discorro o conceito de “espaço político” na próxima seção.

QUADRO 15 – Conflitos entre a racionalidade reprodutivista e produtivista

Racionalidade reprodutivista	Racionalidade produtivista	Estratégias* elaboradas pelos coletivos no espaço político
Espaço político	Espaço simbólico	Mobilização de força de trabalho social (FTS) (Efeitos úteis do trabalho combinado) Jornadas coletivas Combinação de várias escalas de ação Adequações da FTS em uma sociedade capitalista Livre desenvolvimento das potencialidades humanas
Produção autônoma do espaço	Autoprodução e produção heterônoma	Acesso à tecnologias avançadas Atuação ativa e consciente no processo decisório
Luta política	Luta pela sobrevivência	Desenvolvimento das capacidades efetivas dos indivíduos Prática humana autoconsciente Socialização de experiências (Roda de Conversa) Acesso ao conhecimento teórico e ao saber prático Livre intercâmbio de ideias Problematização das práticas sócio-espaciais
Medidas revolucionárias	Medidas reformistas	Relações sociais não hierárquicas Organização horizontal do trabalho produtivo e reprodutivo
União entre espaços de moradia e trabalho	Separação entre espaços de moradia e trabalho	Posse da terra para garantia de moradia Relações em rede para garantir a realização de atividades de cuidado e de proteção
Padrão reprodutivo de produção de espaço	Padrão produtivo de produção de espaço	Relações de proximidade entre os membros dos coletivos Coabitação familiar Posse coletiva da terra e dos meios de produção Terra indivisa e não parcelada

\* Destaco nesse quadro as estratégias elaboradas pelos coletivos no âmbito da esfera da reprodução, cuja finalidade evidentemente é garantir a reprodução de seus membros e, em certa medida, superam os conflitos entre as duas esferas, mediante relações sociais menos opressoras.

### 5.1 Espaço político dos coletivos de trabalho

O “espaço político” dos coletivos de trabalho é um espaço de uso comum, compartilhado ou comunitário. Difere da concepção de “espaço público de proximidade” de França e Laville (2004) porque os espaços políticos dos coletivos de trabalho não se assemelham aos mencionados pelos autores franceses, como cafés, clubes etc que, em última instância, são espaços frequentados pela burguesia. O espaço político aproxima-se da “unidade doméstica” de Coraggio (1999), na qual a necessidade de acumulação subordina-se à reprodução da vida. Funcionam mais como o local que abriga uma força reprodutiva e produtiva de trabalho social, a qual emprega esse recurso para se proteger das ameaças externas, onde os membros das associações refletem, discutem e argumentam questões



comuns. Esse espaço político é a base da democracia, à exemplo da “comuna”, considerada por Marx “uma entidade menor e onde tudo começa” (Demo, 1996 [1986], 49).

As normas são discutidas e elaboradas pelos coletivos de trabalho em um espaço de reunião, cuja função é agregar os membros para o debate e não centralizá-los para o consenso. Difere do ideal burguês de espaço especializado – que abriga as atividades humanas separadamente e exclusivo da produção, no caso de atividades produtivas. Mediante a importância do espaço político, moradia e trabalho se aproximam, mas não sob a lógica neoliberal de precarização do trabalho, pois quando há espaços de trabalho dispersos, eles são caracterizados pela ausência de um poder separado de controle e de extração do trabalho excedente. O espaço político apresenta outras particularidades como a terra indivisa, a coabitação da família estendida, a propriedade comunal do espaço e de seus meios de produção.

O espaço político dos coletivos de trabalho não é um instrumento institucionalizado por uma instância externa, nem tampouco um “modelo” particular de organização social. É um espaço criado pelos coletivos de trabalho para apoiar as atividades produtivas e reprodutivas, sem distinção. Nele, os coletivos de trabalho discutem normas para organização da força de trabalho social e elaboram estratégias para enfrentamento de imposições externas de uma sociedade capitalista, onde eles estão inseridos. É também nele que ocorre o livre intercâmbio de ideias entre os membros dos coletivos e, eventualmente, entre eles e indivíduos externos. No âmbito da produção do espaço, esse livre intercâmbio proporciona o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, vislumbra uma produção autônoma do espaço, mediante o aumento do leque de opções na produção do espaço e a tomada consciente de decisão.

O espaço político nos coletivos de trabalho assume distintos padrões de relações espaciais, e questionam aquelas fundamentadas na separação funcional entre moradia-trabalho e que dominam no senso comum técnico<sup>41</sup> (figura 99). Como mencionei na introdução desse capítulo, a maior importância do espaço político para a reprodução da vida dos membros associados depende da atuação ativa deles nos processos decisórios.

---

<sup>41</sup> Devo a minha orientadora essa importante articulação para minha tese.

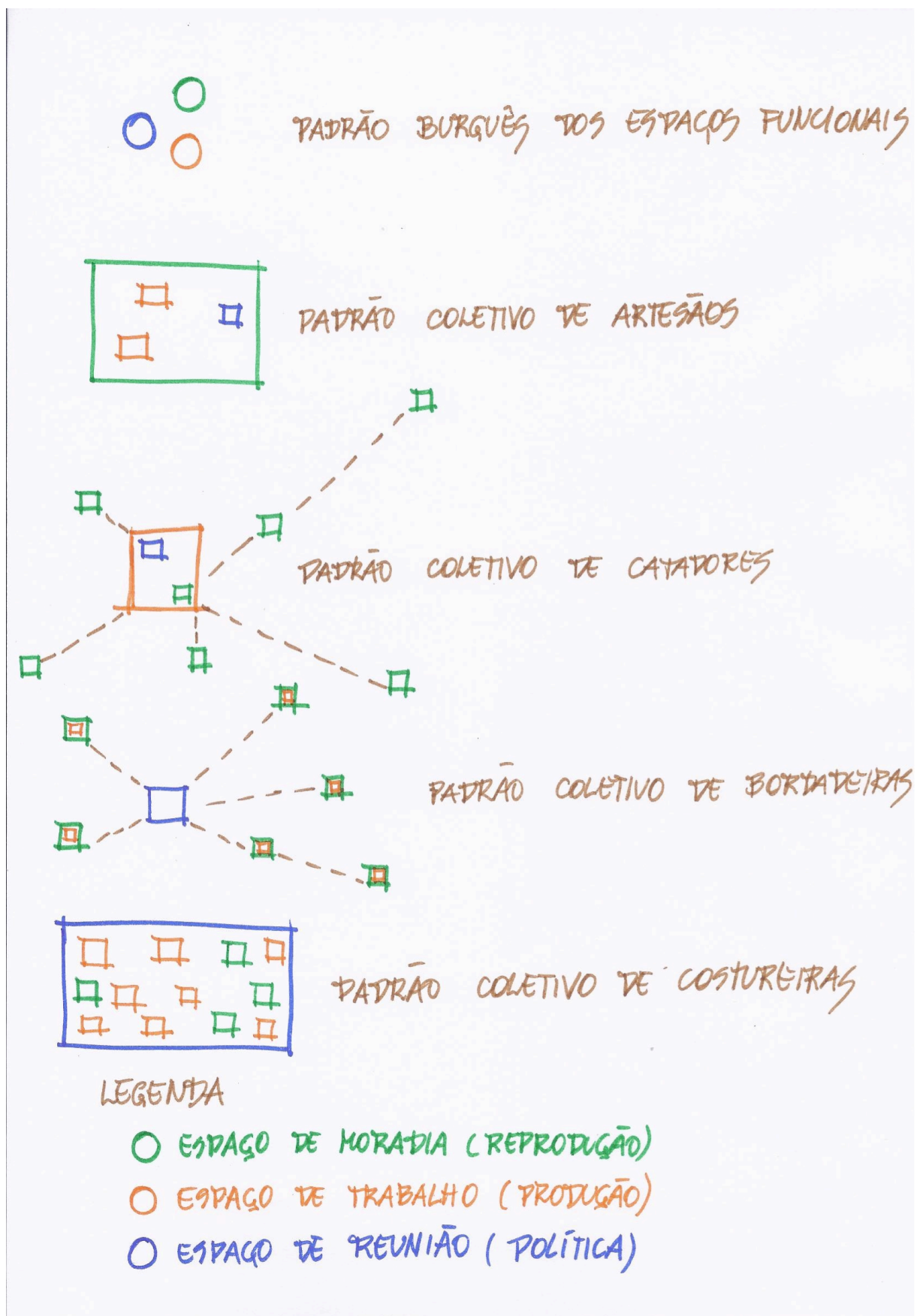


FIGURA 98 – Padrões de relações sócio-espaciais  
ADAPTADO DE: Kapp, 2014

No coletivo artesãos, o espaço de moradia é que suporta todas as outras atividades e o espaço político é mínimo, reduzido à varanda da moradia do presidente da associação onde são firmadas relações sociais visando à sustentabilidade econômica do empreendimento (figura 99). Como já indiquei anteriormente, nem a entidade apoiadora de Economia Solidária, nem o ponto fixo para comercialização dos produtos são espaços políticos, pois simulam a participação dos grupos de trabalho associado nas políticas de fomento à Economia Solidária, e perpetuam relações sociais opressoras sob o escudo da participação, haja visto que não há transformações qualitativas nessas relações.

No coletivo triadoras, o espaço político é submetido às determinações produtivistas dos atravessadores e de suas relações de exploração da mão de obra feminina, como a análise da cadeia produtiva de triagem revela (figura 99). Por outro lado, as decisões na esfera da reprodução indicam ser reformistas, na medida em que as normas foram elaboradas individualmente, pela presidente de associação. Apesar da ampla e irrestrita atuação política da presidente dentro e fora da associação, como sua legítima representante, a emancipação das relações opressoras de gênero é limitada pela pobreza material e política de seus membros.

No coletivo bordadeiras, o espaço político da Maloca é responsável pela elaboração coletiva de estratégias de emancipação e pela agregação dos membros que trabalham em unidades residenciais dispersas (figura 99). A discussão e o desenvolvimento de práticas políticas democráticas no espaço da Maloca, permite sua extensão nos espaços residenciais pelas associadas, que como mencionei anteriormente, elaboram normas diferentes daquelas fundamentadas em um padrão patriarcal. Assim, há aquelas bordadeiras que questionam o fato das atividades domésticas serem de responsabilidade das mulheres e conseguem elaborar outros critérios de compartilhamento dessas tarefas entre os gêneros.

No coletivo costureiras, o espaço político da comunidade, onde o grupo está inserido, suporta todos os outros espaços, seja de produção ou de reprodução (figura 99). Nessa associação, a precedência da reprodução sobre a produção evidencia-se de forma positiva, pois os seus membros se organizam coletivamente para garantir cuidado e proteção para todos. Mais que um preceito cristão do amor divino, a superação de formas opressoras de gênero e pobreza na comunidade fundamenta-se na capacidade de organização coletiva das mulheres de Noiva do Cordeiro.

Os diagramas da figura 99 indicam que há uma forte relação entre mobilização política e social dos coletivos e a escala geográfica. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013), em

livro recente intitulado “Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial”, esclarece que o conceito de escala geográfica é uma construção social. Decorre daí que as escalas de análise de um fenômeno sócio-espacial, como é o caso da produção do espaço pelos coletivos de trabalho, não podem ser determinadas com antecedência pelo pesquisador que se ocupa de investigar tal fenômeno. As escalas são reconstruídas durante o curso da pesquisa. Dessa forma, evita-se que o quarteto “escalas local, regional, nacional e internacional” caiam em formalismos. E Souza (2013) exemplifica a construção social e histórica das escalas a partir de sua experiência com os movimentos sociais. “Exemplificando, um movimento social constitui, por meio e ao longo de sua luta, uma escala ou várias escalas de ação, que podem ou devem ser tomadas igualmente como escalas de análise relevantes pelos pesquisadores” (p. 194). É o que a pesquisa de campo demonstrou: os coletivos de trabalho elaboram ações tanto em âmbito local, quanto regional, nacional ou internacional. A abrangência de suas ações depende da consolidação das ações locais. Ou seja, quanto mais consolidadas as ações locais, maior a abrangência de outras escalas de ação. No entanto, a combinação das escalas de ação pelos grupos de trabalho coletivo nem sempre conduzem a produção do “espaço político”. Pelo contrário, essa combinação pode acarretar na produção do “espaço simbólico” que, em analogia a expressão “capital simbólico” de Bordieu (2010 [1989]), refere-se ao espaço como produto de ações coletivas de apropriação e inversão de capital simbólico, com vistas à ascendência e a permanência desse espaço a um lugar de destaque (Harvey, 2005 [2001]).

## **5.2 Espaço político *versus* espaço simbólico**

A racionalidade produtivista entende os coletivos de trabalho como empreendimentos autogestionários. Nesse sentido, importa a organização sócio-espacial com vistas à garantia da sustentabilidade econômica do empreendimento em um mercado em que impera a concorrência capitalista (Dagnino, 2002). A partir desse ponto de vista, os membros do grupo deveriam mobilizar-se para melhorar a eficiência produtiva e a inserção de seu produto ou serviço no mercado capitalista, mediante mudanças na organização e no processo de trabalho ou, segundo concepção de Paul Singer (2012), por intermédio da formação de rede de economia solidária entre os empreendimentos autogestionários. Dessa forma, a racionalidade produtivista permanece concebendo espaços exclusivos de produção, isolados do espaço público das cidades, ou reduzindo a atuação dos coletivos de trabalho na cidade aos pontos de venda, com o objetivo de comercializar seus produtos. No entanto, os estudos de caso revelam que os coletivos de trabalho mobilizam diferentes recursos, além daqueles referentes à produção, para garantir a reprodução do grupo, e não somente do empreendimento. Percebi que os grupos adotam duas estratégias distintas.

Internamente, nos espaços de uso coletivo, eles articulam o que Marx (2010 [1867]) denomina de “efeitos úteis do trabalho combinado” (ver quadro 01 no capítulo 2) e, externamente, nos espaços públicos, eles mantêm relações com vários movimentos sociais.

Ao se associarem, evidentemente, os coletivos de trabalho mobilizam a força de trabalho social, familiar nos casos das associações de artesãos e de costureiras, e de vizinhança nos casos das associações de triadoras e de bordadeiras, ou as duas concomitantemente. Os efeitos úteis do trabalho combinado aplicam-se nos trabalhos de produção e reprodução. No caso do coletivo costureiras, quando as mulheres optam por juntar em um mesmo local as máquinas de costura de cada uma, elas buscam a poupança dos meios de produção, em virtude de seu uso comum, e a redução do espaço em relação à escala de produção. “Custa menos trabalho construir uma oficina para 20 pessoas do que 10 oficinas, cada uma com capacidade para duas pessoas [...]” (Marx (2010 [1859]), 377). A comunidade onde elas estão inseridas utiliza outros efeitos do trabalho combinado na esfera da produção e da reprodução. Assim, a redução do espaço em relação à escala de (re)produção é um recurso empregado nas construções de uso coletivo, como no refeitório, na cozinha e nos dormitórios. Nas atividades na lavoura, na catação de lenha ou na construção, os membros da comunidade empregam o recurso da emulação entre os indivíduos, cujas cantigas os animam e os estimulam na execução de tarefas repetitivas, como passar o produto da colheita, a lenha ou o tijolo de mão em mão, facilitando o seu transporte, ou seja, tarefas que a própria comunidade denomina de “trabalho de formiguinha”. A atividade de preparar a refeição para todos recorre ao efeito útil do trabalho coletivo, quando a cozinheira conta com a atuação de uma equipe de ajudantes para realizar as diversas operações, ao mesmo tempo, em um processo complicado: uma limpa o alimento e a outra prepara, uma cozinha, enquanto outras arrumam o salão do refeitório para servir os alimentos, e, parafraseando Marx (2010 [1859]), o preparo da comida alcança um resultado impossível de se obter sem essa cooperação. O regime de mutirão atinge outro efeito útil do processo combinado, quando é necessária a mobilização de muito trabalho em momento crítico, como a colheita da lavoura, a limpeza do feijão da safra atual, a construção de uma edificação de uso coletivo, a reposição do estoque dos artigos da fábrica para que o grupo possa participar de feiras e eventos etc. No caso do mutirão, o empréstimo do trabalho individual assume a forma de doação de espécie, nas situações em que o indivíduo é impedido de participar pessoalmente das atividades. Nesses casos, o trabalho individual é substituído por uma quantia em dinheiro ou por um objeto, como nas construções de edificação de uso coletivo, quando os indivíduos doam dinheiro ou material de construção.

Outro regime de trabalho, não indicado por Marx, mas que também produz um efeito útil, refere-se àquele feito em escala, quando há necessidade de revezamento dos membros da comunidade no desempenho de determinadas tarefas, a fim de evitar a sobrecarga. Assim, a comunidade organiza-se em turnos nos cuidados de crianças e idosos, de modo a impedir a sobrecarga dos cuidadores, ou nas atividades turísticas, por exemplo. Em especial, esse último efeito útil indica que as jornadas coletivas, próprias da cooperação simples, buscam de fato a “poupança de tempo de trabalho”. Quando é possível acumular riquezas, essa poupança expressa-se em produzir maior quantidade de valores de uso, comparados à soma de jornadas individuais, ao reduzir o tempo necessário para a obtenção de determinado efeito útil (Marx, 2010 [1859]). Mas quando não é possível acumular riquezas, como no caso das atividades de reprodução, a citada poupança mostra-se pela redução do tempo necessário para determinado indivíduo dedicar-se a uma tarefa árdua e cansativa. Essa articulação é importante porque permite constatar que o trabalho de reprodução, não pago ou mal pago realizado por mulheres na atualidade ou por escravos em épocas anteriores, não pode ter seu tempo cronometrado como ocorre com o trabalho de produção. O de reprodução surge em função de demandas. Frases do tipo “Aqui, ninguém espera o outro mandar. Se a lata de lixo está cheia, alguém vai lá e recolhe”, “Se é época de colheita, todo mundo já se prepara para o mutirão” e “Se o bichinho está com fome, alguém dá a ração”, verbalizadas pelas mulheres do coletivo bordadeiras e da comunidade onde o coletivo costureiras insere-se, demonstram a organização do trabalho em função das tarefas. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo pode usufruir dos efeitos úteis daquele combinado, desde que livre de relações sociais opressoras, por intermédio do trabalho em escala ou em mutirão, por exemplo.

As jornadas coletivas também estão presentes nos coletivos artesãos e triadoras, mas nem sempre os membros dos coletivos de trabalho usufruem dos efeitos úteis. Assim, no caso dos artesãos e dos triadores, o presidente da associação e os atravessadores, respectivamente, apropriam-se desses efeitos úteis do trabalho combinado, mediante uma relação de gênero que determina a execução das atividades de menor valor agregado por mulheres, em sua maioria. As situações relatadas anteriormente são próprias da organização do trabalho que Marx denominou de cooperação simples, cujos efeitos úteis podem ou não ser apropriados pelo capitalista. Nesse último caso, tais situações configuram-se como próprias do modo de produção *putting out system*, quando o tempo de trabalho de reprodução libera o tempo de trabalho de produção em uma relação patriarcal.

As jornadas coletivas pressupõem evidentemente espaços de uso coletivo, mas no caso do coletivo bordadeiras, as jornadas de trabalho são dispersas e individuais. Uma vez que cada

bordadeira trabalha em sua residência, o único efeito útil do processo coletivo é a soma dos trabalhos individuais, o que permite a produção de grande quantidade de material a partir de grande quantidade de pessoas que executam o artesanato. Por sua vez, o alto estoque de mercadorias possibilita à associação participar de maior quantidade de feiras e eventos, o que garante a sustentabilidade econômica do grupo. De fato, na visita técnica à associação durante a reunião quinzenal, pude perceber que o número de bordadeiras estendia-se além daquelas que compareceram ao encontro. Segundo os depoimentos, a quantidade de bordadeiras estendiam-se a partir de relações familiares ou de vizinhança, possibilitando que um maior número de pessoas trabalhassem na reposição de estoque. A grande quantidade de estoque de mercadorias é denominada pela idealizadora do projeto social de “estoque de giro”, em alusão à expressão “capital de giro”, no sentido do trabalho ser o principal fator de produção da associação, e não o dinheiro, como no modo de produção capitalista. Assim, o grupo conta com a própria força de trabalho para produzir excedente, a ponto de distribuir as sobras referentes à venda das mercadorias no ato da entrega do produto pela associada, e não mais como ocorria na fase inicial da associação, após a sua venda no mercado. Outra jornada coletiva organizada pelo grupo refere-se à disponibilidade de tempo. Dessa forma, bordadeiras, facilitadoras e feirantes escolhem cada uma sua função na equipe, em relação a sua habilidade e ao tempo que dispõe para dedicar-se às tarefas. A escolha por essa organização do trabalho deveu-se à impossibilidade de manter todas elas trabalhando no mesmo local. Dificuldades com o deslocamento e o tempo foram os principais fatores que determinaram essa organização. Bordadeiras dedicam-se menos tempo ao grupo, mas em compensação todas têm outra fonte de renda, como aposentadoria, bolsa família ou emprego como cuidadora de idosos etc. Facilitadoras e feirantes dedicam-se mais tempo ao grupo. Enquanto as feirantes estão viajando para participar de feiras e eventos, as facilitadoras permanecem na associação para desempenhar as atividades de compra e corte de retalhos de tecidos, preparo e condução dos encontros quinzenais, manutenção da casa, cuidados com a criação de animais e com os filhos do casal idealizador do projeto social etc. Tal organização do trabalho demonstra que a cooperação simples sofre adequações diante da realidade dos pobres urbanos nas sociedades capitalistas. Não denomino o modo de produção da associação de bordadeiras de sistema *putting out*, porque o excedente acumulado não é expropriado pela figura do capitalista e, notadamente, porque as relações de gênero são constantemente questionadas pelo grupo, na associação e nas moradias das associadas.

O trabalho assalariado é um recurso empregado também pelos membros da comunidade Noiva do Cordeiro, cujos maridos atuam em Belo Horizonte como trabalhadores da

construção civil. Desse modo, a comunidade mantém uma casa de apoio na capital mineira, para auxiliar esses homens em suas atividades de reprodução.

As práticas sócio-espaciais internas aos coletivos de trabalho combinam as jornadas coletivas e seus efeitos úteis com adequações de sua força produtiva e reprodutiva de trabalho social em uma sociedade capitalista. Essas adequações referem-se à doação de dinheiro pelos membros, para substituir o empréstimo do trabalho individual, cujas fontes são advindas de programas de redistribuição de renda do Estado como bolsa família ou aposentadoria, e de trabalho assalariado; e ao trabalho disperso e sua reunião periódica em espaço de uso comum, de modo a manter os vínculos entre os membros da associação.

Nas situações estudadas, há uma distinção do espaço de produção e de comercialização. No artesanato, a comercialização em feiras é primordial para a sobrevivência dessas economias. A partir das entrevistas, ficou claro também que esses espaços de comercialização são importantes não porque neles efetua-se a venda, mas porque são locais onde se realizam os contatos comerciais entre o vendedor e os futuros compradores, o que, evidentemente, possibilita a ampliação do volume de negócios e, conseqüentemente, a oportunidade de consolidar as atividades produtivas. A partir desse momento, a relação entre vendedor e comprador estabelece-se de forma direta, proporcionando maior autonomia para o artesão negociar sua produção.

No caso do coletivo artesãos, observou-se a forte relação de dependência entre os grupos e a organização governamental ou não governamental, no momento de comercialização da produção. Quando a organização governamental desempenha esse papel, ela regulamenta o direito de acesso ao espaço público para exposição dos produtos. Esse constrangimento foi percebido pelas pesquisadoras, mas não verbalizado diretamente pelos entrevistados. A exposição dos produtos, ou como ficou claro nas entrevistas, a possibilidade de consolidação de negócios nas feiras, depara-se com os constrangimentos determinados pelo poder público. Os critérios de escolha dos grupos que irão expor nas feiras não são claros, dependem do relacionamento construído, e que deve ser mantido, entre a associação e a entidade que representa os grupos junto à prefeitura. Nesse sentido, atividades como a participação em reuniões e em eventos para qualificação está diretamente vinculada à conquista do direito de exposição e, conseqüentemente, à possibilidade de criar uma rede de relacionamento. Observa-se um deslocamento do papel do poder público que, ao invés de apoiar as atividades dos grupos associados, administra de forma arbitrária o direito à cidade e, conseqüentemente, à apropriação do espaço público. A atuação do poder público caracteriza, conforme Polanyi (2000 [1944]), o princípio



da redistribuição que consiste na propriedade central dos bens e serviços produzidos e em sua redistribuição, mediante as relações de poder. Nesse caso, o espaço da cidade é temporariamente parcelado pelo poder público, que distribui as parcelas por ocasião das feiras, mediante o princípio da punição. Dessa forma, a obrigatoriedade de o coletivo de trabalho ser representado por uma organização da sociedade civil ou de participar dos encontros da rede de instituições de governança, como a rede de Economia Solidária, configura as novas “tecnologias de cidadania”, nos termos empregados por Swyngedown (2012 [2007]), submetidas a uma política socioeconômica neoliberal de manter os pobres, no caso os grupos de trabalho associado, excluídos das vantagens que o espaço urbano proporciona, sob o escudo de culpar a vítima por sua incapacidade de inserção nas políticas públicas que regulamentam o acesso ao espaço público.

Mesmo no caso do coletivo artesãos em que o próprio poder público tentou resolver o escoamento da produção de outra forma, com a construção de um ponto fixo de comercialização dos produtos de várias associações, a loja de artesanato, a estratégia não funcionou. O presidente da associação é quem revela os motivos para o insucesso da empreitada. Geralmente, o espaço doado ou alugado pela prefeitura é um péssimo ponto comercial, de difícil acesso para os pedestres e possíveis compradores. Dado o isolamento do espaço do ponto fixo em relação ao espaço público, as próprias associações de artesanato depositam no local os produtos com pouca saída, tornando o espaço ainda mais desinteressante.

A “tecnologia de cidadania” revela-se “tecnologia social” no sentido de “social” designar “destinado aos pobres”. “Nesse entendimento, qualquer produto, serviço ou processo concebido para atender as supostas necessidades das populações carentes é denominado *tecnologia social*, não importando *quem* definiu tais necessidades e *como* a tecnologia em questão será implantada” (Kapp; Cardoso, 2013, 2, grifos dos autores). Desse modo, o poder público e as ONGs contribuem para a manutenção das relações sociais, mediante a mobilização de recursos escassos e a validação dos processos ditos “participativos”. As tecnologias de cidadania simulam a participação dos coletivos de trabalho, por sua vez, eles simulam que participam, e as verbas públicas mínimas asseguram as condições materiais ínfimas para a reprodução da pobreza.

As associações de bordadeiras e de costureiras reduzem esse tipo de constrangimento, imposto pelas novas “tecnologias de cidadania”, ao não delegar à nenhuma organização da sociedade civil ou instância externa o seu acesso ao espaço público. Elas conseguem se estabelecer nesse espaço mediante as práticas sócio-espaciais internas ou locais. Por meio

do desenvolvimento de uma forma alternativa de vida, de trabalho e de expressão, esses coletivos de trabalho conseguem transformar os espaços políticos em “intervalos de subjetivação” (Rancière apud Swyngedouw, 2012 [2007]), nos quais autênticas práticas políticas democráticas podem ser desempenhadas.

No coletivo bordadeiras, o artesanato é expressão de habilidades manuais desenvolvidas pelas mulheres em seu contexto cultural e social de origem que, em sua maioria, são advindas de áreas rurais de municípios do interior de Minas Gerais e Bahia (Quadro 14), onde predominam atividades dedicadas à agricultura e à pecuária de subsistência. A possibilidade de desenvolver uma atividade artesanal em área urbana é percebida pelos membros do coletivo bordadeiras como uma oportunidade de expressar suas habilidades, tradicionalmente adquiridas em um meio rural. O desenvolvimento dessa forma de expressão torna-se evidente no depoimento de uma facilitadora do coletivo que evidencia um modo de vida fundamentado nas habilidades artesanais e na convivência coletiva. A facilitadora relata a sua dificuldade em se adaptar ao modo de vida urbano, segundo ela “isolado”, quando veio morar em Belo Horizonte junto com seu marido, que buscava trabalho. Assim, o coletivo bordadeiras revelou-se um achado para seu desejo de desenvolver suas capacidades efetivas enquanto indivíduo social, membro de um coletivo de trabalho. Suas habilidades manuais foram desenvolvidas mediante a de manuais de artesanato que, segundo ela, proporcionaram também a diversificação de seus produtos. O relato de sua história de vida revela a origem de sua formação social e política – a convivência com sua mãe, líder comunitária na área rural onde viviam. O espaço político do coletivo reproduz as relações sociais que possibilitam seus membros desenvolverem a capacidade de cada um reproduzir-se como indivíduo social. Atualmente, a facilitadora desempenha as seguintes tarefas no coletivo: contadora de histórias, animadora da roda de conversa, oficina de artesanato e vendedora nas feiras.

No entanto, como já mencionado no capítulo 4, nem todas as mulheres conseguem expressar livremente suas habilidades e capacidades, em função de se submeterem a relações opressoras de gênero e de pobreza. Os encontros quinzenais e a “roda de conversa” contribuem para essas mulheres reverterem essa situação. No entanto, nos encontros que eu acompanhei na pesquisa de campo, não percebi um discurso “ideológico” sobre as relações de gênero, no sentido de o coletivo determinar a emancipação das relações de opressão. Pelo contrário, há um profundo respeito pela individualidade e as decisões pessoais de cada uma. Assim, o coletivo é organizado em função da disponibilidade, do interesse, do compromisso pessoal de cada membro em relação às atividades da associação. Nas palavras da idealizadora do projeto social, se um indivíduo

não está “pronto”, não há cobranças. Um exemplo dado por ela, são as viagens para a participação em feiras. Nem todas as mulheres apresentam interesse e disponibilidade para viajar. Aquelas que demonstram interesse, acabam desenvolvendo outras habilidades que o ato da venda exige, como fazer contas, relacionar-se com o público, contar a história do coletivo etc.

Na comunidade onde o coletivo costureiras está inserida, a livre expressão de habilidades e capacidades é sua característica mais evidente. O modo de vida comunitário e livre é uma conquista historicamente construída pelas mulheres que, em gerações passadas, sofreram com relações opressoras de gênero e de pobreza extrema, como o preconceito e a fome. As falas das mulheres entrevistadas demonstram as normas que elas elaboraram a partir dessa experiência anterior: “a regra é ser livre”; “aqui cada um quer para todo mundo”; “quando une, tudo fica mais forte”. A livre expressão das habilidades individuais em um modo de vida coletivo possibilitou que a comunidade apresentasse vários tipos de manifestações culturais. Além dos grupos já citados no capítulo 4, como os de teatro, dança e música, os membros da comunidade empregam outras formas de expressão, como cinema e desenho. Por ocasião da comemoração de aniversário da matriarca, Dona Delina, as paredes do salão da “Casa Mãe” ficou repleto de cartas e poemas elaborados pela comunidade. As construções também representam expressões das habilidades de seus membros, considerando que os homens pedreiros são considerados exímios profissionais por aqueles que os contratam em Belo Horizonte. Por fim, há de se destacar que as livres manifestações artísticas fazem parte do cotidiano da comunidade, são expressas no dia a dia, caracterizam cada um dos indivíduos, são empregadas para expressar afeto entre os membros da comunidade.

O reconhecimento pelo poder público e a valorização dessas práticas pela sociedade em geral, ou em outros termos, o reconhecimento da capacidade de autonomia das práticas sócio-espaciais (Kapp, 2003) desses coletivos de trabalho, favorecem a sua atuação em várias escalas de ação. O coletivo bordadeiras, devido ao seu trabalho social, insere-se em uma rede de movimentos populares, cujas temáticas vão desde as questões de gênero até o desenvolvimento sustentável. Desse modo, o coletivo de trabalho consegue expor seus produtos em feiras de grande porte, nacionais e internacionais; obter recursos econômicos de entidades estrangeiras; informar-se a respeito de serviços públicos, desde cursos de formação para associadas até vagas em escolas para seus filhos.

Devido ao estilo de vida comunitário, a associação Noiva do Cordero, onde o coletivo costureira insere-se, recebe constantemente visitantes curiosos por conhecê-la. Esses visitantes incluem cidadãos brasileiros e estrangeiros, passando por representantes de

organizações da sociedade civil e do Estado. Esses contatos externos proporcionaram discussões, negociações e elaborações de projetos para o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Porém no caso das atividades turísticas de Noiva do Cordeiro, a comunidade desenvolve e explora capital simbólico coletivo, que permite gozar de prestígio social e poder, até mesmo em relação às comunidades vizinhas, que em um passado remoto a desprezavam. A organização interna dos coletivos de trabalho pode ou não se transformar em “capital coletivo simbólico”, nos dizeres de Harvey (2005 [2001]), propiciando distinção social e poder. Assim, os coletivos mobilizam em maior ou menor grau o “capital simbólico coletivo”, na acepção concebida por Harvey (2005 [2001]).

No entanto, Harvey (2005 [2001]) já indicava as contradições do emprego do capital simbólico coletivo. Como mencionei no capítulo 3, os limites de os coletivos de trabalho promoverem a mercantilização da cultura em um mundo globalizado residem na perda das marcas distintivas mediante a comercialização demasiada e no consumo restrito devido a necessidade de atenuar a tendência de homogeneização do produto no mercado por meio de seu caráter superespecífico. No âmbito da produção do espaço, o perigo da exploração do capital simbólico coletivo é os grupos de trabalho associado organizarem o espaço e o tempo segundo as determinações impostas pelo mercado, reduzindo as possibilidades de uma produção autônoma do espaço por esses coletivos. Desse modo, exploro a seguir a modalidade de produção autônoma, enquanto prática política democrática exercida à margem da “urbanidade tecnoadministrativa consensual” (Swyngedouw, 2012 [2007]), mas inserida em uma sociedade capitalista.

### **5.3 A produção autônoma do espaço *versus* autoprodução e produção heterônoma**

A produção do espaço pelos coletivos de trabalho ocorre segundo três modalidades: produção heterônoma, autoprodução e produção autônoma. Para cada uma dessas modalidades, diferem os agentes de produção do espaço e os recursos empregados por eles. Evidentemente, a produção autônoma do espaço é a referência na análise dos dados desta seção, pois ela contrapõe-se aos processos decisórios hierárquicos da produção heterônoma e aos recursos técnicos escassos da autoprodução, ainda que não exista algum caso seja idealmente autônomo.

Como já mencionei no capítulo 4, a produção heterônoma do espaço prevaleceu na fase de consolidação do coletivo triadoras, quando as entidades de apoio mobilizaram o capital

cultural e social delas para obter os recursos econômicos fornecidos pela prefeitura para a construção do galpão, mediante o aparato do projeto técnico. Nesse caso, esse projeto (ou o plano) é a expressão da divisão social do trabalho e reproduz as relações capitalistas, cerceando a liberdade de os trabalhadores envolvidos com a construção e de os usuários autodeterminarem a produção do espaço (Baltazar; Kapp, 2006). O paradoxo entre o emprego de aparatos heterônomos na produção de espaços ditos socialistas evidencia-se na apropriação do espaço pelos usuários, que o modificam ao longo do tempo. Assim, o coletivo triadoras destinou ao espaço projetado atividades distintas daquelas inicialmente previstas pelo arquiteto, e também ampliou o espaço de trabalho. Essas alterações demonstram a arquitetura como prática ideológica, não somente porque o uso transforma-se com o tempo, mas porque o processo heterônimo de produção está mais comprometido em atender às demandas de acumulação capitalista do que na possibilidade de contribuir com a produção autônoma do espaço pelos coletivos de trabalho.

A autoprodução do espaço evidencia-se quando os agentes apresentam pouco capital cultural, além do econômico, o que os impossibilita de ter acesso às informações técnicas e até mesmo de demandar novos recursos técnicos e organizacionais, pertinentes aos espaços de cunho socialistas. Assim, a autoprodução se sobressai nos processos em que artesãos e triadores empregam os poucos recursos econômicos e não econômicos para produzir o espaço de trabalho. No coletivo artesanato, o presidente construiu o galpão a partir de materiais coletados no lixo e doados por amigos e mediante a ajuda mútua entre ele e seu parceiro de trabalho. Os triadores, quando se instalaram no galpão de triagem, recorreram ao mutirão para empreender reformas no local, à “vaquinha” para a construção de outro galpão e à invasão de propriedade para ampliação da área de triagem. A organização da área e a distribuição de atividades foram realizadas mediante “tentativa e erro”, à medida que os membros da associação observavam as consequências de determinado leiaute para as atividades produtivas. O galpão de triagem concebido pelo arquiteto da prefeitura, segundo um projeto arquitetônico convencional, não contempla aberturas para mudanças ao longo do tempo. Nessas iniciativas populares, o coletivo de trabalhadores detém as decisões sobre o processo de produção do espaço, mas a escolha das opções é limitada, devido ao baixo capital cultural e econômico.

Como já mencionei anteriormente, a produção autônoma do espaço vislumbra situações em que os coletivos de trabalho determinam essa produção e, ao mesmo tempo, têm acesso à informação técnica. A produção autônoma demonstrou-se parcial no coletivo bordadeiras, porque se restringiu à etapa de construção do espaço da “Maloca”, cuja obra – cronograma de execução, quantitativo de material, foi gerenciada pelo casal idealizador do projeto social.

Já a produção do espaço do coletivo costureiras demonstra ser autônoma, porque seus membros gerenciam a produção e têm acesso à informação. Mesmo no caso específico da fábrica de *lingerie*, cujo espaço foi produzido a partir de um antigo galpão de escola, existente no local, e doado pela prefeitura, outros aspectos contribuem para indicar a produção autônoma, como a negociação da construção do espaço, autorizada pela comunidade mediante contrapartida da prefeitura e a própria ampliação do espaço, realizada com os recursos da comunidade. A comunidade não atribui a responsabilidade pela produção do espaço a outra entidade, e emprega mediações de primeira ordem na produção do espaço. Assim, recursos como a “vaquinha” e o mutirão, que a partir da análise da racionalidade produtivista podem ser interpretados como ferramentas de exploração de força de trabalho não paga, revelam-se autônomos nas situações em que os membros da comunidade atuam de forma consciente na produção do espaço.

A prática da “vaquinha” é bem específica de processos autoprodutivos. Em um processo convencional de produção do espaço, os recursos econômicos para a execução da obra são levantados pelo construtor e ou proprietário após a finalização do projeto e de seus documentos que o acompanham, como projetos complementares e memorial descritivo. Na autoprodução, a obra é executada a medida que os recursos econômicos e não econômicos são levantados pelos construtores e ou proprietários. Desse modo, a obra é realizada aos poucos e por etapas, o que determina que a forma final nunca seja alcançada e, em certa medida, ela não exista. O que, em último caso, possibilita aberturas para incorporar futuras demandas e reformas, uma vez que a construção se estende ao longo do tempo.

A passagem da autoprodução para a produção autônoma do espaço pressupõe o acesso ao conhecimento. Os estudos de caso revelaram que o acesso a essa vantagem social vinculava-se ao desenvolvimento de determinadas disposições para a aquisição de direito e capacidade de os coletivos de trabalho definirem a produção do espaço, na acepção de Kapp (2012). Em situações nas quais predomina a pobreza material e política, o acesso ao conhecimento é restrito, como nos casos dos coletivos artesãos e triadoras. Haja vista, a situação de vulnerabilidade socioeconômica e civil a que as mulheres desses coletivos estão submetidas. No entanto, quando os coletivos de trabalho adquiriram algum tipo de conhecimento, eles ampliaram o leque de opções a respeito da produção do espaço, tanto em seus aspectos quantitativos, como qualitativos. Por exemplo, no caso do coletivo bordadeiras, a história de luta por melhorias na infra-estrutura da favela onde seus membros moravam, acarretou na consolidação da comunidade e, conseqüentemente, do coletivo. Em época recente, a experiência de crédito solidário para a reforma de moradia de um membro do coletivo, proporcionou a sua atuação ativa e consciente na melhoria de suas condições

de vida. Em síntese, o acesso ao conhecimento possibilita a tomada consciente de decisão, favorecendo a adequação sociotécnica dos instrumentos disponíveis para a produção de espaços.

Presume-se, portanto, que a redução da luta do movimento de Economia Solidária à luta pela sobrevivência de cada indivíduo isolado mantém os pobres urbanos desorganizados e, conseqüentemente, alheios à maior atuação política na produção do espaço.

#### **5.4 Luta política *versus* luta pela sobrevivência**

Os estudos de caso revelaram várias situações em que os trabalhos de produção e de reprodução absorvem o corpo e a mente do indivíduo, de modo que não há tempo disponível para que ele se dedique às atividades de mobilização social, impedindo o questionamento do atual estado de pobreza material e política e sua eventual superação. Assim, na associação de triagem, o grupo de triadoras diferencia-se do pessoal da administração pelo fato de o primeiro não gostar de participar de reuniões e cursos. O principal argumento utilizado é o de que as triadoras perdem em produtividade, uma vez que a renda da associada está vinculada à quantidade de material triado. Uma estratégia adotada foi a realização de reuniões e cursos aos finais de semana, quando é possível à associação determinar a data desses eventos. No entanto, as atividades de reprodução também sobrecarregam essas mulheres, responsáveis pelas atividades de cuidado de crianças e idosos e de preparo da alimentação. Esse padrão patriarcal da mulher “solidária” está presente até mesmo nas segundas gerações das famílias das associadas. Em uma visita técnica às suas residências, presenciei o diálogo travado entre os filhos de uma associada, cujo menino indagava à sua irmã mais velha, adolescente e com o filho recém-nascido no colo, o preparo da refeição, que não estava pronta, desqualificando-a, provavelmente reproduzindo o tratamento que os próprios pais conferem à adolescente. No coletivo bordadeiras, embora as mulheres questionem em maior grau as relações patriarcais, a maioria do grupo apresenta dificuldades para se dedicar às atividades de mobilização social, em função de suas atividades domésticas. Nesse sentido, a solução elaborada pelo grupo foi adotar duas estratégias. Como já citado anteriormente, as mulheres optam, segundo suas habilidades, disponibilidade de tempo e emancipação de relações de gênero, a quais atividades irão dedicar-se: bordar, viajar, vender, organizar a produção. Aquelas mulheres que ainda não conseguiram emancipar-se das relações de gênero, dedicam menos tempo às atividades da associação. Aquelas que já conseguiram emancipar-se, reservam mais tempo a isso. Para manter o grupo unido em torno dos objetivos da associação, as reuniões quinzenais são compulsórias. Nesses encontros, o

grupo tem a oportunidade de discutir questões de cunho pessoal, como violência doméstica, condições de moradia, gravidez na adolescência e questões relativas à organização do trabalho da associação, como o calendário de feiras e eventos, cursos, projetos, encontros e festas etc.

De modo geral, as situações em que os indivíduos permanecem alienados de suas condições de produção e reprodução referem-se à urgência das demandas por sobrevivência, que pode ser exemplificada pela expressão “ganhar o pão de cada dia”; ao uso predominante do corpo como ferramenta de trabalho, como nos casos em que os membros das associações acumulam tarefas, a exemplo do trabalho doméstico ou na construção civil; ao deslocamento diário do indivíduo entre o local de moradia e as centralidades da cidade, o que exige horas de tempo perdido; e ao descanso devido ao excesso de trabalho, o que leva ao empobrecimento do tempo livre percebido como folga do trabalho. Ou seja, são atividades de trabalho forçado, necessárias à mera sobrevivência; “Não ‘atividade de vida’, na qual o homem ‘se afirma’, mas mero ‘meio de vida individual’, autnegação que ‘mortifica sua *physis* e arruina seu espírito’ ” (Mészáros, 2006 [1970], 146). Assim, torna-se mais difícil a atuação política desses indivíduos nos coletivos de trabalho, porque os próprios indivíduos concebem sua luta diária por sobrevivência (acordar cedo, usar o serviço precário de transporte, trabalhar duro, chegar tarde em casa, iniciar uma segunda jornada de trabalho etc) tão digna quanto à luta coletiva por melhores condições de vida (reivindicar a posse da terra, a infraestrutura básica, participar de reuniões, mobilizar os vizinhos etc), reproduzindo a ideologia neoliberal da meritocracia.

Por exemplo, no coletivo triadoras, a associada que tria maior quantidade de material goza de *status* diferenciado na equipe, dentro e fora do espaço de trabalho. Ela é respeitada por todos, representa os interesses do restante da equipe em relação à administração e, a partir da renda de seu trabalho, comprou o melhor barracão do beco onde moram outras associadas. Esse barracão pertencia a um traficante que atua no local e, por isso foi construído em dois andares, com dois acessos à becos distintos, inclusive com uma das portas instalada no chão do piso superior de modo a mantê-la disfarçada de seus opositores. Uma outra evidência da ideologia neoliberal da meritocracia refere-se ao relato da história oral de cada um dos membros do coletivo triadoras. Em dez relatos obtidos na pesquisa de campo, as histórias de vida verbalizadas por oito membros entrevistados (apêndice B) não mencionaram a história de constituição da associação. Em que pese a alta rotatividade da mão de obra, mesmo os membros mais antigos apresentaram uma história de vida desarticulada com o da associação.



Desse modo, a luta pela sobrevivência, parafraseando Mészáros (2006 [1970]), fragmenta o corpo social em “indivíduos isolados”, que perseguem seus próprios objetivos limitados e particularistas. De fato, nas reuniões de outras associações que eu acompanhei durante as pesquisas de campo, não eram raras as reclamações dos indivíduos questionando sobre a necessidade desses encontros. Eles não vislumbravam nenhum aspecto positivo nas reuniões porque pressupunham que sua luta individual por sobrevivência era mais importante que uma luta coletiva. Presenciei até mesmo reuniões com pequeno número de associados, menor inclusive do que de apoiadores, apesar da pauta da reunião ser de interesse coletivo.

A luta pelo direito dos coletivos de trabalho de autodeterminarem todos os aspectos de sua vida, bem como da produção do espaço, pressupõe a superação das relações sociais de produção e reprodução alienadas, como as citadas no parágrafo anterior, por intermédio da prática humana autoconsciente e pela capacidade do indivíduo reproduzir-se como indivíduo social (Mészáros, 2006 [1970]). Nos estudos de caso, os coletivos de trabalho demonstraram que o modo como eles superam essas relações alienadas ocorre por intermédio da busca coletiva por conhecimento, tanto por saber prático quanto por conhecimento teórico, sem mediações de segunda ordem. Os exemplos a seguir demonstram que quando a prática humana autoconsciente é individual nem todos os membros dos coletivos demonstram capacidade de reproduzir-se como individual social e, assim, superar a alienação. Ao contrário, quanto a prática é coletiva, todos são beneficiados.

Assim, quando o presidente da associação de artesanato emprega os saberes adquiridos anteriormente, como trabalhador assalariado das manufaturas de artesanato em pedra, na organização do espaço do galpão, nem todos usufruem dos efeitos desse conhecimento porque, como já foi indicado, predominam na associação relações de gênero opressoras. A experiência dele possibilitou novos arranjos espaciais no galpão, cujas decisões foram tomadas individualmente considerando-se a saúde dos trabalhadores do sexo masculino. Desse modo, as máquinas de corte, que geram muito óleo em suspensão no ambiente, foram agrupadas em um canto do galpão, de modo a evitar a disseminação desse poluente por todo o ambiente. As máquinas são cobertas por panos para absorver o óleo e o próprio galpão foi construído com o fechamento parcial nas laterais, para facilitar a dissipação desse óleo. A instalação do ponto de luz localiza-se na base de trabalho. Além disso, as máquinas permanecem mecanizadas porque as automatizadas não permitem a manutenção pelo próprio operador. Nesse último caso, nos termos de Illich (1973 [1970]), a caixa preta da máquina mecanizada pode ser aberta pelo operador para ajustá-la e proceder à sua manutenção.

Por sua vez, o saber adquirido a partir de experiências anteriores foi totalmente ignorado pelo arquiteto que projetou o galpão de triagem. Apesar do coletivo triadoras já existir anteriormente ao novo espaço, nem os próprios membros da associação acreditavam em sua experiência na organização do local de trabalho, delegando ao arquiteto e à prefeitura todas as decisões referentes à produção do novo lugar. A problematização das práticas sócio-espaciais somente foi possível quando a associação ocupou o espaço e realizou os ajustes necessários, mesmo que restrita aos aspectos da produtividade.

De modo similar a situação anterior, o coletivo costureiras também ajustou o local de trabalho após a ocupação do galpão cedido pela prefeitura. Mas quando a comunidade, à qual pertence a associação, tem a oportunidade de atuar em todo o processo de produção, a equipe de construtores busca informação de todos os tipos. Antes de iniciar uma construção, a equipe primeiro conversa com os usuários, como no caso da construção da cozinha/refeitório comunitários. Assim, a partir da experiência de uso do espaço anterior, a cozinheira expressou o desejo de separar as áreas de preparo do alimento da área de limpeza dos vasilhames. A definição do tamanho dos cômodos é feita por simulação nos próprios ambientes existentes, comparando-se áreas menores ou maiores. A disposição dos cômodos é definida por croquis, quando várias tentativas são simuladas e discutidas entre os usuários, até se chegar a um acordo final. Aqui é importante observar que os usuários do espaço não apresentam dificuldades em ler os desenhos feitos à mão pelos construtores, geralmente a projeção horizontal da construção, denominada de “planta”. Essa situação foi relatada na construção da casa de um dos moradores da comunidade. Outro tipo de informação que o grupo pesquisou refere-se aos materiais e técnicas de construção. No caso da cobertura do pátio interno da “casa mãe”, a equipe de construtores perguntou a um engenheiro, que estava visitando a comunidade, qual seria a melhor cobertura para a construção existente. De posse da informação de que a cobertura termoacústica com engradamento metálico seria a mais adequada devido ao grande vão existente, a equipe de construtores descobriu, em anúncio de jornal, um leilão de telhas termoacústicas que se realizaria em Belo Horizonte. Nessa ocasião, a comunidade pode adquirir o material necessário.

Outro recurso empregado pelos coletivos é o desenvolvimento das “capacidades efetivas dos indivíduos” (Mészáros, 2006 [1970]). Assim, os construtores da comunidade aperfeiçoaram seus conhecimentos ao trabalhar em Belo Horizonte e ter contato com novos materiais e técnicas construtivas. O refeitório comunitário, por exemplo, teve seu piso executado em granilite, um piso de concreto com agregado de pedriscos de granito, cuja

execução é realizada somente por equipe especializada e que, portanto, foi contratada pela comunidade. Ou seja, além da experiência adquirida no uso de espaços existentes e na construção de outros espaços, com novos materiais e técnicas construtivas, a equipe de construtores recorreu à informação de um técnico, a partir de uma relação de amizade, e à pesquisa de fornecedores de material em outros municípios. O saber fazer e o intercâmbio de ideias contribuíram para o desenvolvimento das capacidades efetivas dos indivíduos de buscar conhecimento para a produção autônoma do espaço.

As situações relatadas anteriormente demonstram a livre troca de ideias e de informações técnicas, o que configura a prática da “mediação”, ou seja, quando o técnico não tem o poder de decisão, mas auxilia os indivíduos na busca de informação (Kapp; Baltazar; Morado, 2008). As interfaces de espacialidade empregadas pelos coletivos de trabalho são os croquis, as simulações do espaço, a autoconstrução. Mas vale a pena retomar o já citado caso da facilitadora, membro do coletivo bordadeiras: mesmo quando a interface não se aplica à produção do espaço, revela o uso de tutoriais pelos indivíduos para buscar informações. A facilitadora do coletivo bordadeiras confere o seu conhecimento às revistas de artesanato que, segundo ela, proporcionaram o desenvolvimento de suas habilidades e a diversificação de seus produtos.

Por sua vez, a comunidade, onde está localizada o coletivo costureiras, demonstra grande capacidade de refletir sobre o atual estado das coisas, para em seguida buscar alternativas. Assim, seus membros autodeterminam vários aspectos da vida, não somente na produção do espaço. A história de vida de seus antepassados está presente na memória de todos, de modo que sirva de estímulo para que a comunidade não reviva os tempos de escassez. A palavra de ordem é “fartura”, a fim de que ninguém da comunidade passe fome em função de mau tempo ou praga. O importante desse momento de superação é o questionamento realizado por um grupo de mulheres dos rígidos preceitos religiosos elaborados pelo pastor. A estratégia utilizada pelas mulheres, de investigar os preceitos religiosos de modo a questioná-los, advém do próprio pastor, que sempre apresentava um argumento para validar seus preceitos, a partir do estudo de outras religiões. A busca de conhecimento aplica-se a outras situações, mas agora livre do culto do sofrimento cristão, que naquela ocasião encobria as relações de gênero. Desse modo, quando a comunidade tem interesse em conhecer algo, utiliza-se de jogos coletivos internos ou de intercâmbio cultural com outras comunidades para obter informações. O relacionamento com os visitantes, provenientes de diferentes regiões do Brasil e do exterior, também é um modo de adquirir esclarecimentos de determinado assunto sobre o qual, porventura, a comunidade tenha interesse. O desenvolvimento das capacidades efetivas dos membros da comunidade pode ser

evidenciado pela grande variedade de grupos culturais e pela fala de cada entrevistado, ao afirmar sua liberdade de escolha das tarefas desempenhadas na comunidade. Enfim, o fato de a comunidade buscar a autorrealização de seus próprios fins, sem delegar a instituições reificadas os processos decisórios, indica sua capacidade de estabelecer processos efetivos de automediação humana.

Segundo Mészáros (2011 [1994]), as mediações primárias não exigem relações sociais hierárquicas para se estabelecerem e tem como objetivo assegurar a reprodução sociometabólica da espécie humana. Por sua vez, a acepção do termo “reprodução”, empregado por mim nesta tese, não é simples repetição ou duplicação da “produção”, pelo contrário, “reprodução” antecede a “produção”. Evidentemente, as normas elaboradas na primeira antecede a segunda esfera. Assim, denomino as normas elaboradas na esfera da reprodução de “normas orientadoras”, que estão à montante da cadeia de produção e contêm os princípios originais que fundamentam as decisões da sociedade, e não as de técnicos especialistas. Emprego a expressão diferente de “normas reguladoras” (Feenberg, 2010; Mészáros 2011 [1994]) com o objetivo de especificar que as “normas orientadoras” antecede os processos produtivos. No entanto, normas “orientadoras” e “reguladoras” podem ser transformadas em “medidas reformistas” pela sociedade capitalista, caso tais medidas não vislumbrem processos revolucionários ou, em outros termos, processos que inexistem relações sociais hierárquicas. Na próxima seção, ilustro o conflito entre medidas revolucionárias e reformistas a partir dos estudos de caso desta pesquisa.

### **5.5 Medidas revolucionárias versus medidas reformistas**

Os **processos participativos** de desenvolvimento de tecnologia pressupõem a atuação do usuário no processo decisório mediante o controle público à jusante da cadeia produtiva através de protestos, reivindicações, legislações etc (Feenberg, 2010). Por sua vez, os **processos participativos de produção do espaço** (Sanoff, 2006) adotam mecanismos de consenso para obliterar os conflitos entre classes sociais, por intermédio do desenvolvimento do “plano estratégico”, no qual os usuários do espaço elaboram soluções para problemas específicos e particulares, descolados de qualquer conteúdo de classe. De modo análogo, **os processos participativos de produção do espaço de trabalho**, reduzem os conflitos de classe entre trabalhador e capitalista a questões cognitivas e de comunicação entre as partes envolvidas (Granath, 2001; Broberg, 2008). Nesses casos, evidentemente, as normas são elaboradas em momento posterior às determinações produtivistas, configurando as medidas reguladoras a que Feenberg (2010) refere-se. No entanto, em processos ditos participacionistas, normas reguladoras estão de acordo com a

racionalidade produtivista porque expressam os arranjos coletivos e individuais que a sociedade em geral elabora para se adaptar às condições criadas pelo capitalismo, configurando o que Rosa Luxemburgo (2010 [1899]) denomina de “medidas reformistas”. Como indiquei no capítulo 3, as propostas dos técnicos para a produção do espaço de coletivos de trabalho, cujos argumentos fundamentam-se na eficácia econômica (determinações economicistas), na melhoria da qualidade do ambiente de trabalho (determinações humanistas) e de identidade local (determinações culturalistas), são “medidas reformistas”, uma vez que a esfera da produção precede a reprodução, revelando nenhuma alteração nas relações sociais.

Nas duas últimas vertentes de propostas dos técnicos, a humanista e a culturalista, poderia-se argumentar que seus fundamentos residem na elaboração de normas orientadoras, pois teriam como objetivo a reprodução da vida. Mesmo se a finalidade realmente estivesse atrelada à reprodução, as propostas dos técnicos são reformistas porque não vislumbram uma alteração significativa de relações sociais opressoras. Em outros termos, a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho ou o reposicionamento das marcas de distinção de determinado território no mercado, por si só, não favorecem novas formas de sociabilidade quando relações primárias predominariam. Pelo contrário, elas são adaptações da sociedade para se inserir no modo de produção capitalista.

Um exemplo é a construção do galpão para a associação de triagem. Nesse caso, nem mesmo a determinação técnica de melhoria do ambiente de trabalho foi alcançada, haja vista que no início das atividades da associação seus membros triavam à sombra de uma árvore, e hoje eles triam sob sol. O espaço concebido do galpão não acomodou as reais necessidades da associação, como as atividades de triagem, o volume de material a ser triado e depositado no local, e o trânsito de caminhão dentro do galpão. É certo que o curto prazo para a concepção do projeto e a pouca informação sobre os processos de triagem foram determinantes para a inadequação do galpão. Mas a questão central, que potencializa o surgimento dessas situações, é a divisão social do trabalho que divide e separa quem concebe e quem usa o espaço. Uma vez divididas pelo modo de produção capitalista, essas etapas sempre apresentarão um descompasso no tempo e no espaço (Zerlotini da Silva, 2010).

Os estudos de caso demonstram que os membros das associações elaboram arranjos coletivos e individuais, ora para regular os efeitos perversos do capitalismo, ora para orientar suas decisões em momento anterior ao processo de produção.

As medidas reformistas na produção do espaço referem-se a soluções de problemas específicos, isolados de seu contexto sociopolítico. Assim, no coletivo triadoras, a flexibilização do horário de trabalho permite que as mulheres triadoras conciliem o trabalho produtivo com o reprodutivo, reproduzindo a lógica produtivista. Como mencionei no capítulo 4, as luminárias no local de trabalho evidenciam a possibilidade de triadoras determinarem o período do dia que irão trabalhar, em função de outras tarefas como cuidados com filhos e maridos. Tal norma foi elaborada pela presidente da associação e, longe de ser de cunho reprodutivista que evidentemente visa à reprodução dos membros do coletivo, está atrelada ao padrão patriarcal de produtividade capitalista, embora seja percebida pelos membros da associação como uma atitude benevolente da “mulher solidária”.

Interessante ressaltar que no galpão do coletivo de costureiras também há luminárias que indicam o trabalho noturno. Quando questionadas a respeito da necessidade das luminárias, as costureiras respondem que elas são úteis em ocasiões de grande número de encomenda, como a proximidade de uma feira. Nessas situações, as costureiras trabalham até mais tarde e em regime de mutirão. Mas, diferente do coletivo triadoras, as costureiras decidem se querem ou não estender o horário de trabalho, se submetem a esse tipo de situação com pouca frequência e organizam o trabalho em mutirão de forma horizontal, não hierárquica.

No segundo caso, o princípio original de “fatura”, atrelado ao da “liberdade”, determinou a terra indivisa e os espaços de uso coletivo ou comunitário, desde a lavoura até a residência da família estendida. Os membros do coletivo costureiras autorregulam o ritmo mediante o limite do corpo. Quando indagadas sobre quantas horas elas trabalham por dia, respondem que páram de trabalhar quando a dor começa. Em outra ocasião, os membros da comunidade afirmam que “ninguém aqui morre de tanto trabalhar, mas trabalha para viver”, configurando um princípio original de norma norteadora, elaborado na esfera da reprodução. As normas orientadoras estão em conformidade com a proposição de Ivan Illich (1979 [1973]) referente à concepção pelos técnicos de ferramentas “convivenciais”, e não de produtos acabados, cujos princípios deveriam contemplar a concepção de ferramentas simples, o acesso equitativo a essas ferramentas, sua propriedade coletiva, a adoção de escala de produção ajustada às demandas das comunidades, o respeito à diversidade cultural e o controle pessoal sobre seu uso criativo.

Por outro lado, nas situações em que não há qualquer tipo de regulação, somente a atividade comprometida com o aumento dos níveis de produtividade, a ausência de regulação individual manifesta-se através do adoecimento. Assim, a depressão apresentada

pela esposa do presidente da associação de artesãos indica, como já citada, sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo. Por sua vez, os membros de triagem consomem grande número de analgésicos, a ponto de estes serem item de consumo diário, de modo a suportar as dores musculares advindas do aumento do ritmo de trabalho. Nesse caso, diferem das costureiras porque trabalham apesar da dor, de modo a garantir o rendimento mínimo para sua sobrevivência mínima.

Em analogia à Marcelo Lopes de Souza (2010 [2001]), pequenos ganhos de autonomia podem ser obtidos mediante pequenas revoluções no padrão de relações sociais, de modo a promoção de relações igualitárias. Tanto as normas orientadoras, quanto as normas reguladoras, devem vislumbrar relações não hierárquicas para converterem-se em pequenas medidas revolucionárias. Na próxima seção, apresento as estratégias elaboradas pelos coletivos para darem conta da separação entre os espaços de moradia e de trabalho. Quando os coletivos apresentam relações sociais igualitárias, esses espaços, mesmo separados, são bem articulados entre si.

## **5.6 A união *versus* a separação de espaços de moradia e de trabalho**

Quando se analisa a proximidade ou a coincidência entre moradia e trabalho numa perspectiva produtivista, ela tende a aparecer como mero expediente de redução dos custos de reprodução da força de trabalho. Mesmo autores engajados na pesquisa de associações e coletivos por vezes recaem nesse padrão de análise (por exemplo, Lago, 2007), que também corresponde à separação funcional dos espaços na arquitetura e no urbanismo modernistas. Praticada a partir do século XVIII e amplamente implantada pela sociedade burguesa do século XIX, a separação moradia-trabalho hoje nos parece 'natural'. Porém, como já indicado no capítulo 2, tal funcionalização ou especialização dos espaços é uma construção histórica e ela não existia em sociedades pré-capitalistas. Por outro lado, na perspectiva reprodutivista, os universos da reprodução e da produção são vistos como indissociáveis (Ikuta, 2008). Nessa perspectiva, a reprodução não se reduz às atividades imprescindíveis para que a força de trabalho esteja disponível no mercado. Desse modo, estratégia de morar no local de trabalho ou próximo a ele, tal como adotada pelos membros dos coletivos em questão, pode indicar uma auto-organização espacial deliberada. Embora não se trate sempre e necessariamente de uma escolha – pois em muitos casos os trabalhadores dos coletivos não teriam outras opções –, existe a possibilidade de recusa enfática do trabalho de carteira assinada e distante do local de moradia.

A vulnerabilidade social dos coletivos se expressa na pobreza material e política do seu espaço de trabalho. Os mais vulneráveis, além de recursos econômicos escassos, apresentam restrita capacidade de auto-organização política e social. Isso é mais evidente no caso do coletivo triadoras de RSU, cujo espaço de trabalho – um galpão – foi concebido exclusivamente para o desempenho da atividade de triagem e o próprio processo de decisão que levou a essa configuração foi inteiramente heterônomo, centralizado numa instância externa à associação. Ou seja, o espaço contribui duplamente para manter os triadores na pobreza: pelo fato de ter sido definido de cima para baixo e pelo fato de ser exclusivo para as atividades de produção. É evidente que a atividade de triagem organizada pelo poder público, em nome da geração de trabalho e renda para pobres urbanos, representa um avanço em relação a uma política de descaso absoluto, que deixa cada um à sua própria sorte e, num viés neoliberal, ainda lhe atribui a culpa pela própria pobreza. No entanto, a centralização no poder público não apenas coíbe a geração de processos de emancipação social, como também impede que tais processos se desenvolvam. Não deixa de ter alguma razão a associada entrevistada que expressou nostalgia dos tempos em que trabalhava sozinha, catando materiais na rua – para ela, essa situação era de maior liberdade e somente se equipara ao trabalho de “catadora de diamantes”, executado em sua antiga terra natal, quando era jovem. Os membros associados continuam submetidos a condições precárias e alienantes de trabalho e sobrevivência.

Nesse caso, a separação entre moradia e trabalho, que os membros associados nunca tiveram a possibilidade de definir ou reverter, apresenta algumas peculiaridades. Quando a prefeitura divulgou, através de distribuição de panfletos na região da Pampulha, o projeto de formação do coletivo triadoras, a meta era atingir os catadores de rua que trabalhavam nas proximidades. Porém, nas primeiras reuniões, as donas de casa que moravam em favelas na região eram a maioria. Da formação inicial, somente quatro integrantes permanecem na associação e, somente uma era antiga catadora de rua. Os ex integrantes foram desistindo em decorrência de baixos rendimentos da associação, do trabalho duro e do recebimento mensal, diferente do diário, usual entre os pobres urbanos que evidentemente enfrentam necessidades urgentes, como fome e abrigo. A convocação de novos membros se deu a partir do convite dos associados aos familiares e vizinhos. No entanto, a vulnerabilidade habitacional determinou que alguns membros mudassem para bairros mais distantes, como nos casos de desapropriação da favela pelo poder público ou de ônus excessivo com o aluguel nas imediações da região da Pampulha. De nove associados entrevistados, quatro moram em bairros distantes (ver quadro 10 do capítulo 4). Nesses casos, a necessidade de deslocamento entre moradia e trabalho é percebida pelos triadores como um mal necessário para a sobrevivência deles e de sua família.



O coletivo triadoras apresenta muitas dificuldades para a produção e ou apropriação do espaço de trabalho, devido à baixa capacidade de articulação de seus membros e à dependência deles em relação à presidente e às entidades de apoio. A associação convive com a não garantia de posse do local de trabalho, o que impede a consolidação das atividades do grupo. Não por acaso, os espaços de moradia da maioria dos associados caracterizam-se por uma vulnerabilidade muito semelhante: são construções precárias em favelas próximas ao galpão ou em bairros distantes. Os associados relatam que não se sentem motivados a reformar suas residências, porque vivem na expectativa da remoção. *Grosso modo*, produzem seus espaços de moradia a partir de doações e do que eles encontram descartado no lixo. A precariedade na produção do espaço de trabalho e na do espaço de moradia são análogas e parecem se reforçar mutuamente.

A segurança da moradia é fundamental para a realização das atividades produtivas. Ou seja, a posse da terra e a garantia de uma moradia são o primeiro passo para assegurar a reprodução social. A partir dessa garantia, é possível desenvolver um pensamento prospectivo no sentido de se organizar, em grupos, para a implantação de uma atividade produtiva, de modo a garantir a reprodução da vida. Essa constatação é importante no sentido de situar o momento de implantação de uma atividade de produção, que nos casos estudados, só foi possível após assegurar o direito à moradia. O coletivo artesãos, por exemplo, somente foi implantada após a obtenção do direito de usucapião da propriedade que abriga as moradias da família.

Por outro lado, no coletivo triadoras, a positividade da dependência dos seres humanos de atividades de cuidado e de proteção revela-se somente nas situações em que há elaboração de arranjos individuais para aproximar, no tempo e no espaço, as atividades reprodutivas e produtivas. Assim, a presidente da associação<sup>42</sup> mora na área invadida pelo coletivo de trabalho, ao lado do galpão; organiza o espaço para que os membros da associação possam trabalhar em horário flexível nas situações em que eles cuidam de algum doente; e designa tarefas mais brandas e menor tempo de trabalho para os idosos, grávidas e doentes do grupo. Embora essas decisões refiram-se à esfera da reprodução, elas são elaboradas pela liderança da associação, o que limita o alcance dessas medidas na promoção de maior

---

<sup>42</sup> A presidente da associação no período que foi realizado a pesquisa de campo morava na área invadida ao lado do galpão de triagem. Embora, a presidente e sua família tivessem uma moradia em uma favela consolidada próxima ao local do galpão, ela decidiu morar no trabalho em função de sua perna engessada, por ocasião de um acidente de trânsito. No entanto, em outra pesquisa de campo realizada um ano antes em outro galpão de triagem da mesma associação, a mesma presidente da associação também morava nesse galpão e alegava questões de segurança. Apesar de não ter problemas com questões de moradia, o hábito da presidente de morar no local de trabalho evidencia as estratégias elaboradas pelos indivíduos para dar conta da separação espacial dessas atividades.

autonomia do coletivo de trabalhadores, em sua busca pela redução de precariedade das condições de sobrevivência no trabalho e em casa.

Nas associações de artesanato, de bordadeiras e de costureiras, os espaços de trabalho e de moradia são articulados entre si. Quando são separados espacialmente, como no caso das costureiras, os espaços de trabalho estão tão próximos aos de reprodução que obviamente não causam o constrangimento de o trabalhador percorrer longos trechos para deslocamento. No entanto, a conciliação de espaço de trabalho e de moradia não está livre de relações de opressão, notadamente de gênero. No capítulo 2 desta tese indiquei que a primeira forma de divisão de trabalho foi a de gênero, que permitiu liberar o sexo masculino para a dedicação a atividades consideradas mais produtivas. Essa divisão foi possível mediante a especialização do espaço ainda no sistema de produção *putting out*. Na próxima seção, exploro essas relações opressoras de gêneros a partir do padrão reprodutivo *versus* o padrão produtivo de produção do espaço.

### **5.7 Padrão reprodutivo *versus* padrão produtivo de produção do espaço**

No coletivo artesãos prevalece a racionalidade produtivista que agrega, no mesmo local, o modo de produção do espaço fundamentado nos estereótipos do “homem econômico” e da “mulher solidária”. Assim, cabem ao presidente todas as decisões sobre o espaço de trabalho, no caso o galpão, que abriga as máquinas-ferramenta. O argumento para justificar tal situação é a experiência acumulada do presidente nas atividades de produção. Com base no argumento de que suas tarefas de artesão e de gestor dos negócios agregam mais valor ao produto, ele relega as decisões sobre os espaços de reprodução às mulheres, no caso sua esposa, mãe e irmã, mas desde que elas continuem dando conta de desenvolver as atividades que o apoiam, tanto na esfera da reprodução, quanto na esfera da produção. No caso de sua esposa, ela executa o trabalho mal pago: finalização das bijuterias; e não pago: motorista, entregadora, secretária, cozinheira, arrumadeira, além das tarefas de casa, como os cuidados com os filhos, principalmente, o filho com necessidades especiais. Assim, a própria atitude da mãe do presidente da associação, em permitir que seus filhos construam no local, é percebida pela cultura patriarcal como ato solidário e desinteressado. Essa dualidade entre o padrão patriarcal e matriarcal da produção do espaço é falsa, na medida em que é simples expressão da mesma racionalidade produtivista.

Na visão da racionalidade reprodutivista, a forma negativa de dependência das atividades de reprodução expressa-se na sobrecarga de trabalho a que está submetida a esposa do presidente da associação. O desempenho de diversas tarefas de produção e reprodução, ao

mesmo tempo e no mesmo espaço, acarretou o adoecimento da esposa. No entanto, não é a simples combinação entre os espaços de trabalho e de moradia que permite as relações opressoras de gênero, mas o acréscimo de trabalho produtivo e reprodutivo determinado pelo presidente da associação e acatado por sua esposa, cujo consentimento repousa na ideologia patriarcal dominante.

A relação opressora também está presente nos espaços de moradia das mulheres do coletivo bordadeiras, que contam com o apoio mútuo no espaço da associação, Maloca, para tentar superar o sofrimento causado pela cultura patriarcal de sentenciar que a mulher deve dedicar seu tempo às atividades reprodutivas. Como já mencionei no capítulo anterior, a socialização de experiências nos encontros compulsórios quinzenais permite que essas mulheres busquem elaborar uma outra norma nas relações de gênero, com seus maridos e filhos, fundamentadas na distribuição mais democrática das tarefas desempenhadas pelos membros da família em suas residências.

No caso do coletivo costureiras, a comunidade onde se insere apresentava antigas relações de gênero mediante os rígidos preceitos religiosos praticados na época da implantação da igreja Noiva do Cordeiro, nos anos de 1940. A superação das relações opressoras foi acompanhada pela elaboração de arranjos coletivos para garantir a sobrevivência do grupo, distanciando-o das situações opressoras de miséria e fome. A organização coletiva para a elaboração de novas normas sociais foi facilitada pelas relações de proximidade da família estendida.

A elaboração de normas na esfera da reprodução ocorre em espaços coletivos. No coletivo artesãos, o lote pertence à matriarca da família, mas é percebido como patrimônio de todos os filhos. No coletivo bordadeiras, a Maloca foi concebida para abrigar a residência da família e o projeto social Mulheres da Vila. No coletivo costureiras, bem como em toda a comunidade, as terras da matriarca e os espaços de uso coletivo, como a Casa Mãe ou o refeitório comunitário, são de responsabilidade de todos que moram e usufruem do local. O uso coletivo dos espaços promove a atuação política dos membros da comunidade. No caso da comunidade, o fato de o coletivo de trabalho não delegar para nenhuma instância externa, Estado ou Igreja, a busca de soluções de seus problemas faz com que seus membros demonstrem engajamento político, sem a necessidade de formalizar suas atividades como a redação de atas de reuniões, entendidas como inúteis pelos membros da comunidade. Por outro lado, no caso dos artesãos, as relações patriarcais subjogam as iniciativas na esfera da reprodução, o que impede a atuação mais ativa das mulheres nos processos decisórios. Essas situações indicam que a emancipação social ou política de um

indivíduo ou grupo social deve articular, ao mesmo tempo, a elaboração coletiva de normas na esfera da reprodução.

É importante lembrar que esses espaços de uso coletivo são patrimônio de família, cuja matriarca consente o seu uso por membros agregados. O padrão reprodutivista da produção do espaço de coletivos de trabalho caracteriza-se pela união entre espaço de moradia e de trabalho, pelas relações de proximidade entre os membros do grupo, pela coabitação familiar e pela propriedade comunal do espaço e de seus meios de produção. No caso da coabitação familiar – duas ou mais famílias vivendo em um mesmo local, é necessário esclarecer que o conceito formalmente prescreveu seu sentido pejorativo, no senso comum técnico, somente quando o critério de coabitação familiar sofreu atualização em 2007, adquirindo novo conceito para o cálculo do déficit habitacional pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, a coabitação familiar deixou de ser entendida como uma situação imperativa para assumir o formato de opção, em função da necessidade de identificar as famílias que optaram por conviver em um mesmo domicílio, e, conseqüentemente, de incluir no cálculo do déficit somente as famílias que desejam constituir domicílio exclusivo (CEI/FJP, Ministério das Cidades, 2010).

As experiências relatadas anteriormente, de autoprodução dos espaços dos coletivos de trabalho, revelam que as informações significativas não estão totalmente sistematizadas e são de difícil acesso pelos membros associados. Desse modo, há uma demanda grande pelo desenvolvimento de interfaces de espacialidades e de mediações a serem elaboradas por técnicos especialistas e empregadas pelos coletivos de trabalho, a partir da ideia de autonomia. Os pontos de partida para o desenvolvimento dessa autonomia, destinada aos coletivos de trabalho, serão indicados no próximo capítulo.

## 6 DIRETRIZES PARA OS ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO

Este capítulo discorre sobre alguns pontos de partida para a produção do espaço de coletivos de trabalho, de modo que essa produção seja protagonizada pelos coletivos. Portanto, as diretrizes são destinadas a qualquer pessoa que se proponha a produzir espaços coletivos de trabalho; tanto os técnicos envolvidos com a produção do espaço, sejam eles *designers*, arquitetos, engenheiros e urbanistas, os quais trabalham de forma autônoma ou em entidades que apoiam esses grupos, como universidades, órgãos do governo ou ONGs; como também os próprios coletivos de trabalho. O objetivo é superar os equívocos conceituais presentes nos fundamentos de propostas, elaboradas por técnicos especialistas, para os espaços de trabalho associado, e que os coletivos reproduzem sem questionamentos. Outras bases conceituais podem nortear as decisões desses técnicos e dos coletivos, de modo a potencializar os traços de autonomia encontrados nas práticas sócio-espaciais engendradas por esses grupos. Acredita-se na necessidade de suplantar propostas de cunho produtivistas baseadas no argumento “geração de trabalho e renda” ou em afirmações supostamente contrárias ao universo da produção, a exemplo de argumentos humanistas e culturalistas. Sem a pretensão de elaborar propostas idealistas, as novas diretrizes exploram as premissas que fundamentam os conceitos de “pobreza política” de Pedro Demo, “vida cotidiana” de Henri Lefebvre, “precedência do trabalho de reprodução” de Silke Kapp e Sulamita Lino e “autonomia coletiva” de Marcelo Lopes de Souza, a fim de delinear os princípios fundamentais existentes nos processos de produção cotidiana de espaços ditos não capitalistas.

### 6.1 Conceitos fundamentais

O conceito de “pobreza política” (Demo, 1996 [1986]) indica a necessidade de superação das usuais intervenções baseadas nos princípios de distribuição de renda. Há o risco de reduzir as relevantes questões sociais e políticas, enfrentadas pelos coletivos de trabalhador, a uma questão econômica, ao atender somente às reivindicações que contemplem a aquisição de meios de produção, como os equipamentos e o próprio espaço. Desse modo, os técnicos e os coletivos devem estar atentos às demandas exclusivas no universo da produção, que reproduzem e mantêm os coletivos de trabalho inseridos no modo capitalista de produção. A adoção da matriz reducionista de “soluções de problemas” contribui para a limitação das questões enfrentadas pelos coletivos de trabalho ao universo da produção. Segundo Kapp e Cardoso (2013), o técnico deve ter sempre em mente a “problematização de soluções”, de modo a revelar outras questões subjacentes ao problema

específico. Assim, será possível superar a postura do técnico missionário, que resolve as questões do pobre, quanto a postura do técnico engajado, que emprega os mesmos aparatos técnicos da produção capitalista, sem nenhuma adequação sociotécnica. Essa superação requer pensar o papel do técnico como crítico, capaz de problematizar as relações de produção e reprodução e a própria produção do espaço, necessária para que tal produção aconteça de maneira autônoma (Baltazar, 2014).

No capítulo 3 demonstrei que os critérios determinados por técnicos especialistas de “eficiência produtiva” (propostas economicistas), “melhoria das condições de trabalho” (propostas humanistas) e “desenvolvimento local” (propostas culturalistas) estão comprometidos com o lado negativo da politicidade (Demo, 1996 [1986]), isto é, formas de assolar a autonomia de pobres urbanos, neste caso, de coletivos de trabalho, aliciando-os com argumentos inclusivos, mas incluindo-os na margem da sociedade capitalista e, assim, mantendo-os marginalizados, porém conformados. Por exemplo, no único estudo de caso em que há a presença de um técnico, na associação de triagem, o galpão foi produzido de modo heterônomo, sem a atuação de seus membros no processo decisório. Além disso, os membros da associação continuam apresentando uma situação de vulnerabilidade biológica e social, com condições precárias de trabalho e de moradia. Assim, a pobreza política impossibilita a superação da pobreza material dos membros associados, e vice-versa, porque conserva o que Demo (1996 [1986]) denomina de “ignorância historicamente cultivada”, de modo que o pobre continua destituído de ter e de ser por várias gerações de poder, que se dedicam à permanência da carência material e da “repressão do acesso a oportunidades disponíveis em cada sociedade” (Demo, (1996 [1986]), 30). Desse modo, os técnicos e os coletivos devem atuar para acentuar os confrontos (Demo, (1996 [1986]), e não para amenizá-los, como as atuais “tecnologias de cidadania” (Cruikshank apud Swyngedow, 2012 [2007]) propõem. Como salienta Demo (1996 [1986], 35), “não se combate a pobreza sem o pobre no comando”.

Por sua vez, o contrário de pobreza política é a qualidade política, “habilidade humana de constituir-se sujeito relativamente autônomo” (Demo, 1996 [1986]). Somente se obtém qualidade política pelo aprendizado (Demo, 1996 [1986]). Mas como os pobres urbanos podem aprender sobre qualidade política? No que diz respeito à produção do espaço, os técnicos podem engajar-se no desenvolvimento e na disponibilização de interfaces de espacialidades e mediações, para que os próprios usuários determinem o processo de produção. Um bom exemplo são as entrevistas em profundidade (Kapp *et al.*, 2012), que permitem aos usuários refletirem sobre a autoprodução de seus espaços. Portanto, difere da postura convencional de um arquiteto, por exemplo, que diante de uma demanda está

treinado pela academia a buscar prontamente uma solução técnica. Assim, como mencionado no capítulo anterior, as práticas sócio-espaciais mobilizadas pelos pobres urbanos devem ser reconhecidas por eles mesmos, que tendem a desvalorizá-las a exemplo do senso comum técnico e creditam valor somente às práticas institucionalizadas, fundamentadas no projeto. As técnicas de entrevista em profundidade potencializam esse reconhecimento por parte dos usuários construtores e dos próprios técnicos especialistas. A ideia da qualidade política é estimular a consciência histórica da produção cotidiana do espaço pelos pobres, de modo que eles reconheçam e potencializem os traços de autonomia em suas práticas sócio-espaciais (Baltazar, 2014).

O conceito da “precedência da esfera de reprodução sobre a esfera da produção” (Kapp; Lino, 2008) supera a falsa dualidade entre esses dois universos. Em nome dessa falsa dualidade, os técnicos atuam de modo a humanizar os insalubres e inseguros ambientes de trabalho, apaziguam os ânimos de trabalhadores descontentes e permanecem subjugando o universo de produção ao da reprodução. Ao conceber que a esfera de reprodução prescede a esfera da produção, as autoras não somente conferem um novo valor às atividades domésticas, quanto indicam que a esfera da reprodução impõe limites às atividades produtivas. Desse modo, os técnicos e os coletivos devem estar igualmente atentos ao universo de reprodução, de modo a reconhecer e reforçar a submissão da produção aos valores e às prioridades determinadas pelos grupos de trabalho associado. Os estudos de caso revelaram que normas elaboradas na esfera da reprodução asseguram proteção e cuidado aos membros associados. Ao contrário, normas elaboradas exclusivamente na esfera da produção mantêm a vulnerabilidade biológica e social dos indivíduos.

O conceito de “vida cotidiana” (Lefebvre, 2001 [1968]) aponta para a espacialização das relações de opressão, próprias do modo capitalista de produção, para além do espaço exclusivo da produção. Mas expressa também a particularidade de a classe trabalhadora elaborar estratégias para juntar os espaços previamente divididos e especializados pelo capital. Portanto, os espaços dos coletivos de trabalho não devem reproduzir a lógica do espaço fragmentado e, em especial, devem identificar e analisar o modo como os coletivos de trabalho lidam com essa fragmentação. Como destaquei no capítulo anterior, os coletivos de trabalho apoiam-se nos espaços políticos para elaborar outras formas de relações espaciais entre os espaços fragmentados (ver figura 99).

O conceito de “autonomia coletiva” (Souza, 2003) reforça o caráter político da produção dos espaços, considerando-se que a apropriação do espaço pelos coletivos de trabalho ocorre no âmbito de sua estrutura interna, a partir de um processo horizontal de tomada de

decisão. O princípio ético e político de autonomia “propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias” (Souza M. L., 1996, 10). Portanto, ao contrário da representação da maioria dos técnicos, a autonomia coletiva somente é possível através do acirramento de conflitos, debatidos em longos processos de discussão entre os membros do grupo.

Nas situações de conflito, uma possibilidade de atuação do técnico especialista seria a contextualização das características de cada argumento, esclarecendo os desdobramentos de qualquer tomada de decisão por parte dos coletivos. Tal postura não significa, entretanto, a mediação de uma situação de conflito com o objetivo de o técnico assumir o papel de conciliador, configurando o paradigma do participacionismo. Esse esclarecimento pode ser alcançado mediante a elaboração de interfaces de modo a promover questionamentos e reflexões por parte da coletividade e, assim, contribuir com a sua decisão consciente e autônoma. Exemplos de instrumentos de mediação são os panfletos, cartilhas e manuais mencionados no capítulo 3.

Diante do exposto, de modo a potencializar a produção de espaços pelos coletivos de trabalhadores, os técnicos críticos devem fundamentar o conhecimento técnico especializado nessas bases conceituais, considerando as particularidades dos processos de produção do espaço pelos grupos de trabalho associado. O intuito é evitar a reprodução de costumeiras relações sociais de opressão.

Toda a argumentação ora apresentada difere daquela adotada pelo senso comum técnico e que predomina na comunidade profissional e acadêmica. Tal argumentação tende a elaborar propostas de intervenções nos espaços dos grupos de trabalho associado, que idealizam valores a priori, como a dignidade do trabalho produtivo, a solidariedade ou a sustentabilidade. Assim, uma forma de evitar propostas idealistas é adotar como princípio os limites, conflitos e contradições que os coletivos de trabalho enfrentam em seu dia a dia, no que diz respeito às desigualdades de classes no acesso às vantagens sociais oferecidas pela cidade. Nesse sentido, a organização dos coletivos de trabalho, mesmo de forma precária, indica vestígios de autonomia nas práticas cotidianas populares. O propósito é colaborar para a produção de um novo tipo de conhecimento, destinado aos técnicos e aos membros dos coletivos, a respeito da produção do espaço, que contribua com a emancipação social das camadas mais pobres da população, em especial dos grupos de trabalho associado.



## 6.2 Arranjos espaciais para aproximar os universos de reprodução e produção

Ao contrário da representação dominante, o arranjo coletivo do “trabalho em casa”, elaborado pelas associações de trabalho, vai além de uma simples “solução pragmática” para as questões cotidianas de mobilidade de pobres urbanos. Como apontei no capítulo anterior, o técnico ou o coletivo que parte dessa premissa predominante reproduz a lógica racionalista de separação e de especialização dos espaços, ditos “funcionais” pelo Movimento Moderno. O perigo de se adotar essa premissa é o de realizar o que Jessé de Souza (2009) denomina de “crítica do espelho invertido”. Isto é, o técnico inverte os valores contrários da lógica racionalizante, mas continua adotando as mesmas categorias de análise que ele quer criticar. Assim, o técnico pode propor aos coletivos de trabalho, mediante a matriz “solução de problemas”, espaços organizados que abriguem simultaneamente atividades de produção e reprodução (figura 99). As premissas de espaços confortáveis e estação de trabalho multifuncionais, como foi visto no capítulo 2, atendem à demanda neoliberal do trabalho flexível e, portanto, aplicam-se aos espaços dispersos de unidades residenciais e individuais, contribuindo para manter as relações sociais baseadas na acumulação ampliada do capital. Nessa situação, a política é praticada por instâncias reificadas, separadas dos universos de reprodução e produção, uma vez que os indivíduos delegam à determinada entidade, Estado ou ONG, por exemplo, as decisões sobre questões sociais e políticas.



FIGURA 99 – Padrão produtivista de relações sócio-espaciais

Outra “crítica do espelho invertido” poderia sugerir aos coletivos de trabalho a união entre espaço de trabalho e de política (figura 100). De fato, essa é a representação de técnicos engajados com os coletivos de trabalho, notadamente, aqueles que adotam a premissa de realização do projeto de uma nova sociedade a partir dos espaços exclusivos de produção, como preveem a tradição inglesa do cooperativismo e as experiências históricas de conselhos operários, *soviets*, comitês de greve, comissões de fábrica. Como mencionei no capítulo 3, tais propostas incorrem no fato de adotarem a mesma instrumentalidade técnica e organizacional fundamentada no capitalismo, sem questionar as relações sociais opressoras. Os coletivos de trabalho que apresentam maior capacidade de organização

política são aqueles que reconhecem a importância das atividades de reprodução para as produtivas e da livre escolha pelos membros de suas tarefas na associação. Desse modo, apresentam um espaço político mais significativo, como os grupos de bordadeiras e de costureiras, ainda que o espaço de trabalho não seja concebido de forma revolucionária, mas reformista.



FIGURA 100 – Padrão neoliberal ou socialista de relações espaciais

A questão não é a substituição pelos técnicos do modelo burguês de separação dos espaços de moradia e de trabalho por um modelo dito socialista. Trata-se de reconhecer os padrões de relações espaciais elaborados pelos próprios coletivos e identificar o papel do espaço político nessas relações espaciais. São esses espaços que abrigam as práticas de elaboração de normas orientadoras, no sentido de garantirem o cuidado e a proteção dos membros associados e de submeterem a produção à reprodução. A prática ativa do indivíduo social na determinação de todos os aspectos da vida comunitária está relacionada à constituição do espaço político e vice-versa. Nesses espaços, os coletivos de trabalho desenvolvem instrumentos de mediação direta entre os indivíduos e a comunidade, mas nem sempre conscientemente controlados ou, em outras palavras, com acesso ao conhecimento. No âmbito da produção do espaço, a passagem da autoprodução para a produção autônoma do espaço requer a elaboração de novas instrumentalidades, como as “interfaces de espacialidades” ou as “mediações”. Portanto, cabe ao técnico especialista o desenvolvimento dessa instrumentalidade, de modo a potencializar a capacidade de os coletivos de trabalho determinarem o seu próprio espaço.

### 6.3 Tecnologia social para a produção autônoma do espaço

Os instrumentos convencionais de “desenho técnico” e de “plano” baseados na sequência linear demanda-programa-projeto-obra, tão disseminados entre técnicos especialistas, são produtos de mediações capitalistas de segunda ordem. Tais aparatos foram concebidos a partir da divisão capitalista do trabalho, sendo que o emprego deles por técnicos perpetua relações sociais opressoras.

Os processos de produção do espaço ditos participativos são reformistas, porque empregam os mesmos aparatos capitalistas sob o discurso politicamente correto da participação cidadã. Mesmo quando há o desenvolvimento de instrumentos alternativos como o “portfólio de opções” e a “instalação interativa”, o desenho e o plano, bem como suas prescrições técnicas, não desaparecem. A ideia dos processos participativos é simplificar os instrumentos convencionais mediante a adoção de uma linguagem descomplicada, de modo que os participantes possam ser empoderados para o planejamento do próprio espaço. Em última análise, essa pseudoparticipação ou participação parcial mascara a escassez de recursos ao determinar a gestão desses recursos escassos pelos participantes. O poder público na cidade e o poder privado no espaço de trabalho delegam aos indivíduos as decisões em um universo restrito de opções, configurando os instrumentos de participação de tecnologia adequada ou, em outros termos, de “tecnologia para pobres”.

Indiquei no capítulo 3 os instrumentos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa MOM e outros profissionais críticos e ocupados em promover a emancipação de indivíduos de relações sociais opressoras. Assim, os técnicos podem desenvolver interfaces de espacialidades e mediações que promovam o livre intercâmbio de ideias para a produção do espaço pelos coletivos de trabalho, como bancos de dados de domínio público, plataforma digital para mapeamento colaborativo na *web*, manuais de instruções, tutoriais, panfletos, entrevistas em profundidade etc. Os técnicos especialistas devem atuar no desenvolvimento de instrumentos que potencializem o modo como os coletivos produzem seus espaços. A autoconstrução é caracterizada pela mobilização de recursos econômicos e não econômicos. De modo geral, os coletivos empregaram os seguintes instrumentos para auxiliarem suas atividades construtivas: entrevistas com os usuários e sua experiência anterior, simulações dos espaços mediante croquis e no espaço real, levantamento de informações sobre técnicas e materiais construtivos, empréstimo de força social de trabalho através de mutirões ou de doações em espécie etc.

Por fim, uma última recomendação refere-se aos editais de órgãos que apoiam a Economia Solidária. Os editais são instrumentos de política de distribuição de renda, cujo poder central determina as condições de pleito da verba pelos coletivos de trabalho. Além de um instrumento perverso de seleção, os editais são heterônomos porque determinam as atividades que devem ser solicitadas pelos grupos selecionados, que no âmbito do espaço limitam-se a contemplar a aquisição de equipamentos e de construção civil de unidades produtivas. Mesmo quando os tópicos dos editais superam a visão economicista de “geração de trabalho e renda”, ampliando as temáticas para o desenvolvimento territorial no

qual o grupo está inserido, pressupõem que o desenvolvimento social pode ser alcançado mediante o desenvolvimento econômico desses grupos.

As pesquisas de campo demonstraram o contrário, ou seja, a dependência que a esfera da produção tem da reprodução, em sua forma positiva e negativa. A vulnerabilidade biológica e social dos membros associados depende da capacidade de organização coletiva deles. Quem formulam os editais deve estar atento às dificuldades que os coletivos de trabalho enfrentam, para além de questões exclusivas do universo da produção. A adoção de estratégias de invasão pelos coletivos indica a necessidade de garantir a posse da terra, de modo a assegurar as atividades de reprodução e produção. Os coletivos modificam constantemente os espaços em função de novas demandas, o que sinaliza a necessidade de buscar informações e orientações técnicas para ampliações, e não como preveem os editais, a construção civil de unidades produtivas. A proximidade dos espaços de produção e reprodução demonstra a necessidade de construção ou de reforma de unidades produtivas e reprodutivas. A existência do espaço político para organização dos coletivos esclarece a importância de acesso à informação para a produção autônoma do espaço pelos coletivos de trabalho. Assim, as políticas públicas deveriam contemplar a garantia da posse coletiva do espaço, a autogestão da construção e a reforma de unidades produtivas e reprodutivas e, notadamente, a abertura para a negociação com os coletivos de trabalho durante o processo de seleção de propostas. Nesse caso, a intenção é possibilitar que os coletivos de trabalho determinem o conteúdo e o processo de produção do seu espaço. Nesse sentido, os editais devem ser mais abertos visando estimular a formulação de demandas pelos coletivos e como eles pretendem lidar com elas (Baltazar, 2014).

## 7 CONTRIBUIÇÕES PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELOS COLETIVOS DE TRABALHO

A questão que norteou os trabalhos desta tese – “Quais os fundamentos de uma tecnologia social crítica que pode potencializar a produção dos espaços *pelos* coletivos de trabalho?” – direcionou os estudos no sentido de investigar o contexto social de origem e desenvolvimento do “espaço de trabalho” (capítulo 2), reunir o que os autores já haviam pesquisado sobre a “produção do espaço *dos* coletivos de trabalho” (capítulo 3), levantar o processo de produção de espaços *pelos* coletivos (capítulo 4), identificar conflitos, contradições e limitações das práticas diretas (capítulo 5) e, por fim, indicar diretrizes para uma produção do espaço que seja crítica a partir da ideia de emancipação social desses coletivos (capítulo 6).

O capítulo 2, “Espaços de trabalho”, contribuiu para ratificar o pressuposto teórico da precedência da reprodução em relação à produção. A discussão sobre as origens dos espaços de trabalho demonstrou que elas estão vinculadas à divisão do trabalho em gênero, durante o desenvolvimento do capitalismo comercial no período entre os séculos XII e XVIII, quando as antigas unidades domésticas – indústrias domésticas rurais – e as oficinas dos artesãos urbanos foram transformadas em empresas familiares pelo modo de produção *putting out*. Com o advento desse sistema, a divisão do trabalho em gênero permitiu liberar os indivíduos do sexo masculino para o desempenho de atividades produtivas, enquanto as tarefas domésticas ou mal pagas eram destinadas às mulheres. Essa foi a primeira condição social para posteriormente, na manufatura, possibilitar-se a existência de espaços exclusivos de produção. Os espaços nas antigas unidades domésticas não eram especializados, em função de relações sociais menos opressoras. O padrão doméstico de organização espacial, que abrigava atividades produtivas e reprodutivas sem distinção, advém do fato de os indivíduos contribuírem para a subsistência do grupo, mediante a autonomia coletiva na organização e no controle das atividades de produção e de consumo, e de mobilização de força re/produtiva de trabalho social.

Os espaços de corporação de ofício não devem ser considerados espaços de trabalho onde prevaleciam relações sociais igualitárias, a exemplo da representação dominante no senso comum técnico, presente até em autores marxistas. Isso somente ocorreu em áreas urbanas da Inglaterra medieval, nas quais as corporações pertenciam ao espaço de moradia e as relações hierárquicas entre mestre e aprendiz eram de natureza linear. Em outras regiões da Europa, o padrão patriarcal de organização do trabalho e do espaço predominava nas corporações de ofício, durante a Idade Média até a Idade Moderna, quando se privilegiavam

as atividades produtivas em detrimento das reprodutivas. A divisão de trabalho em gênero expressava-se em normas rígidas, que impediam as mulheres de aprender o ofício nas corporações, ou atribuíam-se a elas, de modo tácito ou explícito, as atividades da cadeia produtiva de menor valor agregado. Como, por exemplo, as relações desiguais entre mulheres fiadoras e homens tecelões em várias regiões da Europa, desde os séculos XV e XVI, e entre as guildas de alfaiates e de costureiras na França do século XVII. A segregação do trabalho por gênero indica que a mão de obra feminina, acessória à economia dominante, já existia nas origens das corporações de ofício, o que precede em vários séculos a situação atual de alguns grupos de trabalho associado, cujo trabalho “indigno” feminino está submetido às normas do trabalho “digno” masculino, em uma relação de inclusão subordinada. O trabalho doméstico e disperso dessas mulheres sustenta, ainda hoje, o trabalho de homens concentrados em espaços exclusivos para a produção.

No sistema de produção fabril, a divisão do trabalho em gênero é expressa pelo emprego combinado de métodos de trabalho intensivo, a partir da exploração de grande quantidade de trabalhadores, denominada por Marx de *cheap labour*, e pelo emprego de processos intensivos de investimento de capital nas unidades fabris. Portanto, a relação entre o sistema de produção *putting out* e o fabril (manufatura e maquinaria) não é uma questão de gradação tecnológica como os técnicos positivistas concebem, e não somente uma questão de expropriação do saber operário mediante a organização racional do trabalho, como os marxistas esclarecem. Tal relação fundamenta-se em uma estratégia combinada de maior exploração da força de trabalho, baseada na divisão do trabalho em gênero, além da divisão capitalista.

A estratégia combinada de exploração da força de trabalho pelo capital assume novo formato com o advento do sistema de produção automatizado na sociedade contemporânea. A tese da superação da “sociedade industrial”, baseada no trabalho material, pela “sociedade informacional”, centrada no trabalho imaterial, é facilmente questionável diante da estratégia combinada, pois até mesmo a substituição do paradigma da “máquina” pelo da “informação” não prescinde de os espaços de empresas – exclusivos de concepção e controle da produção – dependerem de espaços dispersos de unidades domésticas ou semi-domésticas. Assim, os trabalhadores anteriormente excluídos do trabalho assalariado e dos benefícios do Estado de Bem-Estar na sociedade industrial agora são incluídos de modo subordinado à sociedade informacional. É o caso dos trabalhadores que empreendem pequenos negócios como sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista, nos quais prevalecem o modo de produção *putting out* e a gestão por metas. Mas diferentemente dos espaços de empresas, nas unidades dispersas, os

instrumentos técnicos e organizacionais são de responsabilidade dos trabalhadores, que se tornam empreendedores em consonância com a ideologia neoliberal da meritocracia.

A análise do modo de produção do espaço de trabalho protagonizado por técnicos especialistas, como os arquitetos, indica a reprodução de mecanismos de coersão social de uma sociedade fortemente hierárquica, capitalista ou não. As práticas profissionais usualmente empregadas por arquitetos, em diferentes épocas e contextos sociais, estão comprometidas com o aumento da produtividade ou a extração de mais-valia. Assim, Ledoux separa e especializa os espaços de produção e reprodução na fábrica de sal construída entre 1773 e 1779; Bentham inventa em 1797 as Casas de Indústrias, inspirado pelo modelo Panóptico, também criado por ele, que concebe o espaço como dispositivo disciplinar de massa de indivíduos desempregados para o trabalho produtivo; Kahn explora o conceito de flexibilidade da nova fábrica de Ford, construída na primeira metade do século XX em Detroit, em função da solicitação do industrial de expandir futuramente sua linha de montagem; o arquiteto adota também os conceitos “humanitários” de espaço limpo, luminoso e bem ventilado, de modo a submeter os trabalhadores manuais parcelados ao planejamento do capital, que organiza o trabalho vivo em células de produção no chão de fábrica. E ainda: Behrens emprega os conceitos de “planta livre” e “fachada livre” na nova fábrica de turbinas da AEG, com a finalidade de ordenar o espaço em função das necessidades de mudanças na produção e na gestão científica do trabalho, garantindo maiores níveis de produtividade.

As experiências históricas do protomodernismo inspiraram os arquitetos do Movimento Moderno, como Walter Gropius e Le Corbusier, a estenderem a ideologia da máquina, já predominante na sociedade industrial, aos espaços planejados de moradia e das cidades. Além da linguagem formal simples, baseada na racionalidade técnica da máquina, os arquitetos modernistas reproduziram na esfera pública a programação das atividades humanas em função do trabalho produtivo, como a setorização funcional dos espaços divididos, a domesticação do indivíduo em sua residência ou na fábrica e a menor sociabilidade e participação política dos indivíduos. A arquitetura como ferramenta ideológica do capitalismo expressa-se pelo emprego da “utopia do plano”; da predeterminação técnica de “espaço livre” para o trabalho; e “espaço dividido” para a moradia; dos conceitos de flexibilidade, modulação e multifuncionalidade; da normatização da construção em função do homem-padrão em seu posto de trabalho. Assim, os arquitetos tornam-se técnicos especialistas a serviço do capital, ao planejarem o espaço em função dos preceitos produtivos e perpetuarem as relações sociais capitalistas.

Mesmo as propostas, em princípio, engajadas com a emancipação do trabalhador não renunciaram o papel do técnico de conceber o espaço, em conformidade com um dos mecanismos de intermediação secundária capitalista, a divisão social do trabalho, demonstrando sua natureza reformista ou comprometida com a acumulação do capital. Em fins do século XVIII e início do século XIX, as propostas de comunidades industriais dos socialistas utópicos negligenciaram a capacidade de autodeterminação da classe dos trabalhadores; a proposta da habitação mínima de Teige e da coletivização dos serviços domésticos, na década de 1930, em última instância libera a força de trabalho para desempenhar as atividades que produzem riquezas acumuláveis; na década de 60 e 70, o apelo humanista do movimento estruturalista na arquitetura privilegiou os aspectos psicossociais em detrimento daqueles eminentemente técnicos da arquitetura modernista, mas manteve as decisões sobre proximidade, densidade, visibilidade, leiaute e distribuição de mobiliário nas mãos dos arquitetos, mesmo possibilitando aberturas para a participação dos usuários. A partir da década de 90, as propostas de espaços abertos e flexíveis e o mobiliário multifuncional proporcionam arranjos organizacionais que promovem fluxos de colaboração, interação e conhecimento e também inovação, criatividade e performance, favorecendo a rápida interação entre os trabalhadores, tal como é previsto pela gerência toyotista.

As experiências levantadas no capítulo 2 são fundamentadas em processos heterônomos de produção do espaço, haja vista a figura do arquiteto como planejador do espaço de trabalho; essas experiências partem da concepção burguesa de espaços de moradia e trabalho divididos e especializados; e consideram o universo de reprodução – e suas atividades domésticas e produtivas, acessórias ao universo de produção, em uma relação desigual. O técnico especialista, o arquiteto, concebe que pode programar as atividades humanas em seus aspectos físicos, psíquicos e sociais, segundo critérios de eficiência econômica. Sua atuação perpetua relações sociais opressoras, ao alienar os usuários da produção do espaço e justificar a estrutura hierárquica entre trabalhadores e entre gêneros. A atuação predominante dos arquitetos na produção de espaços de fábricas, empresas ou unidades individuais contribui para manter invisíveis o papel dos espaços domésticos dispersos e as relações de gênero que os fundamentam. Por outro lado, por não ser fruto de um plano técnico, a produção desses espaços, que inclui os espaços de coletivos de trabalho, pode conter traços de uma racionalidade reprodutivista e formas de organização horizontal. Essa é a tese deste trabalho acadêmico, testada a partir de dois desdobramentos. Por um lado, pesquisei a produção de espaço por técnicos ditos engajados com a emancipação política e social dos coletivos de trabalho (capítulo 3) e, por outro lado, investiguei a produção do espaço pelos coletivos (capítulo 4).



O capítulo 3, “A produção do espaço de coletivos de trabalho”, contribuiu para ratificar a hipótese de que mesmo os profissionais ditos “engajados” reproduzem processos heterônomos de produção do espaço, fundamentados em uma racionalidade produtivista. Essa conclusão foi obtida a partir da investigação sobre o conceito de “trabalho associado”, da compreensão sobre os paradigmas de “participação” e “autonomia” em arquitetura e da análise de práticas de arquitetos ou técnicos que atuam direta ou indiretamente na produção do espaço de coletivos de trabalho. Tendo em vista o perfil de trabalhadores dos grupos pesquisados, em sua maioria destituídos de habilidades necessárias para o trabalho assalariado, esta tese insere-se na vertente de pesquisas cujo foco é a economia popular. Nessa perspectiva, o “trabalho associado” resgata a história de luta de trabalhadores que desenvolvem, de modo coletivo, ações diretas com vistas ao distanciamento de suas situações de miséria, sem delegarem, em um primeiro momento, para o poder público ou para o poder privado, as decisões sobre as condições de sua existência. Na teoria, “trabalho associado” reporta-se à definição de Marx: “trabalhadores livremente associados”. Mas, o “trabalho associado” não se restringe ao controle operário do trabalho produtivo em uma unidade exclusiva da produção, como a tradição do cooperativismo inglês tende a conceber, porque, nesse caso, exclui os trabalhadores que nunca foram inseridos no mercado de trabalho. E não se limita a reivindicar ao Estado a elaboração de instituições que possam assegurar proteção social aos cidadãos, como a tradição do associativismo francês sugere, mesmo porque no Brasil os pobres nunca viveram condições de cidadania plena. O “trabalho associado” caracteriza-se por organização horizontal de pequenos grupos, que se associam com o objetivo de buscar soluções para questões do cotidiano. Nesse sentido, o “trabalho associado” não é uma negação do assalariado, mas o reconhecimento e a valorização das práticas sociais, organizadas, que visam à reprodução humana. Ele é uma negação do “trabalho alienado”. A superação do “trabalho alienado” pressupõe a prática humana autoconsciente e a superação dos instrumentos capitalistas de mediação humana, como a divisão do trabalho, a propriedade privada e o intercâmbio capitalista. A produção autônoma do espaço pelos coletivos de trabalho também pressupõe a superação dessas formas institucionalizadas e presentes na produção capitalista do espaço. A prática ativa dos coletivos de trabalho, não somente na produção do espaço, como em todos os aspectos de sua existência, requer outro tipo de conhecimento técnico, no sentido de desenvolver uma tecnologia social crítica, tendo como horizonte as mediações primárias entre o homem e a sociedade. O campo de estudos da tecnologia social parte do princípio de que o desenvolvimento dessa instrumentalidade deve ser pautado em adequações sociais e técnicas na tecnologia existente, de base capitalista. Em especial, a vertente crítica da tecnologia social acredita que é possível eliminar a divisão capitalista do trabalho,

resgatando o papel do indivíduo como produtor do espaço, de modo que ele se torne um sujeito ativo do processo de produção. Dessa forma, o valor de uso do espaço sobrepõe o valor de troca, reforçando a premissa de que o controle do processo de produção localiza-se na esfera da reprodução, cujas normas e valores são determinados pelo coletivo de trabalho, e não pelo técnico especialista.

Os técnicos engajados com as questões sociais desenvolvem duas vertentes, discordantes entre si, a partir da ideia de instrumentalização do usuário/produtor de espaços. A primeira vertente fundamenta-se no paradigma da participação, que sob o escudo de argumentos como flexibilidade e empoderamento legitimam processos de perpetuação da pobreza, uma vez que os usuários atuam de modo parcelado nos processos decisórios e simplesmente validam decisões já definidas anteriormente pelos técnicos especialistas. Na arquitetura industrial, o paradigma da participação contribui para persuadir os trabalhadores a validarem as mudanças organizacionais e técnicas promovidas pela gerência. Os instrumentos desenvolvidos pelos arquitetos para promoverem a “participação” dos trabalhadores são aparatos convencionais de projeto técnico, como o leiaute e a maquete, o que acentua a ideia de que os processos participativos encobrem relações sociais desiguais e as reforçam, já que são ferramentas de controle operário e impedem a autodeterminação da produção do espaço pelos trabalhadores. A segunda vertente, crítica, cujo paradigma é a autonomia, não se restringe a proporcionar aberturas aos usuários no processo convencional de produção do espaço, mas a formular um outro processo de produção sem mediações capitalistas. Assim, o arquiteto desenvolve outros instrumentos além daquele convencional de projeto técnico. As mediações são aparatos que auxiliam os indivíduos produtores do espaço na busca por informações técnicas, como o uso subversivo de mapas reais e virtuais, como é proposto por Hakim Bey (2011 [1985]), por exemplo. As interfaces de espacialidades são instrumentos que dispensam a presença do técnico, como os tutoriais e os bancos de dados de domínio público. O levantamento qualitativo de práticas sócio-espaciais empregadas pelos pobres urbanos, mediante entrevistas em profundidade, contribui para desfazer representações técnicas a priori e auxilia os moradores na problematização e potencialização da produção do espaço. Os instrumentos socialistas não requerem uma hierarquia estrutural de dominação e subordinação para se estabelecer. Desse modo, permitem que as normas de produção do espaço sejam elaboradas pelos usuários, segundo critérios referentes à esfera da reprodução.

A análise das propostas dos técnicos para a produção do espaço de coletivos de trabalho demonstrou que as três ideias fundamentam-se em normas produtivistas. Elas pressupõem que o desenvolvimento social pode ser alcançado por intermédio do desenvolvimento

econômico. Desse modo, essas propostas privilegiam os aspectos referentes à produtividade capitalista, mas com o discurso de “eficiência produtiva” (propostas economicistas), “humanização do espaço de trabalho” (propostas humanistas) ou “valorização da cultura” (propostas culturalistas). A proposta economicista concebe que os grupos de trabalho associado são organizações econômicas e, como tal, devem ser “formados” para garantir a sustentabilidade econômica do empreendimento. Tal proposta, ao mobilizar exclusivamente categorias do universo da produção, ignora as questões reprodutivas e pressupõe que o espaço é simples meio de produção para as atividades dos coletivos de trabalho. A proposta humanista pressupõe a separação e a especialização dos espaços de moradia e de trabalho, de acordo com a ideologia do “trabalho digno”, valor moral historicamente construído pelas classes dominantes. Nesse sentido, o foco do técnico é a organização do espaço segundo critérios de limpeza, segurança e conforto para os trabalhadores. Tais proposições contribuem para o obscurecimento das relações sociais desiguais e impedem de reconhecer as estratégias elaboradas pelos coletivos de trabalho para garantir as condições de existência como, por exemplo, a não separação dos universos de reprodução da produção. Já a proposta culturalista privilegia a mercantilização das marcas de distinção de determinado território, como o estilo de vida, herança cultural, artesanato etc., em um mundo globalizado. Se por um lado a valorização do oprimido, mediante o emprego de termos como sustentabilidade ambiental, participação comunitária, inovação e criatividade, encobre e mantém os mecanismos sociais de pobreza política e material, a comercialização de marcas de distinção conduz a comunidade local a vivenciar a contradição da renda de monopólio. Essa contradição expressa-se pela perda das marcas distintivas diante da tendência de homogeneização dos produtos no mercado *versus* a exploração de novas marcas distintivas, o que conduz à superespecificação dos produtos e, conseqüentemente, ao seu consumo. Desse modo, as três vertentes de atuação do técnico reproduzem, apesar do discurso engajado, a produção heterônoma do espaço. De modo a evitar a reprodução de relações capitalistas de produção, é necessário investigar o modo como os coletivos de trabalho produzem o seu espaço.

O capítulo 4, “Os coletivos de trabalho”, indicou outros aparatos técnicos, além de projeto, empregados pelos membros associados para a produção do espaço de trabalho. Apesar de utilizar instrumentos de mediação direta, como a autoconstrução, nem sempre os processos decisórios baseavam-se em escolhas autoconscientes, devido à pobreza material e à política de seus membros. O coletivo de artesão recorreu à invasão de terreno vazio para garantir as condições materiais de sobrevivência da família; à autoconstrução, à catação e à doação de materiais construtivos para executar o galpão; à localização do trabalho no mesmo espaço da moradia; à experiência adquirida no uso anterior de espaços existentes

para organizar as máquinas no galpão e para realizar a manutenção dessas máquinas; e à relação de gênero que determina tarefas de menor valor à esposa do presidente da associação, além de atividades domésticas. O coletivo de triadoras contou com duas modalidades de produção do espaço: produção heterônoma do espaço durante a fase de concepção e autoprodução na fase de uso do espaço. No momento de constituição da associação, os técnicos da prefeitura mobilizaram o aparato convencional do projeto; o capital cultural, a fim de converter o conhecimento técnico em argumentos de autoridade e, assim, obter os recursos econômicos e não econômicos necessários para a construção do galpão; o capital social, para ter acesso privilegiado à informação; e o recurso de orientar os membros da associação sobre qual político pressionar para a obtenção de decisões favoráveis à associação. No momento de ocupação do galpão construído, o coletivo de triadoras empregou o recurso de tentativa e erro de organização interna do galpão; ampliou e reformou o galpão; invadiu e ocupou uma construção vazia ao lado do terreno do galpão. A fim de estabelecer e manter parcerias fundamentais para a continuidade das atividades da associação, o coletivo busca o conhecimento de técnicos apoiadores quando um problema é identificado; localiza a moradia no mesmo local do trabalho, no caso da presidente da associação; ou moradia próxima ao local de trabalho, no caso dos membros moradores das vilas da região; desempenha atividades reprodutivas no local do trabalho, como o cuidado de crianças e a alimentação do grupo; destina tarefas menos dispendiosas para idosos e doentes; auto-organiza o tempo de trabalho em função de atividades domésticas e de cuidado; promove a ajuda mútua entre os seus membros, em tarefas corriqueiras, como carregar fardos e transportá-los; faz “vaquinha” e “mutirão” para ampliação e reforma do espaço etc. O coletivo de bordadeiras também empregou duas modalidades de produção do espaço – a produção autônoma do espaço, que foi parcialmente aplicada na produção do espaço coletivo; e a autoprodução, que predominou na produção do espaço de moradia e de trabalho de cada membro da associação. O casal idealizador do projeto social mobilizou capital cultural para definir os critérios de projeto e capital social para obter mão de obra especializada e materiais de boa qualidade. Já, os membros do grupo moram em residências autoconstruídas, em favelas próximas ao local, ou em bairros distantes; em ambas as situações os indivíduos moram no local de trabalho. O coletivo de costureiras demonstrou capacidades e habilidades para a produção autônoma do espaço, porque ao mesmo tempo em que detém todas as decisões sobre o processo de produção, busca o acesso à informação. Os principais recursos mobilizados foram o mutirão, a “vaquinha”, os efeitos úteis do trabalho combinado, a experiência adquirida, o capital social para obtenção de recursos econômicos e o capital cultural e simbólico. Esse estudo de caso em particular demonstrou de modo positivo a dependência da produção em relação à reprodução, reforçando que as normas são elaboradas de modo a garantir o bem-estar dos membros da

comunidade e não somente os ganhos de produtividade, com vistas à centralização de capital. A superação da produção heterônoma do espaço e a transformação da autoprodução em produção autônoma requerem o acesso ao conhecimento e a superação dos conflitos vivenciados pelos coletivos de trabalho na produção de seu espaço.

O capítulo 5, “Entre a reprodução e a produção”, indica as limitações da produção do espaço pelos coletivos de trabalho e também as formas de superação elaboradas por eles. Sem idealizar os vínculos sociais construídos na esfera da reprodução, a negociação dos conflitos ocorre em “espaços políticos” mediante a atuação ativa dos membros da associação, na determinação dos aspectos da vida comunitária, e da produção do espaço. Quando a prática política é delegada para uma instância externa, como nos casos em que os grupos associados dependem de agentes governamentais ou de ONGs, inexistem espaços políticos nas associações. Nessas situações, a vulnerabilidade social nos espaços de trabalho ou naqueles de moradia se corresponde. Os indivíduos exercem atividades de trabalho forçado, necessárias à mera sobrevivência, o que conduz à fragmentação do corpo social da associação em soma de “indivíduos isolados”. Mesmo quando há coincidência entre espaço de trabalho e de moradia, relações opressoras de gênero ocorrem no caso em que prevalece o modo de produção *putting out*. Quando a prática política é centralizada na figura do presidente da associação, o espaço político é restrito. Dessa forma, restringem-se também as possibilidades de emancipação social e política do restante do grupo, mesmo nas situações em que a produção e a organização do espaço consideram normas reprodutivistas, como a inclusão de membros tradicionalmente excluídos pela sociedade, a exemplo de idosos e dependentes químicos. Nessas situações de prática política restrita, prevalecem os estereótipos de “homem econômico” e “mulher solidária”, expressões da mesma racionalidade produtivista em que o homem detém as decisões sobre o espaço produtivo e cabe à mulher organizar o espaço reprodutivo. Onde o espaço político abrange o espaço da associação, as relações de gênero podem ser questionadas, bem como outras situações de opressão, podendo até existirem relações sociais igualitárias. Nessas situações, prevalece o padrão reprodutivista de produção do espaço que caracteriza-se pela união entre espaço de moradia e de trabalho, pelas relações de proximidade entre os membros do grupo, pela coabitação familiar e pela propriedade comunal do espaço e de seus meios de produção. Os espaços políticos dos coletivos de trabalho abrigam uma força reprodutiva e produtiva de trabalho social, na qual o grupo adota duas estratégias de mobilização social: interna, de modo a fortalecê-lo, e externa, a fim de protegê-lo contra ameaças do exterior. No primeiro caso, as práticas sócio-espaciais internas aos coletivos de trabalho combinam os efeitos úteis das jornadas coletivas com as adequações do trabalho social em uma sociedade capitalista, como o encontro periódico de membros da associação

que moram em lugares dispersos e a obtenção de fontes de renda do tipo trabalho assalariado, bolsa família etc. No segundo caso, os coletivos de trabalho que apresentam maior organização interna empregam os recursos de inserção em redes de movimentos populares ou em outras redes de relacionamento, além de capital simbólico coletivo, que lhes permite gozar de prestígio social. A capacidade de organização dos coletivos de trabalho permite a negociação dos termos dos projetos e ações a serem implantados nas associações pelos agentes do poder público e ONGs, ao invés de os coletivos ficarem reféns das determinações dessas instituições.

O capítulo 6, “Diretrizes para os espaços coletivos de trabalho”, indica que o técnico pode exercer outras tarefas além daquela de simples projeto, considerando as práticas sócio-espaciais dos coletivos de trabalho e seus limites. Dada a mobilização pelos coletivos de recursos não monetários para a produção do espaço, além dos monetários, e também os constrangimentos causados pela pobreza política dos membros associados, os coletivos devem superar as intervenções pautadas nos princípios de distribuição de renda e geração de trabalho, mediante a “problematização de soluções” e a “acentuação de conflitos”, de forma a revelar questões do universo da produção e reprodução subjacentes à demanda específica. Desse modo, evitam-se a elaboração de soluções reformistas e o emprego de “tecnologias de cidadania”, que mantêm o pobre incluído à margem de uma sociedade capitalista. Diante da dependência da esfera da produção em relação à esfera da reprodução, os perigos de vulnerabilidade biológica e social advindos dessa dependência e, por outro lado, os vínculos sociais que possibilitam a esfera da reprodução impor limites à produção, os técnicos devem estar atentos aos valores e às prioridades, sempre mutáveis, determinadas pelos coletivos de trabalho que permitem a reprodução da vida. Evita-se que o discurso humanista, elaborado por agentes externos, permaneça encobrindo as relações sociais desiguais. Visto que os coletivos de trabalho elaboram soluções para reaproximar os espaços divididos e especializados, a proposta espacial deve levar em conta as formas de os coletivos articularem os espaços de trabalho e moradia em seu cotidiano, mediante o espaço político, de modo a evitar a reprodução das relações sociais opressoras fundamentadas em espaços fragmentados. Em face da menor ou maior organização política e social dos coletivos de trabalho, o grupo deve obter ou afirmar a “autonomia coletiva”, por intermédio da elaboração e da disponibilidade de informações técnicas necessárias ao esclarecimento de questões debatidas por ele. Sem idealizar valores a priori, como a dignidade do trabalho produtivo, a solidariedade ou a sustentabilidade, o técnico pode evitar propostas idealistas ou produtivistas, ao reconhecer os padrões de relações espaciais elaborados pelos próprios coletivos, no objetivo de potencializar a prática ativa do indivíduo social na produção do espaço. Ao se abster do protagonismo de conceber o espaço dos

coletivos, o arquiteto impede a reprodução do padrão racionalista de relações sociais, no qual o espaço de trabalho está separado do espaço de moradia e o espaço político é atribuição de uma instância reificada. Impede também a reprodução do padrão neoliberal ou socialista de relações espaciais, no qual os espaços de política e de trabalho coincidem, mas excluem o espaço de moradia. Por fim, os técnicos devem desenvolver uma nova instrumentalidade para os coletivos de trabalho potencializarem suas práticas sócio-espaciais, mediante o desenvolvimento de interfaces de espacialidades e mediações. Por outro lado, as políticas públicas devem contemplar a possibilidade de os coletivos de trabalho determinarem o conteúdo e o processo de produção de seu espaço. As políticas públicas deveriam garantir a posse coletiva do espaço, a autogestão da construção e a reforma de unidades produtivas e reprodutivas e, notadamente, a abertura para a negociação com os coletivos de trabalho durante o processo de seleção de propostas.

Esta tese demonstrou que os arquitetos tendem a se alinhar com as necessidades do capital e, assim, propõem oferecer conforto aos trabalhadores apenas na medida em que isso aumenta a produtividade. Não há, no trabalho dos arquitetos, a perspectiva de subverter o interesse do capital que os contrata – por exemplo, com espaços resguardados da vigilância –, mesmo porque isso significaria perder a encomenda. O problema maior, no entanto, não é essa obediência às premissas do capital, mas sua transfiguração ou justificativa por argumentos de outra ordem (humanistas, técnicos, estéticos, construtivos etc.), da qual os próprios arquitetos não se dão conta, como bem mostram as entrevistas realizadas. Uma vez "sublimadas" dessa maneira, as premissas do capital passam a ser vistas como incontornáveis e "naturais", exigidas pelas coisas (matérias-primas, máquinas, produtos finais) e não por determinadas relações sociais de produção. No momento em que esse arquiteto recebe a incumbência de projetar para grupos nos quais não existem hierarquia e comando do trabalho por um capital e ele, o arquiteto, não precise mais se alinhar com os interesses desse capital, continua projetando o mesmo tipo de espaços, sem se dar conta de que os reais motivos por trás da organização espacial empregada deixaram de existir. A primeira questão, portanto, é esclarecer que elementos dos espaços convencionalmente projetados para o trabalho sob o capital são condicionados pela necessidade de controle heterônomo e verificar quais são efetivamente úteis ao trabalho em si. Uma segunda questão seria conceber a produção do espaço com aberturas suficientes para que, aos poucos e no processo de seu desenvolvimento, os trabalhadores pudessem modificar os processos técnicos que inicialmente usam e que também tiveram um desenvolvimento historicamente condicionado pelo modo de produção capitalista.

Os arquitetos tendem a reproduzir a ideia burguesa de especialização dos espaços, fundamentada na separação espacial das esferas de vida, a fim de liberarem a força de trabalho para o trabalho produtivo. O espaço de trabalho e o de moradia dividem-se e especializam-se. Uma vez divididos, os arquitetos projetam espaços de trabalho amplos e abertos, visando favorecer os ajustes do leiaute e o aumento de produtividade e vigilância; e projetam espaços de moradia mínimos, divididos e equipados para permitirem a redução de custos com a reprodução da força de trabalho e, ao mesmo tempo, para permitirem a domesticação dos indivíduos, excluídos da vida pública. Na atualidade, a ideologia neoliberal, ao retomar com nova formatação a economia popular e seus espaços domésticos dispersos, reatualiza o padrão patriarcal de organização do espaço, porque mantém as tarefas domésticas e as atividades produtivas mal pagas sob a responsabilidade das mulheres. Os espaços de trabalho e de moradia são reunidos sob a lógica neoliberal de acumulação flexível do capital. A pesquisa de campo demonstrou que os coletivos de trabalho reproduzem essa lógica quando inexistente um espaço político ou quando a prática da política é delegada a uma instituição externa à organização. Quando o espaço político é restrito, permanecem as relações opressoras entre gênero e entre classes, predominando padrões de relações espaciais baseadas nos estereótipos do “homem econômico” ou da “mulher solidária”. Esses padrões são subvertidos quando os espaços políticos abrigam espaços de trabalho e de moradia agregados pelos coletivos. Nessas ocasiões é que os membros dos coletivos de trabalho atuam, ativamente, na produção de seus espaços. Outra questão relevante é quais instrumentos técnicos e jurídicos podem ser desenvolvidos pelos técnicos e empregados pelos coletivos de trabalho para promover ou fortalecer o padrão reprodutivo de produção do espaço, de modo a potencializar o espaço político desses grupos. Os espaços políticos dos coletivos de trabalho são conformados em locais onde espaços de moradia e de trabalho obedecem à racionalidade reprodutivista, indicando que as relações sociais são mais horizontais entre os seus membros.



## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. (1995 [1959-69]). **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Título original: *Erziehung zur Mündigkeit, Vorträge und Gespräche mit Hellmut Becker*.

ADORNO, Theodor W.; Horkheimer, Max. 1985 [1947]). **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Título original: *Dialektik der Aufklärung, philosophische fragmente*. pp. 17-46

AEG. **Litte chronology**: in the beginning was light. Berlim: AEG, 2003. 9 p.

AJZENBERG, Armand. (2005). As classes sociais e suas formas modernas de luta. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. n.17. – São Paulo: FFLCH/USP. p. 09-19.

ALEXANDER, Christopher. (1969). **Ensayo sobre la Síntesis de la Forma**. Tradução Enrique Revol. Buenos Aires: Ediciones Infinito.

ALEXANDER, Christopher *et al.* (1977). **A Pattern language**: towns, buildings, construction. New York; Oxford: Oxford University Press.

ALMEIDA, Ana Catarina Tiago. (2009). **Indústria e Arquitectura**. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. Coimbra: Darq/FCTUC, 2009. Orientada pelo Arq. Joaquim Almeida.

ANDERSON, Perry. (1991 [1974]). **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução Beatriz Sidou. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. pp 143-149

ANTUNES, Ricardo. (1997). **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (2009 [1999]). **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_ (2002). As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=128>>. Acesso em: març 2014.

ARANTES, Pedro, BARROS, Joana e RIZEK, Cibele. (2001). **Cidade e território**: o relato de uma experiência em um assentamento do MST. Texto apresentado em um encontro da ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação em Urbanismo.

ARANTES, Pedro. (2008). Entrevista com Pedro Arantes. Entrevista concedida a Graziela Kunsch. **Urbania**. São Paulo, n. 4, Editora Pressa, 2008. Disponível em: <<http://urbania4.org/2010/10/09/entrevista-com-pedro-arantes/>>. Acesso em: dez 2013.

\_\_\_\_\_ (2010). A renda da forma na arquitetura da era financeira. In: OLIVEIRA, Francisco de, BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo.

ARENDT, Hannah. (2010 [1958]). **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ARTICULAÇÃO ITCPs. (2011). **Sistematização de práticas das ITCPs**: Metodologia de Incubação, Pedagogia da Autogestão e Movimento da Economia Solidária. São Paulo: ITCP-USP, 2011. Disponível em: <<http://articulacaoitcps.files.wordpress.com/2011/04/texto-completo.pdf>>. Acesso em: fev 2013.

AUTODESK. **BIM**: building information modeling. Disponível em: <<http://www.autodesk.com/solutions/building-information-modeling/overview>> Acesso em: nov 2013.

BALISKI, Patrícia; IKUTA, Fernanda Keiko Ikuta. População ameaçada de remoção por obras da Copa em Curitiba e Região Metropolitana. **PUBLICA** – Agência de Reportagem e Jornalista Investigativo. Disponível em: < <http://www.apublica.org/2012/08/rascunho-curitiba/>>. Acesso: dez 2012.

BALTAZAR, Ana Paula. (2013). **Orientações pessoais**. Belo Horizonte: EA-UFGM.

\_\_\_\_\_ (2014). **Orientações pessoais**. Belo Horizonte: EA-UFGM.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. (2006). **Por uma Arquitetura não planejada**: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. Impulso (Piracicaba), v. 17, p. 93-103, 2006.

\_\_\_\_\_ (2010). Against determination, beyond mediation. In: Florian Kossak; Doina Petrescu; Tatjana Schneider; Renata Tyszcuk; Stephen Walker. (Org.). **Agency**: working with uncertain architecture. Abingdon: Routledge, 2010, v. 1, p.31-41.

BANN, Stephen (ed.). (1974). **The Tradition of Constructivism**. New York: Viking.

BAUER, M. (1996). The narrative interview: comments on a technique of qualitative data collection, Papers in **Social Research Methods** – Qualitative Series, Vol. 1. London: London School of Economics, Methodology Institute. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/collections/methodologyInstitute/pdf/QualPapers/Bauer-NARRAT1SS.pdf>>. Acesso em: nov 2012.

BEHNE, Adolf. (1994 [1923]). **La construcción funcional moderna**. Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, Demarcació de Barcelona: Barcelona.

BENÉVOLO, Leonardo. (1976). **História da arquitetura moderna**. São Paulo, Perspectiva.

BENSADON, Ligia. (2010). Autogestão na prática. In: **Caderno de Qualificação Profissional em Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Livres**. São Paulo: NESOLUSP/GNUSP. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1291&Itemid=2](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1291&Itemid=2)>. Acesso em: abr 2012.

BENTHAM, Jeremy. (1995 [1787]). **The Panopticon Writings**. Editora Miran Bozovic (London: Verso, 1995). p. 29-95. Disponível em: <http://cartome.org/panopticon2.htm>. Acesso em Mar. 2012.

BENTHAM, Jeremy. (1838-1843). **The Works of Jeremy Bentham**, published under the Superintendence of his Executor, John Bowring (Edinburgh: William Tait, 1838-1843). 11 vols. Vol. 4. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/title/1925>. Acesso em: dez 2013.

BEY, Hakim. (2011 [1985]). **TAZ** – Zona Autônoma Temporária. Tradução Patricia Decia e Renato Resende. Rio de Janeiro: Rizoma.

BICCA, Paulo. (1984). **Arquiteto a máscara e a face**. São Paulo: Projeto.

BOURDIEU, Pierre. (2011 [1979-1982]). **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2.ed. rev. Porto Alegre: Zouk. p. 17-173. Título original: La Distinction: critique sociale du jugement.

\_\_\_\_\_ (2009 [1980]). A casa ou o mundo invertido. In BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes. Tradução Maria Ferreira. Título original: Le Sens Pratique.

\_\_\_\_\_ (2010 [1989]). **O Poder Simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ (1997 [1993]). Efeitos do Lugar. In BOURDIEU, P. (Coord.) **Miséria do Mundo**. Vários tradutores. Petrópolis: Vozes. pp.159-166. Título original: La misère du monde. pp. 159-166.

BRAÑA, Celestino García. (2004). **Indústria e arquitectura moderna em Espanha, 1925-1965**. Arquitectura e Indústria Modernas 1925- 1965. Barcelona: Fundação Docomomo Ibérico. pp. 36-59

BRASIL. (1988). Constituição Capítulo II – Da política urbana. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

\_\_\_\_\_ (2001). **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 4 de setembro de 2001.

\_\_\_\_\_ (2002). Código civil, 2002. **Código civil**. 53.ed. São Paulo: Saraiva; 2002. Art. 53.

BRAVERMAN, Harry. (1981 [1974]). **Trabalho e Capital Monopolista**. A Degradação do Trabalho no Século XX. Tradução Nathanael C. Caixeto. Rio de Janeiro: Zahar.

BROBERG, O. (2008). Quando o projeto participativo de espaços de trabalho se encontra com o projeto de engenharia em eventos de colaboração mútua. **Laboreal**, 4, (2), 47-58. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112341787:122:61>>. Acesso em: ago 2013.

BUBER, Martin. (2007, [1971]). **O socialismo utópico**. Tradução de Pola Civelli. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007. 200 p. (Coleção Debates; v. 31).

BUCCI, Federico (2002 [1991]). **Albert Kahn**: architect of Ford. Tradução Carmen DiCinque. Princeton Architectural Press; New York. Título original: Architetto di Ford.

CARNEIRO, Henrique Soares. (2012). Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior.

CASTEL, Robert. (1998 [1995]). **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Vozes. [1995] 1998.

- CASTELLS, Manuel. (1976 [1973]). **Lutas urbanas e poder político**. Porto: Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1974) **Los movimientos sociales urbanos**. Madrid: Século XXI.
- \_\_\_\_\_ (1976). **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- \_\_\_\_\_ (1980 [1977]). **Cidade, democracia e socialismo**: a experiência das associações de vizinhos de Madrid. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- \_\_\_\_\_ (2000 [1999]). A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CATTANI, Antônio David. (1991). **A ação coletiva dos trabalhadores**. Porto Alegre: S. M. Cultura; Palmarinca.
- \_\_\_\_\_ (1996). **Trabalho e autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (org.). (2010). **Riqueza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Souk.
- CFES. Cáritas Brasileira. (2012). **Pedagogia e autogestão – reflexões e socialização da experiência do projeto CFES – CO** – Brasília: Catarse, MTe, Senaes, 2012.
- CHARLEY, Jonathan. (2008). The glimmer of other worlds: questions on alternative architectural practice. **ARQ – Architectural Research Quarterly**, 12 (2). p. 159-171.
- \_\_\_\_\_ (2009). Telling It Like It Is. **RIBA** (Funder).
- CIPRIANO, Aline Oliveira. (2003). **Possibilidades de ação em assentamentos informais**: catadores de material reciclável no vale do rio Arrudas. 2003. 54 f. Dissertação (Iniciação Científica) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- COMARP. (2012). **Cadastro geral de associados**. Belo Horizonte: COMARP.
- COOK, Catherine. (2004 [1999]). Sources of a radical mission in the early Soviet profession: Alexei Gan and the Moscow Anarchists. In: LEACH, Neil. (ed). **Architecture and Revolution**: contemporary perspectives on Central and Eastern Europe. Londres, New York: Routledge.
- CORAGGIO, José L. (1999). **Política social y economía del trabajo**. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad, Miño y Dávila Editores, Madrid.
- \_\_\_\_\_ (2009). Territorio y Economías Alternativas. Ponencia presentada en el **I Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional**. Visiones, desafíos y propuestas, La Paz, Bolivia, 30-31 de julio de 2009.
- CORAGGIO José Luis; COSTANZO, Valeria (editores). (2010). **Mentiras y verdades del «capital de los pobres»**. Perspectivas desde la Economía Social y Solidaria. Buenos Aires: Imago Mundi.
- COSTA, Geraldo Magela. (2003). Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. In: Encontro Nacional da ANPUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, X, 2003,

Niterói. **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Belo Horizonte, 2003.

CROWSTON, Clare Haru. (2006). Women, gender and guilds in early modern Europe. **The return of the guilds**. Utrecht, Utrecht University, 5-7 October 2006.

CUNHA, Gabriela C. (2007). **Políticas Públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações Estado-Sociedade**: alguns elementos teóricos e empíricos. 2007. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/ARTIGO\\_GABRIELACUNHA\\_SEMINARIO.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/ARTIGO_GABRIELACUNHA_SEMINARIO.pdf). Acesso em: mar 2010.

CRUZ, Antônio. (2006). **A diferença da igualdade**. A dinâmica econômica da Economia Solidária em quatro cidades do MERCOSUL . Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de economia, Unicamp.

DAGNINO, Renato Peixoto. (2002). Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza: a economia solidária e a adequação sociotécnica. In: **Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Disponível em: <<http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html>>. Acesso em: Out 2012.

\_\_\_\_\_ (2004). A Tecnologia Social e seus desafios. In: LASSANCE JR., A. *et al.* **Tecnologia Social – Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_ (2008). **Neutralidade da ciência e Determinismo tecnológico**. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (org.). (2010). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP : Komedi.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. (2004). Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. et al. **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil. p.15-64.

DAL RI, Neusa Maria (org.). (2010). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideú. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideú: Editorial PROCOAS.

DANIELLOU, François; LAVILLE, Antoine; TEIGER, Catherine. (1989). Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 17(68):7-13, out./dez. 1989.

DAVIDOFF, Paul. (1965). 'Advocacy and pluralism in planning', **Journal of the American Planning Association**, 31. p. 331-338.

DE MARE, Heide. (1999). Domesticity in Dispute. A reconsideration of Sources. In: **At home**: an anthropology of domestic space / edited by Irene Cieraad; with a foreword by John Rennie Short. Syracuse University Press New York. p.13-29.

DECCA, Edgar Salvadori de. (1982). **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense.

DELEUZE, Gilles. (1992). "Post-Scriptum sobre as sociedades de controle". In: **Conversações 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DELGADO, Guilherme C. (2005). O setor de subsistência na Economia Brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In Jaccoud (org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 19-50.

DEMO, Pedro. (1996 [1986]). **Pobreza Política**. Campinas: Autores Associados.

DÍAZ, Natalia Quiroga. (2010). ¿De que crisis estamos hablando? Cuestionamientos y propuestas a la política de activos desde la economía feminista y la economía social. In: CORAGGIO José Luis; COSTANZO, Valeria (editores). **Mentiras y verdades del «capital de los pobres»**. Perspectivas desde la Economía Social y Solidaria. Buenos Aires: Imago Mundi.

DINIZ, Maria Helena. (2007). **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria Geral do Direito Civil. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ELLIOT, Jane (2005). **Using Narrative in Social Research**. Qualitative and Quantitative Approaches. London: Sage Publications.

ENGELS Friedrich; MARX, Karl. (1848). **Manifesto Comunista**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: fev 2013.

ENGELS, Friedrich. (2010 [1845]). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schuman; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo, Boitempo.

\_\_\_\_\_ (1979 [1872-3]). **A questão da habitação**. Tradução da edição francesa *La Question du Logment* pela equipe da Aldeia Global. Belo Horizonte: Aldeia Global.

ENGLER, Rita de Castro. (2010). **Design Participativo**: uma experiência no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: EdUEMG.

FARAH, Marta Ferreira Santos. (1996). **Processo de trabalho na construção habitacional**: tradição e mudança. São Paulo: Annablume.

FARIA, Maurício Sardá de. (2005). **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária**: avatares do trabalho e do capital. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política.

FEENBERG, Andrew. (2002). **Transforming technology**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. (2010). Ten paradoxes of technology. **Techne**. v. 14, n. 1. Blacksburg.

FERREIRA, Paulo Silvestre. (2012 [2009]). A mecanização das deslocções e as cidades de Le Corbusier. Publicado em: TREVISAN, CUBERO e ALMEIDA (eds.), *Ler Le Corbusier*. Porto: CEAA, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2012. p. 79-96. No seguimento da comunicação **Mobilidade mecânica. Cidade simplificada**, proferida, em 2009, no I Encontro do Centro de Estudos Arnaldo Araújo, da ESAP, subordinado ao tema “Ler Le Corbusier”.

FERRO, Sérgio. (1982). **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados.

\_\_\_\_\_ (2006). **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: CosacNaify.

FISCHER, Gustave Nicolas. (1997). Individuals and Environment: A Psychosocial Approach to Workspace. **De Gruyter Studies in Organization, Organizational Theory and Research**. 78. Berlin/New York: De Gruyter.

FOUCAULT, Michel. (2010 [1975]). **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes.

\_\_\_\_\_ (1982). **Space, Power, and Knowledge** (excerpt) by Michel Foucault. An interview with Paul Rabinow, Skyline, March 1982, trans. Christian Hubert.

FRAMPTON, Kenneth. (2008 [1997]). **História crítica da arquitetura moderna**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. (2001). **A problemática da economia solidária**: uma perspectiva internacional. Soc. estado. [online]. 2001, vol.16, n.1-2 [cited 2012-04-09], p. 245-275. Disponível em: <[http://www.scielo.br/ez27.periodicos.capes.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/ez27.periodicos.capes.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100011&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/ez27.periodicos.capes.gov.br/10.1590/S0102-69922001000100011>. Acesso em nov 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. (2004). **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

FRANCESCHI, Roberta Barban; NASCIMENTO, Roberto Alcarria do. (2009). Moradia e mobiliário para profissionais autônomos: diretrizes projetuais. In: MENEZES, MS.; PASCHOARELLI, LC. (orgs.) (2009). **Design e planejamento**: aspectos tecnológicos [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277 p. ISBN 978-85-7983-042-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Cap. 12. pp 249-76

FRANK, Ben. (2007 [2000]). New Right/New Left: an alternative experiment in freedom. In: HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon. (eds.). (2007 [2000]). **Non-plan**: essays on freedom participation and change in Modern Architecture and Urbanism. Oxford: Architectural Press.

FREDIANI, Alexandre Apsan; FRENCH, Matthew Anthony; FERRARA, Isis Nunez. (2011). **Change by design**: building communities through participatory design. New Zealand, Urban Culture Press.

FREITAS, Ana Luiza Cerqueira. (2010). Design + Artesanato. ENGLER, Rita de Castro. (2010). **Design Participativo**: uma experiência no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: EdUEMG.

FRIEDMAN, J. (1987). **Planning in the public domain**: from knowledge to action. Princeton University Press, New Jersey.

FUÃO, Fernando Freitas *et al.* (2010). Galpões de triagem: uma abordagem espacial arquitetônica. **VIRUS**, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=8&lang=pt>>. Acesso em: 21 02 2013. FUÃO, Fernando Freitas. Entrevista concedida à Viviane Zerlotini da Silva. Pelotas, Belo Horizonte, mar 2014.

\_\_\_\_\_ (2014). **Galpões de reciclagem**. Pelotas, Brasil. 1º de março de 2014. e-mail. Entrevista concedida a Viviane Zerlotini da Silva.

GAN, Aleksei; RODCHENKO, Aleksandr; STEPANOVA, Varvara. (1922). Who we are: manifesto of the constructivist group. In: ARMSTRONG, Helen. (2009). **Graphic Design Theory: readings from the field**. New York: Princeton Architectural Press. p. 22-24.

GENNARI, Adilson Marques. (2011). Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil. In: BENINI, Édi A. *et al.* (orgs). (2011). **Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. (Volume I)

GERWIN, Donald; KOLODNY, Harvey. (1992). **Management of Advanced Manufacturing Technology: Strategy, Organization and Innovation**. New York: Wiley Interscience.

GIEDION, Siegfried. (1995 [1928]). **Building in France, Building in Iron, Building in Ferroconcrete**. Santa Monica: The Getty Center for the History of Arts and the Humanities.

\_\_\_\_\_ (1975 [1948]). **Mechanization Takes Command: a contribution to anonymous history**; W.W. Norton & Company; New York, London.

GODIN, Jean Baptiste André. (1886 [1871]). **Social Solutions**. New York, John W. Lovell Company.

GOLDFARB, Yamila. (2007). **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas de terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

GOHN, Maria da Glória. (2007 [1997]). **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. Edições Loyola: São Paulo. p. 189-198.

GOHN, Maria da Glória. (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GOOGLE MAPS. (2011). Fotografias de satélite. Disponível em: <https://maps.google.com.br/>. Acesso em: dez 2013.

GORZ, André. (1996 [1974]). Divisão do Trabalho, Hierarquia e Luta de Classes. In: MARGLIN, S. *et al.* **Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista**. Porto, Publicações Escorpião.

\_\_\_\_\_ (2005 [2003]). **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. Trad. Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume Editora.

GRAMSCI, A. (2001 [1934]). **Cadernos do Cárcere**. Americanismo e fordismo. (Cad. 22) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRANATH, Jan Åke. (1992). **Design Process: Combining Social and Lean Principles**. International Seminar on Industrial Buildings Unrevealed Potentials. Report' 92. Viena, 10-12 of june 1992.

\_\_\_\_\_ (1998). **Torslanda to Uddevalla via Kalmar: A journey in production practice in Volvo**. Seminário Internacional Reestruturação Produtiva, Flexibilidade do Trabalho e Novas Competências Profissionais. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. 24-25 agosto de 1998.

\_\_\_\_\_ (2001). **Architecture: participation of users in design activities**. Chalmers Tekniska Hög-skola. Göteborg. Disponível em: <http://www.fm.chalmers.se>. Acesso em set 2013.



GRAY, Jane (1993). **Rural Industry and Uneven Development**: The Significance of Gender in the Irish Linen Industry. *The Journal of Peasant Studies*, 20 (4). p. 590-611.

GROPIUS, Walter. (2004 [1937-52]). **Bahaus**: nova arquitetura. São Paulo, Perspectiva.

GROSSI DE OLIVEIRA, Laís. (2013). Resistências Urbanas em Belo Horizonte. In: **Seminário Urbanismo na Bahia**, 13, 2013, Salvador. *Anais...* Salvador: FAUFBA.

GUARNACCIA, Matteo. (2001). **Provos, Amsterdan e o nascimento da contracultura**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. (1976). **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar.

Habraken, Nicolaas John. **El diseño de soportes**. Barcelona: Gustavo Gili, 1979. (corrigir no texto)

HAMDI, N. (1991). **Housing Without Houses**: participation, flexibility, enablement. Exeter: Intermediate Technology Publications.

HARVEY, David. (1998 [1989]). **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo, Edições Loyola.

\_\_\_\_\_ (2006 [2000]). **Espaços de esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_ (2005 [2001]). El arte de la renta: la globalización y la mercantilización de la cultura. In: **Capital financeiro, propiedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.

\_\_\_\_\_ (2006 [2001]) **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume.

\_\_\_\_\_ (2008). The Right to the City. **New Left Review**. 53 (8): 23-40.

\_\_\_\_\_ 2013 [2008]. A liberdade da cidade. In: Tradução do inglês Gavin Adams. MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

HERTZBERGER, Herman. (1996). **Lições de Arquitetura**. Martins Fontes: São Paulo.

IKUTA, Fernanda Keiko. (2003a). **A questão da moradia para além de quatro paredes**: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_ (2003b). As experiências do espaço da vida cotidiana e suas expressões no mundo do trabalho: novos referenciais para a mobilização social? **Revista Pegada**, América do Norte, (4) 2, Nov 2003.

\_\_\_\_\_ (2008). **Práxis e dinâmica territorial da luta por moradia**: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho. 321f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ILLICH, Ivan. (1982). **Gender**. New York, Pantheon Books.

\_\_\_\_\_ (1979) **O direito ao desemprego criador**: a decadência da idade profissional. Tradução de Joaquim Campelo Marques. Rio de Janeiro: Alhambra. Título original inglês: The right to useful unemployment and its professional enemies. Título original espanhol: La decadência de la edad profesional.

\_\_\_\_\_ (1973 [1970]). **Tools for conviviality**. Disponível em: <[http://www.opencollector.org/illich\\_hell.html](http://www.opencollector.org/illich_hell.html)>. Acesso em: fev 2012.

JONES, Peter Blundell, TILL, Jeremy e PETRESCU, Doina. (2005). **Architecture and participation**. London, Routledge.

KAPP, Silke (2004). Autonomia Heteronomia Arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/>. Acesso em: jul 2009.

\_\_\_\_\_ (2011). Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. **VIRUS**, São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: mar 2012.

\_\_\_\_\_ (2012). Direito ao espaço cotidiano. Moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Cadernos Metrópole** (PUCSP), v. 14, p. 463-485.

\_\_\_\_\_ (2013). **Orientações pessoais**. Belo Horizonte: EA-UFGM.

\_\_\_\_\_ (2014). **Orientações pessoais**. Belo Horizonte: EA-UFGM.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. (2009). Predeterminação democratizada: o paradoxo dos tutoriais. **Letras**, Belo Horizonte, p. 4-5, 01 maio 2009.

\_\_\_\_\_ (2012). The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. **Bulletin of Latin American Research**. April 2012.

KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, MORADO NASCIMENTO, Denise. (2008). Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices. In: **Alternate Currents, field**: (a free journal for architecture), vol. 2, no. 1, October 2008. <[www.field-journal.org](http://www.field-journal.org)>.

KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. (2008). Na Cozinha dos Modernos. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.15, n.16, 1º sem. 2008.

KAPP, Silke; MORADO, Denise. (2007). Sistema IDA: Informação colaborativa para a produção autônoma. In: **III Encontro de Tecnologia da Informação e Comunicação na Construção Civil** (TIC2007), 2007, Porto Alegre. Integração de sistemas em Arquitetura, Engenharia e Construção. Porto Alegre : ANTAC, 2007. v. 3. p. 1-8.

KAPP, Silke *et al.* (2012). Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. **IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social**: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade". Florianópolis: UFSC.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto. 2013. **Marco teórico** (Subprojeto 2). Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social. Belo Horizonte, 2013. Não publicado.

KARGINA, Tatyana. (2013). 'Delai Sam' – Russian community DIY. **OD Russia Post Soviet World**. 18 September 2013. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/od-russia/tatyana-kargina/'delai-sam'-russian-community-diy>>. Acesso em: set 2013.

KOWARICK, Lúcio. (2009). **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34.

KRAYCHETE, G. (Org.). (2000). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese: UCSAL.

KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans e SCHLUMBOHM, Jürgen. (1981 [1977]). Translated by Beate Schempp. **Industrialization before industrialization** (Studies in modern capitalism). Cambridge: Cambridge University Press.

KROLL, Lucien. (1987). **Buildings and Projects**. Londres: Thames and Hudson.

KRUCKEN, Lia. (2009). **Design e território**: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Nobel.

KRUCKEN, Lia; MONTENEGRO, Rachel. (2010). Comunidades criativas: as artesãs do barro em Turmalina. In: ENGLER, Rita de Castro. **Design Participativo**: uma experiência no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: EdUEMG.

KÜHN, Thomas. (2007 [2004]). Condução da vida cotidiana e desigualdade social: um estudo explorativo em Salvador Bahia. [2004]. In MATTOS, Patrícia & SOUZA, Jessé. (org.) **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

LAGO, Luciana Corrêa. (2007). Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. **Caderno Metrôpole**, São Paulo. 18. p. 275-293

\_\_\_\_\_ (2009). Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. **Revista Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, dez 2009. p. 31-47

LAGO, Luciana Corrêa do Lago; MAMMARELLA, Rosetta. (2010). Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras. **Caderno Metrôpole**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 65-84, jan/jun 2010.

LATORRE, Jose Fernando; LARROUDE, Elisa Rodrigues Alves; CICONELLO, Alexandre. (2003). Novo Código Civil Brasileiro: O Que Muda Para as Associações e Fundações. **HeinOnline** – Law Journal Library, Nova York, 49, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis. (2001). **Economia solidária, a perspectiva européia**. Soc. estado. [online]. 2001, vol.16, n.1-2, p. 57-99. ISSN 0102-6992.

LEACH, Neil. (ed.) (2005 [1997]). **Rethinking Architecture**: a reader in cultural theory. London; New York: Routledge. p. 132-9.

LE CORBUSIER. (1998 [1923]). **Por uma arquitetura**. 5.ed. São Paulo, Editora Perspectiva.

LEFEBVRE, Henri. (2009 [1966]). "Theoretical problems of *autogestion*", in H. Lefebvre **State, Space, World**. (Edited by N. Brenner and S. Elden). Minneapolis: University of Minnesota Press. p. 138-152.

\_\_\_\_\_ (2001 [1968]). **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro. Título original: Le Droit à la Ville.

\_\_\_\_\_ (1972 [1970]). **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza.

\_\_\_\_\_ (1976 [1972]). **Espacio y Política**. Barcelona: Península.

\_\_\_\_\_ (1973a). **De lo rural a lo urbano**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península.

\_\_\_\_\_ (1973b): **A re-produção das relações de produção**. Porto, Escorpião (1ª parte de La Survie du Capitalisme). Paris: Anthropos. (EUA): Blackwell.

\_\_\_\_\_ (1991) [1974]: **The Production of Space**. Oxford (R.U.) e Cambridge.

LIMA, Francisco P. A. (2002). Ética e Trabalho. In: Goulart, I. B. (org.). **Psicologia Organizacional e do Trabalho: Teoria, Pesquisa e Temas Correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. Working Paper da WIEGO (Políticas Urbanas), n. 22 21.

\_\_\_\_\_ (2007). **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos com Inclusão Social dos Catadores: Alternativas Estratégicas**. Belo Horizonte. (mimeo).

LIMA, Francisco P. A.; OLIVEIRA, Fabiana Goulart O. (2008). Produtividade Técnica e Social das Associações de Catadores: por um Modelo de Reciclagem Solidária. In: KEMP. V.H e CRIVELLARI.H.M.T (org). **Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.225-264.

\_\_\_\_\_ (2012). Eficiência e solidariedade nas associações de catadores de materiais recicláveis. Working Paper da **WIEGO** (Políticas Urbanas), Cambridge, Manchester, n. 22, fev 2012.

LIMA, F. P. A.; SOARES, R. G.; LEAL, L. (2002). A relação de serviço na produção material e na produção imaterial. **Abergo**, Recife-PE.

LIVINGSTON, Rodolfo. (1990). **Cirurgia de casas**. Buenos Aires: Kliczkowski.

\_\_\_\_\_ (2006). **Arquitectos de Familia – El Metodo – Arquitectos de La Comunidad**. Buenos Aires, Nobuko. VERIFICAR ANO NO TEXTO TBÉ

LOJKINE, Jean. (1981 [1974]). **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes.

\_\_\_\_\_ (1999). Os desafios da revolução informacional no limiar do terceiro milênio. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins (Org). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. Editora UNESP, 1999, p.129-141.

LOPES, João Marcos de Almeida. (2005 [2002]). O Dorso da Cidade: os Sem Terra e a concepção de uma outra Cidade. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). **Produzir para Viver: os Caminhos da Produção não Capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 283-326.

LOPES, João Marcos de Almeida; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. (2010). 'Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres'. In: *Silacc 03 – Simpósio ibero-americano de cidade e cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas*, São Carlos: EESC-USP.

LUXEMBURG, Rosa. (1976 [1912]). **A acumulação de capital**: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Cap. 1. pp 11-26.

LUXEMBURGO, Rosa. (2010 [1899]). **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier. 2.ed. reimp. São Paulo: Expressão Popular.

MAAR, Wolfgang Leo. Apresentação. In: ADORNO, Theodor W. (1995 [1959-69]). **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MAGGI, Bruno. (2006 [1968]). **Do agir organizacional**: um ponto de vista sobre o trabalho, o bem estar, a aprendizagem. Tradução Giliane M. J. Ingratta / Marcos Maffei; coordenador da tradução Laerte Idal Sznelwar. São Paulo: Edigard Blücher, 2006. 107-146.

MARCUSE. (1973 [1964]). **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARGLIN, Stephen. (1996 [1973]). Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, André (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. p. 37-77.

MARIUTTI, Eduardo Barros (2012). **Capital comercial autônomo**: dinâmica e padrões de reprodução. Texto para Discussão. Campinas, IE/UNICAMP. n. 214, dez. 2012.

MARX, Karl. (2010 [1859]). **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Título original: Das Kapital – Kritik der Politischen Ökonomie Buch I: Des Produktions-process des Kapitals.

\_\_\_\_\_ (1975 [1857-8]). **Formações Econômicas pré-capitalistas**. Introdução de E. Hobsbawn. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. Título original: *men die der Kapitalistiscllen Produktion vorhergehtl*.

\_\_\_\_\_ (1987 [1863]). **Manuscritos Económicos de Marx de 1861 a 63** (Parte 3 – Mais Valia Relativa) Produtividade do Capital, Trabalho Produtivo e Improdutivo. 1863. Fonte: Livro 4 – Teorias da Mais Valia. Volume 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. p. 384-406. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>. Acesso em: ago 2012.

\_\_\_\_\_ (1864). **Mensagem Inaugural da Associação Internacional de Trabalhadores**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: jan 2012.

MASCARENHAS, Thais. (2010). Estudo de viabilidade econômica. In: **Caderno de Qualificação Profissional em Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Livres**. São Paulo: NESOLUSP/GNUSP. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1291&Itemid=2](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1291&Itemid=2)>. Acesso em: abr 2012.

MATUZ, Roger. (2002). **Albert Kahn**: builder of Detroit. Michigan, Wayne State University Press, 2002. Detroit Biography Series for Young Readers.

MEDICK, Hans. (1981 [1977]). The proto-industrial family economy. In: Kriedte, Peter, Medick, Hans e Schlumbohm, Jürgen. Translated by Beate Schempp. **Industrialization**

**before industrialization** (Studies in modern capitalism). Cambridge: Cambridge University Press, 1981. p. 38-73.

MENDELS, Franklin F. (1972). **Proto-industrialization: The First Phase of the Industrialization Process**”, The Journal of Economic History, 32/1, The Tasks of Economic History, 241-261.

MÉSZÁROS, István. (2011 [1994]). **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p. Título original: Beyond Capital – Towards a Theory of Transition. p. 175-346;

\_\_\_\_\_. (1989). **Produção destrutiva e estado capitalista**. Tradução Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: ensaio. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato; v. 5).

\_\_\_\_\_. (2006 [1970]). **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo.

MOM. (2007). **A panfletar**: panfletos para discutir a produção do espaço. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>>. Acesso em ago 2012.

MOM. (2013). **IDA**: interface de apoio a construção de moradias. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>>. Acesso em fev 2013.

MORAES, Anamaria de; MONT'ALVÃO, Cláudia. (2003 [1998]). **Ergonomia – conceitos e aplicações**. 3.ed. Rio de Janeiro: luser.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. (1986). **Maquinaria, taylorismo e fordismo**: a reinvenção da manufatura. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro 26(4) 31-34. Out/Dez 1986.

MOTA, Nelson (2010). **A Arquitetura do Quotidiano**. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuguesa no Final do Século XIX. Coimbra: Edarq.

MOTTA, Fernando C. Prestes. (1982). **Participação e co-gestão**: novas formas de administração. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, Fernando C. Prestes; et al. (1987). **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

MOTTA, Eugênia de Souza Guimarães. (2010). **Trajetórias e Transformações no mundo da economia solidária**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ.

MUMFORD, Lewis. (1998 [1961]). **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. pp. 307-342.

Ministério do Trabalho e Emprego. (2013). Edital De Chamada Pública Senaes/Mte N.º 01/2012 Rede Nacional De Centros De Formação E Apoio A Assessoria Técnica Em Economia Solidária – Rede Cfes. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A38CF493C01395A48F15C462A/Chamada%20Pública%20Edital%20Rede%20CFES%202012.pdf>> Acesso em: mar 2013.

Ministério de Cidades e Ministério do Meio Ambiente. (2008). Elementos para a organização da coleta seletiva e projeto dos galpões de triagem. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/\\_arquivos/manual\\_coleta\\_seletiva\\_correto\\_46.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manual_coleta_seletiva_correto_46.pdf)>. Acesso em fev 2011.

NEUFERT, Ernest. (1998 [1936]). **A Arte de projetar em Arquitetura**. 13. ed. São Paulo. Editora Gustavo Gili do Brasil.

NOGUEIRA, Priscilla Silva. (2010). **Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: a experiência dos Arquitetos da Família**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NOIVAS DO CORDEIRO. (2008). Direção: Alfredo Alves. Rio de Janeiro: GNT. (2h 42min). Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/tvmda/videos-view?video\\_id=12022899](http://portal.mda.gov.br/portal/tvmda/videos-view?video_id=12022899)>. Acesso em: jun 2013.

NOVAES, Henrique T. e DIAS, Rafael. (2009). **Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social**. In: DAGNINO, Renato Peixoto (org.). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra Sociedade*. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

NOVAES, Henrique Tahan. (2008). **A Adequação Sociotécnica como insumo para a recuperação dos Institutos Públicos de Pesquisa** – avaliando a relação universidade-fábricas recuperadas no Brasil e Argentina. Campinas, Relatório de doutorado, Projeto Fapesp, 2008.

\_\_\_\_\_ (2010). **O Fetiche da Tecnologia** – a experiência das Fábricas Recuperadas. São Paulo: Expressão Popular- Fapesp, 2010.

\_\_\_\_\_ (2013). **Os 8 pilares do trabalho associado**. *Agência Jovem de Notícias*. Disponível em: <<http://www.agenciajovem.org/wp/?p=17595>>. Acesso em: jan 2013.

NÚÑEZ, Orlando. (1995). **La economía popular asociativa y autogestionaria**. Managua: CIPRES.

OLGIVIE, Sheilagh C.; CERMAN, Markus. 1996 [1994]). (eds.) Proto-industrialization: The First Phase of the Industrialization Process”, **The Journal of Economic History**, 32/1, The Tasks of Economic History, 241-261.

OLGIVIE, Sheilagh. (2002). Guilds, efficiency, and social capital: evidence from german proto-industry. **CESIFO working**. Paper nº. 820. Category 10: empirical and theoretical methods, december 2002.

\_\_\_\_\_ (2007). **Can we rehabilitate the guilds?** A sceptical re-appraisal. Cambridge: University of Cambridge.

OLIVEIRA, Fabiana Goulart de (2010). **Processo de trabalho e produção de vínculos sociais: eficiência e solidariedade na triagem de materiais recicláveis**. Dissertação (mestrado). Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, Francisco de. (1975). **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. São Paulo: Brasiliense, 1975 (Seleções Cebrap, n. 1).

Organização não governamental Favela é isso aí. (2009). A ONG – Organização Não Governamental Favela é Isso Aí é uma associação que surgiu como fruto do Guia Cultural de Vilas e Favelas, idealizado pela antropóloga Clarice Libânio e publicado em agosto de 2004. **Vila Apolônia**. Disponível em: <[http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades\\_mostra.php?cod=14](http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=14)>. Acesso em: out 2013.

PAGANO, Celeste. (2013). **DIY Urbanism: Property and Process in Grassroots City Building** (2013). *Marquette Law Review*, Vol. 97, 2014, Forthcoming. Disponível em SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=2289551>>. Acesso em: nov 2013.

PENN, Alan; MARTINEZ, Maximo; LEMLIJ, Maia. (2007). Structure, agency and space in the emergence of organisational culture. Proceedings, **6th International Space Syntax Symposium**, İstanbul.

PEVSNER, Nikolaus. (2001 [1968]). **Origens da Arquitetura Moderna e do Design**. Martins Fontes, São Paulo.

PIGNON, D.; QUERZOLA, J. (1996 [1972]). Democracia e autoritarismo na produção. Divisão do Trabalho, Hierarquia e Luta de Classes. In: MARGLIN, S. *et al.* **Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista**. Porto, Publicações Escorpião.

PNDU. (2013). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH). Acesso em: out 2013.

POLANYI, Karl. (2000 [1944]). **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 349 p. Título original: *The Great Transformation*.

PRONINC. (2011). **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários** – PRONINC. Recife: IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano.

PRUIJT, H. (2004). “**Okupar en Europa**”, in: Miguel Martínez Lopez and Ramón Adell (eds) ¿Dónde están las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales, Madrid, La Catarata, 35-60.

PUDENZI, Ana Gabriela; BENSADON, Ligia. (2010). Comércio justo e solidário. In: **Caderno de Qualificação Profissional em Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Livres**. São Paulo: NESOLUSP/GNUSP. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1291&Itemid=2](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1291&Itemid=2)>. Acesso em: abr 2012.

QUINTÃO, Luiz F.; KAPP, Silke. (2012). Bairrocastelo.org. **Piseagrama**, v. 4, p. 30-31.

RAZETO, Luis. (1993a). Debate com Comunicando acerca de la llamada “economía popular”. In: **Comunicando**. Boletín de Informaciones Inter-organizaciones. n. 24. Paris: Cedal, novembro 1993a. p. 31-41.

\_\_\_\_\_ (2005 [1993b]). “Economia de solidariedade e organização popular”. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993b. p. 34-58.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). (2008). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural: Garimpo de Soluções.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. (1996). **Associativismo e participação popular: tendências da organização popular no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro; Observatório.



RODRIGUEZ, César. (2005 [2002]). À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 327-368.

ROLNIK, Raquel. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. **Blog da Raquel Rolnik**. Disponível em: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em: mar 2013.

RYBCZYNSKY, Witold (1987). **Home: A short history of an idea**. Nova Iorque: Penguin Books.

SADLER, Simon. **Archigram: architecture without architecture**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2005.

SAH. Society of architectural historians. **Highland Park Plant of the Ford Motor Company**. Disponível em: <<http://sah-archipedia.org/buildings/MI-01-WN126>>. Acesso em: fev 2014.

SAILER, K.; PENN, A. (2009). Spatiality and Transpatiality in Workplace Environments. In D. Koch, L. Marcus, & J. Steen (eds.). **Proceedings of the 7th International Space Syntax Symposium** (p. 95:1- 95:11). Stockholm: KTH.

SALERNO, Mário Sérgio. (1999). **Projeto de organizações integradas e flexíveis**. São Paulo: Atlas. Cap. 5.

SANOFF, Henry. (2006). Multiple views of participatory design. **METU JFA – Journal of the Faculty Of Architecture**. 2006/2 (23:2) 131-143.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. (1981). **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. (2005). O esquecimento de Neufert. In: **Anais do II Seminário Arquitetura e Conceito**. Belo Horizonte: NPGAU-EAUFMG. (pdf)

SCHIOCHET, Valmor. (2012). Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. (2012). In: BENINI, Édi A. *et al.* (orgs). (2011). **Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. (Volume II)

SCHÖN, Donald A. (1983). **The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action**. New York, N Y: Basic Books Inc.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. (1979 [1973]). **O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SENNETT, Richard. (1988 [1974]). **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras.

SINGER, Paul. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. estado**. [online]. 2001, vol.16, n.1-2, p. 100-112. ISSN 0102-6992.

\_\_\_\_\_ (2002a). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_ (2002b). **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

\_\_\_\_\_ (2012). **Um mundo sem padrões**. São Paulo, TV Cultura, 23 abr. 2012. Entrevista ao Programa Roda Viva.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.). (1980). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes.

SOJA, Edward W. (1996). **Thirdspace**. Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places. Malden/Oxford: Blackwell Publishing.

SOJA, Edward W. (2008 [1989]). **Postmetrópolis: estudos críticos sobre las ciudades y las regions**. Madri: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, Luciano Comper de (2007). **Associações**. Vitória: Sebrae

SOUZA, Jessé (Coord.). (2009). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, Jessé (Coord.). (2010). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (2010 [2001]). **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ (2006). Together with the state, despite the state, against the state – social movements as 'critical urban planning' agents. **City**, Vol. 10, No. 3, Dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_ (2008). **O que pode a economia popular urbana?** Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro. Texto produzido e oferecido pelo autor para em uma reunião de discussão para criação e manutenção de cooperativas populares nas ocupações do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Reunião realizada em 25 de maio de 2008 na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

\_\_\_\_\_ (2012). Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?. **Lastro**, UFSC, 2012. (originalmente publicado em jornal Passa Palavra em 27 de abril de 2012).

\_\_\_\_\_ (2013). **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. (2004). **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP.

SPATIAL AGENCY. (2013). Agência espacial é um projeto que apresenta uma nova maneira de olhar como edifícios e espaço podem ser produzidos. Afastando-se da arquitetura tradicional, Agência Espacial propõe um campo de oportunidades em que arquitetos e não-arquitetos podem operar muito mais amplamente. Ela sugere outras maneiras de fazer arquitetura. Disponível em: <<http://www.spatialagency.net>>. Acesso em: maio 2012.

SPACE SYNTAX (2013). A empresa Space Syntax fornece serviços de consultoria, para os setores de planejamento, desenho urbano e de edifícios, transporte, empreendimentos imobiliários e estratégias de mercado. Disponível em: <<http://www.spacesyntax.com>>. Acesso em: set 2013.

SWYNGEDOUW, Erik. (2012 [2007]). A cidade pós-política. **E-metropolis**. n. 8. Ano 3. Março de 2012. p. 52-61.

TAFURI, Manfredo. (1985 [1973]). **Projecto e utopia**. Lisboa: Editorial Presença.

TAYLOR, Frederick Winslow. (1970 [1911]). **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas.

TELLES, Vera da Silva. (1987). Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER- WARREN Ilse.; KRISCHKE Paulo José. (orgs.) **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense.

TEIGE, Karel. (2002 [1932]). **The minimum dwelling**. Translated and with an introduction by Eric Dluhosch. Massachusetts: MIT Press.

THOMPSON, Edward Palmer. (1998 [1967]). “Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial”. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILL, Jeremy; AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana (2011). **Spatial Agency**. London: Routledge.

TILL, Jeremy; SCHNEIDER, Tatjana (2007). **Flexible Housing**. Oxford: Architectural Press.

TILL, Jeremy; SCHNEIDER, Tatjana (2009). **Agency in Architecture**: reframing criticality in Theory and Practice, Spring 2009, p. 97-111.

TILLY, Louise A.; SCOTT, Joan W. **Womem, work, and family**. (1987 [ 1978]). New York: Holt, Rinehart and Winston. Parte 1

TIRIBA, Lia. (2001). **Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Editora da Unijuí.

TIRIBA, Lia. (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva** – Revista do Centro de Ciências da Educação. n. 27. V. 26, n. 1. jan / jun. Florianópolis: UFSC, 2008. pp 69-94.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. (2009). Saberes do trabalho associado. In CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Ináco e HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298.

TRAGTENBERG, Maurício. (1981). **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_ (1987). Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In VENOSA, Roberto (org.). **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural.

TURNER, John. (1976). **Housing by People**: towards autonomy in building environments. London: Marion Boyers, 1976.

USINA. (2011). A comuna urbana. **Piseagrama**, v.4, p.19-22, 2011.

VARELLA, Cinthia Versiani Scott. (2011). **Revirando o lixo**: possibilidades e limites da reciclagem como alternativa de tratamento dos resíduos sólidos. Dissertação (mestrado). Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais.

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. (2007). **O fracasso da utilidade**. Notas sobre o funcionalismo na arquitetura moderna. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 089.06, Vitruvius, out. 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.089/201>>.

VENTURINI, F.; VERLINGHIERI, E. (2013). **Scarcity, Post-Scarcity and Local Community**: L'Aquila as a Case Study. Presented at PhD conference SCIBE "Within the limits of scarcity: Rethinking Space, City and Practices", 27 February – 1 March 2013, London.

VIANA, Nildo. (2007). Democracia e Autogestão. **Achegas** – Revista de Ciência Política, n. 37, 2007.

VIEIRA, João Luiz. (2004). Vanguarda revolucionária: Eisenstein, Vertov e o construtivismo cinematográfico. **Recine** – Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo. Ano 1. n. 1. Arquivo Nacional. Set 2004.

VIEITIZ, C.; DAL RI, N. (2001). **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de auto-gestão. Rio de Janeiro: DPFA Editora.

VILELLA, Bruno (2010). in **Caderno de Qualificação Profissional em Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Livres**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1291&Itemid=2](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1291&Itemid=2)>. Acesso em: abr 2012.

WEBER, Max. (2001 [1904-5]) **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001. 238 p. Versão inglesa de Talcott Parsons. Original alemão.

WILLIAMS, Aneuri. (1908). **Twenty-eight years of co-partnership at Guise**. Being the second edition of "Twenty years of co-partnership at Guise. Translated from the french of Madame Dallet, M. Fabre and M. and Madame Prudhommeaux. London: Labour Co-partnership Association; Letchworth: Garden City Press Ltda.

WIRTH, Ioli Gewehr. (2010). **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: um caminho para a construção da autogestão?. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação. Campinas/ SP, 2010.

WIRTH, Ioli; FRAGA, Lais; NOVAES, Henrique Tahan. (2011). **Educação, Trabalho e Autogestão**: limites e possibilidades da Economia Solidária. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (Orgs.) Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6/Praxis.

WIRTH, Ioli; FRAGA, Lais. (2012). Tensões tecnológicas na cadeia produtiva da reciclagem: o interesse do capital e a proposta dos catadores. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L.. **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 311-332.

WULZ F. The concept of participation. (1990). In. Sannof, H. **Participatory design**: theorie and techniques. Raleigh: Bookmasters.

ZARIFIAN, Philippe. (1996). Produtividade e novo modelo de organização. In: **Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial**. (J.A.S. Fortes; R. M. S. de M. Soares, orgs.), p. 21-44, Brasília: UNB.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane. (2010). A divisão social do trabalho e as transformações da arte e da técnica na produção arquitetônica. **Arquitextos**. São Paulo, ano 11, n. 123.04, Vitruvius, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.123/3519>>. Acesso em: maio 2011.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane e outros. (2011). **Requalificação do Refeitório da Área de Formação e Experimentação em Agroecologia (AEFA)**: elaboração de Manuais de Instrução. Relatório de atividade de extensão – Escola de Design, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane; MOURA, Letícia Campos de. (2012). **Produção do Espaço de Economia solidária** – estudo de caso de associações comunitárias. Relatório de pesquisa – Iniciação Científica – Escola de Design, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane; SOARES, Talita Marques. (2012). **Produção do Espaço de Economia solidária** – estudo de caso de associação de triagem de RSU. Relatório de pesquisa – Iniciação Científica – Escola de Design, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ZIZEK, Slavoj. (2012). O violento silêncio de um recomeço. In.: **Ocuppy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. David Harvey et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

## APÊNDICE A – Grupos de pesquisa sobre o trabalho associado que abordam direta ou indiretamente o espaço em suas pesquisas

TERMO DE BUSCA	GRUPO DE PESQUISA <sup>43</sup> / ÁREA / INSTITUIÇÃO	LINHAS DE PESQUISA <sup>44</sup>	PALAVRAS-CHAVE	OBJETIVOS
ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais  <b>Geografia</b>  UEFS	<b>Território, Desenvolvimento e Movimentos Sociais;</b> Políticas públicas, ação do Estado e territorialidade	Economia Solidária, Associativismo, Cooperativismo, Políticas Públicas	A primeira linha de pesquisa deverá trazer à luz uma análise das cooperativas e associações, com destaque para os principais problemas, anseios e perspectivas daqueles que estão envolvidos nos processos associativistas e cooperativistas. Já a segunda deve levar a equipe da pesquisa a desenvolver, e deixar a disposição das associações e cooperativas, mecanismos de apoio à ação, seja do ponto de vista administrativo, de auxílio à elaboração de projetos, seja no acompanhamento de ações existentes, através da criação de um Centro de Pesquisa e Apoio  <a href="http://www.uefs.br/geomov/index.html">http://www.uefs.br/geomov/index.html</a>
	Movimentos Sociais e Espaço Urbano  <b>Geografia</b>  UFPE	<b>Espaço e cidadania;</b> Políticas públicas e produção do espaço; Revitalização urbana e inclusão social; Serviços, trabalho e espaço urbano.	-	As pesquisas desenvolvidas têm como foco principal o estudo do papel dos movimentos sociais no processo de construção de territórios de vida garantidores do exercício da cidadania, vislumbrando uma lógica diferente de produção de espaços que não valorize apenas os interesses do mercado, mas, sobretudo, a garantia da qualidade de vida e justiça sócio-espacial  <a href="http://www.ufpe.br/dcg/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=283&amp;Itemid=230">http://www.ufpe.br/dcg/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=283&amp;Itemid=230</a>
CATAÇÃO / TRIAGEM	Design, História, Crítica e Sociedade  <b>Desenho Industrial</b>  USP	Design e Sustentabilidade de <b>Design Social</b> Teoria, história e crítica do design	Cultura social do produto; Design e catadores de materiais recicláveis; Design e exclusão sócio espacial; Design social; Reutilização de Materiais; Reutilização de produtos;	Esta linha de pesquisa realiza trabalhos na área do design voltado ao atendimento de necessidades de populações carentes. Trata-se de uma nova fronteira de ação para o design, que requer um aprofundamento na reflexão sobre as ações do design na interface com outras áreas de conhecimento, ampliando o papel da intervenção do designer. Principais temas estudados: 1) cultura social do produto; 2) reutilização de produtos e materiais descartáveis e moradores de rua; 3) reutilização de embalagens.
	Galpões de Triagem: arquitetura, design e educação  <b>Arquitetura e Urbanismo</b>  UFRGS	Arquitetura e inclusão social Arquiteturas do Abandono Design e Sociedade Ecodesign Habitabilidade da edificação e da urbanização Habitações de comunidades sustentáveis Infraestrutura e o planejamento urbano ambiental Saúde Coletiva Tipologias arquitetônicas	Arquitetura; colagem; exclusão social; galpões de triagem; Habitação popular; Viadutos	O grupo de pesquisa "Galpões de triagem: arquitetura, design e educação" aglutina várias áreas do conhecimento que atuam diretamente com catadores e trabalhadores dos galpões de triagem no Brasil, particularmente em Porto Alegre. A missão do grupo é melhorar as condições desses grupos de catadores de lixo, proporcionando não só ganhos em sua produtividade, mas também outros ganhos diretamente ligados a educação, saúde e melhoria das condições de habitabilidade.

<sup>43</sup> Seleção de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório CAPES que contemplam o artesanato e a catação como temas de suas linhas de pesquisas.

<sup>44</sup> As linhas de pesquisa em negrito são as que mais se aproximam do contexto de análise dos grupos de trabalho associado estudados na tese.

	<p>GEGEOTUR – Grupo de Estudos e Pesquisa do Relevo, Ambiente, Sociedade e Turismo</p> <p><b>Geografia</b></p> <p>UFMT</p>	Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário; coleta e disposição final de resíduos sólidos; coleta seletiva; cooperativa e associação de catadores; Lei 12305/2010; resíduos sólidos	-
ARTESANATO	<p>Arquitetura Expressionista em Porto Alegre, 1920 –50</p> <p><b>Arquitetura e Urbanismo</b></p> <p>UFRGS</p>	<b>Arquitetura e Inclusão Social</b>	Artesanato e design; economia solidaria; Galpões de Triagem de Resíduos Sólidos; habitação de baixo custo; inclusão social; Reciclagem;	Estudar e propor soluções para a arquitetura dos excluídos sociais. A linha abarca um amplo espectro e pretende-se transdisciplinar e multidisciplinar, envolvendo áreas como comunicação, administração, educação e engenharia. Somando-se entidades e instituições externas como ONG's , Federações, Movimentos, Associações, Centros Sociais de bairro, Prefeituras...Essa linha articula projetos de pesquisa e projetos de extensão. Público Alvo: moradores de rua, catadores, associações de bairro.
	<p>CARISMA – Caracterização de Aglomeração Produtiva, Inovação e Empreendedorismo</p> <p><b>Planejamento Urbano e Regional</b></p> <p>UFRPE</p>	<b>Cadeia Produtiva e estratégias de desenvolvimento Desenvolvimento Urbano</b> Economia da Inovação Economia Regional e Urbana Sociologia do Desenvolvimento	Artesanato; Diversificação da produção; Organização de APL; Produção do Biodiesel A relação de Inovação com o meio ambiente; Inovação de processo, de Produto e de Gestão; Inovação tecnológica	A pesquisa discute a expansão da cadeia produtiva da produção do biodiesel e do artesanato em municípios do Agreste de Pernambuco.  Discutir a questão de viabilidade econômica da implementação da inovação. A transformação da criação científica e criação da mercadoria e da competição. A inovação no contexto dos conflitos, entre lucros, produtividade e preservação do meio ambiente.
	<p>Cultura e Design em Produtos Amazônicos – CULDE</p> <p><b>Desenho Industrial</b></p> <p>UEPA</p>	Design, Arte e Artesanato Design, Criação e Novas Mídias <b>Design Estratégico aplicado à Economia Criativa</b> Linguagens do Design, fundamentos, métodos e processos	Artesanato; Cultura material e imaterial; Hibridismo; Interculturalidade; Novas tecnologias; Gestão	Objetiva-se explorar aspectos materiais e da visualidade amazônica nas dimensões semióticas, estéticos, educacionais, históricos, sócio-antropológicas, morfológicos valorizando a subjetividade, emoção dos sujeitos e sustentabilidade. A interdisciplinaridade é praticada como fundamento da práxis da Pesquisa em Design.
	<p>Desenvolvimento de Produtos com Materiais Amazônicos</p> <p><b>Desenho Industrial</b></p> <p>UEPA</p>	Atividade artesanal e conhecimentos tradicionais no desenvolvimento de produtos Caracterização de matérias-primas vegetais Eco-Design e Tecnologia de reciclagem de Resíduos Sólidos_ madeira e plástico, no Desenvolvimento de Produtos Seleção de materiais para o desenvolvimento de produtos Utilização sustentável de matérias-primas vegetais	Design e artesanato; Identidade cultural; Tecnologia vernacular;	As necessidades do mercado de se buscar materiais alternativos para a manufatura de produtos industriais, tornou-se oportunidade para a comunidade científica amazônica. A Amazônia com sua rica biodiversidade nos oferece inúmeros materiais naturais e que têm grande potencial para serem utilizados pelos designers nos projetos de produtos industriais. É preciso, então, pesquisar para conhecer estes materiais e em que contexto eles podem entrar numa produção em escala, respeitando o meio ambiente e assumindo a responsabilidade do desenvolvimento sustentável. Para as comunidades que participam deste contexto, através da coleta, beneficiamento e processamento dos recursos naturais da biodiversidade, a inserção dos conceitos de design pode levar à diversificação da produção artesanal, com consequente geração de renda e melhoria da qualidade de vida.
	<p>Design, Tecnologia e Cultura</p>	Design e Cultura Material <b>Design e Sustentabilidade</b>	Design estratégico; Design social; Ergonomia;	Investigar a relação entre design, organizações e sustentabilidade. O enfoque do trabalho está direcionado a melhoria das práticas, processos e produtos sob a ótica do desenvolvimento

	<b>Desenho Industrial</b> UFPE		Gestão; Qualidade e produtividade; Responsabilidade sócio-ambiental;	sustentado.
	Grupo de Design e Desenvolvimento Sustentável  <b>Desenho Industrial</b> UFCG	Desenho Industrial e Desenvolvimento Sustentável Desenho Industrial e inovação técnica em micro e pequenas empresas Desenho Industrial, Economia e Artesanato	Desenho industrial, Tecnologia apropriada, Economia da tecnologia; Inovação técnica; Micro e pequenas empresas	O objetivo do grupo é desenvolver ações integradas para geração de tecnologias apropriadas que possam ser utilizadas por micro e pequenas unidades de produção nas áreas urbana e rural.



## APÊNDICE B – Quadro de visitas de pesquisa de campo em 2012/2013

	DATA	ENTREVISTADO(A)S
<b>Coletivo Triadoras de Resíduos Sólidos Urbanos</b>		
VISITAS	07/07/2012	Neide – Presidente da Associação de Triadores de RSS desde sua inauguração
	28/07/2012	Mariscélia – Membro desde sua inauguração, responsável pela pesagem
	28/07/2012	D. Celina – Membro desde sua inauguração, triadora
	11/08/2012	Marta – Membro desde 2008, triadora, ex-catadora de rua, ex-trabalhadora de casa de família
	11/08/2012	Sr. Pedro – Membro desde 2010, triador, ex-trabalhador da construção civil Eva – Membro desde 2007, triadora D. Maria – Membro desde 2010, triadora
	13/08/2012	Terezinha – Membro desde 2004, triadora, ex-mineradora, ex-catadora de rua
	15/08/2012	Sueli – Membro desde 2008, triadora mais produtiva
	20/08/2012	Oswaldo – Gerente Regional de Limpeza Urbana na Pampulha
	20/08/2012	Jamir – Gerente de Serviços Complementares de Varrição na Pampulha
	29/08/2012	Tininha – Chefe de Gabinete de Secretaria Adjunto de Políticas Sociais
	21/09/2012	Neide – Presidente Mariscélia – Membro desde 2004, responsável pela pesagem D. Celina – Membro desde 2007, triadora
	21/12/2012	Neide – Presidente
	<b>Coletivo Artesãos</b>	
VISITAS	03/10/2012	Ari – Presidente do Grupo desde sua inauguração Elias – Membro do Grupo
	05/10/2012	Ari – Presidente do Grupo desde sua inauguração
	10/10/2012	Ari – Presidente do Grupo desde sua inauguração
	19/10/2012	Vanda – Membro do Grupo e Esposa do Presidente Ari – Presidente
	10/12/2012	Ari – Presidente
<b>Coletivo Bordadeiras</b>		
VISITAS	29/05/2013	Reci, Maria de Fátima, Karine, Dara, Dona Maria, Rosely, Maria Marlene, Nilda, Zenólia, Elizabeth, Luciano e Maria Dalva
	11/06/2013	Sandrinha e Nilda
	08/10/2013	Dona Maria
<b>Coletivo Costureiras</b>		
VISITAS	04/06/2013	Élida, Rosalee e Aroldi (lideranças da comunidade)
	25/06/2013	Élida, Edilene e Rosalee Dora, Wilma, Simone, Vânia e Lica (costureiras)
	19/09/2013	Élida, Rosalee e Aroldi Dora, Wilma, Simone, Vânia e Lica (costureiras)

## APÊNDICE C – Roteiro de entrevista e observação

- ENTREVISTA (PERGUNTA EXMANENT – pergunta *imane*nt)
- OBSERVAÇÃO (levantamento métrico e fotográfico)
- Objetivo de cada pergunta

### 1 HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO

#### COMO SURTIU A ASSOCIAÇÃO? COMO SURTIU A IDÉIA DA FÁBRICA?

Como as pessoas se associaram?

Quais os motivos que levaram as pessoas a se associarem?

Quem são as pessoas que se associaram?

Sexo, idade, origem, local da atual moradia.

(Entender se houve algum tipo de apoio para formação da associação ou se foi uma formação espontânea, qual a necessidade que gerou a formação, identificar o motivo de desfiliação do grupo de origem e se pertencem à ralé brasileira ou aos trabalhadores)

### 2 PRODUÇÃO

#### O QUE O GRUPO PRODUZ?

Como o produto / serviço insere-se na cadeia produtiva?

Qual a relação do grupo com outros fornecedores da cadeia produtiva?

Existe algum contrato, verbalizado ou não.

É uma relação de permuta, troca de favores, remunerada (dinheiro ou não).

(Entender a posição social do grupo na divisão social do trabalho na sociedade / região onde está inserido. Constitui-se uma profissão ou uma prestação de serviço?)

### 3 RELAÇÕES SOCIAIS

#### QUAIS AS RELAÇÕES SOCIAIS INTERNAS AO GRUPO?

Mesma posição social, grau de parentesco, mesma formação profissional.

Há outras relações no local de trabalho?

Explicitar outras formas de apropriação do espaço além do trabalho, como eventos da vida doméstica como dormir, receber os filhos que chegam da escola, etc...

Há troca de favores, permutas, remunerações (em dinheiro ou não).

#### QUAL A RELAÇÃO SOCIAL DO GRUPO COM A COMUNIDADE EXTERNA?

Que entidades, pessoas, relacionam com o grupo?

Há troca de favores, permutas, remunerações (em dinheiro ou não).

(Entender a posição social do grupo na divisão social do trabalho na região onde está inserido. Entender se há uma separação da vida doméstica das atividades do trabalho.)

#### 4 TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O QUE CADA UM REALIZA?

Há uma divisão de tarefas?

Qual o motivo para realizar a tarefa? Há uma habilidade em especial?

Qual o critério para a divisão de tarefas entre os membros do grupo?

Que recursos são empregados para realização da atividade de trabalho?

Ferramenta, maquinário, disposição no espaço, etc.

O que define a produtividade?

Tempo, ritmo

Experiência anterior, habilidade

Um outro critério de reprodução tipo quantidade de pessoas para se alimentar

Os critérios são de conhecimento do grupo? Há negociação?

O que define a qualidade da produção?

O que é considerado produto / serviço "mal feito"?

Os critérios são de conhecimento do grupo? Há negociação?

Qual a relação entre a atividade de produção (trabalho) e a atividade de reprodução (vida doméstica)?

Como os membros do grupo se organizam para desempenhar estas atividades?

Como o trabalho se organiza?

Há liderança ou comando? Quem assume essa função e por que?

Cada pessoa sabe "naturalmente" o que fazer? As pessoas ensinam umas às outras o que fazer? Como é esse processo (explícito e verbal, com perguntas e explicações, ou mais por imitação, etc.)? As pessoas discutem o que estão fazendo ou conversam sobre outras coisas enquanto trabalham? Pessoas de fora dão "palpite" no que está sendo feito? Conflitos são perceptíveis? Quais?

(Entender se há negociação na organização do trabalho ou se eles reproduzem algum modelo de organização heterônomo dominante.)

#### 5 LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO

Desenhos esquemáticos, fotos, legendas, pequenos textos, para caracterizar o local de edificação construída do objeto do levantamento. Esta informação deve de preferência abranger uma explicação mais geral do contexto (cidade, bairro, vila, etc.) e depois incluir a explicitação do local específico (terreno e/ou edificação

existente). É bom indicar informações sobre clima, regime de chuvas, acessos (pedestre e veículos), existência de rede elétrica, água, esgoto, drenagem, etc.

## 6 ESPAÇO

O que é o espaço? Uma casa, oficina, galpão...

Desenhos esquemáticos, fotos, legendas, pequenos textos, para evidenciar a arquitetura do objeto do levantamento, incluindo características de espaço interno e relações com o entorno.

Identifique a infra-estrutura mínima necessária para a atividade funcionar, como por exemplo:

- entrada de matéria-prima
- área coberta
- área coberta e fechada
- pátio descoberto
- saída de produto acabado

Como o espaço está sendo usado?

Disposição das áreas de trabalho

O que o grupo considera especialmente positivo ou negativo em relação ao resultado da construção? Há coisas que teriam feito diferente se tivessem tido mais noção do resultado? O que chama a atenção do pesquisador positiva ou negativamente?

## 7 PRODUÇÃO DO ESPAÇO

COMO OS GRUPOS PRODUZIRAM OS ESPAÇOS DE TRABALHO?

Que recursos foram disponibilizados nesta produção?

Como foi o processo decisório de produção do espaço?

Quais foram os critérios de decisão para a produção do espaço?

Como as decisões foram tomadas pelo coletivo?

Existiu uma liderança na tomada de decisões?

Houve algum compartilhamento destas decisões?

Quais as relações de propriedade do terreno ou local e como se conseguiu a posse ou concessão de uso (formal ou informal)?

(Entender se há negociação na produção do espaço ou se eles reproduzem algum modelo de organização heterônomo dominante.)

## 8 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Como os grupos organizam os espaços de trabalho?

Que recursos foram disponibilizados na organização?

Como foi o processo decisório?

Quais foram os critérios de decisão?

Como as decisões foram tomadas pelo coletivo?

Existiu uma liderança na tomada de decisões?

Houve algum compartilhamento destas decisões?

(Entender se há negociação na organização do trabalho ou se eles reproduzem algum modelo de organização heterônomo dominante.)

## APÊNDICE D – Compêndio de mobilizações sociais urbanas

Uma vertente de estudos sobre as organizações sociais constitui-se a partir da dimensão político-cultural, em que os movimentos de contestação jovem da década de 60 e 70 são os principais objetos de análise, como a esquerda *hippie* norte-americana e os manifestantes do Maio de 1968 francês. Destaco o texto do artista e escritor Matteo Guarnaccia (2001) sobre o Levante Provos, que ocorreu em Amsterdam. Embora menos conhecida pelo senso comum, a provocação é pioneira no desenvolvimento da contracultura. O grupo Provos foi formado em meados dos anos 60 por mais de vinte estudantes contestadores do estilo de vida da sociedade consumista e que ganharam a simpatia da população. Em anos anteriores, Amsterdam já apresentava uma tradição de resistência de poder expressa por revoltas de trabalhadores, além de a cidade ser sede de congresso anarquista e anti-fascismo e anti-nazismo, bem como de movimentos artísticos que questionavam o estilo de vida imposto pelo modo de produção e consumo de massa padronizado. O levante Provos emprega os recursos de ocupação artística e temporária do espaço público – os *happenings*, e a panfletagem de campanhas antiautomóveis e antipublicitárias. A intenção é que suas ideias pudessem se aproximar do cotidiano dos cidadãos de Amsterdam e, assim, provocar uma autoconsciência libertária.

Em consonância com o caráter efêmero e das práticas anticulturais, o historiador, escritor, poeta e teórico libertário norte-americano Hakim Bey (2011 [1990]), cujo pseudônimo é Peter Lamborn Wilson, desenvolveu o conceito de Zonas Autônomas Temporárias (TAZ), a partir de seus estudos sobre as táticas empregadas pelos piratas e corsários do século XVIII para manter suas atividades de saques e pilhagens fora do controle da lei. Desiludido com os processos revolucionários da década de 60, que, segundo ele, permanecem no tempo e no espaço à custa do retorno do Estado; Bey propôs a invisibilidade e a invulnerabilidade de levantes, guerrilhas, insurreições e rebeliões, que atacam as estruturas de controle do Estado, justamente por ocupar temporariamente e clandestinamente determinado espaço e realizar seus propósitos festivos. Por serem “extraordinários”, “momentos de intensidade”, “experiência de pico” os levantes seriam capazes de provocar mudanças políticas, no sentido de conferir um novo sentido à banalização da vida cotidiana. As ações políticas nas TAZs são concebidas como táticas de resistência que não confrontam o Estado diretamente, mas esvaziam o poder deste, ao cultivar a liberdade de expressão sem qualquer tipo de repressão e controle de autoridade. Apesar da alta capacidade de produção do espaço, a TAZ nega qualquer instância de poder que possa conceder-lhe direitos, conforme sua tradição anarquista.

Os movimentos político-culturais não adotam unicamente estratégias temporárias, como também estratégias de permanência no espaço. É o caso do *hip hop* e *squatting*. O *hip hop* tem seu contexto de origem na história de luta por direitos civis e políticos por parte dos negros americanos nos anos 60 (Souza; Rodrigues, 2004), mas atualmente se disseminou em guetos e favelas em outras regiões do mundo, como no Brasil. Caracteriza-se pela estreita relação com o lugar, espaços pobres e segregados, e pela criação cultural e artística como modo de fazer variadas formas de política. “As formas de expressão do *hip hop* – o *rap*, o grafite e o *break* – são construções artísticas que expressam um significativo e contundente conteúdo de crítica social, apontando por vezes na direção da instituição de outras relações sociais e de poder”(Souza; Rodrigues, 2004, 102).

A grande contribuição dessa vertente de análise é indicar que alguns movimentos político-culturais rompem com a artificial divisão da vida social, a qual concebe esferas separadas de cultura, economia, política, estética etc (Souza; Rodrigues, 2004). A concepção da vida em sua totalidade é bem representativa de outra mobilização social que se iniciou na década de 60, no contexto dos movimentos de contracultura na Europa, como o movimento *hippie* e *punk*. Embora a crise da habitação no período pós segunda guerra mundial fosse o principal evento mobilizador do movimento *squatting* (ou *okupas*, como é conhecido na Espanha e nos países da América Latina), a ocupação de edifícios abandonados contempla não somente a provisão de moradia, mas a implantação de atividades culturais, sociais e econômicas, inclusive atividades que promovessem melhor relacionamento dos recém chegados *squatters* com a vizinhança. Além da ocupação e da autogestão do espaço, as práticas políticas de resistência do movimento desencadearam o desenvolvimento de forte organização social. Dentre eles, a elaboração de eventos no entorno do local para impedir a aproximação da polícia, a elaboração de manual com instruções de táticas de ocupação, a fundação em 1974 da organização *Advisory Service for Squatters* (ASS) com o intuito de prestar assistência aos *squatters* ameaçados com ordem de despejo diante de pedidos de reintegração de posse dos proprietários dos imóveis vazios (Pruijt, 2004). Por fim, Ben Frank (2007 [2000]) destaca que, além da simples ação direta de ocupar, as ações políticas do *squatting* questionavam de forma mais ampla as bases do sistema capitalista de produção, como a propriedade privada e a distribuição capitalista do espaço, nesse último caso, o autor refere-se aos processos de luta entre classes sociais por localização no espaço.

Outra vertente de estudos sobre as lutas urbanas aparece, na literatura de cunho sociológico europeu, a partir do papel que os ativismos de bairro exerceram na produção do espaço das cidades nos anos 60 e 70, os quais atuam em duas frentes: ao resistir às desapropriações promovidas pelo Estado e ao pressioná-lo, solicitando melhorias de

serviços e equipamentos urbanos para o bairro. O sociólogo espanhol Manuel Castells foi pioneiro em reconhecer a ação política das classes trabalhadoras no espaço urbano, e esse paradigma foi adotado por muitos estudiosos de movimentos populares não somente na Europa, como na América Latina. Castells (1976 [1973]) enfatiza os movimentos de bairro em Paris, Montreal, U.S.A. e Chile como protagonistas dos movimentos populares urbanos e sua capacidade de transformação de políticas públicas através de novas formas de protestos no final dos anos 60. Em outro texto o autor analisa os movimentos de bairro na Espanha e seu papel na tentativa de democratização desse país (Castells, 1974). “*Assim, a verdadeira origem da mudança e da inovação da cidade está nos movimentos sociais urbanos e não nas instituições*. Resta saber se é possível uma mudança social, política e global” (Castells, 1976 [1973], 17; grifos do autor). Porém, apesar do autor revelar as contradições do crescimento urbano capitalista através de mobilização social (Castells, 1972), suas ideias privilegiam o Estado como principal elemento de coesão social.

Ele via a prática dos agentes sociais como homogênea, pressionando por melhorias que somente seriam obtidas quando o Estado transformasse seus canais e criasse outros, específicos, para tratar de tais questões. A lógica é muito linear: pressão popular->mudanças institucionais-> reformas urbanas (Gohn, 2007 [1997], 194).

Ao atribuir ao Estado o papel de conceber novos aparatos institucionais para a obtenção de melhorias urbanas, Castells (1980 [1977]) reduz a ação política dos movimentos de bairro à reivindicação popular de direitos civis, compreendidos como consumo de serviços e equipamentos urbanos ofertados pelo Estado. Tal concepção é equivocada, haja vista que o próprio autor identificou várias práticas sócio-espaciais empregadas pelos ativistas de bairro em Paris, Montreal, U.S.A., Chile (1976 [1973]) e na Espanha (1974) que indicam a capacidade desses movimentos de redefinir a produção heterônoma do espaço, como manifestações, protestos de rua, organização de associações comunitárias, parceria com estudantes, denúncia ideológica dos projetos de renovação urbana, tentativa de negociação coletiva com o organismo responsável, elaboração de petições assinadas pelos moradores, destinação de outros usos, ocupações de imóveis vazios etc. Ou seja, as ações diretas das mobilizações sociais referentes à produção do espaço não são consideradas ações políticas por Castells. O sociólogo evidentemente segue a já citada tradição republicana francesa, em que a ação política é concebida em sua forma institucional (Lojkine, 1981 [1974]).

Face à reestruturação socioeconômica do capitalismo financeiro, os estudos da década de 80/90 no Brasil se voltam à análise de novas mobilizações políticas da classe dos trabalhadores. De certo modo, as tradições francesa e americana a respeito da questão



social permanecem presentes nesses primeiros estudos sobre a desigualdade social no Brasil, pois tais estudos caracterizam-se pela reprodução do paradigma da ação política institucional. O predomínio das perspectivas institucionais determina uma posição secundária das ações diretas coletivas. Assim, no âmbito da sociologia, pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) realizaram uma pesquisa sobre os movimentos populares nos anos 80. Portanto, o foco dos estudos permaneceu nas instituições de organização popular, como sindicatos, comunidades de base, associações de bairro, movimento de mulheres e negros e partidos políticos (Singer; Brant, 1980). No campo da sociologia do trabalho, as ações coletivas institucionalizadas em sindicatos são destacadas com o objetivo de resgatar a história do movimento associativo dos trabalhadores organizados (Cattani, 1991) e vislumbrar um novo sindicalismo (Cattani, 1996; Lojkine, 1999). No âmbito de políticas urbanas, a organização da sociedade civil na região metropolitana do Rio de Janeiro foi tema de um minucioso estudo quantitativo, que se baseou nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNDA), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1988. O foco desse estudo era “a avaliação do grau efetivo de participação sociopolítica da população e a identificação, quantificação, categorização e mapeamento das entidades de sociedade civil” (Ribeiro; Santos Júnior, 1996, 9). Os resultados dessa pesquisa indicaram pequena parcela da população vinculada a algum tipo de organização civil e uma grande segmentação da participação, de acordo com as diferenças de escolaridade, renda e local de moradia. O limite das análises anteriores em relação às lutas urbanas reside em abordar as mobilizações sociais a partir da perspectiva da representatividade dos indivíduos por parte de entidades de organizações civis. Desse modo, considera-se que somente quem pertence a esses grupos realizam algum tipo de prática política.

As mobilizações sociais mais recentes colocam em dúvida a representatividade política e, conseqüentemente, as práticas políticas institucionalizadas. Apesar de conclusões precipitadas, face à atualidade e variedade dos acontecimentos, os protestos protagonizados especialmente pelos jovens questionam veementemente as instituições convencionais de representatividade política. Os movimentos sociais de protestos de 2011, além de indagar a ordem do capitalismo financeirizado, manifestam-se contra as estruturas político partidárias e sindicais vigentes (Carneiro, 2011). As revoluções democráticas em alguns países do norte da África, a reivindicação de educação pública e gratuita no Chile, os Indignados na Espanha, a Primavera Árabe culminam com o movimento *Occupy Wall Street*, a ocupação do setor financeiro da cidade de *Nova York*. Os movimentos de 2011 indicam a necessária urgência de “pensar em como expandir a democracia para além de sua forma política estatal pluripartidária” (Zizek, 2011, 21).

De fato, as também recentes mobilizações sociais denominadas ativismos de base (*grassroots*) expõem as fragilidades das instituições de democracia representativa ao resolverem por elas mesmas urgentes questões urbanas. São os casos, por exemplo, do movimento russo *Do It Yourself* (DIY), do movimento de reconstrução da cidade de Áquila na Itália e do movimento organizado por luta por moradia em Belo Horizonte. Embora os eventos mobilizadores tenham naturezas distintas, tais movimentos são representativos da capacidade de organização popular, apesar do Estado, como diria Marcelo Lopes de Souza (2012). No primeiro caso, o movimento russo DIY, ou também denominado “Delai Sam” (*do it yourself* em russo) surgiu a partir da experiência russa com o *10:10:10 International Day of Climate Action* em 10 de outubro de 2010. O objetivo do evento era mobilizar pessoas de vários países do mundo para agirem em prol da redução das emissões de carbono e promover energia limpa. Ativistas russos, sensibilizados pelo apelo ecológico, decidiram dar continuidade às ideias e idealizaram maratonas “Delai Sam”, onde ecologistas, artistas de rua, urbanistas, sociólogos e amantes de ciclismo se reúnem com o intuito de elaborar soluções para problemas locais, como “a arborização da cidade, e criação de hortas, a introdução da reciclagem de lixo, a arrumação e plantio de pátios, o encorajamento do ciclismo, proteção do patrimônio arquitetônico local; uma campanha contra vazamento nos telhados [...]” (Kargina, 2013).

No caso da cidade italiana Áquila, que sofreu um terremoto no ano de 2009, uma parcela da população se mobilizou a partir da ingerência pelo Estado dos recursos públicos destinados à reconstrução da cidade e de sua vizinhança. Em decorrência da falta de abrigos após o desastre, o governo italiano acabou por implantar uma política permanente de escassez habitacional, além de uma progressiva fragmentação da cidade local ao construir novas cidades completamente desconectadas com a cidade anterior (Venturini; Verlinghieri, 2013). Áreas residenciais foram cercadas e, devido à vigilância policial, os moradores foram impedidos de voltar para suas moradias. Em nome dos traumas sofridos pelos moradores, uma equipe de técnicos, de engenheiros à psiquiatras, foi mobilizada para manter os indivíduos sob controle e impedidos de retomar sua vida diária. Com a ajuda do Estado uma nova segregação sócio-espacial se estabeleceu entre aqueles que residem em hotéis e aqueles que moram em tendas. Graças a essa política permanente de escassez habitacional, a indústria da construção civil é a única beneficiada com os lucros gerados pelo programa oficial de reconstrução (Venturini; Verlinghieri, 2013). No entanto, os excluídos do processo de reconstrução gerido pelo Estado se autoorganizaram em processo paralelo de reconstrução, em virtude do desejo de participarem dos processos decisórios. Através de assembléias, invasão de áreas cercadas, remoção coletiva de ruínas, construção

de novas residências em regime de mutirão, os coletivos de moradores revelaram a capacidade de organização horizontal e de democracia direta na produção do próprio espaço (Venturini; Verlinghieri, 2013).

O terceiro caso, o movimento organizado por luta por moradia em Belo Horizonte originou-se no contexto de parcerias de organizações da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a redução do déficit habitacional. A organização política autônoma Brigadas Populares junto com o Movimento do Sem Teto ocupam de modo organizado terrenos vazios, e que não exercem a função social da terra como previsto no artigo 182 da Constituição Federal de 1998. Tais terrenos são localizados na região metropolitana de Belo Horizonte e, dentre as ocupações Dandara, Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Ocupação Guarani Kaiowá, as mais antigas já apresentam elevados níveis de consolidação, considerando o parcelamento do solo segundo projeto urbanístico, construções em alvenaria e benfeitorias realizadas pela própria comunidade, como horta comunitária, sistema individual de tratamento de esgoto etc. Porém, em ambos os casos, há de se considerar que a participação dos técnicos especialistas são fundamentais para o sucesso das ações dos militantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), em detrimento da frágil capacidade de organização dos pobres urbanos.

O apartidarismo e a organização horizontal e descentralizada também estão presentes nas mais recentes insurgências no Brasil, conhecidas como Jornadas de Junho. A insatisfação popular originou-se no contexto da remodelização espacial das principais capitais brasileiras para receber os grandes eventos da Copa das Confederações e Copa 2014. Esse descontentamento, generalizado com a ingerência dos recursos e espaços públicos pelos gestores estatais e privados, possibilitou que organizações sociais de luta urbana como o Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, e o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC) em Belo Horizonte, ganhassem magnitude com o fervoroso apoio popular. No entanto, os estudos sobre as recentes manifestações tendem a centralizar suas análises exclusivamente na esfera da política. O filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek (2012), inspirado em Marx, acentua que é necessário transformar as relações sociais de produção em todas as esferas da vida:

A chave para a verdadeira liberdade reside também na rede “apolítica” das relações sociais, desde o mercado até a família, em que a mudança necessária, se quisermos uma melhoria efetiva, não é a reforma política, mas a transformação nas relações sociais “apolíticas” de produção (Žižek, 2012, 106).

Por outro lado, outra vertente de análise no Brasil se constitui a partir da experiência cotidiana das classes populares, e ela articula-se notadamente no campo de estudos da habitação. O pioneirismo fica por conta dos trabalhos do arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos que, desde a década de 60, dedicou-se às questões de habitação popular. O relato de histórias de resistência por parte dos moradores à remoção de favelas pelo Estado ou de reivindicações por melhorias urbanas revelou a dimensão da capacidade de organização de pobres urbanos. Mas diferente da concepção da tradição francesa republicana de Castells, os estudos de Santos (1981) sobre o fenômeno movimentos sociais urbanos prezam por sua análise da política a nível local. Ao desprezar as análises das macroestruturas, a vertente das práticas políticas populares reconhece suas potencialidades, mas também seus limites.

Com o que sei agora, admito a importância dos movimentos sociais urbanos como atualizadores de determinadas formas de luta urbana que, de outra maneira, seriam impossíveis de vir à tona. Isso quer dizer que os aceito como estratégia paliativa ou iniciadora, mas acho que depositar neles muitas esperanças de mudança social equivale a acreditar em milagres (Santos, 1981, 240).

Os limites são expressos através do impasse, comum aos estudos de caso vivenciados por Santos (1981), referente à obtenção de coesão social através da reconciliação entre as partes; no caso, associações de bairro e o Estado, quando esse último aceita as reivindicações. O Estado, como instância legitimadora por excelência, no sentido de ser o responsável por reconhecer a validade de uma demanda popular (Santos, 1981), esvazia o movimento social urbano de ação política. Mas reconhecer a validade de uma demanda popular é bem diferente de conceder direitos, este sim um caminho que conduz à produção autônoma do espaço.

Em anos mais recentes, Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues (2004) indicam que o ativismo puramente reivindicatório é desmobilizado por centrar suas ações em uma demanda pontual ou em uma carência específica, como melhorias para a rua, bairro ou favela. Dessa forma, os autores fazem uma distinção entre os ativismos e os movimentos sociais, e consideram esses últimos de maior envergadura política:

Estão voltados para transformações mais ou menos profundas da sociedade, têm o horizonte de luta ampliado, ou seja, não fazem reivindicações puramente pontuais; pelo contrário, atuam em diversos níveis (e não apenas localmente), com preocupações de alcance maior como o aumento da justiça social, o combate à desigualdade, as críticas à segregação residencial e a luta contra o racismo, entre outras (Souza; Rodrigues, 2004, 84).

A demagogia e o autoritarismo das administrações, a cooptação de líderes e a manipulação partidária, o “caciquismo” e o personalismo, o clientelismo, a influência das dificuldades econômicas, a influência do tráfico de drogas são apontados, dentre outros fatores, como as causas da crise do ativismo de bairro, que nos anos 70 e 80 tiveram seus tempos de glória (Souza; Rodrigues, 2004). Mas, por outro lado, os ativismos de bairro possuem uma dimensão político-pedagógica no sentido de ampliar a consciência das pessoas em relação à conquista de direitos civis e do direito de definir a produção do espaço da cidade (Souza; Rodrigues, 2004).

Ainda no campo de estudos sobre a experiência popular, Turner publica, na década de 70, o livro *Housing by people* (1976), no qual investiga a prática da autoconstrução pelos moradores de favelas localizadas na América Latina. O autor confere uma grande dose de autonomia a essa modalidade de construção, em contraposição aos processos de produção em massa de moradia dos programas governamentais. Nesse sentido, a prática da autoconstrução como uma manifestação popular de cunho político obtém *status* de mobilização popular. A contribuição dos trabalhos de Turner refere-se ao reconhecimento por parte do senso comum técnico da prática cotidiana da autoconstrução. Desse modo, o Estado e as agências internacionais de fomento passam a implantar e apoiar programas de autoconstrução, urbanização de áreas irregulares e provisão de lotes urbanizados (Magalhães apud Lopes; Kapp; Baltazar, 2010). No entanto, a apropriação da autoconstrução por intermédio de adoção de políticas públicas torna-se inadequada frente à hegemonia do Estado liberal.

No Brasil, como mostraram, entre outros, Licia do Prado Valladares (1986), Caio Marcio L. P. da Silva (1987), a publicação de *Housing by People*, de Turner, ofereceu o pretexto necessário para o Estado sair de cena: justificando esta saída como decorrência da escassez de inversões destinadas à provisão de moradia para os mais pobres, ao mesmo tempo legitimava politicamente sua retirada como uma ‘estratégia democrática’, franqueando a participação – totalmente restrita, mediada e controlada – nos processos de planejamento (o “projeto participativo”) e produção (aporte de mão de obra) da moradia (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010, 4).

## APÊNDICE E – Vertentes da participação

O arquiteto, educador e teórico alemão Nicolas John Habraken; o arquiteto, matemático e urbanista austríaco Christopher Alexander e o arquiteto belga Lucien Kroll apoiaram-se nos conceitos de modulação e flexibilidade para desenvolverem modelos geométricos, com o intuito de permitir a manipulação da geometria da forma pelo usuário. Ou seja, a flexibilidade é obtida a partir de possibilidades combinatórias de diferentes elementos variáveis. Alexander (1969; 1977) abandonou sua proposta inicial, baseada em procedimentos matemáticos e códigos de programação, para formular a Linguagem de Padrões. Essa última consiste na compilação de exemplos ilustrativos de espaços considerados de alta qualidade por Alexander. De posse dessas imagens, os usuários poderiam combinar os padrões espaciais da forma que desejassem. Kroll (1987), por sua vez, inspirado na programação virtual, concebeu a possibilidade do usuário combinar virtualmente um número limitado de elementos pré-fabricados. O arquiteto, educador e teórico alemão Nicolas John Habraken (1979) é quem se ocupa de reduzir a padronização ao mínimo necessário, de modo a liberar a autodeterminação do usuário, e propõe o método suporte e recheio, no qual um sistema de estruturas permanentes serviria de suporte para os usuários personalizarem o espaço. Os limites dessas propostas referem-se ao fato de preverem a flexibilidade do espaço em determinado momento, não ao longo do tempo. Ou seja, as iniciativas não contemplam possibilidades de alterações da forma em situações futuras (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010).

Um segundo grupo de arquitetos levou à cabo as possibilidades de flexibilidade no tempo e incorporou a ideia de os usuários produzirem o espaço durante o uso. O arquiteto, urbanista e designer húngaro com nacionalidade francesa Yona Friedman (1960) e o grupo inglês Archigram (1961) desenvolveram propostas utópicas, no sentido de não existir uma base técnica que pudessem ser construídas, nas quais “propunham espaços flexíveis; espaços que se moviam quando as pessoas os usavam; espaços que mudavam segundo o crescimento das cidades” (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010). Mas foi o arquiteto inglês Cedric Price que concretizou melhor o argumento através do projeto de um teatro, projetado em parceria com Joan Little Wood, em que estruturas móveis como pontes rolantes e guindastes permitiam a adaptação do espaço ao uso segundo as determinações dos usuários. Os arquitetos foram buscar inspiração nos recursos empregados em um galpão de fábrica para possibilitar uma certa autodeterminação da produção do espaço pelo usuário. A ênfase das propostas anteriores reside na satisfação do usuário, e tais iniciativas contribuíram pouco com mudanças no processo tradicional de projeto “baseado na divisão

do trabalho e na representação com clara separação entre as etapas de projeto, construção e uso” (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010).

Com o intuito de tentar aproximar as etapas de concepção e construção, um terceiro grupo de arquitetos, o arquiteto alemão Walter Segal e o arquiteto austríaco Eilfried Huth, cada qual, fundamentaram suas propostas na prática da autoconstrução. Enquanto Segal (Spatial Agency, 2013) focou o seu método no desenvolvimento de um sistema modular de madeira que poderia ser executado pelo próprio morador para construir sua casa, Huth (Spatial Agency, 2013) propôs a formação de uma associação de autoconstrutores, onde os futuros moradores pudessem decidir sobre a concepção, a construção e a escolha de empreiteiros. A primeira experiência, a construção de dezesseis casas, levou dezesseis anos para ser concluída (Spatial Agency, 2013). Mas permanece a dependência dos usuários no conhecimento especializado dos técnicos, sendo que esses últimos determinam antecipadamente as diretrizes para a tomada de decisão.

Um quarto grupo de arquitetos se destaca por trabalhar com demandas populares e com a participação comunitária ou coletiva, como o arquiteto inglês Ralph Erskine (Spatial Agency, 2013), o arquiteto americano Davidoff (1965) e o arquiteto argentino Rodolfo Livingston (Livingston, 1990; 2006). Nessas situações, o paradigma da participação se faz presente em função da natureza das demandas, coletivas e mais próximas do cotidiano. Erskine, no final dos anos 60 e início dos anos 70, montou um escritório comunitário em uma funerária desativada em um bairro em Newcastle, para atender a demanda de relocação de trabalhadores de estaleiros e fábricas que viviam ao longo do rio Tyne. O arquiteto adotou a política de escritório com portas abertas, onde os moradores podiam expressar suas opiniões. “Isso provocou um diálogo sobre tópicos que vão desde o vandalismo até o vazamento de tubulações, passando pela elaboração de projeto final” (Spatial Agency, 2013). A abertura para o diálogo exigiu uma maior disponibilidade do arquiteto para a comunidade, cujos trabalhos se estendiam por períodos de tempo maior que o usual, comparando com a relação formal entre arquiteto e cliente. Por sua vez, o advogado e teórico em planejamento urbano, Paul Davidoff (1965), no contexto de movimentos sociais nos EUA da década de 60, expôs os limites do planejamento racional em contemplar as situações de grupos vulneráveis. A partir de sua experiência de atuação profissional em bairros pobres e principalmente com o movimento negro, Davidoff (1965) sugeriu a participação comunitária, mas através da intermediação de planejadores advogados que representassem os interesses dos excluídos. Livingston (Livingston, 1990; 2006) desenvolveu um método de participação do usuário no processo de projeto, a partir de sua experiência com a reconstrução da comunidade cubana Baracoa, após ter sido devastada

por um furacão na década de 60. Livingston atuou como assessor dos moradores na autoconstrução de suas moradias. Com o tempo, a participação comunitária foi reformulada por Livingston para atender um público um pouco mais específico, com maior poder aquisitivo, mas ainda representativo de demandas populares. Livingston (1990; 2006) denominou seu método de “arquitetos da família”. As ferramentas elaboradas pelo arquiteto argentino compreendem a substituição de vários aparatos convencionais: o emprego de jogos pela entrevista formal, o desenvolvimento de opções de projeto pelo projeto final, manuais de instrução por desenhos técnicos, dentre outros. A intenção de Livingston é aparelhar o usuário de informações técnicas, relevantes e legíveis, para que o próprio usuário seja capaz de tomar decisões e gerenciar sua obra. Ambos os métodos surgem no contexto da denominada participação comunitária e prevêm aparatos de participação coletiva baseados em uma comunicação facilitada.

Nos anos 80, com o advento da cidade pós-fordista, o paradigma da participação ganhou novo impulso e novos processos participativos foram propostos por políticas públicas e por arquitetos. O conceito de flexibilidade assumiu uma abordagem neo-liberal, e um novo conceito surge: empoderamento. Dois temas principais surgem desse quinto grupo de arquitetos, a participação comunitária em situações de precariedade e a participação comunitária como nova forma de gestão espacial.

No primeiro caso, as propostas são desenvolvidas por organizações não governamentais que atuam no campo da arquitetura, como *Architectes Sans Frontières*, *Habitat for Humanity International* and *Architecture & Développement*. Estas entidades trabalham em situações de contexto habitacional de recursos escassos, alta demanda e urgência. A questão central dessa vertente é a participação comunitária, que invariavelmente é mobilizada pelos arquitetos por intermédio de *workshops*, quando uma equipe de técnicos é deslocada para determinada comunidade (Frediani; French; Ferrera, 2011). Nesses encontros os técnicos ensinam os indivíduos da comunidade a manusear instrumentos tradicionais de planejamento como técnicas de observação, mapeamento, entrevistas, modelagem em 3D, desenhos técnicos etc, mas em uma linguagem simplificada. Os técnicos elaboraram ainda aparatos para fomentar a participação comunitária como as instalações interativas localizadas nas ruas e o portfólio de opções (Frediani; French; Ferrera, 2011). Todo o processo exige a presença do arquiteto como figura central da produção do espaço, mantendo a tradicional hierarquia entre quem concebe e quem usa. Além disso, a comunidade “autoproduz” o espaço segundo as determinações das oficinas, enquanto durar o *workshop*, indicando o real papel das intervenções, manter e até justificar o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. O arquiteto e pedagogo Nabeel Hamdi foi o



pioneiro em desenvolvimento de práticas participativas em situações de precariedade e urgência, a partir de sua experiência com habitação em *Great London Council* e, posteriormente, como consultor de organizações não governamentais e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Hamdi, inspirado nas propostas de Habraken e Turner, desenvolve suas ideias a partir dos princípios de flexibilidade e capacitação (Hambi, 1991). Hambi acrescenta à idéia de flexibilidade no espaço e no tempo, a ideia de “flexibilidade organizacional”. Ele entende por flexibilidade organizacional a liberdade do indivíduo escolher entre opções, evidentemente, opções previamente desenvolvidas por técnicos especialistas, com o intuito de capacitá-lo à autogestão da produção do espaço. Em consonância com o conceito de empoderamento, a capacitação refere-se ao aprimoramento do usuário na participação de processos de criação de uma “arquitetura de cooperação” ou uma “arquitetura de possibilidades” (Hamdi, 1991).

O grupo de arquitetos ingleses, liderados por Jeremy Till, também apresenta uma relevante contribuição para o tema da arquitetura e do planejamento urbano comunitários, com foco na participação. Embora Till (Till; Schneider, 2007) tivesse interesse inicial na questão habitacional, pelo viés da flexibilidade espacial, seus estudos posteriores avançaram para a questão da escassez, pelo caminho da participação comunitária (Till; Awan; Schneider, 2011). O grupo critica a postura do arquiteto herói, o qual constantemente se ocupa de reforçar seu *status* de autoridade técnica, através de seus edifícios com suas formas esmeradas (Till; Schneider, 2007). A partir da constatação que a atuação profissional simplesmente replica parâmetros externos segundo determinações de poder, as ideias do grupo avançam na direção de outro modo de produção do espaço. Nesse sentido, o grupo entende por arquitetura qualquer forma de produção do espaço realizada por arquitetos ou não, tal qual a acepção do grupo de pesquisas Morar de Outras Maneiras (MOM) e que também será adotada neste texto. As propostas do grupo concebem que a arquitetura é uma ato político na prática, ou seja, em sua tentativa de transformar e emancipar a sociedade, uma agência espacial deve ser construída a partir da práxis arquitetônica. Tal agência contempla o espaço como processo, e não como produto, além da experiência de todos envolvidos no processo de produção do espaço e do diálogo entre as partes (Till; Schneider, 2007). Porém, a questão que move o grupo é de cunho social, menos político, e reside na responsabilidade social do arquiteto. Inegavelmente o grupo avança ao pleitear outras práticas para o profissional de arquitetura além de projetar, mas não questiona a divisão entre trabalho intelectual e manual. A estrutura de produção do espaço permanece a mesma, com o profissional no papel de “ensinar” os usuários a produzirem seu próprio espaço. Mesmo quando Till e Schneider (2009) tentam explicar o seu conceito de

empoderamento a partir da acepção da palavra agência, o arquiteto permanece o mediador entre o usuário e a atividade de produção do espaço.

Agência [...] está inconvenientemente vinculada ao poder – uma definição inicial de agente no Dicionário de Inglês Oxford é: 'aquele que exerce poder ou produz um efeito'. As palavras empregadas aqui dizem: poder exercido é o poder de uma pessoa sobre outra, que é dificilmente compatível com a noção de responsabilidade. E depois há o 'ou', ou se pode exercer o poder ou se pode produzir um efeito, mas não ambos. A melhor definição, em relação à agência espacial, é que o agente está em quem altera os efeitos por meio do empoderamento dos outros.

Empoderamento aqui significa permitir que outros "assuma o controle" sobre o meio ambiente, por intermédio de algo que é participativo sem ser oportunista, de algo que é próativo em vez de reativo. Empoderamento, portanto, não é sobre a transferência do poder de decisão dos setores 'influentes' aos setores em desvantagem ou "outros" setores da sociedade, mas sobre estes "outros" assumirem o controle e diferentes iniciativas ou processos espaciais "alternativos", incluindo, mas não restrito a construção de edifícios (Till; Schneider, 2009, 99-100).